



.....

A FORMAÇÃO DO  
CAPITAL E SEU  
DESENVOLVIMENTO

*Leônidas de Resende*

EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

*Volume 156*

## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

**H***istória econômica do Brasil (1522-1820)*, de Roberto C. Simonsen, foi publicado pela primeira vez em 1937. Este é um dos livros pioneiros na análise da formação econômica do nosso país. Através dele o leitor terá uma visão ampla do desenvolvimento econômico do Brasil do período do Descobrimento até o ano de 1820. Simonsen (1889-1948), emulado pela lacuna de bibliografia nesta área, e necessitando apresentar um programa para a Cadeira de História Econômica do Brasil da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, decidiu ele mesmo redigir o que viria a ser o conteúdo de sua disciplina. Empresário paulista de êxito, político influente, intelectual de ampla cultura, Roberto C. Simonsen estuda em seu livro, entre outros aspectos, o capitalismo e a formação dos países agrícolas, as fases econômicas de Portugal e Espanha, trabalho, natureza e capital no século XVI, moedas, câmbio e poder aquisitivo no Brasil colonial, as políticas coloniais dos países europeus, o balanço econômico das donatárias, os vários ciclos econômicos, estudos comparativos com outras nações, a revolução comercial, fundamento econômico da expulsão dos holandeses, franceses e ingleses da costa americana, a contribuição do Brasil para a evolução do capitalismo no século XVIII. Esta *História econômica do Brasil* encabeça uma relação de livros de Simonsen, entre os quais podemos citar *Orientação industrial brasileira* (1928), *As finanças e as indústrias* (1931); *Aspectos da economia nacional* (1935).

## EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

**I** *Inventário de documentos históricos brasileiros.* Ivoncísio Meira de Medeiros lista os documentos inventariados referentes à historiografia brasileira e, particularmente, ao Rio Grande do Norte do século XVI ao XIX. O autor realizou pesquisas na Biblioteca Nacional de Madri, no Arquivo Geral de Simancas, na Biblioteca do Palácio do Escorial, na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa. Consultou ainda os catálogos do Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, da Biblioteca Nacional da França, da nossa Biblioteca Nacional e as revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O autor é historiador, professor aposentado de Ciências Políticas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de ter assumido vários cargos públicos em sua cidade de Natal. Entre outros livros, publicou *O mar territorial brasileiro e o Direito Internacional* (Lisboa, 1972), *O Partido Comunista do Brasil e as eleições no Rio Grande do Norte* (Natal, 1984) e *O poder judiciário no Rio Grande do Norte – 1818 a 1992* (Natal, 1992).



Karl Marx (\*Tréveris, 5/5/1818 – †Londres, 14/3/1883) e  
Friedrich Engels (\*Barmen, 28/11/1820 – †Londres, 5/8/1895).



.....

A FORMAÇÃO DO CAPITAL E  
SEU DESENVOLVIMENTO



*Mesa Diretora*  
Biênio 2011/2012

Senador José Sarney  
*Presidente*

Senadora Marta Suplicy  
*1º Vice-Presidente*

Senador Wilson Santiago  
*2º Vice-Presidente*

Senador Cícero Lucena  
*1º Secretário*

Senador João Ribeiro  
*2º Secretário*

Senador João Vicente Claudino  
*3º Secretário*

Senador Ciro Nogueira  
*4º Secretário*

*Suplentes de Secretário*

Senador Gilvam Borges  
Senadora Maria do Carmo Alves

Senador João Durval  
Senadora Vanessa Grazziotin

*Conselho Editorial*

Senador José Sarney  
*Presidente*

Joaquim Campelo Marques  
*Vice-Presidente*

*Conselheiros*

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....  
*Edições do Senado Federal – Vol. 156*

# A FORMAÇÃO DO CAPITAL E SEU DESENVOLVIMENTO

Dissertação apresentada à congregação da  
Faculdade Nacional de Direito  
pelo livre docente de Economia Política  
e Ciência das Finanças dessa Faculdade,  
Leônidas de Resende, ao inscrever-se no concurso  
para professor catedrático da mesma cadeira.

*Leônidas de Resende*



*Brasília – 2011*



EDIÇÕES DO  
SENADO FEDERAL

Vol. 156

---

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2011

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-375-0

.....

Resende, Leônidas de.

A formação do capital e seu desenvolvimento / Leônidas de Resende. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

668 p. : il. – (Edições do Senado Federal ; v. 156)

Dissertação apresentada à consagração da Faculdade Nacional de Direito pelo livre docente de economia política e ciência das finanças dessa faculdade, ao inscrever-se no concurso para professor catedrático da mesma cadeira.

1. Formação de capital. I. Título. II. Série.

CDD 332.0415

.....

.....

## *Sumário*

APRESENTAÇÃO  
por Antônio Paim  
*pág. 11*

LEÔNIDAS DE RESENDE E A SUA TESE  
*pág. 15*

INTRODUÇÃO  
*pág. 29*

**LIVRO I**  
A EVOLUÇÃO DAS SOCIEDADES  
*pág. 47*

**PARTE GERAL**  
**LIVRO II**  
COMO SE FORMOU O CAPITAL E COMO SE TEM DESENVOLVIDO  
*pág. 65*

**PARTE ESPECIAL**  
**LIVRO III**  
COMO SURTIU A ESTRUTURA ECONÔMICA  
BURGUESA OU CAPITALISTA. A TRANSFORMAÇÃO DA  
PEQUENA PROPRIEDADE PERTECENDO A MUITOS EM  
PROPRIEDADE ENORME DE ALGUNS  
*pág. 115*

**LIVRO IV**

À ESTRUTURA ECONÔMICA BURGUESA NÃO  
CORRESPONDIA ADEQUADA SUPERESTRUTURA

*pág. 161*

**LIVRO V**

O MODO DE PRODUÇÃO MATERIAL TRANSFORMAVA  
A PRODUÇÃO INTELECTUAL

*pág. 199*

**LIVRO VI**

COMO PODE DESENVOLVER-SE O CAPITAL

*pág. 249*

**LIVRO VII**

DESENVOLVENDO-SE O CAPITAL, DESENVOLVE-SE,  
IGUALMENTE, O PROLETARIADO

*pág. 293*

**LIVRO VIII**

A IDENTIDADE DOS INTERESSES DO CAPITAL E DO TRABALHO  
BRUTALMENTE DESMENTIDA PELOS FATOS

*pág. 345*

**LIVRO IX**

O CAPITALISMO VULGARIZAVA A ECONOMIA CLÁSSICA

*pág. 379*

**LIVRO X**

O MARXISMO

*pág. 411*

**LIVRO XI**

O COMTISMO OU POSITIVISMO

*pág. 447*

**LIVRO XII**

O SPENCERISMO OU INDIVIDUALISMO

*pág. 481*

**LIVRO XIII**

A ESCOLA CATÓLICA

*pág. 493*

**LIVRO XIV**

A AÇÃO DO MARXISMO CONTRA O CAPITALISMO

*pág. 537*

**LIVRO XV**

O LENINISMO

*pág. 599*

CONCLUSÕES GERAIS

*pág. 647*

ÍNDICE ONOMÁSTICO

*pág. 655*



.....

## *Apresentação*

ANTONIO PAIM

**A** TESE de Leônidas de Resende, intitulada *A formação do Capital e seu desenvolvimento, apresentada em concurso na Faculdade Nacional de Direito, em 1932, é documento essencial para a compreensão do destino histórico do marxismo no Brasil. A Faculdade abrigava outros professores marxistas (Castro Rebelo e Hermes Lima). Contudo, Leônidas de Resende avançou uma interpretação que não só marcaria em definitivo aquela doutrina como veio a merecer acolhida desproporcional aos seus méritos efetivos. A interpretação em apreço, como procurarei caracterizar adiante, consiste em estabelecer uma simbiose entre Karl Marx e Augusto Comte. Ora, justamente o positivismo de Comte tornara-se uma espécie de filosofia oficial e obrigatória com a República. Nos anos vinte, achava-se em franco declínio nos meios intelectuais, embora o núcleo político ainda fosse forte o suficiente para alcançar, no decênio seguinte, a hegemonia no grupo que chegou ao poder com a Revolução de 30. A proposta de Leônidas de Resende veio dar ao positivismo brasileiro novo alento. E, assim, Marx encontra aceitação na intelectualidade com o beneplácito de Comte. Desde então, vigora a versão positivista do marxismo.*

*Os depoimentos que nos foram legados atestam o vigor intelectual de Leônidas de Resende. Segundo Carlos Lacerda, na turma a que pertenceu na Faculdade, um único aluno (outro futuro governador do Rio*

*de Janeiro, Chagas Freitas) não se converteu ao marxismo. Naturalmente, o predomínio entre nós da versão positivista do marxismo não se explica apenas pelo vigor intelectual do mestre. Há de ter pesado outras circunstâncias, algumas fortuitas outras de natureza permanente. Entre as primeiras destacaria a perseguição do Estado Novo aos professores marxistas da Faculdade de Direito. Afastado da cátedra, processado e preso, Leônidas de Resende voltou como herói após a queda do Estado Novo. Escolhido paraninfo pela turma de 1949, a solenidade, no Teatro Municipal, no centro do Rio de Janeiro, contou com a presença de milhares de pessoas. Não tendo quaisquer vínculos com o Partido Comunista, aproveitou a oportunidade para agregar, à sua interpretação do marxismo, a componente democrática. O discurso de paraninfo é uma peça de elogio ao nosso mais importante liberal da República Velha, Rui Barbosa. Diz coisas deste tipo, aplaudidas até o delírio pela juventude presente: “Quem passou pela vida num período tão agitado como o que tivemos nesta República, e não foi ao menos preso e processado, pode dizer que passou pela vida e não viveu.” Naquele mesmo ano (1949), como as novas gerações não tiveram conhecimento de sua tese, reuniu as apostilas das aulas que ministrava na Faculdade, num pequeno livro intitulado Introdução ao estudo da economia política, no qual a sua versão do marxismo está apresentada de forma ainda mais simples e didática. Assim, para a adequada compreensão do fenômeno, a tese e este texto devem ser considerados em conjunto.*

*Outra circunstância fortuita, favorecedora do sucesso da versão positivista do marxismo, corresponde à adesão do curso de filosofia da USP, pela mão de Cruz Costa, àquela interpretação. O curso vinha de ser estruturado com a assessoria de professores franceses. E, deste modo, a mencionada interpretação conquista duas tribunas de grande ressonância no país, o que terá contribuído para perpetuá-la.*

*De todos os modos, algo de mais profundo há de haver atuado naquele sentido. Muito provavelmente, duas de nossas arraigadas tradições culturais. A primeira seria o cientificismo que, desde Pombal, na segunda metade do século XVIII, afirma a existência da possibilidade de dispormos de conhecimento científico da sociedade, capaz de prever o seu futuro, doutrina*

*preservada entre nós pela Real Academia Militar, de onde saíram os nossos engenheiros e oficiais do Exército no século XIX, ensinamento que foi tornado obrigatório em nossas escolas com a República. A segunda tradição é o contra-reformismo, que desde muito antes de Pombal destila o ódio ao lucro e à riqueza. Embora nunca tenhamos tido a sua experiência, não há nada de mais detestado em nosso país que o capitalismo. Portanto, aqui, o socialismo encontrou o clima mais favorável.*

*Vejamos, sucintamente, como Leônidas de Resende articula os dois personagens: 1) A economia é a disciplina fundamental, porquanto a atividade produtiva de bens materiais condiciona toda elaboração teórica, tanto “a Filosofia, a História, a Genética (a formação da família), a Estética, a Arte, a Religião, a Moral, o Direito (como) a Política”; 2) A filosofia é apenas a classificação das ciências, como queria Comte; 3) Pode-se adquirir conhecimento rigorosamente científico da sociedade e do curso histórico, inclusive prevendo-se a evolução dos acontecimentos; 4) Os marcos fundamentais no processo de constituição da ciência social são as obras de Comte e Marx; e, 5) Existe plena identidade entre Comte e Marx, inclusive no que respeita à ditadura do proletariado como culminância da evolução social. Leônidas de Resende apontava apenas uma divergência entre Comte e Marx, no concernente à terapêutica requerida pela transformação da propriedade privada em coletiva.*

*Como se vê, a versão positivista do marxismo, sob certos aspectos, é ainda mais rígida que a soviética. Nesta, foi deixada margem para a discussão das relações entre a base e a superestrutura, isto é, entre os fundamentos econômicos e a criação cultural. O próprio Stalin acabaria proclamando que não existe nem língua, nem técnica nem ciência de classe. Estudiosos soviéticos reconheceram que o direito penal, na medida em que pressupõe a recuperação do delinquente, não está vinculado a esta ou àquela fase do desenvolvimento social, vale dizer, não há “direito penal burguês”. Embora a discussão não haja prosperado, os soviéticos encamparam a chamada econometria, o keynesianismo e até mesmo Kant acabou sendo exaltado. Embora não se possa responsabilizar diretamente a Leônidas de Resende, a estreiteza de vistas dos marxistas brasileiros — e também a sua longevidade — corresponde a algo de verdadeiramente estorcedor.*



*Leônidas de Resende nasceu em Juiz de Fora, Minas, em 22 de dezembro de 1889. Formou-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas, do Rio de Janeiro, em 1913 – jovem de 24 anos – na turma que teve por paraninfo a Sílvio Romero, evento para o qual escreveu o texto denominado “O Retrato”, que muitos consideram uma espécie de testamento ideológico daquele que é considerado como fundador da sociologia brasileira e da história de nossa literatura.*

*Terminado o curso, dedicar-se-ia principalmente ao jornalismo. Privou da intimidade de Rui Barbosa, considerava-se seu discípulo e teria oportunidade de participar das campanhas civilistas da segunda década do século, bem como dos movimentos políticos dos anos vinte. Antes de prestar o concurso que lhe deu a cátedra, em 1932, era professor no Curso Anexo da Faculdade. É interessante registrar que, no concurso, teve a Alceu Amoroso Lima como concorrente. A tese deste último denominava-se Esboço de uma introdução à economia moderna. Segundo testemunhas, o evento marcou época. Afigurou-se como uma espécie de embate entre direita e esquerda – competindo ao pensador católico o incômodo papel de representar a facção detestada, a tais disparates conduziu a insistência em certas dicotomias – com auditório repleto, torcida organizada, choques, disputas e tudo mais. Na eleição de paraninfo, Leônidas de Resende ver-se-ia envolvido em disputa análoga, só que desta vez a San Tiago Dantas incumbia o papel de encarnar a chamada facção “direitista”.*

*Em consequência da insurreição militar de 1935, efetivada pelos comunistas – que o governo aproveitaria para promover autêntica caça às bruxas – Leônidas de Resende seria afastado da cátedra entre 1936 e 1944. Foi reintegrado após a anistia de 1945. Afóra a tese de concurso, publicou uma História da Revolução de Outubro. O seu discurso de paraninfo foi impresso e amplamente divulgado, tendo por título Rui, Cordilheira. Faleceu a 25 de abril de 1950, antes de completar 61 anos de idade.*

Rio de Janeiro, agosto de 2000.

“Segui il tuo corso et lascia dir le genti!”

DANTE

.....

*Leônidas de Resende e a sua tese*

**L**ÉÔNIDAS de Resende nasceu em Juiz de Fora, Minas, a 22 de dezembro de 1889. Formou-se na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, do Rio de Janeiro, em 1913, na turma que teve por paraninfo a Sílvio Romero, evento para o qual escreveu o discutido autor de *A filosofia no Brasil* o texto denominado “O Retrato”, que muitos consideraram uma espécie de testamento ideológico desde que veio a falecer no ano seguinte.

Terminado o curso, Leônidas de Resende dedicar-se-ia principalmente ao jornalismo, primeiro no *Diário de Notícias* — em cuja redação ingressara ainda como estudante — e, a partir de 1919, em *O Imparcial*, tendo participado das campanhas civilistas de Rui Barbosa — privando de sua intimidade e considerando-se seu discípulo — e dos movimentos políticos da década de 20. Mais tarde ingressaria no magistério, primeiro no *Curso Anexo à Faculdade Nacional de Direito* e, a partir de 1932, como catedrático de economia política da mesma Escola.

*Segundo testemunhas, o concurso de Leônidas de Resende, na Faculdade, marcou época. Teve como concorrente a Alceu Amoroso Lima. A tese deste último denominava-se “Esboço de uma introdução à economia moderna”. A do primeiro, que estaria destinada a constituir-se em sua obra fundamental. “A formação do capital e seu desenvolvimento”.<sup>1</sup> Afigurou-se como uma espécie de embate entre esquerda e direita – competindo ao pensador católico o incômodo papel de representar esta última, a tais disparates conduziu a insistência em certas dicotomias – com auditório repleto, torcida organizada, choques, disputas e tudo mais. Algo assim, como o concurso de Tobias Barreto, exatamente meio século depois. Não deixa de ser curiosa a circunstância de que, anos depois, na eleição do paraninfo da turma de 1949, Leônidas de Resende teria seu nome envolvido em disputa análoga, só que a San Tiago Dantas é que incumbiria o papel de encarnar a chamada facção “direitista”.*

*Em consequência dos acontecimentos políticos de 1935, Leônidas de Resende foi afastado da cátedra entre 1936 e 1944, reintegrando-se no magistério após a anistia de 1945. Faleceu a 25 de abril de 1950.*

*Afora a tese de concurso, publicou uma História da Revolução de Outubro. A par desses livros, constituem excelente ponto de apoio para o entendimento de suas ideias, as apostilas do curso na Faculdade – que mandou imprimir e distribuía entre os alunos – e a oração de paraninfo aos bacharelados em 1949, pelo autor denominada de “Rui, cordilheira”.*

*Leônidas de Resende nunca chegou a aderir à organização política dos marxistas. Era na verdade um espírito demasiado forte para aceitar a disciplina de uma seita ou prato feito em matéria de pensamento. Não se trata de que recusasse o ônus de sua posição. Muito ao contrário. Na oração de paraninfo, na parte dedicada aos conselhos aos novos bacharéis, chega ao exagero de afirmar: “Os expatriados, ontem, hoje são beneméritos. Nas épocas de convulsão, de agitações*

---

1 Edição de Guimarães Mota e Cia.; Rio, 1932, 539 páginas, com a seguinte indicação: “Dissertação do livre docente Leônidas de Resende ao inscrever-se no concurso para prof. Catedrático de Economia Política e Ciência das Finanças”.

*profundas, o homem que não foi condenado, pelo menos, à prisão, passou pela vida e não viveu.*”<sup>2</sup> Essa disposição de espírito o levaria a um interpretação autônoma do marxismo, embebida sobretudo do leninismo – ou melhor, do período em que a versão russa ainda não havia assumido a feição sistemática a que chegaria na fase culminante da era stalinista – mas incorporando de tal modo as teses fundamentais do comtismo a ponto de que este é que lhe dá o tom. Assim, para Leônidas de Resende – do mesmo modo que para a versão russa na década de vinte ou nos começos da seguinte – a disciplina fundamental é a economia. A economia explica, porque os condiciona, a Filosofia, a História, a Ciência (a formação da família), a Estética ou Arte, a Religião, a Moral, o Direito, a Política. O inverso não é verdadeiro. Os fenômenos mais nobres estão subordinados aos mais grosseiros. O econômico é a base, a essência de toda superestrutura social”.<sup>3</sup>

Essa tese geral, aliás de fundamentação comtista em seu enunciado, é, ao mesmo tempo, englobada num contexto eminentemente positivista. Do mesmo modo que Comte, Leônidas de Resende supunha que o pleno desabrochar das ciências da natureza se havia completado com um saber de índole positiva a respeito da sociedade, apto a absorver e tornar supérflua a inquirição filosófica como algo de peculiar. Esta passava a constituir uma espécie de capítulo introdutório ao conhecimento científico, sem qualquer autonomia ou especificidade. Por essa via, Leônidas de Resende distingue filosofia primeira, filosofia segunda e filosofia terceira. A filosofia primeira consistiria, “no estudo das leis universais que regem todos os fenômenos, qualquer que seja sua categoria”. Avança como exemplo três dessas leis universais:

a) “Formar a hipótese mais simples e mais simpática, que comporta o conjunto dos dados a representar, lei chamada da relatividade, que é também assim enunciada: tudo é relativo;

---

2 Ruy, *cordilheira*, Rio, Edição “A Época”, 1949, página 42.

3 Apostila do “Curso de Economia Política – Considerações preliminares”; Rio, 17/5/1945. FND, página 5.

b) “subordinar as construções subjetivas aos materiais objetivos”; e,

c) “toda classificação positiva obedece ao princípio da complementariedade crescente e generalidade decrescente”.

*A filosofia segunda seria apenas uma determinação que se dá às ciências propriamente ditas, isto é, as seis ciências da classificação de Comte. Finalmente, a filosofia terceira corresponderia “as ciências aplicadas (a arte servida pela ciência)”. Esse esquema pretende inspirar-se também em Marx, no seguinte sentido: “A filosofia antiga transformista; a medieval e moderna, não-transformista; e a contemporânea, transformista-dialético-materialista, ou conforme ensina Engels, de acordo com a linguagem de Hegel, a primeira foi a tese, a segunda a antítese e a terceira a síntese.”<sup>4</sup> Como se vê, a filosofia não só é colocada em plano análogo ao das ciências positivas, como a própria sociedade comportaria uma abordagem idêntica, reduzindo-se a criação humana, em última instância, à bitola econômica.*

*À ciência da sociedade não faltaria sequer a capacidade de prever o curso dos acontecimentos. A esse respeito escreve: “Havia, assim, as ciências da natureza. Mas faltava ainda a ciência da sociedade, a sociologia, que fosse para a política, como dizia Augusto Comte, o que a astronomia era para a navegação. O estabelecimento desta ciência foi, ainda no século XIX, o objetivo de Augusto Comte, Carlos Marx e Spencer. Para onde vamos? É o que os três procuram dizer. Comte e Marx chegaram à finalidade da comunhão social à Religião da Humanidade à Internacional, e Spencer ao individualismo.”<sup>5</sup>*

*No momento da esquerda hegeliana, sobretudo com Marx, a superação da filosofia se entendia através de sua realização empírica, do reconhecimento do homem pelo homem. Os atributos do cidadão consciente, da Fenomenologia do Espírito, se transferem ao proletariado revolucionário que, como “classe para si”, constitui na verdade uma espécie de*

4 Apostilas: “A marcha da filosofia” e “Quadro Geral dos Conhecimentos Humanos”.

5 *A formação do capital e seu desenvolvimento*, página 155.

*ente filosófico, herdeiro de toda a cultura clássica e do iluminismo. Não se tratava da colocação em seu lugar de algo assim como o saber científico, se bem Engels houvesse batizado de socialismo científico o que originariamente se denominava de “concepção realista da história”, sentido que, não pairam dúvidas, veio a se constituir em feição dominante na evolução subsequente da doutrina.*

*A identificação tout court das duas perspectivas exigia uma hipostasia da dialética que, de uma tensão formada no curso concreto da história, se transfere às coisas. No contexto positivista do pensamento de Leônidas de Resende a questão resume-se ao seguinte: “Marx começa ligando Feuerbach e Hegel, juntando-os, reunindo-os. Aceitou deste a dialética, recusando-lhe porém o idealismo. Aceitou daquele o materialismo, socializou-o (fazendo ainda o indivíduo depender da sociedade) e colocou-o como base daquele. Realizando essa junção, fundava sua própria dialética, já bem diversa da de Hegel. Diferença entre uma e outra: a de Hegel estava fora do mundo; a de Marx no próprio mundo, na própria natureza. A de Hegel era de demiurgo, o idealismo criando a realidade; era a ideia absoluta. A de Marx, a realidade criando o idealismo. A de Hegel, o desenvolvimento das ideias determinando o desenvolvimento da matéria, das coisas. A de Marx, o desenvolvimento das ideias. A de Hegel fixada na “cabeça” e a de Marx nos “pés, nos fatos, na matéria, no objetivo”.<sup>6</sup>*

*No chamado livro maldito do marxismo<sup>7</sup> – História e Consciência de Classe – George Lukacs se dá conta de que a fórmula geral segundo a qual a dialética de Marx seria o contrário da de Hegel não poderia consistir numa simples troca de papéis entre “matéria” e “espírito”, ou melhor, em atribuir à matéria a mesma racionalidade com que Hegel distinguia ao espírito. Nessa obra, a racionalidade da história*

6 Apostila *A marcha da filosofia*, p. 36.

7 A denominação é do tradutor e prefaciador da edição francesa (Lês Editions Minuit, Paris, 1960), Kostas Axelos, pela circunstância de que, publicado em 1923, em Berlim, o livro foi condenado sucessivamente pela Internacional Comunista e pela social-democracia alemã, na pessoa de Kautsky e, finalmente, renegado pelo próprio autor.

*é dissociada de toda ideia de necessidade, restituindo ao homem, para usar sua própria expressão, a condição de medida de todas as coisas sociais, Lukacs, deseja, naquele momento, ao desenvolver certas premissas do marxismo filosófico, abandonadas pelo pseudocientificismo político, ultrapassar o que denomina de “tipologia formal das formas de aparição da história e da sociedade”, seja “na forma ingênua de uma “sociologia”, procurando “leis” (do tipo de Comte ou Spencer)” seja na do esforço crítico de Max Weber.<sup>8</sup> Mais precisamente: pretende superar o relativismo dissociando-o, como diz, do absoluto que restaria em cada uma de suas manifestações. Não se trata aqui de apreciar os êxitos dessa tentativa mas de lembrar que teve o mérito de chamar a atenção para o fato de que a história não é exata, de que em seu seio competiria quando muito falar em “tendências”, de que somente pode haver ciências exatas ali onde o objeto é constituído de elementos constantes, o que não se dá no âmago mesmo da criação humana que tem lugar na história. Desse modo, a identificação do momento da esquerda hegeliana que se coroa com Marx — sem que suas premissas filosóficas hajam sido desenvolvidas, é certo, senão por pensadores ligados seja ao neo-hegelianismo, ao denominado humanismo crítico (Mondolfo) ou ao existencialismo (sobretudo Heidegger e Merleau-Ponty) — com o positivismo, sem que a tanto se aventurasse a própria versão russa em que se inspirava mais amplamente, só foi possível a Leônidas de Resende pelo clima brasileiro de cultura em que se insere a sua meditação, onde o positivismo se apresentava como autêntica conquista imorredoura.*

*Apesar de que o marxismo do professor patricio já pressupunha a sua dissolução num contexto positivista, a tarefa de conciliar Marx e Comte seria daquelas a que Leônidas de Resende se entregaria de modo permanente e persistente. É a constante em sua obra e em seu magistério.*

*No livro A formação do capital e seu desenvolvimento o problema é examinado exaustivamente. (57) Parte do pressuposto de que ambos os pensadores tinham em vista a solução dos mesmos proble-*

---

8 Obra citada, p. 195.

*mas, a saber: a) renovação da ciência ou renovação espiritual; e, b) questão social. Comte os indicaria no “Apelo aos Conservadores”, ao dizer que se tratava de substituir “o teologismo exausto pela fé demonstrável e de promover a incorporação do proletariado à sociedade moderna”. Prossegue o autor: “Havia essas duas questões a resolver e dizia ele (Comte), a solução social dependia da intelectual. Ainda aí de perfeito acordo com Marx que não compreendia nenhum movimento do proletariado ou revolucionário sem a correspondente teoria. Depois a crítica de Marx era nem só contra o individualismo ou capitalismo como ainda contra o socialismo igualitarista ou empírico tão m voga sob várias modalidades; e a de Comte seria igualmente contra um e outro desses elementos.”<sup>9</sup> “Nessas condições,” aduz, “o marxismo e o positivismo teriam de apresentar, como apresentam, inúmeros pontos de contato, malgrado a divergência fundamental que os separa.”*

*A lista desses pontos de contato abrange nada menos de quatorze tópicos. Basicamente consistem no seguinte: tiveram os mesmos precursores, elaboraram suas teorias quase ao mesmo tempo e chegaram às mesmas conclusões. Teriam completado o materialismo das ciências da natureza com o materialismo individual ou humano. Ambos submeteriam o livre-arbítrio, o sujeito e a consciência ao determinismo, ao objetivo, à existência, ao mundo exterior. A par disto, transplantaram o materialismo à sociedade. Professaram o que denomina de materialismo social ou econômico. Marx e Comte constataram, acrescenta, que a evolução social se faz por contradições ou lutas de classes. Teriam assim chegado ao materialismo dialético.*

*Não deixa de ser curiosa a maneira pela qual estende a identidade até à defesa da ditadura do proletariado, desde que a ideia não aparece no comtismo a sua acepção no marxismo dos primeiros tempos nada tem a ver com a experiência concreta deste século. A ligação, em Leônidas de Resende, é empreendida por partes. Primeiro, argumenta, ambos são a favor da ditadura. “Comte”, acrescenta, “caracteriza a soberania do povo como sedição dos vivos contra os mortos; a igualdade como mentira imoral e o sufrágio universal como moléstia social.” Mesmo admitindo que a prática bolchevista pudesse ser reduzida a semelhante*

---

9 Obra citada, p. 357.



*caracterização, nem Marx nem seus seguidores políticos identificam ditadura do proletariado como antípoda da democracia, o que se poderia dizer do comtismo, sobretudo da versão castilhista. O problema é, sem dúvida, algo mais complexo. Da aplicação do postulado marxista segundo o qual a implantação de um regime sem classes exigiria a supressão das franquias democráticas estruturadas na Época Moderna, para aquela parcela da população expropriada dos meios de produção, resultou na verdade a sua supressão para a comunidade como um todo. O socialismo russo tornou-se, é certo, uma variante do totalitarismo. Mas isto, de um lado, nada tem a ver com a aspiração do reconhecimento do homem pelo homem, formulada com clareza no momento da esquerda hegeliana e, de outro, não é proclamada abertamente pelos marxistas contemporâneos que exercitam, nesse particular, uma dialética muito engenhosa objetivando provar que a supressão da liberdade, sob o socialismo, seria a maneira de conservá-la tornando-a concreta, aufhebung excessivamente sutil para ser compreendido pelo comum dos mortais. No plano teórico, entretanto, essa nuance prática que faria do marxismo contemporâneo apenas um totalitarismo envergonhado torna-se autêntico fosso quando confrontado ao totalitarismo franco e aberto do positivismo. O certo é que a nuance pareceu irrelevante a Leônidas de Resende.*

*Temos assim que a identificação entre Marx e Comte, quanto à ditadura do proletariado, começa por reivindicar uma espécie de comunhão de vistas no que tange ao totalitarismo. Mas a tese tem outra dimensão, ao caracterizá-la como obra do proletariado, do que não cogitou Comte. Aqui o ilustre mestre recorre visivelmente a um simples artifício. Limita-se a dizer: “Na ditadura do proletariado de Marx há a concentração do mando ou poder e da riqueza. Esta passa igualmente para as mãos do Estado.”<sup>10</sup> “Para Augusto Comte, o estado final será também o da concentração do mando e da riqueza.”<sup>11</sup>*

---

10 Em Marx o problema consiste justamente na supressão do Estado, como corolário da supressão das classes a ser efetivada no período transitório que batizou de ditadura do proletariado.

11 Obra citada, p. 363.

Para Leônidas de Resende, Marx e Comte estariam juntos ainda ao preconizarem a transformação da propriedade privada em coletiva. (“Como Marx, Comte considera a propriedade burguesa ou capital, social em sua origem, e ainda, como Marx, é de opinião que esse capital, social em sua origem, não pode ter senão destino social.”) Ambos subordinariam a teoria à prática e aspirariam à união dos homens e o término da exploração de uns pelos outros. Em conclusão, quanto “ao diagnóstico da moléstia social” parecia-lhe perfeito o acordo entre os dois pensadores. Sua divergência residiria tão-somente no que respeita à terapêutica. Ainda assim, ressalva, isto se deveria em parte às contradições entre fundação política do sistema de Comte, elaborada entre 1822 e 1842, e a fundação religiosa, do período 1845/1857. Depois de examiná-las exaustivamente afirma: “Mudando de mulher ou de afeição, mudou radicalmente quanto ao modo porque se há de operar a reorganização social. Na sua fundação filosófica o principal era a ciência. Na segunda fase, revoga essa fundação filosófica.”<sup>12</sup>

A formulação acabada da divergência fundamental entre Marx e Comte acha-se vasada nos termos seguintes: “Comte só divergia de Marx nisto: quanto à terapêutica, ao método, ao modo por que se há de transformar a propriedade privada em coletiva. Comte entendia que esse passo se daria pacificamente pela educação, com a religião da humanidade, de vez que todos se dispusessem a viver para outrem. Marx não. Era de opinião que o mesmo passo se dará em consequência do próprio desenvolvimento da propriedade privada, da sua concentração, afinal, nas mãos de poucos, faltando então à grande, à imensa maioria dos trabalhadores, reduzidos pelas máquinas a “sem trabalho”. Nessa conjuntura, haverá a explosão: “a insurreição dos muitos que nada têm contra os alguns que têm, insurreição que terá por fim a liquidação destes e a socialização da propriedade pelo Estado ou a extinção da propriedade privada”.<sup>13</sup>

12 Idem, p. 379.

13 Apostila: “A marcha da filosofia”, p. 40. Ainda que Marx chegue a falar, no primeiro tomo de *O Capital*, em pauperização absoluta e relativa do proletariado, não parece correto entender que o marxismo, sobretudo o dos primeiros tempos, atribuisse primazia ao aspecto material do problema posto que a questão essencial consistia na alienação do homem.

*Para Leônidas de Resende, o erro de Comte consiste em não ter atentado para a circunstância de que, na Idade Média, não se verificou primeiro a sistematização da educação mas a transformação material. De modo que o passado (a Idade Média) não autorizaria a síntese por ela proposta. Objeta também não ser correta a pretensão do fundador da religião da humanidade quando afirma haja a sua síntese resultado da política positiva e esta da filosofia. Diz textualmente: “Respondem-lhe os marxistas: não. Sua filosofia é positiva, é determinista a sua política e sua síntese metafísica. Na filosofia você submete o abstrato ao concreto, a dedução, à indução, a meditação à contemplação, o subjetivo ao objetivo, a inteligência ao fato, o homem ao mundo, as vontades, livre-arbítrio, às leis naturais. Na Política e na Síntese você sobrepõe aquelas vontades a essas leis, o desejo à realidade. Numa você é a ciência e, na outra, a religião.”<sup>14</sup> Em resumo: Comte é “reformista” e Marx revolucionário.*

*Como se vê, a doutrina de Leônidas de Resende compreende não só a reinterpretação de Comte, na linha dos chamados “dissidentes”, de rejeitar a religião da humanidade em nome da filosofia positiva, como também a redução do pensamento de Marx a um simples positivismo, no plano filosófico. Essa síntese tem o grande mérito de explicar algo que a prática política, dos adeptos brasileiros do marxismo, havia consagrado. Estes nunca se atreveram por certo a falar com tanta clareza mas são os autores de uma tese passível de contornar os dogmas: o comtismo seria “reacionário” na Europa, tendo desempenhado no Brasil um papel eminentemente progressista. Assim, Leônidas de Resende foi o grande popularizador da versão do marxismo que veio a se constituir na principal manifestação dessa corrente no Brasil. No momento mesmo em que ascende à cátedra na Faculdade Nacional de Direito, em 1932, o movimento político de inspiração marxista não tinha qualquer expressão. Nessa época, ao ingressar naquele estabelecimento de ensino, os estudantes eram recebidos na primeira aula com a advertência de que “a economia política, sem Marx e Engels, pode ser tudo menos economia política. Temos que começar por eles”. Essa*

---

14 *A formação do capital e seu desenvolvimento*, p. 383.

*novidade era, ao mesmo tempo, filiada a algo em franco processo de ascensão no país depois da República, isto é, a corrente positivista que se inspirava amplamente nas ideias políticas de Comte, consolidada no Rio Grande do Sul, desde os começos do século, com fortes simpatias entre os militares, empolgando o poder no plano nacional, na pessoa de Vargas. Desse modo, Leônidas de Resende dava ao marxismo — ou ao que por isto entendeu — uma componente nacional das mais ponderáveis, desde que radicada numa tradição apoiada em todo um sistema de ensino. Foi sem dúvida a fusão por ele patrocinada que abriu caminho à doutrina em amplos círculos da intelectualidade. Disso resultou, é certo, que o marxismo brasileiro perdesse o contato com a suposta matriz que lhe dera origem, desde que, na verdade, apenas algumas de suas teses foram adaptadas à versão brasileira do positivismo. Daí a ausência de qualquer expressão no plano filosófico. Como que se constitui apenas numa das vertentes da mentalidade cientificista estratificada.*

“ Segui il tuo corso et lascia dir le gent.”

DANTE

# A FORMAÇÃO DO CAPITAL E SEU DESENVOLVIMENTO

“A ERA CAPITALISTA COMEÇOU A SUA AGONIA.”  
(CARLOS PORTO CARREIRO)

---

“TODA ESSA CRÍTICA DE MARX AO  
CAPITALISMO É DE UMA LÓGICA IMPRESSIONANTE...  
ESTAMOS EM FACE DE UMA TRANSIÇÃO DRAMÁTICA DA  
HISTÓRIA.” (TRISTÃO DE ATAÍDE)

---

“NO BRASIL SE TEM FEITO ATÉ HOJE A  
POLÍTICA DOS RICOS, O DIREITO DOS RICOS, A JUSTIÇA DOS  
RICOS. É TEMPO QUE SE FAÇA TAMBÉM A DOS POBRES.”  
(JOÃO MANGABEIRA)



.....

## Introdução

*Explicações e advertências aos homens de sentimento e inteligência.*

---

*Os três grandes inimigos da razão e da ciência, segundo Haeckel: a maldade, a ignorância e a preguiça.*

**E**SCOLHEMOS para assuntos desta tese ou dissertação os seguintes, pela sua natureza, correlativos:

I. *A formação do capital e seu desenvolvimento.*

II. *A questão social em geral. Os povos em seu conjunto em que sentido estão caminhando? Para a direita ou individualismo, ou regime cada vez mais amplo da propriedade privada, ou capitalismo? Para o centro, ou ecleticismo, ou regime do cerceamento daquela propriedade, com o objetivo do estabelecimento do equilíbrio entre o capital e o trabalho? Ou para a esquerda, ou comunismo ou regime da abolição daquela propriedade?*



*Malgrado sua complexidade, procuraremos abordar todas estas questões, como se impõem: de modo metódico, despretenso e simples, EM FORMA DIDÁTICA E DOCUMENTADAMENTE.*

*Somos os primeiros a reconhecer nossa pequenez ante empreendimento tão grande. Anima-nos, porém, com seu conselho a velha sabedoria popular: qui craint le danger ne doit pas aller en mer.*

*O qui amat periculum in illo peribit dos latinos não nos apavora.*

*Portanto, mãos à obra, e resolutamente.*

*Partamos da teoria para a prática; generalizemos para concluir. Esta a melhor solução que comporta o acervo dos dados aqui a representar.*

*Antes, porém, algumas explicações e advertências aos homens de sentimento e inteligência:*

*Primeira). Por que escolhemos tais assuntos?*

*Por várias razões que vamos enumerar:*

*a) pelo seu grau de importância e oportunidade;*

*b) porque envolvem o exame de todas as doutrinas das chamadas escolas econômicas e sociais: o individualismo, o catolicismo, o positivismo, o marxismo, o reformismo, o intervencionismo, e, com esse exame, ainda o da atual situação econômico-social do mundo:*

*c) porque temos o direito de proceder livremente a esses exames, e, além desse direito, o dever, visto como não há ainda nenhum trabalho em síntese dessas doutrinas, englobando-as e comparando umas com as outras;*

*d) porque há os que desejam estudá-las e aprendê-las, e não encontram onde, senão em tratados especializados, de regra, inacessíveis aos que começam e aos menos favorecidos pela fortuna;*

*e) porque o objetivo precípua do professor ou do candidato ao magistério, deve se afastar ou, pelo menos, tentar fazê-lo das dificuldades do ensino a seu cargo ou de sua competência deve se concorrer para facilitar esse ensino;*

*f) porque, atendendo ao que dispõe o art. 53 do Dec. nº 19.851, de 2 de abril de 1931, poderemos, com o explanar essas questões de ordem geral, talvez revelar certa erudição, e experiência no seu tratamento.*

*Segunda). Aquele direito que nos assiste de proceder livremente ao exame de tais doutrinas podem e devem ser expostas, em todos seus fundamentos, em toda sua contextura, em todas suas consequências, e principalmente nas catedrais das Universidades, que devem ser, não câmaras escuras, mas largos e fecundos laboratórios de mentalidades. Nem só os maiores pensadores recomendam essa exposição, recomendam a mais ampla liberdade espiritual, como nossas leis também asseguram plenamente.*

*Diz, por exemplo, Augusto Comte:*

*“Todas as divulgações teóricas devem poder manifestar-se sem obstáculo, salvo a repressão especial das perturbações que suscitarem.*

*“Quanto melhor se aprecia a necessidade de uma disciplina espiritual, tanto mais se deve sentir a importância de uma liberdade necessária ao seu advento, quer para tirar aos anarquistas o prestígio da perseguição, quer a fim de provar ao povo que as bases da sociedade não recebem exame algum” (Apelo aos Conservadores, trad. de Miguel Lemos, pág. 142).*

*Precisa um de seus discípulos: “A terminação da anarquia e a reorganização da sociedade dependem da renovação das opiniões e dos costumes da vitória de nova doutrina mental e moral... É necessária inteira liberdade de exposição e discussão a todas as doutrinas que se disputam o ascendente comercial.” (A Ditadura Republicana, Jorge Lagarrigue, trad. de Mariano de Oliveira, pág. 36)*

*Se as relações sociais que aí estão são “leis eternas da natureza e da razão”, se são invulneráveis, se a tudo sobrevivem, não há, não pode haver mal algum, naquela liberdade de exposição e discussão, para a “renovação das opiniões e dos costumes”.*

*Se não o são, tanto pior para elas, e ainda mais se impõem o mesmo exame, porque não se há de procurar manter artificialmente o que está sendo naturalmente derrocado.*

*Diz ainda nossa Constituição:*

*“Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.” (Art. 72 parág. 6)*

*“Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento, pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependência de censura...” (Art. 72, parág. 12)*

*Portanto, contribuamos, quanto estiver em nós, para fazer homens livres, e não escravos do pensamento. O problema não mais é crer sem ter necessidade de compreender; não mais é o credo quia absurdum de Tertuliano; é compreender para crer; é acompanhar decididamente o movimento, o surto intelectual.*

*Terceira). Fala-se em doutrinas monstruosas, subversivas, revolucionárias, que seria bom a mocidade desconhecesse. Tem sido assim em todas as épocas. Já perante o tribunal que o condenou à morte, dizia o velho Sócrates:*

*“É esta a primeira vez que compareço perante um tribunal... Meus acusadores me imputaram o crime de querer investigar coisas que estão acima e abaixo de nós, de tornar boas as coisas más e ensinar os outros a fazer o mesmo. E, contudo, é certo que nada sei de tudo isso, e, pois, que sempre falei em público, digam os meus ouvintes se alguma vez professei coisa semelhante, e se os mancebos que me escutaram, chegados à idade viril, não continuaram a estimar-me. Meu saber é todo humano... Por dizê-lo incorri na inimizade dos filósofos, dos artistas e dos poetas que presumem saber muito. A mocidade que me ouve, aprende a fazer pouco caso de sua suposta ciência. Eis por que dizem que a corrompo.*

*“Se me absolverdes com a condição de deixar de filosofar, não desobedecerei aos deuses para obedecer a vós, pois que entendo não lhes poder prestar mais respeitosa mensagem do que a de empregar meus máximos esforços em persuadir moços e velhos, que não se ocupem das riquezas e dos bens materiais, dando-lhes preferência aos da alma.*

*“Não recorrerei, para conciliar vossa benevolência, a meios que considero menos bons e menos justos.” (Finalidade do Mundo, Farias Brito, 1º vol, págs. 14 e 15)*

*Os séculos se têm desdobrado, e ainda há os que são acusados de “tornar boas as coisas más e ensinar os outros a fazer o mesmo”; ainda que são acusados de corrompoer a mocidade, porque esta que os ouve aprende com eles a fazer pouco caso de supostas ciências, ainda há os que*

*não sabem o que é humano, o que é deste mundo, e presumem saber muito; ainda há os que filosofam não pro domo suo, mas para o bem coletivo; e ainda há os que condenam, como a monstrosos. De monstros está cheia a história. Perseu os combatia, envolvendo-se nas nuvens. Depois desse processo mitológico não mais deu resultado. As nuvens impediam a vitória dos mesmos monstros.*

*A burguesia foi o monstro da feudalidade, e se transformou na suprema glória da civilização. Também temos tido nossos monstros, a começar por Tiradentes.*

*A monarquia era a salvação; a República, a desordem. Isto até 15 de novembro de 1889. Nesse mesmo dia, justamente o oposto é que era proclamado como verdade.*

*“Como se sabe”, escrevia Teixeira Mendes, “bem diminuto era o número dos que, no Brasil, se confessavam publicamente republicanos, antes de 15 de novembro de 1889... A nação inteira parecia apegada aos destroços do regime monárquico português, que a situação política fizera consagrar, na época da Independência do Brasil, sob o nome de monarquia constitucional representativa... As classes dominantes afetavam uma sincera adesão a esse regime, contentando-se com as lutas parlamentares entre os pretensos conservadores e os intitulados liberais. Nas vésperas mesmo de 15 de novembro de 1889, subira ao poder o Ministério do chamado partido liberal, com o programa ostensivo de sustar o desenvolvimento das aspirações republicanas, e conseguira eleger uma Câmara unânime... Tal era o quadro da situação brasileira, visto através das classes dominantes, quando, a aurora de 15 de novembro de 1889, se dissiparam os partidos monárquicos, como os fantasmas de um sonho. Inverteram-se os papéis: os republicanos passaram a ser a massa da nação; e os monarquistas surgiram nesse mar imenso com raros sobrenadando.” (A mistificação democrática e a representação social, págs. 3-4)*

*A própria Revolução de 1930 foi monstruosa em 22, 24 e 26. E, nesta hora, não lhe faltam adeptos, sendo que muitos dos mais extremados reacionários naqueles anos se encontram entre os mais extremados desses adeptos. Já há até os que estão sobrando.*

*Os maiores monstros de ontem são, quase sempre, invariavelmente, os maiores heróis de hoje.*

*O mesmo acontece com as doutrinas. Quantas a Inquisição impugnou, nem por isso deixaram, depois, de prevalecer estrondosamente.*

*Chumbar a consciência da mocidade com preconceito e superstições é puro processo medieval. Temos de continuar o passado, e não de a ele voltar.*

*Quarta). Nas democracias contemporâneas, o que impera não são os méritos, não são as capacidades, mas o número e a riqueza, de per si ou simultaneamente.*

*Daí este julgamento de Ward: “A adaptação à função está, hoje, apenas começando. Os sábios ainda estão sobrecarregados de obrigações servis e os idiotas governam os Estados.”(Dynamic Sociology, tomo 2º, pág. 661)*

*Daí esta concessão de um representante da burguesia à aristocracia: “Não queremos derrubar a aristocracia. Consentimos em que ela conserve o governo e suas dependências. Acreditamos nós outros burgueses, que é preciso para conduzir os negócios os homens especiais, educados para esse fim, com a situação independente e de comando. Além do mais, seus títulos e a sua genealogia são um penacho dourado, e uma tropa se deixa conduzir melhor quando seu comandante está sob o penacho. Mas queremos absolutamente que ela a aristocracia reserve a todos os postos do governo aos mais capazes. Nada de mediocridades, nada de nepotismo. Que ela governe, mas que ela tenha talento.”(John Bright, citado por Taine, Notas sobre a Inglaterra pág. 208) Daí ainda estas palavras de indignação de Leroy-Beaulieu: “Os políticos modernos, em suas várias graduações, desde os conselheiros municipais das cidades até os ministros, são, tomados de massa, com raras exceções uma das classes mais ordinárias e mais cheias em sicofantas e de cortesãos, conhecidas pela humanidade. Seu fim é lisonjear baixamente e desenvolver todos os preconceitos populares que eles aliás também adotam, não tendo jamais consagrado um instante de sua vida à reflexão e à observação.” (Tratado de Economia Política, tomo IV, pág. 618) Era também o que já antevia Dante:*

*“Não há na Terra quem governe...*

*“Eis por que se extravia a família humana.”* (Paraíso, Canto XXVII)

*O que há é o governo da metafísica democrática, em que a grande maioria se julga competente para resolver em sociologia, sem saber aritmética, na frase de Augusto Comte.*

*E competentes se apresentam, sobretudo, no domínio da economia, das finanças e da medicina.*

*Assinalando-o, já dizia Sousa Franco:*

*“Acontece, a respeito das finanças, como da medicina, pela influência que têm ambas sobre os dois principais atributos do homem, a vida e a propriedade, que ainda os menos imbuídos em seus triviais princípios se julgam habilitados para decidir as questões. E não é novo ouvir planos financeiros a quem não possui a menor tintura de ciência, e desconhece os fatos anteriores e presentes do Império, e a relação em que estão uns para os outros.”* (Discurso de junho de 1857)

*Esses “competentes” levam sua sem-cerimônia a discordar de tal ou qual doutrina, a refugió-la, apenas, por instinto, apenas para ouvir dizer: sem a conhecer, sem a ter estudado; sem nunca haver sobre ela refletido seriamente; e estão convictos, em sua miopia, de que é o bastante oprimi-la, para impedir a eclosão de todo e qualquer movimento revolucionário.*

Il est certains esprits dont les sombres pensées  
Sont d'un nuage épais toujours embarrassés.  
(Boileau)

*Esta espécie de homens são os que poderemos qualificar de homens avestruzes.*

*O avestruz é que põe a “cabeça debaixo da asa, e imagina que está livre do perigo que o cerca”.*

*A esse respeito é bastante elucidativo o depoimento abaixo, do ex-deputado Sr. João Mangabeira com relação ao que se passa entre nós:*

*“Não há muitos anos, um ministro pediu a um diplomata estrangeiro um exemplar da última lei de perseguição ao comunismo em seu*

*país, um dos mais cultos do mundo. E o representante da nação amiga respondeu-lhe: 'Mas, Excelência, em meu país não se persegue o comunismo, que é um partido legal, é o terceiro em número de deputados na Câmara.' Mudou-se o regime. Mas a boçalidade não mudou. Tão grande é o poder da ignorância!'* (Correio da Manhã, 16 de março de 1932)

*Mas, além dos ignorantes, há os maus, aqueles que Augusto Comte classificava, e aliás benevolmente, de "almas retrógradas, ou mesmo anárquicas, que são, raras vezes, responsáveis de sua degradação, ordinariamente resultante de insuperável situação".* (Política Positiva, tomo 4, pág. 537)

*"Estes afogaram 'o êxtase religioso, o entusiasmo cavalheiresco, a sentimentalidade do pequeno burguês nas águas geladas do cálculo egoísta'; fizeram da dignidade pessoal simples valor de troca; não compreendem senão a 'exploração aberta, direta, brutal e cínica; a tudo sobre põem essa exploração'.*

*"Mas há, ainda, os preguiçosos, os indolentes, calando os ímpetos de sua revolta, em face dos desmandos reacionários, para não terem de se importunar.*

*"Não se pode contestar a justiça desta observação de Haeckel: 'Dos três grandes inimigos da razão e da ciência, o mais perigoso não é a maldade, mas a ignorância e talvez ainda mais do que esta a preguiça'." (Os Enigmas do Universo, ed. Schleicher Frères, pág. 13)*

*A indiferença dos preguiçosos e os juízos dos maus e ignorantes devem ser postos de quarentena. Não podem servir de argumento de aprovação ou reprovação desta ou daquela doutrina. Valem pela sua própria expressão que ou é a ignorância, ou a maldade, ou o comodismo.*

*Quinta). Há também confusões, desde logo, a desfazer aqui. Há um exemplo, os que ainda supõem que todos os autores católicos são radicalmente contrários a Marx e a Engels e aos seus princípios. Ora, isto não é exato. É, ao contrário, a mais indigna falsidade. Mesmo sem sair do Brasil, podemos prová-lo esmagadoramente. Provemo-lo. É conhecido, a respeito, o pronunciamento do saudoso professor Porto Carreiro, que foi uma das grandes figuras que têm passado por esta Faculdade. Grande pelo seu sentimento, grande pela sua inteligência,*

*grande pelo seu saber, grande pela sua autoridade. Espírito conservador, e não revolucionário. Em suas Lições de Economia Política, deixou consignada esta sua profissão de fé: “Não temos a pretensão de impor um dogma a todos os homens. Para nós, o ideal seria que eles se reunissem em torno da Cruz e aprendessem com o Divino Mestre a amarem-se uns aos outros.” (pág. 237)*

*Era um crente fervoroso, e, no entanto, afirmava: “O Estado moderno terá de renunciar ao seu papel de gendarme, de guarda aos cofres dos capitalistas; terá de desterrar a preocupação de que ele só existe em função das classes conservadoras; terá de buscar um apoio mais racional, mais espiritual e mais humano do que a organização capitalista da sociedade.*

*“Terá de fazê-lo, ou desaparecerá fatalmente, porque, se ele mesmo, por si, não encaminhar o seu programa no sentido da igualdade e da solidariedade, quando soar a hora das reivindicações, não restará no mundo nem um só dos motivos que o fazem viver, nem o mais ligeiro vestígio dos alicerces em que se funda o seu edifício.*

*“A era capitalista começa a sua agonia.” (págs. 304 e 305)*

*Era um crente, e adaptava esta tese de que “a era capitalista começou a sua agonia”, uma das conclusões fundamentais do socialismo de Marx e Engels. Era um crente, e não se pejava de proclamar o mérito desses socialistas, nestes termos:*

*“Seria ingenuidade negar todos os fatos apontados pelos socialistas. Os documentos que figuram no O Capital, de Karl Marx, são bebidos em fontes oficiais. Engels é um estatístico de valor.” (pág. 235)*

*Mas não é tudo.*

*Outros crentes se têm pronunciado nesse mesmo sentido, senão em sentido mais amplo do que esse, e ainda em linguagem mais vibrante, mais destemerosa, mais enérgica também do que essa do inesquecível Mestre. Entre eles, ocupa lugar de honra o estimado e estimável Sr. Tristão de Ataíde, de méritos tão justamente reconhecidos.*

*Ouçamo-lo.*

*Na Introdução à Economia Moderna, escreve:*



*“Dissemos que o proletismo é um fenômeno típico do capitalismo. Realmente, foi essa uma das observações mais verídicas da crítica genial de Marx ao capital, em sua monstruosa absorção moderna de todas as atividades vitais. Na sua teoria do exército de reserva, Marx mostra como o capitalismo vai criando, em torno de si, não a prosperidade crescente e cada vez mais dividida, mas a subordinação de massas cada vez maiores a núcleos de possuidores do capital, cada vez mais acumulados ou centralizados, e que subordinando o trabalho à lei da oferta e da procura, vai disseminando a miséria através da periodicidade catastrófica das crises, inerente ao liberalismo econômico. Toda essa crítica de Marx ao capitalismo, filho do liberalismo econômico, tal como ele o conheceu no seu tempo, É DE UMA LÓGICA IMPRESSIONANTE.”* (pág. 295)

*Lemos na Preparação à Sociologia:*

*“O capitalismo aboliu praticamente [o grifo é seu] a propriedade, pois o que a nossa própria sociedade brasileira nos mostra, sendo embora uma sociedade de capitalismo empírico, é o espetáculo de maiorias absolutas de não-proprietários em face de uma minoria insignificante de proprietários. Para um regime que se alicerça doutrinariamente na propriedade, como pretende fundar-se o capitalismo, não pode haver melhor confissão do seu completo fracasso.”* (pág. 245)

*Nesse mesmo livro, qualifica novamente Marx de “genial”* (pág. 152).

*No Problema da Burguesia, ainda é mais incisivo:*

*“A introdução da máquina, que ia representar o triunfo da burguesia e do capitalismo, provocou portanto uma forte crise econômica, a primeira de todo esse sistema de crises que tem sido, como muito bem o via e o previu Karl Marx, a própria história do capitalismo individualista.”*

*“Estará realmente a burguesia condenada a desaparecer dentro em breve, vencida pelo proletariado, da mesma forma que a seu tempo venceu ela o feudalismo?”*

*“Devemos, primeiro, indagar se são naturalmente efetivos os signos de decadência da burguesia.”*

*“A mim me parecem indubitáveis... Estamos, portanto, em face de uma transição dramática da História. Presenciamos a decadência de uma classe que há três ou quatro séculos tomou a direção de nossa civilização ocidental.” (págs. 110 a 113)*

*Logo o Sr. Tristão de Ataíde afirma:*

- a) que a crítica de Marx ao capital é genial;*
- b) que o capitalismo vai criando em torno de si, não a prosperidade crescente, mas a miséria disseminada;*
- c) que ele aboliu praticamente a propriedade, e não pode haver melhor confissão do seu completo fracasso;*
- d) que são evidentes os sinais de decadência da burguesia;*
- e) que estamos em face de uma transição dramática da história.*

*Formula essas afirmativas e as justifica convenientemente.*

*Logo os escritores católicos que estão radicalmente contrários a Marx e Engels e a seus princípios são ou os ignorantes, ou os maus, ou os preguiçosos. Apenas estes.*

*Há ainda os que supõem que a Igreja deve estar inteiramente ao lado da burguesia. Também não é exato. O Sr. Tristão de Ataíde nem só evidencia que a Igreja não deve estar com a burguesia como que deve estar contra ela.*

*Primeiro articulado: a Igreja não deve estar com a burguesia.*

*Diz ele:*

*“Não indagemos qual o regime político que a Igreja defende, nem qual o social que ela propugna. Ela não é monarquista, nem democrática por natureza, como não é liberal ou socialista, capitalista ou comunista.” (Preparação à Sociologia, pág. 240)*

*“A Igreja transcende a todas as culturas, como a todas as classes humanas.” (Problema da Burguesia, pág. 236)*

*Está “acima das nações, das civilizações, das culturas, das classes, dos ciclos históricos, de tudo o que é participação social”. (pág. 237)*

*Pensamento que deve ser assim traduzido.*

*Acima das classes, a Igreja não pode estar por uma contra outra. Os que a colocam inteiramente ao lado da burguesia, antes de estar com ela: a Igreja deve estar contra a burguesia.*

*Em primeiro lugar, por uma questão de legítima defesa.*

*Diz o Sr. Tristão:*

*“O capitalismo, regime econômico correspondente ao liberalismo democrático e com ele existente, faz com a religião o mesmo que a democracia laicista: relega-a para as consciências, expulsa-a em regra da vida pública e especialmente da formação oficial da mocidade. A separação radical entre o Estado e a Igreja, de que as democracias liberais tanto se gabam, é o resultado, na ordem política, desse espírito capitalista... O capitalismo, em regra, não persegue a religião; coexiste em paz com ela, suprimindo-lhe, porém, toda a eficiência social e deixando-a (a seu ver) morrer de inanição... A religião, nas sociedades capitalistas, continua a ser uma coisa em geral respeitada por interesse e faz parte do convencionalismo social, que é tão do agrado de todo liberalismo político e econômico.”* (Introdução à Economia Moderna, págs. 265 e 266)

*“A Igreja sobrenaturaliza todos os ségimens políticos ou sociais. Ela condena apenas aqueles que negam a essência de sua doutrina.”* (Preparação à Sociologia, pág. 240)

*Está, portanto, contra o capitalismo, que nega a “essência de sua doutrina”, que a “expulsa em regra da vida pública”, que lhe suprime “toda a eficiência social”, que se multiplica por “matá-la de inanição”.*

*Está ainda contra ele, porque ele é pelo “direito de propriedade contra o bem comum”, e ela se o não tem sido, deve ser pelo “bem comum contra o direito de propriedade”.*

*Diz o Sr. Tristão:*

*“A propriedade, segundo o direito cristão, era um direito relativo. Ao homem não cabia, de forma alguma, o ‘jus utendi et abutendi’, que aliás já em Roma não recebia adesão de todos os juristas, mas veio constituir o conceito básico da propriedade no liberalismo econômico... O conceito de propriedade, segundo o direito cristão, era o de um usufruto dos bens. Só há no mundo um proprietário absoluto – Deus.*

*Nossa propriedade não é mais do que uma administração dos bens terrenos para os fins determinados por Deus. Logo, não há direitos de propriedade contra os direitos da justiça distributiva. E os teólogos distinguem nitidamente entre posse e uso, mostrando que, se o uso da propriedade é individual, a posse é social. Logo, o direito de propriedade além de relativo é social. Existe para o bem geral. O que equivale a dizer que não há direito de propriedade contra o bem comum, que é a medida dos bens próprios. Ora, nós já vimos como essa deslocação do bem comum para o bem próprio, como medida do bem coletivo, foi o grande desvio inicial da economia moderna.*

*“E dele ia nascer o capitalismo, isto é, o predomínio dos direitos do capital sobre os direitos do trabalho.” (Preparação à Sociologia, págs. 217 e 218)*

*“O que quer é restaurar a propriedade, não como direito individual, no sentido jurídico romano, mas como função social, no sentido jurídico cristão.” (pág 246)*

*A Igreja, é o que diz o Sr. Tristão de Ataíde, não deve estar, não pode estar com o capitalismo, porque ela é pela propriedade social, e este pela propriedade individual, “o grande desvio inicial da economia moderna”.*

*Aliás Ricardo Jones foi um reverendo e, diz Kautsky, “Marx começa onde Jones acaba”.*

*Mas ainda não é tudo.*

*As próprias Encíclicas dos Papas confirmam, senão todos, a grande maioria dos princípios de Marx e Engels.*

*Diz o Sr. João Mangabeira:*

*“Há um ponto, em que manifestos comunistas e encíclicas papalinas se acordam e confundem, como as águas dos rios nos estuários — é na afirmativa que o proletariado é explorado pela ganância do capitalismo, a cujos excessos é preciso pôr um termo.”*

*Acordam-se nesse e em vários outros pontos.*

*São fatos que serão devidamente comprovados por nós neste trabalho.*

*Outra questão. Pós em destaque Augusto Comte que Aristóteles foi por tal forma superior ao seu tempo que só pôde ser apreciado na Idade Média.*

*Também a superioridade de Karl Marx não foi facilmente reconhecida.*

*Ele tinha a impressão que “do mesmo modo que outrora uma parte da nobreza se colocou ao lado da burguesia, em nossos dias uma parte da burguesia” (Manifesto Comunista trad. brasileira, pág. 20) faria “causa comum com o proletariado, especialmente essa parte dos ideólogos burgueses, que chegaram à compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto.”*

*Todavia, por circunstâncias diferentes, demoraram a surgir esses ideólogos, e intercorrentemente se espalhava a versão de que O Capital era de difícil leitura: O próprio Marx, tomando disso conhecimento, dizia: “Os disparatados hiperbólicos da economia vulgar alemã saem em guerra contra o estilo e a redação de minha obra. Mais do que qualquer, julgo severamente os defeitos literários do O Capital. Mas para a edificação e a alegria desses senhores e de seu público, não resisto ao prazer de reproduzir aqui duas apreciações a ele relativas, uma inglesa, a outra russa. A Saturday Review, absolutamente hostil a minhas teorias, diz anunciando sua primeira edição: “Graças ao exposto, as mais áridas questões econômicas adquirem um encanto particular.” Em seu número de 20 de abril de 1872, o S. P. Wjedomosti (O Jornal de S. Petersburgo), por sua vez, também diz entre outras coisas: “À parte certas passagens muito especiais, O Capital mostra qualidades raríssimas: é acessível a todos, claro e extraordinariamente vivo, apesar da elevação científica da matéria. Quanto a este particular, o autor... se distancia muito da maior parte dos sábios alemães que... redigem seus livros em linguagem tão obscura e tão árida que pobres mortais têm de quebrar a cabeça para os digerir.” (O Capital, trad. franc., J. Molitor, prefácio, da 2ª ed., pág. XC)*

*Mas até mesmo aquelas passagens especiais, Marx cuidou de as simplificar, conforme ainda este seu testemunho, no já citado prefácio.*

*“É preciso preliminarmente dar aos leitores da primeira edição explicações sobre as modificações feitas na segunda... Há algumas notas suplementares. Quanto ao texto, eis as anotações mais importantes:*

*“Na primeira parte do capítulo primeiro, expus a determinação do valor com maior rigor científico, analisando as igualdades em que se exprime todo valor de troca, além do que firmei expressamente, enquanto havia simplesmente indicado, na primeira edição, a conexão entre a substância do valor e a determinação de sua grandeza pelo tempo de trabalho socialmente necessário (para sua criação). A terceira parte desse capítulo foi completamente refeita, como o exigia de resto a dupla exposição feita na primeira edição. Acrescento que fui conduzido a essas modificações, pelo meu amigo, Dr. Kugelman, de Hanover...*

*“Kugelman me fez perceber que, para a maior parte dos leitores, uma explanação suplementar e mais didática da forma valor era necessária. Modifiquei ainda muitos pontos da última parte do capítulo primeiro: ‘O caráter fetiche da mercadoria, etc.’ Revi cuidadosamente o capítulo III. Na primeira edição, tinha negligenciado um pouco esta parte, contentando-me de recomendar para, seu melhor estudo minha Crítica da Economia Política, Berlim, 1859. O capítulo VII, principalmente em sua segunda parte foi consideravelmente modificado.” (Pág. LXXXIV)*

*Malgrado todas essas modificações, persistia, entretanto, aquela versão. Tudo porque O Capital descrevia não somente “os fenômenos econômicos e sua ação sobre o meio social, mas também as leis de sua evolução e de suas ações sobre os organismos sociais e as reações destes sobre aqueles. Tudo porque, como dizia Paul Lafargue, O Capital devia ser lido não “como um romance, mas estudado como um tratado de mecânica analítica”. (O Socialista, 20 de março de 1904) Tudo porque sua leitura exigia tempo e atenção que a maioria dos trabalhadores não podia dispensar-lhe. É inegável, porém, que, “nestes últimos anos o marxismo tem realizado, em toda parte, rápidos e consideráveis progressos, firmando-se como teoria acientífica de indiscutível valor”.*

*Não há, pois, que estranhar o referido Sr. João Mangabeira, vulto de maior responsabilidade da nossa política e do nosso meio inte-*

*lectual, do mesmo modo que outros elementos da própria burguesia, não mais tenha dúvida em declarar em público:*

*“Como o trabalho escravo e o servil desapareceram com os regimes de produção antigo e feudal, o trabalho assalariado, derradeira forma larvada da escravidão, agoniza. E os horizontes do mundo só nos anunciam borrascas...*

*“Não há como fugir a tomar uma atitude clara no problema das relações entre o capital e o trabalho...*

*“No Brasil se tem feito, até hoje, a política dos ricos, o direito dos ricos, a justiça dos ricos. É tempo que se faça também a dos pobres...*

*“O que digo é que a produção atual é sobretudo coletivista e dirigida por coletividades — sindicatos de operários e patrões, cooperativas, sociedades anônimas, trustes, cárteis, etc. E isto, de formas, em formas mais largas, até a socialização dos meios de produção.”*

*Ainda uma vez se verifica a verdade expressa por Marx, na Contribuição à Crítica da Economia Política: “A um certo estágio do seu desenvolvimento as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes.”*

*Para alguns, porém, já o marxismo envelheceu. Essa objeção não é nova. Tem sido por vezes levantada.*

*Kautsky, porém, rebatendo-a, disse que não o marxismo, mas seus críticos e revisores é que têm envelhecido.*

*“Há mais ou menos uma dúzia de anos”, afirmou ele, “manifestou-se em nossas fileiras a tendência que estabelecia que as doutrinas científicas deviam variar como as modas, e que uma teoria se tornava caduca, uma vez que datasse de cinquenta anos. Mas, em sua tentativa de progredir, não fez senão regredir aquém de Marx.*

*“O insucesso que o revisionismo encontrou naquele seu esforço tiberônico prova, mais claramente do que nunca, que, para o que é das bases da Economia Política, ainda não melhoramos Marx.” (Prefácio da História das Doutrinas Econômicas, tomo VI, pág. 17)*

*Na verdade, a Economia Política, sem Marx e Engels, pode ser tudo, menos Economia Política.*

*“A era capitalista começou a sua agonia. Estamos, portanto, em face de uma transição dramática da História.”*

*”Eles o previram, há quase um século. Há quase um século, descreveram minuciosamente toda marcha dessa agonia a que estamos assistindo.”*

*Concretizando: Se no estudo geral da Economia Política não poderíamos prescindir de Marx e Engels, muito menos deles poderemos prescindir no estudo particular do principal assunto deste trabalho: A formação do capital e seu desenvolvimento.*

*“A solução desta questão”, diz Engels, “é o momento mais decisivo da obra de Marx: lança luz penetrante sobre questões econômicas em que tanto os socialistas como os economistas burgueses se debatiam nas mais espessas trevas. Dela data e é em torno dela que se ergue o socialismo científico.” (Filosofia, Economia Política, Socialismo, pág. 265)*

*Marx e Engels são a aritmética desta seara. Para nela entrar, temos, pois, obrigatoriamente, de a eles recorrer; e a eles recorreremos, nem só obrigatória, como voluntariamente. Estimamos a ciência, onde quer que se encontre. Se, nessa matéria, ela está com eles, não vemos por que deixar de ir até eles.*

*Como o Sr. Tristão de Ataíde, consideramos igualmente geniais as concepções de Marx e Engels, de crítica ao capitalismo.*





# LIVRO I

## A evolução das sociedades

ELAS SE TÊM SUCEDIDO NECESSARIAMENTE, UMAS ÀS OUTRAS, ESTAS TENDO SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS OBRIGATORIAMENTE NAQUELAS, UMAS E OUTRAS, SIMULTANEAMENTE, EFEITO E CAUSA.

---

“NÃO É MAIS POSSÍVEL DESCONHECER, ENTRE TODAS AS POPULAÇÕES HUMANAS, UMA SOLIDARIEDADE ÍNTIMA, QUE OS ACONTECIMENTOS DIÁRIOS FAZEM SOBRESSAIR GRADUALMENTE.”  
(AUGUSTO COMTE)



.....

## Capítulo I

*“Consensus” entre todos os fenômenos  
cosmológicos.*

*Há, entre eles, unidade e não pluralidade,  
monismo e não dualismo.*

**H**Á VERDADEIRO *consensus* entre todos os fenômenos cosmológicos. Há entre eles unidade, e não pluralidade, monismo e não dualismo. Os hiatos que os separavam, a ciência os derrocou. A sociedade continua e contém toda natureza. Não é somente psíquica, mas ao mesmo tempo, psíquica, orgânica e inorgânica. É natural prolongamento da psicologia e da biologia, como estas o são igualmente da física, da química, da astrologia e da matemática.

A Terra é uma fração da nebulosa. A vida das plantas depende direta e indiretamente do calor da luz solar. A vida dos animais resulta imediata e terminantemente da vida dos vegetais. Os sentimentos e as ideias são manifestações das forças do mundo exterior atuando sobre nós. A vida das sociedades repousa sobre as criações vegetais e animais; as forças físicas transformam-se em forças sociais.

Era o que J. Novicow resumia nestas palavras:

“Antigamente, considerava-se cada fenômeno como irreduzível. Um elemento (o ouro, por exemplo), uma espécie, uma instituição social (como a família), eram concebidos como tendo aparecido uma bela manhã, sem causa antecedente, como tendo surgido miraculosamente das entranhas da Terra em estado definitivo e como devendo permanecer nesse estado daqui por diante.

“Com essa concepção do universo, cada ciência tinha domínio nitidamente circunscrito, nada apresentando de comum com as outras.

“Os zoologistas não tinham necessidade de conhecer a química; os historiadores (e eram eles que se ocupavam quase exclusivamente da ciência social toda) também não tinham necessidade de conhecer as ciências naturais. Isto lhes era completamente inútil para descrever batalhas, contar as intrigas das cortes e estabelecer a genealogia dos reis.

“Essas concepções ingênuas caíram para sempre.

“Comprendemos agora que a natureza é uma; que as divisões que estabelecemos para seu estudo são categorias subjetivas de nosso espírito, indispensáveis para nossa fraca inteligência, mas sem nenhuma realidade objetiva. Comprendemos agora que movimento e matéria formam um só todo, que tudo se transforma perpetuamente no universo, e que todos os fenômenos são aspectos diversos sob os quais a mesma substância é percebida por nossos sentidos.

“Um exemplo para ilustrar a unidade dos fenômenos da natureza:

“Suponhamos a elaboração de uma lei por um parlamento. É um ato social. Mas como essa elaboração é produzida por uma troca de ideias entre os deputados, é também um fato psicológico. Por sua vez, os fenômenos psicológicos se ligam a fatos psicológicos; todo movimento psicológico se reduz a uma série de combustões químicas; e essas combustões são submetidas às leis da mecânica e da física. Assim, a elaboração de uma lei compreende uma série de ações relativas a várias ciências. Mas prossigamos. Se no dia em que a lei em questão foi discutida, fez muito calor, o resultado bem poderia ter sido diferente do que se tivesse feito frio.

“Eis, pois, a meteorologia, que também intervém no debate. Mas a temperatura, desta ou daquela região, em cada momento, depende das condições gerais do Planeta. Estas dizem respeito à geologia. Enfim, as causas que produziram a situação atual do nosso planeta são astronômicas. Estão, aí, pois, os fenômenos naturais concorrendo todos, em seu conjunto, para a confecção de uma lei.” (*Anais do Instituto de Sociologia*, tomo V, págs. 207 e 208)

*Conclusão: “Já não é mais lícito em nossos dias falar de uma ciência da “Natureza” e de uma ciência do “Homem”, como de coisas de todo separadas e antitéticas.”* (Ensaio de Filosofia do Direito, *Sílvio Romero*)

.....

## Capítulo II

*Para compreender o presente é preciso estudar o passado.*

*“Sem a escravidão antiga, não seria possível o socialismo contemporâneo.”*

**A**S SOCIEDADES, no seu desencadeamento, no seu desenrolar, são bem expressão desse consenso entre todos os fenômenos da natureza e suas transformações. Elas têm sucedido necessariamente, uma após outras, estas tendo seus elementos constitutivos obrigatoriamente naquelas, umas e outras, simultaneamente, efeito e causa. A sociedade greco-romana, baseada na escravidão, a sociedade feudal, baseada na servidão, a sociedade pequeno-burguesa da Revolução Francesa, baseada no trabalho livre, a sociedade burguesa ou dos “sem trabalho” e a sociedade proletária são elos de uma só e mesma corrente.

Era o que já ensinava Augusto Comte, de modo geral e de modo particular. De modo geral afirmando:

“Na existência teológica, cumpre distinguir *dois modos sucessivos*: a teocracia, essencialmente oriental, que forneceu até aqui o único tipo

verdadeiramente completo da ordem humana; a transição, *cada vez mais revolucionária*, na qual, há trinta séculos, os ocidentais preparam a sociocracia universal... Não é mais possível desconhecer, entre todas as populações humanas, uma solidariedade íntima, que os acontecimentos diários fazem sobressair gradualmente.” (*Apelo aos Conservadores*, pág. 21)

“Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos: tal é a lei fundamental da ordem humana... Os resultados materiais da cooperação humana dependem mais do concurso das gerações sucessivas que o concurso das famílias coexistentes.” (*Catecismo Positivista*, trad. de Miguel Lemos, págs. 74 e 249)

Agora de modo particular:

“O estado feudal, atribuído indevidamente às invasões germânicas, foi consequência necessária do regime romano, que no fim tendeu para aí espontaneamente. De fato, a extensão do império transformou dentro de pouco a conquista em defesa. Ora, os outros dois caracteres políticos da Idade Média resultam dessa transformação principal. De um lado, mudou gradualmente a escravidão em servidão, depois de ter naturalmente restringido o tráfico ao interior do mundo romano. Ao mesmo tempo, decompôs cada vez mais o domínio central em autoridades locais, encarregadas cada uma de defesa parcial, e cuja subordinação hierárquica constituiu a feudalidade propriamente dita... A constituição normal da indústria moderna assenta sobre duas condições gerais, já sensíveis no fim da Idade Média, e que desde então se foram sempre desenvolvendo: a divisão entre os empresários (ou burgueses) e os trabalhadores; e a hierarquia interna daqueles, da qual resulta a destes. A subordinação dos campos às cidades completa esta organização.” (*Catecismo Positivista*, págs. 418 e 361)

Era o que também ensinava Karl Marx, e também de modo geral e particular.

De modo geral: “Nossa situação aflitiva se complica com uma série de abusos hereditários. A causa disto está em que modos de produção antigos e condenados por si mesmos sobrevivem com todo seu cortejo de condições sociais e políticas em contradição com a época atual.

“Os mortos não nos incomodam menos que os vivos. Segundo o axioma jurídico, o morto obriga o vivo.” (Prefácio do *O Capital*, tomo I, pág. LXXVIII)



De modo particular:

“Quando se fala de ideias que revolucionam uma sociedade inteira, isto quer dizer que, no *seio da velha sociedade, se formaram os elementos de nova sociedade*, e que a dissolução das velhas ideias marcha de par com a dissolução das antigas relações sociais... Os meios de produção e de troca que servem de base à evolução burguesa foram criados no seio da *sociedade feudal*.” (*Manifesto Comunista*, pág. 28)

É um truísmo, pois, o afirmar, como afirmam os sociólogos e economistas contemporâneos, que, para compreender o presente, é preciso estudar o passado.

Sem a escravidão, não teriam sido possíveis nem o Estado, nem a arte, nem a ciência da Grécia. Sem ela, não teria sido possível o Império romano. E, sem esta base do helenismo e do Império romano, não teríamos a Europa moderna, o que levou Engels a afirmar: “Sem a escravidão antiga, não seria possível o socialismo contemporâneo.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, pág. 230)

Mas se a escravidão foi a forma reinante da produção em todos os povos que saíram da fase do comunismo primitivo, foi também uma das causas principais de sua decadência.

Dava lugar aos *latifúndios*, à grande propriedade. Esta absorvia a pequena. E com esta absorção, vinha o aniquilamento, quer da Grécia, quer de Roma.

Já o sabia Plínio, quando dizia: “*latifundia Italiam perdidere*”.

A escravidão sucedia à feudalidade, a servidão. Ressurgia a pequena propriedade. Era o começo.

Depois, a propriedade de novo se concentrava: nos campos e nas cidades.

A seguir, esse “modo de produção não mais podia satisfazer as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados” (*Manifesto Comunista*, pág. 13); e a feudalidade se opunha à pequena burguesia. “O tear, cercado de privilégios feudais, foi substituído pela manufatura. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres artesãos; a divisão do trabalho entre as corporações diferentes desapareceu diante da divisão do trabalho na própria oficina.”

Havia a grande propriedade territorial e as corporações. Essa dupla concentração da propriedade era abolida pela pequena propriedade agrícola e industrial. Vinha de novo a pequena propriedade.

Mas “os mercados se ampliavam cada vez mais; a procura de mercadorias aumentava sempre”.

E, de desconcentrada, a produção se foi transformando outra vez em concentrada. “A própria manufatura tornou-se insuficiente; a máquina e o vapor então revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a pequena burguesia manufatureira cedeu o lugar aos industriais milionários – chefes de exércitos de trabalhadores – os burgueses modernos.” (pág. 14)

*Conclusão: As sociedades se têm sucedido necessariamente, umas às outras.*

.....

### Capítulo III

*A burguesia “contém em si os homens de seu próprio aniquilamento”.*

*Este princípio marxista é sustentado também pelo positivismo e, em parte, pelo catolicismo.*

*A harmonia do individualismo.*

“A BURGUESIA”, frisa Marx, “representou na história papel essencialmente revolucionário.” (*Manifesto Comunista*, pág. 14)

Agora porém não mais satisfaz. Contém de si os germens de seu próprio aniquilamento. Foi o *efeito* de uma revolução; hoje é a causa de outra de muito maior vulto.

“A sociedade burguesa moderna, que pôs em movimento meios tão poderosos de produção e de troca, parece-se com o mágico que não mais sabe dominar as potências infernais que evocou. Há trinta anos pelo menos, a história da indústria e do comércio não é mais que a história da revolta das forças produtivas contra as relações de propriedade, que são as condições de existência da burguesia e de seu reino. Basta mencionar as crises comerciais que, por sua volta periódica, põem em jogo, cada vez mais, a existência da sociedade burguesa... O sistema burguês tornou-se estreito demais para conter as riquezas criadas em seu seio... Mas a burguesia não

forjou somente as armas que lhe darão a morte; produziu também homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários... O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza. Fica provado, pois, que a burguesia é incapaz de cumprir o papel de classe reinante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe. Não pode reinar porque não mais pode assegurar a existência de seu escravo, mesmo nas condições de escravidão; porque é obrigada a deixá-lo cair numa situação, que deve nutri-lo em lugar de se fazer nutrir por ele.” (Págs. 17 e 22)

Acontece isto, por um lado, e, por outro lado, “o progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e inconsciente, substituiu o isolamento dos operários por sua *união revolucionária por meio de associação*.

“Assim o desenvolvimento mesmo da grande indústria destrói, em seus fundamentos, o regime de produção e de apropriação dos produtos, sobre o qual se apoiava a burguesia.” (pág. 22)

E ela, “acima de tudo, produz seus próprios coveiros. *Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis*”. (pág. 23)

Ideia que ele sintetizou nesta fórmula no *O Capital*.

“O sistema de apropriação capitalista, decorrente de modo de produção capital, e, por natural consequência, a propriedade privada capitalista constituem a primeira negação da propriedade individual sobre o trabalho pessoal. Mas com a fatalidade de um processo natural, a produção capitalista engendra sua própria negação.” (Tomo IV pág. 274)

De modo que, para Marx e Engels, a sociedade tem atravessado diferentes fases ou formas: o comunismo primitivo, a sociedade greco-romana, baseada na *escravidão*, sociedade feudal, baseada na *servidão*, a sociedade pequeno-burguesa, baseada no *trabalho livre* ou *assalariado*, e a sociedade burguesa baseada nos *sem trabalho*, que será levada àquela grande síntese ou *negação da negação*.

Tal o encadeamento do desenrolar da civilização.

De modo geral, na mesma época que Marx e Engels, também o estabelecia Augusto Comte.

O fundador do positivismo, estudando os acontecimentos decorrentes da Idade Média, descobriu, por sua vez: 1º – as lutas entre os papas e reis; 2º – entre os reis e nobres; 3º – entre os nobres e a burguesia.

E reconhecia que seria também fatal o encontro entre esta e o proletariado.

Dizia ele :

“A luta principal devia ser a das duas potências espiritual e temporal. Aos vãos esforços dos papas do século XII para estabelecerem um domínio absoluto, sucedeu por toda parte, sobretudo em França, a feliz resistência dos reis, que no decurso do século seguinte anularam irrevogavelmente o poder ocidental do papado... Ao mesmo tempo, desenvolve-se a luta, começada na Idade Média, entre o elemento local (a nobreza ou aristocracia) e o elemento central (a realeza) da constituição temporal. Por toda parte, o poder que a princípio foi inferior acaba por triunfar, graças à assistência espontânea das classes surgidas da abolição da servidão (a burguesia e o proletariado). No caso normal a realeza prevalece sobre a aristocracia. A solução inversa deve ser considerada como exceção, cujo primeiro tipo nos é oferecido por Veneza, desenvolvido sobretudo na Inglaterra.” (*Cat. Positivista*, págs. 431 e 432)

Mostrava o prosseguimento dessas lutas, e dizia que, assim como houve a revolução burguesa, dimanada a princípio da revolução filosófica, haverá, ainda, a revolução do proletariado. Dizia-o neste tom categórico: “*A revolução feminina deve agora completar a revolução proletária, como esta consolidou a revolução burguesa, dimanada a princípio da revolução filosófica.*” (pág. 28)

Dizia que, “assim introduzido na grande luta política, o proletariado ocidental ergueu irresistíveis pretensões à sua *justa incorporação* na sociedade moderna.”

(“,”).

Dizia que haverá “a reação geral do proletariado sobre todos os poderes humanos”. (pág. 166)

A escola católica ainda tem suas dúvidas quanto a essa finalidade, mas aceita integralmente os demais termos desse processo de evolução social, descrito em todo seu conjunto por Marx e Engels, e parceladamente também por Augusto Comte. Aceita-os sem nenhuma restrição.

Assim é que diz o Sr. Tristão de Ataíde:

O passado não esgota o presente, mas concorre grandemente para explicar o presente... (pág. 13).

A formação de duas classes antagônicas e irreconciliáveis... começou a esboçar-se no mundo helênico prefigurando, em escala diminuta, o que iria repetir-se em grau desproporcionado em nossa civilização moderna... (pág. 62).

O mundo moderno, portanto, pode ser encarado como o último estágio do grande ciclo que se inicia com o fim do Império Romano e, portanto, como continuador da Idade Média... (pág. 23). O Renascimento, como veremos, é, ao mesmo tempo, um início e um fim e o mundo moderno é, de certo modo, a continuação da Idade Média e uma negação dela. (?)

Cada época histórica representa, sob muitos aspectos, uma alteração completa nas condições econômicas e sociais... (pág. 101). Não podemos deixar de reconhecer que o mundo moderno, e, portanto, o naturalismo econômico, sendo um todo em si, é também um prolongamento natural da Idade Média... (pág. 121). A continuidade é a própria condição elementar da vida. E a continuidade histórica faz com que todas as épocas se entrelacem, mais ou menos intimamente, e que a causalidade remota dos movimentos se encontrem sempre no âmago dos períodos precedentes... (pág. 198). A hipertrofia do economismo capitalista se preparava para o monopólio do economismo socialista... (pág. 301). A revolução social [de 1789], que julgava terminar com o feudalismo, ia ser substituída pela revolução industrial que criava o novo feudalismo financeiro. O capital separava-se radicalmente do trabalho... (pág. 302).

A sociedade moderna, baseada no naturalismo econômico capitalista, que chegou ao seu apogeu no século XIX, criou essa contradição monstruosa de si mesma que é o proletariado. (pág. 316) De modo que o capitalismo instintivo leva necessariamente ao proletariado, leva a criar em seu próprio seio o inimigo que o vai destruir. (pág. 320)

A marcha dos acontecimentos, no mundo moderno, repetiu fenômeno idêntico ocorrido na Grécia e em Roma... O latifúndio perdeu a Roma antiga e terá, quem sabe, iniciado a perdição da civilização naturalista... (pág. 331). Da mesma forma que o indivíduo se jogara sobre a sociedade, assim que se vira liberto dos laços tradicionais e sobrenaturais que o forçavam a respeitá-la, a sociedade começou a voltar-se contra o indivíduo.” (*Introdução à Economia Moderna*, pág. 416)

“Nada de mais anti-histórico do que a unidade da sociedade ocidental no período do seu esplendor. Podemos, ao contrário, dizer que à medida que assegurava o seu triunfo, criava a burguesia os próprios germens de sua decadência. Pois as crises sucediam, em geral, aos períodos de intumescimento industrial... (pág. 96). O capitalismo gerou o comunismo que, como já o tenho dito muitas vezes, não é mais do que o desdobramento lógico das premissas daquele.” (pág. 150, *Problema da Burguesia*)

É exato que onde o marxismo, o positivismo e o catolicismo veem *desarmonia*, o individualismo vê harmonia. Um dos seus mais autorizados campeões é o já citado Novicow. Ele sustenta tal harmonia, com todo este entusiasmo e esta convicção:

“Marx disse que, quando os ricos se tornam mais ricos, os pobres se tornam mais pobres. Daí o antagonismo irreduzível entre o capital e o trabalho. Esta antítese é uma frase sonora de muito efeito, mas isto não a impede de ser completamente falsa, tão falsa quanto a outra famosa antítese: *si vis pacem para bellum*. Na realidade, o *si vis para pacem* e o *si vis bellum para bellum* são só lógicos e verdadeiros. Do mesmo modo é falso que os pobres se tornem mais pobres quando os ricos se tornam mais ricos e que os ricos se tornem mais ricos quando os pobres se tornam mais pobres. É o ponto de vista antitético. Na realidade, só do ponto de vista homotético é verdadeiro: os pobres se tornam mais ricos, quando os ricos se tornam mais ricos, e os ricos se tornam mais ricos quando os pobres se tornam mais ricos”. (*O problema da miséria e os fenômenos econômicos naturais*. (pág. 263)

Para o individualismo deve haver hoje essa harmonia desse paraíso. Ele o propugna. Mas não contesta que, até aqui, o que tem havido é justamente oposto, é aquela desarmonia.

A esse respeito, eis o que ensina o próprio sistematizador dessa doutrina, Herbert Spencer:

“A luta intersocial pela existência, tendo se propagado em toda a extensão do mundo animal, se tornou meio indispensável de evolução. Vemos que, na concorrência de indivíduos da mesma espécie, a sobrevivência dos mais aptos desde o começo favoreceu a produção de um tipo superior; vemos ainda que a guerra incessante entre as espécies é a causa principal de seu crescimento e de sua organização. Sem o conflito universal, não teria havido desenvolvimento das faculdades ativas... Do lado dos animais de presa, a morte por inanição, e do lado dos que servem de presa, a morte por desnutrição fizeram desaparecer os indivíduos e as espécies menos favoravelmente armados. Todo progresso na força, na ligeireza, na agilidade ou na sagacidade dos animais de uma classe tem por consequência necessária um progresso correspondente nos animais de outra classe. Sem os esforços repetidos continuamente para escapar ao inimigo, sob pena de morrer, nem uns nem outros teriam podido melhorar... O mesmo acontece com os organismos sociais.” (*Princípios de Sociologia*, trad. E. Cazelles, Paris, tomo III, pág. 326)

Com relação a esses, já havia dito:

“Devemos reconhecer que a luta pela existência entre as sociedades foi instrumento de sua evolução.... Sem dúvida, é impossível legítimar os

horrores causados por esse antagonismo universal que, surgindo com as guerras crônicas de pequenos grupos, há dez mil anos, acabou nessas grandes batalhas de grandes nações. Mas é preciso reconhecer que, sem esses horrores, o mundo não seria ainda habitado senão por homens de tipo fraco, procurando abrigo nas cavernas e vivendo de uma alimentação grosseira... A luta intersocial pela existência... foi condição indispensável da evolução das sociedades. Reconhecemos que devemos à guerra a formação de grandes sociedades e o desenvolvimento de seus aparelhos.” (tomo I, pág. 327)

Essa luta intersocial pela existência foi vantajosa, e agora é desvantajosa.

Diz ele:

“A luta intersocial pela existência que foi condição indispensável da evolução das sociedades, não terá necessariamente no futuro papel semelhante àquele que teve no passado. Reconhecemos que devemos à guerra a formação das grandes sociedades, e o desenvolvimento de seus aparelhos, mas podemos concluir que as forças adquiridas, aplicadas às outras funções sociais, perderam seu papel primitivo. Se concordamos que, sem essas lutas continuamente sangrentas, as sociedades civilizadas não teriam podido formar-se, e que esse estado devia ter como consequência uma forma apropriada do caráter do homem, tanto em ferocidade quanto em inteligência, temos ao mesmo tempo o direito de afirmar que, uma vez produzidas essas sociedades, a brutalidade do caráter das unidades sociais, condição necessária dessa operação, desaparecerá.” (tomo III, pág. 328)

Spencer, com essa teoria, divide a história da humanidade em dois períodos: o período militar, no qual a guerra foi um bem, e o período industrial, no qual é um mal. Afirma que a guerra entre os homens e as nações foi necessária para seu aperfeiçoamento, mas que nova *redistribuição*, como ele se exprime, não convém.

É o que também sustenta Molinari na *Grandeza e Decadência da Guerra*.

Confrontando-se essa teoria, com a do marxismo, a do positivismo e a do catolicismo, tem-se que:

a) Para Marx, Comte e a escola católica, as lutas sociais têm sido entre classes. Para Spencer, não entre classes, mas entre indivíduos indistintamente, pertencam a esta ou àquela classe;



b) Para Marx, Comte e, até certo ponto, a escola católica, a mesma luta só desaparecerá com o desaparecimento das classes. Para Spencer, já desapareceu, ou deve desaparecer, sem as classes.

c) Para Marx, Comte e a escola católica, a propriedade terá de se transformar de individual em coletiva, terá de se *socializar*. Para Spencer, será sempre individual. Para ele, a propriedade, como tudo mais, se tem transformado, mas, daqui por diante, não mais se transformará: ficará imutável. É obra perfeita e acabada. Sua lei geral da evolução do *homogêneo* para o *heterogêneo* prosseguirá em sua rota, mas não mais a subordinará a seus efeitos. Diante dela, como que paralisará.

Estas as bases, estes os fundamentos dos postulados individualistas.

*Conclusões:*

*I – A produção capitalista engendra sua própria negação. O proletariado está, hoje, para a burguesia, como esta esteve para o feudalismo.*

*II – O individualismo da harmonia é contraditório.*

# PARTE GERAL



# LIVRO II

Como se formou o capital e como se tem desenvolvido.

“A PALAVRA VALOR NÃO É SENÃO OUTRA EXPRESSÃO PARA A PALAVRA TRABALHO.” (FREDERICO ENGELS)

---

“A ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA SAIU DA ESTRUTURA ECONÔMICA DA SOCIEDADE FEUDAL.” (KARL MARX)



.....

## Capítulo I

*O mais decisivo mérito da obra de Marx.  
Desvendou o mistério da produção capitalista.  
Provou que a apropriação do trabalho não  
pago é a forma fundamental dessa produ-  
ção.*

**E**SBOÇADA que se acha a marcha geral da civilização, consideremos como se formou o capital.

“A solução desta questão foi, segundo Engels, o mais decisivo mérito da obra de Marx.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, pág. 265)

E acrescenta:

“Ela lança penetrante luz sobre as questões econômicas em que até aqui os socialistas tanto quanto os economistas burgueses se debatiam nas mais espessas trevas. Dela data e é em torno dela que se ergue o socialismo científico.” (Idem, *Ibidem*).

A esse propósito, o que, antes de Marx, havia, era ainda inorgânico, caótico, confuso, incoerente. Havia o fenômeno mas não se sabia como descrevê-lo. Ele vinha, e o descrevia, sintética e analiticamente, de modo concreto e abstrato.

Realçando-o, diz ainda Engels:

“O socialismo criticava, é verdade, a produção capitalista existente e suas consequências: mas não a explicava e não podia, por conseguinte, fulminá-la teoricamente; tinha que se contentar em condená-la por ser má.

“O problema consistia, primeiramente, em determinar o lugar histórico dessa produção no desenvolvimento da humanidade, de provar sua necessidade para um período histórico dado, e, por isto mesmo, a necessidade também de sua queda futura; depois, em desvendar seu caráter íntimo ainda escondido, visto como a crítica até então se tinha ocupado antes em pintar suas incongruências que em investigar as causas que determinavam essas incongruências. Isto foi feito pela descoberta da mais-valia. Foi provado que a apropriação do trabalho não pago era a forma fundamental da produção capitalista e da exploração dos operários que é dela inseparável; que o capitalista, mesmo quando compra a força-trabalho do operário pelo preço máximo a que essa força atingiu como mercadoria oferecida no mercado, ainda nesse caso, dela tira valor maior do que o que pagou para adquiri-la; e que esta mais-valia, afinal, é que serve para formar a massa do capital sempre crescente, acumulada nas mãos das classes dominantes. A maneira de proceder da produção capitalista, como a origem do capital, estavam assim explicadas.” (pág. 14)

Esta “revelação do mistério da produção capitalista, por meio da mais-valia”, era tudo, era aquele grande mérito de Marx.

A economia clássica já havia dito que o trabalho social, ele só, produz o valor, o capital, mas não havia ainda logrado explicar o como e o porquê desse fenômeno.

Esta tarefa estava reservada a Marx. Ele o explicava dizendo:

O capital se compõe: *a)* de matérias-primas; *b)* de instrumentos de trabalho (as máquinas e os materiais para acioná-las); *c)* de meios de subsistência (o dinheiro destinado ao pagamento dos salários dos operários).

Esses valores, esse capital é *trabalho acumulado*. Só aumenta, só pode adquirir maior valor, sendo posto em movimento, sendo acrescido de novo trabalho, sendo transformado em *mercadoria*, que vem a ser o capital anteriormente existente com esse acréscimo de trabalho que o valoriza.

Por que o valoriza?

Respondia Marx: porque uma parte apenas do trabalho diário do operário é paga, enquanto outra não o é.

“A substância social comum a todas as mercadorias”, dizia ele, “é o trabalho. Para produzir uma mercadoria, é preciso aplicar no trabalho acumulado, é preciso fazer nele entrar outra quantidade determinada de trabalho. E não digo somente de trabalho, mas de trabalho social. (pág. 109)

“O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade total do trabalho que contém. (pág. 128) Uma mercadoria tem valor porque é uma cristalização de trabalho social. (pág. 110) Acontece, porém, que uma parte dessa quantidade de trabalho representa um valor pelo qual foi pago um contravalor, sob a forma de salário, e outra parte é incorporada no valor pela qual não foi pago nenhum contravalor. (pág. 128) É precisamente esta parte não paga ou sobretrabalho que constitui o fundo de onde se forma a mais-valia ou lucro. (pág. 127) Parte do trabalho contido na mercadoria é trabalho pago, e outra parte, trabalho não pago. (pág. 129) (*Salários, Preços e Lucros*)

“O que caracteriza o capital não é, portanto, o trabalho acumulado que serve de meio ao trabalho vivo para fazer nova produção, mas o trabalho vivo que serve de meio ao trabalho acumulado para manter e crescer o valor de troca deste.” (*Trabalho Assalariado e Capital*, pág. 41)

“A produção de mais-valia não é, pois, outra coisa senão a produção de valor, prolongado além de certo ponto. Se o processo de trabalho dura somente até ao ponto em que o valor da força do trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente novo, há simples produção de valor; quando excede esse limite, há produção de mais-valia” (*O Capital*, tomo I, pág. 83)

“O período de atividade que excede os limites do trabalho necessário custa, é verdade, trabalho ao operário, despesa de força, mas não forma nenhum valor para ele. Forma a mais-valia que tem para o capitalista todos os encantos de uma criação *ex-nihilo*. Chamo esta parte do dia de trabalho tempo extra, e o trabalho nela dispendido sobretrabalho. (“, pág. 93).

“O preço, em si mesmo, não é outra coisa senão a forma monetária do valor. (pág. 115) Estais absolutamente persuadidos de que o que vendeis diariamente é vosso trabalho, que, por conseguinte, o trabalho tem um preço, e que o preço de uma mercadoria, não sendo senão a expressão de seu valor em dinheiro, vendeis o valor de vosso trabalho? Não. O que o operário vende não é diretamente seu trabalho, mas sua força de trabalho, que cede ao capitalista durante certo tempo.” (pág. 119) (*Salários, Preços e Lucros*)

Não vende o que realizou, mas o que pôde realizar. O trabalho é o objetivo. A força de trabalho, o subjetivo.

“O que este vende, é ele mesmo, é sua força de trabalho.” (*O Capital*, tomo I, pág. 232)

“Desde que seu trabalho começa, verdadeiramente cessou de lhe pertencer. Não mais pode, pois, vendê-lo. (*Trabalho Assalariado e Capital*, Karl Marx, pág. 19)



“O valor ou o preço da força de trabalho toma a aparência do preço ou do valor do trabalho ele mesmo... ainda que parte somente do trabalho diário do operário seja paga, enquanto que outra não o é.” (*Salários, Preços e Lucros*, Karl Marx, pág. 126).

“Se fosse pago o trabalho, e não a força de trabalho, o que tivesse realizado, digamos, um trabalho de dez mil-réis, teria de receber o equivalente, e não menos, como recebe.

“Teria de receber o equivalente, porque, na organização capitalista, em princípio, normalmente, o que se verifica é a *troca de equivalentes*.

“Nestas condições, distinguir o *trabalho de força do trabalho* não se trata, como muito bem observa Engels, de simples questão de palavras, mas, ao contrário, de um dos pontos mais importantes de toda Economia Política.

“Logo, *o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho necessária à sua produção*, e não precisamente pelo custo dessa produção. Aquele, seu valor *real*; este, seu valor *equivalente*.

“Porque o valor real da mercadoria é superior ao seu custo de produção, ou ao seu valor equivalente, é que o capitalista tem ainda lucro, mesmo quando vende essa mercadoria por tal valor real.

“Ele não vende somente o que lhe custou um contravalor, mas também o que nada lhe custou ainda que tenha custado o trabalho de seu operário. As despesas de produção da mercadoria para o capitalista e seu custo real são coisas diferentes. Repito, pois, que ele obtém lucros normais e médios quando vende suas mercadorias não acima de seu valor real mas mesmo pelo seu valor real.” (*Salários, Preços e Lucros*, pág. 129)

A força de trabalho é uma mercadoria como qualquer outra. Se a quantidade de trabalho é que determina o valor de uma mercadoria, segue-se que o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária para produzi-la.

Esse valor se traduz em preço, ou salário, e esse preço ou salário corresponde aos meios de subsistência para a conservação e reprodução do operário.

“Que é o valor da força de trabalho?”

“Como para qualquer outra mercadoria, seu valor é determinado pela quantidade de trabalho necessária à sua produção. Para poder (o trabalhador) desenvolver-se e conservar a vida, é preciso que consuma certa quantidade de meios de subsistência. Mas o indivíduo, como a máquina, se usa e é preciso substituí-lo por outro. Além da quantidade de objetos de necessidade corrente imprescindíveis à sua própria subsistência, tem ele de dispor de outra desses mesmos objetos para a manutenção de seus filhos, que deverão substituí-lo no mercado do trabalho e aí continuar as gerações operárias. O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos objetos de primeira necessidade precisos para produzir, desenvolver, conservar e perpetuar essa força de trabalho. Como as diferentes espécies de trabalho têm valor diferente, isto é, necessitam para sua produção de quantidades de trabalho diferentes, devem necessariamente ter preços diferentes no mercado do trabalho.” (*Salários, Preços e Lucros*, págs. 121 e 122)

“O salário assim determinado se chama o *salário mínimo*.” (*Trabalho Assalariado e Capital*, pág. 38)

“Para seu sustento ou conservação, ele [o indivíduo] tem necessidade de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho se resolve, por conseguinte, no tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência; ou melhor, a força de trabalho tem justamente o valor dos meios de subsistência necessários àquele que a põe em atividade.” (*O Capital*, tomo I, pág. 73)

“O preço médio do trabalho assalariado é o mínimo do salário, isto é, a soma dos meios de existência que o operário precisa para viver como operário. Por conseguinte, o que o operário obtém com sua atividade é justamente o que lhe é necessário para entreter bem magra existência, e para reproduzir-se.” (*Manifesto Comunista*, pág. 25)

Se há *salário mínimo*, há também *salário máximo*. Logo, ele, como todas as outras mercadorias, não é *fixo*, mas *variável*.

É o que ainda ensina Marx, dizendo:

“Como as diferentes espécies de trabalho têm valor diferente, isto é, necessitam para sua reprodução de quantidades de trabalhos diferentes, devem necessariamente ter preços diferentes no mercado do trabalho. (*Salários, Preços e Lucros*, pág. 121)

O salário varia, segundo “a extensão das necessidades ordinárias, o preço das subsistências, o número médio das famílias operárias, as despesas de educação dos trabalhadores, o papel que representa na produção o trabalho das mulheres e dos menores, enfim, a produtividade, a duração e a intensidade do trabalho”. (*O Capital*, tomo I, pág. 243)

O salário, conclui ele, não é em geral somente determinado pela massa de mercadorias que com ele pôde obter o operário, não é somente determinado por esse preço em dinheiro: “encerra diversas relações”. (*Trabalho Assalariado e Capital*, pág. 44)

Em consequência dessas diversas relações que encerra, divide-se em *salário nominal*, *salário real* e *salário relativo*. O salário nominal é a soma pela qual o operário se vende ao capitalista; é o nome particular dado ao preço da força de trabalho chamado de ordinário *preço do trabalho*. O salário real é a quantidade de mercadorias que ele, operário, pôde comprar com esta soma de dinheiro: exprime o preço do trabalho em relação ao preço das outras mercadorias. O salário relativo ou proporcional exprime o preço do trabalho em relação ao lucro do capitalista.

Diz Marx:

“A lei geral que determina a alta e a baixa do salário e do lucro em suas relações recíprocas” (*Trabalho Assalariado e Capital*) é a seguinte: “estão em relação inversa. A parte do capital, o lucro, cresce na medida em que a parte do trabalho, o salário, diminui, e inversamente. O lucro cresce na medida em que o salário diminui. Ele diminui na medida em que o salário cresce [pág. 47]. Logo, as relações entre o capital e o trabalho assalariado, entre os interesses do capital e os interesses do trabalho assalariado são diametralmente opostas.” (pág. 48)

Ora, sendo o valor da mercadoria determinado pela quantidade de trabalho necessária à sua produção, é erro afirmar que o valor do trabalho ou de qualquer outra mercadoria depende substancialmente da *oferta e da procura*.

“A oferta e a procura não regulam outra coisa senão as flutuações momentâneas dos preços do mercado. Explicam por que o preço do mercado para uma mercadoria é superior ou inferior ao seu valor, mas não podem nunca explicar esse mesmo valor. Suponhamos que a oferta e a procura se equilibrem, ou, como dizem os eco-

nomistas, se cubram reciprocamente. Pois bem, no momento em que estas forças antagonistas são de igual potência, se anulam e cessam de agir num sentido ou noutro. No momento em que a oferta e a procura se equilibram e, portanto, cessam de agir neste ou naquele sentido, o preço do mercado para uma mercadoria coincide com seu valor real, com o preço fundamental em torno do qual oscila seu preço sobre o mercado. Quando indagamos a natureza desse valor, não temos que nos preocupar com os efeitos passageiros da oferta e da procura sobre os preços do mercado. Isto é verdadeiro nem só quanto aos salários, como quanto aos preços de todas outras mercadorias.” (*Salários, Preços e Lucros*, págs. 103 e 104)

“Na medida em que o preço não é senão a expressão monetária do valor, foi chamado por Adam Smith *preço natural* e pelos fisiocratas franceses *preço necessário*.” (pág. 115)

Além desses preços, há os chamados preços do mercado.

Prossegue Marx:

“As flutuações dos preços do mercado que ora excedem o valor ou o preço natural, ora caem abaixo dele, dependem das flutuações da oferta e da procura. As diferenças entre o preço do mercado e o valor são contínuas, mas, como o diz Adam Smith, “o preço natural é o preço central em torno do qual os preços das mercadorias não cessam de gravitar. Diversas circunstâncias podem concorrer frequentemente para sua acentuada elevação ou certa baixa desse ponto. Mas quaisquer que sejam os obstáculos que os impeçam de se fixar nesse centro de repouso e de imutabilidade, tendem para aí constantemente.” (pág. 48)

Adam Smith e Marx chegavam, assim, à conclusão sobre a qual teremos de insistir mais demoradamente noutro capítulo, que *a circulação ou a troca das mercadorias não cria nenhum valor*.

Resumindo ou recapitulando: O valor só é criado pela força do trabalho, pela mais-valia. Porque esta existe, é que o capitalista pôde vender sua mercadoria pelo seu justo preço, pelo seu valor real, e ainda com lucro para ele.

“Para explicar a natureza geral do lucro”, frisa bem Marx, “é preciso que partais do princípio que, em média, as mercadorias são vendidas pelo seu valor real e que o lucro provém do fato que se vendem as

mercadorias pelo seu valor, isto é, proporcionalmente à quantidade de trabalho nela incorporada. Se não podeis explicar o lucro sobre esta base, não podeis explicá-lo de outro modo. Isto parece paradoxal e em contradição com as observações de todos os dias. É paradoxal também dizer que a Terra gira em torno do Sol e que a água se compõe de dois gases inflamáveis. As verdades científicas são sempre paradoxais quando submetidas ao controle da simples experiência que não apanha senão a aparência enganadora das coisas.” (págs. 117 e 118)

Donde estas definições:

*Capital* é o trabalho acumulado ligado, outra vez, à força de trabalho.

A *força de trabalho* é o elemento gerador de dois trabalhos: um pago e outro não pago.

*Valor* é a quantidade total de trabalho contida na força produtora ou trabalho acumulado. “A palavra valor não é senão outra expressão para a palavra trabalho.” (Prefácio do *Trabalho Assalariado e Capital*, Frederico Engels, pág. 22)

*Valor equivalente* é o que corresponde apenas à quantidade de trabalho paga, ao custo da produção.

*Sobrevalor* é o que corresponde à quantidade de trabalho não paga.

*Mercadoria* é o trabalho acumulado acrescido da força de trabalho já realizada. É o valor materializado.

*Preço* é a forma monetária desse valor.

*Salário* é o preço da força de trabalho.

Por que a mercadoria e a expressão do valor, Marx diz que a *forma mercadoria do produto do trabalho ou a forma valor da mercadoria é a forma econômica celular*.

Di-lo nestas palavras.

“A forma valor que tem seu pleno desenvolvimento na forma dinheiro, é muito simples, porque muito pouco substancial. E, entretanto, é em vão que, há mais de dois mil anos, o espírito humano se tem esforçado para a penetrar quando, entretanto, tem conseguido, pelo menos aproximadamente, analisar formas bem mais ricas e muito mais complexas. E por que isto? Porque o corpo completo é mais fácil de estudar que a

célula. Acrescentemos que, na análise das formas econômicas, não se pode recorrer nem ao microscópio, nem aos reativos químicos: a abstração deve estar acima de tudo. Ora, para a sociedade burguesa, a forma mercadoria do produto do trabalho ou a forma valor da mercadoria é a forma econômica celular. Aos olhos do profano, a análise dessa forma parece perder-se em simples sutilezas. É exato. Trata-se de sutilezas, mas unicamente no sentido em que a anatomia microbiológica se ocupa de sutilezas.” (*O Capital*, tomo I, pág. LXXVI)

*Conclusão: O operário só vive para crescer o capital.*

.....

## Capítulo II

*A única mercadoria, fonte de valor, é a força do trabalho.*

*Como é possível vender constantemente mais caro que se compra.*

**A**PRESENTEMOS, agora, de modo mais concreto esta questão da mais-valia. Mostremos ao alcance do maior número – como a apropriação do trabalho não pago é a forma fundamental da produção capitalista e da exploração dos operários que é dela inseparável; como o capitalista, mesmo quando compra a força-trabalho pelo preço máximo a que atinge no mercado, ainda dela tira valor maior do que empregou para adquiri-la; e como, afinal, tal apropriação é que serve para formar a massa do capital sempre crescente, acumulado nas mãos das classes dominantes.

Este exemplo prático, parece, o esclarecerá convenientemente:

“Um capitalista se propõe fabricar e vender mesas. Precisa para isso da matéria-prima e do trabalhador, do operário. Este se lhe apresenta. O que o capitalista dele compra não é seu trabalho, mas sua força de trabalho. O trabalho não existe ainda; não foi executado. Não

pode o capitalista comprar o que ainda não existe. Compra, então, aquela força.

“Por quanto?”

“Ela é determinada pela quantidade de trabalho social que contém em si o indivíduo; corresponde ao valor *dos meios de subsistência necessários à sua manutenção*.

“Admitamos que a força de trabalho, neste nosso exemplo, tenha uns valores quotidianos de 3\$000, traduzindo-se por seis horas de trabalho. O capitalista dá, pois, ao trabalhador para a compra de sua força de trabalho uma soma de três mil-réis. Compra a matéria-prima. Suponhamos 6\$000 de madeira. Liga matéria-prima e operário, em sua oficina. O trabalho é realizado. Atribui aos seus meios de produção, instrumentos, máquinas, etc. o benefício de 1\$000. Ao cabo de seis horas, a mesa está pronta. O capitalista faz, então, a conta de suas despesas, ou mais exatamente, procura verificar o valor de sua mesa. Admira-se quando verifica que o valor dela é igual à soma por ele dispendida com a compra da matéria-prima e da força de trabalho e com os juros de seus meios de produção. Despendeu com tudo isto 10\$000, e sua mesa tem o valor de 10\$000. Ora, ele não se propunha fazer mesas pelo simples prazer de as fazer. Propunha-se fazê-las para com elas ganhar dinheiro. Pensa e resolve facilmente seu problema. Descobre como alcançar aquele resultado. Lembra-se que sua força de trabalho está a seu serviço e que lhe pertence durante todo o dia, e não durante seis horas apenas.

“O homem dos dinheiros”, diz Marx, “pagou o valor da força de trabalho de um dia; seu uso durante esse dia, o trabalho de um dia inteiro lhe pertence, pois.” (*O Capital*, tomo I, pág. 83)

Ele põe o operário a trabalhar, então, durante todo o dia, ou seja, digamos, doze horas. Nestas doze horas, esta fábrica não uma só, mas duas mesas, no valor de 20\$000. O capitalista faz de novo suas contas, e conclusão:

“As duas mesas valem 20\$000, e com elas despendi somente 12\$000 de madeira, três de salário e dois de juros. Ao todo, 17\$000. Tenho em mãos 20\$000. Logo ganhei à custa da força do trabalho 3\$000. Esses três mil-réis constituem o que Marx chama a *mais-valia*. É um “trabalho suplementar” que o capitalista não remunera, e que cria o “produto suplementar”, origem de sua riqueza, de sua fortuna.



Se o operário tivesse repousado depois das seis horas de trabalho, que lhe davam seu salário de três mil-réis, não teria criado essa *mais-valia*, mas não repousou, trabalhou ainda, excedendo o limite necessário à produção de seu valor próprio; criou, além desse valor, outro... para o capitalista.

Em resumo, o dia de trabalho, na sociedade capitalista, se compõe de duas partes: a primeira, durante a qual os trabalhadores reproduzem seu valor próprio, isto é, o valor de sua força de trabalho; a segunda, durante a qual criam mais valor do que aquele. De modo que o sobretrabalho imposto aos operários é que permite esse mais-valor ou mais-valia.

Logo, PARA OBTER A MAIS-VALIA, “O PROPRIETÁRIO DO DINHEIRO DEVE ENCONTRAR NO MERCADO UMA MERCADORIA CUJO VALOR DE USO TENHA ESTA PROPRIEDADE ORIGINAL DE SER UMA FONTE DE VALOR”, uma mercadoria cujo processo de consumo seja ao mesmo tempo um processo de criação de valor. E essa mercadoria existe. É a mão-de-obra humana: “é a capacidade de trabalho ou força de trabalho”.

Tudo isto vem assim amplamente exposto por Engels:

“A forma sob a qual a moeda circula como capital é a exata inversão da forma sob a qual circula como equivalente geral dos objetos. O simples possuidor de mercadorias vende para comprar. Vende o de que não tem necessidade, e compra, com o dinheiro assim ganho o de que tem necessidade. O capitalista compra o de que *não tem necessidade*. Compra-o para o vender mais caro..., para um excedente em dinheiro, e é esse excedente que Marx denomina mais-valia.”

Qual a origem dessa mais-valia? Ela não pode vir de que o comprador tenha comprado os objetos abaixo de seu valor; nem tampouco de que o vendedor os venda acima de seu valor. Com efeito, nesses dois casos, os ganhos e as perdas de cada um se compensam reciprocamente, pois que cada um é comprador e vendedor... (pág. 264)

Mas como é possível vender constantemente mais caro do que se compra, mesmo na hipótese em que valores iguais são trocados por valores iguais?...

“Para tirar valor de uso de uma coisa, é preciso que o proprietário do dinheiro fosse assaz feliz para descobrir no mercado uma mer-

cadoria cujo valor de uso possuísse esta propriedade especial de ser fonte de valor uma mercadoria cuja utilização efetiva seria, assim ela mesma, objeto de trabalho e, por conseguinte, *criação de valor*. E o proprietário do dinheiro encontra sobre o mercado esta mercadoria específica: é a capacidade de trabalho ou *força de trabalho*.”

Pois se o trabalho, como tal, não pode ter nenhum valor, não se dá o mesmo com a força de trabalho. Esta adquire valor desde que se torne mercadoria, o que é hoje, de fato, e seu valor é determinado “como o de toda mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à produção e também à reprodução deste artigo específico, isto é, pelo tempo de trabalho necessário para criar os meios de existência de que o trabalhador tem necessidade para se manter para o trabalho e para perpetuar sua raça. Admitamos que esses meios de existência representem um tempo de trabalho de seis horas. O capitalista, que compra a força de trabalho, que aluga um trabalhador, paga, pois, a esse trabalhador, o valor quotidiano completo de seu trabalho se lhe paga uma quantia que represente igualmente seis horas de trabalho. E desde que o trabalhador trabalhou durante seis horas a serviço do capitalista, ele plenamente reembolsou este último de seu desembolso, do valor quotidiano da força de trabalho que o capitalista lhe pagou. Mas se as coisas se passassem desse modo, o dinheiro não se transformaria em capital, não engendraría mais-valia.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, págs. 265 e 266)

O comprador da força de trabalho com isto não se satisfaz.

Prosegue Engels:

“O proprietário do dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho. Tem, por conseguinte, o direito de utilizá-la durante todo esse dia; pertence-lhe por inteiro. O valor que cria durante um dia a utilização dessa força de trabalho é duas vezes maior que seu próprio valor quotidiano. Assim, o trabalhador custa ao possuidor de dinheiro, diariamente, o valor do produto de seis horas de trabalho, mas ele lhe fornece diariamente o valor do produto de doze horas de trabalho. Diferença em proveito do possuidor do dinheiro: seis horas de sobretrabalho não pago, um subproduto não pago no qual se incorporam seis horas de trabalho. A obra-prima está pronta. A mais-valia produzida; o dinheiro se tornou capital.” (pág. 267)

Lenine, por sua vez, como que resumindo Engels, escrevia:

“Em certo grau do desenvolvimento da produção de mercadorias, o dinheiro transforma-se em capital. A fórmula da circulação de mercadorias era: M (mercadoria) – A (dinheiro) – M (mercadoria) o que quer dizer: venda de uma mercadoria para compra de outra. A fórmula geral do capital é, ao contrário, A-M-A ou compra para venda (com lucro). Marx chama mais-valia este aumento de valor do dinheiro na operação. Este ‘crescimento’ do dinheiro na circulação capitalista é conhecido de toda gente: é esse ‘crescimento’ que faz do dinheiro o *capital*, relação social particular de produção, historicamente determinada. A mais-valia não pode provir da *circulação das mercadorias*, não conhecendo esta senão a troca de equivalente; não pode provir também da majoração dos preços, pois que as perdas e os lucros dos compradores e dos vendedores equilibrariam, tratando-se de um fenômeno social generalizado, e não de um fenômeno individual. Para obter a mais-valia, ‘o proprietário do dinheiro deve encontrar no mercado uma mercadoria cujo valor de uso tenha esta propriedade original de ser uma fonte de valor’, uma mercadoria cujo processo de consumo seja ao mesmo tempo um processo de criação de valor. E essa mercadoria existe. É a mão-de-obra humana. Seu consumo é o trabalho e o trabalho cria o valor. O proprietário do dinheiro compra a mão-de-obra pelo seu valor, determinado como o valor de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção (o que quer dizer, pelo custo do sustento do operário e de sua família). A mão-de-obra adquirida, o proprietário do dinheiro tem o direito de empregá-la, ou de obrigá-la a trabalhar durante todo o dia, digamos 12 horas. Mas em seis horas (duração do trabalho ‘necessário’), o operário cria um produto que cobre as despesas de seu sustento; durante as seis horas seguintes (duração do trabalho ‘suplementar’) cria um produto ‘suplementar’, que o capital não remunera e que constitui a mais-valia.” (*O Marxismo*, págs. 13 e 14)

*Conclusão: Toda produção capitalista repousa sobre esta mercadoria: a força do trabalho.*

.....

### Capítulo III

*Os dois elementos fundamentais da mais-valia.*

*De um lado, o possuidor capitalista, e, de outro, o possuidor da força-trabalho.*

*Objeção improcedente da economia burguesa contemporânea.*

**D**O EXPOSTO se verifica que, para que haja a mais-valia, são necessários estes dois elementos fundamentais: de um lado, a acumulação de certo capital, estando a produção de mercadorias num grau de desenvolvimento relativamente elevado; de outro, a existência de operários duplamente “livres” – livres para venderem seu trabalho sem encontrar objeção nem limitações de nenhuma espécie, e livres porque desprovidos de terra e de todos os meios de produção, se tornaram proletários que não têm outro meio de existência senão a venda de seu trabalho.

Ou, para usar a linguagem de Marx: *é indispensável que duas espécies de possuidores de mercadoria se encontrem face a face e entrem em contato.* De uma parte, possuidores de dinheiro, de meios de produção e de subsistência, que se proponham pôr em valor a soma que lhes pertença, comprando a força de trabalho que não lhes pertence; e, de outra parte,

operários livres que lhes vendiam sua própria força de trabalho, por conseguinte, o trabalho. É necessário que estes operários sejam livres sob duplo ponto de vista: não devem diretamente fazer parte dos meios de produção, isto é, não devem ser nem escravos, nem servos; não devem ser também proprietários dos meios de produção, como o é o camponês que cultiva. Com esta organização do mercado, há as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista supõe esta distinção entre os operários e a propriedade até nas condições de realização do trabalho. Desde que a produção capitalista se torna dependente, não se contenta em manter essa distinção, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação não pode, pois, ser senão o processo que estabelece uma distinção entre o operário e seus meios de trabalho, isto é, um processo que, de uma parte, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e, de outra parte, muda os produtores diretos em assalariados. *A acumulação dita primitiva não é, pois, senão o processo histórico que distingue o produtor dos meios de produção.* Parece primitivo, porque forma a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

*“A estrutura econômica da sociedade capitalista saiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última libertou os elementos constitutivos da primeira.”* (*O Capital*, tomo IV, págs. 206 e 207)

De modo que nem todos os valores são capital. Os instrumentos de trabalho e de troca não são naturalmente capital. Só o são em condições sociais determinadas. Uma mercadoria, qualquer que seja, não se torna capital senão quando posta em valor, em movimento, não pelo seu proprietário, mas por assalariados.

Diz Marx:

“O dinheiro e a mercadoria não são capital por definição, nem meios de produção ou de subsistência. É preciso que sejam transformados em capital. (pág. 206) Meios de produção dispersos, que fornecem aos próprios produtores sua ocupação e sua subsistência, sem que o trabalho de outrem a eles se incorpore e os valorize, não são capital, como o produto consumido pelo seu próprio produtor não é mercadoria.” (“tomo I, pág. 309)

E ainda:

“Meios de produção e de subsistência pertencentes ao produtor imediato, ao trabalhador mesmo, não são capital. Eles só vêm a ser capital, quando servem de meios de explorar e de dar o trabalho.” (pág. 344)

Ou, então:

“Um negro é um negro. Só em certas condições é que ele é também escravo. Tal máquina é uma máquina de fiar algodão. Só em determinadas condições é que ela é também capital. Fora dessas condições, ela é tanto capital quanto o ouro por si mesmo é moeda, e quanto o açúcar é o preço do açúcar.” (*Trabalho Assalariado e Capital*, pág. 38)

“O *capital* é uma relação social de produção. É uma relação de produção histórica.” (*O Capital*, tomo I, pág. 344)

O campo cultivado pelo seu proprietário, o dinheiro que serve ao seu possuidor, para sua subsistência, os instrumentos de quantos com eles trabalham, sem assalariados, são propriedades, e não capital. Mas as minas, as usinas, as fábricas, as serrarias mecânicas, etc., postas em valor por assalariados, são capital ao mesmo tempo que propriedades. A força de trabalho ela própria pode ser capital. Entre as mãos do proletário é uma mercadoria que ele cede ao capitalista. Desde que este a utiliza, ela se transforma em capital. Dentro deste pensamento marxista, Paul Lafargue assim definiu o capital:

“Por capital, entende-se toda propriedade que produz juros, rendas, lucros ou proveitos. É capital uma soma de dinheiro emprestado a juros; é igualmente capital um instrumento de trabalho qualquer (terra, máquina de tecer, usina metalúrgica, navio, etc.), postos em valor não por seu proprietário, mas por assalariados. O campo, porém, cultivado pelo seu próprio proprietário, com o auxílio de sua família, o fuzil do caçador, o barco do pescador, a plaina do marceneiro, o bisturi do cirurgião, a pena do escritor, etc., bem que sejam propriedades, não são capital, ou propriedades em forma capitalista, porque seus possuidores as utilizam eles próprios, em lugar de as colocar ao serviço de outras pessoas.”

“Quem diz *capital* diz *propriedade posta em valor por assalariados*, produzindo mercadorias e conferindo lucros ao proprietário. A ideia de lucro, sem trabalho, é colada à palavra capital, como uma túnica de Nessus.” (*A propriedade*, págs. 303 e 304)

Como para que haja a mais-valia são necessários estes dois elementos fundamentais: de um lado, a acumulação de certo capital, de outro, a força-trabalho, afirma a economia burguesa contemporânea que a mesma mais-valia, ou adotando sua técnica, o mesmo valor, é produzida tanto pela força-trabalho, quanto pela força-dinheiro, pelas duas juntas.

Não, já, por antecipação, lhe havia respondido Marx: é produzida tão-somente por aquela força-trabalho. Daí sua divisão do capital em *capital constante* e *capital variável*. O primeiro serve para compra dos meios de produção; o segundo, para compra da força-trabalho. No curso da produção, o primeiro não varia; não modifica a grandeza do capital; o segundo é que varia, “é que aumenta esta grandeza.

Reproduzamos suas próprias palavras sobre tão importante problema.

Diz ele:

“No curso da produção, a parte do capital que se transforma em meios de produção, isto é, em matérias-primas, materiais auxiliares e instrumentos de trabalho, não modifica a grandeza do capital. Eis por que a denominamos parte constante do capital, ou mais brevemente: *capital constante*.

“A parte do capital transformada em força de trabalho muda, ao contrário, de valor, no curso da produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e mais um excedente, uma mais-valia que também varia e pode ser mais ou menos grande. Esta parte do capital se transforma, incessantemente, de grandeza constante em grandeza variável. Eis por que a denominamos parte variável do capital, ou mais brevemente: *capital variável*.

“Os mesmos elementos do capital que, sob o ponto de vista da produção dos valores de uso, se distinguem entre si, como fatores objetivos e subjetivos, como meios de produção e força de trabalho, se distinguem sob o ponto de vista da formação do valor em capital constante e em capital variável.” (*O Capital*, tomo I, pág. 85)

Marx diz que “o capital supõe o trabalho assalariado”, assim como “o trabalho assalariado supõe o capital”, que “eles se criam, que eles se engendram mutuamente”. Diferenciam-se, porém, nisto: um cria a riqueza cada vez maior, e o outro, a pobreza também cada vez maior.

*Conclusão: Só o trabalho não pago é que dá ao trabalho acumulado, ou capital, valor maior que o que continha.*

.....

## Capítulo IV

*A mais-valia absoluta e a relativa e suas diversas modalidades.*

*O papel diferente que uma e outra têm representado na evolução da produção capitalista.*

**D**EFINIDA a mais-valia como o “produto suplementar” do “trabalho suplementar”, não remunerado pelo capitalista, há que especificar suas diversas espécies.

Este estudo foi também minuciosamente feito por Engels. Respondendo, ao que escreveu sobre o assunto Duhring, disse ele:

“Segundo o Sr. Duhring, a mais-valia de Marx não seria senão o que se chama comumente lucro do capital. Escutemos o próprio Marx. À página 195 de *O Capital* a palavra mais-valia é explicada por estas outras palavras postas entre parênteses depois dela: “juros, lucro, renda”. À página 210, Marx dá um exemplo em que aparece uma soma de mais-valia de 71 *schillings* sob as diversas formas entre as quais é repartida: dízimo, taxas locais e impostos 21 *schillings*, renda territorial 28 *schillings*, lucro e juros do capitalista agrícola ou arrendatário 22 *schillings*, mais-valia total 71 *schillings*. À página 542, Marx declara que uma das maiores lacunas de Ricardo, foi “não ter mostrado a mais-valia *pura*, isto é, indepen-



dentemente de suas forças particulares como o lucro, a renda territorial, etc.”, e ter por esta razão confundido as leis da taxa da mais-valia com as leis da taxa do lucro... E lê-se à página 587: “O capitalista que produz a mais-valia, que tira imediatamente dos trabalhadores trabalho não pago e o fixa em suas mercadorias, é, sem dúvida, o primeiro a se apropriar da mais-valia, mas não é, de modo algum, seu último proprietário. Tem de dividi-la, em seguida, com capitalistas que exercem outras funções no conjunto da produção social, com o proprietário territorial, etc. A mais-valia se fraciona, por conseguinte, em partes diversas. Essas partes tocam a categorias diversas de pessoas e revestem formas diversas e independentes – lucro, juros, vantagem do comerciante, renda territorial, etc. Estas formas diversas, metamorfoses da mais-valia, não poderão ser estudadas senão no terceiro livro.” E como estas, inúmeras outras passagens. (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, págs. 275 e 276)

Estas as diversas formas que pode apresentar a mais-valia *pura*. Quanto ao processo de formação desta, Marx a distinguiu em mais-valia *absoluta* e mais-valia *relativa*, e mostrou o papel diferente, mas decisivo, que uma e outra têm representado na evolução da produção capitalista.

“Tomando como ponto de partida a mais-valia”, dizia ainda Engels, “Marx formulou a primeira teoria racional que temos do salário, e foi o primeiro a dar os traços principais de “uma história de acumulação capitalista e um quadro de sua tendência histórica.” (Prefácio de *O Capital*, tomo V, pág. 36)

A mais-valia absoluta é obtida pelo prolongamento do dia de trabalho e a relativa pela redução do trabalho socialmente necessário à produção da força de trabalho.

“Chamo mais-valia absoluta a mais-valia produzida pela prolongação do dia de trabalho; quanto à mais-valia que resulta do encurtamento do tempo de trabalho necessário e da modificação correspondente na relação de grandeza das duas partes constitutivas do dia de trabalho, chamo mais-valia relativa.” (*O Capital*, tomo II, Karl Marx, pág. 199)

Analisando o primeiro processo, Marx se detém na exposição da luta da classe operária para a redução do dia de trabalho e da intervenção do Estado tendente a prolongá-lo (nos séculos XVI e XVII), e depois a reduzi-lo (legislação social do século XIX).

“Analisando a formação da mais-valia relativa, apresenta as três etapas principais e históricas do aumento do rendimento do trabalho pelo capitalismo: 1<sup>a</sup>) a cooperação; 2<sup>a</sup>) a divisão do trabalho e a manufatura; 3<sup>a</sup>) as máquinas e grande indústria.

“Concentrar e alargar estes meios de produção estreitos e esparsos (da sociedade feudal), transformá-los em possantes alavancas da produção moderna, foi precisamente o papel histórico da produção capitalista e de seu órgão, a burguesia. Como, a partir do século XV, realizou esta obra, percorrendo as três fases históricas da *cooperação simples*, da *manufatura* e da *grande indústria*, isto foi exposto em todas suas minúcias na quarta seção do *O Capital* de Marx.” (*Filosofia, Economia, Socialismo*, Engels, pág. 346)

Nesse estudo da formação da mais-valia relativa, Marx mostra que o acréscimo das partes do capital produtor transformadas em máquinas e matérias-primas não é acompanhado de análogo acréscimo da parte do capital destinado ao salário.

Diz ele:

“A parte do capital produtor destinada ao salário diminui em relação às suas partes máquinas e matéria-prima. Uma vez que o capitalista investiu um capital cada vez maior em máquinas, é obrigado a empregar um capital maior para a compra da matéria-prima e do que é necessário para acionar as máquinas. Mas se ocupou precedentemente 100 operários, deles, agora, certamente, precisará, quando muito, 50. Ou dispensará os 50 restantes, ou os 100 terão de trabalhar pelo preço de 50. Haverá, pois, operários em excesso no mercado.” (*Trabalho Assalariado e Capital*, pág. 70)

Crescendo em progressão geométrica a parte do capital produtor que é transformada em maquinismo e em matéria-prima, em relação à parte que é destinada ao salário, Marx estabelecia esta lei: quanto mais o capital cresce, mais diminuem os meios de ocupação e de subsistência para os operários, ou, em outros termos, a população laboriosa em relação a seus meios de subsistência cresce mais rapidamente ainda que o capital produtor em geral, lei que assim havia formulado no *Manifesto Comunista*: “O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce mais rapidamente que a população e a riqueza.”

Marx corrigia Malthus. Dizia: “Há mais população não em relação às subsistências, e, sim, em relação aos seus meios de ocupação. Tanto maior a riqueza, de um lado, tanto maior a falta de trabalho ou a pobreza de outro.

“Desta lei”, afirmava ele, “que decorre unicamente das relações entre o operário e o capital...; desta lei social, os burgueses fizeram uma lei natural, dizendo que a população cresce, segundo uma lei natural, mais rapidamente que os meios de ocupação e de subsistência.

“Não compreenderam que é no acréscimo do capital produtor que está implicado o acréscimo desta contradição.” (pág. 71)

Verifica-se o seguinte: maior capital, maior emprego do maquinismo, maiores forças produtoras; maiores forças produtoras, maior produção; maior produção, maior falta de trabalho; maior falta de trabalho, menor número de consumidores. Donde: produção cada vez maior e consumo cada vez menor.

Esta contradição da organização capitalista já havia sido assinalada por Fourier: “A pobreza”, dizia ele, “nasce da própria superabundância.” Este crescimento mais rápido do capital constante em relação ao capital variável é, portanto, de suma importância para a Economia Política.

Por isto é que Marx fala na “floresta de braços que se levantam”, floresta “que se torna cada vez mais espessa”, e braços “cada vez mais magros”.

A tendência do preço do trabalho, do salário, é para a baixa. Comumente, só se eleva nos países incipientemente industrializados.

*Conclusão: A acumulação de capitais dá origem à acumulação dos “sem-trabalho”.*

.....

## Capítulo V

*Os sistemas anteriores a Marx.*

*As luzes que sobre esta questão haviam lançado Adam Smith, Anderson, David Ricardo e Ricardo Jones.*

**A**NTES de Marx, os principais sistemas que igualmente procuraram explicar como se formou o capital, foram, primeiro, o monetário; depois, o mercantil, manufatureiro ou comercial; mais tarde, o fisiocrático; e, afinal, o de Adam Smith.

O primeiro fazia-o depender do dinheiro, desse fator objetivo; o segundo, do trabalho comercial e manufatureiro ou da *circulação*; o terceiro, do trabalho agrícola; e o último, do trabalho em geral.

Diz Marx:

“O sistema monetário coloca a riqueza *objetivamente* ainda... no dinheiro. Em relação a esse ponto de vista, foi grande progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial colocou a fonte da riqueza não mais no objeto, mas na *atividade subjetiva* – o trabalho comercial e manufatureiro. Todavia concebia-o ainda no sentido restrito de uma atividade produtora de dinheiro.”  
(*Introdução a uma crítica da Economia Política*, pág. 339)

“Os países do sistema monetário, do qual o sistema mercantil não é senão uma variante, proclamaram o ouro e a prata, isto é, a moeda, a riqueza única... O sistema monetário e mercantil declara que o comércio mundial e os ramos especiais do trabalho nacional que têm relação direta com o comércio mundial são as únicas fontes verdadeiras da riqueza e do dinheiro.” (*Crítica da Economia Política*; págs. 245 e 246)

“Em relação a esse sistema, o sistema dos fisiocratas é novo progresso. Estabelece determinada forma do trabalho – a agricultura – como criadora da riqueza... E progresso imenso fez Adam Smith quando a baseou no trabalho em geral.” (*Introdução a uma crítica da Economia Política*, pág. 339)

Smith seria completado por Anderson e David Ricardo. Marx criticava os monetaristas, os mercantilistas e os fisiocratas, e corrigia e aperfeiçoava Smith, Anderson e David Ricardo. Seria o continuador direto de Ricardo Jones.

“Criticava os monetaristas e mercantilistas, mostrando que ‘a circulação ou a troca das mercadorias não cria nenhum valor.’” (*O Capital*, tomo I, pág. 69)

“Há muitos séculos que a humanidade capitalista tem produzido mais-valia, de modo que, pouco a pouco, foi fazendo ideia de sua origem. A primeira concepção que houve sobre ela decorria da prática direta do comércio. A mais-valia, dizia-se, ‘resulta de uma adição feita, então, ao valor do produto. Esta opinião era a dos mercantilistas. Mas já James Steuart observava que o que um perde, forçosamente o outro ganha. O que não impediu que este modo de ver persistisse por muito tempo ainda, sobretudo entre os socialistas. A. Smith dele livrou a ciência clássica.’” (Prefácio de *O Capital*, Engels, tomo V, pág. 20)

Hipóteses que podem ser figuradas quanto a essa proposição, de que a circulação não cria nenhum valor, e que a justificam plenamente:

*Primeira.* Dois possuidores de mercadorias entram em negócio. O primeiro vende ao segundo 5\$000 de açúcar, e este, àquele 5\$000 de café. Houve troca de *equivalentes*. Nenhum ganhou, nem perdeu. *O valor continuou sendo o mesmo.*

Diz Marx:

“Enquanto mercadorias, ou mercadorias e dinheiro de valor igual, isto é, equivalentes, são trocados, é evidente que ninguém *tira da circulação mais valor que nela emprega*. De modo que nenhuma formação de mais-valia se pode dar.” (*O Capital*, tomo II, pág. 68)

*Segunda.* Mas nem sempre há trocas de equivalentes. Há frequentemente, ao contrário, trocas de não equivalentes. Assim, Paulo tem uma

quantidade de manteiga no valor de 10\$000 e vende a Pedro por 20\$000. De seu lado, Pedro tem um chapéu de 10\$000 e vende a Paulo por 20\$000. Pedro e Paulo, cada qual ganhou 10\$000 e cada qual, perdeu 10\$000. Ainda aí *nenhum valor foi criado*.

*Terceira.* Pedro vende a Paulo por 10\$000 um livro no valor de 20\$000, com o que perdeu 10\$000. Mas vende a João outro por 20\$000, no valor de 10\$000, com o que ganhou 10\$000. Perdeu lá e ganhou aqui. Houve compensação. Como nos casos anteriores, *o valor dos objetos não mudou*.

“A formação da *mais-valia*, e conseqüentemente a transformação do dinheiro em capital”, diz Marx, “não podem, pois, provir nem de que os vendedores vendam suas mercadorias acima do que valem, nem de que os compradores as comprem abaixo do que valem.” (pág. 69)

*Quarta.* Pedro vende a Paulo uma partida de trigo de 100\$000 por 200\$000, e vende outra de arroz a João de 200\$000 por 300\$000. Ganhou dos dois 200\$000. Isto sob o ponto de vista particular. Sob o ponto de vista geral, há a consignar o seguinte: antes dessas transações, Pedro tinha 300\$000, Paulo 200\$000 e João 300\$000. Ao todo, 800\$000. Agora, Pedro tem 500\$000, Paulo 100\$000 e João 200\$000. Ao todo, ainda 800\$000. *O valor circulante continuou sendo o mesmo*. Não variou. Só variou sua distribuição. Ele se deslocou, mas não aumentou.

Logo, a troca entre equivalentes ou entre não-equivalentes não forma valor ou capital novo.

*Quinta.* Não o forma igualmente a *escroquerie*, pois “pode bem enriquecer um com sacrifício de outro, mas não pode aumentar a soma total possuída por um e por outro, nem por conseguinte a soma dos valores, em circulação.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, Engels, pág. 265)

Marx criticava igualmente os fisiocratas, e partia de Smith, Anderson, David Ricardo e Ricardo Jones. Partia da ideia de que estes chegaram a enunciar de que *o trabalho social, ele só, produz o valor, o capital*.

Dizia ele:

“Vê-se o grande progresso realizado por A. Smith sobre os fisiocratas na análise da *mais-valia* e, por conseguinte, do capital. Para os fisiocratas, só o trabalho agrícola cria *mais-valia*. Consideram, pois, o valor de uso do trabalho e não o tempo de trabalho, o trabalho social, que é a uni-

ca fonte do valor. Além disso, limitando muito o assunto, os fisiocratas chegam a concepções errôneas. Em Smith, ao contrário, é o trabalho social, quaisquer que sejam os valores de uso em que se realize, é a só quantidade de trabalho vivo que cria o valor. A mais-valia – lucro, renda territorial ou juros – não é senão uma parte desse trabalho, da qual os proprietários das condições materiais do mesmo trabalho se apropriam na troca contra o trabalho vivo. Eis por que a mais-valia teve sempre entre os fisiocratas a forma de renda territorial. Em Smith, a renda territorial, o lucro e os juros não são senão formas diferentes da mais-valia.” (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo I, pág. 186)

Assim julgava o trabalho de Anderson:

A palavra de Anderson (que se encontra em parte em Smith): “Não é a renda do solo que determina o preço de seu produto, é o preço deste produto que determina a renda”, deu o golpe mortal na doutrina dos fisiocratas. É o preço do produto agrícola e não o produto ele mesmo nem a terra, que passava a ser a fonte da renda. Desse modo caía a opinião que “a renda era devida à produtividade excepcional da agricultura, a qual devia ser por sua vez produto particular do solo.” (tomo IV, pág. 52)

Quanto a Ricardo, dizia:

“O fundamento, o ponto de partida da fisiologia do sistema burguês, da compreensão de seu organismo íntimo e de seu processo vital, é a *determinação do valor pelo tempo de trabalho*. Ricardo segue dali, e força a ciência a renunciar sua velha rotina, a considerar até que ponto as outras categorias que ela desenvolveu ou representou – as relações de produção e de circulação correspondem a esse fundamento, a esse ponto de partida ou o contradizem.” (Tomo III, pág. 8)

Marx corrigia e aperfeiçoava Smith deste modo:

“O capital não é, pois, somente, como o diz A. Smith, o poder de dispor do trabalho de outrem. É essencialmente o poder de dispor do trabalho não pago. Toda mais-valia, qualquer que seja a forma sob a qual ela se cristalice: lucro, juros, renda, etc., não é, segundo sua substância, senão a realização de um tempo de trabalho não pago. *A misteriosa entrada em valor do capital se resume, afinal, no poder dispor de uma quantidade determinada de trabalho não pago, fornecido por outrem.*” (*O Capital*, tomo III, pág. 232)

Dizia que Anderson era “o pai da lei dita lei de Ricardo” (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo IV, pág. 64) e acrescentava que “à importância, ao grande valor histórico da teoria de Ricardo se opunha a defeituosidade científica de seu processo”. (Tomo III, pág. 9)

Assinalava que uma das grandes lacunas de Ricardo foi “não ter mostrado a mais-valia pura, isto é, independentemente de suas forças particulares, como o lucro, a renda territorial, etc.” (*O Capital*, tomo I, pág. 542)

E dizia ainda:

“Ricardo não se preocupa com a origem da mais-valia. Ele a trata como coisa inerente à produção capitalista, que é a seus olhos a forma natural da produção social. Quando fala da produtividade do trabalho, procura, não a razão de ser da mais-valia, mas simplesmente a causa que determinou sua grandeza.” (Tomo III, pág. 206)

“A. Smith não estabeleceu a separação entre a mais-valia como categoria especial e as formas particulares que ela apresenta no lucro da renda territorial. Daí nele, e sobretudo em Ricardo, erros e lacunas em massa.” (Tomo V, pág. 23)

Para Ricardo, o valor era determinado pelo tempo de trabalho em geral. Marx o corrigia e o aperfeiçoava dizendo: não é o trabalho que tem valor, mas a força do trabalho.

É o que Engels assim resume, vantajosamente:

“Ricardo vai muito mais longe que A. Smith. Ele funda sua concepção da mais-valia sobre uma teoria nova do valor, que já existe em germen em A. Smith, mas que este perde quase sempre de vista na elaboração de seu sistema, e que se tornou, entretanto, o ponto de partida de toda ciência econômica posterior. É da determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho realizada nessas mercadorias, que faz decorrer a repartição entre operários e capitalistas, isto é, a divisão em salário e lucro (aqui mais-valia), da quantidade de valor acrescentada às matérias-primas pelo trabalho.” (Prefácio do *O Capital*, tomo V, pág. 24)

Para Ricardo, “o salário, isto é, o valor de uma quantidade determinada de trabalho vivo, é sempre menor que o valor do produto que é fornecido por esta mesma quantidade de trabalho vivo ou que a representa”. (Pág. 38)

Continua Engels:

“Posta sob esta forma, a questão é, com efeito, insolúvel. Marx a colocou como convinha e a resolveu. Não é o trabalho que tem valor. Como atividade criadora do valor, não pode ter valor particular, do mesmo modo que o peso não pode ter peso especial, o calor temperatura especial; a eletricidade força de corrente especial. O que é comprado e vendido como mercadoria, não é o trabalho, mas a força de trabalho. Desde que a força de trabalho se tornou mercadoria, seu valor é função do trabalho materializado



nesta mercadoria. É igual ao trabalho socialmente necessário à produção da força de trabalho. A compra e a venda da força de trabalho, em razão desse valor, não está, pois, absolutamente em contradição com a lei econômica do valor.” (Págs. 38 e 39)

Ricardo Jones foi superior a David Ricardo, Anderson e Smith. Ele já reconhecia, de modo mais preciso do que estes, que “toda estrutura econômica da sociedade tem por pivô a forma do trabalho, isto é, a forma sob a qual o operário se apropria das subsistências ou da parte de seu produto de que vive. Este fundo de trabalho, dizia ele, tem diferentes formas, e o capital não é dele senão uma forma especial retardada”. (*História das Doutrinas Econômicas*, Karl Marx, tomo VIII, pág. 65)

Marx veio completá-lo, conforme exporemos mais amplamente noutro capítulo.

*Conclusão: A produção capitalista é a produção da mais-valia.*

.....

## Capítulo VI

*Marx está para seus predecessores, quanto à teoria da mais-valia, como Lavoisier esteve para Priestley e Scheele.*

*Estabeleceu, pela primeira vez, que trabalho forma o valor, e por que e como o forma.*

**M**ARX neste caso da mais-valia, desta chave da produção capitalista, está para Ricardo Jones, David Ricardo, Anderson e Smith, como Lavoisier esteve para Priestley e Scheele, na história da química.

Como esta comparação, devida a Engels, é mais um elemento para o perfeito estudo desta matéria, não queremos furtar-nos ao prazer de reproduzi-la em síntese.

Engels começa perguntando:

“Mas que é que Marx disse de novo sobre a mais-valia? De onde vem que a teoria marxista da mais-valia tenha feito tão grande ruído em todos os países civilizados, enquanto as teorias de todos seus predecessores socialistas, entre eles compreendido Rodbertus, passaram sem produzir grande efeito? (Prefácio de *O Capital*, tomo V, pág. 31)

E responde:

“A história da química no-lo pode mostrar com um exemplo.”  
(idem, *ibidem*).

No domínio dessa ciência, até o fim do século XVIII, prevalecia ainda a teoria flogística, segundo a qual a essência de toda combustão consistia em que do corpo em combustão se destacava outro corpo, corpo hipotético, corpo combustível absoluto, designado sob o nome de *flogiston*. Esta teoria servia para explicar a maior parte dos fenômenos químicos então conhecidos.

Em 1774, Priestley demonstrou a existência de uma espécie de gás “que ele encontrou tão puro ou tão livre de *flogiston* que, com ele comparado, o ar ordinário parecia já viciado”. Denominou este gás: ar deflogístico. Pouco tempo depois, Scheele produzia na Suécia esta mesma espécie de gás e provava que existia no ar. Verificou ainda que este gás desaparecia com fogo concluindo que “não era senão fogo ou calor que do ar se escapava.”

De modo que Priestley e Scheele tinham ambos descoberto o oxigênio, e não o sabiam. Tinham em mãos, esterilizado, o elemento que ia acabar com a teoria flogística e revolucionar toda química. Mas Priestley comunicou sua descoberta a Lavoisier, e este soube dela utilizar-se vantajosamente.

De modo que pouco importa tenha ele, conforme suas declarações anteriores, produzido gás oxigênio, ao mesmo tempo que Priestley e Scheele e independentemente deles. Tendo-o ou não produzido, o certo é que é justamente considerado como seu verdadeiro pai, como aquele que realmente descobriu, enquanto os outros dois apenas o produziram, sem saber o que haviam produzido.

Nesta altura, diz Engels:

“Marx está para seus predecessores, quanto à teoria da mais-valia, como Lavoisier esteve para Priestley e para Scheele. Durante muito tempo antes de Marx, tinha-se estabelecido a existência desta parte de valor do produto que chamamos atualmente mais-valia. Tinha-se enunciado igualmente mais ou menos claramente em que consiste: *o produto do trabalho de que o capitalista se apropria sem retribuição equivalente*. Mas não se ia além; parava-se aí. Uns, os economistas burgueses clássicos, estudavam no máximo a relação segundo a qual o produto do trabalho é repartido entre o operário e o possuidor dos meios de produção. Outros, os socialistas, julgavam esta repartição injusta e procuravam meios utópicos para pôr termo a essa injustiça. Nem uns, nem outros lograram desembaraçar-se das categorias econômicas que encontraram estabelecidas.

“Enfim, vem Marx. E ele fez justamente o contrário de todos seus predecessores. Lá onde eles tinham visto uma solução, ele não viu senão um problema. Percebeu que não havia aqui nem um ar deflogístico, nem gás de fogo, mas oxigênio; que não se tratava aqui nem da simples constatação de um fato econômico, nem do conflito desse fato com a justiça eterna e a verdadeira moral; mas de um fato destinado a modificar toda economia e que, para a inteligência de toda produção capitalista, oferecia a chave de que Marx soube servir-se. Partindo desse fato, ele examinou todas as categorias existentes, do mesmo modo que Lavoisier, partindo do oxigênio, tinha examinado as categorias existentes da química flogística. A fim de saber o que é a mais-valia, era preciso saber o que é valor. Havia que submeter à crítica a teoria ricardiana do valor. Marx estudou, pois, o trabalho relativamente à sua propriedade de formar valor, e estabeleceu, pela primeira vez, que trabalho forma o valor, e por que e como o forma; estabeleceu, igualmente, que o valor não é em suma senão trabalho materializado desta espécie.” (págs. 33 e 34)

*Conclusão: Em sua forma atual, a propriedade se move entre dois termos contrários: capital e trabalho.*

.....

## Capítulo VII

*O modo de produção capitalista era incompatível com a ordem feudal.*

*Os traços característicos de uma e outra dessas sociedades.*

**S**E O CAPITAL é uma relação social de produção, se é uma relação de produção histórica, se pressupõe a existência daquelas duas espécies de possuidores de mercadoria, o possuidor dos meios de produção e o possuidor “livre” de sua força de trabalho, se a estrutura econômica da sociedade capitalista saiu da estrutura econômica da sociedade feudal, se a dissolução desta foi que libertou os elementos constitutivos da primeira, está claro que o capital só podia ter existido, na sociedade feudal, em *gérmen*.

“O modo de produção próprio à burguesia, designado depois de Marx pelo nome de *produção capitalista*”, diz Engels, “era incompatível com a ordem feudal, com os privilégios de localidades e de Estados, com os entraves das corporações e da servidão.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, pág. 73)

Os traços característicos da sociedade feudal eram os seguintes: pequena produção muito difundida; meios de produção primitivos adaptados ao uso individual, e, por isso mesmo, possuídos geralmente pelo próprio produtor; produção para o consumo imediato, seja do produtor, seja de seu senhor feudal; cada qual produzia o que tinha necessidade; não havia propriamente a circulação; os produtos não tinham, por conseguinte, o caráter de mercadorias; não havia o sobretrabalho; o que vendia, vendia, não para ganhar, mas para comprar; vendia o que não tinha necessidade, e, com o dinheiro dessa venda, comprava o que tinha necessidade; era esta, então, a fórmula da circulação: M(mercadoria) – A (dinheiro) – M(mercadoria); a forma de circulação simples, todavia, já contendo em si os elementos da anarquia social na produção.

Com a produção capitalista, há o seguinte: a concentração dos meios de produção, a transformação desses meios *individuais* de produção em meios *sociais*; o produtor é separado de seus meios de produção, é expropriado violentamente, como se verá mais adiante, desses meios de produção; esta se torna um ato *social*; a troca e, com ela, a apropriação permanecem como atos individuais, a forma da circulação e a apropriação não correspondiam ao modo de produção; o produto social é apropriado pelo capitalista individual; separado de seus meios de produção, o trabalhador é condenado ao regime de salário; a produção não é mais para seu consumo imediato, mas para sua circulação, que se desenvolve enormemente; ela, produção, reveste a forma de mercadoria; é *mercável* (para o mercado); produzia-se para consumir, agora se produz para vender; a fórmula era M-A-M, agora é A-M-A; o capitalista compra o que não tem necessidade, para vender mais caro; há o sobretrabalho; há o antagonismo nem só entre o possuidor da força-trabalho, como entre os próprios possuidores dos meios de produção.

Resumamos os ensinamentos de Engels, a esse respeito, no *Socialismo utópico e Socialismo científico*:

Na Idade Média, antes da produção capitalista, não existia senão a pequena produção, e sob esta condição, que o produtor era o proprietário de seus meios de produção: a agricultura do pequeno camponês (livre ou servo), o ofício das cidades. Os meios de trabalho – a terra e os instrumentos aratórios, a loja e as ferramentas – pertenciam ao indivíduo e eram só adaptados ao uso individual. Concentrar e alargar es-

tes meios de produção estreitos e esparsos, transformá-los em poderosas alavancas da produção moderna, era precisamente o papel histórico da produção capitalista e da classe que foi pelo seu órgão, a burguesia. De *individuais* eles se tornaram, pela força, *sociais*. E como os meios de produção, a produção ela própria se transformou, de uma série de atos individuais que era, em uma série de atos sociais. *A coletividade tinha substituído o indivíduo na produção*. Nenhum indivíduo não podia mais dizer: “Fui eu que fiz isto; isto é meu produto.” Ao lado da divisão do trabalho espontânea estabelecida ao acaso, foi instaurada a divisão sistemática do trabalho; ao lado da *produção individual* foi estabelecida a *produção social* e a produção individual foi cedendo terreno à outra. Havia o capital usurário e o comercial, os meios de produção e os assalariados. Tudo individual. A produção capitalista transformava o capital usurário e o comercial em capital industrial. Somente socializava os meios de produção e a produção. À medida que o novo modo de produção invadia todas as indústrias e todos os países economicamente importantes, à medida que deslocava a produção individual ao ponto de reduzi-la a insignificante papel, mais e mais se acentuava a incompatibilidade *entre a produção social e a apropriação capitalista*. Essa incompatibilidade se afirmava como *antagonismo entre proletários e burgueses ou capitalistas*.

Na sociedade medieval, notadamente nos primeiros séculos a produção era essencialmente destinada ao consumo próprio do produtor e de sua família. O produtor trabalhava para si e, onde como nos campos, estava submetido ao senhor, também para este. Não se verificava quase a circulação. Os produtos não tinham, portanto, aspecto de mercadorias. A família do camponês produzia normalmente tudo de que necessitava: os utensílios, as roupas e os alimentos. Era assim. Depois chegou a produzir um excedente sobre seu próprio consumo e o de seu senhor e este excedente lançado na circulação posto à venda, constituiu a primeira *mercadoria*.

Sem dívida, os artesãos das cidades tiveram, desde o começo, de produzir para trocar, mas eles também proviam em grande parte diretamente a seu próprio consumo, sendo todos como eram, possuidores de pequenos terrenos. Assim a circulação era limitada, o mercado estreito, o modo de produção estável.

A seguir, pouco a pouco, a produção crescia. A mercadoria se socializava. Perdia aquele caráter rudimentar, para assumir o que lhe é próprio. Vinham os descobrimentos marítimos. O comércio se acentuava e reagia sobre as indústrias que se aceleravam. Surgia a anarquia da produção social: lutas locais, lutas nacionais, as guerras comerciais dos 17 e 18 séculos; antagonismo entre o assalariado e o capitalista, antagonismo entre os próprios capitalistas, interna e externamente.

*Conclusão: O capital só existiu em germen na sociedade feudal.*



.....

## Capítulo VIII

*O capital, em sua forma específica se apresenta, na história, a partir dos fins do século XV.*

*Também quanto a este particular, marxistas, católicos e positivistas estão de perfeito acordo.*

**M**ARX estuda demoradamente o processo do desenvolvimento da troca, começando pela sua manifestação mais elementar (“a forma simples, isolada ou acidental do valor”), para concluir que a “forma valor tem seu pleno desenvolvimento na forma dinheiro”, que qualifica de “último produto da circulação das mercadorias”. (*O Capital*, tomo I, pág. 161) Submete a demorada análise as funções adversas dessa forma dinheiro, assim sistematizando-as:

“O dinheiro... supõe certo grau elevado da troca de mercadorias. As formas diversas do dinheiro, simples equivalente das mercadorias, meio de circulação, meio de pagamento, tesouro, moeda universal, indicam, segundo os diversos graus de aplicação de tal ou qual função e segundo o predomínio relativo de uma dessas funções, graus bastante diferentes do processo social da produção.”

Pois bem, este “último produto de circulação das mercadorias” é para ele “a primeira forma sob a qual se manifesta o capital”.

“A circulação das mercadorias”, diz ele, “é o ponto de partida do capital. A produção das mercadorias e sua circulação desenvolvida, isto é, o comércio, constituem os fatores históricos que fazem nascer o capital. É no século XVI que o comércio mundial e o mercado mundial abrem realmente a história moderna do capital ...

“Como produto último, encontramos o dinheiro. *Este último produto da circulação das mercadorias é a primeira forma sob a qual se manifesta o capital.* Sob o ponto de vista histórico, o capital se opõe por toda parte à propriedade territorial, primeiramente, sob forma de dinheiro, de fortuna monetária, de capital mercadoria e de capital usurário. (A oposição entre o poder da propriedade territorial, baseado sobre relações pessoais de escravidão e de domínio, e o poder impessoal do dinheiro se acha expressa claramente nestes dois provérbios franceses: “Nenhuma terra sem senhor”; “o dinheiro não tem senhor”.) Mas não há necessidade de remontar às origens históricas do capital, para ver que o dinheiro é sua primeira manifestação. O mesmo fenômeno se passa quotidianamente sob nossos olhos. Todo novo capital faz sua primeira entrada em cena, isto é, sobre o mercado, quer se trate do mercado das mercadorias, do mercado do trabalho ou do mercado do dinheiro, sob a forma de dinheiro que deve, passando por processos determinados, transformar-se em novo capital.” (Págs. 161 e 162)

“A Idade Média tinha legado duas formas diferentes de capital que amadureceram nas formações mais diversas da sociedade econômica, e que, antes da era do modo de produção capitalista, são capital *quand même*: o capital usurário e o capital comercial. “Atualmente, toda riqueza da sociedade passa primeiramente pelas mãos do capitalista... Esta mudança na propriedade é o resultado da usura, e é de notar que os legisladores de toda Europa quiseram impedir esse resultado por leis contra a usura.” (Th. Hodgskin)... O capital *dinheiro*, formado pela *usura* e o *comércio*, foi duplamente embaraçado em sua transformação em capital industrial: nos campos, pela constituição feudal; nas cidades, pela organização corporativa. Ainda em 1794, pequenos fabricantes de fazendas de *Leeds* enviaram uma delegação ao Parlamento para dele reclamar uma lei proibindo a todo negociante tornar-se fabricante.” (Tomo IV, págs. 255 e 256)

De modo que o valor, a mercadoria, se expressava em sua forma dinheiro. Este se acumulava sob a forma de capital usurário e capital comercial. Estas são as duas formas incipientes do capital. São a transição entre o medievalismo e o capitalismo moderno. Constituíam como que um dos *elementos* da produção capitalista. Depois, ao lado dele,

aparecia o outro elemento dessa produção: a grande massa dos operários livres. Os dois se fundiam. O capital usurário e o comercial eram transformados em capital industrial, próprio da sociedade burguesa.

Marx disse:

“O capital não inventou o sobretrabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos instrumentos de produção, fatalmente, o trabalhador, livre ou não, deve acrescentar, ao tempo de trabalho necessário para seu sustento, um tempo de trabalho suplementar, a fim de produzir os meios de existência necessários ao proprietário dos instrumentos de produção.” (*O Capital*, tomo I, pág. 101)

Comentando esta passagem, escreve Engels:

“O sobretrabalho, o trabalho além do tempo necessário ao sustento do trabalhador, e a apropriação do produto deste sobretrabalho por outrem, a exploração do trabalho, são comuns a todas as formas de sociedades até aqui existentes, na medida em que entre elas tem reinado o antagonismo das classes. Mas somente quando o produto deste sobretrabalho reveste a forma de mais-valia, somente quando o proprietário dos instrumentos de produção encontra diante dele, como objeto de exploração, o trabalhador livre – livre de laços sociais e de tudo mais – e que ele o explora em vista da produção de mercadorias, só então, é que, segundo Marx, o instrumento de produção reveste a forma específica de capital. E foi o que se produziu em grande escala, a começar do fim do século XV e do início do século XVI... A palavra capital, em sua significação econômica moderna, não aparece senão no momento em que aparece a coisa mesma, em que a riqueza móvel reveste cada vez mais a função de capital, isto é, explora o sobretrabalho de trabalhadores livres, em vista de produzir mercadorias: e a expressão capital é introduzida pela primeira nação de capitalistas que se apresenta na história, pelos italianos dos séculos XV e XVI.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, págs. 270 e 271)

Também quanto a esse processo geral de formação do capital, a escola católica aceita integralmente os ensinamentos de Karl Marx.

Diz, por exemplo, a esse respeito, o Sr. Tristão de Ataíde, entre inúmeras outras passagens de suas obras:

“No medievalismo econômico... em cada artífice ainda não se tinha separado o capital do trabalho e, ao contrário, se reuniam ainda os dois elementos na própria pessoa do artífice... (pág. 141). Só mesmo no século XVIII... é que começou a formar-se o capitalismo moderno com o seu caráter nitidamente naturalista” (pág. 225). (*Introdução à Economia Moderna*)

“A economia medieval fora uma economia governada pelas necessidades do homem... (pág. 22). Tudo isso formava uma *economia de consumo*, que contrasta nitidamente com a *economia de aquisição*, que veio distinguir a era social seguinte”. (*Problema da Burguesia*, pág. 23)

“O fenômeno típico, que caracteriza o Renascimento, foi a *conversão do trabalho em mercadoria*.” (*Preparação à Sociologia*, págs. 183 e 184)

E nem só os católicos, também os positivistas.

Dizia o Sr. Teixeira Mendes:

“Sob a denominação de capital ou riqueza, devemos distinguir duas instituições: o capital concreto, ou o conjunto de tudo que concorre para a nossa conservação e aperfeiçoamento, e o capital abstrato, ou a moeda, que só foi introduzida muito tardiamente.” (*A mulher*, R. Teixeira Mendes, págs. 123 e 124)

Só os individualistas é que são de opinião que o capital sempre existiu, que a produção sempre, por toda parte, foi capitalista.

Estes dizem:

“Os socialistas forjam uma história da humanidade de acordo com suas conveniências. Para eles, a burguesia, o terceiro estado é formado de homens que possuem capitais e os fazem valer; terceiro estado e classes capitalistas são para eles sinônimos. Por outro lado, os capitais, no seu modo de ver, são unicamente o resultado do sobretrabalho do operário: provêm do maquinismo, porque no período abençoado da Idade Média os patrões, eles próprios, trabalhavam em seus pequenos ofícios e faziam tudo a mão. Quando não havia nem operários, nem máquinas, não podia haver sobretrabalho, e, portanto, nem capitalistas, nem terceiro estado. O terceiro estado e a burguesia surgiram sucessivamente nos diferentes países da Europa ocidental, de 1770 a 1803. Certamente, quando se encaram os fatos assim com tanta desenvoltura, pode-se chegar a todas conclusões imagináveis. Mas se se pretende ficar no domínio dos fatos positivos, deve-se reconhecer que, a partir do momento, em que a produção industrial toma certo incremento, as máquinas e os operários aparecem. Quanto à classe média, ao terceiro estado, existe desde que se sai do período puramente agrícola. Era já bastante desenvolvido na Grécia, no V século, antes de nossa era.” (*A teoria orgânica das sociedades*, J. Novicow, págs. 162 e 163)

“Compreendendo mal a essência dos fenômenos econômicos, homens muito célebres e que se arvoram em tribunos do povo, vêm declarar seriamente que a produção capitalista é somente uma fase transitória da humanidade: a fase burguesa que caracteriza o período do XVII ao XX séculos. Desde que a economia política, exposta por métodos positivos, seja bem compreendida, semelhantes aberrações não poderão durar um só minuto. Na verdade, a produção sempre e por toda parte foi capitalista, nem

só entre os selvagens da época paleolítica, como em nossos dias na usina Krupp e no Creusot. Somente o capital empregado pelos selvagens não entra nos olhos dos ignorantes, ao passo que os capitais de Krupp e do Creusot estão entrando pelos olhos até dos mais cegos. Mas é preciso de uma vez por todas acabar com este erro infantil que consiste em declarar inexistente o que nossos sentidos grosseiros não podem receber.” (*O problema da miséria e os fenômenos econômicos naturais*, págs. 36 e 37)

Os individualistas sustentam a tese de Spencer de que a civilização tem marchado do estado de *homogeneidade* para o de *heterogeneidade*, da *indiferenciação* para a *diferenciação*, nem só dos fenômenos naturais, como dos sociais.

Encontram, porém, meios e modos de conciliar esta tese com a do capital sempre diferenciado.

Preferem eles próprios contradizer-se a julgar contraditórios capital e trabalho...

*Conclusão: O capital usurário e o comercial, ligados ao trabalho assalariado, foram transformados em capital industrial no século XVI.*

.....

## Capítulo IX

*A produção capitalista engendra sua própria negação: a negação da negação.*

*“Os expropriadores”, diz Marx, “serão, por sua vez, expropriados.”*

*Confirma-o igualmente a escola católica.*

**M**ARX chegava a esta conclusão de ordem geral: a troca dos diferentes valores de uso engendrava este último produto – o dinheiro. Esse se acumulava, e produzia o capital; o capital produzia a mais-valia; e a mais-valia produzia capital adicional.

“Vimos”, dizia ele, “como o dinheiro se muda em capital, como o capital produz mais-valia e como a mais-valia produz capital adicional.”  
(*O Capital*, tomo IV, pág. 205)

Fórmula que ele também assim expressava: o operário era livre proprietário dos seus meios de trabalho e o camponês do campo que cultivava. Havia a pequena propriedade rural e urbana. Depois, os meios individuais e esparsos de produção eram concentrados. As pequenas

propriedades de muitos eram reduzidas a grandes propriedades de poucos. Esta expropriação da massa popular, “escrita em letras de sangue e de fogo nos *anais* da humanidade” (pág. 208), representa a pré-história do capital. A propriedade privada, ganha pelo trabalho pessoal, era substituída pela propriedade capitalista, repousando sobre a exploração do trabalho de outrem. A seguir, o grande capitalista ia absorvendo, matando o pequeno. Os capitais ainda mais se centralizavam, mais se concentravam. Acumulação do capital num pólo significa, no pólo oposto, acréscimo do proletariado e sua maior miséria, sua revolta, sua organização revolucionária.

O monopólio do capital, o aperfeiçoamento da maquinaria é sinônimo deste cortejo fúnebre: por um lado, proletarização das massas, *chomage* ou falta de trabalho (exército industrial de reserva), pobreza generalizada; por outro, a superprodução, as crises. O capital é negado pelo proletariado e nega-se a si mesmo. Há o excesso de produção e os sem trabalho ou os sem salários. Diminui a circulação. Diminui o consumo. “Há trinta anos, pelo menos, a história da indústria e do comércio não mais é que a história da revolta das forças produtivas contra as relações de propriedade que são as condições de existência da burguesia e de seu reino. Basta mencionar as crises comerciais que, por sua volta periódica, põem em jogo, cada vez mais, a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não somente uma massa de produtos já fabricados, mas ainda grande parte das próprias forças produtivas...

“Uma epidemia desaba sobre a sociedade: a epidemia da superprodução... Como a burguesia domina essas crises? De um lado, pela destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais perfeita dos antigos. Quer dizer que ela *prepara crises mais gerais e mais formidáveis, e diminui os meios de evitá-las.*” (*Manifesto Comunista*, Karl Marx, pág. 17)

A sociedade capitalista perecerá como pereceu a feudal. “Produz seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado, são igualmente inevitáveis.” (Pág. 23)

Esta conclusão geral de Marx vem assim exposta no *O Capital*:

“O modo de produção da propriedade privada não prospera, não emprega toda sua energia e não adquire a forma clássica adequada, senão onde o operário é o livre proprietário pessoal das condições de tra-

balho que ele próprio determina, onde o camponês possui o campo que cultiva, o artesão o instrumento de que se serve como amador. Este modo de produção pressupõe o retalhamento do solo e dos outros meios de produção. Exclui ao mesmo tempo que a concentração desses meios, a cooperação, a divisão do trabalho no mesmo processo de produção, o domínio e a regulamentação da natureza pelo homem, o livre desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Não é compatível senão com uma produção e uma sociedade estreitas e naturalmente limitadas. Querer eternizá-lo seria como Pecqueur o observou muito justamente, 'decretar a mediocridade geral'. Chegado a certo grau de desenvolvimento, ele mesmo produz os meios materiais de seu aniquilamento. A partir desse momento, agitam-se, no seio da sociedade, forças e paixões desencadeadas por ele. É preciso que ele seja aniquilado, e o é efetivamente. Este aniquilamento, a mudança dos meios individuais e esparsos de produção em meios concentrados pela sociedade; a transformação da pequena propriedade pertencendo a muitos indivíduos em propriedade enorme de alguns; a expropriação da grande massa popular que é espoliada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho; esta terrível e difícil expropriação da massa popular forma a pré-história do capital. Compreende uma série de métodos violentos...

“A expropriação dos produtores diretos é praticada com o vandalismo mais impiedoso e sob o impulso das mais infames, mais ignóbeis, mais mesquinhas e mais odiosas paixões. A propriedade privada, ganha pelo trabalho pessoal, e que o indivíduo livre criou, identificando-se de algum modo com as condições de seu trabalho, dá lugar à propriedade privada capitalista, que repousa sobre a exploração do trabalho alheio, cuja liberdade não é senão aparente. Desde que este processo de transformação decompôs suficientemente, no fundo, assim como na forma, a velha sociedade; desde que os operários foram transformados em proletários e suas condições de trabalho em capital; desde que o modo de produção se bastou a si mesmo, a socialização progressiva do trabalho e a transformação consecutiva da terra e dos outros meios de produção em meios de produção comuns, porque socialmente explorados, e, em seguida, a expropriação dos proprietários privados tomam nova forma. Esta expropriação se opera pelo jogo das leis imanentes da produção capitalista, pela centralização dos capitalistas. Cada capitalista elimina muitos outros. Concorrentemente com esta centralização, ou expropriação de muitos capitalistas por alguns, se desenvolve a forma cooperativa, numa escala cada vez maior, do processo de trabalho, a aplicação racional da ciência à técnica, a exploração sistemática do solo, a transformação dos meios particulares de trabalho em meios somente utilizáveis em comum, a economia de todos os meios de produção pela sua utilização como meios de produção de



um trabalho social combinado, e entrada de todos os povos na rede do mercado mundial, e, conseqüentemente, o caráter internacional do regime capitalista. À medida que diminui o número dos grandes capitalistas, que açambarcam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, vê-se aumentar a miséria, a opressão, a escravidão, a degenerescência, a exploração, mas igualmente a revolta da classe operária, que cresce sem cessar, e que foi ensinada, unida, organizada, pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital passa a entrar o modo de produção que se desenvolveu com ele e por ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que não mais se acomodam ao seu invólucro capitalista e o despedaçam. A última hora da propriedade capitalista soou. Os expropriadores serão, por sua vez, expropriados.

“O sistema de apropriação capitalista decorrente do modo de produção capitalista, e, em seguida, a propriedade capitalista constituem a primeira negação da propriedade individual fundada sobre o trabalho pessoal.

“Mas com a fatalidade de um processo natural, a produção capitalista engendra sua própria negação. É a negação da negação. Restabelece, não a propriedade privada, mas a propriedade individual fundada sobre as conquistas da era capitalista, sobre a cooperação e a posse coletiva e dos meios de produção produzidos pelo trabalho.

“A transformação da propriedade privada, fundada sobre o próprio trabalho dos indivíduos e dividida em propriedade capitalista, constitui naturalmente uma operação muito mais longa, mais dura e mais difícil que a transformação em propriedade social da propriedade capitalista que, de fato, já repousa sobre um modo de produção social. Lá se tratava da expropriação da massa popular por alguns usurpadores; aqui se trata da expropriação de alguns usurpadores pela massa popular.” (*O Capital*, tomo IV, págs. 271 a 274)

Referindo-se a esse desenrolar das sociedades, assim descrito por Marx, é que diz o Sr. Tristão de Ataíde:

“O proletismo é um fenômeno típico do capitalismo. Realmente, foi essa uma das observações mais verídicas da crítica genial de Marx, em sua monstruosa absorção moderna de todas as atividades vitais. Na sua teoria do *exército de reserva*, Marx, mostra como o capitalismo vai criando, em torno de si, não a prosperidade crescente e cada vez mais dividida, mas a subordinação de massas cada vez maiores a núcleos de possuidores do capital, cada vez mais acumulados ou centralizados, e que subordinando o trabalho à lei da oferta e da procura, vai disseminando a miséria através da periodicidade catastrófica das crises, inerente ao liberalismo econômico. Toda essa crítica de Marx ao capitalismo, filho do li-

beralismo econômico, tal como ele o conheceu no seu tempo, é de uma lógica impressionante.” (*Introdução à Economia Moderna*, pág. 295)

Ou, em síntese:

Essa crítica de Marx ao capitalismo é de uma lógica tão impressionante que seria desarrazoado pretender contestá-la.

Este conflito entre o trabalho e o capital cada vez mais se acentua: o capitalista, procurando continuamente reduzir os salários a seu mínimo fisiológico e prolongar o dia do trabalho a seu máximo fisiológico, enquanto o operariado, como partido e como classe, reage constantemente contra essa dupla pressão. Mesmo assim, nessa luta a balança pende quase sempre para o lado do capitalista.

De modo que nem só os que trabalham são mal pagos, como o número dos que não trabalham, dos que não encontram trabalho, é cada vez maior.

É manifesta esta contradição do regime capitalista. “O mágico não mais sabe dominar as potências infernais que evocou.” Sente-se, como diz o Sr. Tristão de Ataíde, que há “a decadência de uma classe que há três ou quatro séculos tomou a direção de nossa civilização ocidental”. Sente-se que “estamos, portanto, em face de uma transição dramática da história.”

“De um lado, riquezas incomensuráveis e um excedente de produtos que os capitalistas não podem absorver. De outro, a grande massa da sociedade proletarizada, transformada em sem trabalho ou sem salários, e colocada, em consequência desse próprio fato, na incapacidade de se apropriar deste excedente de produtos. A decisão da sociedade em pequena classe imensamente rica e em grande classe de assalariados na miséria faz com que esta sociedade se espatife sob seu próprio supérfluo.” (Prefácio do *Trabalho Assalariado e Capital*, Frederico Engels, pág. 23)

Está, assim, estudado de modo geral, como se formou o capital, como se tem desenvolvido e o estado em que se encontra.

*Conclusão: A força revolucionária se transforma em força conservadora, gerando nova força revolucionária.*



# PARTE ESPECIAL



# LIVRO III

Como surgiu a estrutura  
econômica burguesa ou capitalista.

A transformação da pequena propriedade pertencendo  
a muitos em propriedade enorme de alguns.

---

“A EXPROPRIAÇÃO DA GRANDE MASSA POPULAR DE SUAS TERRAS, DE SEUS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA E DE SEUS INSTRUMENTOS DE TRABALHO, ESTA TERRÍVEL E DIFÍCIL EXPROPRIAÇÃO DA MASSA POPULAR FORMA A PRÉ-HISTÓRIA DO CAPITAL.” (KARL MARX).

---

A CHAMADA “ACUMULAÇÃO PRIMITIVA” SE DEU POR AQUELA EXPROPRIAÇÃO, PELO ROUBO DOS BENS ECLESIASTICOS, PELA ALIENAÇÃO FRAUDULENTA DOS DOMÍNIOS PÚBLICOS E OUTRAS EXTORSÕES, PELA INTERVENÇÃO DO ESTADO CONTRA OS TRABALHADORES, PELO SISTEMA COLONIAL, PELO CRÉDITO, PELO PROTECIONISMO, PELA MAIS-VALIA.



.....

## Capítulo I

*A produção feudal era caracterizada pela pequena propriedade agrícola.*

*A “riqueza popular” era anunciada pelo chanceler Fortescue.*

**D**ESÇAMOS, agora, para o particular ou especial.

Vejamos, pormenorizadamente, como “os meios de produção e de troca que servem de base à evolução burguesa foram criados no seio da sociedade feudal”, e como haveriam de derruir essa sociedade. Este, um dos capítulos mais interessantes da Economia Política. Vem amplamente desenvolvido por Karl Marx, sobretudo no IV vol., do *O Capital*, edição de Alfred Costes.

A propósito desse capítulo, eis o que escreve o Sr. Tristão de Ataíde:

“O falso princípio sociológico e econômico do bem próprio superando de início o bem comum, que presidiu à formação da sociologia e da economia individualistas, – levou logicamente à *desumanização da economia e da sociologia*... Nenhum documento será talvez mais ilustrativo dessa desumanização inicial da economia moderna do que o famoso 24º capítulo do 1º livro da grande obra de Karl Marx, sobre o capitalismo... Todo esse



processo gerador do capitalismo moderno, que Marx descreve como sendo o da ‘Ursprungliche Akkumulation’, é o que a nossos olhos representa exatamente – a desumanização da economia.” (*Preparação à Sociologia*, págs. 150 e 151)

A explicação da formação daqueles meios é, em uma palavra, a explicação do processo de acumulação do capital. Basta o enunciado deste tema para se ajuizar de sua importância.

Como, porém, a natureza deste trabalho não comporta amplas explicações, cabe-nos, aqui, apenas, reproduzir, em síntese, os ensinamentos a respeito do fundador do socialismo científico.

Esses ensinamentos podem ser assim resumidos:

Embora os primeiros passos da produção capitalista se tenham já manifestado nos séculos XIV e XV, aqui e ali, em certas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista não data realmente senão do século XVI. Por toda parte, onde ela se instala, a servidão já havia sido há muito suprimida, e o apogeu da Idade Média, com o advento das cidades soberanas, estava em plena decadência. *Todo aquele processo repousa sobre a expropriação do produtor rural, do camponês.* A história dessa expropriação varia conforme os países e as épocas. Foi na Inglaterra somente que revestiu a forma clássica. É, pois, ali que deve ser estudada. Nesse país, já não havia a servidão desde o fim do século XIV. O servo se emancipara. A enorme maioria da população se compunha, então, e mais ainda no século XV, de camponeses livres, trabalhando por conta própria, quaisquer que fossem as aparências feudais envolvendo sua propriedade real. Havia, portanto, em profusão, a pequena propriedade agrícola. Essa espécie de propriedade é que havia surgido da servidão. Macaulay, na *História da Inglaterra*, o constatava, dizendo: “Os pequenos proprietários territoriais que cultivavam seus próprios campos com suas próprias mãos e gozavam de certo bem-estar, constituíam fração muito mais importante da nação que hoje... Nada menos de 16.000 proprietários territoriais viviam da exploração da pequena propriedade que lhes pertencia. Cada um deles dispunha de renda em média de 60 a 70 libras. O número dos que empregavam sua atividade em seu próprio domínio era maior que o daqueles que a empregavam em domínio alheio. Ainda no último terço do século XVII, 4/5 da população inglesa eram de agricultores” (tomo I, págs. 333, 334 e 413). Essa população se compunha, pois, essencialmente, desses pequenos proprietários e proprietários agrí-

colas. Os assalariados eram também até certo ponto pequenos proprietários, porque, além de seus salários, tinham sua habitação, com pelo menos quatro *arpents* (geiras), de terra, podendo ainda usar dos bens comunais, para a pastagem de seu gado, e de onde tiravam a lenha, a turfa, etc., para seu serviço de *chaufage*. De modo que mesmo o servo era não somente proprietário, posto que sujeito à *corvéia*, de parcelas de terrenos, como co-proprietário das terras comunais.

Isto o que se passava não só na Inglaterra como em todos os países da Europa. *A produção feudal era caracterizada pela divisão do solo entre grande número de indivíduos.* É exato que o solo inglês, depois da conquista dos normandos, foi repartido em enormes baronias, das quais uma só englobava às vezes 900 das antigas senhorias anglo-saxãs. Mas se achavam elas semeadas de pequenas propriedades, sendo raríssimos os grandes domínios senhoriais. Esta situação, acompanhada do desenvolvimento maravilhoso das cidades que distingue o século XV, produziu a riqueza popular, que o chanceler Fortescue descreve de modo tão eloquente em sua obra *Laudes Legum Angliae*.

Mas essa riqueza excluía a riqueza capitalista.

*Conclusão: O camponês possuía o campo que cultivava; o artesão, o instrumento de que se servia.*

.....

## Capítulo II

*Os primeiros “sem-trabalho”.*

*Como se deu a expropriação da população rural.*

*Terras cultivadas transformadas em campos de criação.*

*O país bizarro, descrito por Thomas Morus, em que “os carneiros comem os homens”.*

**V**EJAMOS como se deu a expropriação do produtor rural, do camponês, como a pequena propriedade agrícola foi absorvida pelo grande senhor feudal.

Foi no último terço do século XV e nos vinte primeiros anos do século XVI que apareceram os sintomas iniciais da revolução que criou os fundamentos do modo de produção capitalista. Um desses sintomas iniciais foi a massa dos “sem-trabalho” que se constituía pela dispensa das comitivas feudais. Era o poder real que precipitava essas dispensas, para enfraquecer a nobreza e subordiná-la à sua soberania absoluta. Mas o grande senhor feudal, em oposição à realeza e ao parlamento,

aumentava aquela massa, expulsando violentamente os camponeses das terras que eles possuíam, sob o mesmo título feudal, que ele, grande senhor, e apropriando-se ainda dos bens comunais.

Por quê? Pelo incremento das manufaturas de lã e a alta do preço dessa mercadoria. As grandes guerras feudais tinham exterminado a velha nobreza. A nova, filha de seu tempo, via no dinheiro o poder dos poderes. Sua divisa era, pois: *transformação das terras cultivadas em tempos de criação*. Em sua obra: *Description of England, Prefixed to Holinsbed's Chronicles*, Harrison expõe que a expropriação dos pequenos camponeses arruinava o país. “Mas acentuava: que importa isso a nossos grandes usurpadores!” As plantações dos camponeses e as habitações dos operários eram devastadas e demolidas. “Teria muito a dizer sobre as cidades e as aldeias, que foram reduzidas a pastos, apenas conservando a residência senhorial”, acrescentava.

Comparando-se os escritos dos dois chanceleres Fortescue e Thomas Morus, tem-se bem a impressão do abismo que separa o século XV do XVI. Sem a menor transição, como Thornton o disse, a classe operária inglesa passou da idade do ouro à idade do ferro.

A legislação não podia impedir essa extorsão. A nova nobreza, em seus desmandos, a ela se sobrepunha.

Em sua *História de Henrique VII*, Bacon escreve: “Por essa época (1489), lamentava-se profundamente a transformação das terras cultivadas em pastagens, onde o serviço de alguns pastores era suficiente; lamentava-se que propriedades arrendadas, por um ano, certo tempo, ou a vida toda, se tivessem convertido em bens senhoriais. Ora, a maior parte dos rurais tinha sua existência assegurada por essas propriedades. Daí se originou a decadência do povo, seguida das cidades, das igrejas, dos dízi-mos. O rei e o parlamento tudo fizeram para coibir esse abuso... Tomaram medidas contra essa usurpação dos bens comunais, que provocava o despovoamento, e contra a extensão das pastagens consequente àque-la usurpação, que agravava aquele efeito.” Um edito de Henrique VII, de 1489, proibia a destruição de todas as casas dos camponeses, com, pelo menos, 20 *arpens* de terra. Henrique VIII renovava essa proibição, assim fundamentando-a: “Muitas terras e grandes rebanhos sobretudo de carneiros, se acumulam nas mãos de alguns proprietários; as rendas territoriais, com essa acumulação, aumentaram, mas a agricultura está em

decadência, enormes massas populares ficaram impossibilitadas de prover às necessidades de suas famílias.” E a lei não se limitava a fixar a proporção das terras a cultivar e das pastagens: prescrevia ainda a reconstrução das propriedades arrasadas.

Um edito de 1533 consignava que alguns proprietários chegavam a possuir 24.000 carneiros, e estabelecia que não poderiam possuir mais de 2.000. Em seu livro *Utopia*, Thomas Morus fala do país bizarro em que “os carneiros comem os homens.”

Mas todas as reclamações e toda série de leis publicadas desde Henrique VII, e isto durante 150 anos, contra a expropriação dos pequenos camponeses, não produziram nenhum resultado. Ainda, em 1627, Jacques I, em 1638, Carlos I, e, depois, Cromwell, procuravam garantir aquela pequena propriedade. Mas foi em vão.

*Conclusão: As leis dificilmente garantem os fracos contra os fortes.*

.....

### Capítulo III

*A formação da grande propriedade territorial pelo roubo dos bens eclesiásticos, pela alienação fraudulenta dos domínios do Estado e outras extorsões.*

*Em 1750, tinham desaparecido os pequenos camponeses.*

*Esse exército de homens se havia deslocado para as indústrias urbanas.*

**N**O SÉCULO XVI, a Reforma e o confisco enorme dos bens eclesiásticos que ela autorizava, vieram dar novo e terrível impulso à expropriação violenta das massas populares. Nesse momento, a Igreja Católica era proprietária feudal de grande parte do solo inglês. Seus bens confiscados foram, em sua maior parte, dados gratuitamente a ávidos favoritos do rei, ou vendidos por preços irrisórios a especuladores que deles expulsaram em massa os antigos rendeiros. Confiscou-se também, sumariamente, a parte que a lei garantia, sobre os dízimos eclesiásticos, aos cultivadores na miséria. “Há pobres por toda parte”, exclamava a

rainha Elizabeth, depois de uma viagem através de seu país. No 43º ano de seu reinado, reconhecia-se enfim, oficialmente, o pauperismo, criando-se a taxa dos pobres. “Os autores dessa lei não ousaram indicar os motivos que a determinaram. “Contra toda tradição, publicaram-na, sem nenhum preâmbulo” (W. Cobbett, *História da Reforma Protestante*, pág. 471).

Mais tarde, essa lei era declarada perpétua e só em 1834, modificada em suas prescrições. Esse um pormenor sem maior importância. O que há a assinalar é o que assinalava Rogers, embora fosse professor de Economia Política da Universidade de Oxford, sede da ortodoxia protestante. No prefácio de sua *História da Agricultura*, ele dizia que a Reforma havia empobrecido a massa popular.

Havia na Inglaterra os lordes, os *rendeiros*, que seriam, depois, os burgueses agrícolas, os camponeses independentes (*yeomanry*) e os assalariados rurais.

Nos primeiros anos do século XVII a classe dos *yeomanry* era ainda mais numerosa que a dos rendeiros.

Havia sido a força principal sobre a qual se apoiara Cromwell. Os assalariados rurais eram ainda, a essa mesma época, co-proprietários dos bens comunais. Em 1750, os camponeses independentes tinham desaparecido. O autor do *Inquiry into the Connection of large farms, etc.*, Londres, 1773, escreve: “Estou profundamente pungido com o desaparecimento de nosso *yeomanry*, dessa classe de homens, que realmente salvou nossa independência. Estou contristado de ver suas terras entre as mãos de lordes açambarcadores e de pequenos rendeiros cujos contratos com aqueles os reduzem a ser verdadeiros vassalos” (pág. 173).

Em 1750, os camponeses independentes tinham desaparecido, e, nos últimos anos ainda do século XVIII, não mais se encontrava traço da propriedade comunal dos agricultores.

Como aconteceu isto?

Em consequência da Revolução Inglesa de 1688: da subordinação da realeza à nobreza, do poder central ao poder local, do poder pessoal ao parlamento. O rei passou a reinar, e não governar.

Sob a restauração dos Stuarts, os proprietários territoriais prosseguiram naquela sua usurpação, agora legalizando-a.

Vimos que essa usurpação, de ordinário processada com a transformação das terras de cultivo em pastagens, começou no fim do século XV e persistiu no século XVI.

Mas tratava-se de violências individuais contra as quais a legislação lutou em vão durante 150 anos.

O que distingue os progressos realizados no século XVIII vem a ser que a lei se faz auxiliar da mesma usurpação ou espoliação. Ou a ampara ou a tolera. Nestas condições, os proprietários territoriais puderam abolir a constituição feudal. Estavam obrigados a servidões e suprimiram essas servidões que sobre eles recaíam. Mas encontraram uma compensação para essa sua ligeireza: votaram impostos sobre os camponeses e o resto do povo... Reivindicaram, como propriedade privada, no sentido moderno da palavra, bens sobre os quais não tinham senão direitos feudais, e elaboraram leis contra os cultivadores ingleses, leis que foram para estes o que os editos de Boris Goldunof tinham sido para os camponeses russos.

Aquela revolução havia conduzido ao poder, com Guilherme III de Orange, os aproveitadores nobres e capitalistas. E rei, nobres e capitalistas se acumpliciavam na prática das mais inconcebíveis imoralidades.

“As grandes concessões feitas em 1696 à Sra. Orkney na Irlanda são prova pública da afeição do rei e da influência dessa senhora...”

“Os bons e leais serviços da Sra. Orkney parecem ter sido daqueles... de que é bom não falar” (*Sloane Manuscript Collection*, do British Museum, nº 4.224). Aqueles inauguraram a era nova exercendo em grande o roubo dos domínios do Estado.

As terras foram doadas, ou vendidas por preços ridículos, ou mesmo anexadas a propriedades privadas por usurpação direta. “A alienação ilegal dos bens da Coroa, seja por venda, seja por doação, forma escandaloso capítulo na história da Inglaterra... enorme burla à na-



ção” (F. W. Newmann, *Lectures on Pol. Econ.*, págs. 129 e 130, Londres, 1851).

Esses bens do Estado apropriados pela fraude e os bens eclesiásticos apropriados pela violência constituíam a base dos grandes domínios da oligarquia inglesa. Os capitalistas burgueses favoreciam a operação porque assim receberiam dos campos maior número de braços. Estes seriam tanto mais baratos quanto maior fosse sua afluência.

A forma parlamentar daquela fraude se acha condensada na “Lei sobre o tapume ou tapagem das terras comunais”. São decretos pelos quais os proprietários territoriais se atribuem toda propriedade dos bens comunais; são decretos de expropriação popular.

Ao passo que os camponeses independentes eram substituídos por contratados dispensáveis, em qualquer momento, gente servil e dependente da boa ou má vontade do *land-lord*, o roubo sistemático da propriedade comunal se une ao roubo dos domínios do Estado, para aumentar as propriedades daquelas que, no século XVIII, já eram denominadas correntemente “propriedades de capitalistas” ou “propriedades de homens de negócios”, e que davam lugar à população agrícola disponível para a indústria.

Essa concentração da propriedade territorial vem assim descrita em vários documentos daquela época:

“Em muitas freguesias do Hertfordshire, 24 propriedades contendo cada uma em média de 50 a 150 *arpents*, foram reunidas em três” (Th. Wright, *A short address to the public on the Monopoly of large farms*, 1779, págs. 2 e 3). “No Northamptonshire e no Lincolnshire quase todos os bens comunais foram tapados e a maior parte das novas senhorias assim constituídas foi transformada em pastagens, de tal modo que, em certos domínios se faz agricultura agora apenas em 50 *arpents* e não mais em 150. Só as ruínas das casas, das granjas, das estrebarias denotam que o país outrora foi habitado. Não é raro ver 4 ou 5 criadores se constituírem em senhores de grandes domínios que estavam antes na posse de 20 a 30 reideiros e muitos pequenos proprietários. Todos estes foram expulsos de seus bens com os assalariados que ocupavam e faziam viver.” (Addington, *Inquiry into the Reasons for or against enclosing open fields*, Londres, 1772, págs. 37 e 43.)

No mesmo sentido, há inúmeros outros depoimentos.<sup>1</sup>

Karl Marx conclui, assim, esse capítulo que resumimos do *O*

*Capital*:

“O roubo dos bens eclesiásticos, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o abocanhamento das propriedades comunais, a transformação usurpadora, efetuada, sob um regime de terrorismo, das propriedades feudais e coletivas das clãs em propriedades privadas modernas, eis os doces métodos da acumulação primitiva. Prepararam o terreno à agricultura capitalista, incorporaram o solo e a terra ao capital e criaram para a indústria das cidades a possibilidade de encontrar operários entre aqueles elementos tão duramente expropriados.” (*O Capital*, tomo IV, págs. 232 e 233.)

*Conclusão: As relações feudais, patriarcais e idílicas eram brutalmente calcadas aos pés.*

---

1 Inclusive este mais recente de Ch. Seignobos: “A população da Inglaterra se tinha transformado no século XVII. A cultura do trigo não mais bastava ao camponês. Os grandes proprietários pobres tinham comprado os pequenos domínios. Tinham transformado esses pequenos domínios em pastos. E neles criavam carneiros. Os pequenos proprietários, esses *yeomen* que foram a força do partido puritano, tinham desaparecido pouco a pouco. Deles havia ainda 150.000 no momento da Restauração. No século XVIII, deles quase não mais se tinha notícia. Haviam sido substituídos por pastores e diaristas.” (*História da Civilização*, 2º vol., pág. 413.)

.....

## Capítulo IV

*A disciplina indispensável ao sistema do trabalho assalariado.*

*Nos fins do século XV, e durante o século XVI, seriam elaboradas leis desumanas em toda a Europa Ocidental.*

*O terrorismo, o açoite, o ferro em brasa e a tortura contra os que não encontravam onde trabalhar.*

**D**

ESSE modo, do seio da sociedade feudal, saía a grande propriedade territorial.

Era um efeito. Mas esse efeito seria também causa. Ele o foi do exôdo da grande maioria dos trabalhadores dos campos para a pequena indústria urbana que iria, por sua vez, com esse reforço, tomar notável incremento.

A marcha desse “processo” é também assinalada por Karl Marx em todas suas etapas.

Foi assim:

Todos aqueles pequenos proprietários, ontem e, hoje, “sem trabalho”, não poderiam ser aproveitados bruscamente pela manufatura nascente. Nem só porque nesta não havia lugar para todos, como porque nem todos poderiam passar facilmente de um meio de vida a outro, mudar de situação, de condições de existência. Em face da insuperabilidade desses motivos, muitos deles se entregavam ou ao roubo, ou ao cangaço, ou à vagabundagem. Alguns o faziam por tendência natural.

Contra aqueles e estes, indistintamente, porém, pelos fins do século XV, e durante o século XVI, seriam elaboradas leis mais desumanas, em toda Europa Ocidental.

Haviam sido expropriados daquela maneira. As leis em seu favor não os tinham defendido, não os tinham garantido no que era seu. Não lhes haviam assegurado a propriedade, o trabalho, seus meios de subsistência. Outras, porém, ao mesmo tempo que aquelas, vinham puni-los pelas consequências de semelhante crime de que não haviam sido autores mas vítimas.

E o que é mais: aquelas deviam vigorar e não vigoraram, e estas, que não deviam vigorar, eram aplicadas em todo seu rigor. Deles exigiam que trabalhassem, de qualquer forma, fosse como fosse. Seu modo de produção havia deixado de existir daquela forma, e não por culpa deles: e tinham de ingressar imediatamente em outro modo de produção que a nem todos poderia, de um momento para outro, acolher, e para o qual nem todos tinham a necessária habilitação. O trabalhar não dependia substancialmente de sua vontade. No entanto, ou trabalhavam ou seriam considerados como criminosos.

Na Inglaterra, esta legislação aparece sob Henrique VII.

Henrique VIII, 1530. Os mendigos velhos e incapazes de trabalhar são autorizados a implorar a caridade. Os vagabundos válidos são açoitados até que fiquem com o corpo em sangue, e terão de jurar que voltarão ao lugar de seu nascimento ou ao que habitaram durante os três últimos anos, para num ou noutro “trabalhar”.

Mais tarde, Henrique VIII agravou essas disposições contra os reincidentes. À primeira reincidência, fosse o delinquente outra vez açoitado, como da primeira, e se lhe cortasse metade da orelha. À segunda, devia ser executado como grande criminoso e inimigo da sociedade.

Eduardo VI. Um edito, publicado no primeiro ano do seu reinado, em 1547, ordena que aquele que recusar trabalhar será submetido como escravo a seu denunciador, que o alimentará com pão e água, e, se quiser, com pelancas de carne. Tem o direito de o forçar a todo trabalho, mesmo ao mais repugnante. O escravo que se ausentar da casa do senhor durante 15 dias, será condenado à servidão perpétua. Será marcado, na testa e nas faces, com a letra S. Se se ausentar de novo, será morto. O senhor pode vendê-lo, legá-lo, alugá-lo, como qualquer objeto. Não tem direito aos filhos, que ficam também pertencendo àquele: os homens até 24 anos e as mulheres até 20. Todo senhor pode colocar um colar ou pulseira de ferro no pescoço, nos braços e nas pernas de seus escravos, para melhor autenticá-los. O autor do *Essay on Trade*, etc., 1770, observa: “Sob o reinado de Eduardo VI, os ingleses, parece, tiveram toda preocupação de animar a indústria e se ocupar dos pobres. É o que prova o edito notável, prescrevendo fossem marcados a ferro em brasa todos os vagabundos” (pág. 8).

Elizabeth, 1572. Os mendigos não autorizados e maiores de 14 anos são açoitados e marcados na orelha esquerda. Se reincidentes e maiores de 18 anos, são executados, se não encontram quem os queira a seu serviço, pelo menos por dois anos. Se novamente reincidentes, são executados sem nenhuma contemplação, como traidores ao Estado.

São de Thomas Morus na *Utopia* estas considerações: É assim que um indivíduo ganancioso, ávido e insaciável, verdadeiro flagelo de seu país natal, pode reunir milhares de *arpents* de terra e cercá-los com paliçada ou sebe, ou ainda fazer tantas misérias, insolências e injustiças aos pequenos proprietários, seus vizinhos, que estes são obrigados a vender tudo quanto possuam. De um modo ou de outro, por bem ou por mal, têm de levantar acampamento, pobres almas simples e infelizes!

E é uma longa procissão: homens, mulheres, esposos, esposas, órfãos, viúvas, mães angustiadas com seus filhinhos, os objetos de casa e de seu uso imprescindível, pobres em recursos, mas ricos em vigor. Penosamente, afastam-se de seus lares a que estavam acostumados, sem encontrar onde repousar.

Em outras circunstâncias, poderiam ter tirado algum dinheiro de seus móveis, ainda que não tivessem grande valor. Mas naquelas não têm senão como torrâ-los. E quando erraram por toda parte e de nada

mais dispõem, que outro caminho podem seguir senão o de se entregar à mendicidade e mesmo ao roubo, embora por isso possam ser enforcados? Na melhor hipótese, eram seviciados nas prisões, porque não tinham domicílio fixo e não trabalhavam, eles que, apesar de toda sua boa vontade, não encontravam trabalho”...

Daí estes algarismos aterradores: “72.000 pequenos ou grandes ladrões foram executados sob o reinado de Henrique VIII” (Holingshed: *Description of England*, tomo I, pág. 186). No tempo de Elizabeth, “os vagabundos eram enforcados por séries. Cada ano, de 300 a 400”. (*Strype’s Annals of the Reformation and Establishment of Religion*, etc., 1725). Segundo o mesmo Strype, no Somersetshire, 40 pessoas foram condenadas à morte em um ano, 35 marcadas com o ferro em brasa, 37 seviciadas em público e 183 postas em liberdade, ainda que criminosas. E diz ele:

“Este algarismo elevado de acusados não compreende sequer a quinta parte dos delitos e crimes cometidos, porque os juízes de paz não cumprem seu dever, e o povo é de uma piedade ridícula.” Acrescenta: “Os outros condados da Inglaterra acusavam uma situação tão grave quanto a do Somersetshire, se não pior.”

Jacques I. Aqueles que pedirem esmola são declarados em estado de vagabundagem. Os juízes de paz são autorizados a mandar açoitá-los em público e condená-los a seis meses de prisão. Em caso de reincidência, a um ano. Enquanto presos, poderão ser açoitados, conforme o juiz o determinar. Os vagabundos incorrigíveis e perigosos serão marcados com um R. sobre o ombro esquerdo e condenados aos trabalhos forçados. Se voltam a mendigar serão executados sem piedade.

Essas disposições foram mantidas até o começo do século XVIII.

Leis similares foram publicadas na França, onde, nos meados do século XVII, também haviam feito sua eclosão os vagabundos ou vadios, instalando-se sobretudo em Paris. Ainda no começo do reinado de Luís XVI (ordenança de 13 de julho de 1777), todo homem válido de 16 a 60 anos, sem meios de existência e nenhuma profissão, era enviado às galeras.

Os editos de Carlos I para os Países-Baixos (outubro 1537); dos Estados e das Cidades da Holanda (19 de março de 1614) e das Pro-

víncias Unidas (25 de junho de 1649) continham aqueles mesmos princípios que ainda vigoravam nos demais países da Europa Ocidental.

Foi assim que a população rural, expropriada pela violência, expulsa de suas terras e reduzida ao estado de vagabundagem, foi sujeita, por leis de cruel terrorismo, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura, à disciplina indispensável ao sistema do trabalho assalariado.

*Conclusão: As vítimas eram punidas e seus algozes amparados pelas leis.*

.....

## Capítulo V

*O Estado, expressão dos interesses das classes e subclasses dominantes.*

*“O espírito das leis é a propriedade.”*  
(Linguet)

*O estatuto dos aprendizes, da rainha Elizabeth, punia com 10 dias de prisão o patrão que pagasse e com 21 o operário que recebesse salário muito elevado.*

**M**AS para a organização da produção capitalista, nem só havia as condições que lhe eram próprias, e a superabundância de braços, o exército de homens que não tinham para vender senão sua força de trabalho, como ainda o Estado protegendo-a indireta e diretamente. Indiretamente com aquelas leis de repressão, dando caráter não voluntário, mas obrigatório ao mesmo trabalho, e diretamente regulamentando os salários a ele correspondentes.

“A burguesia”, frisa bem Karl Marx, “que cresce, pouco a pouco, tem necessidade da força do Estado e a utiliza ‘para regulamentar’ os



salários, isto é, para os comprimir nos limites convenientes à mais-valia, prolongar o dia de trabalho, e manter o operário em grau normal de dependência em relação a ela. Eis um elemento essencial da pretendida acumulação primitiva” (*O Capital*, tomo IV, pág. 328). O Estado é expressão não dos interesses de toda coletividade, mas dos interesses das classes e subclasses dominantes.

Acompanhemo-lo em sua farta exposição.

Adam Smith já havia consignado: “Por toda parte, em que a legislação procura regular as questões entre patrões e operários, são sempre os primeiros que ela tem por conselheiros.” E Linguet: “O espírito das leis é a propriedade.”

A legislação sobre o trabalho começa na Inglaterra com o “Statute of Labourers” de Eduardo III, em 1349. Na França, este estatuto tem, como *pendant*, a ordenança de 1350, publicada em nome do Rei João. São legislações paralelas com fundo idêntico.

O “Statute of Labourers” era engendrado apressadamente pela Câmara dos Comuns. Justificando-o, dizia tranquilamente um deputado *tory*: “Outrora, os pobres eram uma ameaça para a indústria e a riqueza, à força de reclamar salários elevados. Agora, seu salário é tão baixo, que ameaça igualmente, e pode ser mais perigosamente que outrora, a indústria e a riqueza” (*Sophisms of Free Trade, by a Barrister*, Londres, 1850, pág. 206).

O “Statute” fixou uma tarifa legal dos salários para a cidade e o campo, para o trabalho por peças ou por dia. Procurou prolongar esse dia. Determinou que “os operários agrícolas se alugariam por ano, e os operários da cidade no mercado público”. Proibiu sob pena de prisão o pagamento de salários superiores aos daquela tarifa, sendo que os que aceitassem esses salários seriam punidos mais severamente que aqueles que os dessem. Inspirado por esse dispositivo, foi naturalmente que, em suas seções 18 e 19, o estatuto dos aprendizes, da rainha Elizabeth, punia com 10 dias de prisão o patrão que pagasse e com 21 o operário que recebesse salário muito elevado. Um estatuto de 1360 homologava as penas do “Statute of Labourers” e autorizava o patrão a lançar mão até da força bruta para obter trabalho de acordo com a tarifa legal. Todas as

combinações, contratos, os juramentos, pelos quais os maçons e carpinteiros se obrigavam reciprocamente, eram declarados nulos. Do século XIV a 1825, ano em que foram relatadas as leis sobre a matéria, as coalizões operárias eram tratadas como grandes crimes. *O espírito do estatuto operário de 1349 e de seus sucedâneos é definido por este simples fato: estabeleceu só o máximo legal dos salários, e não como seria mais equitativo, o máximo e o mínimo.*

No século XVI, a situação do operário piorava. O salário nominal aumentou, mas não na proporção da depreciação do dinheiro e da alta decorrente dessa depreciação do preço das mercadorias. Não obstante, era permitido subsistissem as leis que concorriam para essa baixa, e subsistia ainda o regímen das orelhas cortadas e das marcas de ferro em brasa para aqueles que “ninguém tomava para seu serviço”. O estatuto dos aprendizes da rainha Elizabeth autorizava os juízes de paz adotarem certos salários e notificá-los, conforme as estações e os preços das mercadorias. Jacques I estendeu essa regulamentação aos tecelões, aos fiandeiros e a todas as categorias de trabalhadores, e George II estendeu a todas as manufaturas as leis contra as coalizões operárias. Vê-se por uma cláusula do estatuto de Jacques I que alguns fabricantes de fazenda se arrogaram o direito de fazer o juiz de paz e estabelecer eles mesmos as tarifas oficiais dos salários em suas oficinas. Na Alemanha, notadamente depois da guerra dos 30 anos, os estatutos procurando manter salários tão baixos quanto possível, não eram raros.

Mas retornemos à Inglaterra. No período manufatureiro propriamente dito, o modo de produção capitalista se tinha tornado suficientemente forte para dispensar toda regulamentação legal do salário. Mas conservava as velhas armas, para poder delas se servir em caso de necessidade. George II ainda proibiu fosse pago aos operários alfaiates de Londres e arredores mais de 2 sh. 7 d. 1/2 por dia, exceto nos casos de luto geral. George III encarregou os juízes de paz de regulamentarem o salário dos operários em seda. Em 1799, um pacto do Parlamento confirma ainda que o salário dos mineiros da Escócia é regulamentado por um estatuto de Elizabeth e dos atos escoceses de 1661 e 1671. Mas a situação havia mudado completamente. É o que prova um incidente produzido na Câmara dos Comuns, onde nunca se

tinha passado coisa igual. Nessa assembleia, havia 400 anos não se fabricavam senão leis sobre o máximo dos salários. Pois bem, nela, Whitebread propunha, em 1796, um mínimo legal para o salário dos diaristas agrícolas. Pitt combateu a proposição, mas confessou que a situação dos pobres era desesperadora. Enfim, em 1831, eram abolidas as leis sobre a regulamentação dos salários. Não mais eram que uma anomalia ridícula, de vez que o capitalismo regulamentava as fábricas pela sua legislação privada e recorria à taxa dos pobres para que o salário do operário agrícola não excedesse do mínimo a ele indispensável. Em 1825, as leis contrárias às coalizões caíram diante da atitude ameaçadora do proletariado. Mas não caíram senão em parte. Só em 1859 é que realmente deixaram de vigorar.

Enfim, a lei de 29 de junho de 1871 quis destruir os últimos vestígios dessa legislação de classe pelo reconhecimento legal das *Trade's Unions*. Mas outra lei da mesma data (*An act to amend the criminal law relating the violence threats and molestation*) restabeleceu, de fato, o antigo estado de coisas sob nova forma. Por essa escamoteação parlamentar, os meios pelos quais os operários podiam recorrer em caso de greve ou de *lock-out* eram subtraídos ao direito comum e colocados sob uma legislação penal de exceção, cuja interpretação era deixada aos próprios industriais em sua qualidade de juízes de paz.

Na França, os operários conquistavam o direito de associação e logo o perdiam.

Apreciando todo esse movimento em seu conjunto, escreve Karl Marx:

“Dois anos antes [da referida lei de 1871], a mesma Câmara dos Comuns e o mesmo Sr. Gladstone tinham, com sua honestidade habitual, apresentado um projeto de lei sobre a supressão de todas as leis de exceção contra os operários. Mas esse projeto não teve andamento (não foi além da segunda leitura), até que o grande partido liberal, fazendo aliança com o partido *tory*, se animou da coragem de tomar nitidamente posição contra o proletariado que o havia conduzido ao poder. Não se limitando a essa traição, o grande partido liberal permitiu aos juízes ingleses, sempre enfeudados às classes dirigentes, de fazer reviver as velhas leis sobre as conspirações e de as aplicar às coalizões operárias. Vê-se que foi a contragosto e sob a pressão das massas, que o Parlamento inglês renunciou às

leis contra as greves e as *Trade's Unions*, depois de haver ele mesmo, durante cinco séculos e com um egoísmo desavergonhado, funcionado como *Trade's Unions* dos capitalistas contra os operários.

Desde o começo da tormenta revolucionária, a burguesia francesa ousou retirar aos operários o direito de associação que eles acabavam de conquistar. Pelo decreto de 14 de junho de 1791, ela declarou que toda coalizão operária era ‘um atentado contra a liberdade e a declaração dos direitos do homem’, punível com uma multa de 500 libras e com a privação por um ano dos direitos cívicos” (págs. 243 e 244).

*Conclusão: A ordem, a legalidade é a defesa da classe dominante.*

.....

## Capítulo VI

*A gênese do capitalista agrário.*

*O rendeiro enriquece rapidamente nos primeiros oitenta anos do século XVI.*

*“Em todas as esferas da atividade social, a parte do leão cabe aos intermediários.”*

**K**ARL MARX, depois desses estudos relativos à criação violenta do proletariado de tudo desprovido, à disciplina sanguinária que o transformou em classe assalariada, à ação do Estado aumentando a acumulação do capital com a exploração daquela classe, propõe esta questão: qual a origem primeira dos capitalistas?

Eis como ele a resolve:

A expropriação das populações rurais não produz diretamente senão grandes proprietários territoriais. A formação do camponês capitalista ou rendeiro se fez lentamente, através dos séculos. Os servos, eles próprios, e certo número de pequenos proprietários livres tinham títulos de propriedade diversos. Assim foram emancipados em condições econômicas também diversas. Na Inglaterra, o primeiro espécime do capita-

lista agrário é o *bailio* (feitor), também servo. Sua situação é análoga à do *villicus* romano, em esfera mais restrita. Pela metade do século XIV, é substituído pelo rendeiro, a quem o *land-lord* fornece as sementes, o gado e os instrumentos de trabalho. A situação desse rendeiro não difere quase da do camponês senão em que ele explora comumente assalariados. Depois, é o rendeiro “a meia”. Fornece parte do capital, e o *land-lord* o restante. Os lucros eles os dividem em proporções fixadas em contrato. Na Inglaterra, esta forma desaparece logo pela do rendeiro propriamente dito, que manobra com seu próprio capital, empregando assalariados, e entrega ao *land-lord*, a título de aluguel pelas suas terras, parte, em dinheiro ou em produto, do que ganha. Enquanto durante o século XV, o camponês independente e o operário agrícola que planta por sua própria conta ao mesmo tempo que trabalha como assalariado, se enriquecem pelo seu trabalho, a situação do rendeiro e de seu campo de produção não prosperam. Depois, vem a revolução agrícola, iniciada no último terço do século XV, e prolongada durante os primeiros oitenta anos do século XVI, e enriquece o rendeiro tão rapidamente quanto empobrece a população rural. “Rendeiros”, diz Warrison na *Description of England*, “que antigamente pagavam com sacrifício 41. s. de arrendamento, pagam atualmente de 40 a 100, e não ficam satisfeitos se não economizam anualmente 6 ou 7 vezes mais.” A usurpação das pastagens comunais lhes permite aumentar consideravelmente sua criação e esta lhes fornece adubo suficiente para seus campos. No século XVI, intervém um fator decisivo. Nessa época, os contratos de arrendamento eram de longa duração, ordinariamente de 99 anos.

A depreciação contínua dos metais preciosos e, em consequência, do dinheiro metal, assegurou lucros fabulosos aos rendeiros. Ela por si só determinou a baixa dos salários. Os operários continuaram percebendo o mesmo que antes, senão menos. E eram pagos em moeda que valia menos. Essa diferença em favor do rendeiro era incorporada àqueles seus lucros. Depois, o acréscimo incessante dos preços do trigo, da lã, da carne, e de todos os produtos agrícolas aumentava o capital dinheiro do rendeiro, sem trabalho especial de sua parte, e ele pagava pelos seus contratos de arrendamento das terras que explorava, menos que anteriormente, em virtude da mesma citada depreciação do dinheiro.

Em um trabalho daquela época, de 1581, de William Stafford, *A Compendious of Briefe Examination of Certayne Ordinary Complaints of Diverse of our Countrymen in these our Days*, por muito tempo atribuído a W. Shakespeare, lê-se o seguinte: “Se eles pagam, segundo as antigas tarifas, isto é, pouco, vendem, segundo a tarifa nova, isto é, caro”. Enriqueceram-se, pois, à custa de seus assalariados e de seus *land-lords*. Não há, assim, que estranhar houvesse, no fim do século XVI, na Inglaterra, uma classe de agrários capitalistas ricos para a época.

Na França, o procurador, administrador e coletor dos bens do senhor feudal, não tardou, no começo da Idade Média, a ser um homem de negócios que, a força de exações, roubo, etc. se converteu em capitalista. Dessa espécie muitos chegaram a ser grandes senhores.

Referindo-se a esses grandes senhores e ao capitalista agrário inglês, diz Karl Marx:

“É de observar que aqui, como em todas as esferas da atividade social, a parte de leão cabe aos intermediários. No domínio econômico, por exemplo, financistas, especuladores da bolsa, negociantes por atacado, retalhistas ‘desnatam’ os negócios. Nas questões de direito, o advogado de pena o cliente.

“Em política, o representante tem mais importância que seu eleitor, e o ministro idem sobre o soberano. Na religião, Deus é colocado em segundo plano pelo mediador, e este suplantado pelos padres, que são os intermediários inevitáveis entre o bom pastor e suas ovelhas” (*O Capital*, tomo IV, pág. 247).

Mas na França, além desses grandes senhores, foi também surgindo paulatinamente da servidão a classe dos chamados capitalistas agrários. E essa classe foi muito maior aí que na Inglaterra.

“Na França como na Inglaterra”, diz ainda Karl Marx, “os grandes domínios feudais eram divididos em um número infinito de parcelas, mas em condições incomparavelmente mais desfavoráveis à população rural que naquele país. No século XIV, já se encontram as propriedades de arrendamento. O número delas cresce e excede de 100.000. Elas pagavam uma renda variando do 12º ao 5º dos seus produtos. Estes *terriers*, feudos, subfeudos, segundo o valor e a extensão de seus domínios, não contavam às vezes senão alguns *arpents*. Todos esses *terriers* possuíam em um grau qualquer [havia quatro] jurisdição sobre a população, que, compreende-se, muito teve que sofrer de tais tiranias.

“Segundo Monteil, havia então na França 160.000 justiças, quando 4.000 tribunais entre eles incluídas as justiças de paz, hoje são o bastante” (*idem, ibidem*).

Na Inglaterra, a nobreza prevalecia sobre a realeza. Na França, operava-se o inverso. A realeza é que vencida a nobreza, apoiando-se na burguesia.

Vencia-a, arrasava-a com Filipe IV, o Belo, com Luís XI, com Francisco I e Luís XIV.

Na Inglaterra, a propriedade capitalista havia se diferenciado, menos que na França, da propriedade senhorial. Essa divergência na estrutura econômica dos dois países neles produzia aquela divergência de ordem política.

*Conclusão: O capitalista agrário lograva obter mais de um lado e pagar menos de outro.*



.....

## Capítulo VII

*A criação para o capital industrial do mercado interno.*

*A separação entre a manufatura e a agricultura.*

**I**AM ASSIM despontando da sociedade feudal “os meios de produção e de troca que servem de base à evolução burguesa”.

A consequência imediata da expropriação e expulsão da população rural foi o fornecimento à indústria urbana de massas sempre novas de proletários estranhos à esfera corporativa: foi dar a essa indústria o principal fator de sua expansão. Mas tinha ainda outra consequência: criava o *mercado interno* apropriado a essa mesma expansão.

Esta tese geral é assim precisada por Karl Marx:

Outrora, a família do camponês independente produzia os meios de subsistência e matérias-primas que, em seguida, consumia. Agora, deslocada como foi, não mais os produz. Quem os produz vem a ser o capitalismo agrário. Produ-los para os vender. De uso imediato passam a ser *mercadoria*. Quem os consome? As manufaturas, tanto vale

dizer, também o antigo camponês independente que a elas teve de se incorporar.

Por outro lado, havia a pequena indústria doméstica dos campos. Com aquela expropriação e expulsão aí se debilita, e toma vulto nas cidades, nos centros urbanos, com a manufatura. Quem consome seus artigos? Ainda o camponês independente industrializado e, em parte, as populações que se conservaram nos campos. Até então, tinha havido o domínio deste sobre aquelas. Agora separavam, se dividiam. E, a seguir, haveria o domínio das cidades sobre os campos.

“Foi assim”, precisa Karl Marx, “que a expropriação de camponeses que perderam seus meios de produção, haveria de enfraquecer a indústria secundária dos campos: a manufatura e a agricultura se separam. E só o enfraquecimento da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que tem necessidade o modo de produção capitalista. Todavia o período manufatureiro propriamente dito não chega a realizar radicalmente essa transformação... Só a grande indústria, a maquinaria, pôde dar base permanente à agricultura capitalista, expropriar completamente a grande maioria dos camponeses e pôr termo ao divórcio entre a agricultura e a indústria doméstica dos campos, extirpando as raízes dessa última, a fição e a tecelagem. Só ela também que conquistou para o capital industrial todo mercado interno.” (idem, págs. 253 e 254).

*Conclusão: A burguesia criava grandes centros urbanos; submetia o campo à cidade.*

.....

## Capítulo VIII

*A gênese do capitalista industrial.*

*A luta entre a indústria manufatureira e a corporativa.*

**A**GORA, a gênese do capitalista industrial.

Esta, talvez, a parte mais empolgante do estudo de Karl Marx.

Vamos resumi-la igualmente, não para o ceticismo negativo que é impossível fazê-lo vibrar, mas para a atual geração de nossas escolas, tão generosa e tão ávida de luzes e conhecimentos profundos. Sem dúvida, muitos pequenos patrões corporativos e, ainda em maior número, pequenos artesãos independentes e mesmo assalariados se transformaram, primeiramente, em pequenos capitalistas, e, depois, pela exploração cada vez maior do trabalho assalariado e sua correspondente acumulação, em capitalistas propriamente ditos.

Mas essa progressão excessivamente lenta não atendia às necessidades comerciais do novo mercado mundial criado pelas grandes descobertas e invenções do século XV. Seja como for, a Idade Média havia legado duas formas diferentes de capital, e que, antes da era do

modo de produção capitalista, são *quand même* capital: o capital usurário e o capital comercial.

Diz Th. Hodgskin:

“Atualmente, toda riqueza da sociedade passa primeiramente pelas mãos do capitalista. Ao proprietário territorial, ele paga a renda, ao operário, o salário, aos coletores dos dízimos e impostos, o que lhes cabe, e guarda para si a parte maior e cada dia mais considerável do produto anual do trabalho (que explora). Hoje, o capitalista pode ser considerado como o proprietário em primeira linha de toda riqueza social, embora nenhuma lei lhe confira direito sobre essa propriedade.

“Essa mudança na propriedade é o resultado da usura. E é de notar que os legisladores de toda Europa quiseram impedir esse resultado por leis contra a usura... O fato que deu ao capitalista o poder sobre toda riqueza do país constitui uma revolução total do direito de propriedade. Por que lei, ou, melhor, por que série de leis essa revolução se efetuou?” (*The Natural and Artificial Rights of Property Contrasted*, Londres, 1832, pág. 98)

Tudo muito bem. Apenas Hodgskin se esqueceu de considerar que não são as leis que fazem as revoluções, mas justamente o oposto.

O capital dinheiro formado pela usura e o comércio foi duplamente tolhido em sua transformação em capital industrial: nos campos, pela constituição feudal, nas cidades, pela organização corporativa.

Ainda em 1794, os pequenos fabricantes de fazendas de Leeds pretendiam que o Parlamento inglês votasse uma lei proibindo todo negociante de ser fabricante.

Aqueles entraves foram em parte anulados pela dissolução das comitivas senhoriais e pela expropriação e expulsão parcial das populações rurais. Dessa expropriação e expulsão resultava nova manufatura. E esta nova manufatura foi instalada nos portos marítimos de exportação, ou sobre regiões não urbanas, mas suburbanas, situadas fora do controle do antigo sistema urbano e da organização corporativa.

*Conclusão: O capital usurário e o comercial fundiam-se com o trabalho assalariado, e aqueles capitais se transformavam em capital industrial.*

.....

## Capítulo IX

*O sistema colonial.*

*Atos de barbaria sem paralelo em nenhuma  
outra época da história universal.*

*A supremacia comercial assegurava a  
supremacia industrial.*

**O**UTRO elemento de acumulação do capital, de sua formação, foi o sistema colonial decorrente dos descobrimentos marítimos.

A exploração das minas de ouro e prata da América, a extermínio das populações indígenas, sua redução à escravidão ou ao martírio naquelas minas, a conquista e a pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em vasto presídio onde os negreiros caçavam os negros, tudo isto caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores importantes de sua acumulação primitiva. Logo depois, começa a guerra comercial das grandes nações europeias, com a terra inteira como campo de batalha.

Guerra comercial, primeiro, dos Países-Baixos contra a Espanha. Depois assume proporções gigantescas na guerra da Inglaterra contra os

jacobinos franceses. Prolonga-se nas “guerras do ópio” contra a China, etc. Essas guerras concorriam para aquele mesmo resultado.

Esses diversos fatores da acumulação primitiva do capital pendiam ora para um país, ora para outro.

Penderam, mais ou menos, segundo a ordem cronológica, para a Espanha, Portugal, a França, a Holanda e a Inglaterra.

Esse método de colonização repousa sobre a *força bruta*, a *força do Estado*.

A força é a parteira de toda velha sociedade. Ela própria é uma potência econômica.

Não parece, pois, exagerado este juízo de W. Howitt:

“Os atos de barbaria e as atrocidades vergonhosas de que se tornaram culpadas as nações ditas cristãs, em todas as regiões e contra todos os povos que puderam subjugar, não tiveram paralelo em nenhuma outra época da história universal nem em nenhuma raça por mais selvagem, grotesca, cruel e falha de sentimentos que fosse.” (*Colonization and Christianity*, Londres, 1838, pág. 9)

Nem se diga que assim procederam as nações propriamente feudais. A Holanda, no século XVII, já era tipo de nação capitalista.

Pois bem, a história da colonização holandesa nesse século “desenrola quadro incomparável de traições, de corrupção, de assassinios e ignomínias”. (T. Stanford, *Java and his dependencies*, London, 1817) Bem o atesta o sistema que ela punha em prática para se apoderar dos habitantes das ilhas Célebes (Oceania) e ter assim escravos para Java. Havia uma organização de ladrões de homens especialmente preparada para esse fim.

O apanhador, o intérprete e o vendedor eram agentes principais dessa organização. E os príncipes indígenas também ganhavam, também lucravam com esse gênero de comércio. As crianças roubadas eram levadas para prisões secretas de Célebes, e aí conservadas até a idade em que pudessem ser expedidas pelos navios negreiros. Um relatório oficial registrava: “A cidade de Makaçar está cheia de prisões secretas, cada qual mais horrível, abarrotadas de infelizes vítimas da cupidez e da tirania, carregadas de algemas, arrancadas pela violência às suas famílias.”

Para se apossar de Malaca, os holandeses corromperam o governador português, que dela lhes abriu as portas, em 1641. Desembarcam e correm logo à sua casa, onde o mataram, para não ter de lhe pagar a soma de 1.875 l. st., preço de sua traição.

Desse modo, por toda parte, se manifestavam o despovoamento e a devastação.

Em 1750, Banjuwangi, província de Java, contava mais de 80.000 habitantes. Em 1811, o número deles já se achava reduzido a 8.000.

A Companhia inglesa das Índias Orientais obteve não somente o poder político das Índias, como o monopólio exclusivo do comércio do chá, do comércio chinês em geral e do transporte de todas as mercadorias entre esses países e a Europa e inversamente. Mas o comércio de cabotagem das Índias, o entre as ilhas e o interno se constituíram em monopólio dos funcionários superiores da Companhia.

Os monopólios do sal, do ópio, do betel eram fontes inexpugnáveis de riqueza. Aqueles funcionários fixavam eles mesmos os preços e muito à sua vontade iam, dessa maneira, sugando os pobres hindus. O governador-geral tomava parte nesse comércio privado. Seus protegidos obtinham contratos tão vantajosos que, superiores aos alquimistas, fabricavam ouro do nada. Grandes fortunas se fizeram do dia para a noite. E a acumulação primitiva se operou sem que os interessados tivessem entrado com um só *shilling*. O caso judiciário de Warren Hastings veio revelar inúmeros exemplos desse gênero. Eis um desses exemplos. Certo Sullivan logrou obter um contrato de ópio, justamente no momento em que ia partir, em missão oficial, para uma região muito afastada dos distritos produtores de ópio. Transfere, então, esse seu contrato, por 40.000 l. st., a Fulano Binn, que o revende, no mesmo dia, por 60.000, e o comprador final, que o executou, afirmou ter ainda obtido com ele enorme lucro. Segundo um balanço submetido ao Parlamento, a Companhia e seus empregados arrecadaram dos hindus, de 1757 a 1766, a título gracioso, seis milhões de libras esterlinas. Em 1769-1770, criaram verdadeira situação de fome, açambarcando todo arroz para não o vender senão a preços fabulosos. Só na província de Orissa mais de um milhão de hindus morriam de fome em 1866.

E o tratamento que os ingleses infligiam aos índios?!

Os puritanos da Nova Inglaterra davam, em 1703, por decisão especial de sua assembleia, um prêmio de 40 l. st. por *scalpa* de índio ou pele-vermelha capturado. Em 1720, esse prêmio foi elevado a 100 l.st. Em 1744, Massachusets-Bay, tendo declarado rebelde certa tribo, foram estabelecidos estes preços: para a *scalpa* de um indivíduo masculino de mais de 12 anos: 100 l.st.; para um prisioneiro homem: 105 l.st.; para uma mulher ou criança 50 l. st.; para a *scalpa* ainda de uma mulher ou criança também 50 l. st.

O regímen colonial foi isto: a violência, a força brutal, a desumanidade. Mas incontestavelmente passo decisivo para concentração capitalista.

Daí por que Marx completa as observações e informações acima transcritas, dizendo:

“O regímen colonial foi causa dos progressos enormes do comércio e da navegação. As ‘sociedades de monopólio’, segundo o testemunho de Lutero, contribuíram possantemente para a concentração do capital. As manufaturas, que provinham de todas as partes, encontravam nas colônias mercados de consumo ou uma acumulação intensificada pelo monopólio local. As riquezas assim acumuladas fora da Europa pela pilhagem, a escravidão e o homicídio, refluíam à metrópole, onde se transformavam em capital. A Holanda, que foi a primeira a praticar o sistema colonial em toda sua extensão, se achava em 1648 no apogeu de seu poderio comercial. Ela superintendia quase todo tráfego das Índias Orientais, assim como as relações entre o sudoeste e o nordeste da Europa. Suas pescarias, sua marinha, suas manufaturas, ultrapassavam as de todos os outros países. Os capitães da República eram talvez superiores ao do resto da Europa”. (Gulich).

“Em nossos dias, a supremacia industrial acarreta a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, é, ao contrário, a supremacia comercial que assegura a supremacia industrial.

“Daí o papel tão importante representado então pelo regímen colonial. Era o ‘Deus estranho’ que se instalava no altar ao lado dos velhos ídolos da Europa e os arrasava todos, um belo dia. A partir dessa data a ‘mais-valia’ se tornou o último e só objetivo da humanidade.” (*O Capital*, tomo IV, págs. 260 e 261)

*Conclusão: A colonização significa isto: crescer aos capitais das metrópoles outros delas separados.*



.....

## Capítulo X

*A dívida ou crédito público.*

*O primeiro rei a lançar mão desse recurso teria sido Henrique III que empenhou até as relíquias de Santo Eduardo.*

*No Espírito das leis, dizia Montesquieu: “Se os tártaros invadissem a Europa, hoje, seria necessário muito trabalho para lhes fazer compreender o que seja um financista entre nós.”*

**D**EPOIS, vinha a *dívida* ou *crédito público*, outro fator da mesma acumulação.

O crédito público supõe quatro condições essenciais: 1ª) a existência de capitais importantes disponíveis, abundante circulação monetária; 2ª) facilidades de transferências e de negociação dos títulos móveis (Bolsas); 3ª) confiança dos capitalistas nas autoridades públicas; 4ª) a capacidade do país de pagar todos os impostos, por mais pesados que sejam, necessários ao serviço da respectiva dívida.

A história financeira dos Estados europeus, até o fim do século XVIII, mostra que o crédito público neles não apareceu senão depois de realizadas essas condições econômicas, políticas e financeiras.

Por outro lado, concorrendo para entravá-lo ainda, havia as regras da Igreja e do direito canônico proibindo a *usura*, os *juros* nos em-

préstimos. Essa usura também condenada pelos antigos (Moisés, Aristóteles, Catão, etc.), foi terminantemente *vetada* entre cristãos, pelo Concílio de Viena em 1311. Por todas essas circunstâncias, o crédito público haveria de ser como é, de data bem recente.

Existiu em embrião, durante a Idade Média, nas pequenas repúblicas da Itália e nas *ciudades comerciais* alemãs; e, depois dos descobrimentos marítimos, a partir do século XVI, nos Países-Baixos.

Na Inglaterra, compreendeu cinco períodos:

1º) até aos Tudors (1485); 2º) de 1485 à Revolução de 1688; 3º) da Revolução de 1688 até 1793; 4º) de 1793 a 1815; 5º) depois de 1815.

No primeiro período, não existe. Há o *crédito pessoal* do rei, e muito fraco. O primeiro rei a lançar mão desse recurso teria sido Henrique III, nos meados do século XIII. Para isso, teria empenhado todos seus bens, as joias da Coroa e até, ao que consta, o cofre que continha as relíquias de Santo Eduardo.

Em 1416, Henrique V ainda não era mais feliz. Para conseguir certa soma sobre seu subsídio de 60.000 l.st., tinha de dar em garantia não só esse subsídio, como as pessoas de três príncipes, as joias da Coroa e sua própria coroa.

Nesse período, os reis recorreram sobretudo aos *dons voluntários*, às *benevolências* que solicitavam a seus súditos, e deles os alcançavam por bem ou por mal, sob pressão e ameaças. O abuso desse expediente foi de tal ordem que, no reinado de Ricardo III, no fim do século XV, uma lei do Parlamento procurava coibi-lo, em termos severos. Dizia que ficavam interditas as “benevolências”, “porque, durante muitos anos, os súditos e pequenos camponeses do país tinham pago, *contra sua vontade e sua liberdade*, quantias elevadas até sua ruína”.

No segundo período, o *crédito pessoal* se firmou. Todavia, o apelo às “benevolências” persistiu. Em 1627, a *Petition of Right* que o rei Carlos I assinou, consentia esses *empréstimos forçados*, com a aprovação do Parlamento.

No terceiro período, vão se apresentando progressivamente as primeiras condições políticas e financeiras do crédito público: *a separação entre as finanças do rei e as nacionais, o controle parlamentar sobre as fi-*

nanças, o papel do imposto nessas finanças e a organização do sistema fiscal. Eram, porém, ainda incipientes as *condições econômicas*, os capitais móveis.

Nesse período, surgiam o Banco da Inglaterra, o Banco da Irlanda e as Companhias Coloniais (*South Sea Cy, Indes Orientales*) com empréstimos em troca de privilégios.

No quarto período, havia o chamado crédito público na Inglaterra. Esta podia “financiar” com seus próprios recursos a mais longa e mais dura das guerras que até então teve de sustentar. De 1793 a 1815, sua dívida pública passou de 239 milhões de l. st. a 861 milhões, e, em juros, de 9 milhões de l. a 32 milhões.

No quinto período sua situação política se normaliza e seu crédito avulta assombrosamente.

Feitas estas considerações de ordem geral, desçamos à análise de Karl Marx. Diz ele:

“O sistema do crédito público, isto é, das dívidas do Estado, cujas origens encontramos na Idade Média em Gênova e Veneza, se alastra por toda Europa no período manufatureiro. O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, lhe serviu de estufa quente. Ele se instalou primeiramente na Holanda. A dívida pública, a alienação do Estado, seja despótico, constitucional ou republicano, dá seu *verdadeiro caráter* à era capitalista. A acumulação primitiva dela depende substancialmente. Como por um golpe de vara de condão assegura ao dinheiro improdutivo o poder reprodutivo, transforma-o em capital, sem que ele tenha necessidade de se expor aos perigos e maçadas de sua aplicação industrial ou mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado nada dão. A soma que emprestam transforma-se em efeitos públicos de transferência fácil e que continuam a funcionar em suas mãos como espécies sonantes e de peso. Mas, além dessa classe de capitalistas ociosos que produz, além dos financistas, que, ricos improvisados, servem de intermediários entre o governo e a nação, além dos arrecadadores dos impostos para seu pagamento, dos comerciantes, dos industriais privados, cujas bolsas recolhem sempre como capital do Céu, boa fração de todo empréstimo nacional, além de tudo isto, a dívida pública faz nascer e prosperar as sociedades por ações, o movimento dos efeitos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra, a bolsa e o sistema bancário moderno.”

Desde sua origem, os grandes bancos, sob o disfarce de títulos nacionais, não eram senão sociedades de especuladores privados, sob o amparo dos governos, e que, graças aos privilégios deles obtidos, esta-

vam em condições de os socorrer com dinheiro. Ganhavam emprestando a esses governos, e ganhavam ainda em virtude desses privilégios. Acumulavam assim duplamente. Daí a alta progressiva das ações desses bancos, cujo pleno florescer data de 1694. O Banco da Inglaterra começou por emprestar dinheiro ao governo à taxa de 8%. Ao mesmo tempo, foi autorizado pelo Parlamento a emitir, a bater moeda correspondente a esse capital, emprestando-a ao público sob a forma de bilhetes do banco. Com essas notas bancárias, podia realizar descontos, emprestar sobre mercadorias e comprar metais preciosos. Pouco depois, o mesmo banco se serviu dessa moeda fiduciária, fabricada por ele mesmo, para fazer adiantamentos ao Estado, e pagar por conta ainda desse Estado os *coupons* de sua dívida. Não lhe bastava dele retirar com uma das mãos o que lhe dava com a outra. Sempre recebendo, ele se constituía em credor perpétuo da nação até o último vintém. De grão em grão, ele se fortalecia: era receptáculo forçado de todas as somas metálicas do país e o centro de gravitação de todo seu crédito comercial. Justamente nesse momento, a Inglaterra deixava de queimar feiticeiros, para enforcar os fabricantes de bilhetes falsos do banco. Os escritos da época, as obras de Bolingbroke em particular, denotam bem o efeito produzido sobre aquela geração com o aparecimento rápido de toda essa casta de bancocratas, financistas, capitalistas, corretores, agentes de câmbio e jogadores da Bolsa.

No *Espírito das leis*, dizia Montesquieu:

“Se os tártaros invadissem a Europa hoje, seria necessário muito trabalho para lhes fazer compreender o que seja um financista entre nós” (tomo IV, pág. 33).

Mas há a dívida pública *interna* e a *externa*, ambas fatores de acumulação. Há um sistema de crédito internacional que encobre, muitas vezes, em tal ou qual povo, uma das fontes daquela acumulação. Foi assim que as infâmias dos métodos de rapina postos em prática em Veneza formaram uma das bases ocultas da riqueza capitalista da Holanda, à qual Veneza em decadência emprestou quantias vultosas. As relações entre a Holanda e a Inglaterra são análogos.

Desde o começo do século XVIII, as manufaturas holandesas perderam sua supremacia, e esse país não mais teve preponderância comercial e industrial. No entanto, de 1701 a 1776 emprestou capitais

enormes, sobretudo à sua concorrente, a Inglaterra. Mesma situação entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Muito capital que se encontra, hoje, nos Estados Unidos sem a indicação da origem, não é senão o resultado da capitalização do trabalho feita nas fábricas inglesas.

*Conclusão: Os Estados serviam ao capitalismo e eram por ele dominados.*

.....

## Capítulo XI

*O sistema moderno de impostos.*

*Traz em si o gérmen de uma progressão automática.*

*O protecionismo foi o meio artificial de fabricar fabricantes.*

**C**OMPLEMENTO do sistema dos empréstimos nacionais vem a ser o protecionismo ou o sistema moderno de impostos, portanto, também parte daquela acumulação. Ao mesmo tempo que um empréstimo é emitido, providências são adotadas para novos impostos em quantidade suficiente para seu serviço de juros e amortização. Esta, a teoria dos ingleses. Dizem eles: “Não pedimos nunca emprestado uma libra esterlina, sem primeiro nos assegurar, por meio de novo imposto, dos fundos necessários a este compromisso.”

No citado período de 1793 a 1815, os impostos na Inglaterra eram elevados de 20 milhões de libras em 1793 a 72 milhões em 1815. As dívidas eram acumuladores de capitais. Os impostos seus agentes aceleradores.

Essa engrenagem e seu funcionamento são assim estudados por Karl Marx:

“Como a dívida pública se baseia na receita pública, o sistema moderno dos impostos tem de ser considerado como complemento forçado do sistema dos empréstimos nacionais. Os empréstimos nacionais permitem ao governo cobrir suas despesas extraordinárias sem, na aparência, maior dano imediato para o contribuinte. Mas reclamam a seguir o aumento dos impostos. E se verifica o círculo vicioso. O acréscimo dos impostos, para atender à acumulação das dívidas contratadas anteriormente, força o governo, cada vez que haja novas despesas extraordinárias, a fazer novos empréstimos. O aparelhamento fiscal moderno, cujos impostos sobre os objetos de primeira necessidade, o que determina seu encarecimento, constituem o pivô, traz, pois, em si, o gérmen de uma progressão automática.

“A supertributação não é um incidente, mas um princípio.

“Por outro lado, dos impostos se originava o sistema protecionista que foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar os operários independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de abreviar pela força a transição do antigo modo de produção para o moderno. Os Estados europeus se disputaram o monopólio desse invento. Dele usaram e abusaram: indiretamente com as tarifas protecionistas e diretamente com prêmios de exportação. E não se limitaram a isso. Foram além. Visando sempre o protecionismo de sua produção nacional, destruíam, nos países secundários ou coloniais colocados sob sua influência, por meios violentos, toda indústria, como, por exemplo, a manufatura de lã na Irlanda pela Inglaterra.

“No continente europeu, exemplo frisante desse protecionismo foi Colbert. Ele simplificou consideravelmente o processo. Foi no Tesouro público que, na França, os industriais em inúmeros casos foram buscar seu capital primitivo.

“De modo que ou os empréstimos contraídos pelos governos, ou os empréstimos por eles facilitados vinham favorecer tal acumulação.

“Daí esta ponderação de Mirabeau:

“Por que ir procurar tão longe a causa do Estado manufatureiro de Saxe antes da guerra? Cento e oitenta milhões de dívidas feitas pelos soberanos!”

*Conclusão: O imposto sai da força do trabalho para as mãos do governo e das mãos deste passa para as do capital, aumentando-o.*

.....

## Capítulo XII

*A exploração do trabalho.*

*“Os leitos, no Lancashire, não esfriavam nunca.”*

*“O capital nasce suando sangue e lama dos pés à cabeça.”*

**O** SISTEMA colonial, as guerras comerciais, a dívida pública, os impostos, o protecionismo, etc., essas criações do período manufatureiro propriamente dito, se desenvolvem extraordinariamente durante o primeiro período da grande indústria.

Nesse ínterim, acentuava-se a exploração do trabalho, do operário.

Esta página de J. Fielden, também citada por Marx, parece, dá bem ideia do grau que assumiu essa exploração:

“No Derbyshire, no Notinghamshire e no Lancashire, as máquinas recentemente inventadas foram empregadas em grandes fábricas, colocadas às margens dos rios, visto como eram movidas pela força hidráulica. E nesses lugares, longe da cidade, faltaram-lhes, de repente, milhares de braços. O Lancashire sobretudo relativamente pouco povoado até essa data e



infértil mais teve necessidade dos mesmos braços. O que convinha principalmente a essas fábricas eram dedos pequenos e ágeis. A solução foi esta: foram para elas transportados os aprendizes das *workhouses* paroquiais de Londres, Birmingham, etc. Milhares dessas pequenas criaturas abandonadas, que não tinham ninguém por si, de 7 a 14 anos, eram assim mandadas para o norte. O patrão (o ladrão de crianças) vestia-os, nutria-os e alojava-os como podia, perto da fábrica. No trabalho, os guardas não os perdiam de vista. Sua paga dependia dessa fiscalização que exercessem. A consequência disso era a crueldade...

“Em muitos distritos, no Lancashire em particular, eram torturadas, do modo mais horroroso essas criaturas inocentes, sem nenhuma defesa, entregues à insaciável cobiça de seus patrões. Eram mortas pelo excesso de trabalho. E tinham de trabalhar desse modo porque, do contrário, eram açotadas, algemadas, supliciadas. Mesmo quando não lhes restavam senão a pele e os ossos, tinham de trabalhar. Eram levadas ao suicídio... Os belos e românticos vales do Derbyshire, do Nottinghamshire e do Lancashire, longe dos olhos do público, tinham sido transformados em horríveis solitudes, onde reinava a tortura... e, às vezes, até o homicídio... Os lucros dos fabricantes eram enormes. E seu apetite crescia. Introduziram o trabalho à noite.

Depois de ter esgotado uma equipe de dia faziam entrar outra de noite. A equipe de dia ia ocupar os leitos que a equipe da noite acabava de deixar, e vice-versa. A julgar pela tradição popular, os leitos, no Lancashire, não esfriavam nunca.”

Mas nem só os particulares procediam desse modo: também o Estado.

O desenvolvimento da produção capitalista, em sua fase manufatureira, fez a opinião pública da Europa perder o que lhe restava de pudor e de consciência.

As nações, arremata Karl Marx, se jactavam cinicamente de toda infâmia que contribuía para a acumulação do capital. Que se leiam, por exemplo, os anais comerciais de A. Anderson.

Aí se anuncia como triunfo assinalável da diplomacia inglesa este da paz de Utrecht: por meio desse tratado, a Inglaterra forçou a Espanha a lhe ceder o privilégio de fazer, entre a África e a América Espanhola, o tráfico dos negros que, até então, ela só fazia entre a África e as Índias Ocidentais. Por esse tratado, a Inglaterra se viu atribuir o direito de fornecer anualmente, até 1743, 4.800 negros à América Espanhola. Liverpool se torna próspera graças a esse comércio, que constituiu para

essa cidade método de acumulação primitiva. E, ainda hoje, os “honestos” armadores de Liverpool louvam com entusiasmo o comércio dos escravos (ver Dr. Aikin), que “desenvolve até à paixão o espírito empreendedor do comerciante, forma famosos marinheiros e rende bastante dinheiro”. Liverpool empregava no tráfico: em 1730, 15 navios; em 1751, 53; em 1760, 74; em 1770, 96; e, em 1792, 132.

Ao mesmo tempo que introduzia, na Inglaterra, a escravidão das crianças, dos menores, a indústria manufatureira provocava nos Estados Unidos a transformação do sistema escravagista, outrora patriarcal, em sistema de exploração comercial. Em suma: havia a escravidão dissimulada dos assalariados da Europa e a escravidão sem frases do Novo Mundo.

Dizia H. Brougham:

“Em 1790, havia nas Índias Ocidentais, na parte inglesa, 10 escravos para 1 homem livre; na parte francesa, 14 para 1; na parte holandesa, 23 para 1”. (*An Inquiry into the Colonial Policy of the European Powers*, tomo II, pág. 74)

Foi assim que se acumulou, que se formou o capitalismo; e, por tudo isto, é que Marx diz:

“Se o dinheiro, segundo Augier, ‘vem ao mundo com uma mancha natural de sangue’, o capital nasce suando sangue e lama dos pés à cabeça.” (tomo IV, pág. 270)

*Conclusão: Logo, os meios de produção e de troca que servem de base à evolução burguesa foram criados no seio da sociedade feudal.*



# LIVRO IV

À estrutura econômica burguesa não correspondia adequada superestrutura.

Havia uma grande força revolucionária, e outra conservadora, e dava-se a explosão.

“TODAS AS RELAÇÕES DA PROPRIEDADE FEUDAL DEIXARAM DE CORRESPONDER ÀS NOVAS FORÇAS PRODUTIVAS. ENTRAVAVAM A PRODUÇÃO EM LUGAR DE DESENVOLVÊ-LA. TRANSFORMARAM-SE NOUTRAS TANTAS CADEIAS. ERA PRECISO DESPEDAÇAR ESTAS CADEIAS. FORAM DESPEDAÇADAS.” (KARL MARX)



.....

## Capítulo I

*A Sociedade mais e mais se aburguesava,  
e a ordem política se conservava feudal.*

*Aquela progredia cada vez mais e esta,  
cada vez mais, procurava detê-la em sua marcha.*

**S**URGIA, assim, a estrutura econômica burguesa ou capitalista, produto de longo desenvolvimento, de uma série de revoluções naqueles meios. E a essa estrutura não correspondia adequada *superestrutura*.

Foi o que Marx com a devida clareza expôs nestes termos:

“A certa altura do desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava seus produtos, a organização feudal da indústria e da manufatura, em resumo, todas as relações da propriedade feudal deixaram de corresponder às novas forças produtivas. Entravavam a produção em lugar de desenvolvê-la. Transformaram-se noutras tantas cadeias. Era preciso despedaçar estas cadeias. Foram despedaçadas.” (*Manifesto Comunista*, págs. 16 e 17)

“Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento dado de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência sociais determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; é, ao contrário, a realidade social que determina sua consciência.

“Em certo estado de seu desenvolvimento, as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que não é delas senão a expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais elas se vinham movendo até ali. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações se tornam através dessas forças. Então se abre uma era de revolução social. A mudança que se produziu na base econômica destrói mais ou menos lentamente ou rapidamente toda colossal superestrutura. Quando se consideram tais movimentos, importa distinguir sempre entre o movimento material das condições de produção econômicas – que se deve verificar fielmente com o auxílio das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, breve, as formas ideológicas sobre as quais os homens se tornam conscientes desse conflito e o resolvem. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si, também não se pode julgar tal época de perturbação pela sua consciência.

“É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.

“Uma sociedade não desaparece nunca antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela pode conter, e ‘nunca novas e superiores relações de produção a substituem antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido chocadas no seio mesmo da velha sociedade.’” (*Contribuição à crítica da Economia Política*, pref., trad. de Laura Lafargue, págs. 4 a 7)

Havia esse conflito entre a estrutura econômica da sociedade e sua superestrutura, entre o modo de produção da vida material e seu processo de vida social, político e intelectual. Aquele avançava, progredia cada vez mais, e este cada vez mais procurava detê-lo em sua marcha. Um força revolucionária, e outro força conservadora. E dava-se a explosão.

Este embate entre a feudalidade e a burguesia, Frederico Engels o sintetiza, dizendo:

“A Idade Média desenvolvia em seu seio a classe cuja missão histórica era, em grau superior de seu desenvolvimento, representar a reivindicação moderna da igualdade, a burguesia. Primeiramente, ela mesma um dos ‘estados’ da feudalidade colocou em ponto relativamente elevado, no seio da sociedade feudal, a indústria (sobretudo o artesanato) e a troca dos produtos, quando, no fim do século XV, as grandes descobertas marítimas lhe abriram nova e mais larga carreira. O comércio com as regiões não europeias, que, até então, não se fazia senão entre a Itália e o Levante, foi estendido até a América e a Índia, e logo excedia em importância não só o que se realizava entre os diversos países da Europa como a circulação interna de cada país. O ouro e a prata da América inundaram a Europa e penetraram como fermentos de decomposição em todos os furos, todos os poros, todas as aberturas da sociedade feudal. O artesanato não mais podia satisfazer as necessidades crescentes: nos ramos mais importantes da indústria dos países mais avançados, ele cedia lugar à manufatura.

“Mas esse progresso considerável e essa revolução nas condições econômicas da vida social não foram imediatamente seguidos de correspondente mudança da hierarquia política. A ordem política se conservou feudal, enquanto a sociedade mais e mais se aburguesava. O comércio feito em grande escala (o comércio internacional e mais ainda o ‘mundial’), exige possuidores de mercadorias que sejam livres, independentes em seus movimentos e que, dotados, como tais, de direitos iguais, troquem seus produtos na base de um direito idêntico para todos ao menos em determinado lugar. A passagem do artesanato à manufatura supõe a existência de uma quantidade de trabalhadores livres – livres, de uma parte, dos entraves corporativos e, de outra parte, dos meios que lhes tivessem permitido pôr em valor sua força de trabalho – de trabalhadores capazes de alugar aos fabricantes sua força de trabalho por contrato, e que sejam, pois, providos como contratantes, de direitos iguais aos daqueles fabricantes. Enfim, a igualdade e o valor também igual de todos os trabalhos dos homens, porque, e na medida em que são trabalho humano em geral, encontraram sua expressão mais enérgica, ainda que inconsciente na lei do valor da economia burguesa moderna, segundo a qual o valor de um objeto é medido pelo trabalho socialmente necessário a produzi-lo e que é contido nesse objeto. *Mas enquanto a situação econômica exigia a liberdade e a igualdade dos direitos, a ordem política opunha-lhe a cada passo entraves corporativos e privilégios.* Privilégios locais, tarifas aduaneiras diferenciais, leis de exceção de toda espécie atingiam em seu comércio, não somente o estrangeiro e o habitante das colônias, mas também categorias inteiras de súditos do Estado.



“A acumulação dos privilégios corporativos barrava por toda parte e constantemente o caminho ao desenvolvimento da manufatura. Em parte alguma havia caminho aberto; em parte alguma havia liberdade de produção e circulação. E era, entretanto, a primeira exigência e a mais urgente daquela situação. Reclamava-se a supressão dos entraves feudais; reclamava-se a instauração da igualdade diante da lei pela abolição das desigualdades feudais.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, págs. 122 e 124).

*Conclusão: A estrutura econômica tem de corresponder igual superestrutura social.*

.....

## Capítulo II

*O Estado mais não era que o domínio real.*

*O poder, de disperso, havia atingido o mais alto grau de concentração.*

*A burguesia a ele aspirava e ele não descia de sua dignidade à Bossuet.*

**A**QUELES entraves. Eram políticos, financeiros, sociais, econômicos, jurídicos.

Examinemo-los sob esses seus vários aspectos.

Comecemos pelos políticos.

Comecemos nessa decomposição de cima para baixo.

Diz Augusto Comte:

“Durante a primeira fase moderna, todo o regime da Idade Média fica radicalmente decomposto, em virtude dos conflitos íntimos de seus diversos elementos, embora suas doutrinas permaneçam intactas. A luta principal devia ser a das duas potências espiritual e temporal, cuja harmonia precária flutuara sempre entre a teocracia e o império. Aos vãos esforços dos papas do XIII século para estabelecerem um domínio absoluto, su-

cedeu por toda parte, sobretudo em França, a feliz resistência dos reis que, no decurso do século seguinte, anularam irrevogavelmente o poder ocidental do papado. Esta revolução decisiva foi completada no XV século, pela subordinação de cada clero nacional à autoridade temporal, deixando apenas ilusória influência ao chefe central, que desde então degenera em príncipe italiano... Ao mesmo tempo, desenvolve-se a luta, começada na Idade Média, entre o elemento local e o elemento central da constituição temporal. Por toda parte o poder que a princípio foi inferior acaba por triunfar, graças à assistência espontânea das classes surgidas da abolição da servidão. No caso normal, a realeza prevalece sobre a aristocracia. A solução inversa deve ser considerada como exceção, cujo primeiro tipo nos é oferecido por Veneza, desenvolvido sobretudo na Inglaterra.” (*Catecismo Positivista*, págs. 431 e 432)

Houve assim, a partir da Idade Média, primeiro, a luta entre o papado e a realeza com a vitória desta; depois a luta entre o poder local ou nobreza ou aristocracia e o poder central ou realeza. Nos casos normais, venceu esta; nos casos excepcionais, aquela.

Depois, havia ainda a luta entre a burguesia, de um lado, e a nobreza, o clero e a realeza, e vencia a burguesia. E agora, está travada a luta entre a burguesia e o proletariado. É o que ainda diz Augusto Comte nesta sùmula incisiva:

“Esse abalo começou, no último século, pelo desenvolvimento intelectual, instituindo enfim decisiva insurreição contra o conjunto do regime teológico e militar. A explosão temporal que devia seguir-se surgiu em breve de uma burguesia que, desde muito, aspirava cada vez mais substituir a nobreza. Mas a resistência europeia desta não pode ser vencida senão chamando-se os proletários franceses em auxílio de seus novos chefes temporais. Assim introduzido na grande luta política, o proletariado ocidental ergueu irresistíveis pretensões à sua justa incorporação na ordem moderna, quando a paz lhe permitiu suficiente manifestação de suas próprias aspirações...

“A revolução feminina deve agora completar a revolução proletária, como esta consolidou a revolução burguesa, dimanada a princípio da revolução filosófica” (idem, págs. 27 e 28).

Impunha-se esse preâmbulo para a necessária compreensão das considerações que passamos a expender.

Com a luta entre o papado e a realeza, havia a vitória do direito romano sobre o direito canônico. Aquele ressuscitava de séculos de olvido, e Pottier poderia, depois, afirmar:

“O povo romano extinto há largo tempo, sobrevive ainda nas suas leis, e por elas domina seus vencedores; perdendo a glória de governar o mundo pela força das armas, parece que ele não fez mais do que trocá-la pela de o governar para sempre pela sua razão e pela sua justiça.” (*Pandectes de Justinien*, trad. de Bréard-Neuville, tomo I, pág. 281)

Os legistas começaram a opor o rei à feudalidade e à Igreja.

Começaram a defender o princípio de que se o rei quer, quer igualmente a lei: *jus is est quod jussum est*.

Declaravam o imperador *dominus urbis et orbis*, senhor da cidade e do mundo.

Era a negação do princípio do senhor feudal: “Tudo o que eu tenho e devo ter.” Era a volta à teoria do absolutismo consagrada por S. Paulo, que o direito canônico até certo ponto modificara: “Todo poder vem de Deus: o que se opõe aos poderes, opõe-se à ordem de Deus.

“O príncipe é o ministro de Deus para exercer sua vingança” (*Epístola aos romanos*, XIII, 1,7). Era a própria teoria do direito romano, de Ulpiano: *quidquid principi placuit legis habet vigorem*, o bom prazer do príncipe, eis a lei.

Daí a doutrina dos publicistas italianos do século XVII. Maquiavel, Botero e Paulo Scarpi concordam em que “é preciso sacrificar sempre o interesse dos súditos ao interesse do soberano”.

Já nesse mesmo século, na França, em seu livro *De la République*, dizia Bodin: “O verdadeiro soberano é aquele que dá leis aos súditos sem seu consentimento, e que não está ele mesmo obrigado a obedecer às suas próprias leis; é o que indica a fórmula dos reis de França: ‘Pois tal é o nosso bom prazer.’ Todo povo deve jurar respeitar as leis e ser fiel ao monarca soberano, que não deve fidelidade senão a Deus, do qual mantém o cetro e a coroa.”

Contra o absolutismo dos papas, havia, assim, o absolutismo dos reis.

Na França esse absolutismo se firmava com Filipe IV, o Belo, com Luís XI, com Francisco I e com Luís XIV. Firmando-se esse absolutismo, era formulada, no século XVII, a nova *doutrina do direito divino* dos reis. Desenvolveram-na Filmer, na Inglaterra, em seu *Patriarca*, e Bossuet, na França, em sua *Política tirada das próprias palavras da Escritura Santa*,

que, na qualidade de preceptor de Luís XIV, escrevera para lhe fazer conhecer seus direitos e deveres.

Filmer era levado a este silogismo *What is natural to man exists by divine right; Kingship is natural to man; therefore, kingship exists by divine right.*

Bossuet firmava estas proposições: “Deus é o verdadeiro rei. Mas estabelece os reis como seus ministros e reina por eles sobre os povos.” Emanando a autoridade real de Deus, “a pessoa do rei é sagrada”. Sem dúvida, “o príncipe nasceu para o público”, mas “*a autoridade real é absoluta*”. Essa autoridade pode nem sempre acertar, nem sempre julgar com justiça mas “é preciso obedecer aos príncipes como à própria justiça... Aquele que não quiser obedecer ao príncipe não é enviado a outro tribunal, mas condenado irremissivelmente à morte como inimigo da tranquilidade pública e da sociedade humana”. Deve-se respeitá-lo, servi-lo, seja bom ou mal, pois, “há uma santidade inerente ao caráter real e o príncipe não perde por seus crimes a qualidade de senhor”. O governo absoluto é, em princípio, diferente da tirania. “O governo absoluto não é um governo arbitrário”; o rei tem o dever de governar, segundo as leis estabelecidas; mas “não há nenhum poder capaz de o forçar” a isso.

Os príncipes “são deuses; participam da independência divina”. De modo que o rei tem deveres, mas seus súditos não têm nenhum direito, por conseguinte, nenhum meio de dele exigir que os cumpra.

“Os súditos devem ao príncipe inteira obediência. Só podem responder a sua violência com considerações respeitosas e orações para sua conversão.” Assim, o rei não deve ser um tirano, mas pode sê-lo à vontade. “Não há força coercitiva contra o príncipe. É preciso que seu poder seja tal, que ninguém possa pretender diminuí-lo. O povo deve temer o príncipe. O príncipe não deve temer senão o mal.”

Omer Talon não fazia, pois, senão repetir uma ideia já admitida, dirigindo-se a Luís XIV: “Sois nosso soberano, senhor. O poder de V. M. vem do alto.”

Luís XVI, por sua vez, também repetia Bossuet em suas *Memórias para o uso do Delfim*, escrevendo:

“Deveis saber que os reis são senhores absolutos e têm naturalmente a disposição plena e inteira de todos os bens que são possuídos não só pelos religiosos como pelos leigos. Tudo quanto se acha na

extensão de nossos Estados nos pertence”, (tomo V, págs. 121 e 122). Não admitia que a nação tivesse qualquer direito. “A sujeição”, acrescentava ele, “que coloca o soberano na necessidade de adotar a lei de seus povos é a última calamidade em que possa cair um homem de nossa esfera.” E, já na ordenança de 1692, havia proclamado solenemente “a propriedade superior e universal do rei sobre todas as terras”.

Põe-se em dúvida que Luís XIV tenha pronunciado a célebre frase a ele atribuída: “o Estado sou eu”. Mas se não a pronunciou, está ela contida neste seu pensamento: “O rei representa a nação inteira. A nação não se distingue dele. Reside toda nele.”

Também o preceptor de Luís XV lhe observava:

“Sire, todo este povo é vosso.”

Também Luís XV repetia Bossuet, dizendo em um edito de 1770: “Nós não recebemos nossa coroa senão de Deus. O direito de fazer leis pelas quais Nossos súditos devam ser conduzidos e governados Nos pertence a Nós somente, sem dependência e sem divisão.”

Também Luís XVI, em 1787, assim falava à Assembleia dos notáveis:

“É legal porque o quero.”

Esse absolutismo era devidamente condensado nos quatro grossos volumes do *Tratado da polícia* de Delamare, onde aquela é apresentada como sendo “a alma da cidade”, porque “opera os mesmos efeitos que o entendimento no homem”, porque “pensa em tudo, regula todas as coisas, faz ou procura fazer todos os bens necessários aos cidadãos e afasta de sua sociedade todos os males e desgraças que seriam de temer” (liv. 1º, p. 2).

Tal a doutrina que culminava. O Estado não era mais que o domínio real. O interesse do rei é que era o interesse dele, Estado. A nobreza e o clero haviam normalmente perdido sua independência política, e, seguros de não poder reconquistá-la, submetiam-se passivamente àquele domínio, do qual se faziam servidores e aliados.

O rei e os ministros é que concentravam em si toda autoridade. Elaboravam eles próprios as leis e as punham em execução. Decidiam de tudo sem prestar contas a nenhuma assembleia. “Vossa Majestade”, dizia Turgot, “é obrigado a tudo decidir por si mesmo ou seus mandatários.”

Os administradores das províncias, ou como eram chamados os *intendentes de polícia, justiça e finanças* eram seus delegados, pessoas de sua confiança. O governo central e os locais se congraçavam. Havia, de fato, por toda parte, a *tutela administrativa*.

O poder, de disperso, havia atingido o mais alto grau de concentração. A burguesia o aspirava. E ele não descia de sua dignidade à Bossuet.

*Conclusão: A superestrutura política negava a estrutura econômica.*

.....

### Capítulo III

*O rei dispunha discricionariamente das  
finanças do Estado.*

*Caprichos de toda ordem satisfeitos; favores  
de toda ordem concedidos.*

*A burguesia tinha de entrar com seu  
quinhão para esse regime de dissipação e desordem;  
e o fazia contrariada.*

**P**ROSSIGAMOS no exame dos demais entraves, primeiramente na França, e, depois, na Inglaterra.

Os financeiros.

Na França, com o absolutismo, havia a confusão entre as finanças do rei e as do Estado. Aquele era o maior proprietário do país, maior, mesmo, do que a Igreja. “Não sabemos, exatamente, como a propriedade em 1789 era repartida”, escrevia Léonce de Lavergne; “sabemos apenas que os domínios reais, segundo era voz corrente, abrangiam, assim, como os bens comunais um quinto do solo da França.” (*Economie rurale de la France, depuis 1789*, Paris, 1866, p. 49) Só as florestas reais com-



preendem a extensão de um milhão de *arpents* (geiras); e Necker calculava os bens dos príncipes em cerca de um sétimo da França.

Mas o rei nem só era o maior proprietário. Era ainda ele mesmo que, pelos seus agentes, fixava os impostos, os arrecadava e os aplicava como se fossem seu patrimônio pessoal. A receita pública era sua receita. Ele dela lançava mão discricionariamente. Tinha à sua disposição todos os fundos do Tesouro.

Quantos *acquits de comptant* assinasse, eram retirados daqueles fundos. Com esse regime discricionário, não havia, não podia haver os orçamentos regulares, o equilíbrio entre a receita e a despesa. Donde este julgamento de Gaston Jeze sobre aquela época: “A gestão financeira era execrável. Era a desordem, a anarquia, a concussão. Salvo raros ministros relativamente honestos, a administração foi sempre corrompida. Nenhum sistema fiscal bem ordenado existia. As despesas mais loucas eram realizadas. A avidez dos cortesãos era sem limites, mesmo sob reis reputados mais escrupulosos” (*Science des finances et de Législation financière française*, p. 205).

Já ao tempo de Luís XIV, o moderado Fénelon lhe escrevia:

“Sire, convém menos tirar o dinheiro deste pobre povo, que dar-lhe esmola e alimentá-lo. A França não é mais que um grande hospital desolado e sem provisões. A nobreza não mais vive senão de pensões do Estado. Estás sendo importunado por um mundo de pessoas que pedem e murmuram” (*História da França*, P. Foncin, tomo I, p. 79).

Depois, a situação ainda mais se agravava.

Caprichos de toda ordem eram satisfeitos; favores de toda ordem concedidos.

A amiga de Luís XV, a bela Pompadour, lançava esta frase cínica:  
*Après nous le deluge.*

De 1774 a 1789, 228 milhões de libras foram despendidos pela Caixa do Tesouro público só em pensões, donativos, etc., dos quais 80.000 teriam tocado à Família Real, cabendo aos dois irmãos de Luís XVI, Luís XVIII e Carlos X, 14 milhões a cada qual.

O ministro das finanças, Calonne, já nas vésperas da Revolução, quando o déficit era enorme, adquirira para a rainha Maria Antonie-

ta o castelo de Saint-Cloud por 15 milhões e para o rei o de Rambouillet por 14 milhões.

A família Polignac, protegida de Maria Antonieta, era aquirenhoadada com a soma de 700.000 libras, por ano.

O chefe dessa família, o conde de Polignac, com 120.000 e ainda era presenteado com 1.200.000 libras para a compra de um domínio.

Tudo isto era feito secretamente. As cifras das despesas e das receitas não eram divulgadas. Necker tentou, pela primeira vez, apresentá-las, ao mesmo tempo que dizia: “É do fundo dos bastidores que a França é governada.”

Turgot pretendeu extinguir esses favores, pretendeu submeter as despesas públicas ao controle dos Estados Gerais, e o exército dos privilegiados, sob o comando da rainha, o depunha.

Depois, o sistema de arrecadação era dos mais viciados e iníquos.

Não há, pois, que estranhar as finanças da França, antes de 1789, se tenham recomendado pelos recursos contínuos aos piores expedientes e extorsão dos judeus, confiscação dos bens dos protestantes, venda de *ofícios*, alteração das moedas, empréstimos forçados, etc.

Quanto aos empréstimos voluntários, não existia o *crédito público*. Os reis o haviam comprometido, não honrando sua palavra.

Segundo apurou Chamfort, houve 56 bancarrotas, desde Henrique IV até ao ministério de Loménie de Brienne inclusive. Os reis faliram esse elevado número de vezes. E era *oficialmente* feito o elogio dessas bancarrotas, dessas falências. Colbert as estimava. Considerava os credores do rei como seus “inimigos natos”. Sua doutrina a respeito era esta: Não lhes devem emprestar. Se o fazem, tanto pior para eles. Mas nem só Colbert era desse parecer.

Quando da morte de Luís XIV, no conselho da regência, o duque de Saint Simon propunha não fossem pagas suas dívidas. E Montesquieu lamentava não houvesse a mesma regência aceito integralmente esse alvitre.

Depois, em 1764, tal doutrina se convertia em princípio do próprio Estado.

Era natural, pois, a falta de *crédito pessoal* dos reis. Mas eles e seus ministros se apegaram a todas as combinações – inclusive o jogo em suas várias modalidades – que lhes pudessem facilitar empréstimos: a *tontina*, as *rendas vitalícias*, as *loterias*. Baseado sobretudo neste último processo, foi que Necker logrou fazer empréstimos a *jatos contínuos*, a tal ponto que deles dizia Mirabeau, em suas *Cartas* sobre a administração do mesmo ministro: “Pedir emprestado sem impostos é lançar sobre as gerações vindouras o peso das iniquidades de um ministro que não vê senão sua glória pessoal e seus sucessos presentes.” (*História Financeira da França*, Marion, tomo I, p. 304)

Qualificava essa prática de governo de “charlatanismo inaudito”.

Mas não bastaram as loterias, os empréstimos de Necker. Ainda houve o invento ruinoso de Law: a experiência de fazer dinheiro por meio de emissões de papel-moeda. Organizava para esse fim um banco do Estado que oferecia como lastro das notas terras coloniais. Os pequenos proprietários, os burgueses, o povo e o próprio Estado ainda eram sobrecarregados com esse novo desastre.

Os déficits cresciam assustadoramente. Em 1770, já se elevavam a 70 milhões por ano; e, em 1783, a 80 milhões. O Estado não tinha mais como os cobrir. Nesta emergência, só lhe restava o recurso de apelar para toda a nação, e era resolvida a convocação dos *Estados Gerais* das três ordens: clero, nobreza e povo, acontecimento de que teremos de nos ocupar mais adiante.

Dissipação e desordem, assim, eram o que havia na França.

A burguesia e a pequena burguesia ganhavam por um lado e perdiam por outro. Tinham de entrar com seu quinhão para essa dissipação e desordem.

*Conclusão: As finanças feudais comprimiam as forças econômicas burguesas.*

.....

## Capítulo IV

*Os nobres, os grandes privilegiados.*

*Os burgueses revoltavam-se contra a superioridade dos homens pelo nascimento.*

*Queriam também as altas posições, os bons empregos.*

**E**ntraves sociais.

A nação estava dividida em classes. De um lado, os nobres e o clero; de outro, os pequenos proprietários camponeses, a burguesia e os assalariados. A nobreza e o clero não constituíam senão pequena parte da nação. Taine, nas *Origens da França contemporânea*, 1, 17, 527, assim os dividia: a nobreza com 25 a 30.000 famílias e 140.000 membros; o clero com 130.000 membros, sendo 60.000 curas e vigários, 23.000 frades e 37.000 freiras. Nobreza e clero se compunham, pois, de 270.000 membros.

Os nobres eram a principal classe.

Descrevamos em rápidos traços sua organização e modo de vida:

A nobreza se transmite pelo nascimento: todo filho de nobre é nobre. Isto em princípio. Para que o seja sempre é preciso viver sempre “nobrememente”, isto é, sem trabalhar. O que exerce qualquer profissão, é comerciante, procurador ou notário derroga seu direito: deixa de ser nobre. O tribunal dos eleitos de Lisieux, em 1525, cassou a nobreza de Jean d’Annebaud, pai de um almirante e de um cardeal, porque havia engordado bois com a intenção de os revender. Luís XIV, para que os nobres pudessem ser acionistas de empresas marítimas cuja organização estimulava, decidiu, em edito especial, que “o comércio de mar não derogava a nobreza”. Colbert pertenceu a uma família de nobres decaídos.

Era o que acontecia na França. Na Alemanha, na Itália, na Dinamarca, na Holanda, na Polônia e sobretudo na Inglaterra, o nobre procurou conciliar sua linhagem com a arte de ganhar dinheiro, e ganhou-o fartamente.

Os nobres ali, sobretudo, formavam uma classe à parte, superior à burguesia, à pequena burguesia e ao proletariado. Tratavam esses outros elementos de cima para baixo: com desprezo. E havia por quê. A nobreza não era somente uma honra. Equivalia, ainda, a um sem-número de privilégios. Os nobres, por exemplo, tinham rendas de toda espécie, e não pagavam o imposto territorial (*a taille*), de todos os impostos o mais pesado. Por isso, é que o peso dos impostos em geral recaía sobre os camponeses que entravam às vezes para o fisco até com 70% de seu lucro líquido. Em média, entravam seguramente com 50%.

Por outro lado, os nobres eram julgados por tribunais especiais. Não estavam sujeitos às penas de açoite, e, se condenados à morte, eram decapitados, e não enforcados.

A lei não era a mesma para todos. E ainda a eles é que tocavam todas as pensões e os melhores lugares da administração pública, a começar pelos da Corte que eram os mais bem remunerados, mais honrosos e menos árduos. Cerca de 15.000 nobres os preenchiam, e um sexto das rendas do Estado, mais de 40 milhões de libras, era destinado a esses parasitas.

A administração se compunha de funções, umas exigindo certo preparo e muito trabalho, outras mais de figuração. As primeiras eram menos remuneradas, e sobre elas recaía todo peso da administração. Ficavam para os burgueses. As segundas eram para aqueles nobres,

dignos pelas suas benemerências de as exercer, ou que, arruinados, precisavam de empregos. Segundo uma ordenança de 1776, essas funções eram de 18 governos gerais de província, com a remuneração de 60.000 libras e 21 a 30.000; 114 governos, com 8 a 12.000 libras; e 176 tenências urbanas, com 2.000 a 16.000 libras. Em 1781, foram criados ainda 17 lugares de comandantes superiores das cidades com 20 a 30.000 libras e com a ajuda mensal de 4 a 6.000 libras “para casa”.

E quanto ao serviço militar:

A princípio, a nobreza dava seu sangue pela sua pátria. Batia-se, morria por ela; e pagava ainda para isso.

“Entre os lombardos, como mais tarde entre os francos”, escreve Salvioli, “o exército nada custava, nem ao rei, nem ao Estado. Os homens livres eram obrigados a se equipar e prover as suas necessidades, sustentar a polícia ou a guarda, emprestar seus hangares e seus veículos; e, mais tarde, os proprietários do solo tiveram ainda a obrigação de armar e sustentar seus homens. Os grandes trabalhos de estradas, de pontes, de canais, etc., ficavam a cargo desses proprietários. A justiça também nada custava ao rei. Ao contrário, fornecia-lhe dinheiro com as multas. A burocracia não era retribuída. Os embaixadores que eram, em sua maior parte, altos dignitários eclesiásticos, viajavam à sua custa. A beneficência competia aos particulares. As despesas do Estado se reduziam, pois, a certos gastos pessoais e imprecisos, porque o rei e o *mair* do palácio tinham, em viagem, o direito de adquirir para eles e para a Corte, tudo quanto lhes aprovesse.” (*Storia del diritto italiano*, I, p. 73, nota)

Agora, quem tinha de se bater, quem tinha de morrer pela sua pátria, eram principalmente os camponeses; e quem recebia, quem ganhava por esse sacrifício, que não fazia, era ela, a nobreza.

“Para o serviço militar, eram os camponeses que forneciam o maior contingente à milícia: cerca de 60.000 homens por ano. A nobreza estava isenta desse serviço.” (*A Luta das Classes em França, em 1789*, Karl Kautsky, p. 89)

Ainda mais:

“As *corveias* para a construção dos caminhos também só eram obtidas dos camponeses; e sobre eles pesavam ainda as despesas de alojamento, de reforço e transporte das tropas.” (idem, *ibidem*).

Agora o resultado:

“À medida que a avidez da nobreza pelas funções cresceu, procurou reservar para si os mais altos postos militares. Os postos inferiores, em que o serviço não era convidativo, estes foram abandonados à ‘canalha’. Mas os bem retribuídos, e que não exigiam, sobretudo, em tempo de paz,

senão pouco trabalho e saber, estes se tornaram privilégio da nobreza. Os oficiais custavam por ano 46 milhões de libras: o resto do exército tinha de se contentar com 44 milhões. Mais a nobreza se endividava, e mais defendia ela com ansiedade esse privilégio. Poucos anos antes da Revolução (1781), apareceu um edito real, reservando os lugares de oficiais à velha nobreza. Aquele que quisesse ser nobre tinha de justificar ser nobre pelo menos há quatro gerações. por ascendência masculina.

“Assim, não somente a burguesia, como toda nobreza cujos títulos não datavam senão de um século, eram excluídas dos postos elevados do exército” (idem, págs. 22 e 23).

Os mais altos postos no exército e na marinha eram reservados e fisicamente degenerava, as armas francesas eram cada vez mais impotentes. Em todo curso do século XVIII até à Revolução de 89, não houve nenhuma guerra para a França que não lhe acarretasse condições comerciais mais desfavoráveis e perdas de colônias preciosas. Exemplos: o tratado de Utrecht (1715), o tratado de Aix-la-Chapelle (1748), de Paris (1763), de Versalhes (1783).

A nobreza era regimento paga para defender a França, e não a defendia, mais a comprometia.

A burguesia não se conformava com esse espetáculo chocante. Na Igreja, também os melhores lugares cabiam aos nobres.

“Esse privilégio da nobreza aos lugares bem dotados”, continua Kautsky, “foi mesmo determinado de maneira expressa pouco tempo antes da Revolução, ainda que a coisa não se tenha tornado pública. Os 1.500 ricos *benefícios* de que o rei dispunha couberam unicamente à nobreza, assim como os lugares de arcebispo e bispo. E que lugares?!

“Os 131 arcebispos e bispos da França recebiam por junto, anualmente, mais de 14 milhões de libras, mais de 100.000 libras por cabeça.

“O cardeal de Rohan, arcebispo de Estrasburgo, *fazia*, como príncipe da Igreja, mais de 1 milhão de libras por ano! Compreende-se que esse pastor de almas se quisesse ter dado ao luxo de comprar um colar de diamantes de 1.400.000 libras, na esperança de poder merecer a graça da rainha Maria Antonieta” (idem, pág. 23).

A Igreja era colossalmente rica. Possuía, segundo dados ainda reunidos por Kautsky, um quinto do solo da França, e as melhores terras, as mais férteis e as mais cuidadosamente cultivadas, de valor bem superior a todas as demais, O clero possuía 4.000 milhões de libras, que lhe rendiam 100 milhões. Em 1791, o valor de seus bens vendidos ou a vender era avaliado pelo deputado Amelot em 3.700 milhões, sem as

florestas. O dízimo ainda o cumulava com 123 milhões por ano. De toda essa fortuna, sem acrescê-la da referente às corporações eclesiásticas, a parte do leão tocava aos grandes dignitários e aos mosteiros. Os 399 *prénontrés* tinham a renda anual de mais de um milhão; os beneditinos de Cluny, em número de 298, a de 1.800.000 libras; os de Saint-Maur, em número de 1.672, a de 8 milhões; e os abades e priores somas também elevadíssimas.

Os vigários, estes, coitados! eram quase indigentes.

Não recebiam mais de 500 frs. por ano.

*Conclusão: Todo este conjunto de desigualdade, comenta Seignobos, revoltava extraordinariamente os burgueses, que não admitiam a superioridade dos homens pelo nascimento. Diziam, que um burguês valia tanto quanto um nobre e queriam também as altas posições, os bons empregos.*

*Mas a superestrutura os detinha nessa sua justa aspiração.*



.....

## Capítulo V

*As corporações impediam a liberdade do trabalho e o desenvolvimento das indústrias.*

*O regímen dos regulamentos: de 1666 a 1683, 44; de 1683 a 1739, 230.*

*As manufaturas não toleravam o esmagamento dessa centralização.*

**E**NTRAVES econômicos.

As indústrias eram exercidas pelas corporações (o artesanato) e pelas manufaturas.

As corporações, a princípio, foram um elemento revolucionário. Os artífices das raras aglomerações urbanas tenderam a nelas se federar, e nelas se federaram. Eram a dispersão, a divisão, e passaram a ser a concentração, a união. Antes, havia entre eles a concorrência; depois desse aparelhamento, cessou de haver entre eles essa concorrência. Assim se fortaleciam, e fortalecendo-se, nem só protegiam suas indústrias, seus negócios contra os abusos dos senhores feudais, como prestavam apoio à libertação das comunas, concorriam para esse movimento, também

apoiado pelo poder régio que dele se servia em sua luta contra aqueles senhores ou nobreza.

Depois, em segundo período, subordinavam-se integralmente a esse poder. Então, a realeza, a comuna e a corporação se confundiam. Era o poder central contra o poder local; era o absolutismo contra o feudalismo, que havia, afinal, de ser subjugado por aquele.

Nessa hora, com esse acumpliciamento, com esse entendimento, com essa troca de favores que se prestavam, a realeza começou a conceder *autorização formal* às corporações para que tivessem existência legal. Mais tarde, essa autorização já era expressa, já constituía um direito regaliano. E as corporações, dentro desse direito, assim amparadas, perdiam todo seu carácter revolucionário, para assumir o do mais extremado conservantismo. Impediam a liberdade do trabalho e o desenvolvimento das indústrias e do comércio. Impediam a liberdade do trabalho, cerceando-o. Ninguém podia trabalhar sem pertencer a uma corporação. Impediam o desenvolvimento das indústrias, porque um particular não tinha o direito de as criar.

Fabricar era privilégio dos *mestres dos ofícios* estabelecidos nas cidades. Qualquer não podia, sob pena de prisão, empregar nisso sua atividade. Depois, aqueles mesmos que tinham o privilégio de fabricar, não podiam fazê-lo senão obedecendo a regulamentos especiais. A indústria era regulamentada, oficializada. Os homens de Estado diziam que os industriais tinham necessidade de ser guiados pelo governo...

Aquele monopólio e essa regulamentação geravam a imobilidade e rotina dos processos de fabricação; favoreciam a exploração dos consumidores; acarretavam constantes rivalidades entre os ofícios semelhantes, como o do sapateiro e o do remendão, rivalidades que produziram a célebre demanda que durou de 1590 a 1776, entre os alfaiates e os adelos. Havia corporações para tudo, e uma não podia invadir as atribuições da outra. Cada qual tinha de se cingir a seu ofício estritamente.

Havia a especialização. “Eram necessárias seis corporações para o equipamento de um cavalo. Cada qual era dominada pelo espírito de exclusivismo.” (*A Democracia Individualista*, Yves Guyot, pág. 50)

Expliquemos sua engrenagem.

Eram associações de patrões ou mestres, em número reduzido, do mesmo ofício e da mesma cidade. O mestre era aquele que fora, primeiro, *aprendiz*, depois, *companheiro*. Afinal, tendo confeccionado uma obra-prima e adquirido, por dinheiro a mestrança, entregava-se a seu ofício, conformando-se a regras minuciosas editadas pela mesma corporação. Casos como esse eram raros. Os mais comuns eram o companheiro passar a mestre, quando filho ou genro de um mestre, ou se casava com a viúva deste. Para os aprendizes, a mestrança era *a priori* impossível. De modo que as corporações eram associações de alguns para alguns: privilégio de poucas famílias. Estas as empolgavam, explorando o trabalho daqueles que tinham de se submeter a esse privilégio.

“Desde 1529”, diz Yves Cuyot, “não havia senão quatro famílias explorando matadouros em Paris, e, no século XVIII, tinham ainda a pretensão de ser proprietárias de todos os açougues daquela cidade.” (idem, idem).

*Juranda* era um comitê de mestres (*jurados* ou *síndico*;) eleitos pelos seus colegas para cuidar dos interesses corporativos, para se entender com o governo a respeito dos regulamentos atinentes a esses interesses.

Esses regulamentos proviam não só quanto às questões internas dessas corporações, como quanto aos processos de fabricação, à concorrência entre mestres do mesmo lugar, aos óbices que se tinham de opor à importação dos produtos do estrangeiro e mesmo do país.

Havia-os para todas as manufaturas, e com os dispositivos mais esdrúxulos. O comprimento e a largura das fazendas, das *peças*, eram determinados pela ordenança de 1669. Tinham de se cingir a essa ordenança. A qualidade da seda e da lã era fixada. Os linhos da Normandia foram objeto do regulamento de 1676. A instrução de 1671 dispôs sobre as tintas, contendo 317 artigos sobre as cores e 74 sobre os ingredientes respectivos.

Os produtos líquidos também tinham de obedecer a determinados preceitos em sua composição, e eram encerrados e vendidos em recipientes de tais e tais capacidades.

De 1666 a 1683, baixava o governo 44 regulamentos corporativos e de 1683 a 1739, 230.

Todas infrações, como todas modificações a esses regulamentos não autorizadas por privilégios, eram delitos.

As penas aos infratores eram prescritas pelo edito de 1679. Eram rigorosas. Em certos casos, ficavam os mesmos infratores sem suas mercadorias que eram apreendidas; noutros, poderiam até ser arrastados ao pelourinho com a prova de sua contravenção.

Havia funcionários de todas as categorias para a boa execução dos regulamentos. À morte de Luís XIV, eram em número de 40.000. Elevavam-se ao número de 100.000, sob Luís XV.

Mas o governo sustentava, mantinha esse odiento monopólio ainda por aquela gratidão tradicional ou por outra razão?

Por outra razão: pela questão de dinheiro.

Diz Yves Guyot: “O trabalho é um direito regaliano que o rei cede, vende ou outorga a certos privilegiados”.

Yves Guyot poderia dizer, apenas, *vende*. Seria mais sintético e mais preciso.

É o que está em Karl Kautsky:

“Esses senhores mestres de corporação se enganariam se acreditassem poder, na monarquia do século XVIII, estabelecer e conservar seu monopólio por suas próprias forças. A antiga monarquia considerava altamente imoral a exploração do povo por uma quadrilha. Se esta não quisesse dividir com ela sua muamba. O direito de outorgar cartas de mestrança – cartas que ela vendia caro, coisa essencial – foi declarado privilégio da Coroa. Do mesmo modo o direito de nomear para as funções diversas da corporação. Se as corporações desejavam conservar esses privilégios, tinham de pagá-los à Coroa, e esse pagamento não se efetuava uma vez por todas, mas várias vezes. A Coroa, de muito boa vontade, lembrava de seu direito de soberania vis-à-vis das corporações e fazia-o valer quando – e era quase sempre – precisava de dinheiro” (idem, págs.76 e 77).

Turgot, que procurou realizar a Revolução, antes que esta por si se realizasse, chegou ao Ministério em 1774, e, pelo edito de 12 de março de 1776, suprimia as corporações, mestranças e jurandas. Justificando esta providência, dizia ele:

“Em quase todas as cidades o exercício das diferentes artes é concentrado nas mãos de pequeno número de *mestres*, reunidos em comunidade os quais só eles podem, em detrimento de todos os outros cidadãos, fabricar ou vender objetos do comércio particular de que têm privilégio exclu-

sivo, de modo que aqueles de nossos súditos que, por gosto e por necessidade, se destinem ao exercício das artes e ofícios, não podem alcançá-lo senão conquistando a mestrança, a qual só conquistam depois de provas tão longas e nocivas quanto supérfluas e depois de terem satisfeito a direitos e exceções multiplicadas, em consequência dos quais parte dos fundos, de que teriam tido necessidade para montar seu comércio, ou seu ateliê, ou mesmo subsistir, se acha consumida em pura perda...” (*História das Classes Operárias*, Levasseur, tomo II, pág. 867)

Ele afirmava que “o direito de trabalhar era propriedade de todos, e a primeira, a mais imprescritível de todas”.

Turgot foi afastado do ministério, e as corporações restabelecidas.

O monopólio, o privilégio era mais forte que a livre *concorrência*. Mas ao lado das corporações, foi surgindo a indústria capitalista.

Como?

Da seguinte maneira:

Em muitas cidades, havia quarteirões que escapavam, também, por privilégio, ao regímen corporativo. Esse regímen, em geral, não era aplicado senão nas cidades. As aldeias estavam dele isentas. Acontecia que muitas aldeias se achavam nas proximidades de grandes cidades, e, com o maior desenvolvimento ainda destas, acabavam sendo como que seus arbaldes, continuando, porém, fora do jugo corporativo.

Sob Luís XVI, a miséria dos artesãos, não submetidos ao regímen das corporações, cresceu, e a oposição da parte deles a esse regímen se acentuou. O governo procurou acalmar os descontentes, estendendo os privilégios daqueles quarteirões a quarteirões novos, como, em Paris, a *Saint Antoine* e ao *Temple*.

Todos os companheiros que desejavam prosperar, tornar-se independentes, e perdiam a esperança de chegar à mestrança nas corporações, afluíam a esses quarteirões. Resultado: dentro em pouco, havia verdadeira multidão de pequenos mestres que vegetavam nos mesmos quarteirões, além dos quais não tinham o direito de vender seus produtos. E, à medida que seu número crescia e se estabelecia e se avivava a concorrência entre eles, maior era sua revolta contra as barreiras que o regímen corporativo lhes impunha, e eles comparavam, com azedume cada vez mais exasperado, sua miséria com as riquezas daqueles mestres.

Foi também nesses quarteirões que os capitalistas instalaram suas manufaturas. Aí encontraram sem esforço o de que necessitavam: operários hábeis e em abundância, que poderiam ser assim convenientemente por eles explorados. E eles os exploravam à vontade. Mas pretendiam expandir-se, e aquele regime também os asfixiava. Surgia este novo conflito: as manufaturas contra as corporações, e vice-versa. É exato que a realeza tudo fez para atenuá-lo. Se por um lado, mantinha as corporações, porque suprimi-las seria desfalcá-las suas rendas, por outro, concedia, sob Colbert, às manufaturas isenções que as libertavam das barreiras corporativas e direitos feudais. A manufatura que obtinha esse privilégio se chamava “manufatura real”. Desse gênero foram as de Gobelins e as de rendas de Colbert. Mas era o artifício. A indústria capitalista se desenvolveu; e nem poderia viver à sombra das condescendências onerosas para ela da realeza sem admitir que as corporações pudessem, à mesma sombra, continuar estorvando sua marcha ascensional.

Rompia-se o equilíbrio que fora efêmero. Os manufatureiros eram outros tantos revoltados. Turgot o pressentira. Daí aquela sua reforma que fracassara.

Dir-se-á: mas nem todos os manufatureiros. A objeção é, na verdade, procedente. Havia as manufaturas de fazendas de seda, de veludos, de rendas, de tapetes, de porcelana, de papel, de inúmeros outros artigos de luxo.

Os que adquiriam esses artigos não era a grande massa, mas, especialmente, a realeza, a nobreza e o clero. De modo que essas manufaturas não poderiam estar, e não estavam contra essas classes e suas regalias. Foram até, depois da Revolução de 1789, elementos contra-revolucionários: em Lyon, afamada pela sua indústria de seda e seus bordados a ouro, em 1790 e 1793; na Vendeia nesse mesmo ano de 1793; e, em 1795, até em certos bairros de Paris.

Mas eram pequena minoria. A grande não mais tolerava o esmagamento daquela centralização.

Havia ali naqueles quarteirões ainda os pequenos comerciantes que encontravam nesse industrialismo e naqueles transviados sua clientela, e com eles faziam causa comum.

*Conclusão: Descontentes, revoltados, transviados, generalizando-se.*

.....

## Capítulo VI

*A questão dos camponeses.*

*Oprimidos pelos “direitos feudais” despo-  
voavam os campos.*

*Nas vésperas da Revolução, um terço do  
país estava deserto!*

**A**GORA, a questão dos camponeses.

Eles tinham se tornado, pouco a pouco, proprietários das terras que cultivavam. Possuíam cerca de um terço do solo. Mas continuavam submetidos, de fato, ao seu antigo senhor e aos chamados *direitos feudais* que lhes tolhiam toda ação. Eles que arcavam com a maior parte dos impostos; eles que mais pagavam para os desmandos e prazeres do absolutismo; e, no entanto, aqueles direitos feudais os liquidavam.

É o que se vai ver.

A todo momento, podiam ser chamados à *corveia* para beneficiar as terras do senhor de que se emanciparam, e construir estradas para os exércitos. Na *corveia*, deixavam de trabalhar para si, para trabalhar de graça para o Estado ou para aquele particular.

Depois, não podiam plantar o que quisessem. Tinham de se haver, primeiro, com o dízimo que os pelava. Introduzir melhor processo de cultura, passar, por exemplo, da cultura de três afolhamentos à cultura de afolhamentos alternativos, era para eles um problema. Não o podiam fazer, senão depois de atender às exigências do mesmo dízimo.

Não podiam plantar o que quisessem e como quisessem, e tinham de respeitar o *direito de caça* reservado à nobreza que para eles era outro tormento. Significava isto: deixar a caça devorar suas colheitas, e, às vezes, ela as devorava totalmente, e os reais e nobres caçadores os maltrataram, os espezinharam. Tinham de respeitar os pombos, os coelhos, as lebres de tão augustos caçadores. Ai deles! se o não fizessem.

O príncipe de Condé até lobos introduziu em Clermontois. Poderiam comer as ovelhas dos camponeses, sacrificar seus filhos? A nobreza não tinha dessas mesquinhas preocupações.

O rei era o primeiro, o mais graduado caçador. Dava o exemplo. Os outros o imitavam. Nos arrabaldes de Paris, suas caças anulavam qualquer cultura. Estas não eram sequer tentadas. Um regulamento de 1762 proibia os camponeses de criarem qualquer embarço às caçadas reais, e até mesmo os proprietários dos campos em que se verificassem essas caçadas, não poderiam neles penetrar, de 1<sup>o</sup> de maio a 24 de junho, para não espantar as perdizes.

As safras que os camponeses conseguiam livrar da caça, estas, ainda por cima, não podiam empregá-las à sua vontade. Taine e Kautsky descrevem os horrores a que ainda estavam sujeitos. Tinham de preparar seu vinho no esprededor do senhor, moer seu trigo no moinho do senhor, assar seu pão no forno do senhor. Tinham de cumprir essa obrigação. Não podiam possuir o moinho a braço, senão comprando caro o respectivo direito. Esprededor, moinho e forno tinham sua clientela fixa. Não importava que funcionassem mal. Do que produziam, consumiam. E o que lhes sobrava, não podiam vender senão através de uma série de obstáculos. Não podiam vender seu vinho, senão quatro ou seis semanas depois da colheita das uvas. Durante esse tempo, o monopólio da venda era do senhor. Depois, os fretes e os direitos de muito sobrecarregavam as mercadorias. Felizes os camponeses que as vendiam ainda com lucro. Wachsmuth, em sua *História da França ao tempo da Revolução*, registrou 150 espécies daqueles direitos.



Os funcionários do rei e do senhor, assim armados, os despojavam. Deles tiravam quanto podiam tirar senão quanto neles encontravam.

Não podendo enriquecer em proveito próprio, preferiam empobrecer, e empobreciam de modo impressionante. “O número dos indigentes era maior sobretudo nas províncias que passavam por ser as mais férteis.” (*Les Paysans*, Kareiew)

Abandonavam a gleba; despovoavam os campos. Já em 1750, Quesnay registrava que um quarto do solo que poderia ser cultivado, estava inculto. Nas vésperas da revolução, Arthur Young verificava que um terço do país (mais de 9 milhões de hectares) estava deserto!

Esses retirantes iam aumentar as massas dos futuros “sans-culottes”, nos quarteirões fora do corporativismo. Esses “expropriados” seriam outros tantos membros do “*prolétariat de Gueux*”, dos sem-trabalho, que uma ordenança de 1764, entretanto, punia com três anos de galeras.

Em 1777, o número dos pobres era avaliado, em toda França, em 1.200.000. Em Paris, formavam um sexto de sua população: 120.000.

Essa estrutura ia solapando vertiginosamente aquela superestrutura.

Os outros, os que ainda se mantinham nos campos, tinham de responder, em matéria de impostos, por si e pelos que deles haviam desertado. Sua situação não melhorava, mas piorava. As despesas do Estado cresciam. Sua arrecadação tinha também de crescer, e não de diminuir. Este, o impasse. Os camponeses ainda eram os sacrificados. Sua cólera não mais tinha limites.

*Conclusão: A superestrutura, que tão impiedosamente oprimia os camponeses, teria de ser arrasada, e eles, nessa hora, haveriam de ser a força mais violenta contra tal arcabouço.*

.....

## Capítulo VII

*Medidas contra o comércio interno e externo.*

*As sociedades de especulação ou açambarcamento também chamadas “pactos de fome”.*

*As “valorizações” vêm de longa data...*

**T**AMBÉM há a assinalar as medidas contra o comércio interno e externo.

Internamente, havia as velhas barreiras feudais, embaraçando a circulação da produção, seu escoamento.

As províncias formavam Estados independentes, cada qual com seu direito, com sua administração, com suas alfândegas, cada qual sob privilégios senhoriais distintos. Balbúrdia, confusão, monstruosidade, que encareciam enormemente a mesma produção. O vinho, por exemplo, transportado de Orléans para a Normandia, aí chegava aumentado de pelo menos vinte vezes seu custo. Depois, um distrito, produtor de determinado artigo, tinha o direito de impedir a entrada nele de artigo similar. Bordeaux, produtor de vinho, aproximava-se do Languedoc, do

Périgord, do Agenois e do Quercy, também produtores de vinho. Se nesses o havia em excesso, e nele em menor quantidade, que se satisfizesse com o que tinha. Não o poderia importar, salvo permissão especial, que nunca era bom negócio daquelas regiões. Essas peias ao comércio deveriam atormentá-lo. Entretanto, havia nele os que com elas se mostravam satisfeitos. Kautsky o explica. A realeza monopolizava certo ramo do comércio, e vendia-o a pequeno número de privilegiados que se organizavam em parte corporativamente. Estes não se queixavam da sorte.

Por outro lado, o particularismo das províncias também nem a todos desagradava. Um fato concreto pode comprovar: o do comércio do trigo.

Numas províncias, sua safra havia sido boa, e, noutras, má. Em princípio, não podia haver compensação. Aquelas não podiam suprir estas. Esse estado de coisas vinha beneficiar alguns: onde faltava o produto, seus preços logo subiam. E se, com esta alta, perdiam os consumidores, aqueles lucravam, bem dizendo o que acontecia.

Esse lucro estimulou a formação de sociedades de “especulação sobre o grão” ou açambarcamento, também chamadas “pactos de fome”. Retinham o produto para o valorizar. (Donde se vê que o sistema das valorizações não é nada moderno.) O rei também se associava a tais empresas. Luís XV foi o maior acionista de uma delas: a *Société Malisset*.

Mas esses afortunados eram igualmente a pequena minoria do comércio. Sua grande maioria não desejava senão a “liberdade e a igualdade” na circulação.

Quanto ao comércio externo, havia também grandes companhias que o exploravam, e ainda sob a forma de monopólio. O rei, que era o Estado, lhes transferia esse monopólio. Transferia não é bem o termo. Ele o vendia a essas companhias, quando delas não fazia parte diretamente; e os produtos importados eram colocados por preços muito superiores aos de seus países de origem. Mas o Estado provia nem só a importação como a exportação. Não podiam ser importados produtos estrangeiros que estivessem em condições de suplantarem os nacionais, e não podiam ser exportados sobretudo a moeda e os metais preciosos, consoante as teorias do monetarismo e do mercantilismo então em voga que o país devia exportar o mais possível e importar o menos possível,

para ter sempre em seu favor a balança do comércio ou um saldo em ouro.

No fim tendeu para ampliar a exportação, mas, por muito tempo, também a restringiu. Boisguilebert (*Le détail de la France*, 1695) censurava acicamente a administração francesa que, para amparar a indústria urbana, punha empecilhos à exportação dos cereais e paralisava a agricultura.

“As medidas”, diz Yves Guyot, “contra o comércio interno são completadas pelas restrições estabelecidas contra o comércio externo segundo o sistema mercantil: repelir os produtos das manufaturas estrangeiras; proibir a saída do trigo, devendo a França abastecer-se a si mesma” (idem, p. 51).

*Conclusão: As medidas contra o comércio interno e externo se opunham à estrutura nascente, e esta contra elas se voltava intensivamente.*

.....

## Capítulo VIII

*A monarquia absoluta foi o governo pela polícia.*

*Qualquer poderia ser levado à Bastilha.*

*Nada devia ser publicado que fosse perigoso.*

**E**NTRAVES jurídicos.

A polícia se separava da justiça, e tomava notável incremento, tão notável que há tratadistas que afirmam que “a monarquia, qual a concebeu Richelieu e a realizou Luís XIV, foi o governo pela polícia”. Dispunha ela de espões que penetravam em todas as casas e conheciam os segredos de todas as famílias. Dispunha de agentes de *recors* (testemunhas da própria polícia) para a prisão dos suspeitos, e procedia contra estes discricionariamente. As *lettres de cachet* levavam qualquer inocente à Bastilha, e aí o deixavam. Depois, havia a censura sobre os impressores, livros e jornais. Nada devia ser publicado que pudesse ser perigoso. Os contraventores tinham de prestar contas à justiça. Eram condenados como criminosos vulgares. Em 1694, na praça de Greve, um companheiro impressor e um encadernador foram enforcados porque imprimiram e encadernaram *infâmias* contra o rei e Mme. de Maintenon.

O *Telémaque* de Fénelon e o *Dime royale* de Vauban eram apreendidos e queimados. O Estado continuava tratando como culpados os adversários da religião católica. Com Luís XVI, os protestantes não mais iam ter às galeras, mas eram ainda excluídos dos empregos. As funções das finanças e da justiça eram venais. A justiça estava ainda organizada com processos intermináveis e ruinosos, e cruéis torturas e suplícios. Ainda mais: cada senhor tinha conservado sua justiça senhorial. Havia grandes e pequenos tribunais em quantidade. A favor das classes de cima e contra a de baixo que se levantava.

*Conclusão: A burguesia não mais podia tolerar a “justiça de classe” que a vexava, senão escravizava.*

.....

## Capítulo IX

*O absolutismo também na Inglaterra.*

*Antes mesmo de Bossuet, Jacques I sustentava a doutrina do direito divino.*

*O rei poderia pôr em prática tudo quanto julgasse bom.*

**N**A INGLATERRA, houve igualmente o absolutismo de fato. O regime constitucional que aí representava a tradição, depois de menosprezado pelos Tudors, haveria de ser negado pelos Stuarts, que, como os príncipes do século XVII, principalmente os franceses, sobrepunham sua autoridade ao Parlamento. Antes mesmo de Bossuet, Jacques I sustentava a doutrina do direito divino, e não popular, dos reis. Sustentava-a, dizendo, em 1616, em uma fala à Câmara estrelada, que julgava os crimes políticos:

“É ateísmo e blasfêmia discutir o que Deus pode fazer: os bons cristãos contentam-se em seguir a vontade divina segundo a palavra dela. Assim só desvairada presunção ou desdém aconselha discutir o que o rei pode fazer ou afirmar, que pode ou não pode fazer isto ou aquilo.”

Era o mesmo tema que haveria ainda de desenvolver em sua obra *The law of free monarchies*.

Também aí dizia:

“Foi Deus quem instituiu a monarquia hereditária. Encarregou os reis de governarem em seu lugar, dando-lhes para isso poder absoluto. O rei pode pôr em prática tudo quanto julgar bom, e, se fez tal ou qual promessa a seus súditos, pode, se quiser, não a manter, pois não pode haver contratos entre ele e aqueles.”

Esta, a teoria de Jacques I, mas ele se via forçado pelas circunstâncias a convocar o Parlamento. Tentara obter recursos, independentemente do voto deste. Não o tendo conseguido, para ele apelava. Mas não se harmonizavam. O Parlamento não se limitava a votar os impostos de que ele precisava. Entendia ainda do seu direito admoestá-lo pela sua má administração e pelo poder excessivo que conferia a seus favoritos.

Carlos I, filho de Jacques, a princípio, tolerou o Parlamento. Aceitou mesmo a *Petition of Right* que ele lhe impunha, petição que renovava e alargava a antiga *Magna Carta*, nela se proibindo as prisões sem processo, o aquartelamento arbitrário das tropas em casas particulares, o regime marcial, os impostos sem consentimento dele Parlamento e outros vexames. Todavia, ele a aceitava e não a cumpria. Violou todos seus dispositivos, inclusive o dos impostos. Em 1629, Carlos I dissolvia virtualmente o Parlamento. Não mais o convocava. Governou, assim, até 1640. Nesse período, cresceu seu absolutismo. Seu conselheiro lord Straford, estava para a Inglaterra como Richelieu, nesse mesmo momento, para a França. Seu projeto era este: habituar a nação a obedecer aos ministros do rei e livrar o governo de toda e qualquer peia. Chamava a isso o *thorough* (a modificação de *fond en comble*). O rei, sem o Parlamento, não podia lançar novos impostos. Mas, para não o convocar, prescindia desses novos impostos: restabelecia antigos como a velha taxa dos navios, que fora adotada em tempo de guerra. Restabelecê-la sem um ato do Parlamento, cobrá-la em tempo de paz e em todo país, era evidentemente um ato senão ilegal, contrário aos usos e costumes do Império. Um grande proprietário, Hampden, quis impugná-la, e a impugnou. Levado ao tribunal, este não reconheceu seu direito. O velho imposto era legalizado: Carlos I firmava seu absolutismo.



Depois...

Mas vamos com método. Cada coisa a seu tempo, cada fato em seu lugar.

*Conclusão: A superestrutura política também na Inglaterra hostilizava sua estrutura econômica.*

# LIVRO V

O modo de produção material transformava  
a produção intelectual.

À ciência feudal opunha-se a do capitalismo.

---

“A SUPERSTIÇÃO, A INJUSTIÇA, O PRIVILÉGIO, A  
OPRESSÃO IAM CEDER O LUGAR À VERDADE ETERNA, À  
JUSTIÇA, À IGUALDADE E AOS DIREITOS IMPRESCRITÍVEIS  
DO HOMEM.” (ENGELS)



.....

## Capítulo I

*A pólvora, a bússola e a imprensa.*

*“Desta tríplice conquista procede esta enorme festa – a Renascença.” (Ramalho Ortigão)*

**A**GORA, como foram despedaçados tais entraves. O modo de produção material transformava a produção intelectual. É o que compreendem até os escritores não marxistas.

Diz, por exemplo, Novicow:

“As máquinas rotativas produzem fenômenos sociais de uma importância de primeira ordem. Observa-se, desde algum tempo, sensibilização de muito maior nas sociedades civilizadas. Isto provém, em parte, das máquinas rotativas que imprimem rapidez muito maior à difusão das ideias. Não foi tanto o aparelho nervoso do homem que se tornou mais sutil: foram os aparelhos mecânicos de transmissão do pensamento que se tornaram mais prontos.

“Sem dúvida, à medida que nossos trens alcançarem melhor as distâncias, que nossas máquinas rodarem mais vertiginosamente, nossos cérebros terão de se adaptar a uma vida mais movimentada e adquirir maior nervosidade. Estas circunstâncias, forçoso é convir que os progressos da técnica material serão aí a causa, e a nervosidade superior, o efeito.

“O que os homens pensam hoje é, em parte, consequência da imprensa Marinoni, dos telégrafos, dos telefones e da locomotiva. Sem esses

instrumentos, pensariam de maneira diferente; e, se pensassem de maneira diferente, teriam outras instituições. Por conseguinte, as máquinas rotativas, os telégrafos e os outros aparelhos modificam, em medida considerável, a estrutura das sociedades humanas. É possível que, sem essas máquinas aperfeiçoadas, alguns espíritos, particularmente dotados e particularmente favorecidos pela sorte, pudessem adquirir instrução muito elevada e horizontes intelectuais muito amplos. Mas esses indivíduos seriam raríssimos.” (*A teoria orgânica das sociedades*, pp. 174 e 175)

Diz Augusto Comte:

“Primeiro, a invenção da pólvora vem completar a instituição transitória dos exércitos permanentes, dispensando os ocidentais de uma educação militar contrária à sua nova atividade. Em seguida, a imprensa reata a ciência à indústria, permitindo satisfazer o ardor teórico que prevalece por toda parte. Enfim, a descoberta da América e de um caminho marítimo para a Índia fornece vasto campo à extensão decisiva das relações industriais, de modo a caracterizar e consolidar a nova vida ocidental. O movimento intelectual só se torna então eminente na poesia, abrindo o século XIV com incomparável epopeia (*A Divina Comédia*), e produzindo, no XV, admirável composição mística (*a Imitação de Cristo*). Mas o desenvolvimento científico, se prepara mediante úteis materiais de todo gênero.” (*Catecismo Positivista*, pp. 432 e 433)

Diz Carlos Porto Carreiro:

“A Renascença técnica, a econômica propriamente dita, inspirou a invenção da bússola, a da imprensa, e do papel; os consideráveis progressos da navegação e o impulso valente dos portugueses e dos espanhóis desbravando mares e descobrindo terras: a revelação de novos caminhos marítimos, o desdobramento de novos horizontes, o surto de novas ilhas, novos litorais e novos continentes. Ergueu-se, enfim, aos olhos da civilização o velário que escondia a maior parte da superfície do Planeta aos habitantes do mundo clássico e medieval.” (*Lições de Economia Política*, p. 31)

Diz Seignobos:

“A pólvora arruinou o poder político da nobreza e tornou irresistível o poder dos príncipes..... (p. 174). A bússola prestou grandes serviços, permitindo aos marinheiros se orientarem a qualquer hora do dia e da noite por todos os tempos.....(“). O papel, esta pequena invenção, muito menos caro e muito mais cômodo que a porcelana, fornecia à imprensa a matéria-prima de que ela necessitava..... (p. 175). A imprensa teve rapidamente extraordinárias conseqüências..... (p. 176). Desde logo se formaram uma literatura leiga e uma teologia leiga: uma foi a Renascença, a outra a Reforma..... (“). E, entretanto, não tinha produzido ainda senão o livro. Devia, três séculos mais tarde, produzir o jornal. O livro ocasionou,

no século XVI, uma revolução literária e religiosa; o jornal devia, no século XIX, ocasionar uma revolução no governo e no comércio..... (“). Como as grandes invenções (a artilharia e a imprensa), as grandes descobertas produziram as conseqüências mais profundas. (p.188). (*História da Civilização*, tomo II)

Diz Yves Guyot:

“Nos séculos XV e no XVI, dois movimentos contribuíram para emancipar o indivíduo: a Renascença e a Reforma, todos dois determinados por uma descoberta material, a imprensa, e por um progresso material o uso do linho que permite a fabricação do papel e de trapos.” (*A Democracia Individualista*, p. 43)

Diz Ramalho Ortigão, prefaciando *Os Lusíadas*, de Camões:

“Do fundo tenebroso da Idade Média tinham saído os três fatos fundamentais da civilização moderna: a bússola, a imprensa e a pólvora.....

“O emprego da pólvora nas armas de fogo destitui a cavalaria, suprimindo pelo tiro de bala a distância que separava a força do paladino coberto de aço da fraqueza da vilanagem leprosa, alquebrada pela fome e seminua.

“A bússola, determinando um ponto fixo e invariável através do espaço, habilita o mareante a orientar-se nas solidões do oceano, e ministra ao homem pelas viagens marítimas a posse completa do globo e a compreensão do universo, até então circunscritos, um e outro, pela teoria geocêntrica e pela lenda do Mar Tenebroso.

“A imprensa, soltando as ideias como um enxame luminoso e alado, preenche o mundo com uma claridade nova, e a esse *fiat lux* dissipam-se para sempre as trevas da razão encarcerada na dialética sacerdotal.

“Da plenitude gloriosa que vem ao espírito humano dessa tríplice conquista procede esta enorme festa – a Renascença.” (Edição de 1880).

Diz Bombard:

“A bússola permitiu a Cristóvão Colombo lançar-se à descoberta do Novo Mundo... (p. 132). A imprensa estabeleceu a continuidade do mundo ocidental com as tradições greco-romanas, continuidade que o advento e o progresso da Igreja na Idade Média tinham perturbado durante séculos. Representa para a teologia da Idade Média o golpe tão funesto quanto o da pólvora para o sistema feudal.” (p. 133). (*A Marcha da Humanidade*)

*Conclusão: A produção intelectual era, assim, um efeito da produção material; e surgiam novas ciências, nova filosofia, nova religião, nova literatura e arte, nova política, novas concepções econômicas ou nova economia.*

.....

## Capítulo II

*“Os conhecimentos espontâneos por toda a parte precedem e preparam os estudos sistemáticos. (Augusto Comte).*

*“A ciência constitui sempre simples prolongamento da sabedoria comum.” (“*

**N**OVAS ciências.

Segundo a lei da evolução de Spencer, a matéria passa de uma homogeneidade indefinida, incoerente, para uma heterogeneidade definida, coerente. No Oriente, há aquela homogeneidade indefinida, incoerente. Depois foi que começou a operar-se a transformação; depois, foi que a inteligência começou a diferenciar-se, a desenvolver-se. Essa diferenciação, esse desenvolvimento se dava na Grécia, onde apareciam as primeiras ciências: o cálculo fundado por Pitágoras; depois, a geometria, fundada por Euclides, a mecânica por Arquimedes e a astronomia por Hiparco, respectivamente, nos séculos VI, IV, III e II antes de Cristo. A seguir, vem Roma; vem a invasão dos bárbaros; vem o catolicismo, e o surto da inteligência não só era paralisado como anulado no Ocidente. Tertuliano, doutor da Igreja, no século III, de nossa era, dizia: Não temos necessidade de nenhuma ciência depois de Cristo, nem de nenhu-

ma prova depois do Evangelho; o que crê nada mais deseja do que isso; a ignorância é boa em geral. Não se deve aprender a conhecer o que é inconveniente. O credo *quia absurdum* resultou da doutrina desse doutor da Igreja.

Negada a ciência no Ocidente, era recolhida pelo Oriente, pelos árabes que a melhoraram. Melhoraram-na em álgebra e trigonometria. E a conservaram até a Renascença, quando de novo a restituíram ao Ocidente. E este de novo a desenvolveu.

“Foi só com os gregos e, mais tarde, na Idade Média, com os árabes, que o estudo exato da natureza se desenvolveu; mas a verdadeira ciência da natureza não data senão da primeira metade do século XV, e, desde então, não cessou de fazer progressos com uma rapidez sempre crescente”. (Frederico Engels, *Filosofia, Economia Política, Socialismo*, p. 7)

A ciência da natureza se desenvolve em Copérnico (1473-1543), que, com os materiais fornecidos pelo século XV, no século XVI, alguns dias antes de sua morte, em seu famoso *Tratado sobre as revoluções dos mundos celestes*, descobriu o verdadeiro sistema do mundo; demonstrou o duplo movimento dos planetas sob si mesmos e em torno do Sol, teoria que foi condenada pelo papa Paulo V, como contrária às escrituras.

Formava-se, assim, a astronomia moderna. Continuadores de Copérnico: Kepler (1571-1630), Newton (1642-1727), Kant (1724-1804), Laplace (1749-1827).

“Em face da deificação (herdada dos franceses do século XVIII) de Newton, que a Inglaterra cobriu de ouro e de honras, Hegel quis acentuar que Kepler, que a Alemanha deixou morrer de fome, é o fundador verdadeiro da mecânica moderna dos corpos celestes, e que a lei de gravitação de Newton já se acha contida nas três leis de Kepler, e de maneira mesmo explícita na terceira dessas leis. O que Hegel prova por algumas simples equações em sua *Filosofia da Natureza*, § 270, e nas adições (*Hegels Werke*, ed. de 1842, tomo VII, p. 98 e 113-115), se encontra também como resultado da mais moderna mecânica matemática, em Gustavo Kirchoff (*Vorlesungen Uber Mathematische Physik*, 2ª ed. Leipzig, 1877, p. 10), sob forma essencialmente idêntica à forma matemática simples, primeiramente exposta por Hegel.” (“, pp.. ..... CVIII e CIX)



Depois da astronomia, vinha a física com Galileu, no século XVII. Galileu retomou a ideia de Copérnico, de que o Sol é o centro do mundo, e não a Terra. Provou essa verdade. Mas teve de abjurá-la, de joelhos, diante do Tribunal da Inquisição, para não ser queimado. Mas ficou seu *Eppur si muove*. Galileu falecia em 1642, e, nesse mesmo ano, o jesuíta Le Cazre, reitor do Colégio de Dijon, escrevia a Gassendi para o convencer de não divulgar aquela ideia esta carta:

“Pensa menos no que pensas tu mesmo, do que no que pensará a maior parte dos outros que, arrastados por tua autoridade ou tuas razões, se persuadirão que o globo terrestre se move entre os planetas. Eles concluirão desde logo que, se a Terra é sem nenhuma dúvida um dos planetas, como tem ela seus habitantes, é de crer que os outros também os tenham, e que nem os falte nas estrelas fixas. Concluirão que eles aí são de uma natureza superior, e que os outros astros excedem a Terra em grandeza e perfeição.

“Daí se elevarão dúvidas sobre a Gênese, que diz que a Terra foi feita antes dos astros, e que estes últimos não foram criados senão no quarto dia, para iluminar a Terra e marcar as estações e os anos. Por conseguinte, toda a economia do Verbo Encarnado e a verdade evangélica se tornarão suspeitas. Que digo? Tornar-se-á suspeita toda a fé cristã, que supõe e ensina que todos os astros foram produzidos pelo Deus criador, não para a habitação de outros homens ou de outras criaturas, mas somente para esclarecer e fecundar a Terra de sua luz. Vês, pois, que é perigoso que essas coisas sejam divulgadas, sobretudo por homens que, por sua autoridade, possam fazer supor sejam elas verdadeiras. Não é, pois, sem razão que, desde o tempo de Copérnico, a Igreja sempre se opôs a esse erro, e que, ainda ultimamente, não alguns cardeais, como dizes, mas o chefe supremo da Igreja, por um decreto pontifical, o condenou em Galileu, e muito santamente proibiu de ser ele ensinado, de viva voz ou por escrito.” (Bombard, obra citada, págs. 165 e 166).

No século XVIII, Lavoisier fundava a química secundando Priestley e Scheele. Destruíu a doutrina metafísica do filogístico, espécie de fluido que se imaginou para explicar o fenômeno da combustão. Destruíu essa doutrina, descobrindo o oxigênio e a composição do ar,

passando, assim, a explicar *cientificamente* a combustão, a respiração, etc., chegando à conclusão que *nada se perde, nada se cria*.

Em 1801, neste início do século XIX, Bichat lançava os primeiros princípios da biologia, estabelecendo que a animalidade se subordina por toda parte à vegetalidade, ou a vida de relação à vida de nutrição, que as funções vitais mais nobres repousam sempre sobre as mais grosseiras. Bichat era completado por Goethe, Treviranus, Oken, Lamarck, Geoffroy Saint-Hilaire, Darwin e Trémaux.

Diz Engels, ainda na *Filosofia, Economia Política, Socialismo*:

“A teoria da evolução contém muitas tolices e fantasias, mas contém também muitas coisas profundas e sensatas.

“Assim Haeckel muito justamente reconheceu os méritos de Treviranus e de Oken. Oken erigiu como postulados da biologia a substância colóide primitiva (Urschleim) e o vesículo primitivo (Urblaschen) que outra coisa não são senão o protoplasma e a célula.” (pág. CVIII)

Recentemente a ideia de seleção natural foi ampliada, notadamente por Haeckel: a variabilidade das espécies foi concebida como o resultado da ação recíproca da adaptação e da hereditariedade, a adaptação sendo, nesse processo, o que transforma, e a hereditariedade o que conserva... (págs. 74 e 75).

Darwin diz expressamente na penúltima página da *Origem das Espécies* (6ª ed.) que considera “todos os seres, não como criações especiais, mas como descendentes em linha direta de pequeno número de seres” (pág. 77).

Diz Marx: “Recomendo-vos também Trémaux *Da origem de todos os seres*... Ainda que escrito em estilo desordenado, cheio de erros geológicos e bem pobre em crítica histórica literária – *with all that and all that* – constitui um progresso sobre Darwin.” (*Carta a Kugelmann*, de 9 de novembro de 1866, pág. 62).

Hegel tornava a biologia de evolutiva em dialética.

Havia, assim, as ciências da natureza. Mas faltava ainda a ciência da sociedade, a sociologia, que fosse para a política, como dizia Augusto Comte, o que a astronomia era para a navegação.

O estabelecimento dessa ciência tal foi, ainda no século XIX, o objetivo de Augusto Comte, Karl Marx e Spencer.

Para onde vamos? É o que os três procuram dizer.

Comte e Marx chegaram à finalidade da comunhão social, respectivamente, à *Religião da Humanidade* e à *Internacional* e Spencer ao *Individualismo*.

Tudo efeito da transformação da produção material.

Diz Augusto Comte:

“Os conhecimentos espontâneos por toda parte precedem e preparam os estudos sistemáticos. A ciência constitui sempre simples prolongamento da sabedoria comum. Nunca cria ela realmente doutrina essencial alguma. As teorias limitam-se a generalizar e coordenar os apanhamentos empíricos da razão universal, a fim de lhes dar consistência e desenvolvimento que por outro modo não poderiam obter”. (*Catecismo Positivista*, pág. 263)

.....

### Capítulo III

*O modo de produção feudal era substituído pelo modo de produção pequeno burguês ou manufatureiro.*

*A filosofia se renovava sob seu duplo aspecto, dialético e metafísico.*

*Bacon e Descartes fundavam o método experimental.*

**N**OVA filosofia.

A filosofia grega foi dialética e metafísica. A primeira, do movimento, do transformismo, das modificações contínuas: dinâmica. Procurava determinar o princípio gerador de todas as coisas. A segunda, estática, da imobilidade, do absoluto, das ideias inatas, eternas, imutáveis, etc.: negava o movimento. Seu dogma era a unidade do ser e do pensamento. A unidade era, para ela, o princípio de tudo. A dialética foi, então, materialista e idealista. Materialista, primeiro, com a escola jônica, para a qual o princípio universal, gerador de todas as coisas, causa da transformação dos seres e mantenedor da sua harmonia em todo o universo, era um elemento da natureza física, um princípio de ordem física.

Esta escola foi fundada por Tales de Mileto, o primeiro filósofo da Grécia e um dos seus sete sábios, o qual teve por continuadores Anaximandro, Anaximenes, Anaxágoras, Heráclito, Empédocles.

Aquele princípio era, para Tales de Mileto, a água; para Anaximandro, uma coisa indeterminada, que ele chamava “o infinito”; para Anaximenes, o ar; para Anaxágoras, uma matéria sem limites; para Heráclito, o fogo; para Empédocles, quatro elementos reunidos: a *terra*, a *água*, o *ar*, o *fogo*, entre os quais este último, como no sistema de Heráclito, também predominava.

Foi materialista, ainda, com a escola pitagórica, segundo a qual o mundo era formado de dez grandes corpos ou planetas, que se moviam em torno de um foco central: o sol; com a escola atomística de Leucipo e Demócrito; com a escola sofística de Protágoras e Górgias, que considerava o homem-indivíduo como a medida de todas as cousas, como o criador de tudo; com a escola socrática, que partia não do homem-indivíduo, mas do homem-espécie, apreciado em sua natureza geral; com a escola de Aristóteles, que baseava a ciência na observação dos fatos, que subia do particular para o geral, da manifestações dos fenômenos da natureza, do homem da sociedade, para as leis e princípios que os regem, dizendo: *nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu*; com a escola epicurista, renovadora da atomística; com a escola estoica, para a qual a natureza era semelhante a um vasto animal; com o ceticismo de Aenesidemo e Sexto Empírico que só aos fenômenos concedia verdadeira realidade.

Foi idealista com Platão, discípulo de Sócrates e continuador também de Protágoras e Heráclito. Para ele, as ideias não são, como eram para Sócrates, meros conceitos variáveis do espírito, mas entidades reais, anteriores às coisas e independentes delas.

São protótipos, arquétipos, modelos originais, de que as cousas são puras cópias. Os indivíduos de todas as espécies, todas as cousas, são formados segundo esses originais ou modelos eternos, imutáveis, absolutos, de todos os tempos e de todos os lugares. Eles são tudo. Só eles constituem a ciência. Não há ciência do que passa, do que varia. Admitia, assim, à variabilidade do mundo, sob o influxo da invariabilidade das ideias.

Mas a filosofia dialética da Grécia não foi apenas transformista, sob as formas materialista e idealista. Distinguiu-se ainda em transformista lenta ou evolutiva e transformista brusca.

Foi transformista brusca com Heráclito, que dizia: “O combate é o pai de tudo” (*Polemos pater panton*); a discórdia, o movimento, é que produz a harmonia. Ele observava: “Não podemos descer duas vezes o mesmo rio, pois que, na segunda, já não é o mesmo, mas diferente.” Com Cratíle, que acrescentava: “Não descemos sequer uma só vez o mesmo rio. Nele entramos e já se modificou, já não é o mesmo rio”. Com Empédocles, segundo o qual tudo depende de duas forças contrárias: a concórdia e a discórdia. Com Demócrito, que tudo atribui ao movimento dos átomos, movimento que gera um turbilhão, do qual resulta a formação dos corpos. Com Protágoras, que doutrinava: “Sobre todas as coisas pode-se afirmar igualmente o pró e o contra. O sim e o não são igualmente verdadeiros.”

Kant e Hegel ligavam a maior importância a esse filósofo.

Foi evolutiva sobretudo com Aristóteles, de cujos ensinamentos decorreu o lema característico dessa corrente; o *natura non facit saltus*. Comentário de Paulo Janet, em seu *Tratado Elementar de Filosofia*: “Todos estes sistemas são um primeiro ensaio do evolucionismo e do transformismo, que os nossos modernos pensadores julgam ter inventado, porque os puseram em voga. A discórdia de Heráclito poderia substituir a concorrência de Darwin” (tomo II, pág. 325).

A filosofia metafísica surgiu com a escola eleática, fundada por Xenofanes e seguida principalmente por Parmênides, Zenon de Eleia e Melissus de Samos. Para ela, só existe o ser. Os seres não existem. É radical. Opõe-se ao *devenir* como afirma Weber. Foi essencialmente idealista.

*Resumindo*: Platão e Aristóteles foram os dois maiores filósofos da Grécia antiga; foram tão grandes que as escolas filosóficas de hoje são variantes, desdobramentos, aperfeiçoamentos e desenvolvimentos de suas doutrinas.

Platão foi o precursor do racionalismo moderno; Aristóteles, o precursor da filosofia positiva.

Se foram os dois maiores filósofos da Grécia e se eram dialéticos, forçoso será concluir que a filosofia dialética foi a que dominou na Grécia, e foi justamente a esta conclusão que chegou Frederico Engels, dizendo: “Os antigos filósofos gregos eram todos dialéticos por excelência, natos, e Aristóteles, o cérebro mais enciclopédico dentre eles, analisou as formas essenciais de tal pensamento dialético” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, pág. 6).

Daí este quadro sinóptico:



A filosofia não se desenvolve nem no período romano, nem depois, no da chamada Idade Média. Os romanos contentaram-se em adotar as teorias diversas professadas pelos gregos. O mesmo haveria de suceder na Idade Média quando Platão prevaleceu até Santo Tomás de Aquino que se inclinou para a *filosofia da experiência* de Aristóteles.

Dizia Augusto Comte que Aristóteles foi “por tal forma superior ao seu tempo que só pôde ser apreciado na Idade Média”. (*Catecismo Positivista*, pág. 413)

De modo que, no fim da Idade Média, todo saber filosófico consistia: na ordem científica, em comentar Aristóteles; na ordem religiosa e moral, em interpretar a lei revelada na Bíblia.

#### *Filosofia Moderna*

“O modo de produção da vida material condiciona (determina) o processo da vida social, político e intelectual em geral” (Karl Marx).

O modo de produção feudal era substituído pelo modo de produção pequeno burguês, ou manufatureiro. A filosofia se renovava sob seu duplo aspecto, dialético e metafísico.

Bacon e Descartes fundaram o método experimental.

Bacon, debaixo do ponto de vista empírico ou materialista, e Descartes debaixo do ponto de vista racionalista. Descartes perguntou a

si mesmo: “De que estou certo ?” E foi ter ao seu *Cogito, ergo sum*. Penso, logo existo. Um partia dos sentidos; o outro, da razão, mas o resultado a que chegaram foi o mesmo: que o homem devia procurar obter a verdade por si mesmo, que não devia limitar-se a repetir e comentar a ciência do passado, mas partir daí para aumentar a esfera dos seus conhecimentos, investigando por suas próprias forças o desconhecido, elaborando por esforço próprio o conhecimento, sendo que o verdadeiro livro a estudar e comentar, não são as elaborações dos antigos, mas a natureza.

Referindo-se à obra de Descartes, Shopenhauer diz que ela consistiu principalmente em ter levado o homem a pensar por si mesmo, a se servir da própria cabeça (*ibren eigenen Kopf zugebrauchen*), em vez da Bíblia, por um lado, e de Aristóteles, por outro, como fazia anteriormente.

Na Grécia, prevaleceu a dialética sobretudo sob sua forma materialista, e a metafísica foi apenas idealista. Nos tempos modernos, a metafísica era materialista e idealista, e aquela prevalecia sobre a dialética que passou a ser fundamentalmente idealista ou racionalista.

De Bacon decorria a metafísica materialista, com Hobbes, Locke e Hume, Helvetius, Holbach, La Mettrie. E a metafísica idealista se apresentava com Berkeley, na Inglaterra, com Lessing, Fichte e Schelling, na Alemanha, e com Cuvier, Victor Cousin e outros na França.

A dialética foi idealista com Descartes, Spinoza, Diderot, Rousseau e Leibnitz. E seu método, o do transformismo lento.

Ensina Engels:

“A filosofia moderna do século XVII e XVIII ao contrário da grega, ainda que nela a dialética tenha sido brilhantemente representada, por exemplo, por Descartes e Spinoza, foi arrastada, principalmente por influências inglesas, na direção do pensamento que se pode chamar metafísico, que absorveu quase exclusivamente os franceses do século XVIII, pelo menos em seus trabalhos especialmente filosóficos. Fora da filosofia propriamente dita, eram, entretanto, capazes de criar obras-primas de dialética. Basta citar o *Sobrinho de Rameau*, de Diderot, e o *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, de Rousseau.

“Vamos dar, em síntese, os caracteres essenciais dos dois métodos: Quando submetemos ao exame do pensamento a natureza ou a história da humanidade, ou nossa própria atividade mental, o que primeiramente se nos apresenta é a imagem de um encadeamento interminável de fatos, ligados uns a outros, agindo uns sobre outros, onde nada fica nem onde



estava, nem o que era, nem como era, mas onde tudo se move, se transforma, vai, vem, modifica-se e perece. Esta concepção do mundo, espontânea, simples, mas, no fundo, verdadeira, é a da antiga filosofia grega. Foi Heráclito o primeiro a formulá-la claramente: “Tudo existe e não existe, pois tudo corre, tudo está em eterna transformação, em eterna mutação, em eterno perecer” (pág. 6).

Depois, Engels se referia aos progressos da ciência nos últimos séculos, a partir do XV, e acrescentava:

“Analisar a natureza em suas partes, dividir os fenômenos e os objetos naturais em classes determinadas, estudar a constituição interna dos corpos orgânicos e suas numerosas formas anatômicas, tais eram as condições essenciais dos progressos gigantescos dos últimos quatro séculos, quanto ao conhecimento da natureza.” (pág.7).

Esta divisão, este estudo parcial, especializado, por um lado, foi um bem: produzia a astronomia, ampliando-a, a física, a química e a biologia. Mas, por outro lado, não integrava, mas separava os fenômenos cosmológicos. Daí ainda esta observação de Engels:

“Este método de trabalho, porém, nos legou o hábito de considerar os objetos e os fenômenos da natureza isolados, fora do seu conjunto, fora de suas relações recíprocas, e, por isto mesmo, não em seu movimento, mas em estado de repouso, não como essencialmente variáveis, mas como essencialmente permanentes e fixos, não como vivos, mas como mortos. E esta concepção, transportada como foi por Bacon e Locke, da ciência da natureza para a filosofia, aí criou o pensamento limitado que caracteriza os últimos séculos, o pensamento metafísico. Para o metafísico, as coisas e seus reflexos no pensamento, os conceitos, as noções, são objetos de análise isolados, devendo ser considerados uns após outros, uns sem outros, objetos invariáveis, fixos, imóveis, acabados. Ele pensa por antítese sem intermediários: Diz: sim, sim; não, não; e julga tudo que é contrário a isto, mau. Para ele, de duas coisas uma: um objeto existe ou não existe; uma coisa não pode ser, ao mesmo tempo, ela mesma e outra. Para ele, positivo e negativo se excluem de modo absoluto; causa e efeito estão igualmente em contradição radical. Esta maneira de pensar nos parece, ao primeiro exame, perfeitamente plausível, porque é a do que se chama o senso comum. Mas o senso comum, respeitável companheiro enquanto permanece dentro das quatro paredes de sua casa, se expõe a aventuras desagradáveis, desde que penetra no vasto mundo da ciência” (págs. 7 e 8).

Combatendo a concepção metafísica, diz ele:

“Todo ser orgânico é em cada momento ele mesmo e outro; em cada momento, assimila matérias que recebe do exterior, e desassimila

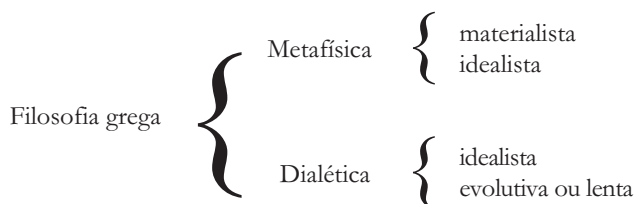
ou segrega sua própria matéria; em cada momento, células de seu corpo morrem e outras se criam. Em um tempo mais ou menos longo, a matéria de seu corpo é inteiramente renovada e substituída por outros átomos de matéria, de modo que todo ser orgânico é sempre ele mesmo e não ele mesmo.

“Vendo as coisas bem de perto, temos ainda que os dois pólos de uma antinomia, o positivo e o negativo, são tão inseparáveis, quanto opostos um a outro, interpenetrando-se mutuamente a despeito de toda sua oposição. Também causa e efeito são ideias que não têm valor senão em sua aplicação a este ou àquele caso particular, mas desde que consideremos tal caso particular em suas relações gerais com o todo universal, causa e efeito se confundem, se resolvem no encadeamento de uma reciprocidade geral, em que causa e efeito mudam constantemente de lugar, de maneira que o que era causa em certo lugar e em certo momento se torna efeito em outro lugar e em outro momento, e vice-versa. (A burguesia foi efeito de uma revolução; hoje é causa de outra.)

“Todos estes processos naturais e métodos intelectuais não entram no quadro do pensamento metafísico. A dialética, ao contrário, considera os objetos e suas representações intelectuais – as ideias – em seu movimento, em sua origem e desaparecimento. Os fenômenos por nós acima descritos são confirmações da justeza do método que lhes é próprio. A natureza é a prova da dialética, e devemos dizer que as ciências modernas da natureza forneceram para essa prova materiais extremamente ricos e cuja massa aumentará todos os dias. Devemos dizer que elas provaram que, em última instância, a natureza procede dialeticamente e não metafisicamente. Mas são raros os naturalistas que aprenderam a pensar dialeticamente. Os que o não sabem, procuram condicionar aquelas provas ao seu método tradicional, estabelecendo a grande confusão que reina nas teorias da ciência natural, confusão que desespera professores e alunos, bem como escritores e leitores.” (págs. 8 e 9)

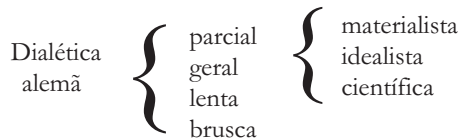
Em resumo: a filosofia até os fins do século XVIII, foi sobretudo metafísico-materialista e inglesa; só excepcionalmente, foi dialético-idealista, sobretudo na França.

Daí este outro quadro sinóptico



*A Dialética na Alemanha*

Depois, na Alemanha, já nos fins do século XVIII e início do XIX, a filosofia se desenvolve de modo extraordinário, sob seu aspecto dialético, que se sobrepõe ao metafísico. É primeiro dialética parcial e, depois, geral. É material, ideal e científico. É lenta e, afinal, brusca, conforme o quadro abaixo:



Foi parcial com Kant e, a seguir, com Goethe, Treviranus e Oken. Com o primeiro, idealista; com os outros, materialista; com os quatro juntos, lenta. Foi geral, idealista e brusca com Hegel. Foi científica, positiva, com Karl Marx.

Ouçamos a respeito Engels:

“Não se pode obter uma representação exata do universo, de sua evolução e da humanidade, assim como do reflexo dessa evolução no nosso espírito, senão por meio da dialética, senão pela constante observação das infinitas ações e reações, dos ‘devenir’ e dos ‘perir’, dos progressos e das degenerescências. E foi esta a direção que adotou decididamente, desde o começo, a filosofia alemã contemporânea.

“Seu maior mérito foi ter restaurado a dialética como forma suprema do pensamento” (págs. 9 e 10).

Começou com Kant.

E diz Engels:

“A obra de Kant consistiu em provar que o imóvel sistema solar de Newton e sua existência eterna, imobilidade e eternidade que lhe eram asseguradas, depois de haver recebido o primeiro famoso impulso, se resolveram em um processo histórico: na formação, na origem do sol e de todos os planetas pelo movimento de rotação de uma nebulosa. E este fato que o sistema solar havia nascido, o levava a concluir que esse sistema morreria necessariamente um dia. Suas ideias foram cinquenta anos depois matematicamente confirmadas por Laplace e, mais cinquenta anos, ou um século depois, a análise espectroscópica provou a existência, no espaço, de semelhantes massas gasosas em fusão em graus diferentes de condensação (pág. 10).

“A teoria kantiana que explica a constituição de todos os corpos celestes atualmente existentes pela rotação de massas nebulosas, foi o maior progresso feito pela astronomia desde Copérnico. Pela primeira vez, abalava-se a ideia segundo a qual a natureza não tem história no tempo. Até essa época, os corpos celestes passavam por ter desde sua origem seguido as mesmas órbitas e conservado sempre o mesmo estado. E, embora se tenha visto em um corpo celeste, tomado em particular, os seres orgânicos individuais perecerem, consideravam-se, entretanto, as espécies e os gêneros como imutáveis” (pág. 55).

Depois, o próprio Kant, embora contraditoriamente, também se insurgiu contra a lenda mosaica, segundo a qual o homem havia sido criado por Deus, lenda, então ainda sustentada por Lineu, que dizia: “Há tantas espécies diversas quantas formas distintas criadas originariamente pelo ser infinito” (*Species tot sunt diversae, quot diversae formas ab initio creavit infinitum est*).

Contraditoriamente, porque, depois de ter afirmado que as formas orgânicas tiram sua origem da matéria bruta, em virtude das leis mecânicas semelhantes às da cristalização, depois de ter afirmado a evolução gradual e genealógica das espécies que teriam mãe comum primitiva, acrescenta: “Mas, definitivamente, é preciso atribuir a essa mãe universal uma organização que tenha por fim todas suas criaturas, senão seria impossível conceber a possibilidade das produções do reino animal e do reino vegetal” (*Crítica do Juízo Teológico*).

“Evidentemente”, comenta Ernesto Haeckel, “esta adição destrói completamente a ideia principal expressa na proposição precedente e pela qual a teoria da descendência seria capaz de dar uma explicação puramente mecânica da natureza orgânica.” (*História da criação*, trad. Eduardo Pimenta, pág. 82)

Mas contra a mesma lenda se insurgia decididamente o evolucionismo ou a chamada “filosofia da natureza”, a respeito da qual dizia Engels: “Ainda que contenha mais de uma coisa realmente boa e mais de um gênero fecundo não podia satisfazer-nos.” (pág. CVIII)

Essa filosofia aparecia ainda na Alemanha com Goethe, Treviranus e Oken.

Goethe, em 1790, escrevia as *Metamorfoses das plantas* e, em 1907, assim já se exprimia: “Se examinarmos as plantas e os animais que estão no limite inferior da escala dos seres, mal podemos distinguir uns

dos outros. Podemos dizer que os seres, ao princípio, confundidos num estado de parentesco em que mal se diferenciam uns dos outros, se tornaram pouco a pouco plantas e animais, aperfeiçoando-se em duas direções opostas, para findar, uns na árvore perdurável e imóvel, outros no homem que representa o mais alto grau de mobilidade e de liberdade.”

Quanto a Treviranus, escreve Haeckel:

“No tempo em que Goethe esboçava assim a teoria da descendência, houve outro filósofo da natureza, que dela se ocupou com calor: refiro-me a Gottfried-Reinhold Treviranus de Brême, (nascido em 1776 e falecido em 1837). Como foi indicado por W. Folke de Brême, Treviranus já no começo do século e nas suas primeiras obras, na sua *Biologia ou filosofia da natureza viva*, expusera sobre a unidade da natureza e a conexão genealógica das espécies organizadas, com um critério semelhante ao nosso. Nos três primeiros volumes da biologia que apareceram em 1802, 1803 e 1805, portanto, muitos anos antes das obras capitais de Oken e de Lamarck, já se veem várias passagens importantes referentes a este assunto (pág. 72).”

Oken sustenta que o homem vem de organismos inferiores: “O homem desenvolveu-se; não foi criado.” Era o que ensinava.

Movimento análogo se operava na França com Lamarck e Geoffroy Saint-Hilaire contra Cuvier. O debate travado entre estes dois últimos ficou célebre nos anais da biologia. Foi sustentado na Academia das Ciências, com um arrebatamento inaudito pelos dois adversários. Deu-se o primeiro conflito em 22 de fevereiro de 1830. Seguiram-se-lhe outros, dos quais o mais vivo foi o de 19 de julho de 1830.

Na qualidade de chefe da filosofia da natureza em França, Geoffroy defendia a teoria da evolução natural e a concepção unitária ou monística da natureza. Afirmava a variabilidade das espécies a partir de uma forma ancestral única, a unidade da organização, ou a unidade do plano de estrutura, para usar a linguagem daquela época. Cuvier era o adversário mais ferrenho dessas ideias. Procurava demonstrar que os filósofos da natureza não tinham fundamentos seguros para tirar dos materiais científicos, existentes no domínio experimental, conclusão tão lata. Dizia que não existia a pretensa unidade de organização ou de plano. Defendia a concepção teleológica ou dualística da natureza e pretendia que a invariabilidade das espécies era a própria condição da existência de uma história natural científica.

Nessa discussão, Goethe tomou o partido de Geoffroy. Pela seguinte anedota, divulgada por Soret, se pode ver quanto ela o interessou, apesar de então já contar 81 anos:

“Domingo 2 de agosto de 1830. Anunciavam-nos os jornais que havia começado a Revolução de Julho, o que produziu grande abalo. Fui de tarde à casa de Goethe. Que pensa você, deste notável acontecimento? diz ele. O vulcão está em erupção; tudo em chamas; já não é um debate a porta fechada. Um acontecimento tão grave, repliquei eu. Mas depois do que se sabe e com tal Ministério, deve esperar-se a expulsão da família real. Nós não nos percebemos, meu caro, volve Goethe. Não lhe falo dessa gente. Refiro-me ao brilho com que na Academia e com tão altos resultados para a ciência se digladiam Cuvier e Geoffroy Saint-Hilaire”.

“Esta resposta de Goethe foi tão inesperada para mim, que não soube retorquir-lhe e fiquei calado algum tempo. ‘O caso reveste a mais alta importância, continuou Goethe, e não posso exprimir o que sinto, lendo o extrato da sessão de 19 de julho. Tenho em Geoffroy Saint-Hilaire poderoso aliado e que já não nos abandonará. Vejo o interesse dos franceses por este assunto; porque, apesar das desordens políticas, a sala das sessões da Academia estava à cunha no dia 19 de julho. Mas o mais importante é que o método sintético em história natural, inaugurado agora em França por Geoffroy Saint-Hilaire, já não pode desaparecer. Foi lançado ao público, mercê da livre discussão na Academia e na presença de numerosa assistência: já não é possível livrá-lo por uma sessão secreta, nem abafá-lo a porta fechada.’” (Haeckel, pág. 69)

Darwin e Spencer na Inglaterra, mais tarde, completavam esse naturalismo alemão e francês que poderia ser assim resumido: “O homem não está acima da natureza, mas é um produto dela. Há a unidade dos fenômenos cosmológicos. Não há um hiato entre esses fenômenos. As espécies de organização superior são derivadas sucessivamente de espécies inferiores. Nada é imutável e eterno. Tudo se transforma.

Há o *fiere*, o *werden* o *devenir* constante desses fenômenos.

“Esta teoria da evolução”, diz Haeckel, “já preconizada e defendida no começo do século por Lamarck e Goethe só foi exposta no seu conjunto, em 1859, por Darwin, consignando-lhe uma base etiológica e é por isso que ela é conhecida, um pouco imerecidamente, pelo nome de teoria darwiniana.” (pág. 4)

Juízo de Engels sobre a filosofia da natureza: “Os filósofos da natureza estão para a ciência da natureza conscientemente dialética como os utopistas para o comunismo moderno.” (pág. CIX)

A dialética parcial de Kant, sucedia essa outra dialética também parcial ou filosófica da natureza. E uma e outra eram enfeixadas por Hegel.

Daí este comentário de Engels: “Esta filosofia alemã moderna encontrou sua conclusão no sistema de Hegel, onde, pela primeira vez – este seu grande mérito – o mundo inteiro, natural, histórico e intelectual, era descrito como um *processus*, isto é, como determinado por um movimento constante, em perpétua mudança, transformação e evolução. Hegel procurou mostrar a lógica imanente a esse movimento e a essa evolução...”

“Que Hegel não tenha resolvido esse problema, pouco importa. Seu mérito, que fez época, foi tê-lo focalizado. De resto, esse problema é daqueles que nenhum indivíduo somente poderá resolver. Ainda que Hegel fosse, como Saint Simon, a cabeça mais enciclopédica de seu tempo, não poderia tudo abordar completamente, em primeiro lugar pela extensão necessariamente circunscrita de seus próprios conhecimentos; em seguida, pela extensão igualmente restrita dos conhecimentos e das ideias do seu tempo. Demais, Hegel era idealista, o que quer dizer que não considerava as suas ideias como reflexos intelectuais dos objetos e dos movimentos do mundo real, mas, ao contrário, esses objetos e movimentos é que, para ele, eram reflexos, imagens realizadas, de suas ideias.” (pág. LI)

Hegel partia das ideias de seu tempo, e remontava à velha Grécia, para dar um passo à frente.

Como que dizia:

Não basta a concepção de que o mundo inteiro está em permanente mudança. É necessário ainda estabelecer as regras dessa mudança, determinar o modo por que ela se opera. Opera-se dialeticamente conforme já ensinavam os gregos.

E prosseguia:

“A contradição é a fonte de toda vida e de todo movimento.” Teoria que ele assim justificava: Há, em primeiro lugar, o estado de equilíbrio relativo; em segundo, a ruptura desse equilíbrio; em terceiro, o restabelecimento do mesmo equilíbrio sob nova base. A seguir, a história

recomeça: o novo equilíbrio torna-se o começo de nova ruptura desse equilíbrio, e assim por diante até o infinito.

Há o equilíbrio primitivo, ou *afirmação* ou *tese*; há a ruptura desse equilíbrio, ou *negação* ou *antítese*; e, depois, novo equilíbrio ou negação da negação, ou *síntese*. E estas contradições não são mal, mas um bem. São elas a razão de todo o progresso; são elas que “nos impulsionam para frente”.

Disse ele: “O que é contradito não se reduz a zero, ao nada abstrato.”

Para prová-lo, citava este exemplo: um ovo. É a afirmação, a tese. Mas dentro de si tem a negação. E desta resulta a negação da negação: o pinto. Não simples distinção, mas um ser orgânico superior, um conceito mais elevado, mais rico que o que o gerou.

Depois, havia a noção de que a evolução se fazia lenta e gradualmente, segundo o princípio aristotélico *do natura non facit saltus*.

Hegel reformou também essa noção. Disse ele: a evolução ou transformação se faz a princípio por meio de *contradições*, lentas, graduais e, afinal, por meio de contradições bruscas, violentas: por meio de *saltos*.

Na biologia, os trabalhos de Hugo de Vries confirmam essa conclusão.

Mas sua dialética era idealista.

Dizia ele: “O que é racional é real; o que é real é racional.”

Para ele, a ideia ou razão ou divindade era a *primeira afirmação*. Sua dialética, sua lei de evolução geral se baseava, pois, fundamentalmente, no racional.

Renovava sobretudo Platão que ele proclamava o “inventor da dialética”.

*Feuerbach.*

Feuerbach golpeava essa dialética idealista.

Disse ele: “O pensamento é condicionado pelo ser, e não o ser pelo pensamento. O ser é condicionado por si mesmo; tem em si mesmo seu fundamento. O pensamento não é a causa do ser, mas sua consequência, ou mais exatamente sua propriedade. *Não é o Pensamento que determina o ser, mas o ser que determina o Pensamento*” (*As questões fundamentais do marxismo*, Plekhanov, pág. 16).



Foi isto o que encontrou Marx na Alemanha – aquela dialética idealista ou do livre-arbítrio, e este determinismo individual de Feuerbach.

Marx começou ligando Feuerbach a Hegel, juntando-os, unindo-os. Aceitou daquele a dialética, recusando-lhe, porém, o idealismo. Aceitou deste o materialismo, e colocou-o como base daquela. Realizando essa junção, fundava sua própria dialética, já bem diversa da de Hegel.

Diferença entre uma e outra: a de Hegel estava fora do mundo; a de Marx no próprio mundo, na própria natureza. A de Hegel era o demiurgo, o idealismo criando a realidade; era a ideia absoluta. A de Marx a realidade criando o idealismo. A de Hegel o desenvolvimento das ideias determinando o desenvolvimento da matéria, das coisas. A de Marx o desenvolvimento da matéria, das coisas, determinando o desenvolvimento das ideias.

A de Hegel fixada na “cabeça”, e a de Marx nos “pés”.

Ouçamos a esse respeito o próprio Marx. Diz ele:

“Meu método dialético não difere somente, quanto ao fundo, do método hegeliano. É precisamente o contrário deste. Para Hegel, o processo do pensamento, do qual ele faz, sob o nome de ideia, um sujeito autônomo, é o criador da realidade, que não é mais que o mundo material, transportado e traduzido no espírito humano.

“Há uns trinta anos, quando a dialética de Hegel ainda estava na moda, critiquei seu lado que seduzia. Mas justamente no momento em que eu escrevia o primeiro volume do *O Capital*, a jovem geração, sem graça, pretensiosa e medíocre, que atualmente fala do alto de suas tamancas na Alemanha cultivada, tinha prazer em tratar Hegel, como Mendelsson, do tempo de Lessing, tratava Spinoza, isto é, de ‘cão miserável’. Declarei-me, nessa ocasião, abertamente discípulo desse grande pensador, e, no capítulo relativo à teoria do valor, tive mesmo certo empenho em lhe pedir emprestado seu vocabulário particular. A mistificação a que conduz a dialética de Hegel, não impede em nada esse filósofo de ter sido o primeiro a dela expor, de modo completo e consciente, as formas de movimentos gerais. Ela, porém, nele vem de cima para baixo. É preciso invertê-la.” (Prefácio da 2ª ed. do *O Capital*, 1872, págs. XCIV e XCV)

Esse deslocamento foi o ponto de partida do grande materialista. Tornava a dialética científica. Sob esse aspecto, nesse seu monismo, renovava Aristóteles.

Mas Marx fazia obra internacionalista. Partia de doutrinas internacionais, para finalizar numa doutrina também internacional, conforme será examinado noutra capítulo.

Na França, nessa mesma época, Augusto Comte obedecia ao influxo simultâneo da filosofia metafísica e da dialética, e fazia obra dualista. Foi metafísico-materialista e dialético-idealista.

Metafísico-materialista quando diz:

“Quaisquer que sejam os fenômenos sem excetuar os mais complexos, suas condições fundamentais são sempre imutáveis.” (pág. 57). “A imensa variedade dos organismos animais nos permite estabelecer entre a vitalidade mais grosseira e a mais nobre uma transição tão gradual quanto nossa inteligência o deve exigir. Todavia, esta série concreta é necessariamente descontínua, em virtude da lei fundamental que mantém a perpetuidade essencial de cada espécie no meio de suas variações secundárias” (pág. 235); “a principal propriedade do conjunto dos seres vivos consiste na aptidão de cada um deles para reproduzir seu semelhante, como ele próprio proveio sempre de uma origem análoga. Não só nenhuma existência orgânica emana jamais da natureza inorgânica; mas, além disto, uma espécie qualquer não pode resultar de outra, nem superior, nem inferior, salvo em variações muito limitadas, posto que muito pouco conhecidas ainda, que cada uma delas comporta.” (*Catecismo Positivista*, pág. 238)

É dialético-idealista quando não admite a *síntese objetiva*, para admitir a subjetiva”. Dizia ele:

“Existe, pois, um abismo verdadeiramente intransponível entre o mundo vivo e a natureza inerte, e mesmo, em grau menor, entre os diversos modos de vitalidade. Confirmando a impossibilidade de toda síntese puramente objetiva, esta apreciação não altera de modo algum a verdadeira síntese subjetiva, que, por toda parte, resulta de uma ascensão gradual para o tipo humano” (pág. 239), “deveis renunciar a toda pretensão de unidade absoluta, exterior, em uma palavra, objetiva; as leis não comportam senão uma unidade puramente relativa, humana, em uma palavra, subjetiva”.

“Posto que o mundo, para ser conhecido, suponha o homem, aquele poderia existir sem este, como talvez aconteça em muitos astros inabitáveis. Do mesmo modo, o homem depende do mundo, porém não resulta dele. Todos os esforços dos materialistas para anularem a espontaneidade vital, exagerando a preponderância dos meios inertes sobre os seres organizados, só têm conseguido desacreditar essa pesquisa, tão vã quanto ociosa, doravante abandonada aos espíritos anticientíficos” (págs. 169 e 170).

Augusto Comte se considera subordinado “diretamente ao príncipe eterno dos verdadeiros pensadores, o incomparável Aristóteles”. (pág. 6)

A verdade, porém, é que, embora descendendo “diretamente” de Aristóteles, não deixa também de descender de Platão.

Em sua síntese *subjéitiva*, ele os congrega, os concilia.

.....

## Capítulo IV

*No século XIV, a Igreja possuía metade do solo da Europa e suas rendas eram doze vezes mais elevadas que as civis.*

*A Reforma foi, a um tempo, conservadora e progressista.*

*A razão de ordem econômica que contribuiu para seu êxito relativo.*

**N**OVA religião.

O declínio do sistema católico-feudal começa no século XIV. “Nesta época, a Igreja possui a metade do solo da Europa e suas rendas são doze vezes mais elevadas que as rendas civis. Suas riquezas, testemunho de seus grandes serviços de outrora, não mais são justificadas nem pelas suas virtudes, nem pelos seus benefícios. Censura-se-a, depois de rica, por não mais saber senão gozar e renunciar aos grandes e nobres trabalhos com que foi fundada. Acusam-se o fausto e a inutilidade de suas despesas, a ignorância e a tirania de seus membros. Provocam indignação a venalidade de sua justiça e a da confissão e da absolvição.” (*História da Civilização*, J. de Crozals, tomo II, pág. 211)

“Do mesmo modo”, diz Engels, “que a burguesia reclama, hoje, um *governo barato*, os burgueses da Idade Média reclamavam uma Igreja barata.” (*A Guerra dos Camponeses na Alemanha*, pág. 55)

O poder espiritual, além de já minado pela ciência, descontentava desse modo.

Foi a conta. Dentro em breve, cessava de ser o árbitro comum entre os diversos povos católicos; perdia suas funções internacionais; deixava de dominar o mundo.

A decomposição espontânea do catolicismo, conforme a qualifica o positivismo, é posta em evidência: 1<sup>ª</sup>) pelo grande cisma do Ocidente que dura de 1378 (Urbano VI) a 1428 (Martinho V); 2<sup>ª</sup>) pelo aparecimento dos precursores da Reforma.

Jean de Wiclef, notável teólogo de Lutterworth na Inglaterra, que no século XIV, morre a tempo de escapar ao suplício, mas os católicos lhe exumavam os ossos, atirando-os no Avon, e João Huss, confessor da rainha da Boêmia, que é queimado vivo, no século XV, por ordem do Concílio de Constância.

Mas nem só havia essa luta do espiritual contra o espiritual. Começava a haver também a do temporal contra ele, espiritual.

Filipe IV, o Belo, declarava ao papa Bonifácio VIII que não estava submetido nem a ele, nem a pessoa alguma, no que pudesse concernir à sua administração, às suas funções temporais, e proibia-o terminantemente de elevar os impostos sobre o clero da França, exemplo de rebeldia que era imitado por outros príncipes, fora mesmo da França.

A partir do século XVI, essas lutas se acentuavam. A Igreja se estraçalhava pelas suas próprias mãos como no período precedente; e os príncipes, os reis, a nobreza, a burguesia atacavam-na *sistematicamente*, para se subtrair quer ao seu domínio espiritual, quer ao seu domínio temporal.

Resultado: o sacerdócio era subalternizado pelos governos, e, dos elementos *local* ou *central* do poder político também um se subordinava radicalmente ao outro.

A estrutura se modificava, e modificava-se igualmente a superestrutura.

Tais os precedentes do protestantismo de Lutero ou da Reforma.

Que pretendia ela?

Por um lado, foi profundamente retrógrada, profundamente conservadora.

Pretendia, porventura, emancipar a razão, libertá-la?

Não. “A razão”, dizia Lutero, “não faz senão blasfemar Deus e criticar suas obras. Não compreende nada de Deus. É preciso liquidá-la”. (*História da Civilização*, Seignobos, pág. 245)

Reformar o Estado, subvertê-lo?

Sua doutrina o favoreceu; suas primeiras expansões o estimularam; mas ele que, entre reacionários e revolucionários, como se verá adiante, chegou a ser pacifista, acabou tomando resolutamente o partido daqueles, o da força, o dos opressores contra os oprimidos.

Nesta altura, dizia: “O cristão se deixa roubar, escorchar, matar, pois é um mártir na Terra. A doutrina da resistência é uma doutrina pagã. Os gregos e os romanos a praticaram. Mas o Evangelho nada tem de comum com o direito natural.”

Também chegou a propor a destruição pelas armas do clero romano, e também acabou recuando desse propósito.

Seria o grande reformador, e, afinal, se contentou em ser apenas o pequeno reformador.

Pretendeu tão-somente restabelecer a fé cristã em sua pureza primitiva, sem os dogmas, regras e costumes implantados depois pela Igreja. Dizia que rejeitava a obra desta durante quinze séculos porque era contrária à palavra de Deus. Dentro dessa ordem de ideias, pregava a renúncia do clero às riquezas e a todo poder político, a recusa de obediência à autoridade dos papas e da Igreja, a igualdade entre os sacerdotes sem hierarquia de bispos, arcebispos, etc., todos simples e igualmente pastores; não admitia o purgatório, o celibato dos padres, os conventos, as missas em geral, a liturgia em latim, as imagens, os ornamentos da Igreja, as procissões, o culto dos santos e da Virgem, as relíquias, as peregrinações, a maior parte dos sacramentos, os rosários, os jejuns, a superioridade do clero sobre os leigos, tendo para evitar essa superioridade ordenado a tradução da Escritura na língua de cada país.

Só admitia um culto: o da assembleia dos fiéis, reunindo-se aos domingos para ouvir a leitura da mesma Escritura, escutar o sermão e as orações do pastor. e entoar orações e cânticos no idioma desses fiéis. Quanto à comunhão lhes poderia ser ministrada sob a forma do pão e do cálice, que no catolicismo é reservada aos padres.

Lutero havia visitado Roma, e foi esta a impressão que lhe ficara dessa visita: “Os crimes em Roma são incríveis... Nós outros, alemães, bebemos até arrebentar, enquanto os italianos são sóbrios. Mas são os mais ímpios dos homens. Caçoam da verdadeira religião. Eles escarnecem de nós cristãos porque acreditamos inteiramente na Escritura... Na Itália, quando vão à Igreja, dizem: vamos nos conformar com o erro popular. Se estivéssemos obrigados, dizem eles, a crer em toda palavra de Deus seríamos os mais infelizes dos homens: não poderíamos ter nunca um momento de alegria. Os italianos são ou epicurianos ou supersticiosos.

“O povo mais teme S. Antônio ou S. Sebastião que o Cristo, por causa das pragas que lhe enviam... [Acreditava-se ali que certas moléstias da pele eram castigo de S. Antônio.] Eis como eles vivem em extrema superstição, sem conhecer a palavra de Deus, não fazendo caso nem da ressurreição da carne nem da vida eterna. Celebram o carnaval com uma inconveniência e uma folia extremas, durante várias semanas, e com ele instituíram inúmeras extravagâncias, pois são homens sem consciência que vivem nos pecados públicos.” (idem, pág. 241)

Por um lado, o protestantismo era isto: a volta à doutrina cristã primitiva tal qual se depara nos Evangelhos, não subsistindo da obra da Igreja, nem a organização, nem o culto, nem as práticas por ela adotadas.

Por outro lado, era progressista: avançava. Talvez sem o sentir, criava uma religião nova, baseada na interpretação da Escritura Santa.

Até então, era ela lida apenas em sua tradução latina. Lutero recomendava que, para ser perfeita aquela interpretação, fossem os Evangelhos lidos ainda em grego e o Antigo Testamento em hebreu.

Uma só coisa – este o princípio fundamental da Reforma – é salutar: vem a ser a *palavra de Deus*. Mas é preciso apanhá-la diretamente em sua fonte. Todas as explicações dadas pelos padres e os doutores da Igreja não conseguem senão alterá-la ou obscurecê-la.

“Se alguém”, dizia Lutero, “vos ataca, dizendo que a Escritura é obscura, e, para compreendê-la, são necessários os comentários dos padres, respondei: Nunca foi escrito sobre a Terra livro mais claro que a Bíblia.” (idem, págs. 244 e 245)

A Reforma era, assim, a negação de toda autoridade espiritual, a proclamação do direito do livre-exame, a apologia da liberdade de consciência: a infalibilidade pessoal ou individual elevada a regra suprema.

A Igreja Católica havia asfixiado a inteligência, sob o pesado domínio de seu sacerdócio. Vinha Lutero e declarava: Não. O homem pode ser seu próprio padre; pode ele mesmo ler os livros santos; pode obedecê-los e segui-los, conforme os houver compreendido.

Havia o absolutismo da fé. E ele procurava implantar o individualismo dessa mesma fé.

Sob esse aspecto, não há que ocultar, a Reforma contribuiu poderosamente para o desenvolvimento da inteligência.

O protestantismo, ao contrário do catolicismo, se dividiu em várias seitas que, por muito tempo, se detestaram e hostilizaram, sendo de citar entre elas, como principais, o luteranismo cuja expansão se fez para o centro e o norte, a forma adotada pelos Estados alemães como a Prússia, e pelos reinos da Suécia, Dinamarca e Noruega; o anglicanismo, a forma adotada pelo governo inglês: esboçada por Henrique VIII e consubstanciada definitivamente pelo Parlamento no *bill dos 39 artigos*; e *calvinismo*, que se difundiu para oeste sob nomes diversos: *buguenotes* (conferados) na França, *convenantes* na Escócia e *puritanos* na Inglaterra, tendo ainda prevalecido na Holanda e merecido o apoio de alguns príncipes da Alemanha.

O luteranismo favoreceu a monarquia absoluta e, na Alemanha, os príncipes; o anglicanismo, a nobreza; e o calvinismo, a burguesia, a República.

“Da Alemanha”, escreve Trotsky, “a Reforma ganhou todos os países europeus, introduzindo, por toda parte, profundas modificações na estrutura da Igreja, e contribuindo para reforçar a burguesia comerciante e libertá-la dos laços da feudalidade. A Reforma alemã exerceu também grande influência sobre a grande Revolução inglesa, na qual frequentemente tendências políticas revestiam formas religiosas. Os quadros do



exército revolucionário de Cromwell foram formados de puritanos, inimigos mortais da Igreja Católica.” (*Onde vai a Inglaterra?*, pág. 243).

Lutero divergiu da Igreja sobretudo pela sua *economia* abastardada. Divergindo dessa economia da Igreja, ele ia servir diretamente à da realeza, à dos príncipes e à da nobreza, e, indiretamente, à da burguesia, como sucedeu na Inglaterra. Pois bem, foi essa razão de ordem econômica que lhe assegurou o êxito relativo de seu credo.

A palavra de ordem dos reformadores era esta: a Igreja, poder espiritual, e não temporal, abandonasse as posições políticas; forte pela fé, e não pelos seus haveres, pelas suas riquezas, destas se despojasse, que elas só poderiam comprometê-la.

E a realeza, príncipes nobres, parte do próprio clero e a burguesia viram, desde logo, a conveniência de defender a nova ideia, e excusado será dizer que a defendiam certamente menos por ela do que para fazer jus àquele duplo patrimônio, que não imaginavam pudesse ser tão cedo cobiçado.

Nem se diga que esse “fundo econômico” ali só é obrigado pelo marxismo. De modo nenhum. Os próprios historiadores burgueses o consignam.

Diz, por exemplo, Seignobos:

“Para muitos nobres, essa foi ocasião propícia de se livrar do clero que os atrapalhava. Para os aventureiros, era excelente pretexto para passar a mão nos objetos preciosos acumulados nas igrejas. Enfim, em alguns países, o clero, ele próprio, sustenta a reforma para se tornar independente do papa e formar uma igreja nacional.

“Mas os melhores auxiliares da Reforma foram os príncipes e, na Alemanha, os conselhos das cidades livres. Os bispos tinham ainda seu tribunal, onde eram julgados processos, não só de clérigos, como de leigos. Os bispados e as abadias possuíam domínios imensos (na Alemanha, perto de um terço das terras). Ora, os reformadores declaravam que o clero devia voltar à pobreza dos primeiros tempos da religião cristã, e renunciar a todo poder político. Os príncipes e os conselhos das cidades que aceitavam a Reforma suprimiam, pois, os conventos; retiravam aos bispos e aos abades seus domínios, seu poder, sua jurisdição como contrários ao Evangelho; e os guardavam para si. Em algumas regiões, o príncipe eclesiástico, ele mesmo, tomou a dianteira de fazer a Reforma: casou-se, transformou-se em príncipe secular e fez dos domínios de sua igreja um Estado leigo em seu proveito. Foi assim que o Grão-Mestre da Ordem teutô-

nica pôde ser o duque da Prússia. Servindo à Reforma, os príncipes aumentavam não somente seus domínios, mas sua autoridade. O clero católico, rico e sustentado pelo papa, era temido pelos príncipes que ele podia excomungar. Os pastores da Reforma, pobres e isolados, dependiam inteiramente do governo que lhes pagava. O príncipe reunia a seus antigos poderes todos os dos bispos e do papa. Passava a ser, ao mesmo tempo, chefe do Estado e chefe da Igreja!

“Os príncipes tinham, pois, um interesse direto na Reforma. Foi um príncipe, o eleitor de Saxe, que escondeu Lutero em um de seus castelos; foram príncipes alemães que apresentaram à Dieta as reclamações dos *reformados* e *protestaram* contra as decisões dessa mesma Dieta; foram os reis da Suécia, da Dinamarca, e da Inglaterra que introduziram a Reforma em seus Estados. Excetuadas a Holanda e a Escócia, onde o protestantismo foi introduzido pela força, a Reforma verdadeiramente não venceu senão nos países em que foi feita pelos seus governos: a Inglaterra, a Suécia a Dinamarca, os Estados alemães” (idem, págs. 247-248).

Lutero armava a realeza, os príncipes, a nobreza e, mais tarde a burguesia contra o poder da Igreja. Sua Reforma foi, acima de tudo, um episódio da luta daquelas classes contra esse poder.

O catolicismo servia sobretudo ao absolutismo da realeza. Daí por que, em 1685, Luís XIV revogava o Editto de Nantes, que assegurava a liberdade religiosa aos calvinistas, medida que provocava o êxodo da França de cerca de cem mil de seus filhos, com seus bens, suas artes, suas manufaturas e seu trabalho.

*Conclusão: Havia o “absolutismo da fé” e a Reforma procurou implantar o “individualismo” dessa mesma fé.*

.....

## Capítulo V

*A renovação na literatura e na arte emancipadora das inteligências.*

*A divisa do abade de Thélème era: façe o que quiseres.*

**N**OVA literatura e arte.

Dizia-se: “a literatura e a arte haviam morrido durante a noite da Idade Média”; e começaram a renascer bruscamente no século XVI.

Mas o que se verificava é que a Renascença literária e artística não havia feito senão continuar o movimento de renovação iniciado no século XIII.

Não era senão, como o protestantismo, outra volta ao passado: ao passado greco-romano, literário e artístico, renovado pela nova filosofia. Era a ligação do presente àquele passado.

A queda de Constantinopla, fazendo emigrar os tesouros de arte e de cultura bizantina para a Itália, fora acontecimento imprescindível a essa finalidade. E, por isso, é que a mesma Itália haveria de ser o primeiro foco daquele movimento. Nela é que floresceriam Dante, a epopeia moderna, o autor da *Divina Comédia*, Petrarca, Bocácio, Tasso, Ariosto, Maquiavel, Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci, Rafael e outros.

E o espírito renovador se manifestaria ainda na França, na Alemanha, na Espanha, na Inglaterra, na Holanda e na Bélgica.

Na França, com Rabelais, Montaigne, La Boétie, Marot e Ronsard. Na Alemanha com Sebastião Brandt, Ulrich de Hutten, Lutero, Hans Sachs, Fischart. Na Espanha, com Cervantes, Lope de Vega, Calderón, Velásquez, Ribera, Murilo. Na Inglaterra, com Spencer (autor da *Rainha das Fadas*), Shakespeare. Na Holanda, com Erasmo, Rembrandt. Na Bélgica, a antiga Flandres, com João de Bruges, Rubens.

Toda essa renovação era emancipadora das inteligências.

La Boétie escreveu seu *Contra um* e Rabelais respondeu à *Utopia* de Thomas Morus, com o abade de Thélême, cuja divisa é esta: “faze o que quiseres”.

*Conclusão: Alargavam-se os horizontes do mundo e os do espírito.*

.....

## Capítulo VI

*Os enciclopedistas, no século XVIII, foram grandes revolucionários.*

*Os homens, diziam eles, até aqui têm sido governados por preconceitos e pela superstição.*

*Daqui por diante, acrescentavam, devem ser governados pela Razão.*

**N**ova política.

Há que distinguir os filósofos do século XVII dos do século XVIII. Os primeiros são apenas filósofos; os segundos, filósofos e políticos. Aqueles restringem sua ação ao terreno teórico; não cogitam senão de estabelecer as relações entre o pensamento e a matéria. Sobrepoem-se à sociedade em que vivem. Nela não se imiscuem.

Os outros são simultaneamente teóricos e práticos, filósofos e políticos. Estudam, analisam, criticam (fazem obra de gabinete e para o largo público) as crenças e instituições de seu tempo. Para aquelas e para estas propõem soluções diferentes.

Hobbes fazia a teoria do absolutismo real.

Dizia: Os homens são iguais por natureza e têm todos os mesmos direitos sobre todas as cousas. O exercício destes direitos opos-

tos coloca-os necessariamente em estado de guerra: *homo homini lupus*. O estado natural dos homens é o *bellum omnium contra omnes*. Para sair deste estado primitivo e natural, celebraram eles *convenções*, pelas quais cedi- am parte de seus direitos pessoais, conferindo a um poder designado encargo de manter a ordem e proteger os interesses de todos. O direito confunde-se com a força e com a lei do número. Todo poder é legítimo só porque é forte.

Era a apologia do despotismo, então reinante na Inglaterra.

Locke, em 1690, dois anos depois da gloriosa Revolução, publicava suas duas *Treatises on government*. Opunha-se a Locke. Defendia aquela revolução, o constitucionalismo que considerava como o liberalismo, a tolerância. Pretendia o poder legislativo pertencesse não ao príncipe, mas ao povo.

Hume atacava a existência de Deus e da alma. É o tipo do ceticismo inglês. Por que Adam Smith, em carta a Strahan, o houvesse pintado como se tendo aproximado do “ideal do homem perfeitamente sábio e virtuoso, tanto quanto pode permitir a fraqueza humana”, replicava-lhe, indignado, o Dr. Horne, bispo anglicano de Norwich: “Então, está certo, senhor, que nos pinteis como perfeitamente sábio e virtuoso o caráter, a vida de um homem, que se achava possuído de incurável antipatia contra tudo que se chama religião, e que empregava todos esforços para dela afastar mesmo o nome da memória dos homens?” (*A letter to A. Smith*, pág. 8)

Este simples incidente, parece, bem caracteriza o grau de ceticismo de Hume. Seu axioma fundamental era este: “Não podemos ir além da experiência”, axioma que seria o ponto de partida de Kant.

Em política, em sua *História das revoluções da Inglaterra* e, em seus *Ensaíos*, era pelo *equilíbrio dos poderes*.

Montesquieu completava Hume: formulou em seu *Espírito das leis* a teoria que ficou célebre da *separação* dos mesmos poderes: o legislativo, o judiciário e o executivo.

Dizia: “Há, em cada Estado, três espécies de poderes: o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes, e o poder judiciário daquelas que dependem do direito civil.” (Cap. V, Liv. XI, intitulado: *Da Constituição da Inglaterra*) E arrematava que

o meio mais seguro para a ordem num Estado consistia na separação efetiva de tais poderes.

Voltaire e Rousseau, Augusto Comte os qualifica de “demolidores incompletos”, porque “julgavam poder derrubar o altar, conservando o trono, ou vice-versa”. (*Catecismo Positivista*, pág. 4)

Para Voltaire, a questão não era propriamente de forma de governo. Qualquer poderia servir, até mesmo o absolutismo, uma vez que o príncipe fosse discípulo dos filósofos. Não se trata, dizia ele, de fazer uma revolução, como no tempo de Lutero, mas de *revolucionar o espírito daqueles que são feitos para governar*.

Estigmatizava, é exato, os usos contrários à humanidade, a tortura, os suplícios cruéis, o confisco, a perseguição religiosa, mas, antes de tudo, era inimigo da religião cristã. Nos últimos anos de sua vida, adaptava esta divisa: “Esmagai o infame.” Esse infame era o cristianismo.

Rousseau não admitia nem os governos nem as religiões existentes, porque, explicava, são contrários à natureza. Seu *Contrato Social* pode ser assim sintetizado:

O homem é um ser naturalmente bom, amando a justiça e a ordem. “A natureza”, diz ele, “fez o homem feliz e bom. A sociedade o deprava: torna-o mau.” A sociedade é injusta porque não concede a todos os homens as mesmas vantagens. A propriedade é injusta porque sai do “fundo comum”, que não deveria pertencer senão à humanidade. Mais injusto ainda é o governo pelo qual “um jovem dirige um velho, um imbecil conduz homens sábios”.

É preciso, pois, destruir a sociedade, a propriedade e o governo e voltar ao estado da natureza. Os homens se entenderão, então, para fundar uma sociedade que repousará sobre uma convenção admitida por todos: o *Contrato social*). Estabelecerão um governo que dará a todos os mesmos direitos e exercerá todos os poderes. Em lugar da soberania do rei, ter-se-á a soberania de povo. Todos os cidadãos serão iguais e o governo eleito por todos terá autoridade absoluta. Dirigirá a fortuna, a educação e mesmo a religião de todos.

Rousseau rejeitava a religião cristã, mas admitia ainda o culto de Deus, o *Ser Supremo*.

Diderot foi um dos autores da *Enciclopédia* que aparecia em 1772, imensa publicação francesa que foi a expressão mais completa do espírito filosófico, inovador, crítico e religioso do século XVIII e que, sob a forma de um dicionário universal e arrazoado, teve por fim resumir e julgar, sob o ponto de vista do livre pensamento, todos os conhecimentos da Humanidade e *destruir para os refazer* as crenças, os costumes e as instituições contrários ao mesmo pensamento.

Diderot foi a alma dessa empresa para a qual magistrados, generais, engenheiros, homens de letras, subscritores e trabalhadores concorreram, sob seu controle.

Era necessária a mesma direção, a mesma orientação, para poder ser alcançado aquele fim. Todos os escritos, todos os artigos eram por ele cuidadosamente revistos, tendo a parte que se relacionava com os estudos matemáticos ficado a cargo de d'Alembert.

Os outros principais filósofos que emprestaram seu concurso a essa publicação foram: Voltaire, Buffon, Montesquieu, Condilac, Mably, Duclos, Turgot, Helvetius, d'Holbach, Necker, Morelet, Marmontel, Raynal, Grimm, Saint-Lambert e outros.

*A Enciclopédia* batia-se pelas *liberdades em geral* e pela *soberania do povo*.

Em política, Diderot não compreendia a reorganização da sociedade senão sem Deus e sem rei, isto é, com a substituição de Deus pela *razão* e o *rei* por aquela *soberania*, conforme a *natureza*.

Teorias diferentes, pontos de vista opostos. No entanto, no fundo, há íntima ligação não só entre os filósofos do século XVIII como entre estes e os do século XVII.

Uns e outros chegavam a esta conclusão geral:

Os homens até aqui têm sido governados por preconceitos e pela superstição ou religião. As sociedades nestas bases são odiosas e ridículas. As causas não podem ficar como estão. Estamos no *reinado das luzes*. Os homens são esclarecidos pela *razão*. Sobre a *razão* é que é preciso, daqui por diante, fundar a sociedade. Ela deve ser fundada e governada pela razão.

Daí este apanhado de Engels:



“Os grandes homens, os enciclopedistas que, na França, esclareceram os espíritos, no século XVIII, para a Revolução que se aproximava, foram eles mesmos grandes revolucionários. Não reconheceram nenhuma autoridade exterior. Religião, ciências naturais, sociedade, governo, tudo foi submetido à mais implacável crítica. Tudo teve de comparecer perante ao tribunal da razão. Tudo teve diante dele de justificar sua existência ou cessar de existir. A razão se tornou a regra suprema de tudo. ‘Foi o tempo em que, segundo a expressão de Hegel, ‘a cabeça dirigia o mundo’ (o mundo era colocado sobre a cabeça), em primeiro lugar neste sentido que são a cabeça e os princípios elaborados pelo pensamento que servem de base a toda ação e a toda associação humanas, e, depois, porque toda verdade material em contradição com os mesmos princípios não podia prevalecer. Todas as formas de sociedade e de governo reconhecidas até então, todas as concepções tradicionais deviam ser rejeitadas sumariamente. O mundo se tinha deixado até então governar por miseráveis preconceitos. Tudo quanto pertencia ao passado, não merecia senão compaixão e desprezo. Enfim, surgia a aurora. Pela primeira vez, entrava-se no reino da razão. Daí por diante, a superstição, a injustiça, o privilégio, a opressão iam ceder o lugar à verdade eterna, à justiça, à igualdade e aos direitos imprescritíveis do homem.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, ed. franc., págs. 49 e 50)

De modo que tanto os metafísicos, materialistas e idealistas, como os dialéticos parciais, entendiam que as ideias é que governavam o mundo, e não o mundo que governava as ideias; que as condições políticas eram a causa determinante de tudo mais, inclusive da situação econômica, e não o contrário.

Daí, ainda, esta apreciação de Plekhanov:

“Se a concepção teológica da História consiste em explicar a evolução histórica pela vontade e ação direta ou indireta de um ou vários agentes sobrenaturais, a concepção idealista da qual Voltaire e seus amigos eram partidários convencidos, consiste em explicar esta mesma evolução pela evolução dos costumes e das ideias, ou na opinião, como se dizia no décimo oitavo século.” (*A concepção materialista da história*, ed. franc. pág. 14)

Prosseguia Plekhanov:

“Mas entre os filósofos do século XVIII, havia vários que são conhecidos como materialistas. Tais eram, por exemplo, Holbach, autor do célebre *Sistema da natureza*, e Helvetius, autor do livro não menos célebre *O Espírito*. É muito natural supor que, pelo menos, aqueles filósofos não aprovassem a concepção idealista da História.

“Pois bem, esta suposição, por mais natural que pareça, está errada: Holbach e Helvetius, materialistas em sua concepção da natureza, eram idealistas no que diz respeito à História. Como todos os filósofos do século XVIII, como todo o grupo dos enciclopedistas, os materialistas daquele tempo julgavam que a opinião governava o mundo e que a evolução da opinião explicava em última análise toda evolução histórica.” (idem, págs. 14 e 15)

Mas nem só os filósofos do século XVIII chegavam a essa conclusão. A ela chegavam igualmente os do século XVII, conforme já o assinalava Marx nesta passagem do *O Capital*:

“Descartes acreditava como Bacon que uma modificação no método de pensar acarretaria a da produção e a ação prática do homem sobre a natureza. Temos disto a prova em seu *Discurso sobre o método*, onde lemos:

“É possível alcançar conhecimentos muito úteis à vida, e, em lugar dessa filosofia especulativa que se ensina nas escolas, poder-se-ia encontrar outra prática, pela qual, conhecendo-se a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros e de todos os outros corpos que nos cercam, tão bem quanto conhecemos os diversos ofícios dos nossos artesãos, poderíamos empregá-los em todos os usos a que são próprios, e desse modo sermos senhores e possuidores da natureza e ‘contribuir ao aperfeiçoamento da vida humana’. No prefácio da obra de Dudley North: *Discourses upon Trade, 1891*, vem a declaração que o método de Descartes, aplicado à economia política, começou a aliviá-la dos velhos contos e das velhas superstições relativas ao dinheiro, ao comércio, etc.” (Tomo III, pág. 35)

Logo Descartes e Bacon, como os filósofos do século XVIII, também sustentavam que o modo de pensar é que determinava o modo de produção.

Logo uns e outros, quanto a esse particular, estavam inteiramente de acordo.

*Conclusão: Havia a substituição da fé pela metafísica.*

.....

## Capítulo VII

*À economia do Estado opunha-se a do indivíduo; à do intervencionismo a do não-intervencionismo; à da opressão a da livre concorrência.*

*Os fisiocratas e Adam Smith proclamavam o “laissez faire”, o “laissez passer”, o “ne pas trop gouverner”.*

**N**OVA economia.

A arte é só o *concreto*; é só a contemplação; são os “conhecimentos espontâneos que por toda parte precedem e preparam os estudos sistemáticos”; é a sabedoria comum.

A ciência é (ver o quadro das funções cerebrais de Augusto Comte) o *concreto* e o *abstrato*, a *contemplação* e a *meditação*; é este conjunto; são aqueles estudos sistemáticos; é a sabedoria comum generalizada e sistematizada, portanto, o *prolongamento* dessa sabedoria.

A Economia Política, como arte, abrange dois períodos: 1<sup>o</sup>) a sociedade antiga ou greco-romana; 2<sup>o</sup>) a sociedade feudal.

Na Grécia, não se distinguia da filosofia, e, em Roma, passava a ser elemento do *jus natural*, do *jus gentium* e do *jus civile*.

Na Idade Média era absorvida pela teologia e, depois, pelo direito natural.

“A economia, depois do cristianismo e da constituição do catolicismo, é englobada pela teologia; é tratada acessoriamente pelos canonistas. Em seguida, os juristas dela se apoderam; é dominada pela concepção metafísica do direito natural, concepção derivada do *jus gentium* da antiguidade greco-romana combinado com o *jus divinum* da teologia.” (*A Sociologia Econômica*, Guilherme de Greef, pág. 2)

Ainda nos princípios do século XVIII, esteve ligada, subordinada à política. Só nesse século, com a manufatura, com a sociedade pequeno-burguesa, foi que se constituiu como ciência autônoma, que se elevou do concreto ao abstrato.

A economia, com Bodin e Montesquieu, por exemplo, se afirma como ramo particular da política entendida sobretudo como ciência do governo. Até esse momento, pois, nem seu domínio, nem seu método próprios são delimitados... Em suma, enquanto fazia parte integrante da política, a economia não podia ser senão empírica, arte e não ciência... Não cessou de o ser nem com o teórico da divisão e do equilíbrio dos poderes, nem com o da soberania popular.

J. J. Rousseau, em seu *Discurso sobre a Economia Política*, escrito para a *Enciclopédia*, funda a economia política sobre a *vontade geral*; nisto, é absolutamente lógico com sua teoria do contrato social. Mas ele não a considera como ciência positiva, objetiva, fundada sobre a *natureza das coisas*. Para ele, o direito nasce da lei, e esta do legislador, da convenção. Toda instituição é, assim, convencional, até as instituições econômicas. A economia, nesta teoria eminentemente revolucionária não menos que falsa, continuava, pois, essencialmente política não como ciência, mas como arte, como instrumento ao serviço da soberania absoluta e inorganizada do povo. Seguiu a evolução empírica da política em lugar de dominá-la e dirigi-la.” (Idem, *ibidem*)

Era o que Marx também já ensinava no *O Capital* e na *Crítica da Economia Política*.

Naquele diz:

“A Economia Política... como ciência autônoma, não aparece senão no período das manufaturas.”

(Tomo I, pág. 56).

Nesta é ainda mais explícito. Diz:

A Economia Política clássica começa na França, com Boisguillebert, na Inglaterra com Petty, e acaba na Inglaterra com Ricardo, e, na França, com Sismondi (pág. 29).

Era o que ainda afirmava Engels:

“Bem que ela haja despontado nos fins do século XVII em cérebros de gênio, a Economia Política, no sentido preciso da palavra, tal qual foi reduzida a fórmulas positivas pelos fisiocratas e Adam Smith, é essencialmente filha do século XVIII e deve ser colocada na mesma ordem que as conquistas dos grandes ‘filósofos’ franceses contemporâneos, pois participa de todas as qualidades e todos os defeitos dessa época. O que dissemos dos ‘filósofos’ do *Aufklärung* é igualmente verdadeiro dos economistas de então. A ciência nova não era para eles a expressão da situação e das necessidades de uma época, mas a expressão da razão eterna. As leis da produção e da troca estabelecidas por dia não eram leis de uma forma histórica determinada dessas atividades, mas leis eternas da natureza, que se deduziam da natureza do homem.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, pág. 191)

Os títulos de suas obras são significativos a esse respeito. Por exemplo: *A ordem natural e essencial das sociedades políticas*, por Le Mercier de la Rivière; *Code de la Nature*, por Morelly; o *Direito Natural*, por Quesnay.

À filosofia, à política da *Razão*, das *leis eternas*, correspondia, assim, a Economia também da *Razão*, também das *leis eternas*.

É que os filósofos e políticos foram também economistas, influenciando tanto na Economia Política, quanto na própria Política.

Marx, no *O Capital*, o esclarece convenientemente.

Diz ele:

“No começo, aqueles que se ocupavam de Economia Política eram filósofos como Hobbes, Locke, Hume, homens de negócios ou homens de Estado como Thomas More, Temple, Sully, de Witt, North, Law, Vanderlint, Cantilon, Franklin, ou ainda médicos como Petty, Barbon, Mandeville, Quesnay.” (Tomo IV, pág. 77)

Vauban e Turgot tinham sido ministros; Boisguillebert, intendente; Gournay, homem de negócios.

A Economia Política feudal era o intervencionismo do Estado: a concentração da propriedade agrícola, industrial e comercial, a regulamentação e o protecionismo.

A teoria desse modo de produção foram o monetarismo e o mercantilismo, sistemas a que já nos referimos. Este, ligeira variante daquele.

Enquanto no século XVI e XVII, na infância da sociedade burguesa moderna, a paixão universal do ouro lançava os povos e os príncipes em cruzadas, além dos mares, à procura do Graal de ouro, os primeiros intérpretes do mundo moderno, os pais do sistema monetário, do qual o sistema mercantil não é senão uma variante, proclamam o ouro e a prata, isto é, a moeda, riqueza única.” (*Crítica da Economia Política*, Karl Marx, pág. 245)

Dentro desse pensamento, já escrevia Cristóvão Colombo, em 1503:

“O ouro é uma coisa maravilhosa! Quem o possui é senhor de tudo quanto deseje. Por meio do ouro, pode-se até abrir às almas as portas do Paraíso. (*Carta da Jamaica, in O Capital*, tomo I, pág: 140)

E, depois, Shakespeare:

“Ouro! ouro amarelo, luzente e precioso! Tu bastas para tornar o negro branco, o injusto justo, o feio belo, o vil nobre, o velho moço, o covarde valente. Oh Deus do Olimpo! É o que afasta de vossos altares vossos padres e seus servidores. É o que nos atormenta. Este escravo amarelo eleva e demole vossas religiões; faz abençoar os malditos, adorar a lepra branca; coloca os ladrões no banco dos senadores, e lhes confere títulos, homenagens e genuflexões. É ele que faz da viúva *fanée* nova esposa!” (*Timon de Atenas*). (pág. 141)

Henrique III, malgrado toda sua cristandade, despojava os mosteiros de suas relíquias para delas fazer dinheiro.

Mas essa paixão pelo ouro, como observa Marx, vinha de longe. “Sabe-se o papel representado na história grega pela pilhagem dos tesouros do templo de Delfos operada pelos fócios. Os templos serviam, entre os antigos, de morada ao deus do comércio. Eram ‘bancos sagrados’. Os fenícios, este povo comerciante por excelência, consideravam a moeda como a forma materializada de todas as coisas. Era, pois, estabelecido que as virgens que, nas portas de Vênus, se vendessem aos estrangeiros, oferecessem à deusa as moedas que recebessem como salário.” (idem)

Esta prática de que o ouro é tudo, os monetaristas procuraram reduzi-la à teoria, propagando estes princípios:

“Só é produtivo o trabalho que cria a moeda, que cria o ouro e a prata. Importemos muito ouro e prata; se possível, nunca os exportemos. As despesas públicas em geral são um bem, porque fazem circular o dinheiro, e a circulação quanto maior, melhor, porque produz o mesmo efeito que grande abundância de ouro. Mais circulação interna. Era o que ainda recomendaria Wiliam Petty: o dinheiro deve ser despendido no próprio país.” (*Curso Elementar da C. das Finanças*, G. Jeze, pág. 48)

O mercantilismo dava um passo à frente. O sistema monetário colocava a riqueza objetivamente ainda no dinheiro. Fazia aquela depender apenas deste. O manufatureiro, comercial ou mercantil, já a colocava não mais no objeto, mas na atividade subjetiva: o trabalho comercial e manufatureiro.

O ponto de vista daquele era restrito; o deste, mais amplo. Um como que só compreendia o valor do dinheiro, o outro compreendia o valor do dinheiro e o do comércio, fazendo este prevalecer sobre aquele.

Os mercantilistas sustentavam que, com o comércio, havia a venda dos produtos, acima do seu custo de produção, havia essa venda com lucro, e que esse lucro é que era a fonte do dinheiro e seu argumento. O capital, para eles, resultava, assim, da circulação.

Monetaristas e mercantilistas, porém, se conjugavam na defesa da produção feudal, do intervencionismo do Estado, com sua regulamentação e protecionismo.

Contra essa economia despontava a da sociedade burguesa em formação: a dos fisiocratas, ou francesa, que seria completada pela inglesa de Adam Smith.

Os fisiocratas estão para Adam Smith, como os monetaristas estiveram para os mercantilistas. Todavia, avançaram sobre esses mercantilistas, e muito.

Vieram e disseram: a fonte da riqueza está não na circulação, mas na produção: a produção agrícola; e a riqueza não é a moeda, mas essa produção. O ouro e a prata são apenas sinais. As verdadeiras rique-

zas são os objetos úteis, os produtos da terra. “A terra”, frisava Quesnay, “é a única fonte das riquezas.”

Fazendo a riqueza depender apenas da produção agrícola, os fisiocratas restringiam e não ampliavam a esfera daquela. Ficavam em meio caminho. Limitavam-se a instituir a economia parcial ou parcelada, e não a geral, que só haveria de ser instituída por Adam Smith. Este, por sua vez, vinha e dizia:

A riqueza não é produto do dinheiro, dos metais preciosos, do comércio ou da circulação, nem apenas da produção agrícola: é o da produção em geral, ou melhor, do trabalho. A riqueza, o capital inicialmente é efeito do trabalho. Só depois de produzida pelo trabalho é que pode concorrer também como causa ou fator de nova riqueza.

Transcrevamo-lo:

“Desde que quaisquer pessoas tenham acumulado capital, certas o empregarão naturalmente na ocupação de trabalhadores a que darão as matérias-primas e as substâncias, na intenção de tirar lucro da venda do seu produto ou do que seu trabalho tiver acrescentado ao valor da matéria-prima...

“O valor que os operários acrescentam à matéria-prima se resolve, pois, em duas partes: uma paga o salário, a outra o lucro realizado pelo patrão sobre o capital total constituído pelas matérias-primas e o salário, desde que, num país o solo se torna propriedade privada dos proprietários territoriais experimentam, como todos os homens, o desejo de colher lá, onde não semearam; e exigem uma renda para os produtos naturais de sua terra. O camponês é forçado a abandonar ao proprietário territorial parte do que seu trabalho produziu ou acumulou. Essa parte, ou, o que é o mesmo, seu preço constitui a renda territorial.” (*Riqueza das Nações* I. c. VI)

O que é assim admiravelmente traduzido por Marx:

“Para A. Smith, a mais-valia, isto é, o sobretrabalho, o excedente do trabalho feito e realizado na mercadoria sobre o trabalho pago, sobre o trabalho cujo salário constitui o equivalente, é, pois, à categoria geral da qual o lucro propriamente dito e a renda territorial não são ramificações.” (Prefácio do *O Capital*, tomo V, pág. 21)

Mas se nessa passagem, Adam Smith separa o lucro propriamente dito e a renda territorial da *mais-valia*, noutras reconhece que quer aquele lucro, quer aquela renda são necessariamente ramificações dessa mais-valia.



O que levou Engels a sentenciar:

“A. Smith sabia, pois, já donde provinha a mais-valia do capitalista e mesmo a do proprietário territorial. Desde 1861, Marx não hesita em o reconhecer” (idem, *ibidem*).

Reconhecia-o deste modo amplo, cabal, definitivo:

“Vê-se o grande progresso realizado por A. Smith sobre os fisiocratas na análise da mais-valia e, por conseguinte, do capital. Nos fisiocratas, o trabalho agrícola só cria mais-valia. Consideram, pois, o valor de uso do trabalho e não o tempo do trabalho, o trabalho social, que é a única fonte do valor. Mas, no trabalho agrícola, é a natureza, é a terra que cria realmente a mais-valia. Esta se reduz a um acréscimo de matérias orgânicas, a um excedente da matéria organizada, produzida sobre a matéria organizada consumida. Além disto, limitando muito o assunto, os fisiocratas chegam a concepções errôneas. Em A. Smith, ao contrário, é o trabalho social, quaisquer que sejam os valores de uso em que ele se realize, é só quantidade de trabalho vivo que cria o valor. A mais-valia — lucro, renda territorial ou juros, — não é senão uma parte desse trabalho de que os proprietários das condições materiais do trabalho se apropriam na troca contra o trabalho vivo. Eis por que a mais-valia teve sempre entre os fisiocratas a forma de renda territorial. Em A. Smith, a renda territorial, o lucro e os juros não são senão formas diferentes da mais-valia” (*História das Doutrinas Econômicas* tomo I, pág. 186).

Mas se nesse ponto do fundamento da riqueza, do capital, divergiam os fisiocratas e A. Smith, noutro estavam de perfeito acordo: em condenar a *economia do Estado* ou intervencionismo, em pretender sua substituição pela do *indivíduo* ou não intervencionismo, em opor à opressão a livre concorrência.

De mãos dadas, defendiam estas ideias:

“Há uma sociedade natural anterior a qualquer convenção entre os homens.” (Dumont de Nemours). Esta sociedade gera leis naturais como a liberdade; as convenções, como o Estado, geram o artificialismo, o arbítrio. Este não pode abolir aquela. O natural é mais forte que o artificial.

“Os princípios da Economia Política não são obra dos homens... Decorrem da natureza das coisas. Ninguém as estabelece. São encontrados. Governam os legisladores e os príncipes. Ninguém jamais os infringe impunemente.” (João Batista Say) Como as leis de atração,

não se limitam às fronteiras de um país. “Os limites da administração dos Estados, que são tudo aos olhos da política, para a Economia Política são apenas acidentes.” A Economia Política é uma ciência exata, cujas leis são universais.

O artificial não pode contrariar, deter essas leis, inflexíveis em seus efeitos. Uma dessas leis vem a ser a liberdade de produção, de circulação, de repartição, de consumo e de trabalho. Esta envolve o direito de propriedade e o de segurança. “Propriedade, segurança, liberdade, eis aí a ordem social completa.” (Mercier de la Rivière). “As leis [da ordem natural] não restringem a liberdade do homem.” (Quesnay) Os fatos estão aí para o demonstrar.

Os regulamentos, ao invés de ajudar a agricultura, a indústria e o comércio, só os têm estorvado, só os têm perturbado, só têm impedido sua expansão. Nestas condições, o que os governos têm a fazer é deixar os produtores inteiramente livres, sem procurar protegê-los e guiá-los. Eles sabem o que fazem, e têm todo interesse em fazer bem, porque, do contrário, não lucram, mas perdem.

Nossa divisa – não importa indagar quem primeiro a formulou: se Gournay, se o marquês d’Argenson, ou se, como admite Turgot, o negociante Legendre, em resposta a Colbert – é: *laissez faire, laissez passer*, com este adendo de Quesnay: *ne pas trop gouverner*, *Laissez faire* quer dizer – *laissez travailler*; e *laissez passer* quer dizer *Laissez échanger*. Liberdade de trabalho e liberdade de comércio é o que pleiteamos. As corporações e os regulamentos têm de ser suprimidos. Cada qual deve ser livre de fabricar o que lhe aprouver. Os monopólios e as proibições contra o comércio têm igualmente de ser suprimidos. Cada qual deve ser livre de vender e comprar o que lhe aprouver. Com esta liberdade, haverá a livre concorrência entre os industriais e os comerciantes de cada país e de todos em seu conjunto. Com essa livre concorrência, lucrarão dentre os elementos da agricultura, da indústria e do comércio os melhores, os mais aptos, os mais capazes. Dos consumidores, todos lucrarão: terão produtos melhores, mais aperfeiçoados e mais baratos. Lucrará também o Estado: haverá não menor, mas maior consumo. Maior consumo significa: melhor distribuição, maior circulação, maior produção e, portanto, maiores impostos.

*Conclusões:*

I – *“A Economia Política... como ciência autônoma, não aparece senão no período das manufaturas.”*

II – *“A política da “Razão”, das “leis eternas”, correspondeu a Economia da “Razão”, das “leis eternas”.*

III – *O monetarismo e o mercantilismo foram a doutrina da produção feudal, do intervencionismo do Estado, da opressão contra a livre concorrência.*

IV – *Os sistemas dos fisiocratas e de Adam Smith foram a doutrina da pequena burguesia, do indivíduo contra o Estado, da livre concorrência contra a opressão.*

# LIVRO VI

Como pôde desenvolver-se o capital.  
O modo por que foram despedaçadas as cadeias da  
superestrutura feudal que entravavam  
a estrutura econômica burguesa.  
A fórmula “o indivíduo pelo estado” foi substituída  
por esta outra: “o estado pelo indivíduo”.

“ESTAVA-SE EM PRESENÇA NÃO DE UM CONFLITO  
POLÍTICO DE DUAS FACÇÕES, DE UMA SÓ SOCIEDADE,  
MAS DE UM CONFLITO DE DUAS SOCIEDADES, CONFLITO  
SOCIAL QUE ASSUMIU FORMA POLÍTICA”. (KARL MARX)

---



.....

## Capítulo I

*Três grandes e decisivas batalhas.*

*As duas primeiras, conseqüências da Reforma; a última, da filosofia, da política e da economia do século XVIII.*

**A** PRODUÇÃO intelectual se transformava com a produção material. Do novo modo de produção que se implantava, iam surgindo idéias que revolucionavam todas as sociedades feudais, que a abalavam em toda sua contextura. E se travava a luta entre essas novas idéias e as antigas que presidiam à mesma contextura: idéias científicas, religiosas, filosóficas, literárias e artísticas, jurídicas, políticas, econômicas. Trava-se a luta: entre a Gênese, o Verbo encarnado e a experimentação, entre a Igreja e a Reforma, entre a filosofia teológica e a metafísica (estamos considerando, aqui, a sociedade em sua evolução, apenas, até o século XVIII; a luta entre a metafísica e a dialética é própria do século XIX), entre a escolástica e o naturalismo literário e artístico, entre o direito divino e o popular, entre a política do absolutismo e a da razão, entre Deus e a natureza, entre a economia do Estado ou intervencionismo e a economia do indivíduo ou não intervencionismo.

De um lado, havia a concentração: a Igreja, a princípio, e, depois, o Estado àquela culminando; de outro, o indivíduo. A luta se travava, em última análise, entre o Estado e o indivíduo, entre a opressão e a livre concorrência. E essa livre concorrência dominava aquela opressão; o indivíduo dominava o Estado. Havia a supremacia do individualismo ou burguesia sobre o estatismo.

A fórmula da sociedade feudal foi: “o indivíduo pelo Estado”. A fórmula do individualismo ou burguesia era: “o Estado pelo indivíduo”. O indivíduo, o fim, e o Estado, o meio. E esta fórmula prevaleceu sobre aquela.

De que modo? Abruptamente? De um só jato?

Não: paulatinamente. O individualismo, a burguesia e produto de longo desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de comunicação representou na história “papel essencialmente revolucionário”. Elevou-se dos feudos às Comunas e destas ao Estado moderno. “Apoderou-se, enfim, nesse Estado, do poder político, com exclusão das outras classes.” (*Manifesto Comunista*, Karl Marx, pág. 14)

A burguesia foi, primeiro, a matéria; depois, a idéia. Primeiro, o objetivo, a realidade; depois, o subjetivo, a idealidade. A idéia foi efeito da matéria. Depois, atuava sobre ela como causa: passava a dirigi-la.

Matéria e idéia, movimento e teoria, então, se combinavam. E as cadeias da superestrutura feudal que entravavam a estrutura econômica burguesa ou revolucionária eram despedaçadas. Foram-no em três grandes explosões, como resume Engels:

“A longa luta da burguesia contra o feudalismo”, diz ele, “foi marcada por três grandes e decisivas batalhas.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, pág. 32)

Primeira, as insurreições na Alemanha; segunda, as ditas revoluções inglesas: a de 1648 e a de 1688; terceira, a revolução francesa. As duas primeiras, conseqüências sobretudo da Reforma; a última, da filosofia, da política e da economia do século XVIII.

*Conclusão: Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário.*

.....

## Capítulo II

*A insurreição de Francz de Sickingen.  
Como Lutero deixou de ser sanguinário  
para ser pacifista.*

**D**IZ Engels:

“Ao grito de guerra de Lutero contra a Igreja, duas insurreições políticas responderam: a insurreição da pequena nobreza dirigida por Francz de Sickingen (1523) e a grande guerra dos camponeses (1525).” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, pág. 32)

Ele as descreve minuciosamente em seu trabalho *A Guerra dos Camponeses na Alemanha*.

Vamos, baseados nesse trabalho, fixar os traços gerais de uma e outra.

A Alemanha estava dividida em considerável número de províncias independentes entre si. E nem só independentes: quase totalmente estranhas umas às outras. Por outro lado, cada uma dessas províncias estava também dividida em grande número de classes e frações de classe. Havia os príncipes saídos da alta nobreza, com autoridade própria, e a maior parte dos direitos regalianos, livres, por assim dizer, de qualquer obediência ao imperador. Podiam declarar a guerra e a paz



quando lhes aprouvesse. Mantinham exércitos permanentes. Convocavam parlamentos e arrecadavam impostos. E já traziam submetidos à sua ação nem só a pequena nobreza como os elementos das cidades. Além dos príncipes e do clero, havia, nos campos, a nobreza e os camponeses e, nas cidades, os patrícios, os burgueses e os plebeus, classes cujos interesses eram completamente diferentes senão contraditórios. Acima de todos esses interesses particulares, havia ainda os do imperador e os do papa. Aquele recebia o “centésimo ordinário” e as taxas do Império; este, as taxas eclesiásticas gerais, que contribuía para o fausto da Igreja.

Esses vários interesses se dividiam finalmente, de modo confuso, em três principais grupos: o campo conservador católico ou reacionário, que compreendia todos os fatores empenhados na manutenção da ordem existente – o poder do Império, o clero, príncipes seculares, a grande aristocracia, prelados e o patriciado das cidades; o campo luterano burguês reformista ou moderado com os fatores da oposição daquelas classes, principalmente príncipes seculares, que esperavam enriquecer-se com o despojo dos bens eclesiásticos e desejavam aproveitar a ocasião para conquistar maior independência do poder central; o campo dos camponeses e dos plebeus, que constituía a corrente revolucionária.

Na verdade, era sobre estes e, em particular, sobre os camponeses que repousavam todas as outras camadas sociais: o papa, o imperador, os príncipes, os nobres, os prelados, os patrícios e os burgueses.

O camponês, quer pertencesse a um príncipe, a um barão, a um bispo, a um mosteiro ou a uma cidade, era tratado, por toda parte, como verdadeira coisa. Servo, seu senhor podia dele dispor à vontade. Rendeiro, tinha de entrar com prestações determinadas, e estas eram suficientes para o esmagar, de dia para dia, cada vez mais pesadas.

Seu tempo ele o empregava quase todo no trabalho das terras daquele seu senhor. Tinha obrigações feudais ordinárias e extraordinárias de toda espécie. Com o que ganhava nas horas que lhe sobravam desses trabalhos, devia pagar os dízimos, seus compromissos, o “viaticum” (imposto militar), os impostos do Estado, as taxas do Império e ainda outras taxas. Trabalhava não para si, mas para essas servidões. Não tinha o direito de pescar e de caçar, reservado aos príncipes e à nobreza, que, em suas caçadas, poderiam, se quisessem, danificar suas culturas. Os

bens comunais, em sua generalidade, foram subtraídos ao seu uso e gozo. Para casar e até para morrer tinha de pagar uma taxa especial a seu senhor. Este poderia puni-lo como entendesse, mesmo do modo mais cruel possível: podia trucidá-lo, prendê-lo, martirizá-lo, penas que eram transportadas, em 1532, para o código penal de Carlos V, a chamada *Carolina*, que continha artigos dispendo sobre o modo de “cortar as orelhas e o nariz”, “os dedos e as mãos”, dos servos, de lhes “furar os olhos”, de os “decapitar”, de os “fazer rodar”, de os “queimar”, de os “esquartejar”, etc.

Essa a situação da Alemanha quando surgiu Lutero. Seu ataque contra os dogmas e a constituição da Igreja Católica produziu o efeito de um raio em um depósito de pólvora: abalou fortemente todo país, de alto a baixo. E ele reunia em torno de si nem só reformistas, como revolucionários, em uma palavra, todos os descontentes. Este o primeiro efeito da Reforma na Alemanha: a união de todos esses descontentes. A todos satisfazia plenamente. Atendia às suas aspirações por mais contraditórias que fossem. Servia à nobreza, à burguesia, aos camponeses, aos plebeus, aos príncipes desejosos de independência, ao baixo clero, às seitas místicas clandestinas, à oposição intelectual.

Havia essa homogeneidade no movimento.

Nessa hora, Lutero, dirigindo-se a toda nação alemã, dizia: “Se sua cólera, se sua fúria contínua [referia-se ao clero romano], parece-me que o melhor meio de a combater e a extinguir será que os reis e os príncipes façam apelo à violência. Ataquem essa ingerência nefasta que envenena o mundo e que a destruam pelas armas, e não pela palavra. Se castigamos os bandidos com a espada, os assassinos com a corda, os heréticos com o fogo, por que não havemos de castigar também esses nefastos professores de ruína, os papas, os cardeais, os bispos, e toda horda da Sodoma romana, com todas as armas de que dispomos? Por que não havemos de lavar nossas mãos em seu sangue?” (*A Guerra dos Camponeses na Alemanha*, pág. 60)

Com essa palavra de ordem, chamava a si a grande maioria do povo alemão. Daí o êxito fulminante de sua doutrina, que a todos empolgava.

Depois, operava-se a diferenciação. Os descontentes se dividiam: tomavam rumos diferentes. De um lado, a nobreza contra o clero e

os príncipes; de outro, os camponeses e os plebeus, intensificando sua anterior ação revolucionária contra todos seus opressores, a começar pela nobreza, então, também revolucionária.

As duas lutas se sucederam. Primeiro, foi a da nobreza. Ela, no começo do século XVI, estava a ponto de perder sua independência, em favor dos príncipes seculares e eclesiásticos, cujo poderio se avolumava, vertiginosamente. Para deter essa sua decomposição, propunha também sua reforma: a do Império, com a supressão de todos os príncipes e de todos os bens eclesiásticos, e a instituição de uma democracia aristocrática, sob o governo de um monarca. Suprimia os príncipes e o clero, para tomar seu lugar, e procurava isolada, sem o apoio das massas que a detestavam, fazer vingar essa sua reforma pela força, militarmente, sob a direção de Ulrich de Hutten e Francz de Sickingen.

Do campo de batalha, de Ebernburg, Ulrich de Hutten convidava Lutero para ir ter com ele e Sickingen. E Lutero se definia: não ia ter com eles para ficar com os mais fortes, os príncipes. Deixava de ser sanguinário, para ser pacifista. Mandava a Hutten esta resposta:

“Não sou a favor de que se imponha o Evangelho pela violência e as efusões de sangue. Foi pela palavra que o mundo foi vencido; foi pela palavra que a Igreja se manteve até aqui e que continuará a se manter. Do mesmo modo que seu poder lhe veio sem violência, também o Anticristo cairá sem que se tenha necessidade de empregar a violência.” (Idem, pág. 61)

Sickingen foi abandonado à sua própria sorte pela nobreza amedrontada, e, mortalmente ferido, morria. Hutten tinha de se refugiar na Suíça.

Com esse desfecho, desaparecia a nobreza como classe independente dos príncipes, que a subjugavam.

*Conclusão: A Reforma atendia às aspirações de todos descontentes, sobretudo pela renovação econômica que inspirava.*

.....

### Capítulo III

*A guerra dos camponeses.*

*O recuo de Lutero produzia Thomas Munzer.*

*O esfacelamento da Alemanha durante dois séculos.*

**I**MEDIATAMENTE depois, irrompia a guerra dos camponeses, e esta guerra vinha atirar a mesma nobreza ainda mais nos braços daqueles. É que ela deles precisava para sua defesa.

Os camponeses voltaram-se inicialmente contra os príncipes e os nobres católicos. E Lutero procurou conciliá-los. Atacou energicamente aquelas classes dirigentes. Disse que eram responsáveis pela insurreição, em consequência de seus erros contra os que tão duramente oprimiam. Não são os camponeses, declarava, que contra elas se sublevam: é o próprio Deus.

Mas ao mesmo tempo em que censurava os príncipes e os nobres católicos, também censurava os camponeses, dizendo que sua revolta era ímpia e contrária aos preceitos do Evangelho. Pronunciava-se desse modo, e aconselhava os dois adversários que transigis-

sem, fizessem concessões recíprocas para a conclusão de um acordo amigável.

Mas a sublevação ganhava terreno; alastrava-se; atingia as regiões dos príncipes e nobres da Reforma. Lutero não mais era o conciliador. Unia-se a esses príncipes contra “as hordas assassinas e devastadoras dos camponeses”.

Dizia ele:

“É preciso espancá-los, estrangulá-los, apunhalá-los, em segredo e publicamente, como se abatem cães dominados! Eis por que, meus caros senhores, devem vos apressar em ir apunhalá-los, espancá-los, estrangulá-los! Se tombardes na luta, esta será a morte mais santa que podereis desear!” (Idem, pág. 64).

E acrescentava:

“O sábio diz: *Cibus, onus et virgam asino* (Alimento, fardo e açoite: eis o que é bom para o burro). Os camponeses têm palha de aveia na cabeça. Não ouvem as palavras de Deus. São estúpidos. Eis por que devem ouvir a *virgam*, o arcabuz. Isto lhes fará bem. Oremos para que eles obedeçam E, do contrário, nada de piedade! Fazer falar os arcabuzes, senão será pior.” (Idem, *ibidem*.)

Pela sua tradução da Bíblia, Lutero havia dado ao elemento plebeu poderosa arma. Nela, ele havia oposto ao cristianismo feudalizado da época o modesto cristianismo dos primeiros séculos; à sociedade feudal em estertores, o quadro de uma sociedade que ignorava a vasta e artificial hierarquia feudal. Os camponeses tinham usado largamente essa arma contra os príncipes, a nobreza e o clero. A seguir, Lutero se colocava contra eles, e tirava da Bíblia verdadeiro hino às autoridades estabelecidas por Deus, como nenhum parasita da monarquia absoluta ainda o havia feito. A realeza do direito divino; a obediência passiva, mesmo a servidão foram por ele sancionadas em nome da Bíblia.

Lutero, de revolucionário, retrogradava a contra-revolucionário. Foi outra decepção. Mas esse seu recuo produzia Thomas Munzer, teólogo que o havia acompanhado senão antecedido em sua Reforma, e, agora, vinha não defender os ricos, mas os pobres em armas, encaminhando-os em sua ação política.

Foi esta a doutrina que desenvolveu: o reino de Deus não é outra coisa senão uma sociedade em que não mais haja diferença de classe, nenhuma propriedade privada, nenhum poder de coerção de alguns contra a maioria. Todas as autoridades existentes, se se recusam submeter-se e aderir a esta revolução, devem ser destruídas. Todos os trabalhos e bens devem ser postos em comum, e a igualdade mais completa reinar entre todos. Uma associação deve ser fundada para realizar este programa, não somente na Alemanha, mas no conjunto da cristandade.

E dizia textualmente:

“São os próprios senhores os responsáveis de que os pobres sejam seus inimigos. Se eles se negam a suprimir a causa da revolta, como querem suprimir essa mesma revolta?” (Idem, pág. 70)

Lutero denunciava Munzer publicamente à vindita dos príncipes, e Munzer o qualificava de “lisonjeador dos príncipes”. Era o rompimento declarado entre os dois. Enquanto isto, a revolução camponesa se desenrolava, através de armistícios e novos rompimentos de hostilidades.

Por vezes, os camponeses concretizaram suas reivindicações. Afinal, as consubstanciaram em memorial a que deram o nome de “Os doze artigos dos camponeses”.

Pleiteavam: toda comuna tivesse o direito de escolher ela mesma seu pastor e revogá-lo, se sua conduta fosse repreensível; a supressão do pequeno dízimo e a utilização do grande para os fins de utilidade pública, uma vez dele retirada a parte destinada ao sustento do pastor e de sua família; a abolição da servidão, visto como todos nascem livres, “segundo os ensinamentos da Palavra da Santa Escritura”; a extensão a eles do direito de caça e de pesca; a restituição das florestas às comunas, para que a lenha pudesse ser de todos; a redução das servidões; a cessação das corvéias obrigatórias; a fixação dos impostos com equidade, a fim de o trabalho não ser em vão; o julgamento pelo direito escrito e conforme as circunstâncias contra a justiça do arbítrio; a volta dos campos e das plantações às comunas; a revogação da taxa em “caso de morte”; a possibilidade de formular novos artigos contra “os abusos opostos da vontade de Deus”, pois o que é preciso é viver, “segundo a doutrina cristã”.

Justificando estas reivindicações, diziam os revolucionários:

“Bom número de mãos cristãs se servem, como pretexto, da insurreição dos camponeses para blasfemar contra o Evangelho e para dizer: ‘Eis os frutos da nova doutrina: recusa completa de obediência, subversões, insurreição geral. Tropas numerosas se formam e se reúnem. Pretendem reformar os poderes eclesiásticos e temporais, inquietá-los, talvez destruí-los.’

“Os artigos seguintes serão nossa resposta a todos esses detratores ímpios e maliciosos, pois são a apologia da palavra de Deus e excusam a desobediência, ou melhor, a revolta dos camponeses.” (Idem, pág. 161)

Todavia, o movimento não era vitorioso. Causas que concorreram para esse fracasso: a dispersão local e provincial; a falta de entendimento dos burgueses, camponeses e plebeus: a dificuldade de ligação dos revolucionários de uma região com os de outra, o que facilitou fossem derrotados sucessivamente pelos reacionários com força numérica muitíssimo inferior à sua em conjunto. Foram os príncipes que os arrastaram.

Donde esta conclusão de Engels:

“A classe que mais sofreu as conseqüências da guerra dos camponeses foi o clero. Os claustros e bispados foram incendiados, seus objetos preciosos pilhados, vendidos ao estrangeiro, ou fundidos; suas reservas consumidas. Foram eles que, por toda parte, opuseram menor resistência aos revolucionários, e contra eles foi que se fez sentir mais durante todo peso do ódio popular.

“As outras classes, príncipes, nobreza e burguesia das cidades, se regozavam mesmo, em segredo, com as desgraças de que eram vítimas os prelados que elas odiavam. A guerra dos camponeses tornou popular a idéia da secularização dos bens eclesiásticos em proveito dos camponeses. Os príncipes seculares e parte das cidades se prepararam a realizar essa secularização em seu proveito, e, logo, nas regiões protestantes, os domínios dos prelados caíram nas mãos dos príncipes e do patriciado urbano... Aqueles que, nestas condições, se beneficiaram com a guerra dos camponeses, foram os príncipes... Os bens eclesiásticos a eles couberam. Parte da nobreza, meio ou completamente arruinada, teve de se submeter, pouco a pouco, a seu domínio. O dinheiro das contribuições de guerra impostas às cidades e às vilas afluíu às caixas do seu fisco que, também com a supressão de grande número de privilégios municipais, adquiriu maior liberdade de movimento para suas operações financeiras.” (idem, págs. 152 a 154)

Assim fortalecidos, os príncipes ofereciam resistência ao imperador, e a guerra dos camponeses se transformava em combate contínuo entre o poder local e o central, que terminou pelo esfacelamento, durante dois séculos, da Alemanha, no concerto das nações européias, com papel político.

A Reforma de Lutero foi, assim, nesse vasto cenário, esteio forte daqueles.

*Conclusão: Lutero se afastava apenas do poder espiritual.*



.....

## Capítulo IV

*O calvinismo foi a doutrina da burguesia.*

*A causa da revolução do 1648 foi religiosa;  
dela foi, porém, vitoriosa por motivo econômico.*

*O domínio da yeomanry.*

**M**AS as revoluções de 1523 e 1525, embora fracassadas, seriam ensaios de outras que vingariam.

Na verdade, se Lutero, apenas, se afastava do poder espiritual, Calvino se afastava do espiritual e do temporal, e vencia.

“A reforma de Calvino”, explica ainda Engels, “correspondia às necessidades da parte mais avançada da burguesia da época. Sua doutrina da predestinação (segundo a qual os indivíduos nascem eleitos ou reprovados, e com isto se devem conformar), vinha sob a forma religiosa dizer isto: que, no mundo comercial da concorrência, o êxito e o fracasso não resultam nem da atividade, nem da habilidade do homem, mas de circunstâncias alheias à sua vontade. Essas circunstâncias não dependem nem daquele que quer, nem daquele que trabalha: dependem da graça de forças econômicas superiores e desconhecidas, o que era inegavelmente verdadeiro naquela época de revolução econômica, quando todos os antigos centros e todos os caminhos de comércio eram substituídos por

outros que as Índias e a América tinham descoberto ao mundo, quando os artigos de fé econômica mais respeitáveis pela sua antiguidade – o valor respectivo do ouro e da prata – começavam a laquear e a se desmornar. Ainda mais: a constituição da Igreja de Calvino era absolutamente democrata e republicana. Portanto, onde o reino de Deus fosse republicanizado, os reinos deste mundo não podiam ficar sob o domínio de monarcas, de bispos e de senhores. Enquanto o luteranismo alemão consentia em ser instrumento nas mãos dos príncipes, o calvinismo fundou a República na Holanda e grandes partidos na Inglaterra e, sobretudo, na Escócia.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, págs. 32 e 33)

Engels acrescentava:

“O segundo grande movimento da burguesia encontrou no calvinismo a doutrina que lhe ia a calhar. A explosão ocorreu na Inglaterra.” (pág. 33)

A causa desse movimento (1648) era religiosa e ele foi vitorioso por motivo econômico. É o que se vai ver.

O rei da Inglaterra era, ao mesmo tempo, chefe do Estado e chefe da Igreja. A religião oficial era a anglicana. Aquele devia pô-la a todos seus benditos. Mas nem todos a admitiam integralmente. Havia, por exemplo, os dissidentes, os puritanos, que repeliam a autoridade dos bispos e muitas das cerimônias daquela religião, que consideravam como bagaço do catolicismo, bagaço que deveria ser posto fora. Os anglicanos eram conservadores, e os puritanos, reformistas, inovadores. Carlos I que estrangulava a dissidência política, quis igualmente estrangular a dissidência religiosa, para maior grandeza de seu absolutismo que seria, desse modo, duplo: temporal e espiritual. Conseguia na Inglaterra: perseguindo, supliciando e ainda expondo ao pelourinho quantos se diziam ou eram apontados como puritanos.

Mas pretendeu ir além: quis extingui-lo também na Escócia, onde a nação, em sua grande maioria, era por aquela seita. Na iminência da investida, os escoceses organizaram uma liga para repeli-la. Juraram o *Covenant*, isto é, a convenção de manter sua Igreja nacional.

Este o começo da revolução contra Carlos I.

O rei, então, teve de convocar o Parlamento para que este lhe fornecesse os recursos imprescindíveis à guerra (1639). O Parlamento se

lhe obedecia também o censurava. E ele o dissolvia. Tinha, porém, de convocar segundo. E este (1640) não mais se deixou dissolver como os anteriores: declarou-se dissolúvel só pela sua própria vontade, e não pela do rei.

Nele tinham assento homens audazes e violentos que, embora em pequeno número, dominavam a assembléia. Deles a figura proeminente era John Pym (cognominado *King Pym*), que dirigia a oposição ao rei. E esta era pronta e enérgica. O primeiro ato do Parlamento foi delimitar (*impeachment*) Straford, que foi condenado como instrumento na usurpação do rei. Era preso violentamente e logo executado. Outro ato do Parlamento libertava João Hampden, anulando, como contrária às leis, a condenação que ele sofrera, recusando-se a pagar a taxa de *ship-money*.

Mas o Parlamento não parava ali: Declarava ilegais todos os impostos em vigor que não houvessem sido votados ou restabelecidos por ele, e dirigia a Carlos I sua célebre advertência ou a “grande admoestação”, que teria de ser por ele aprovada, e onde eram pormenorizadamente expostos os princípios fundamentais da Constituição inglesa. Era a força contra a força. O rei recusava aprová-la, e mandava prender cinco dos novos do Parlamento, entre os quais Pym, ou melhor, foi ele próprio ao Parlamento prendê-los, não os encontrando. Os pássaros puderam fugir.

Disse ele:

*I see the bird are flown.*

E a guerra civil se generalizava. Havia ainda a rebeldia da Irlanda contra os lavradores do Ulster. O Parlamento, assim sem garantias, obtinha o apoio da cidade amotinada, e Carlos I tinha de se recolher a York, para sua defesa e contra-ataque à revolução.

A princípio, luta sobretudo *religiosa*: agora, luta sobretudo *política*; entre o Parlamento e o rei, entre o constitucionalismo e o absolutismo. E essa luta política ia degenerar em luta sobretudo *econômica*. Deixava de ser propriamente do Parlamento contra o rei, para ser da pequena propriedade da cidade e dos campos, principalmente destes, em seu descontentamento, contra os senhores feudais que a expropriavam.

O Parlamento era a nobreza. A luta se havia deslocado. Era, agora, da pequena burguesia e do pequeno camponês, sobretudo deste, contra a nobreza e o rei.

“As classes médias das cidade”, diz Engels, “foram as primeiras a se lançar no movimento, e a *yeomanry* fê-lo triunfar.”

Cromwell, gênio de organização e disciplina, foi o chefe desses revolucionários.

O rei e seus cavaleiros, malgrado experimentados no manejo das armas, eram batidos em Naseby. Vencia a classe média (1645). A revolução tivera extensão, fora a extremo que não pudera imaginar a aristocracia. E esta era a primeira a se arrepender de seu gesto antigovernamental e a exteriorizar esse seu arrependimento.

No Parlamento, propunha a restauração do rei no trono. Eram 143 deputados que assim opinavam. Preferiam a volta ao passado a caminhar para o imprevisto que poderia ser, também, sua ruína. Mas não mais era possível sustar a marcha dos acontecimentos que se precipitavam. O grupo de Cromwell, no mesmo Parlamento, os dominava; dele os excluía violentamente; acusava o rei de felonía; preparava um Tribunal de Justiça que o declarava traidor e inimigo do bem público: e, como tal, ordenava fosse ele decapitado.

O rei subia ao cadafalso; Cromwell verificava com seus próprios olhos que a vontade da justiça se havia cumprido; e a revolução se processava.

Dias depois da execução de Carlos I, a Câmara dos Comuns abolia a realeza como oneroso fardo, desnecessário e perigoso à liberdade (*unnecessary, burdensome and dangerous to time liberty*); acabava com a Casa dos Lordes por inútil e estabelecia o Estado sob o nome de *The Commonwealth* ou República.

O Parlamento não tinha outro remédio senão cumprir, passivamente, as ordens de Cromwell e seus soldados. Daí toda aquela sua virulência; entretanto, mais a revolução se caracterizava, e maiores eram os arrependimentos que despertava.

Agora, era a própria Escócia que abandonava sua profissão de fé republicana, pela realeza: proclamava seu rei Carlos II, filho de

Carlos I. E, na Irlanda, irrompia nova rebelião, e, desta vez, também ao lado dos realistas.

Era a contra-revolução, Diante dela, o Parlamento se animava, e também entrava em conflito com Cromwell. Este os abateu a todos: destróçou, os escoceses, impondo-lhes a república de Henry Vane; restabeleceu a ordem na Irlanda; e dissolveu o mesmo Parlamento, despoticamente. A seus membros, em pessoa, declarou, dali os enxotando: “Ide-vos, e cedei vosso lugar a pessoas melhores. Não sois um Parlamento.”

Convocou novo Parlamento, chamado O Pequeno, e este não mais era de nobres e grandes proprietários, mas de pequenos burgueses. Um de seus membros mais influentes foi um mercador de couros de Londres, de nome *Louva a Deus Barebone* (Praise-God Barebone). Porque seu nome era divertido, o pequeno Parlamento de Cromwell passou à história com o nome de *Parlamento de Barebone*. Durou pouco. Entregou todos os poderes a Cromwell, que se proclamou o *Lord Protetor* da Inglaterra.

O mal era o absolutismo. A nobreza o combatera. E se via sob o domínio de novo absolutismo, aquele da realeza e este da pequena burguesia.

O protetorado vitalício de Cromwell de 1653 a 1659.

Depois, seu filho Ricardo renunciava ao poder; e o general Monk impedia a anarquia, fazendo reunir novo Parlamento.

*Conclusão: À ditadura da realeza havia sucedido a da pequena burguesia.*

.....

## Capítulo V

*A revolução de 1688 foi um entendimento parcial entre a nobreza e a burguesia.*

*Liberdades para esta, e opressão para o pequeno camponês e o proletariado.*

O

NOVO Parlamento votava a restauração dos Stuarts. Estes, Carlos II que morria em 1685 e seu irmão Jacques II, persistiram na orientação de seu pai Carlos I, de que *a liberdade do povo consiste em ter e não em exercer o governo*. Eram igualmente absolutistas.

O absolutismo voltava da pequena burguesia à realeza; e esta tinha novamente contra si a nobreza ou o Parlamento.

Jacques II, com sua Declaração de Indulgência, de fato, o que desejava era o restabelecimento, na Inglaterra, do catolicismo.

Os *whigs* e *tories* contra ele se uniam, e ele, sem lhes oferecer resistência, se passava para a França. Era deposto em favor de sua filha Maria, casada com Guilherme de Orange. Foi assim que se realizou a segunda revolução inglesa (1688), qualificada pelos historiadores de “gloriosa”, para se diferenciar da primeira, que eles qualificam de “grande sedição”.

Foi assim que desapareceu o direito divino dos Stuarts, e se firmou a constitucionalização do país: o governo do Parlamento ou o Parlamento sobrepondo-se ao rei. A vitória da nobreza sobre a realeza.

O objetivo da “grande sedição” foi também inicialmente esse, mas degenerou no governo da pequena burguesia. A princípio, foi a revolução de uma fração contra outra fração da mesma classe. Acabou sendo, porém, de uma classe contra outra. A de 1688 foi a mesma de 1648 em seu início, e não degenerou. Veio repô-la e anular os efeitos econômicos que dela decorreram, em sua degenerescência. Sim, a de 48 foi pela pequena burguesia, que se decompunha, e a de 88 foi contra essa pequena burguesia: veio ultimar e apressar sua decomposição.

“Um século depois de Cromwell”, esclarece Engels, “a *yeomanry* tinha desaparecido.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, pág. 33)

A “gloriosa” foi não pelos pequenos, mas pelos grandes: foi pelo proprietário territorial e pelo burguês agrário e urbano ou industrial.

Não precisamos insistir sobre este ponto, já tão exaustivamente elucidado em capítulo anterior, à luz dos conceitos de Karl Marx.

Nessa altura, a nobreza e a burguesia, quanto possível, se entenderam contra aquela *yeomanry* e o proletariado.

Reforçando aqueles conceitos de Karl Marx e apreciando particularmente esse entendimento entre a nobreza e a burguesia, eis o que escreve o mesmo Engels:

“O novo ponto de partida (a ‘Gloriosa Revolução’ como os historiadores depois a decoraram) era um compromisso entre as classes médias que cresciam (a burguesia) e de antigos proprietários feudais Estes últimos, embora chamados ainda hoje a aristocracia, estavam a ponto de ser o que Luís Filipe depois foi: ‘o primeiro burguês do reino’. Felizmente para a Inglaterra, os velhos senhores feudais se haviam liquidado reciprocamente durante a guerra das Duas-Rosas (1455-1485). Seus sucessores estavam tão fora da via traçada pelos seus maiores que constituíram nova classe, com hábitos e tendências mesmo mais burgueses que feudais. Conheciam perfeitamente o valor do dinheiro e começaram imediatamente a aumentar suas rendas territoriais, delas expulsando centenas de pequenos camponeses e substituindo-os por carneiros. Henrique VIII (1509 a 1547), dissipando em doações e prodigalidades as terras da Igreja, criou uma legião de novos senhores burgueses. As inumeráveis confiscações de grandes domínios, que se cediam outra vez a meios ou perfeitos *parvenus*, continuadas depois dele, durante o século XVII, produziram idêntico resultado.

Por conseguinte, a partir de Henrique VIII, a aristocracia inglesa, longe de contradizer o desenvolvimento da produção industrial, procurou, ao contrário, beneficiá-la indiretamente, e havia grande número de proprietários territoriais, sempre dispostos, em virtude de razões econômicas e políticas, a cooperar com os *leaders* da burguesia industrial e financeira. O compromisso de 1689 foi levado a efeito, pois, facilmente. A partilha política – as riquezas e os lugares – era abandonada às grandes famílias nobres, contanto que os interesses econômicos da burguesia industrial e financeira não fossem descuidados, e esses interesses econômicos eram, na época, bastante fortes para dominar a política geral da nação. Havia dúvidas quanto a questões de menor monta, mas a aristocracia compreendia que sua prosperidade econômica estava irrevogavelmente ligada à da burguesia industrial e comercial. A partir desse momento, a burguesia se torna uma fração de composição, humilde, mas oficialmente reconhecida das classes governantes, da Inglaterra, tendo com as outras frações dessas classes interesse comum em manter escravizada a grande massa operária da nação.” (págs. 34 e 35)

Foi um entendimento, mas a meio, parcial, e não integral. A nobreza deu alguma coisa à burguesia, mas não lhe deu tudo. Deu-lhe, pelo seu Parlamento, certas liberdades: o *Bill dos direitos*, que, depois de enumerar todos os atos ilegais de Jacques II, continha estes princípios:

“Os lordes e os comuns reunidos, como fizeram seus antepassados em caso semelhante, para defender e afirmar seus antigos direitos e liberdades, declaram:

“Que o poder de suspender as leis por autoridade real, sem o consentimento do Parlamento, é ilegal;

“Que os levantamentos de dinheiro para uso da Coroa, sob pretexto de uma prerrogativa, sem consentimento do Parlamento, são ilegais;

“Que os súditos têm o direito de fazer petições ao rei, e que toda ação contra os peticionários é ilegal;

“Que organizar ou manter um exército permanente no reino, em tempo de paz, sem o consentimento do Parlamento, é ilegal;

“Que a eleição de membros do Parlamento deve ser livre;

“Que a liberdade de falar não deve ser cerceada nem levada a nenhum tribunal;

“Que não se deve impor multas excessivas nem infligir penas cruéis ou fora dos usos:

“Que, para reparar todos os danos, emendar, reforçar e consagrar as leis, o Parlamento deve funcionar frequentemente.” (*História da Civilização*, Seignobos, tomo II, págs. 406 e 407)



A nobreza dava à burguesia todas essas liberdades, liberdades, que levavam Montesquieu a declarar:

“Ainda que um homem na Inglaterra tivesse tantos inimigos quantos fios de cabelo na cabeça (está claro que não se referia aos carecas), nada lhe aconteceria’, liberdades que de Lolme, na Constituição da Inglaterra, em 1771, assim resumia: ‘A liberdade pessoal, segundo os legistas ingleses, consiste: 1º no direito de propriedade; 2º no direito de segurança pessoal; 3º no direito de circulação. Cada um desses direitos é inerente à pessoa de cada inglês. Pertence-lhe, por herança.’” (Livro II, cap. IX)

Argumentava-se: O inglês é protegido pela lei, mesmo contra o governo. Tem estas liberdades privadas: sua pessoa, suas opiniões, seus bens, seu domicílio estão ao abrigo dos caprichos dos agentes do Estado. Só pode ser preso por meio de ordem regular. Não pode ser mantido na prisão, por mais de 24 horas, sem culpa formada. Seu domicílio é como uma fortaleza: tem de ser respeitado. Só é obrigado a pagar os impostos votados pelo Parlamento. Tem estas liberdades privadas e estas outras públicas: *o direito de petição, o direito de reunião, o direito de associação, o direito da palavra, o direito da livre manifestação do pensamento pela imprensa.*

A nobreza dava à burguesia essas liberdades, esses direitos, essas garantias. Mas somente a ela. De modo que, onde se lê em cima o inglês, se deve ler, de preferência, o burguês. Este é que gozava daquelas concessões que o nobre lhe prodigalizava.

Com relação aos pequenos camponeses, a constitucionalização vinha legalizar sua expropriação e, com relação ao proletariado, prevalecia a lei sobre a regulamentação dos salários; prevalecia a legislação cruel contra as coalizões; prevalecia o desamparo aos menores; e prevalecia o escravagismo.

*Conclusão: A constitucionalização era para alguns contra a maioria.*

.....

## Capítulo VI

*A revolução industrial veio deslocar o centro de gravidade do poder econômico da aristocracia para a burguesia.*

*E estas duas classes entravam em conflito.*

**A** NOBREZA dava à burguesia aquelas liberdades, aqueles direitos, aquelas garantias, mas não lhe dava integralmente o direito político. Esse direito, ela o reservava para si por meio do sistema dos “burgos podres” e do seu censo territorial. E, com ele e por meio dele, ela se assegurava privilégios de toda ordem, os mais escandalosos, os mais imorais. Dá bem idéia desses privilégios esta página do *O governo local na Inglaterra*, de Redlich e Hirst:

“O serviço de membro do Parlamento, como o serviço aos tribunais locais, se tinha tornado honorífico e, além do mais, acarretava grandes despesas de tempo e de dinheiro. De modo que suas pequenas sessões, sessões especiais e trimestrais, tendiam a excluir de sua participação todos aqueles, que não pertenciam às classes abastadas, participação para a qual eram estabelecidas ainda condições de difícil preenchimento, salvo nas concernentes à propriedade do solo. Mas esses serviços gratuitos não devem ser considerados como traduzindo perda econômica nítida para as classes dos proprietários territoriais. Eles encontravam ampla compensação (para esse sacrifício)... em seu monopólio de todo o domínio dos favores do Estado, desde as grossas sinecuras e pensões até às funções remuneradas, grandes e pequenas, centrais e locais em cada departamento

do Estado (exército, marinha, clero, finanças) e em cada parte do Império... Tais são alguns segredos de Estado, que eram a base dos serviços honoríficos dessa oligarquia desinteressada. O patriotismo reclamava sua recompensa. Esta mesma classe de aristocracia e de *gentry* transformou as instituições comuns, sem o menor escrúpulo, em instrumentos de sua supremacia... A tendência plutocrática da legislação é inegável. Quanto aos pequenos camponeses e aos operários, quando seus interesses estavam manifestamente em contradição com os dos proprietários, como no caso das leis territoriais e do fechamento (*enclosure*) dos bens comunais, seus protestos presunçosos eram vigorosamente abafados pela Câmara dos Comuns, composta sobretudo de proprietários agrícolas.... Os juizes de paz – chamados os grandes não remunerados (*great unpaid*) – foram administradores egoístas e corrompidos. É pura lenda a história de sua ação benfazeja e virtuosa: quer como administradores, quer como juizes, foram ferozmente egoístas, rigorosos para os pobres, indulgentes para os ricos.” (*Ed. Fr.*, págs. 72 a 75).

A *constitucionalização* seria a salvação. E a constitucionalização era isto, e ainda maior despudoramento e regabofe.

Um partido, para se manter no poder, não se pejava de lançar mãos dos fundos secretos. Deles dispunha discricionariamente.

“De 1713 e 1761”, diz Seignobos, “os *whigs* tiveram a maioria e a conservaram.... O primeiro-ministro Walpole tinha organizado sua maioria e a mantinha, comprando um a um os membros do Parlamento. Ele lhes proporcionava sinecuras lucrativas. De 551 deputados, 271 dispunham de lugares ou pensões do governo. Ele lhes dava mesmo dinheiro. Comumente, no fim das respectivas sessões, enviava 500 £. esterlinas a cada um de seus deputados. Havia no orçamento grande soma de fundos secretos que o ministro distribuía a seus partidários. Walpole despendeu assim 35 milhões.” (*Idem*, págs. 413 e 414).

Os costumes se haviam relaxado. Ao tempo de Cromwell, cantavam-se salmos. Com a sociedade da restauração, comia-se, gastava-se, bebia-se, dançava-se e divertia-se. A austeridade havia sido substituída pela imprudência. O *cant*, o zelo do puritanismo era satirizado na obra mais popular do tempo, o *Hudibras*, de Samuel Butler.

A burguesia olhava para aqueles milhões e todas aquelas compensações com água na boca: queria deles participar, e contorcia-se de raiva por deles não participar.

Ela, porém, se fortalecia.

Na Inglaterra, o regime protecionista e o sistema dos monopólios coloniais, ao contrário do que havia sucedido na França, não estorvavam sua ação, mas a fomentavam e a prestigiavam. Ali a burguesia se dispunha à luta por se achar oprimida; aqui, ela se dispunha a essa mesma luta por se julgar com força bastante para fazer definitivamente sua vitória, ainda em mãos dos senhores feudais. E se fortalecia, sobretudo, com a chamada “revolução industrial”, que começaria em 1760.

Eis alguns dados a respeito dessa revolução.

Até meados do século XVIII, o capitalismo na Inglaterra se apoiava ainda tecnicamente sobre a antiga produção manual, sobre o ofício. Foi a partir de 1760, aproximadamente, que os antigos instrumentos dos artesãos começaram a ser absorvidos pelas máquinas.

Watt, Arkwright, Cartwright e outros foram os campeões dessas inovações poderosas. O primeiro inventou a máquina a vapor, o segundo a máquina de fiar (*mulejenny*), o terceiro a máquina de tecer, tudo entre 1764 e 1790. Com essas invenções, deslocava-se “o centro de gravidade do poder econômico”, na Inglaterra, da aristocracia para a burguesia, deslocamento que Engels focaliza nestes termos:

“A riqueza da burguesia cresceu colossalmente, mais rapidamente que a da aristocracia. Na própria burguesia, sua aristocracia financeira, os banqueiros, etc, era relegada ao segundo plano pelos fabricantes. O compromisso de 1689, mesmo depois das modificações graduais que sofreu com vantagem para a burguesia, não mais correspondia às posições relativas das partes contratantes. O caráter dessas partes se tinha igualmente modificado. A burguesia de 1830 diferia grandemente da do século precedente. O poder político, mantido pela aristocracia, que o empregava para resistir às novas pretensões da burguesia industrial, se torna incompatível com os novos interesses econômicos. Nova luta contra a aristocracia se impunha, cuja finalidade não poderia ser outra senão a vitória do novo poder econômico.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, págs. 39 e 40)

A nobreza e a burguesia puderam, por algum tempo, andar mais ou menos de mãos dadas. Agora, rompia-se o equilíbrio entre elas. A burguesia não mais estava disposta a adaptar o poder político da nobreza ao seu poder econômico. Queria dispor de seu próprio poder político. E era o poder político de uma classe contra o de outra classe. As duas entravam em conflito.

*Conclusão: Só há harmonia entre as classes transitoriamente.*

.....

## Capítulo VII

*Prática e teorias se fundiam.*

*A burguesia realizava, em 1789, sua revolução total, completa, geral.*

**U**M SÉCULO depois da “gloriosa” revolução inglesa, explodia na França a revolução da burguesia contra a superestrutura, contra as classes que, nesse país, obstruíam seu surto, sua ascensão: a realeza e a nobreza.

Até então, as revoluções da mesma burguesia haviam sido parciais, incompletas. Em 1789, ela realizava sua revolução total, completa, geral: a um tempo espiritual e temporal, contra Deus e contra o rei e a nobreza, tendo substituído Deus e o rei e a nobreza, respectivamente, por estas entidades metafísicas: a natureza e o povo, a Razão eterna e a soberania popular.

“A grande Revolução francesa”, diz Engels, “foi o terceiro movimento da burguesia; mas foi o primeiro sem nenhuma ingerência religiosa, que feriu todas suas batalhas no terreno político; foi também o primeiro que manteve a luta até à destruição de uma das partes beligerantes, a aristocracia, e até ao triunfo definitivo da outra, a burguesia... A Revolução francesa foi completa ruptura com as tradições do passado.

Varreu os últimos vestígios do feudalismo e formulou o Código Civil, que é genial adaptação da antiga lei romana às condições do capitalismo moderno; é expressão quase perfeita das relações econômicas correspondentes ao momento econômico que Marx chama o da produção das mercadorias; tão genial, que esse Código da França revolucionária serve de modelo à reforma das leis sobre a propriedade em todos os países, sem deles excetuar a Inglaterra.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, pág. 37)

Houve o desenvolvimento dos meios de produção e de troca. Esse desenvolvimento material determinava equivalente desenvolvimento mental: novas idéias. *A produção intelectual se transforma com a produção material*. A organização feudal da indústria e da manufatura, todas as relações da propriedade privada não mais correspondiam àqueles meios de produção e de troca. Não os *afirmavam*, mas os *negavam*. Dava-se o conflito entre as duas forças. Aquelas novas idéias tinham sido um *efeito*. Agora, nesse conflito, atuavam como *causa*. Ligavam-se ao movimento, de que se haviam originado, e o dirigiram. A prática e a teoria se fundiam. Havia a combinação entre o subjetivo e o objetivo; e a Revolução francesa seria novo *efeito*. Era a dialética se comprovando.

Viam-se: de um lado, privilégios de toda ordem, o absolutismo na produção e na política, o intervencionismo do Estado em tudo, o arbítrio do rei sem nenhum anteparo, o deboche, a libertinagem da corte, o governo da depravação, o desastre financeiro e econômico de todo país, a miséria generalizada; de outro os filósofos pregando a igualdade social, a irreligião, a vontade do povo contra o direito divino dos reis, o mundo da inteligência contra o tradicionalismo, defendendo, em uma palavra, a *liberdade de consciência* e a *liberdade política*, e ainda os economistas, defendendo essas mesmas liberdades no terreno econômico, pregando também aí a *liberdade de trabalho e de comércio, a livre concorrência*.

“As idéias de liberdade religiosa e de liberdade de consciência não mais fizeram que proclamar o reino da livre concorrência no domínio do conhecimento.” (*Manifesto Comunista*, Karl Marx, pág. 29)

Já havia grande parte daquelas liberdades nem só na Inglaterra, como nos Estados Unidos. Também estes, sob o influxo do liberalismo econômico inglês e do liberalismo filosófico francês, já haviam realizado sua revolução burguesa parcial. Parcial porque não libertou, mas manteve

escravizado o trabalho. Nela, “os privilégios de classes eram abolidos e confirmados os privilégios de raça”. (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, pág. 125)

Juntavam-se tais condições subjetivas e objetivas; retinham-se os Estados Gerais para salvar a nação de sua ruína iminente: na assembléia desses Estados, a burguesia dominava pelo número o clero e a nobreza; declarava-se em assembléia nacional constituinte ou revolucionária: e vencia aquelas classes feudais, apoiadas nos camponeses, nos pequenos burgueses e proletários, sobretudo nos primeiros que haviam sido igualmente a alma das revoluções de 1648 e 1525.

“É curioso constatar que, nas três revoluções da burguesia, os camponeses forneçam as armas para sustentar o combate e que sejam a classe que deva ser arruinada pelas consequências econômicas da vitória da mesma burguesia.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, Engels, pág. 33)

Vitoriosa a burguesia, vinha o período de suas *liberdades* para a *igualdade* e a *fraternidade*. Despedaçava as cadeias feudais, e, em seu lugar, estabelecia a *livre concorrência, com uma organização social e política correspondente*.

A superestrutura se ajustava, finalmente, à estrutura desde muito existente.

À primeira revolução, a da *Assembléia constituinte*, seguiam-se outras duas: a da Convenção e Terror e a do Diretório e do Consulado.

Três revoluções teriam que variar, e, de fato, variariam quanto à sua obra de construção; não, porém, quanto à de destruição. O que era destruído, destruído ficava.

“A Revolução nasceu do sentimento que a organização da França era má. Começou, pois, por destruir todas as instituições antigas. Por uma série de decretos, a constituinte aboliu os direitos feudais, os privilégios em matéria de impostos, as corporações, os monopólios, o direito de primogenitura, a venalidade dos cargos, os Parlamentos, as Universidades, as províncias, o imposto do corte (*la taille*), os auxílios. Destruiu as antigas dioceses e a organização do clero. Essa destruição foi a parte mais durável da obra da Revolução; excetuando o que se rela-

ciona com a Igreja, nada do que ela destruiu foi restabelecido.” (*História da Civilização*, Ch. Seignobos, tomo II, pág. 456)

Essa destruição se verificou quase toda, logo naquela primeira revolução: com a *Declaração dos direitos do homem*, leis especiais e a Constituição de 91.

As outras duas revoluções ou ratificaram ou apenas intensificaram a remodelação geral da Constituinte.

Por que *direitos do homem*? Elucida-o Engels:

“Como não mais se vivia em uma monarquia universal, como havia sido o Império romano, mas em um cenário de Estados independentes, no mesmo pé de igualdade e em grau aproximadamente semelhante de evolução burguesa, era evidente que essa reivindicação [a da burguesia] devia assumir caráter geral, e não peculiar a este ou àquele Estado. Nestas condições, a liberdade e a igualdade deviam ser proclamadas como direito dos homens.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, pág. 125)

*Conclusão: As revoluções dependem da combinação, da fusão de condições objetivas e subjetivas. A de 89 foi, a um tempo, de liberdade econômica e espiritual.*



.....

## Capítulo VIII

*A livre concorrência era seguida de correspondente organização social e política.*

*Estrutura e superestrutura se enlaçavam.*

**A**BURGUESIA se desvencilhava do Estado e dominava-o. Estabelecia seu *individualismo* político e jurídico ou social: a abolição de todos os privilégios e títulos hereditários. Os homens nasceriam e se conservariam livres e iguais em direitos. A nobreza deixava de existir. Era violentamente arrasada. Todos tomavam o mesmo título de *cidadãos*. A lei não mais os distinguiria. Seria uma e só para todos. Antes, era ela expressão do direito divino dos reis, que eram o próprio Estado. Agora, seria expressão da vontade geral. Todos teriam direito de concorrer pessoalmente ou por seus representantes para sua formação. O princípio da soberania residiria na nação. Ela se governaria por si mesma. E a igualdade da lei determinaria a igualdade de direitos. Antes, havia os direitos de classe, e não os do indivíduo. Agora, só haveria os do indivíduo. Não mais haveria *classes*. Tais direitos seriam a liberdade, a propriedade, a segurança e suas respectivas garantias. Antes, esses direitos eram regulados pelo Estado. Agora, seriam regulados pelos indivíduos para o Estado os

aplicar. Todos, tendo os mesmos direitos, todos seriam igualmente admissíveis a todas dignidades e empregos públicos, segundo suas virtudes e seus talentos. O individualismo seria a liberdade, a igualdade, a fraternidade. Haveria a separação dos poderes, para o governo, não de um só, mas de todos, por todos e para todos. Esse governo seria uma realidade. Ninguém poderia ser acusado, nem preso, nem detido senão nos casos determinados pela lei e segundo as formas por ela prescritas. As *lettres de cachet*, as ordens secretas, as torturas, não mais vigorariam. Os tribunais senhoriais eram substituídos pela justiça de paz, e a justiça criminal pelo júri. Antes, havia o arbítrio, e não normas jurídicas precisas. Essas normas seriam instituídas pelos códigos: o civil, o de seu processo, o penal, o de instrução criminal, o de comércio. O mal não mais seria a falta de leis. A justiça seria gratuita, no sentido em que os juízes não seriam pagos pelas partes diretamente, mas indiretamente. Antes, o indivíduo tinha de pensar pela cabeça do Estado, tinha de ter a opinião deste. Agora, poderia pensar pela sua própria cabeça, poderia ter sua própria opinião.

A *Declaração dos direitos do homem* assegurava terminantemente esse individualismo mental ou espiritual, essa liberdade do pensamento. Dispunha ela: “Ninguém deve ser inquietado por suas opiniões, contanto que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei. Todo cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente.”

A Igreja era separada do Estado. Mais tarde, Napoleão entrava em acordo com o Papa Pio VII, mas aquela liberdade de consciência não seria anulada.

Havia o individualismo econômico: a liberdade do trabalho e do comércio. As corporações, os monopólios, as servidões de toda ordem não mais eram admitidos. Cada qual poderia fabricar o que e como quisesse, e cada qual poderia vender o que tivesse para vender. A produção se descentralizava. O indivíduo econômico absorvia o Estado econômico. Um proprietário não mais poderia oprimir outro. As terras dos camponeses eram emancipadas dos direitos senhoriais e da *taille*.

Os bens nacionais, constituídos dos domínios do clero cedidos à nação em 89 e dos domínios confiscados aos nobres emigrados, em número superior a 600.000, foram vendidos. Um terço das terras da

França passou a pertencer a pequenos proprietários. A grande propriedade territorial era outra vez dividida.

Houve o individualismo financeiro. Anteriormente, o clero e os nobres não estavam sujeitos a impostos. Ao contrário os percebiam. Só a pequena burguesia e os camponeses é que a eles estavam sujeitos. Passariam a recair sobre todos indistintamente e também igualmente. A Constituinte substituiu a *taille* pelo imposto *territorial* sobre as terras e as casas, sem distinção de proprietários, a capitação pelo imposto *pessoal* e o imposto *móvel*. O individualismo seria o imposto real e proporcional. O feudalismo era a falta de *controle*; o individualismo seria esse *controle* das finanças, da administração pública.

O orçamento seria anual, com receita e despesa, pelo menos equilibradas. Nenhuma soma poderia sair do Tesouro, sem ser por intermédio de mandatos regulares. Todas as dívidas do Estado seriam inscritas no *Grande Livro da Dívida Pública*. O rei lesava seus credores. O Estado do individualismo não mais os poderia lesar.

A *livre concorrência* era seguida, assim, de correspondente organização social e política. Estrutura e superestrutura se enlaçavam.

E começava o grande reinado da burguesia.

*Conclusão: "O governo moderno não é mais que um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa". (Manifesto Comunista, Karl Marx, pág. 14)*

.....

## Capítulo IX

*As diferenças fundamentais, em síntese, entre a sociedade não capitalista e a capitalista, entre o mundo feudal e o burguês.*

**D**O EXPOSTO, resulta, portanto, que o sistema feudal e o sistema burguês são fundamentalmente diferentes; são duas civilizações profundamente antagônicas, dois mundos irreconciliáveis, embora um gerado pelo outro.

A burguesia é a completa negação da feudalidade. Esta, a servidão e as corporações, aquela, o trabalho livre; esta, a grande propriedade territorial, a indústria oficializada, os monopólios, os privilégios, a intervenção do Estado, o Estado, medida de todas as cousas, aquela, a livre concorrência, a liberdade de produção e de comércio, a não intervenção do Estado, o indivíduo, medida de todas as cousas; esta, a economia do consumo imediato, aquela, a economia da mercadoria, da circulação; esta, os meios de produção pertencentes ao indivíduo, individuais, aquela, esses meios de produção, deixando de pertencer ao produtor, para pertencer ao capitalista; esta, a *concentração* da propriedade agrícola, industrial e comercial, aquela em sua primeira fase, sua *desconcentração*; esta a do domínio do campo sobre a cidade, aquela, a do domínio da

cidade sobre o campo; esta, o Estado constitucional, o absolutismo, aquela, o Estado constitucional; esta, a fé, o sobrenatural, aquela, a ciência, o natural, a filosofia metafísica.

Esta sistematização que não se encontra nem nos historiadores, nem nos sociólogos em geral, está perfeitamente formulada no marxismo.

Diz Karl Marx:

“Esta [a grande propriedade territorial] constituía a base real da sociedade da Idade Média, da sociedade feudal. A sociedade moderna a sociedade burguesa, nossa sociedade repousa, ao contrário, sobre a indústria e sobre o comércio. A grande propriedade territorial perdeu todas suas antigas condições de existência. Depende, hoje, da indústria e do comércio. Também a agricultura é, em nossa época, explorada industrialmente. Os antigos senhores feudais estão reduzidos a fabricantes de gado, de lã, de trigo, de beterraba, de aguardente, etc.; são apenas pessoas que, como todos os outros comerciantes, fazem comércio desses produtos industriais. Por mais presos que ainda estejam a seus antigos preconceitos, eles se transformam, na prática, em cidadãos que procuram produzir cada vez mais com o menor custo possível, que compram onde podem fazê-lo mais barato e vendem onde podem fazê-lo mais caro.” (*A Alemanha em 1848*, ed. franc. de Léon Remy, pág. 219)

E acrescentava:

“Estava-se em presença não de um conflito político de duas frações de uma só sociedade, mas de um conflito de duas sociedades, conflito social que assumiu forma política. Era a luta da antiga sociedade, feudal e democrática, e da moderna sociedade burguesa, a luta da sociedade da livre concorrência e da sociedade fundada sobre a associação corporativa, entre a sociedade baseada sobre a propriedade territorial e a sociedade industrial, entre a sociedade da fé e a sociedade da ciência. A expressão política da antiga sociedade eram as realezas de direito divino, a tutela da burocracia, a independência do exército. A base social que correspondia a esse antigo poder político, eram as propriedades senhoriais privilegiada com seus camponeses servos ou meio servos, a pequena indústria patriarcal ou organizada em corporações, a oposição brutal entre a cidade e o campo, e sobretudo a supremacia do campo sobre a cidade.... Logo, não é possível conciliar as duas sociedades. Seus interesses materiais, suas necessidades, exigem entre elas uma luta de morte: uma deve triunfar, a outra sucumbir.” (págs. 234 a 238)

“As revoluções de 1648 e de 1789 não foram revoluções inglesa e francesa: foram revoluções de estilo europeu. Não foram a vitória de uma classe social determinada sobre velha ordem política: foram a proclamação

de uma ordem política pela nova sociedade européia. A burguesia ali foi vitoriosa, mas a vitória da burguesia foi então a vitória de nova ordem social, a vitória da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provençalismo, da concorrência sobre as corporações, da divisão (da terra) sobre os morgados (bens que não podem ser vendidos nem divididos), do domínio da propriedade da terra contra o domínio exercido pela terra sobre o proprietário, das luzes sobre as superstições, da família sobre o nome de família, da indústria sobre a heróica preguiça, do direito burguês sobre os privilégios medievais.” (*A Nova Gazeta Renana*, em 1848, citação de Bukharine, no *Materialismo Histórico*, pág. 270)

Era o que ainda consubstanciava em outras sínteses, como esta do *O Capital*:

“A estrutura econômica da sociedade capitalista saiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução dessa última engendrou os elementos constitutivos da primeira.

“O produtor direto, o operário, não podia dispor de sua pessoa senão depois de se ter desembaraçado da gleba, senão depois de ter deixado de pertencer como servo a outra pessoa. Para poder se tornar livre vendedor de sua força de trabalho e oferecê-la onde encontrasse comprador, devia, ainda, emancipar-se do domínio das corporações, dos regulamentos relativos aos aprendizes e companheiros, de todas as prescrições que teriam o trabalho. O movimento histórico que transformou os produtores em assalariados aparece, pois, de uma parte, como sua libertação da servidão e da limitação corporativa. Os historiadores burgueses não apreciam senão esse lado da questão. Mas, de outra parte, esses novos elementos livres só podiam dispor de si mesmos, só podiam vender-se depois de despojados de todos seus meios de produção e de todas as garantias de existência, que lhes ofereciam as velhas instituições feudais. E essa história de sua expropriação se acha inscrita em letras de sangue e de fogo nos *anais* da humanidade.” (T. IV, pág. 207)

Diz Frederico Engels:

“A burguesia, primeiramente tributária da nobreza feudal reinante, recrutada entre os servos de toda espécie, conquistou, em sua luta constante contra a mesma nobreza, uma posição após outra e, enfim, nos países mais avançados ela a suplantou, assumindo o poder: na França, liquidando-a diretamente, e, na Inglaterra, aburguesando-a cada vez mais, submetendo-a à sua organização como instrumento decorativo e ornamental. E como pôde ela chegar até ali? Unicamente por modificações na ‘situação econômica’, seguidas, cedo ou tarde, espontaneamente ou violentamente, de consequentes mudanças nas condições políticas. A luta da burguesia contra a nobreza feudal é a luta da cidade contra o campo, da indústria contra a propriedade territorial, da economia baseada sobre a cir-

culação e a moeda contra a economia fundada sobre o consumo imediato; e as armas mais possantes da burguesia nessa luta foram suas vantagens econômicas constantemente acrescidas pela evolução da indústria, que passava do ofício à manufatura, e pela extensão do comércio.

“Durante toda essa luta, o poder político esteve do lado da nobreza, à exceção de um período em que a realeza, se serviu da burguesia contra a nobreza, para enfrentá-la. Mas desde o instante em que a burguesia ainda impotente sob o ponto de vista político, começou a se fortalecer em virtude do acréscimo de seu poder econômico, a realeza fez de novo aliança com a nobreza, provocando, assim, a princípio, na Inglaterra e, depois, na França, a revolução burguesa.

“A situação política na França só mudou depois de haver mudado sua ‘situação econômica’. No ponto de vista político, a nobreza era tudo, a burguesia nada. Hoje (com aquela transformação econômica), a burguesia é a classe mais importante no Estado, tendo a nobreza perdido todas suas funções sociais.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, pág. 210)

*Conclusão: A burguesia se sobrepõe à feudalidade.*

.....

## Capítulo X

*O capitalismo assegurava seu domínio: internacionalizava-se.*

*Por que Paris foi a França, o Ocidente, a Terra.*

**A** REVOLUÇÃO francesa não seria só nacional: seria igualmente internacional. Seria de ataque à feudalidade interna e também às externas. Do contrário, estas contra ela se voltariam e a fariam soçobrar em seu início. “Os direitos do homem”, escreve também Seignobos como Engels, “que a Constituinte tinha proclamado, não eram os direitos dos franceses somente, mas os direitos de todos os homens. Os revolucionários não se contentavam de ter reorganizado a França, segundo os princípios de 1789. Queriam revolucionar ainda a Europa, destruir os abusos e estabelecer por toda parte o reino da justiça e da igualdade.” (*História da Civilização*, tomo II, pág. 466)

Faziam-no em seu próprio interesse, obedecendo aos seus próprios instintos de conservação e defesa. E eram bem sucedidos nesse seu propósito. Recebiam adesões de toda parte; em toda parte, aqueles princípios iam despertando vivo entusiasmo. Na Renânia, organizavam-se sociedades de jacobinos; muitos alemães entravam como voluntários no exér-



cito francês. Na Rússia, nas ruas de, S. Petersburgo, a tomada da Bastilha era delirantemente aclamada. Ali, homens como Radistchev já compreendiam perfeitamente a significação desse acontecimento. Na Inglaterra, pequenos burgueses e proletários tomaram imediatamente seu partido. Os últimos fundavam, então, em 1791-1792, sua primeira organização revolucionária nesse país: a *Sociedade de correspondência*, dirigida, entre outros, por Thomas Hardy, Francis Place e Holcruft, e visando, contra a lei inglesa, a aproximação do proletariado de Londres com o das outras cidades inglesas. Duas ou três semanas depois da proclamação da República na França (10 de agosto de 1792), essa *Sociedade*, por intermédio do embaixador francês em Londres, enviava à Convenção seu voto de simpatia e solidariedade. Esta a ela respondia por meio de uma resolução especial, testemunhando-lhe seu júbilo por essa sua demonstração tão elevada de solidariedade internacional.

Mas não se enganava a Revolução, contando com a contra-revolução interna e a externa. Umhas e outras não tardaram: logo se apresentavam. Maria Antonieta e os nobres emigrados conspiravam com as feudalidades vizinhas para aquelas manobras. E estas os amparavam, certamente não tanto por eles como por elas próprias, ameaçadas pelo mesmo vulcão. Eram os dois mundos antagônicos que se digladiavam. Os austro-prussianos, sob o comando do duque de Brunswick, invadiam o território francês. A pátria era declarada em perigo; e, de fato, os primeiros encontros com aqueles lhes eram desfavoráveis, o que vinha apressar a queda de Luís XVI e sua dinastia.

Outro efeito de intervenção estrangeira: o poder caía nas mãos dos republicanos avançados e decididos. A vitória de Valmy (22 de setembro de 1792) livrava a França da invasão prussiana. A Convenção prosseguia nessa orientação e ainda mais a extremava. Seu primeiro ato “foi abolir a realeza para todo o sempre”. Luís XVI passou a ser simplesmente o *cidadão Capeto*, que foi sentenciado e condenado à morte. A Europa monárquica se sentia cada vez menos garantida. Um só pensamento a dominava: combater o inimigo, antes que ele a liquidasse. E contra esse inimigo, formavam sua coalizão que era encabeçada pela Inglaterra, a qual reuniria dois proveitos em um saco só: dele se livraria e o atacaria, despojando-o de seu comércio marítimo e de suas colônias. “A revolução francesa proporciona-lhe esplêndida ocasião de destruir o comércio

marítimo francês, de anexar as colônias também francesas, e de esmagar as últimas pretensões da França à supremacia marítima que ela, Inglaterra, desfrutava.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, Engels, pág. 38)

Manifestava-se também a contra-revolução interna (as insurreições de Lyon, da Vendéia e da Bretanha).

A Convenção, para fazer face a essa dupla contra-revolução, instituiu a Junta de Salvação Pública – *Comité de Salut Public* – e o Tribunal revolucionário.

A Convenção consegue destruir seus inimigos externos e internos. As vitórias de Hondshoote, de Wattignies, de Fleurus marcam o fim da coalizão, e a paz de Bale o primeiro triunfo diplomático da Revolução (1795).

As figuras dessa resistência foram: Danton, na ordem política, e Hoche, na ordem militar, secundado por Marcati e Jourdan.

Como esse aspecto da Revolução francesa não é dos mais divulgados, insistamos sobre ele. Danton, ministro da Justiça, desde 10 de agosto de 1792, promotor do Tribunal revolucionário, membro do Comitê de Salvação Pública, foi o verdadeiro homem de Estado da Convenção. A 2 de setembro seguinte, quando soube que o inimigo tinha avançado até Verdun, e enquanto os sinos davam o alarma e o canhão se fazia ouvir, ele, para reanimar os espíritos, corria à Assembléia e ali exclamava: o canhão que ouvis não é o da desgraça, é o de ataque aos nossos inimigos: audácia, ainda audácia e sempre audácia!

Sua fórmula era: *só se destrói aquilo que se substitui*.

Quanto a Hoche, a inscrição gravada em Versalhes sobre o pedestal de sua estátua diz tudo nesta síntese:

“Lazare Hoche, soldado aos 16 anos, general-em-chefe aos 25, morto aos 29. Um dos fundadores de nossa liberdade. Venceu o estrangeiro e pacificou seu país. Elevado acima de todas as facções pelo seu gênio e sua humanidade, herói cidadão, seu nome é tão puro quanto imortal. Wissembourg, Quiberon, a passagem do Reno, Neuvid, Altenkirchen, o caminho de Viena e as costas da Irlanda dirão à posteridade a mais longínqua ainda suas virtudes guerreiras e seus grandes desígnios. Morto muito cedo pela França, se tivesse vivido, sua glória sempre cres-

cente nada jamais teria custado à liberdade de seu país.“ (Bombard, obra citada, pág. 211)

À Convenção sucede o *Diretório*. Os tratados de Bale não haviam restabelecido a paz geral. A França tinha ainda que lutar com a Áustria e a Inglaterra.

Para essa luta, a Revolução lançava esta palavra de ordem: “Guerra aos Palácios, aos tiranos, não aos povos!” Daí, estes versos da *Marselhesa*:

*Soldats, en guerriers magnanimes*  
*Épargnez ces tristes victimes*  
*Portez ou retenez vos coups.*  
*A regret s’armant contre vous.*

Carnot, então, o organizador da guerra, recomendava a seus comandados: “É preciso fazer pesar as contribuições exclusivamente sobre os ricos; os povos devem ter em nós seus libertadores.”

E as tropas tinham as suas bandeiras com a divisa: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*.

Bonaparte empreendia a campanha da Itália contra a Áustria. Primeiramente, separou os austríacos de seus aliados. Depois, vencia aqueles em Lodi, Arcole, Rivoli e lhes impunha a paz de Campo Formio (1797).

Restava a Inglaterra. Bonaparte resolveu feri-la no Egito, chave do comércio das Índias. Desembarca em Alexandria e marcha contra o Cairo, ganhando a famosa batalha das Pirâmides. Nesse ínterim, a esquadra francesa era derrotada em Abukir, e ele era obrigado a se lançar sobre a Síria. Voltando, vence precisamente em Abukir os turcos e os ingleses (1799).

A Inglaterra promove nova coalizão contra a França. Bonaparte regressa a Paris; encontra dividido e impopular o Diretório; e o derruba com o golpe de estado dos 18 Brumário (9 nov. 1799).

Sob o *Consulado*, a França celebrava não só a paz de Luneville (1801) com a Áustria, pela qual ficava com a Bélgica e estendia suas fronteiras orientais até o Reno, como a de Amiens com a Inglaterra (1802).

A França estava agora em paz com toda a Europa. A civilização burguesa, superior, ditava leis à feudal, a ela inferior. Do lado desta, a resistência só era oferecida pela Inglaterra, já parcialmente aburguesada.

Com suas glórias militares, Napoleão se fez cônsul vitalício, com o direito de nomear seu sucessor (1802).

E, em 18 de novembro de 1804, era declarado Imperador, e coroado na Igreja de Notre Dame, com a presença do Papa Pio VII, mas foi ele próprio quem colocou a coroa na cabeça e do mesmo modo coroou a imperatriz, em 2 de dezembro de 1804.

A Inglaterra, considerando-se mais do que nunca ameaçada pela força do usurpador, formava com a Áustria e a Rússia terceira coalizão contra a França (1805). Napoleão vencia em Austerlitz os imperadores da Áustria e da Rússia, e ditava àquela a paz de Presburgo (1805). No mar, todavia, a esquadra francesa sofria a derrota de Trafalgar.

A Áustria era posta fora de combate, mas a Inglaterra e a Rússia conquistavam a adesão da Prússia que, em todo esse conflito, se mantinha neutra desde 1795.

Napoleão a subjugou em Iena e Auerstad (1806). O poder prussiano num só dia foi aniquilado. E, de Berlim, ele decretava o bloqueio continental contra a Inglaterra, em resposta ao bloqueio marítimo por esta instituído contra a França. De Berlim, marcha sobre o Vístula, e alcança sobre os russos as vitórias de Eylau e Friedland (1807), depois do que se aproxima do czar, em entrevista realizada em Tilsit (1807).

Para tornar efetivo seu bloqueio, colocava seu irmão José no trono da Espanha e a ela incorporava Portugal, cuja dinastia era deposta. Os dois países, entretanto, se insurgiam contra sua conquista, e devoravam suas melhores tropas.

O general Dupont teve de capitular em Baylen, e Saragossa só se rendeu a Lannes depois de um sítio heróico (1809). A intrépida resistência dos espanhóis e portugueses produzia, na Europa, profunda impressão: a Inglaterra dela se servia para animar a Áustria e atirá-la de novo contra a França. Napoleão ganhava as batalhas de Essling e Wagram, e a humilhava com a paz de Viena, que marca o apogeu de sua ação (1809).

Nesse momento, com efeito, Napoleão I era verdadeiramente o senhor da Europa. Tinha cinquenta milhões de súditos. Seus estados contavam cento e trinta departamentos; e se estendiam do Tibre ao Elba. Alguns países haviam sido anexados à França, como departamentos (Bélgica, a Holanda, a Renânia); outros submetidos a príncipes franceses ou a administradores franceses (a Itália, a Espanha, a Alemanha até o Elba). Aqueles e estes, Napoleão os distribuiu com seus parentes, irmãos e enteados, e protegidos. Finalmente, houve os que conservaram seu governo (Áustria, Prússia), mas, invadidos pelos franceses, tiveram de se reorganizar para os combater. Em todos países governados por administradores franceses foram abolidos os direitos dos senhores, as corporações, os regulamentos de comércio; foram estabelecidos o culto livre, o imposto igual para todos, o serviço militar obrigatório; foram substituídos os costumes provinciais por leis gerais, como o Código Civil, e o processo secreto pelo júri. Na Espanha, Napoleão suprimiu antigos privilégios, a maior parte dos mosteiros; dissolveu a Inquisição; e deu ao país uma constituição liberal. A Alemanha se compunha de 300 Estados, e Napoleão os reduzia a trinta e poucos, neles introduzindo aquelas mesmas reformas que igualmente atingiam a Áustria e a Prússia, sendo que de todos foi este o que mais se aburguesara. Adotou, em suas linhas gerais, todos os princípios dos *direitos do homem*. E fortaleceu-se militarmente.

Senhor de todos esses domínios, repudiava Josefina de Beauharnais, para se casar com Maria Luísa, filha do imperador da Áustria (1810).

Mas havia ainda um inimigo a inquietá-lo: a Inglaterra, que, aburguesada, economicamente, não se dispunha a se aburguesar também politicamente. E, não confiando na lealdade do imperador da Rússia, Napoleão levava-lhe a guerra. Depois da vitória de Borodino, ele entrava em Moscou. Mas a cidade havia sido incendiada pelo seu governador. E os russos, à proporção que recuavam, iam inutilizando suas searas, de modo que as tropas francesas só encontravam o deserto.

Aproximava-se o inverno, e Napoleão se retirava desse vasto teatro de operações. Essa sua retirada foi o episódio trágico de suas guerras. Seu exército se compunha de 400.000 homens, e, ao chegar à Polônia, não excedia de 20.000. O frio e a fome o haviam dizimado. Si-

multaneamente, as tropas francesas, esgotadas, evacuavam a Espanha. E os velhos inimigos, percebendo seu enfraquecimento, de novo se coligavam contra ele.

Napoleão ainda os derrotava em Lutzen, em Bautzen e em Dresde. Mas perdia a batalha de Leipzig; a França era invadida e ele abdicava em Fontaineblau. O resto de seu itinerário é desinteressante: ilha de Elba, Waterloo e Santa Helena.

As vitórias de Lodi, Arcole, Rivoli, das Pirâmides, de Abukir, Marengo, Austerlitz, Iena, Auerstadt, Eylau, Friedland, Essling, Wagram, Borodino, Lutzen, Bautzen e Dresde não foram de Napoleão, não foram de um homem; foram de uma civilização superior contra uma civilização inferior: foram da civilização burguesa total contra a civilização feudal e a burguesa inicial. Aquela civilização é que vencida estas. E, vencendo-as, as aburguesava. As vitórias de Leipzig e Waterloo não foram vitórias do feudalismo contra a burguesia. Foram vitórias de burguesias internacionais contra a burguesia francesa: várias contra uma. Foram o choque já entre civilizações mais ou menos iguais; e dessas venciam as que tinham maior força, as que contavam com maior número. Em Waterloo, encontrava-se Napoleão com 120.000 homens, e os aliados com 750.000: 300.000 alemães, 250.000 ingleses e prussianos de Blucher e Wellington e 200.000 russos.

Waterloo vista do alto significa isto: que a Revolução francesa tinha deixado de ser nacional, para ser internacional; que, em mais de um país, já havia o “reino da justiça e da igualdade” da burguesia francesa; que esta, se perdia por um lado, ganhava por outro: propagando aquele seu reino, difundindo-o, implantando-o em mais países, assegurava sua estabilidade nem só nesses países, como na própria França, o que para ela era o principal, era tudo.

Sentido restrito de Waterloo: túmulo de um homem, de um tirano, quando muito de um exército. Sentido amplo: aquela internacionalização; os *direitos do homem*, o direito burguês francês transformado em direito burguês de todos os povos: o domínio mundial da burguesia, e sua nova civilização. Antes, esse domínio era a instabilidade; e, agora, a estabilidade em seu ciclo histórico.

A burguesia francesa não mais seria atormentada em sua “liberdade”, em sua “igualdade”, em sua “fraternidade” pelo feudalismo morto.

Fora vencida, ali, não por outros, mas pelos seus próprios princípios, pelas suas próprias armas. Seus inimigos tiveram de adotar, primeiro, essas suas armas, esses seus princípios; tiveram de se vencer, primeiro, para poder, depois, vencê-la. Venciam-na militarmente, mas eram por ela vencidos politicamente.

Waterloo foi isto: antes de ser o túmulo de um homem, foi o de uma civilização: a feudal. Túmulo dessa civilização e marco da consolidação da civilização burguesa.

Daí por que diz Augusto Comte:

“Paris é a França, o Ocidente, a Terra.” (Carta ao Dr. Audifrent) “Paris é a sede única dos impulsos verdadeiramente eficazes... ao lado de Paris, Roma e Londres são cidades de província, sem influência direta sobre a regeneração ocidental.” (Carta a Alfredo Sabatier)

*Conclusão: A civilização burguesa se consolidava.*

# LIVRO VII

Desenvolvendo-se o capital, desenvolve-se,  
igualmente, o proletariado.

Aquele se transformava em força conservadora,  
e este, em força revolucionária.

---

“O SISTEMA DE RICARDO É UM SISTEMA DE  
DISCÓRDIA. SUA TENDÊNCIA É CRIAR A INIMIZADE  
ENTRE AS CLASSES E AS NAÇÕES.” (CAREY)





.....

## Capítulo I

*Os Direitos do Homem eram proclamados, mas não assegurados.*

*Os antagonismos de classe, em lugar de desaparecer, tomavam outra forma.*

*A conspiração de Babeuf.*

**M**AS a burguesia, logo, ela própria, pelas suas próprias mãos, começou a negar-se, proclamando direitos que não assegurava, transgredindo suas leis liberais, suprimindo-as, substituindo-as por outras reacionárias. Ela própria se incumbiu de patentear que a Revolução de 89 não seria, como antes, tão insistentemente ela prometia, de todos, por todos e para todos, mas que seria somente dela, por ela e para ela.

Alguns casos, entre inúmeros outros, que o atestam exuberantemente:

A *Declaração dos Direitos do Homem* e o título III da Constituição de 1791 estabeleciam de modo positivo que *todos os poderes emanariam essencialmente da nação e não poderiam emanar senão dela*. No entanto, toda história da Convenção é a negação desse princípio da soberania do povo, dessa expressão metafísica. Recebeu ela o poder constituinte das circunstâncias, e não da vontade expressa dos eleitores.

Depois, as constituições se sucediam. No espaço de dez anos, foram promulgadas quatro, e todas baseadas em princípios diferentes: aquela de 91, a de 93, que não chegou a ser aplicada, a do ano III destruída pelo 18 Brumário, e a do ano VIII do primeiro-cônsul, e remodelada em 1802 e 1804.

“O governo francês seria monárquico”, foi o que deliberou o ato constitucional sobre os poderes públicos de 1789, e um dos primeiros atos da Convenção foi proclamar a República.

Quer a Constituição de 91, quer a de 93 estatuíam que a *sobrerania residia no povo, e era uma e indivisível, imprescritível e inalienável*. Era tudo isto, e um grupo de jacobinos, por uma série de atos, constituía a junta de salvação pública – *Comité de Salut Public*: Robespierre, Danton, Marat, sem nenhuma obediência à mesma soberania, e, o que é mais, sobreposta à mesma Convenção.

A Declaração de 89 determinava: “Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que não emane expressamente da nação.” E aquela junta exercia essa autoridade. A seguir, também a exerceria o *Diretório*, e os deputados legitimamente eleitos, hostis aos jacobinos, eram deportados para a Guiana.

Só num ponto ela não variava: na defesa de sua propriedade. Proclamou-a na Declaração dos Direitos do Homem “um direito inviolável e sagrado”. Proclamou-a do mesmo modo ainda, no artigo 1º do Código Rural, de 28 de setembro de 1791, na Declaração dos Direitos e na Constituição de 93, e na do ano III. E, mais tarde, também a proclamaria no artigo 815 do Código Civil. Mas nem só a proclamava, como a garantia plenamente. Basta considerar que o decreto de 18-22 de março de 1793 declarava “a pena de morte contra todo aquele que provocasse uma lei agrária ou qualquer outra subversiva das propriedades territoriais, comerciais e industriais”; e a lei de 27 Germinal ano IV (16 de abril de 1796) punia com a mesma pena “todos aqueles que provocassem a pilhagem ou a divisão das propriedades particulares, sob o nome de lei agrária, ou de qualquer outra maneira”.

E essa lei era aplicada, em 1797, a Babeuf e Darthé, cujo programa, intitulado o *Manifesto dos Iguais*, inspirado pela *República* de Platão e o *Código da natureza* de Morelly, reproduzia estas palavras de Rousseau: “A terra não pertence a ninguém.”

A Revolução seria a igualdade, e estava sendo a parcialidade; seria de todos, e estava sendo apenas de alguns. Esse espetáculo contristava e decepcionava Babeuf, que assim argumentava. O reino do dinheiro está vigorando. Estamos em plena era capitalista. Os antagonismos de classe, em lugar de desaparecer, tomam outra forma. Já os proletários são esmagados; já sentem o peso de nova feudalidade e esta parece ainda mais monstruosa que a antiga. A Revolução parou em sua marcha, mentindo a todas suas promessas. Ainda não chegou a hora dos pobres. A burguesia é contra eles. É necessária refundição da organização social, a transformação da propriedade, a substituição do regímen parcelar pelo regímen igualitário. Para o estabelecimento da felicidade comum, só a igualdade entre todos os homens, só a comunhão da terra e dos bens.

Babeuf distinguia-se pela sua ação. Para pôr em prática suas ideias, tentou uma conspiração, que fracassou porque foi denunciada em tempo por Grisell. Pagou, assim, com a vida, o desejo de ver a felicidade entre todos os homens.

Mais fatos. Princípios de 89:

“Nenhum homem pode ser acusado, preso nem detido senão nos casos determinados pela lei e segundo as formas por ela prescritas.

“Ninguém deve ser inquietado por suas opiniões, mesmo religiosas, contanto que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei. Todo cidadão pode falar, escrever, imprimir livremente.”

Esses direitos, porém, não eram respeitados nem pela Assembleia Constituinte, nem pela Legislativa, nem pela Convenção, nem pelo Comitê de Salvação, nem pelo Diretório, nem pelo Consulado, nem pelo Império. Não houve na França tanta falta de garantia contra a justiça criminal, como depois de sua proclamação pelos *Direitos do Homem*.

A 9 e 10 de março de 1793, por exemplo, a Montanha constituía um tribunal criminal extraordinário destinado a julgar, sem apelo e sem recurso, todos os traidores, conspiradores e contra-revolucionários. Esse tribunal devorou os girondinos, os hebertistas, os dantonistas, sem contar os particulares.

Mas o processo parece ainda não era de todo expedito; a Convenção votava a lei de 22 Prairial ano II, lei estipulando que, havendo “provas sejam materiais, sejam morais, não se deviam ouvir testemunhas”. E as execuções não cessavam. Do 22 Prairial ao 9 Termidor, foram calculadas em 60 por dia.

E o artigo 1º da Declaração dos Direitos do Homem de 1793 dizia que “o fim da sociedade era a felicidade comum”, e, no dia 21 Messidor, ano II, Robespierre assim se dirigia aos jacobinos: “Nosso destino é fundar na Terra o império da sabedoria, da justiça e da virtude”...

No ponto de vista econômico, houve também contradições flagrantes entre a teoria e a prática. O direito de reunião e associação seria legítimo, respeitado. E esse direito era logo retirado aos operários. Ele o foi pelo decreto de 14 de junho de 1791, que declarava que toda coalizão operária era “um atentado contra a liberdade e a declaração dos direitos do homem”, punível com a multa de 500 libras e a privação por um ano do direito cívico. Haveria a liberdade do comércio, e a Convenção impunha aos comerciantes “preço de venda” e ainda que aceitássemos assinados “ao par”. Haveria o não intervencionismo do Estado, e o governo faz distribuição de víveres à população e requisitava todo trigo dos particulares. Haveria a liberdade do trabalho, e ele impunha um salário máximo aos operários. A Revolução seria o bem-estar de todos, e estava sendo a miséria. Esta era cada vez maior. Nestas condições, pretendeu ela impor aos ricos “a obrigação de alojar, sustentar e vestir os cidadãos enfermos, velhos, indigentes, órfãos, de seus cantões respectivos”. Pretendeu-o apenas. Mas, nesta hora, Saint-Just exclamava em delírio: “Que a Europa saiba que não mais desejais nenhum infeliz no território francês... A felicidade é uma ideia nova na Europa”. (Relatório, 8 Ventoso, ano II).

Era a volta ao passado: à caridade da Igreja e ao *poor law* da rainha Elisabeth... a Revolução estava reduzida a isto. A felicidade não mais seria a igualdade, a dignificação do homem, mas continuar ele vivendo de esmolas. Tudo como antes de 89. Apenas a classe dominante é que tinha mudado, é que era outra.

Haveria o livre exercício dos cultos, e Robespierre baixava um decreto estipulando que “o povo francês reconhecia a existência do Ser Supremo e a imortalidade da alma”, e, sob sua presidência, no 20 Prairial, era celebrada a festa nacional desse Ser.

E o Terror era o preâmbulo do 18 Brumário.

*Conclusão: Os direitos do homem eram proclamados, mas não assegurados. A liberdade, a igualdade e a fraternidade ainda eram um sonho.*

## Capítulo II

*Na Inglaterra, passavam a vigorar leis de exceção.*

*O movimento dos luddistas e a batalha de Peterlow.*

**N**A Inglaterra, sucedia outro tanto. A Revolução francesa iria aí completar as de 1648 e 1688. Mas ao invés de as completar, as restringia. Eis, em rápidos traços, como as coisas, nesse país, se passaram:

A *Sociedade de Correspondência* a que já fizemos alusão, aderindo à Convenção, alarmava a oligarquia inglesa, que tomava logo providências para deter no nascedouro esse movimento. O direito de associação foi retirado não só aos burgueses, como aos artesãos e proletários.

“As sociedades”, diz D. Riazanov, “as uniões que os elementos burgueses e a classe média podiam até então fundar, e, portanto, igualmente os artesãos, foram proibidas mais ou menos em 1800. Foram proibidas em particular todas as sociedades em correspondência recíproca. Em 1799, uma lei especial já havia proibido também toda associação dos operários na Inglaterra. De 1799 a 1824, a classe operária inglesa foi privada de todo direito de reunião e coalizão.” (Marx e Engels, pág. 18)

Esta não podendo defender suas reivindicações dentro da ordem, pacificamente, legalmente, trata de o fazer mesmo ilegal e violenta-

mente. E surge o movimento dos *luddistas* (*luddites*), assim chamado, porque os operários assinavam suas proclamações com o nome do famoso general Ludda, e cujo fim único consistia na destruição das máquinas. Foram vários os remédios para evitar esta destruição, inclusive a pena de morte. Esse movimento desordenado era substituído, a partir de 1815, por outro mais ordenado, mais consciente, e igualmente revolucionário, não só do proletariado, como da pequena burguesia e da burguesia ainda sem o poder político. Th. A. Rothstein assim o descreve:

“Como arrancar o Parlamento à aristocracia?”

“A experiência demonstrou que esta última dele não abrirá mão voluntariamente, e responderá pela força bruta a todas súplicas e pedidos, que lhe fizerem para isso. Em 1816, ano seguinte à batalha de Waterloo, quando o povo, que tinha salvo a Inglaterra e o mundo inteiro da tirania do ‘usurpador corso’, foi mergulhado no abismo de uma crise sem precedente, o célebre Cobbett, o defensor infatigável da democracia, começou a agitação em favor do sufrágio universal e dos parlamentos anuais. A agitação alcançou enorme êxito e, por toda parte, clubes políticos se organizaram sob o nome de Hampden, o herói da grande revolução. Qual foi a atitude do governo em face desse movimento? Suspendeu o *habeas corpus* e editou leis de exceção contra o porte das armas, contra a imprensa, contra as reuniões, os discursos, etc. Dois anos depois, as leis de exceção foram retiradas e a agitação recomeçou, mas o governo saiu a reprimi-la de modo mais bárbaro ainda.

“No mês de agosto de 1819, devia haver grande reunião popular, em Manchester, ao ar livre. O lugar escolhido para o *meeting* foi *Saint-Peter’s Fields*, vasta planície ao lado da cidade, onde, logo cedo, chegaram de todos os arredores operários com suas roupas domingueiras, acompanhados das mulheres e filhos, com bandeiras e música, para ouvir seu segundo favorito, o ‘orador’ Hunt. Hunt não havia ainda assomado à tribuna, e o exército e a polícia que lá se achavam se atiraram sobre a massa e a espancaram em regra. Sobre o ‘campo de batalha de *Peterlow*’, como foi batizada, ficaram 14 mortos e 618 feridos e estropiados. Estava claro que nada se alcançaria sem revolução: à obstinação da aristocracia, era preciso responder com verdadeira insurreição, e à força pela mesma força.” (*Uma época do movimento operário inglês*, pág. 17)

Os operários eram, assim, corridos a bala, e contra eles ainda adotados os *Six Actes*, ou novas medidas de opressão que, entretanto, não produziam senão o efeito de aumentar seu descontentamento.

*Conclusão: A aristocracia inglesa, minada em seus alicerces, se impacientava.*



.....

### Capítulo III

*À igualdade burguesa o proletariado opunha a sua.*

*Dizia: É necessário abolir não somente os privilégios de classe, mas também os antagonismo que as dividem.*

**H**AVIA, assim, de um lado, a burguesia, e, de outro, o proletariado, ou nova luta de classes. Era o que havia sido desde muito antevisto, e se concretizava. Fora o antevisto pelos místicos da Idade Média, por Thomas Munzer na guerra dos camponeses e pelos niveladores na Revolução inglesa; e era o que Babeuf havia desvendado na Revolução francesa.

“Sabe-se”, diz Engels, “que a burguesia, a partir do instante em que saiu do sistema feudal, como a borboleta de sua crisálida, a partir do momento em que o ‘Estado’ se torna uma classe moderna, é sempre e inevitavelmente acompanhada de sua sombra, o proletariado. Nestas condições, à igualdade burguesa o proletariado logo opõe sua igualdade; e, ao lado da reivindicação burguesa da abolição dos *privilégios* de classe, vê-se surgir a reivindicação proletária da abolição das *próprias classes*, primeiramente sob forma religiosa herdada do cristianismo primitivo

vo, e, depois, com fundamento nas teorias igualitárias dela mesma burguesia. Os proletários pegam da palavra burguesa e doutrinam: a igualdade não deve ser puramente aparente, não deve ser realizada somente no domínio do Estado, mas na realidade, isto é, no terreno social, econômico.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, pág. 125)

A tese do proletariado era, pois, de que a igualdade civil da Revolução francesa era incompleta, que tinha de ser completada pela igualdade econômica.

Prosseguia Engels:

“Os místicos da Idade Média que sonhavam com a aproximação do reino milenário, já tinham consciência da injustiça dos antagonismos de classes. No início da história moderna, há trezentos e cinquenta anos, Thomas Munzer lançou este grito ao mundo. O mesmo grito ressoa ainda na Revolução da Inglaterra, na Revolução francesa burguesa”, (idem, pág. 199), o que reproduzia ainda sob esta outra forma:

“A cada grande movimento burguês correspondiam movimentos autônomos da classe mais ou menos à vanguarda do proletariado moderno: assim, no tempo da reforma e da guerra dos camponeses, o partido de Thomas Munzer, na grande Revolução inglesa os Niveladores, na grande Revolução francesa Babeuf”. (idem, pág. 3)

Movimento revolucionário produz teoria revolucionária; e era o que ainda Engels ensinava, dizendo:

“A esses levantes de uma classe ainda imperfeita correspondiam manifestações teóricas: nos séculos XVI e XVII descrições utópicas de sociedades ideais (*A Utopia* de Thomas Morus e a *Cidade do Sol* de Campanella, por exemplo), no século XVIII teorias já francamente comunistas (Morelly e Mably).

“A igualdade devia não mais limitar-se aos direitos políticos, mas abarcar as condições sociais do indivíduo. Era necessário abolir não somente os privilégios de classes, mas também os antagonismos que as dividam.”(Idem, *ibidem*)

Aquele movimento do proletariado na França e na Inglaterra, não somente de defesa contra a organização burguesa, mas já também de ataque a essa organização no primeiro daqueles países e à aristocrático-burguesa no segundo, encontrava seus primeiros teóricos em filósofos e economistas, e filósofos e economistas, em sua maioria, elementos da própria burguesia.

Para os positivistas, as figuras que encarnam e simbolizam a Revolução francesa, são: *Condorcet*, na ordem filosófica; *Danton*, na ordem política; *Hoche*, na ordem militar.

Pois Condorcet, essa grande figura, membro da Academia das Ciências, seu secretário perpétuo, membro da Academia Francesa, deputado à Assembleia Legislativa, secretário e presidente dessa Assembleia, autor da introdução da Constituição de 1793, em 1794 na prisão, para onde os “montanheses” o arrastaram, e onde se envenenara, escrevia seu “Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano”, tentando subordinar o futuro ao passado, através da fase que considerava de transição, da burguesia revolucionária. Não seria demais, pois, incluí-lo entre os que, logo no dia seguinte à Revolução francesa, negavam a *permanência*, a *eternidade* da burguesia.

*Conclusão: O movimento de 89 havia sido restrito. O proletariado procurava alargá-lo.*

.....

## Capítulo IV

*O socialismo e comunismo crítico-utópico.*

*De revolucionário transformou-se em reacionário.*

**M**AS se Condorcet negava a burguesia, de modo abstrato, apenas em nome da ciência, outros a negavam, de modo concreto, claro, iniludível, constituindo o que Karl Marx e Engels qualificaram de socialismo e comunismo crítico-utópico.

“Não se trata aqui”, diz Marx, “da literatura que, em todas as grandes revoluções modernas, formulou as reivindicações do proletariado (os escritos de Babeuf, etc.)” (*Manifesto Comunista*, pág. 37)

“As primeiras tentativas diretas do proletariado para fazer prevalecer seus próprios interesses de classe”, acrescenta ele, “feitas numa época de efervescência geral, no período da derrubada da sociedade feudal, fracassaram necessariamente, não só por causa do estado embrionário do próprio proletariado, como devido à ausência das condições materiais de sua emancipação, condições que só podiam ser produzidas na era burguesa.” (Idem, *ibidem*)

Tais tentativas produziam aquela literatura, que “preconizava um ascetismo geral e grosseiro igualitarismo”, distinguindo-se, por isso,

dos sistemas socialistas e comunistas propriamente ditos. Esses sistemas de Saint-Simon, Fourier, Owen e outros aparecem, depois da Revolução francesa, já quando havia aquelas “condições materiais”, já quando se davam aquelas lutas entre o proletariado e a burguesia.

“Um comunismo, ascético, calcado sobre Esparta, foi a primeira forma da nova doutrina. Depois apareceram os três grandes utopistas.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, Engels, pág. 52), os acima enumerados: Saint-Simon, Fourier e Roberto Owen.

Marx considera a ação desses socialistas ou comunistas, primeiro, sob o ponto de vista crítico, e, depois, sob o ponto de vista revolucionário. Louva aquela, porque se revestiu de inegável eficiência, e censura esta porque se transformou em arma reacionária. Quanto à primeira, diz ele:

“Os inventores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante”, (idem, *ibidem*) embora não notem “do lado do proletariado, nenhuma ação histórica, nenhum movimento político que lhe sejam próprios.” (idem, *ibidem*)

“Atacam a sociedade existente em suas bases. Por conseguinte forneceram em seu tempo materiais de grande valor para esclarecer os operários.” (idem, pág. 38)

Mostravam que as instituições políticas e sociais decorrentes daquela Revolução não confirmavam as pomposas promessas dos filósofos e economistas que a fizeram deflagrar. Mostravam que havia não satisfação generalizada, mas generalizado desapontamento. Em 1802, Saint-Simon publicou suas *Cartas de Genebra*; em 1808, Fourier na primeira obra, se bem que a base de sua teoria date de 1799; e, a 1º de janeiro de 1800, Roberto Owen assumiu a direção de *New Lanark*.

Quanto à sua ação, considerada sob o ponto de vista revolucionário, dizia Marx:

“Desejam melhorar as condições materiais da vida para todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. Por conseguinte, não cessam de fazer apelos à sociedade inteira, sem distinção, ou antes se dirigem de preferência à classe dominante.” (idem, *ibidem*)

Acreditam na colaboração desta porque, afinal, será ela a primeira a compreender que a solução que propõem “é o melhor de todos os planos possíveis da melhor das sociedades possíveis”. (Idem, *ibidem*)

“Sonham, sempre, com a realização experimental de suas utopias sociais, o estabelecimento de falanstérios isolados, a criação de colônias-lares e a fundação de pequena Icária,<sup>1</sup> edição in 12 da nova Jerusalém, e para dar realidade a todos esses castelos de Espanha veem-se obrigados a apelar aos corações, aos cofres dos burgueses.” (idem, pág. 39)

Colocando-se neste ponto de vista, “repelem toda ação política e sobretudo toda ação revolucionária; procuram atingir seu fim por meios pacíficos; e tratam de abrir caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, por experiências, em pequena escala, condenadas de antemão ao insucesso.” (idem, pág. 38)

Depois, acentuando-se a luta das classes, e essa teoria condenando essa luta, deixava de servir aos interesses do proletariado para servir aos da burguesia. Perdia todo caráter revolucionário, transformando-se em reacionária.

“A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópico está na razão inversa do desenvolvimento histórico. À medida que a luta das classes se acentua e toma forma, esse desdém fantasista da luta, essa oposição fantasista à luta, perde todo valor prático, toda justificação teórica. Por isso, se, a muitos respeito, os fundadores desses sistemas eram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos são sempre reacionárias, porque estes se obstinam em opor as velhas concepções dos mestres à evolução histórica do proletariado. Procuram, pois, e nisto são consequentes, atenuar a luta das classes e conciliar os antagonismos... Os owenistas na Inglaterra, os fourieristas na França, reagem ali contra os cartistas, aqui contra os reformistas.” (idem, págs. 38 e 39)

Esta a apreciação do sistema em seu conjunto.

*Conclusão: É necessária a luta política do proletariado para o êxito de suas reivindicações.*

---

1 Owen chama suas sociedades comunistas modelares, *home-colonies*, colônias-lares. O falanstério era o nome dos palácios sociais imaginados por Fourier; e Icária, o país fantástico cujas instituições comunistas Cabert escreveu.

*Saint-Simon e sua descoberta de gênio*

Agora, algumas informações sobre seus autores, cada qual de per si.

Em suas *Cartas de Genebra*, Saint-Simon já estabelecia que todos os homens deviam trabalhar, e que o reino do Terror tinha sido o reino das massas não possuidoras.

Diz Engels: “Encarar, em 1802, a Revolução francesa como uma luta entre a nobreza, a burguesia e as classes não possuidoras, era uma descoberta de gênio.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, pág. 55) Em 1816, afirmou que a Política não era senão a ciência da produção e predisse sua absorção pela Economia. Predisse ainda o desaparecimento das classes. Fê-lo no seu plano de reforma social que ele mesmo resumiu em documento ao qual foi dado o nome de “Parábola de Saint-Simon”, assim concebido:

“Suponhamos que a França perca de repente seus cinquenta primeiros físicos, seus cinquenta primeiros cirurgiões, seus cinquenta primeiros fisiologistas, seus cinquenta primeiros banqueiros, seus duzentos primeiros negociantes, seus seiscentos primeiros agricultores, seus cinquenta primeiros donos de fábricas de fundição, etc. etc. [e enumera as principais profissões industriais]. Como esses homens são os franceses mais essencialmente produtores, os que dão os produtos mais importantes... a nação ficaria como um corpo sem alma no momento em que os perdesse; cairia imediatamente em estado de inferioridade em relação às nações das quais é atualmente rival e perduraria a elas subalterna enquanto não tivesse reparado essa perda, enquanto não lhe tivesse nascido nova cabeça...

“Passemos a outra suposição. Admitamos que a França conserve todos os homens de talento que possui, nas ciências, nas belas-artes, nas artes e ofícios, mas tenha a desgraça de perder, no mesmo dia, “Monsieur”, irmão do rei, “Monseigneur” o duque de Angoulême [cita todos os membros da família real], e perca ao mesmo tempo todos os grandes oficiais da Coroa, todos os ministros de Estado com ou sem departamento, todos os conselheiros de Estado, todos os mestres de cerimônias, todos os cardeais, todos os arcebispos, bispos, cônegos e vigários, todos os prefeitos e subprefeitos, os empregados nos ministérios, todos os juizes e além disso os dez mil proprietários mais ricos entre os que vivem fidalgamente, – este acidente afligiria certamente os franceses, porque são bons... Mas esta perda de vinte mil indivíduos reputados mais importantes do Estado só causaria tristeza sob o ponto de vista sentimental, pois que dela nenhum mal político resultaria para o Estado.”

Ou, em outras palavras:

O governo oficial não é mais do que uma fachada. A sociedade poderia passar sem ele. Não viveria menos bem por isso. Ao passo que não poderia prescindir daqueles outros.

Saint-Simon entendia que o regimento parlamentar era necessário somente como uma etapa entre o feudalismo e o regimento de amanhã, que seria o *industrialismo*, ou uma organização social combinada especialmente no sentido de favorecer a indústria, “fonte única de todas as riquezas e de todas as prosperidades”.

Esta nova organização importaria no desaparecimento das classes. Não mais haveria fidalgos, nem burgueses, nem clero. Só haveria duas categorias de pessoas: os trabalhadores e os ociosos. Estes, porém, deveriam desaparecer. O governo seria suprimido, tornando-se o país uma empresa industrial, uma grande fábrica, uma extensa oficina, onde “o cuidado de impedir os roubos e outras desordens... em uma palavra, o cuidado de governar... é considerado secundário e confiado a subalternos”.

O que se impunha era a administração das coisas em vez da administração dos homens.

“No estado atual das luzes”, dizia ele, “não é mais de ser governada que a nação carece, é de ser administrada o mais barato possível.”

A política não deveria desaparecer, mas transformar-se em *ciência positiva*, em *ciência da produção*.

No novo governo, os “poderes” seriam substituídos pelas “capacidades”, o “comando” pela “direção”.

O poder executivo seria exercido por uma Câmara de Deputados constituída unicamente de representantes da indústria comercial, manufatureira e agrícola.

A Política seria, assim, absorvida pela Economia, desaparecendo, portanto, o “governo” ou o Estado, à parte do industrialismo.

Donde esta observação de Engels:

“A ideia que as condições econômicas servem de base às instituições políticas não se mostra, aqui, senão em gérmen; esta proposição contém, entretanto, claramente, a conversão do governo político dos homens em uma administração das causas e em uma direção do processo (evolução) de produção, até à abolição do Estado, do que se tem



feito tanto ruído, “ultimamente” (idem, pág 56). (Alusão a Bakunine e a seus partidários na Internacional).

*Fourier, o dialético*

Carlos Fourier, em seus trabalhos *Teoria dos quatro movimentos*, em 1808, *Tratado da unidade universal*, em 1821, *Sumário do tratado da unidade*, em 1823, o *Novo mundo industrial ou societário*, em 1829, *Armadilhas e charlatanismo das seitas Saint-Simon e Owen que prometem a associação e o progresso*, em 1831, a *Falsa indústria e a indústria natural*, dois volumes, em 1835 e 1836, é precisamente o *utópico* e o *crítico*. Utópico com o plano de sua nova sociedade: seus *falanstérios isolados*, concepção que assim explicava:

Há doze espécies de paixões. Os homens podem combinar, regular essas suas paixões, no sentido da harmonia, do *unitismo*, sentimento de afeição universal, como o branco nasce da combinação das doze cores do prisma. E com esse sentimento congregar-se, da seguinte forma:

“Os trabalhadores se reuniram por associações (‘falanges’) de cerca de mil e oitocentos membros, homens, mulheres e crianças de todas as idades.

“Cada falange, organizada por grupos de séries, exploraria em comum uma légua quadrada de terreno.

“A vida seria igualmente comum. Cada falange habitaria amplo edifício denominado ‘falanstério’, disposto do modo mais agradável e mais cômodo e onde seriam, ao mesmo tempo, reunidas as diferentes especialidades da indústria manufatureira.”

Esta sua utopia.

Como crítico, Carlos Fourier punha em confronto, em sátiras mordazes e brilhantes, os dois mundos da sociedade burguesa; o por ela prometido e o por ela realizado. Aquele, o reino da Razão, uma civilização que devia assegurar o bem geral, a perfectibilidade indefinida do homem; este, a miséria material e moral, em toda sua brutalidade.

Era o analista perspicaz, e foi igualmente o dialético.

“Mas onde”, diz Engels, “Fourier surpreendeu, foi em sua concepção da história da sociedade.” (Idem, pág. 57)

Ele a dividiu em quatro períodos de desenvolvimento: a selva-géria, a barbárie, o patriarcado e a civilização.

No estudo desse desenvolvimento, firmou sua dialética social, assim a exprimindo: a civilização se move segundo um círculo vicioso, por meio de contradições que reproduz incessantemente, sem poder resolvê-las, de modo que atinge sempre o contrário do que procurava ou pretendia procurar. Concretizando essas suas ideias, dizia: por exemplo, na civilização ou estado burguês, a pobreza nasce da própria superabundância.

A pobreza, num pólo, gerando, no outro pólo, sua contradição: a miséria, o que levava Engels a obterem:

“Fourier, como se vê, maneja a dialética com tanto poder quanto seu contemporâneo Hegel.” (Idem, *ibidem*)

De modo que Saint-Simon e Fourier lançavam as bases do materialismo econômico e da dialética social.

### *Owen, filantropo e comunista*

Na Inglaterra, a essa hora, completava-se a revolução industrial a que já fizemos menção. O vapor e a máquina transformaram a manufatura em grande indústria, e, com esta, havia, de um lado, a riqueza, a concentração capitalista, e, de outro, o proletariado explorado, e sobretrabalho principalmente das mulheres e das crianças, a pobreza acentuando-se.

Diante dessa objetividade clamorosa e influenciado pelos materialistas do século XVIII, Owen, fabricante de 29 anos, ideólogo dos mais generosos, se propôs reformar a sociedade. De que forma? Partindo dos princípios daqueles materialistas: que o caráter do homem é o produto não só de sua organização natural, como das circunstâncias que o cercam, e mesmo mais destas que propriamente daquela. Entendia que, para modificar “o caráter humano”, era necessário modificar primeiro o meio ambiente. E punha em prática essa sua doutrina primeiramente em Manchester, em uma fábrica de 500 operários de que era diretor, e, depois, de 1800 a 1829, na grande fábrica de fiação de algodão de New Lanark, na Escócia, da qual era diretor-associado. Fê-lo introduzindo sobretudo nessa fábrica, onde tinha maior liberdade de ação, em consequência daquela sua qualidade, medidas e melhoramentos, que vi-

savam, a um tempo, o interesse de sua indústria e o bem-estar de seus assalariados. Entre essas medidas e esses melhoramentos, que foram coroados de sucesso que lhe valeu grande reputação, cabe citar os seguintes:

a) instituiu habitações operárias, refeitórios e dispensários, caixas econômicas e creches. Engels assinala que foi ele o primeiro inventor dessas creches, e acrescenta: “Desde a idade de dois anos, as crianças eram envidadas à escola, onde se divertiam de tal maneira, que se tinha pena de as mandar de novo, depois, para casa.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, pág. 59)

b) Enquanto seus concorrentes trabalhavam 13 e 14 horas, ele reduzia o trabalho em sua fábrica a 10 e meia horas.

c) Recusava o trabalho de menores de 10 anos, tendo criado para eles escolas leigas, e limitava o dos outros menores e ainda das mulheres. Em 1819, depois de cinco anos de esforços, fez passar a primeira lei consagrando essa limitação.

d) Suprimiu as multas, então de uso corrente.

e) Pagava os salários dos *chomeurs*. “Durante uma crise de algodão que paralisou o trabalho em sua fábrica de 4 meses, os operários continuaram recebendo seus salários por inteiro. Não obstante isto, elevou acima do dobro seu capital de instalação, e até o último momento deu a seus proprietários lucros vantajosos.” (Idem, *ibidem*)

Com essas idéas, haveria de transformar, como transformou, sua população operária ignorante, viciada, grosseira, em uma população feliz, instruída e fraternal. “Transformou uma população de cerca de 2.500 operários, composta de elementos diversos e em sua maioria desmoralizados, em uma colônia modelo, onde a embriaguez, a polícia, a prisão, os processos, a assistência pública e a necessidade de caridade privada eram desconhecidos. E tudo isto simplesmente porque os operários eram colocados nas condições de dignidade do homem, porque a geração que se formava era carinhosamente encaminhada.” (Idem, *ibidem*)

Nem só assim procedia, como cuidava de incutir no espírito dos demais industriais que, do mesmo modo que ele, procedessem, escrevendo para esse fim estas publicações: *Aos diretores das manufaturas*,

1803; *Novas vistas de sociedades*, 1808; *Observação sobre as consequências do sistema manufatureiro*, 1817; *Novo mundo moral*, 1835, etc.

Replicando aos que causavam reparos suas inovações, dizia ele:

“Já certamente a experiência vos ensinou a diferença que existe entre uma instalação mecânica limpa, reluzente, sempre em bom estado, e a que está suja, em desordem, sofrendo inúteis atritos e se tornando a pouco e pouco imprestável. Se, pois, o cuidado que dispensais a motores inanimados pode dar tão vantajosos resultados, quanto se poderia esperar de iguais cuidados que se prestassem a estes motores animados, a estes instrumentos vivos cuja estrutura é bem mais admirável? Não é natural a conclusão de que estes mecanismos muito mais complexos e delicados seriam igualmente melhorados em força e eficácia, e que seu emprego seria muito mais econômico, se mantidos em estado de limpeza, se tratados com brandura, se na sua atividade mental fossem evitados atritos irritantes, se lhes tocassem quantidade de alimento e anelos de existência suficientes para lhes conservar os corpos em boas condições de produção, para evitar que se estraguem ou sejam prematuramente refugados?” (“Aos diretores das manufaturas”)

Mas Owen não se contentou em melhorar as condições de trabalho e de vida de seus operários. Chegou à convicção que, ainda assim, os explorava, e muito, e que isto não estava certo: que a produção era um bem social e, portanto, tinha de pertencer a todos, à comunidade, e não apenas a alguns, a certa minoria.

“Esses homens”, dizia ele, “eram meus escravos.”

E o fundamentava nestes termos:

“Pequeno grupo de 2.500 homens produzia mais riqueza para a sociedade que uma população de 600.000 homens não o poderia fazer, meio século antes. Perguntava a mim mesmo: que era feito da diferença entre a riqueza consumida por esses 2.500 homens e a que teriam consumido 600.000?” (Memória ao governo provisório de 1848 e dirigida aos republicanos vermelhos: *red republicans*.)

“A resposta era simples. Era consagrada a pagar aos proprietários do estabelecimento 5% pelo capital que nele tinham invertido, além do lucro por eles alcançado de sete milhões e meio (300.000 libras esterlinas). O que era verdadeiro para New Lanark, era-o com muito mais forte razão para todas as outras fábricas da Inglaterra.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*. pág. 60)

Ponderava ainda Owen:

“Sem esta nova riqueza criada com o auxílio da máquina, não teria sido possível sustentar as guerras contra Napoleão, para a manutenção dos princípios aristocráticos da sociedade. E, entretanto, esta nova riqueza era obra da classe operária.” (Idem, *ibidem*)

Logo, concluía, devia pertencer-lhe. Devia pertencer à comunidade social e só ser empregada em benefício do bem-estar comum.

Desse modo, evoluía do *filantropismo* para o *comunismo*. Propunha-se reorganizar igualmente a sociedade. Propunha-se realizar em ponto grande e, para todos, o que havia realizado em ponto pequeno e, apenas, para alguns em New Lanark.

Daí suas *colônias comunistas*. Ele as apresentou, em 1823, como remédio eficaz aos males que assoberbavam a Irlanda. Seriam uma utopia quanto àquela sua finalidade comunista, mas pareceu a Engels que bem poderiam remover aqueles males, visto o incontestável caráter prático de que se revestiam. Calculou tudo quanto a elas dizia respeito: as despesas de sua instalação e manutenção e sua provável receita; e esta excedia de muito aquelas. Tudo em pura perda: sua sugestão não foi aceita.

Depois a colônia denominada New Harmony, que ele próprio fundou, em 1825, no Estado de Indiana, da Confederação Norte-Americana e outra fundada por um de seus discípulos em Orbiston, na Escócia ambas, por circunstâncias diferentes, fracassaram.

Ainda com o objetivo de preparar o terreno para a sociedade comunista, dava estes passos:

a) Promovia o primeiro congresso em que as *trade unions* se reuniram em sociedade geral de resistência. Promovia esse congresso e presidia-o. Foi a *Grande União Consolidada das Profissões* (1833-1834), a *Trades Union*, união geral de todas as profissões, que não se deve confundir com as *trade unions* que são sindicatos de profissão.

b) Introduziu no cenário econômico, de um lado, as sociedades cooperativas de produção e de consumo, que também fracassaram, mas tiveram, ao menos, o mérito de provar a completa inutilidade dos negociantes e fabricantes, e, de outro, os bazares do trabalho, para a troca dos produtos do trabalho, com auxílio do papel-moeda, tendo por

unidade de valor a hora do trabalho. O produto do trabalho era trocado por “notas de trabalho” (*Labour notes*).

Aqueles bazares eram uma sociedade cooperativa organizada em Londres, em 1832, o *National Equitable Labour Exchange*, a cujo armazém cada sócio podia entregar os artigos de sua produção, recebendo o preço correspondente em troca de trabalho e na relação do número de horas despendidas a produzi-los, conforme declaração do próprio vendedor. Esses artigos eram vendidos a outros sócios, em troca igualmente de notas de trabalho representando a mesma soma.

Esse *National Equitable Labour Exchange* que antecipava o *Banque d'Échange* que Proudhon estabeleceu, em 1848 não tinha melhor sorte que aquelas outras iniciativas de Owen. Primeiro, porque os associados aumentaram o valor dos seus produtos, como seria de esperar, atribuindo-lhes maior número de horas de trabalho do que a realidade. Foi necessário, por isso, confiar sua avaliação, como nos montes de socorro, a peritos. Depois, porque, embora até certo ponto removida essa dificuldade, subsistia outra mais fundamental, que vinha a ser a seguinte: aderentes, em não pequeno número, traziam à sociedade produtos sem grande procura, muitos mesmo emendáveis, e com as notas que recebiam em troca apressavam-se a adquirir no armazém todos os produtos que tinham algum valor, isto é, que tinham sido honestamente tarifados, para os ir revender fora a bom dinheiro. De modo que, em pouco tempo, nele, armazém, já não havia senão *alcaldes*.

O armazém comprava mercadorias cotadas por mais do que o verdadeiro valor, e só vendia as cotadas por menos, pelo que perdia duplamente e tinha de ser, como foi, arrastado à ruína.

A realidade era mais forte que o utopismo comunista de Owen, e comprometia toda fortuna do filantropo.

É o que Engels confirma, dizendo:

“A adesão ao comunismo foi o momento crítico da vida de Owen. Enquanto se contentou apenas com o papel de filantropo, colheu riqueza, renome, honrarias, aprovação. Foi o homem mais popular da Europa. Não somente os burgueses mas os estadistas, os príncipes o escutavam e o aplaudiam, mas quando se fez apóstolo do comunismo, tudo mudou. Em sua opinião, três grandes obstáculos impediam toda reforma social: a propriedade individual, a religião, a forma atual do casamento. Ele sabia o que lhe estaria reservado se os atacasse: banimento da sociedade oficial e

perda de sua posição social, mas nada o deteve e tudo quanto havia previsto aconteceu. Foi banido da sociedade oficial; a imprensa estabeleceu a conspiração do silêncio em torno de sua pessoa, e, além do mais, suas experiências comunistas da América, nas quais sacrificou toda sua fortuna, o empobreceram.”

Foi até o final, malgrado todos esses reveses, elemento ativo no meio do proletariado. Como, porém, não descesse da possibilidade de colaboração entre a classe operária e a burguesia, no movimento carlista a que, mais adiante, teremos de fazer menção, foi não revolucionário, mas contra-revolucionário. Desaprovou-o pela sua ação política.

*Conclusão: Os sistemas de Saint-Simon, Fourier e Owen fizeram a crítica da sociedade burguesa; atacaram-na em suas bases; mas repeliram toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária para a demolir.*

.....

## Capítulo V

*O antagonismo entre o capital e o trabalho ainda mais definido.*

*A teoria da renda territorial de Anderson.*

**E**SSE antagonismo entre o capital e o trabalho, a esse mesmo tempo, ainda era mais precisado, definido, por três outros economistas também burgueses: Malthus e Ricardo na Inglaterra, com suas concepções qualificadas de “pessimistas”, e Sismondi, na Suíça e na França. Malthus, pastor protestante em Surey e professor de Economia Política em Haileyhury, membro da Sociedade Real de Londres e do Instituto de França; Ricardo, célebre banqueiro e membro da Câmara dos Comuns em 1817; Sismondi, historiador e economista suíço, secretário da Câmara do Comércio, membro do conselho representativo e professor de literatura de Genebra (1811), e, depois, correspondente (1813) e também membro do Instituto de França (1833).

Exponhamos, em rápidas palavras, as teorias dos três.

Anderson, em seu trabalho *A calm investigation of the circumstances that have the present scarcity of grain in Britain*, Londres, 1801, chegava a estas conclusões:



“De 1700 a 1750, temos contínua baixa dos preços do trigo que caem de 21. st. 18 sh. 1 d. a medida a 1 l. st. 12 sh. 6 d.; de 1750 a 1800, alta quase também contínua de 1 l. st. 12 sh. 6 d. a 51. st. 10 sh.” (*História das Doutrinas Econômicas*, Karl Marx, tomo IV, pág. 37)

Estabelecendo esse confronto. acrescentava:

“A população aumentava tanto na primeira quanto na segunda metade do século XVIII”. (Idem)

Inimigo declarado da teoria já então enunciada sob formas diferentes da população afirmava que a terra pode ser melhorada, de dia para dia. Afirmava-o nestes termos.

“A terra pode ser sempre renovada por influências químicas e o trabalho. Em racional sistema econômico, a produtividade do solo pode elevar-se de ano para ano, alcançando finalmente um grau de que nos é difícil fazer atualmente ideia. Pode-se dizer com toda segurança: Nossa população atual é tão mínima em comparação à que nosso trabalho poderia nutrir, que não há de nossa parte por que recluir. Quando a população aumenta, a produção do país deve igualmente aumentar, salvo se influências morais vêm perturbar a ‘economia’ da natureza.” (Idem, págs. 37 e 38)

Detinha-se na demonstração de que a produtividade da agricultura aumenta ou diminui com a população: considerava a teoria da população como “preconceito perigosíssimo”, e reconhecia que a renda não provém do solo, mas do produto da agricultura, isto é, do trabalho e de seu produto, o trigo, por exemplo.

Tal conclusão, Marx a encarecia, dizendo:

“A palavra de Anderson (que se acha em parte em Smith): ‘Não é a renda do solo que determina o preço de seu produto, é o preço desse produto que determina a renda’, foi o golpe de morte na doutrina dos fisiocratas. ‘É o preço do produto agrícola e não o produto ele mesmo nem a terra’, que para Anderson, é a fonte da renda. Assim caía a opinião que a renda era devida à produtividade excepcional da agricultura, a qual era, por sua vez, produto da fertilidade particular do solo.” (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo IV, pág. 52)

Dada essa sua larga visão, ele seria, como o assinalou Marx, “o pai da chamada lei de Ricardo” (Idem, pág. 64). Marx o assinalou e explicou por que seus escritos não produziram grande barulho. É que os economistas da moda eram James Steuart e sobretudo Adam Smith que estava despertando geral atenção. Depois, Anderson nestes escritos, de caráter mais prático que teórico, e destinados especialmente aos agricultores, havia tratado da renda territorial, não de modo especial, mas

quase só incidentalmente, pelo que pareceu a Marx não ter tido ele precisa “consciência da riqueza de sua descoberta” (Idem, pág. 52)

Já havia assim a teoria da fertilidade do solo sempre crescente e proporcional a qualquer aumento da população: a produção seria sempre ou superior ou equivalente a esse aumento.

*Conclusão: A teoria da renda de Anderson é um dos preâmbulos do socialismo de Marx.*

.....

## Capítulo VI

*O absurdo da teoria da população de Malthus.*

*Seu único mérito consistiu em contestar a harmonia preconizada pela economia burguesa.*

**A**TÉ Anderson, os autores da “teoria da população”, em princípio, contestavam a renovação da fertilidade do solo. Haveria falta de subsistências porque, ao passo que a população não cessava de aumentar, as terras iam morrendo, extenuando-se, esgotando-se. Anderson os corrigia. Não haveria esse esgotamento, esse extenuamento, essa morte lenta das terras. Malthus procurava, então, aproveitar o trabalho deste e o daqueles: procurava conciliá-los.

Vinha e dizia:

“Sim, há a fertilidade sempre crescente do solo; não, porém, na mesma proporção da fertilidade humana. Ao passo que esta é em progressão geométrica (tirava essa ideia da progressão geométrica de Wallace), aquela é em progressão aritmética”, dizia-o e formulava sua “lei”.

Os gêneros destinados à subsistência aumentam em progressão aritmética, enquanto a espécie humana se desenvolve em progressão

geométrica, cada termo correspondendo a um período de vinte e cinco anos, do seguinte modo:

Gêneros alimentícios ... 1 2 3 4 5 6 7 8 9

População ... 1 2 4 8 16 32 64 128 256

Assim, no espaço de 50 anos, ainda os alimentos se mantinham em equilíbrio com a população; mas no fim de 75 anos já aqueles ficariam na proporção de três quartos, seriam metade ao cabo de 100 anos, menos de um terço em 125 anos, menos de um quinto em 150 anos, não chegariam a um nono em 175 anos, corresponderiam apenas a 16ª parte em 200 anos e mal dariam a 28ª parte no fim de 225 anos.

Esse arranjo de Malthus é severamente julgado por Karl Marx. Diz ele:

“Desde 1815, certos autores reproduziram, sob a forma de pesquisas teóricas independentes, as ideias de Anderson sobre a natureza da renda. Malthus: *‘Inquiry into the nature and progress of rent’*; West: *‘Essay on the application of capital to land’*.”

“Malthus, além do mais, se inspirou na teoria de Anderson, para dar à sua lei da população um fundamento real, econômico e histórico, enquanto que sua teoria, tomada de empréstimo de seus predecessores, da progressão geométrica e aritmética, é puro absurdo, hipótese quimérica... É evidente que Ricardo não conhecia Anderson, pois que, no prefácio de sua obra, não fala senão de Malthus, e de West. É possível que este último tenha também ignorado Anderson. Quanto a Malthus, é diferente. A comparação atenta de seus trabalhos com os de Anderson o comprova. Malthus foi de resto plagiário de profissão. Na primeira edição de seu tratado da população, não cita jamais Townsend, que, entretanto, parafraseou ou copiou textualmente.” (Idem, p. 6)

Acrescenta:

“A obra de Malthus, *On Population*, era um panfleto contra a Revolução Francesa e as ideias de reforma que se apresentavam na Inglaterra. Era uma apologia da miséria das classes operárias. Nela não havia feito senão plagiar Townsend.

“Seu *Essay on Rent* era um panfleto para os *landlords* contra o capital industrial. Aí não havia feito senão plagiar Anderson.

“Os *Principles of Political Economy* eram um panfleto em favor dos capitalistas contra os operários e em favor da aristocracia, da Igreja, de todos os ‘orçamentívoros’ contra os capitalistas. Aí não fazia senão plagiar A. Smith. Para o resto, parafraseia Sismondi.” (Tomo VI, p. 94)

E ainda nesse mesmo tomo:

“A quem se afiguraria, à primeira vista, que os *Principles of Political Economy* que são senão um arranjo da tradução dos *Novos princípios da economia política* de Sismondi? No entanto o são. A obra de Sismondi apareceu em 1819. Um ano depois Malthus dava dela a caricatura inglesa. Como precedentemente em Townsend e Anderson, encontrou em Sismondi um ponto de reparo teórico para um de seus enormes panfletos econômicos, sem contar o que ele tirava dos *Principles* de Ricardo.”

“Em Ricardo, Malthus combateu a tendência da produção capitalista na medida em que ela se insurgia contra a antiga sociedade; e, com seu infalível instinto eclesiástico, não apanhou em Sismondi senão o que era contra a produção capitalista, contra a sociedade burguesa moderna.”

No *O Capital* tratava-o do mesmo modo. Dizia:

“Sir F. M. Eden, seja-o dito de passagem, é dentre os discípulos de A. Smith o único que nos deu, no século XVIII, uma obra de valor. O leitor poderá perguntar-me pelo *Essay on Population*, publicado por Malthus em 1789. Responderei que essa obra não é senão um plágio, superficial e hipócrita, dos trabalhos de Foe, J. Steuart, Townsend, Franklin, Wallace, e outros, e não encerra nenhuma proposição original.” (Tomo IV, p. 76) Mostrando o absurdo, o quimérico da teoria da progressão geométrica de Malthus, ainda diz Marx:

“Charles Darwin, *On the origin os species*, etc., London, 1860, diz em sua introdução: Vamos estudar a luta pela vida entre os seres orgânicos do mundo inteiro, tal como decorre inevitavelmente de sua capacidade muito geométrica de acréscimo. É a aplicação da teoria de Malthus ao reino animal e ao reino vegetal inteiros.

“Darwin não percebe que ele demole a teoria de Malthus, descobrindo a progressão geométrica nos reinos animal e vegetal. A teoria de Malthus consiste precisamente em opor à progressão geométrica dos homens, estabelecida por Wallace, a quimérica progressão aritmética dos animais e das plantas. No que Darwin escreve, por exemplo, sobre a extinção das espécies, encontramos nesse pormenor, sem mesmo nos preocupar com o princípio fundamental de sua doutrina, a refutação científica da teoria de Malthus. Depois, já Anderson a tinha refutado por antecipação.” (*História das Doutrinas Econômicas*, Tomo IV, p. 16)

Era uma teoria falsa; no entanto, havia os que a defendiam denodadamente.

Por quê?

Razões de classe. A Inglaterra ainda se achava sob o domínio da aristocracia, da nobreza. Com essa sua lei, completada pelo seu *Essay on Rent*, Malthus se colocava ao lado dela, a um tempo contra a burguesia e o proletariado.

O grito que, então, se ouvia, por toda parte, era este:

Abaixo os *landlords*!

Ele vinha e dizia:

“Não. Sua renda territorial cresce por uma questão de ordem natural, em consequência do crescimento da riqueza da produção.

“Há miséria, também, por uma questão de ordem natural, em consequência do crescimento maior do que a produção, população.

“Temos de nos conformar com os fenômenos de ordem natural. São superiores à nossa vontade. O que devemos fazer, o que está em nós fazer, consiste apenas em envidar esforços para, de alguma forma, os atenuar. Esses esforços são no sentido não de os que têm abrir mão, em parte, de suas rendas, o que não produziria senão o efeito de aumentar o número dos necessitados, mas de todos, sem exceção, limitarem sua prole por meios não imorais ou fraudulentos, mas também naturais, isto é, pela abstinência e pelo retardamento do matrimônio.”

Seu conselho no caso era de castidade e prudência. Mas admitia até a prática que ele mesmo condenava e denominava “vício” de preferência aos riscos da concepção e à decorrente superpopulação.

Malthus, diz Carlos Gide, “mostra-nos o homem apertado em uma encruzilhada, um trevo, com três caminhos que têm como rótulos, o da frente a miséria, o da direita a virtude, o da esquerda o vício. Vê o homem impelido para o primeiro pela força de um instinto cego. Exorta-o a resistir e fugir por uma das vias laterais, de preferência pela da direita. Mas receia que o número dos que seguirão seu conselho, dos que, como diz o Evangelho, entrarão no caminho estreito da salvação, seja mínimo. E, por outro lado, não quer admitir na sua alma algum tanto ingênua, que todos os outros homens seguirão o caminho do vício, de modo que afinal teme que a multidão se deixe cair no despenhadeiro natural, na senda para o abismo, e nem um nem outro dos obstáculos pre-

ventivos basta para o tranquilizar sobre o futuro da humanidade”. (*História das Doutrinas Econômicas*)

Transigindo com aquele caminho da esquerda, daria lugar como deus, ao neomalthusianismo. Mas isto não o preocupava. O que o preocupava era o quadro da desproporção de sua fórmula que a aristocracia não cessava de louvar, de cobrir de encômios. E ele, representando bem seu papel, para demonstrar publicamente de que estava ao serviço de uma ideia, de uma convicção arraigada do interesse geral, e não do particular daquela classe dominante, ele próprio, embora pastor protestante, dava o exemplo do celibato. Era de tal ordem aquela sua convicção, que a sobrepuja à palavra bíblica do “crescei e multiplicai-vos”. Acreditava mais nela própria, que mesmo nessa palavra.

Anteriormente, William Petty, em sua *Treatises and taxes*, dava-se ao prazer de ridicularizar os pastores protestantes. Dizia ele:

“Uma vez que na Inglaterra há mais homens que mulheres, os padres deveriam voltar ao celibato, ou, pelo menos, nenhum ser admitido nas ordens, enquanto casado...” Então, seria possível reduzir de metade suas prebendas.” (p. 7)

E com suave ironia:

“A religião prospera sobretudo onde os padres mais se maceiram, como o direito... é melhor servido onde os juristas menos trabalham.” (p. 59)

Aconselha aos ministros protestantes, se não querem escutar São Paulo e mortificar-se pelo celibato, a não “formar mais ministros que as prebendas”. Argumentava: “Se a Inglaterra e o País de Gales não dispõem senão de 12.000 prebendas, seria má política se a procriação geral dos padres os elevasse a 24.000. Os 12.000 que sobrassem seriam obrigados a procurar qualquer ganha-pão. O meio mais fácil seria para eles fazer crer à população que os 12.000 beneficiados envenenam as almas dos fiéis, ou os empobrecem ou os afastam do Céu, da salvação eterna.” (pp. 59 e 60)

Está claro que, com sua lei, Malthus não quis equilibrar o número de pastores com o das prebendas. Seu objetivo não foi esse restrito de servir à sua ordem, mas aquele mais amplo de fazer sentir às classes pobres que não deveriam revoltar-se contra o regime econômico

existente, porque a causa de sua desgraça, de sua miséria, não era esse regime, mas incontinência própria da espécie humana.

Donde estes conceitos de Karl Marx:

“O grande estardalhaço feito por esse panfleto [*Essay on Population*] não teve por causa senão o interesse de partido. A Revolução Francesa havia encontrado no reino britânico defensores apaixonados. O ‘princípio de população’, lentamente elaborado no século XVIII, e, depois, anunciado a toque de formidável caixa, em meio de grande crise social, como o antídoto infalível das doutrinas de Condorcet, etc., foi ruidosamente acolhido pela oligarquia inglesa como o abafador de todas as aspirações, de todos os sonhos pelo progresso humano. Malthus, espantado com seu sucesso, se pôs a guarnecer seu antigo quadro de matérias surrupiadas aqui e ali, sem discernimento real.” (*O Capital*, tomo IV, p. 77)

E, na *História das Doutrinas Econômicas*:

“Malthus..., fiel adepto da Igreja do Estado, era o sicofanta da aristocracia territorial (da classe dominante), da qual justificava no ponto de vista econômico as rendas, as sinecuras, as dissipações, assim como a falta de coração. Não defende o interesse da burguesia industrial senão enquanto esse interesse se confunde com o da propriedade territorial, da aristocracia, e se opõe ao da massa, do proletariado. Desde que seus interesses divergem ou colidem, é pela aristocracia, contra a burguesia.” (Tomo IV, p. 7)

A Revolução Francesa estava provocando na Inglaterra o *Reform Act*, que seria assinado em 1832. Malthus procurava impedi-lo ao serviço ainda da sociedade feudal.

Sua doutrina poderia ser assim resumida:

O mal não é de regime. Também o burguês não seria a salvação. O mal está em nossa própria natureza, está em nossos desenfreados apetites. Mas Malthus tinha esse mérito de reconhecer que a solução burguesa não seria uma... solução definitiva. Este seu único mérito.

“Malthus não teve senão um mérito. Ainda que não tenha descoberto propriamente as discordâncias que contestam a miserável doutrina da harmonia preconizada pela economia burguesa, ele as fez



sobressair com especial complacência, as descreveu e as divulgou amplamente.” (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo IV, Karl Marx, p. 16)

“Em suas três obras, Malthus tem o real mérito de pôr em primeiro plano a relação de desigualdade entre o capital e o trabalho assalariado”. (Tomo VI, p. 23)

*Conclusão: Malthus punha em destaque as desarmonias da economia burguesa.*

.....

## Capítulo VII

*Ricardo, o pai do comunismo.  
Descobriu a oposição econômica das classes.  
Tal é, no juízo de Marx, a grande  
significação histórica de sua obra.*

**R**ICARDO já descobria, já precisava aquelas discordâncias.

A documentação a esse respeito é fartíssima. Não só dos marxistas, como da própria economia burguesa.

Diz Karl Marx:

“O fundamento, o ponto de partida da fisiologia do sistema burguês, da compreensão de seu organismo íntimo e de seu processo vital, é a determinação do valor pelo tempo de trabalho. Ricardo parte daí, e força a ciência a renunciar sua velha rotina, a considerar até que ponto as outras categorias que ela desenvolveu ou representou (as relações de produção e de circulação) correspondem a esse fundamento, a esse ponto de partida, ou o contradizem... Tal é, para a ciência, a grande significação histórica de Ricardo. Eis porque Say, a quem ele suplantou, se mostra mal humorado, dizendo que se lançou a ciência no vazio, sob pretexto de a alargar. Outro mérito em relação estreita com este: Ricardo descobriu a oposição econômica das classes, qual a revela sua cone-

xão íntima. Penetrou até a raiz da luta histórica da economia e de seu processo de desenvolvimento. Eis por que Carey o denuncia como o pai do comunismo.

“O sistema de Ricardo é um sistema de discórdia. Sua tendência é criar a inimizade entre as classes e as nações. Seu livro é o verdadeiro manual dos demagogos que aspiram ao poder pela confiscação da terra, a guerra e a pilhagem.” (Carey: *The past, the presente and the future*, Filadélfia, 1848, p. 74)

Mas a essa importância científica, a esse grande valor histórico da teoria de Ricardo se opõe a defeituosidade científica de seu processo.” (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo III, p. 9)

E Ricardo concluía, como verdadeiro cientista:

“Lamentaria vivamente que, por consideração por uma classe particular, se retardasse o progresso da riqueza e da população de um país.” (*An essay on the influence of a low price of corn on the profits of stock*, etc., 2ª ed. London, 1815, p. 49)

Prosegue Marx:

“Em 1815, essa teoria [a da renda] foi ensinada por Malthus como precedentemente por Anderson, no interesse das leis sobre o trigo. Anderson e Malthus se serviram dessa teoria para defender, e Ricardo para atacar a propriedade territorial.” (Idem, tomo IV, p. 18).

“Para Ricardo, ‘acumulação do capital depende sempre da força produtiva do trabalho’, o primeiro fator não é, pois, o capital, mas o trabalho.” (Idem, tomo IV, p. 114).

“Consideremos a Inglaterra. Sua economia política clássica corresponde ao período em que a luta de classe não estava ainda desenvolvida. Seu último grande representante, Ricardo, toma, enfim, com pleno conhecimento, como ponto de partida de seus estudos, a oposição que existe entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro e a renda territorial, considerando ingenuamente essa oposição como lei natural da sociedade. Mas, com esse fato, a ciência burguesa da economia tinha chegado a um limite intransponível. No tempo mesmo de Ricardo, seu sistema encontrou seu crítico e seu adversário em Sismondi.” (*O Capital*, tomo I, prefácio de 1872, p. LXXXVI)

“Ricardo tem o grande mérito de ter compreendido que a maquinaria não servia somente para produzir mercadorias, mas ainda para criar a superpopulação.” (*O Capital*, tomo III, p. 61)

Ricardo, no capítulo de seus *Principles*, em que se ocupa do maquinismo, diz:

“Estou tanto mais obrigado a tratar desta questão quanto, a força de refletir, modifiquei minhas ideias sobre esse assunto. Não creio tenha que me retratar no que seja do que publiquei sobre maquinismo: mas me aconteceu, como parlamentar, sustentar opiniões que me parecem agora errôneas...”

“No começo de meus estudos sobre economia política, era de opinião que a introdução de máquinas em qualquer ramo da indústria, porque permitiam economizar trabalho, devia ser de vantagem geral e não apresentava de fato de inconvenientes senão a transferência de uma soma de capital e de trabalho de uma esfera para outra.” (*História das Doutrinas Econômicas*, Karl Marx, tomo V, p. 134)

Afirma que raciocinava do mesmo modo em relação aos proprietários territoriais, e conclui:

“Tais eram minhas ideias. São as mesmas no que se refere aos proprietários territoriais e aos capitalistas; mas estou convencido que ‘a substituição do trabalho humano pelas máquinas é frequentemente muito prejudicial à classe operária.’” (Idem, pág.135)

Por tudo isto, é que Marx, em 1852, em carta a seu amigo Weydemeyer, em Nova York, a esse propósito, ainda salientava que “não teve o mérito de haver descoberto a existência das classes na sociedade moderna e a luta entre elas”, que, “muito tempo antes dele, historiadores burgueses tinham descrito o desenvolvimento histórico dessa luta de classes”.

Diz Engels:

“As duas proposições que Ricardo em 1817 levanta no início de seus *Princípios*: 1º que o valor de cada mercadoria é somente e unicamente determinado pela quantidade de trabalho exigido para sua produção, e 2º que o produto da totalidade do trabalho social é dividido entre as três classes dos proprietários territoriais (renda), dos capitalistas (lucro) e dos trabalhadores (salários), estas duas proposições tinham já, desde 1821, na Inglaterra, fornecido matéria para conclusões socialistas”. (Prefácio datado de 25 de outubro de 1884 à *Miséria da Filosofia*, de Karl Marx, p. VIII).

Diz ainda Engels:

“Ricardo vai muito além de A. Smith. Funda sua concepção da mais-valia em uma teoria nova do valor, que já existe em gérmen em A. Smith, mas que este perde quase sempre de vista na elaboração de seu sistema, e que se tornou, entretanto, o ponto de partida de toda ciência econômica posterior. É da determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho realizada nas mercadorias que ele faz decorrer a repartição entre operários e capitalistas, isto é, a divisão em salário e lucro (mais-valia), da quantidade de valor acrescentada às matérias-primas pelo trabalho... Mas a doutrina ricardiana do valor e da mais-valia não teve necessidade de esperar a obra de Rodbertus: *Zur Erkenntnis*, para ser explorado pelo socialismo.” (Prefácio ao V tomo de *O Capital*, p. 24)

Mais recentemente, Carlos Gide, depois de reduzir a doutrina de Ricardo a estas fórmulas: “O valor total dos seus artigos [os dos fabricantes] divide-se em duas únicas porções, das quais uma constitui os lucros do capital, enquanto a outra é consagrada aos salários dos operários..., tudo que aumenta os salários faz diminuir os lucros...; nada altera os lucros a não ser a elevação dos salários...; há de ser sempre verdade que os lucros dependem da carestia ou do baixo preço dos salários”, comenta:

“A afirmação deste *antagonismo fatal* entre os interesses do capitalista e os do trabalhador devia escandalizar e desolar os economistas que, ao contrário, se aplicam a demonstrar que o capital e o trabalho são solidários, quase irmãos; e é assim que veremos, mais tarde, Bastiat procurar demonstrar que na evolução econômica a parte do capital e a do trabalho aumentam uma e outra, esta última ainda mais do que aquela.

“Que se pode, entretanto, objetar à lei de Ricardo? Ela parece em absoluto evidente: é um truísmo.

“Quando um bolo tem de ser dividido entre duas pessoas, não é evidente que se uma tiver mais, a outra terá menos? Mas, dizem, pode-se e deve-se supor que a massa a dividir vai sempre aumentando, de modo que o quinhão de cada um dos dois pode aumentar. Nisso não consiste a questão. Ainda que o bolo fosse dez vezes, cem vezes maior, não seria menos verdade que se um tiver mais da metade, o outro terá menos dela. A lei de Ricardo não tem outra significação: não se trata de *quantidades*, mas de *proporções*. (Obra citada)

*Conclusão: Ricardo desvendou a oposição que existe entre os interesses de classe, entre o salário e o lucro e a renda territorial; descobriu esse antagonismo fatal.*

## Capítulo VIII

*As crises não são, para Sismondi, simples  
acidentes naturais.*

*Mas expressões essenciais das contradições  
imanescentes.*

**P**OR que diz Marx que, “no tempo mesmo de Ricardo, seu sistema encontrou seu crítico e seu adversário em Sismondi”?

Porque Ricardo considerou aquela oposição entre o salário e o lucro e a renda territorial, como lei natural da sociedade; considerou as crises resultantes dessa oposição, como “simples acidentes”, ao passo que Sismondi as haveria de considerar, como “explosões essenciais das contradições imanescentes, produzindo-se sobre grande escala e em épocas determinadas”.

Para aquele, tal oposição era simples acidente, lei natural sem remédio; para este, era uma explosão fundamental, que não poderia ser admitida como lei natural, que teria de ser remediada.

É o que Marx expõe nesse apanhado genial, para usarmos da linguagem do Sr. Tristão de Ataíde:

“Sismondi tem o sentimento íntimo que a produção capitalista está em contradição consigo mesma; que, por suas formas e condições, desenvolve de modo desenfreado a força produtiva e a riqueza; que essas condições são aliás convencionais; que as contradições entre o

valor de uso e o valor de troca, mercadoria e dinheiro, compra e venda, produção e consumo, capital e trabalho assalariado, etc., não fazem senão acentuar-se à medida que a força produtiva se desenvolve. Percebe notadamente a contradição fundamental: de uma parte, o desenvolvimento incontido da força produtiva e o acréscimo da riqueza que, formada de mercadorias, deve ser transformada em dinheiro; de outra parte, como fundamento desse desenvolvimento, a limitação da massa dos produtores às substâncias necessárias (ao seu sustento). Eis por que as crises não são para ele, como para Ricardo, simples acidentes, mas explosões essenciais das contradições imanentes, produzindo-se sobre grande escala e em épocas determinadas. E hesita constantemente: Convém que o Estado entrave as forças produtivas, a fim de as tornar adequadas às condições de produção? Ou convém que o Estado entrave as condições de produção, a fim de as tornar adequadas às forças de produção? Esse se refugia frequentemente no passado, converte-se em *laudator temporis acti* e desejaria, por outra regulamentação da renda em relação ao capital ou da distribuição em relação à produção, fazer desaparecer essas contradições, não percebendo que as condições de distribuição não são senão outro aspecto das condições de produção. Julga muito bem as contradições da produção burguesa, mas não as compreende e não pode, pois, compreender o processo de sua solução. Desconfia que às forças produtivas desenvolvidas no seio da sociedade capitalista, que às condições materiais essenciais da criação da riqueza devem corresponder formas novas de apropriação dessa riqueza; que as formas burguesas não são senão formas transitórias e contraditórias, onde a riqueza não tem mais que uma existência contraditória; que a riqueza supõe sempre pobreza, e não se desenvolve senão desenvolvendo esta.” (Idem, tomo VI, págs. 86 e 87)

Julgou muito bem as contradições da produção burguesa. Esteve assim à altura da época em que viveu. Neste ponto, avançava. Mas não compreendia o processo de sua solução. Pretendeu resolvê-las, caminhando para trás, “restabelecendo os antigos meios de produção e de troca e, com eles, as antigas relações de propriedade e a sociedade antiga”. Neste ponto, recuava.

É o que Marx também vantajosamente explica, no *Manifesto Comunista*, dizendo:

“Nos países onde a civilização moderna está florescente, forma-se nova classe de pequenos burgueses que oscila entre o Proletariado e a Burguesia; parte complementar da sociedade burguesa, reorganiza-se sempre de novo. Mas os indivíduos que a compõem, se veem sem cessar precipitados no proletariado, devido à concorrência, e ainda pior, com a marcha progressiva da grande produção, sentem aproximar-se o momento em que desaparecerão completamente como fração independente da sociedade moderna e em que serão substituídos no comércio, na manufatura, na agricultura, por contramestres, caixeiros e jornaleiros.

“Nos países como a França, onde os camponeses constituem mais da metade da população, os escritores que se batiam pelo proletariado contra a burguesia, deviam criticar naturalmente o regime burguês e defender o partido operário, sob o ponto de vista do camponês e do pequeno burguês. Assim se formou o socialismo do pequeno burguês. Simondí é o chefe dessa literatura, na Inglaterra como na França.

“Esse socialismo analisou com muita penetração as contradições inerentes às relações de produção modernas. Pôs a nu as hipócritas apologias dos economistas. Demonstrou, de modo irrefutável, os efeitos assassinos da máquina e da divisão do trabalho, a concentração dos capitais e da propriedade rural, a superprodução, as crises, a miséria do proletariado, a desordem na produção, a clamorosa desproporção na distribuição das riquezas, a guerra industrial de extermínio das nações entre si, a dissolução dos velhos costumes, das velhas relações de família, das velhas nacionalidades.

“Todavia, o fim positivo desse socialismo dos pequenos burgueses é restabelecer os antigos meios de produção e de troca e, com eles, as antigas relações de propriedade e a sociedade antiga, ou fazer entrar a força os meios modernos de produção e de troca no quadro estreito das antigas relações de produção, que foram destruídas e fatalmente despedaçadas por eles. Num e noutro caso, esse socialismo é inteiramente reacionário e utópico. Para a manufatura, o sistema das corporações; para a agricultura, relações patriarcais; eis sua última palavra.

“Por fim, quando os fatos históricos lhe fizeram passar completamente a embriaguez, essa forma de socialismo se abandonou à covarde melancolia.” (p. 33).



Sismondi foi o contraditor direto de Ricardo. Não há dúvida, porém, que indiretamente também o contraditaram Owen, Saint-Simon e Fourier, sobretudo quando sua doutrina ainda dominava a economia política.

E é ainda Marx quem o confirma. Diz ele:

“Quando dominava a economia política, a doutrina de Ricardo encontrou adversários no comunismo (Owen) e no socialismo (Fourier, Saint-Simon).” (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo VII, p. 95)

*Conclusão: Sismondi julga muito bem as contradições da produção burguesa, mas não compreende o processo de sua solução. É reacionário, desejando que a História caminhe para trás.*

.....

## Capítulo IX

*Da teoria de Ricardo originavam-se duas correntes distintas: uma para a direita e outra para a esquerda.*

*Aquela a favor do capitalismo, e esta a favor do proletariado.*

**S**EGUE-SE o período de 1820 a 1830, sob o ponto de vista metafísico, o mais importante na história da economia política inglesa. Nele ou se é a favor ou contra a teoria de Ricardo. Marx o disse na *História das Doutrinas Econômicas*, tomo VI, e ainda no *O Capital*, nesta súpula:

“De 1820 a 1830, assistimos na Inglaterra a uma atividade científica muito grande no domínio da economia política. Foi nesse momento que a teoria de Ricardo se vulgarizou, ganhou terreno, mas teve de lutar contra a velha escola. Houve torneios brilhantes. A Europa continental ignorou quase todos os resultados dessas lutas porque a polêmica se encontra, em sua maior parte, disseminada em artigos de revistas, escritos do momento e panfletos. O caráter simplório dessa teoria (se bem que a teoria de Ricardo sirva já, mas excepcionalmente, de arma ofensiva contra o regime burguês) se explica pela situação de então.

De um lado, a grande indústria estava saindo propriamente de sua infância. A prova disso está em que ela não começou senão com a crise de 1825 o ciclo periódico de sua vida moderna. De outra parte, a luta de classe entre o capital e o trabalho estava relegada a segundo plano: no ponto de vista político, pelas dissensões entre os governos e os feudais grupados em torno da Santa Aliança e a massa popular conduzida pela burguesia; no ponto de vista econômico, pela questão que dividia os capitalistas industriais e a aristocracia territorial e que se escondia, na França, na oposição entre a “propriedade parcelar” e “a grande propriedade”, enquanto se manifestava abertamente, na Inglaterra, desde as leis sobre os cereais. A literatura da economia política inglesa dessa época faz recordar a época movimentada que a França atravessou, depois da morte de Quesnay. Mas a recorda como o verão de Saint-Martin recorda a primavera” (pp. LXXXVI e LXXXVII).

Do que resulta o seguinte: Ricardo pôde formular pacificamente sua teoria, não foi nisto obstado porque o modo de produção ainda o permitia; era, não de amplo, mas de incipiente desenvolvimento industrial. A luta ainda não se travava diretamente entre o capital e o trabalho, entre a burguesia e o proletariado, mas persistia entre a burguesia que se firmava e a feudalidade que era destroçada em seus últimos redutos, figurando a massa proletária, nesse conflito decisivo entre as duas civilizações, como subclasse da burguesia.

Formulava sua teoria, e dela se originavam duas correntes distintas; uma para a direita e outra para a esquerda. Aquela a favor do capitalismo, e esta a favor do proletariado. Com a primeira, a economia se vulgarizava, perdia sua feição clássica; com a segunda, dava um passo à frente.

Os elementos mais autorizados daquela são: R. Torrens, James Mill, os autores do *Verbal Observer* e do *Inquiry*, Thomas de Quincey, S. Bailey, Mac Culloch, Wakefield, Stirling e John Stuart Mill, este, em sua primeira fase, todos com o mesmo objetivo de provar que, ao contrário do que afirmou Ricardo, não é o trabalho o criador do valor, e sim, o capital.

Algumas passagens da *História das Doutrinas Econômicas*, comprovando-o:

“Torrens e consortes determinam o valor pelo capital.”  
(Tomo VII, p. 31)

“Mill [James] foi o primeiro a sistematizar, embora vagamente, a teoria de Ricardo... Mas se embrulha em contradições e, procurando resolvê-las, começa a desagregação da teoria de que é o representante dogmático... (p. 132). Mill chega a dizer que o vendedor vende a mercadoria abaixo de seu valor e que o comprador a compra, com seu dinheiro, acima de seu valor. Mill é levado assim a um absurdo, e compromete toda a teoria do valor.” (Tomo VI, p. 142)

“Todos esses escritos (referindo-se ao *Verbal Observer*, ao *Inquiry* e aos trabalhos de Thomas de Quincey e S. Baley) têm um caráter comum: procuram determinar a ideia do valor pelo capital.” (Idem, p. 167).

“Mac Culloch foi o vulgarizador da teoria de Ricardo e de James Mill, ao mesmo tempo que o representante mais lamentável da desagregação dessa teoria... (p. 5). Mac Culloch, cujas elucubrações fizeram furor em toda Europa, se propunha simplesmente, e nisto teve todo êxito, fazer dinheiro da economia de Ricardo, assim como Say o fez da teoria de Smith. Say, pelo menos, teve o mérito de pôr as ideias de Smith em certa ordem formal e manifestar, ao lado de seus equívocos, certos escrúpulos teóricos. A economia de Ricardo, tendo valido a Mac Culloch uma cadeira de professor em Londres, ele devia ser, acima de tudo, ricardiano e tomar parte na luta contra os proprietários territoriais. Desde, porém, que tomou pé, não teve senão um fim: expor a economia política, a de Ricardo sobretudo, de modo a dela eliminar todas as conclusões desagradáveis aos *whigs*. Seus últimos escritos não são senão defesas dos gabinetes *whigs*, o que lhe garante postos lucráticos.” (Pág. 10, tomo VII)

“Quando ele [James Mill] diz não há troca de equivalentes ou que o valor da mercadoria vendida, do trabalho, não é vendido pelo tempo de trabalho, mas determinada pela concorrência, pela oferta e a procura, admite que a teoria de Ricardo se desmorona, que seus adversários têm razão, que a determinação do valor da mercadoria pelo tempo de trabalho é falsa, porque o valor da mercadoria a mais importante, o trabalho, condiz essa lei do valor. Wakefield, nós o veremos mais tarde, o diz expressamente.” (Tomo VI, p. 47)

Stirling sustenta, também, esta tese.

“Para justificar Ricardo, Mill [John Stuart] dele abandona a ideia fundamental e cai bem abaixo de Ricardo, de Smith e dos fisiocratas: abandona o princípio essencial que o lucro não é senão uma parte do valor, isto é, do tempo de trabalho contido na mercadoria, parte que o capitalista vende com o seu lucro, mas que não pagou ao operário. Segundo Mill, o capitalista paga ao operário todo dia de trabalho e realiza, ainda assim, lucro.” (Tomo VII, pág. 55)

*Conclusão: A economia vulgar não aperfeiçoava, mas desagregava a teoria de Ricardo.*

.....

## Capítulo X

*O capital não é senão a burla ao operário.*

*O trabalho é tudo.*

*Tal a última palavra dos esquerdistas ricardianos.*

**A** AFIRMAÇÃO de Ricardo: o trabalho é o criador do valor, havia sido transformada em seu contrário pela economia vulgar: o capital é o criador do valor.

Mas, se Ricardo era assim levado, contra seus postulados, para a direita, outra corrente havia que logicamente o levava para a esquerda, extremado aqueles seus postulados.

A burguesia, que, até então, tinha sido negada mais pelos seus próprios teóricos, agora, ia-o ser sobretudo pelos do proletariado.

Os processos crítico-revolucionários destes, entretanto, ainda eram incompletos.

Não mais se opunham a toda ação política da classe operária, como os sistemas anteriormente descritos dos socialistas e comunistas propriamente ditos, mas igualmente ainda não tiravam, ainda não estavam em condições de o fazer, todas as consequências das contradições que Ricardo vislumbrara e eles ampliavam.

Vejamo-lo, ainda, através da doutrina de Marx e Engels. Aquele, fixando a posição desses novos teóricos no movimento da economia política, dizia:

“Qualquer que por pouco familiarizado que seja com o movimento da economia política na Inglaterra, sabe que quase todos os socialistas deste país têm, em diferentes épocas, proposto a aplicação “igualitária” (isto é, socialista) da teoria ricardina. Poderíamos citar ao Sr. Proudhon: a *Economia Política* de Hodgskin, 1822; William Thompson: *An Inquiry into the Principles of the distribution of wealth, most conducive to human happiness*, 1824; T. R. Edmonds: *Practical, Moral and Political Economy*, 1828, etc., e quatro páginas de etc.

“Satisfazemo-nos em deixar falar um ‘comunista’ inglês, o Sr. Bray. Poremos em destaque as passagens decisivas de sua obra notável: *Labour’s wrongs and Labour’s remedy*, Leeds, 1839, e em seu exame nos deteremos suficientemente, primeiro porque o Sr. Bray é pouco conhecido na França, em seguida porque cremos ter nele encontrado a chave das obras passadas, presentes e futuras do Sr. Proudhon.” (*Miséria da Filosofia*, pág. 64)

Data igualmente dessa época o trabalho: *The Source and Remedy of the National Difficulties, a letter to Lord John Russell*, de autor desconhecido, e que já chegava a conclusões como estas: O capitalista não é senão um usurário. Este último empresta dinheiro; aquele, meios de produção. O ganho do primeiro se chama juros; o do último, lucro. Mas quer os juros, quer o lucro, provêm do sobretrabalho do operário. É desse sobretrabalho que nasce o capital.

Nosso objetivo é expor, é concatenar os acontecimentos e as doutrinas, o movimento e a teoria, é historiá-los, documentando-os.

Prossigamos, pois, nessa documentação, por mais fastidiosa que possa parecer, à primeira vista. Em estudo como este, especialmente, ela se impõe, e se impõe ainda mais porque só esparsadamente tem sido até aqui apresentada.

Essa carta a Lord John Russell mereceu toda atenção de Karl Marx e representa papel da maior importância na formação da doutrina do socialismo científico, conforme se pôde depreender destas observações de Engels:

“No tomo I d’*O Capital*, Marx cita esta frase: *The possessors of surplus produce or capital*, tirada de: *The Source and Remedy of the National Difficulties. A letter to Lord John Russell*, Londres, 1821. Nesta brochura, cuja só expressão *surplus produce or capital* bastaria para assinalar a importân-

cia, e que é um folheto de 40 páginas arrancado ao esquecimento por Marx, é dito:

“Qualquer que seja a quantidade à qual se julgue com direito, o capitalista não pode nunca embolsar senão o excedente do trabalho do operário, pois o operário tem necessidade de viver.”

Mas como viverá o operário e qual será, por conseguinte, a parte de sobretrabalho de que o proprietário se apropria? Isto é muito relativo.

“Se o capital não baixa em valor na proporção em que aumenta em massa, os capitalistas exigirão dos operários o produto de toda hora de trabalho excedendo o que é estritamente necessário para viver... E o capitalista é capaz de dizer aos operários: não comereis pão..., pois que se pode viver de nabos e batatas. E já chegamos a essa situação.”

“Se se pode levar o operário a comer batatas em vez de pão, pode-se evidentemente dele reclamar parte maior do seu trabalho. Enquanto comia pão, precisava, por exemplo, do trabalho da segunda e terça-feira para se sustentar e sustentar sua família, mas, quando comer batatas, lhe bastará, pode ser, para isso, meio-dia da segunda-feira, e poderá consagrar ao trabalho para o Estado ou o capitalista, o segundo meio-dia da segunda-feira em todo dia da terça.”

“É reconhecido que o interesse pago aos capitalistas com a renda, interesse do dinheiro ou benefício do seu capital, é pago pelo trabalho de outrem”. (Prefácio do *O Capital*, tomo V, págs. 25 e 26)

Prossegue Engels:

“Marx escreve a esse propósito:

“Este folheto de cerca de 40 páginas é pouco conhecido. Apareceu na época em que Mac Culloch, ‘esse ídolo de barro’, começava a fazer falar de si. Marca real progresso sobre Ricardo. A mais-valia ou lucro, o sobreproduto, como o chama Ricardo, o interesse, como ele ainda o chama, o autor os designa diretamente como sobretrabalho, trabalho que o operário faz gratuitamente além do que deve para substituir o valor de sua força de trabalho ou fornecer o equivalente de seu salário. Tanto importava resolver o valor em trabalho, quanto representar como sobretrabalho a mais-valia que se realiza em um sobreproduto. Isto já se acha em Smith e constitui um elemento principal da teoria de Ricardo, sem ter sido, entretanto, enunciado e fixado sob a forma absoluta.” (Idem, págs. 26 e 27)

E ainda:

“Mas ele não pode livrar-se das categorias econômicas. A mais-valia ele a chama interesse do capital e cai nas contradições lamentáveis em que também cai o Ricardo, confundindo a mais-valia e o lucro. É entretanto, superior a Ricardo. Reduz toda mais-valia ao sobretrabalho, e, chamando-a interesse do capital, faz notar que entende por interesse do capital a



forma geral do sobretrabalho, distinta das formas particulares, renda, interesse do dinheiro, benefício industrial. Mas ele retoma o nome de uma dessas formas particulares, o interesse, para dele fazer o da forma geral. E isto é o bastante para o atirar de novo na algaravia dos economistas.” (Idem, págs. 27 e 28)

E Engels assim conclui estas considerações:

“Nosso panfleto [esta carta a Lord John Russell], não é senão o extremo posto-avançado de toda uma literatura que, entre 1820 e 1830, se volta contra o produção capitalista, em vista de defender os interesses do proletariado, a teoria ricardiana do valor e da mais-valia, e combate à burguesia com suas próprias armas.” (Prefácio de *O Capital*, vol. V, pag. 28)

Marx detém-se na análise de todas essas obras, para mostrar até que ponto seus autores foram além de Ricardo.

Nesta ordem de ideias, diz:

“O primeiro panfleto [a carta a Lord John Rusell], o do panfletário, tirando de Ricardo justa consequência, decompõe a mais-valia em sobretrabalho. Distingue-se assim dos adversários e dos sucessores de Ricardo que não se desembaraçam da confusão entre a mais-valia e o lucro.

“O segundo folheto, o de Ravenstone, determina aproximadamente a mais-valia relativa que depende do grau de desenvolvimento da força produtiva do trabalho. Ricardo diz a mesma coisa, mas evita a conclusão de Ravenstone: o acréscimo da força produtiva do trabalho aumenta simplesmente o capital, isto é, a riqueza estranha que domina o trabalho.

“O terceiro panfleto, enfim, o de Hodgskin, chega à afirmação geral que forma a consequência necessária do exposto de Ricardo: o capital é improdutivo. Isto é dirigido contra Torrens, Malthus, etc., para quem a afirmação de Ricardo, o trabalho é o criador do valor, é transformado em seu contrário, o capital é o criador do valor. Hodgskin insurge-se, ao mesmo tempo, contra esta outra ideia que, partida de Smith, se tornou um dogma absoluto em Malthus e em James Mill: o trabalho depende absolutamente, como condição essencial de sua existência, da massa acumulada do capital.” (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo VII, pag. 138)

William Thompson que escreveu, entre 1820 e 1830, um livro intitulado: *Pesquisas sobre os princípios da distribuição das riquezas*, também afirmava que o capitalista não é senão o açambarcador dos meios de produção, que o operário é que é o verdadeiro criador das riquezas.

Do livro de Bray: *Labour's wrongs and Labour's remedy*, são as seguintes citações:

“O único meio para se chegar à verdade, é abordar de frente os primeiros princípios. Remontemos rapidamente à fonte donde os governos mesmos derivam. Indo assim à origem da coisa, acharemos que toda força

de governo, que toda injustiça social e governamental provêm do sistema social atualmente em vigor – da ‘instituição da propriedade tal como existe atualmente’ (the institution of property as it at present exists), e que, assim, para pôr fim, para sempre, às injustiças e misérias de hoje, é preciso ‘arrasar de *fond encomble* o estado atual da sociedade’... É só o trabalho que produz valor. (*It is labour alone which bestows value*) ... Até o presente, teve-se a vã esperança de remediar um estado de coisas que são contra a natureza, tal como nos rege, destruindo a ‘desigualdade existente’ e deixando subsistir a ‘causa’ dessa desigualdade, mas demonstraremos já que o governo não é uma causa mas um efeito, que não cria, mas é criado – que, em uma palavra, é o ‘resultado da desigualdade na posse’ (*the offspring of inequality of possessions*), e que a desigualdade de posse está inseparavelmente ligada ao sistema social atual.” (Págs. 17, 41, 36 e 37)

De modo que teóricos proletários, entre os quais o autor da carta a John Russell, Hodgskin, William Thompson, T. R. Edmonds e Bray, também negavam a burguesia, e apoiando-se para isso em suas próprias armas.

A economia vulgar havia partido de Ricardo para a direita, e esses teóricos dele partiam para a esquerda.

Poderiam divergir, e divergiam, de fato, quanto ao particular, mas a conclusão de uns e outros era a mesma, a seguinte: que o capital não era senão a burla ao operário; que o trabalho é que era tudo.

Documentemos, também, essa asserção.

Diz Karl Marx:

“Estas contradições [entre o capital e o trabalho], tendo tido sua expressão teórica perfeitamente caracterizada, bem que de modo inconsciente, na teoria de Ricardo, era muito natural que os homens, que tomavam o partido do proletariado, se apoderassem dessa contradição. Dizeis que o trabalho é a fonte única do valor de troca e o único criador ativo do valor de uso. Dizeis, por outro lado, que o capital é tudo e o operário nada ou simples parte das despesas, de produção do capital. Refutai-vos a vós mesmos. O capital não é senão a burla ao operário; o trabalho é tudo.” (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo VII, p. 128)

E acrescentava:

“Tal é na realidade a última palavra de todos os escritos que defendem os interesses do proletariado, inspirando-se nas teorias de Ricardo.” (Idem, *ibidem*)

Palavra que ele assim ainda criticava:

“Se Ricardo não compreende a identidade do capital e do trabalho em seu sistema, esses autores não compreendem a contradição que enun-

ciam. Disso resulta que os principais dentre eles, Hodgskin, por exemplo, aceitam como formas eternas todas condições econômicas da produção capitalista e se contentam de acabar com o capital que é delas, entretanto, a base e a consequência necessária.” (Idem, p. 129)

*Conclusão: Os teóricos proletários ricardianos foram elementos mais demolidores que construtores.*

# LIVRO VIII

A identidade dos interesses do capital e do trabalho brutalmente desmentida pelos fatos.

“O ‘ATO DA REFORMA’ NÃO FEZ SENÃO TRANSFERIR O PODER DE UM PARTIDO DIRIGENTE A OUTRO. DEIXOU O POVO TÃO PRIVADO DE SOCORRO QUANTO ESTAVA ANTES.” (DA PETIÇÃO DOS CARTISTAS DE 1838)

---

PARA REORGANIZAR A SOCIEDADE, AS CLASSES PROLETÁRIAS SÓ PODEM CONTAR CONSIGO MESMAS, E NÃO COM AS OUTRAS.” (HAMEY)

---



.....

## Capítulo I

*A luta entre o proletariado e a burguesia se define.*

*A insurreição de Lyon e a revolta de Blanqui em Paris.*

**P**OR um lado, havia essas novas ideias, por meio das quais o proletariado ia adquirindo consciência revolucionária; por outro lado, as teorias da economia burguesa sobre a identidade dos interesses do capital e do trabalho, sobre a harmonia geral e a prosperidade geral que deviam resultar da livre concorrência eram sempre e cada vez mais brutalmente desmentidas pelos fatos. Havia esses fatos e aquelas ideias. Fatos e ideias se conjugavam, e, como diz Engels, “a luta de classes entre o proletariado e a burguesia passou a ocupar o primeiro plano da história nos países mais civilizados da Europa, e isto na medida em que neles se desenvolviam, de uma parte, a grande indústria, e, de outra parte, o domínio político novamente conquistado pela burguesia” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, p. 13).

Descrevamos os principais episódios do início dessa luta.

Na França, em consequência da queda de Napoleão, em 1815, era restabelecida a antiga monarquia dos Bourbons com Luís XVIII. E

este fazia uma série de concessões aos antigos senhores feudais. Não lhes poderia restituir suas terras, pois que as teria de tomar dos camponeses, e estes não estariam pelos autos, mas os indenizava com um bilhão de francos. Procurava servir menos à burguesia que ao feudalismo. Admitia o regime parlamentar, a Câmara dos Deputados eleita pela nação. Mas, ao lado desta, haveria a Câmara dos Pares, escolhidos por ele rei, como os lordes da Inglaterra. Admitia a Câmara dos Deputados, mas não admitia como eleitores senão os censitários, aqueles que pagavam 300 francos de imposto direto por ano. Dessa forma, reduzia a nação aos ricos proprietários. A primeira câmara eleita em 1815 por esse sistema, a Câmara *intromvable*, foi mais absolutista que os ministros do rei. Aprovou as medidas mais reacionárias, inclusive a lei contra a liberdade de imprensa. Mas nessa própria assembleia, os doutrinários, a oposição, iam aos poucos aumentando, e afinal formavam a maioria da Câmara eleita em 1830, já sob o reinado de Carlos X. Este, legítimo continuador de Luís XVIII, em vista daquele resultado dissolvia tal câmara, antes mesmo que ela se reunisse. Daí a nova revolução burguesa de 1830, e a elevação ao trono de Luís Filipe, o chamado primeiro rei burguês. Este concordou em que fosse fortificado o regime parlamentar. Em lugar da carta outorgada de Luís XVIII, aceitou a carta consentida, reconhecendo assim ao Parlamento o direito de impor ao rei uma constituição. Reconhecia a liberdade de imprensa, e baixava o censo de 300 para 200 francos. Era o que convinha à burguesia, mas não era ainda o que convinha ao proletariado, que, desse modo ficava sem o direito de voto, vendo o governo do país entregue a pequena minoria. Reduzido, mas mantido ainda alto aquele censo, só a burguesia poderia decidir dos negócios públicos, somente ela poderia formar “o país legal”, de acordo com a linguagem então em voga.

O proletariado e seus representantes pediam não só a redução do censo como a adição das capacidades. Isto é, pediam não só que a soma de imposto exigida para ser eleitor fosse reduzida como fosse assegurado igualmente o direito de voto aos cidadãos instruídos. Mas a burguesia dava de ombros a tal pretensão. Seu governo era de sua classe, e não de todos, por todos e para todos, segundo a demagogia da Revolução Francesa. Dava de ombros a essas pretensões e economicamente ainda mais oprimia o proletariado, diminuindo-lhe os salários considera-

velmente. Os dos operários em seda em Lyon, por exemplo, caíram de 4 francos a 1 franco e 50 por dia de 18 horas de trabalho. E eles reclamavam em vão contra tamanha extorsão. Os industriais lhes retrucavam, insolentemente: “Queixai-vos de fome. É fictício. Mas se não tendes pão no ventre, não vos revolteis contra nós. Não vos revolteis contra nós, porque, do contrário, poderemos enchê-los com baionetas.”

E, em 21 de novembro de 1831, instalava a insurreição de Lyon. O modo de produção burguês originava essa primeira insurreição proletária. E o proletariado arvorava contra seus opressores uma bandeira negra com esta inscrição: “Viver livre trabalhando ou morrer combatendo.”

Durante oito dias, ele foi senhor da cidade. Instalou-se no Conselho Municipal. Guardas nacionais fizeram com ele causa comum tendo sido as respectivas autoridades forçadas a deixar a cidade. É conhecido o epílogo dessa façanha proletária.

O marechal Soult, com um exército de 20.000 homens, entrava em Lyon. A guarda nacional era dissolvida e os operários desarmados e fuzilados. A burguesia se tranquilizava. Mas, em 1834, havia outra insurreição em Lyon, não melhor sucedida do que esta primeira.

Essas insurreições não eram ainda contra as bases mesmas do regime burguês, mas já o eram contra os autores desse regime. Eram a simples espontaneidade que precede a verdadeira consciência. Haveriam de repercutir sobre Paris e sobre Paris repercutiam. Augusto Blanqui com suas sociedades revolucionárias, das quais participavam igualmente alemães, belgas e suíços, tentava, em 1839, por um golpe de força, conquistar o poder em favor do proletariado. Ele o tentou, mas em pura perda.

O sufrágio universal só foi estabelecido pela revolução de 1848. Da França se estendia à Alemanha, em 1866, e à Espanha, em 1868. Os demais países, a seguir, ampliavam o restrito que já adotavam.

*Conclusão: Foi em Lyon, em 1831, que se verificou a primeira insurreição proletária.*



.....

## Capítulo II

*Na Inglaterra, o "Reform Act" também era pela burguesia e pequena burguesia contra o proletariado.*

*Este trabalhava diretamente para si e aquelas é que se beneficiavam com este seu trabalho.*

**N**A Inglaterra, depois de Peterloo, para acalmar o proletariado, a Câmara dos Comuns era obrigada a fazer-lhe importante concessão: a lei da coalizão, em virtude da qual poderia ele melhor organizar-se.

Nestas condições, esse proletariado que, no fim do século XVIII, tinha respondido à Revolução francesa, procurando reforçar-se, depois da revolução também francesa de 1831 tomava novo impulso revolucionário.

De que maneira?

Reclamando a reforma eleitoral para todos, batendo-se por ela desassombradamente, a ponto de assustar Wellington, o *leader* parlamentar que a ela se opunha.

Wellington era *torie* ou conservador. Deveriam os *whigs* ou liberais promover sua queda, para votar a mesma reforma?

Seria talvez um ato de imprudência.

Era o que o ex-operário, enriquecido, Francisco Place lhes segredava.

Imprudência por quê?

Explicava-o ele, neste trecho de carta a um daqueles:

“Na hora atual, uma mudança de Ministério [isto é, a substituição do gabinete dos *tories* de Wellington pelo dos *whigs*] mais contribuiria para provocar ou acabar a revolução que todas as outras condições reunidas. Não chegou ainda a ocasião em que a mudança radical possa ser realizada de modo a prevenir outras semelhantes ou a responder aos fins dos reformadores. Ou em outras palavras: o povo está *muito excitado presentemente e se os whigs* que, desde muito, prometem a reforma eleitoral, chegarem ao poder, será preciso que concedam essa reforma que seria inevitavelmente seguida de outras e Deus sabe até aonde isso nos poderia conduzir, ou, se não a concedessem, não contentariam pessoa alguma, o que determinaria inevitavelmente uma explosão revolucionária.” (*A vida de Francisco Place*, Valas, págs. 253 e 254)

As circunstâncias levavam, porém, os *whigs* ao poder e eles, friamente, tomavam em consideração os conselhos de Place.

A reforma para o povo em geral teria de ser “inevitavelmente seguida de outras”. Então, resolviam fazê-la só em proveito da burguesia, assim raciocinando: Chamamos a burguesia a nós. Satisfazemo-la em sua pretensão. Ela se pacificará e, pacificando-se, nos fortalecerá, e terá desaparecido o perigo que vem pairando sobre nós.

Assim, também, na Inglaterra a nobreza se não entregava totalmente os pontos à burguesia, pelo menos, a isso se dispunha, na certeza de que não havia como poder subtrair-se a esse imperativo.

Em março de 1831, o novo Ministério apresentava seu *bill* de reforma, o *Reform Act*, três vezes apresentado aos parlamentares e por eles rejeitado três vezes. Finalmente prevaleceu a argumentação de Lord Bromm na Câmara dos Lordes. Disse ele: “Pede-se-vos pequeno sacrifício para a renovação do antigo edifício do regime parlamentar. Quanto mais hesitardes pior será, mais tereis de dar. Então, o povo ar-

rancará de vós o Parlamento anual, o direito de voto universal e secreto.” (*Uma época do movimento operário inglês*, Th. A. Rothstein, p. 23)

A excitação lá fora crescia; os lordes o compreenderam; e o *bill* foi aprovado. Estabeleceu as seguintes medidas: cassou a 56 “burgos poderes” o direito de “fazerem” deputados; reduziu 30 a um só deputado; deu mais 65 deputados aos condados e representantes a 39 cidades novas; modificou o antigo censo territorial, permitindo fossem eleitores não somente os proprietários, mas também os rendeiros; estendeu o direito de voto a todos locatários, pagando até 10 libras de aluguel por ano.

A reforma consubstanciava, portanto, estas três principais medidas: a) nova repartição dos mandatos em favor das cidades; b) igualdade eleitoral das cidades e dos condados; c) aumento do número dos deputados.

Os operários eram assim, do mesmo modo que na França, postos à margem, privados do direito de voto.

Também na Inglaterra, o governo da burguesia seria não de todos, mas dela, de sua classe, enquanto possível fosse de mãos dadas à nobreza, e quando não mais fosse possível esse idílio, também contra a nobreza.

A reforma era pela burguesia e pequena burguesia contra o proletariado, e não deixava a este nenhuma esperança de poder “igualar-se” àquelas. Tinha ficado de fora e, de fora, teria de continuar porque, nessa matéria, o que o *bill* havia dado era definitivo, acabado: não mais poderia ser ampliado.

Dizia-o o ministro Stenley, neste tom peremptório: “Tendo alargado o direito de voto, o governo enganaria o povo e se colocaria em contradição com as promessas por ele feitas se não mostrasse decisão resistência a toda tentativa de novo alargamento. O governo apresentou uma reforma completa que o povo aceitou, como a nova carta de suas liberdades. Era tão vasta que a muitos surpreendeu. Mas estão finalmente decididos a adotá-la sob a condição claramente enunciada, que será, ao mesmo tempo, a última.” (*Poor Man’s Guardian*, 12 de dezembro de 1832, p. 27).

Seria a última... Era isto uma decepção para o proletariado.

Ele havia, para o fim de ampliar as concessões do *bill* de modo que também o alcançassem, fundado, em Londres, sob direção de Lowett e mais alguns discípulos de Owen e Hodgskin, a “Associação nacional da classe dos operários e outros”, entre os quais radicais parlamentares como O’Connel, Hunt e Hume. Considerando que “o trabalho é a fonte da riqueza”, que “o Estado melhor organizado é aquele em que não há nem pobres, nem ricos”, e que “todos os homens nascem livres e possuem certos direitos naturais e inalienáveis” (idem, p. 20), essa Associação pleiteava a abolição de todos os privilégios baseados sobre a aristocracia e a riqueza, o direito de voto para todos os homens de 21 anos para cima, o voto secreto, o Parlamento anual, etc.

Numerosos operários a ele se filiam, e o mesmo fazem associações de outras cidades, como Leeds, Manchester e Bristol.

Os “rotondistas” assim chamados por causa da “Rotonda”, sala em que se reuniam, desempenharam nessa época papel saliente. Mas a “Associação política nacional” de Place logrou inutilizar-lhes a ação.

Eles foram, nesse embate, os elementos da esquerda contra o centro e a direita. Place explorava a situação em favor do centro. A direita se inquietava, e se unia ao centro contra eles.

Nestas condições, o proletariado trabalhava diretamente para si, e quem se beneficiava com seu trabalho era a burguesia.

Em 1834, a Associação dos “rotondistas” tinha desaparecido.

*Conclusão: O “bill” de reforma era a carta de liberdades do povo, mas este era só a burguesia e a pequena burguesia.*

.....

### Capítulo III

*A burguesia inglesa se revelava mais impiedosa que a aristocracia.*

*As workhouses, segundo o pastor Stevens, eram uma lei diabólica que devia ser combatida até a morte.*

O PROLETARIADO inglês sofria aquela decepção e via agravar-se sua situação econômica, com o processo da revolução industrial, concentrando a propriedade e, portanto, empobrecendo-o. Mas ainda alimentava a esperança de que o novo Parlamento, o Parlamento burguês, fosse para ele mais generoso que a velha aristocracia. E seus *leaders* traziam a debates estas duas questões: a diminuição das horas de trabalho e outra lei regulamentando o trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas. E o Parlamento não os ouvia. Owen e Fielden organizam, então, a grande “*national trade-union*” para a defesa daquelas palavras de ordem. Esta se punha em atividade. Não era também atendida; e para que o fosse, declarava a greve geral. Meio milhão de operários correspondeu a esse seu apelo. E o governo não o tomou em consideração. Fossem os grevistas tratados com energia, era sua resposta. No Dorsetshire, seis operários

que pretendiam organizar a seção local das *trade-unions* eram condenados a sete anos de trabalhos forçados.

Por outro lado, no Lancashire, entre 1813 e 1833, o número dos teares mecânicos havia subido de 2.400 a 100.000, e, paralelamente, o salário dos tecelões tinha caído de 13 s. ½ a 4 s. ½ por semana, com um dia de trabalho de 12 a 16 horas. Nutriam-se apenas de batatas e grão de aveia. No condado de Suffolk, ocorria isto:

“A força das máquinas destruiu a agulha e a lançadeira, o fuso e a roca e, atualmente, sobre 7.892 habitantes, 4.304 são amparados pela assistência social” (*Discurso de Viloughbly no Parlamento, em 1834*, p. 30).

A máquina produzia o indigente, o “sem-trabalho”. Em 1832, o orçamento inglês gastava com eles mais de 7 milhões de libras, em consequência da “lei pelos pobres”, promulgada pela rainha Elizabeth.

Era um abuso, dizia a burguesia. Essa assistência dá lugar à preguiça. Vamos acabar com ela, que cada qual há de se arranjar, há de viver. E a lei era reformada pelo *Bill* de 1834 sobre os pobres.

A burguesia se revelava mais impiedosa que seus antepassados. Precisava desaparecer o intervencionismo do Estado. Aquela lei secular era manifestação desse intervencionismo. Não poderia ser tolerada. O que se impunha era habituar o povo ao trabalho. E a assistência social agora seria ministrada nas “casas de trabalho” (*Workhouses*), onde, segundo um documento oficial, “o hospitalizado devia ser submetido a um sistema de trabalho, de disciplina e de proibição tal que seus inconvenientes sobrepusessem suas vantagens.” (Idem, p. 32)

Não era, pois, demasiado que essa reforma social fosse assim sintetizada pelo último de seus historiadores, Mac-Kay:

“O oferecimento de assistência, sob a forma de casa de trabalho, é igual à recusa absoluta de assistência...” (*A History of the English Poor Law*, tomo III, p. 49)

De fato o era. No condado de Keit, por exemplo o número dos assistentes, em doze de suas freguesias principais, desceu de 3.512, em 1833, a 5, em 1836.

O que eram essas casas de trabalho, dizia-o combatendo-as o pastor Stevens, diante da multidão reunida em Newcastle, nesta linguagem inflamada:

“Antes de permitir que o marido e a mulher, o pai e o filho sejam separados, lançados na prisão e nutridos de restos, que a mulher e a filha vistam a roupa da prisão, antes de permitir isto, melhor seria que Newcastle se transformasse em imenso braseiro, que só o sangue daqueles que têm sustentado esta medida infame poderia apagar...” (Idem, *ibidem*, p. 36)

E em Ashton:

“Se Lord John Russell quer saber o que penso da nova lei sobre os pobres, eu lhe direi abertamente que, para mim, é uma lei diabólica e que é preciso combatê-la até a morte, ainda que o primeiro homem a ser morto tenha de ser o próprio Lord Russell.” (Idem, *ibidem*, pág. 35).

Esta a linguagem fora do Parlamento. Mas dentro dele, não era diferente. Dentro dele, assim falava Fielden:

“Eu vos digo”, dirigindo-se a Lord Russell, “eu vos digo a vós que sois o padrinho dessa ‘reforma’, que sua aplicação encontrará resistência em meu departamento, e não tenho nenhuma dúvida em vos dizer ainda, de cara, que eu mesmo, se for isto necessário, dirigirei essa resistência.” (Idem, *ibidem*, p. 34).

*Conclusão: A promessa era esta: o povo ia aprender a ganhar; e ele estava aprendendo a sofrer ainda mais do que antes.*

.....

## Capítulo IV

*A fundação do primeiro partido do proletariado nos tempos modernos.*

*Traído pela burguesia, ele procurava defender-se por suas próprias mãos.*

*O bill chamado “a carta popular”.*

**O** PROLETARIADO olhava e via diante de si este quadro: salários insignificantes, *chômage*, miséria, as *workhouses* substituindo a antiga lei  $\frac{3}{4}$  do tempo da rainha Elizabeth,  $\frac{3}{4}$  de socorro aos necessitados, crise financeira nos Estados Unidos repercutindo profundamente ali, essa crise sendo prenúncio de maior miséria ainda.

“Tudo quanto o povo tinha acumulado em seu pé-de-meia, durante os cinco últimos anos (de 1832 a 1837), estava na iminência de ser tragado em tempestade terrível.” (*Uma época do movimento operário inglês*, Th. A. Rothstein, p. 40)

O proletariado via diante de si esse quadro, e se considerava traído pela burguesia.

Nela não mais confiando, teria de procurar defender-se por suas próprias mãos, teria de, para tanto, procurar organizar-se. E foi o que ele fez. No mês de junho de 1836, seus líderes à frente dos quais ainda se encontrava Lowett, fundavam pequena sociedade denominada



a *Associação dos Operários de Londres*. O fim dessa associação seria pleitear “direitos políticos e sociais iguais para todas as classes”. Em 1837, resolvia dirigir uma petição nesse sentido ao Parlamento, redigida por Lowett e outros, a qual assim finalizava:

“Chamamos humildemente vossa atenção para o fato que não representais nem quantitativa, nem materialmente os interesses da massa, e que muitos de vós tendes interesses estranhos ou opostos aos da população do país. A fim de modificar situação tão anormal, os abaixo assinados exigem uma reforma no gênero do sistema... de eleição e de representação que compreenda os seis antigos pontos do programa de Cartwright: *sufrágio universal, abolição do censo eleitoral, Parlamntos anuais, departamentos eleitorais iguais, indenização aos deputados e voto secreto.*” (Idem, *ibidem*, p. 41).

Aproximavam-se as eleições de 1837, e a Associação publicava vibrante manifesto, em que dizia:

“Seis anos são decorridos, desde que o *bill* de reforma se tornou a lei do país. O auxílio de milhões de operários era necessário para a obtenção dessa medida e esse auxílio lhe foi dado por eles voluntária e honestamente. Eles se lançaram na luta com um devotamento ilimitado e estavam prontos a sacrificar até sua vida para obter todos os bens da liberdade. Ai deles! As promessas que tinham feito nascer suas esperanças, não foram mantidas e a liberdade esperada não foi realizada... Mas presentemente o povo possui certa experiência e não mais lutará por leis que o excluam dos privilégios que oferecem. Um *bill*, chamado ‘a carta popular’, estará pronto e difundido dentro de algumas semanas. Conterá os pontos seguintes [enumera-os e os explica]. Servirá de ponto de aproximação do povo aos reformadores radicais e de pedra de toque a todos os que se gabam de ser amigos desse povo. Esses princípios devem ser uma obrigação para cada um dos candidatos na tribuna. Não vos deixeis enganar por promessas de abolição da lei odiosa sobre os pobres ou outras leis elaboradas em comum pelos *whigs* e os *tories*. Obrigai-os a lutar pelo direito eleitoral universal (todos os nacionais possam votar e ser eleitos membros do Parlamento) e por outras medidas essenciais na administração autônoma.” (Idem, *ibidem*, pág. 42)

Reunia-se o novo Parlamento em 1837, e, logo, um deputado radical propunha adotasse ele como princípios de seu programa o voto secreto e a diminuição do seu tempo de legislatura.

John Russell repetia, então, aquela declaração de Stenley: que a reforma eleitoral de 1832 era obra feita e acabada, que seria a última, que não seria, em hipótese alguma, modificada.

Surgia, então, a “Carta”.

A agitação em favor dela é formidável. É reclamada sua aprovação em *meetings* grandiosos nos mais importantes centros industriais. Em Glasgow, diante de uma multidão de 200.000 pessoas, Attwood expunha o caminho a seguir para aquela finalidade. E este caminho era o seguinte, que os *cartistas* aclamavam: convenção deles *cartistas*, petição *monstro* ao Parlamento (com milhões de assinaturas) e, no caso em que fosse rejeitada, greve, “solene e sagrada”. (Idem, *ibidem*, pág. 44).

Essa nova petição ao Parlamento era redigida por Attwood, nos moldes da anterior. Depois de descrever a situação miserável dos operários, acrescentava: “Os amigos do povo supuseram que a reforma de 1832 vinha fornecer o remédio a maior parte senão a todas essas misérias. Mas enganaram-se amarga e redondamente. O fruto que parecia tão saboroso, se transformou em poeira e cinza, uma vez colhido. *O ato da reforma não fez senão transferir o poder de um partido dirigente a outro. Deixou o povo tão privado de socorro quanto estava antes.* Nossa escravidão foi substituída pela aprendizagem da liberdade, o que reforçou ainda a consciência dolorosa de nossa humilhação social, sendo de acrescentar a isso o pesar de esperanças adiadas. Queremos humildemente ponderar ao Parlamento que tal situação não poderia ser tolerada, que não pode prolongar-se sem expor a sério perigo o trono e a tranquilidade pública, e, se com a ajuda de Deus e com os meios legais e constitucionais, se pode pôr fim a isso, exigimos firmemente que isso seja feito imediatamente.” (Idem, *ibidem*)

Vinham, a seguir, as reivindicações.

Essa petição era assinada, pela primeira vez, em um *meeting* de 300.000 pessoas, em Kersal Moor, perto de Manchester.

Outros *meetings* se efetuavam. Em cada qual eram nomeados os delegados à Convenção.

*Conclusão: O proletariado separava-se da burguesia para poder dela melhor se defender.*

.....

## Capítulo V

*Como se extinguiu o primeiro Parlamento dos cartistas.*

*As tendências entre eles os enfraqueciam.*

**C**OMEÇAVA o ano de 1839.

Já se manifestavam as tendências entre os cartistas; já eles se dividiam entre direita e esquerda, entre moderados e violentos. Aqueles representados por Lowett que condenava os discursos incendiários, os “ataques grosseiros”, o incitamento à desordem e pretendiam a aliança com a burguesia; estes por O’Connor, Stephens, O’Brien e Harney.

Este se desligava da Associação e fundava a Associação Democrática. Em proclamação contra os lovetistas, declarava:

“A Associação de Londres é um instrumento nas mãos de inimigos astuciosos.” (*London Democrat*, pág. 48)

Repelindo aquela aliança com a burguesia, afirmava:

“Baixa, hipócrita, traidora, ela, a burguesia, não se junta ao movimento senão para dividi-lo. Tudo, tudo quanto a burguesia emprende é dirigido contra o povo; tudo é ilusão e engano. Para reorganizar consigo mesmas, e não com as outras.” (Idem, *ibidem*, pág. 49)

Sob esse ambiente, reunia-se a Convenção a 4 de fevereiro de 1839, em Londres.

Depois, a petição que deveria ser “nacional”, não havia obtido senão meio milhão de assinaturas. Era pouco. Deveria obter pelo menos um milhão. Sua entrega ao Parlamento era, então, adiada até que alcançasse aquele um milhão de assinaturas, e, para esse fim, vários emissários saíam especialmente de Londres. Tudo isto era publicado; tudo isto desmoralizava o movimento; enfraquecia sua ação.

E a Convenção ainda se deslocava de Londres para Birmingham, centro menos proletário que pequeno-burguês.

O governo, diante dessas marchas e contramarchas da Convenção, deixou de temê-la. Desordens eram preparadas pelos seus agentes, e os chefes cartistas sumariamente presos.

O mais era de esperar: a petição com um milhão de assinaturas foi recusada pelo Parlamento, por enorme maioria.

Que fazer? A greve geral, a insurreição?

Seria loucura.

Tal o voto de O'Brien, que assim o justificou:

“A Convenção no começo já não podia preconizar as medidas extremas. Neste momento crítico, preconizar seria pôr o povo em perigo.” (Idem, *ibidem*, pág. 67)

E a Convenção, pela maioria de um voto, delibera dissolver-se. Dessa maneira, foi que se extinguiu o primeiro “Parlamento” cartista.

*Conclusão: Às condições objetivas do proletariado inglês não correspondiam convenientes condições subjetivas.*

.....

## Capítulo VI

*A fundação da Associação Cartista Nacional, em 1840.*

*O ponto de vista do proletariado em relação à campanha do livre-câmbio.*

*Em 1842, já era pronunciada a palavra de ordem da greve geral.*

**A**SEGUIR, Frost e outros combinaram libertar Vincent, que se achava preso em Newport. Incidente quase sem nenhuma importância. O governo, porém, o qualificava de “insurreição”, e quase todos chefes cartistas eram detidos: O’Connor, O’Brien, Taylor, Collins, Lowett e outros.

Frost e dois mais foram condenados à pena de morte. Essa pena, porém, era comutada em deportação para a Austrália.

Taylor caía doente e morria na prisão.

Harney e Lowrie, em agitação ilegal, sabiam explorar convenientemente o martírio de seus companheiros, e o cartismo se reanimava. No fim de junho de 1840, vinte e três delegados de diferentes cidades, reunidos em Manchester, decidiam fundir todos os círculos locais de que eram representantes em “Associação Cartista Nacional”, *verdadeiro*

*partido operário político*, com um comitê eleito, congressos regulares, contribuições e listas de aderentes. Era o disforme que se uniformizava. Eram as vontades que se articulavam. Era a consciência que despontava. A influência da ala esquerda era maior que a da direita.

Na segunda metade de 1840, quando aqueles chefes começaram a ser postos em liberdade, o cartismo ainda mais se intensificava. Eram promovidos banquetes, cortejos e *meetings* em sua honra, a estes comparecendo para mais de 100.000 assistentes. Ao cabo de dois anos o partido já contava 400 sessões locais e cerca de 40.000 membros.

“O cartismo”, diz Trotsky, “que, no seu início, não era senão a esquerda da democracia burguesa radical se tornava, assim, a forma revolucionária de um movimento puramente proletário, e o ponto de partida dos futuros agrupamentos internacionais dos operários, os dos precursores da Primeira Internacional.” (*Onde vai a Inglaterra?*, pág. 223)

Vinham as eleições de 1841, e o partido para se vingar dos *whigs* fazia a propaganda dos *tories* e dava-lhes os votos de que dispunha, e aqueles eram estrondosamente derrotados.

Todavia não cessava a luta de tendências. Nesta fase, Lowett, Vincent e Collins eram francamente apolíticos. O'Brien e O'Connor políticos, mas se hostilizando, se guerreando pessoalmente.

Com essa luta, o partido crescia, mas não tanto quanto seria possível. Malgrado essa circunstância, podia ainda contrariar, com certa eficiência, a campanha dos liberais livre-cambistas, orientados por Cobden. Referimo-nos à questão da abolição dos direitos sobre os cereais, sobre o trigo. Esses direitos tinham sido introduzidos em 1815. De acordo com eles, era proibida a importação do trigo enquanto seu preço no mercado interno não fosse superior a 80 *shillings* o quintal. Naquele ano, a classe dominante ainda era a aristocracia territorial, e ela legislava discricionariamente em seu interesse. O Reform Act a desalojava de sua posição. Natural seria que aqueles seus direitos fossem imediatamente revogados. Mas os anos de 1833 a 1836 foram férteis, e os preços do trigo se mantiveram entre 48 e 53 *shillings*. Os *whigs*, nestas condições, acharam melhor não importunar, desde logo, com essa questão, os *landlords* vencidos. Conservaram-nos na ilusão de que suas leis sobre o trigo não seriam derogadas.

Depois, raciocinaram: o melhor será abolir os impostos sobre os cereais. Com essa providência lucraremos duplamente: damos ao proletariado a impressão de que estamos com ele, e porque vai ele ter vida mais barata, poderemos reduzir-lhe o salário, o que não é nada mau para nós. E, com esse raciocínio, desfraldavam a bandeira do livre-câmbio. Desfraldando-a, porém, procuravam dourar a pílula, procuravam ocultar o verdadeiro móvel dessa sua campanha, de modo que, em suas arengas ao proletariado, usavam desta linguagem:

“Vossos *leaders* têm a intenção de nos intrigar convosco. Não o conseguirão, porém. Pedindo a abolição dos direitos sobre o trigo, nada pedimos para nós. O que desejamos é tão-somente vosso bem-estar, é tão-somente proporcionar-vos pão barato.”

A esse argumento, respondia, porém, um orador cartista:

“Não vos deixeis enganar mais uma vez pela burguesia. Ajudaste-a a obter seu direito de voto, mas onde estão as belas promessas que vos fazia ela então? Todas as reformas, realizadas pela burguesia, foram unicamente em seu proveito. E presentemente deseja obter a ab-rogação das leis sobre o trigo, ainda não em vosso proveito, mas no seu próprio. Dai-nos pão barato, grita ela, mas na verdade, pensa: dai-nos salários baixos. Não vos deixeis influenciar pela sua hipocrisia. Ficai fiéis à carta, pois sem o direito de voto sois escravos.” (*História do movimento cartista*, Gammage, pág. 82)

A burguesia, assim, para se defender do proletariado e, ao mesmo tempo, atacá-lo, atacava precipuamente a aristocracia. Os dois atacados seria fatal que se unissem, se não direta, ao menos, indiretamente, contra ela. E foi o que se deu.

Em 1842, a luta se extremava. Os *tories* resistiam no Parlamento à pretensão livre-cambista dos *whigs*, enquanto o proletariado desacreditava esse seu livre-cambismo.

A burguesia do Lancashire, então, alegando que, com as condições fiscais existentes, não poderia produzir, reduzia os salários de seus operários e dispensava muitos.

Era este seu ponto de vista: os operários com os salários reduzidos ou sem eles se voltariam contra os cartistas e os *landlords*.

Mas essa sua manobra era também denunciada. E não tardaram as greves: no Lancashire, no Yorkshire, no Staffordshire, etc. E os cartistas, em reunião de 358 delegados, por 320 votos, declaravam a greve geral em favor da carta.

Mas a diferença profunda entre o Norte industrial e o Sul agrícola e comercial, base de todos os fracassos do cartista, se fazia sentir. Londres e os condados dessa região agrícola e comercial não mantinham aquela palavra de ordem. E os cartistas tinham de bater em retirada. Nova reação governamental, novos processos, dos quais o mais importante envolvendo O'Connor e 58 de seus companheiros com atuação no Lancaster.

*Conclusão: A diferenciação das classes se operava franca e violentamente.*



.....

## Capítulo VII

*O economismo se sobrepunha ao cartismo.*

*O acordo entre patrões e operários em torno da lei das 10 horas.*

*Uma petição com 5.700.000 assinaturas e pesando 300 quilos, rejeitada!*

**A** SEGUIR, o cartismo se decompunha. Fixemos noções já expostas. O cartismo era um movimento político com duas alas: a reformista e a revolucionária. O domínio desta a princípio produziu o Partido Cartista, “o primeiro partido operário dos tempos modernos”, como o qualificava Engels. Depois, havia o domínio daquela, e o movimento de político se transformava em econômico. Firmava-se e expandia-se o *trade-unionismo*. “Não mais era o *trade-unionismo* de Owen. Este tinha atingido seu ponto culminante em 1834 e, em 1840, estava completamente extinto. Mas o novo *trade-unionismo*, formado em parte sob a influência de melhor situação e, em parte, pelo desencantamento com o fracasso da convenção cartista, era mais hostil ainda que o antigo à luta política.... Preocupou-se inteiramente com o ponto de vista corporativo. Começou

a falar da harmonia dos interesses entre patrões e operários e banii a política de seu seio.” (Th. A. Rothstein, obra citada, pág. 78)

A lei do dia de 10 horas, aprovada pelo Parlamento, em 1847, sob a direção de Ashley (lord Shaftesbury), contribuía para essa harmonia. Consistiu em bom entendimento entre patrões e operários. Foi verdadeiro toma lá, dá cá.

Ashley, ele próprio não ocultava que aquela providência havia sido adotada, “para que a agitação fosse conduzida tranquilamente, para que cessassem todas discussões sobre as relações entre o capital e o trabalho, para que não mais houvesse greves, ameaças, injúrias, em relação aos patrões, dentro ou fora do Parlamento”. (*Life of the Earl of Shaftesbury*, Hodder)

E os operários como que ratificavam esses conceitos, com a seguinte moção de satisfação pela mesma lei:

“Estamos profundamente reconhecidos ao Salvador pelo sucesso que coroou nossos esforços, e, presentemente, quando o fim de trinta anos é alcançado, comprometemo-nos em contribuir com todas nossas forças para o desenvolvimento dos bens religiosos e sociais que a lei quer estender aos operários”. (*A History of Factory Legislation*, Hutchen and Harrison, pág. 97)

“O *bill* das dez horas não foi somente um sucesso prático. Foi também o triunfo certo de um princípio: pela primeira vez, a economia política da burguesia era batida pela economia política da classe operária.” (*Manifesto inaugural da A. I. T.*, Karl Marx, pág. 33)

Os cartistas, para arrancar o proletariado do economismo para a política, deliberavam encaminhar ao Parlamento segunda petição, no mesmo sentido daquela primeira, e para ela colhiam assinaturas que se elevaram a três milhões. Todavia o Parlamento com ela não se impressionava, tendo-a rejeitado por grande maioria.

Nessa hora O'Connor também inventava suas célebres colônias agrícolas pelas quais os operários poderiam vir a ser capitalistas. Debalde O'Brien classificou o plano dessas colônias de “utópico e reacionário”. O'Connor formava sua “liga agrária”. Em 1847, o número de seus acionistas era de 42.000 e seu capital de 80.000 libras.

O prestígio de O'Connor se tinha avolumado extraordinariamente. Tanto que era eleito para a Câmara dos Comuns. “Com sua pessoa, o cartismo penetrou pela primeira vez no Parlamento. Mas foi a última. Até as eleições de 1900, nenhum outro representante do proletariado revolucionário mais logrou penetrar nesse santuário da burguesia inglesa.” (Th. A. Rothstein, obra citada, pág. 84)

Em face dessa tranquilidade do proletariado, os *whigs* haviam conseguido, em 1846, a abolição dos direitos sobre os cereais.

Revogada essa lei, a burguesia se tomava de alento, não mais duvidada de sua força política, e, por meio de Cobden, escrevia a Peel que a aristocracia se deixasse de luxos, e afinal se decidisse a aceitar o que não mais poderia evitar, isto é, o jugo, a tutela dela burguesia.

Escrevia-lhe neste tom agressivo:

“Não quereis governar com o auxílio dos representantes da burguesia. Mas considerai um pouco os fatos: pode-se governar o país de outro modo? O tempo não é mais dos partidos representando apenas tradições. É preciso que o Estado seja dirigido por intermédio de sua classe dominante. Isto o que foi decidido pelo *bill* sobre a reforma; isto o que foi realizado pela abolição das leis sobre o trigo.” (*The life of R. Cobden*, Morley, pág. 299)

Essa a realidade, mas os cartistas eram tenazes. E O'Connor, embora com seu utopismo, os acompanhava decididamente.

Enviariam terceira petição ao Parlamento, renovação das anteriores. Esta recolhia cinco milhões de assinaturas.

E se também não fosse aprovada? A convenção cartista de 4 de abril de 1848 examinou essa hipótese. Várias soluções foram aventadas. A carta seria declarada lei do país. O proletariado passaria da ação à insurreição.

Nesse sentido, exclamava um dos novos membros da Convenção, Ernesto Jones:

“Estou persuadido de que o povo está pronto a mostrar seu poder. Assim o seja. Que ele esteja realmente disposto a pôr termo à sua escravidão. Seria um criminoso, se o dissesse sem profunda certeza. Teria de assumir parte das responsabilidades das infelicidades futuras. As viúvas e os órfãos teriam o direito de me maldizer. Mas, juro-o perante

o Céu, creio que nossa paciência se esgotou. Estou convencido que o povo resolveu insistir para obter a carta.” (Gammage, obra citada, pág. 299).

Os velhos chefes, porém, como O’Brien e O’Connor, usavam de linguagem mais prudente, mais comedida. O’Brien, por exemplo, chegava a dizer não acreditava que a população londrina já se achasse decidida a, no caso, recorrer a medidas extremas.

Combinou-se a petição seria entregue ao Parlamento no dia 10 de abril, depois de outro “*meeting* monstro” em Canning Town. O governo assustava-se, e proibia esse *meeting*. Ao mesmo tempo, o Parlamento votava uma lei de exceção para “a defesa da coroa e do governo” (Th. A. Rothstein, pág. 87), punindo os autores dos discursos sediciosos com a deportação para as colônias de correccionais, e Wellington era encarregado de tomar todas as medidas necessárias para a “manutenção da ordem”.

O Duque de Ferro imaginou nova Waterloo. Colocou em Londres 100.000 soldados até com artilharia pesada; e armou uma milícia burguesa de 170.000 homens. A imprensa exagerava os acontecimentos. Apresentava-os como o prelúdio da insurreição iminente.

O’Connor e Jones, na praça pública, suplicavam à multidão que não se dispusesse ao suicídio. Foram eles próprios levar a petição ao Parlamento. A multidão se dissolvia. A mesma petição pesava 300 quilos e contava, segundo O’Connor, 5.700.000 assinaturas.

Os secretários da Câmara foram contar essas assinaturas e constataram que não excediam de 2.000.000, das quais ainda muitas fictícias e 8.200 de mulheres.

O’Connor, na Câmara, protestou contra o alegado, em termos de grande veemência. Mas era um fato. E ele tinha de se escusar de sua veemência. Essa humilhação para o cartismo vinha enfraquecer, e de muito, sua força moral.

*Conclusão: O economismo realizava e, realizando, enfraquecia a corrente revolucionária.*

.....

## Capítulo VIII

*Causas nacionais e internacionais que concorriam para abater o cartismo.*

*Os sonhos efêmeros de emancipação do proletariado se desvaneceram “diante de uma época de febre industrial, de marasmo moral e de reação política”.*

**M**AS além daquela outras causas mais do que ela concorriam para abater o cartismo: causas nacionais e internacionais.

Entre as primeiras, há a citar as seguintes:

a) A partir de 1848, o desenvolvimento industrial na Inglaterra se acentuava de modo extraordinário. Em 10 anos, ela mais que duplicava sua exportação. Em 1850, exportava 70 milhões de libras, e, em 1860, 164 milhões e meio.

b) Tal prosperidade da burguesia influiria para que os salários fossem em parte melhorados. De 1850 a 1860, eram assim aumentados: os do fiandeiro, de 18 a 20 sh. por semana; os do tecelão, de 13 para 15; os do marceneiro, de 20 para 25; do pedreiro, de 23 para 30; os dos marítimos, de 15 para 17; os dos fundidores, de 22 para 29. Melhores salários desarmavam o espírito revolucionário do proletariado e concorriam

para maior vitória do *trade-unionismo*. Aquele deixava a via política para trilhar francamente a do economismo.

c) O excesso de trabalhadores se escoava, impedindo as reservas dos “sem-trabalho”. A emigração acusava estes algarismos: 33.000 em 1838, 62.000 em 1839, 90.000 em 1840, 118.000 em 1841 e 128.000 em 1842. Os Estados Unidos, com suas possibilidades, atraíam o nacional. Eram descobertas as minas auríferas da Califórnia e a emigração atingia a cifras fantásticas. Em 1848, era de 250.000 e, em 1849, de 300.000. Descobria-se também o ouro na Austrália e, para aí, partiam de 1851 a 1854 mais de um milhão de homens. Cessava, desse modo, o excesso de oferta dos trabalhadores na Inglaterra, o que também impedia a desvalorização de seus salários.

Todos estes fatores combinados, acrescidos da reação governamental, eram de molde a extinguir o cartismo; e, de fato, o extinguíam.

Depois o proletariado continental era igualmente derrotado: na França, no mesmo ano de 48, e na Itália, na Hungria e na Alemanha do Sul, em 49. E, na França, firmando, consolidando essa orientação capitalista, havia ainda, em 51, a ascensão de Luís Bonaparte.

Todos esses fatos não deixavam de repercutir sobre Londres, esmorecendo o entusiasmo revolucionário dos cartistas.

A esse propósito, escrevia Marx:

“Depois da derrota das revoluções de 1848, todas as associações e todos os jornais políticos das classes operárias foram esmagados no continente pela mão brutal da força. Os trabalhadores mais avançados partiram, desesperados, para o outro lado do oceano, para os Estados Unidos, e os sonhos efêmeros de emancipação se desvaneceram diante de uma época de febre industrial, de marasmo moral e de reação política... O fracasso da classe operária continental espalhou logo seus efeitos contagiosos deste lado da Mancha. A derrota de seus irmãos do continente fazia os operários ingleses perderem toda virilidade, toda fé em sua própria causa. Em vão, procurou-se sustentar ou reformar o movimento cartista. Todos os esforços para esse fim malograram completamente. Os órgãos da classe operária morriam um após outro pela indiferença das massas. Parecia na realidade que a classe operária estava

como nunca satisfeita de sua inexistência política.” (*Manifesto Inaugural da A. I. T.*, pág. 29 e 30)

Engels chegava a essa mesma conclusão, depois de assinalar a importância do *Reform Act* para o poder político da burguesia.

Dizia ele:

“Primeiramente, o *Reform Act*, graças ao impulso imprimido pela Revolução francesa de 1830, passou a despeito de todas as oposições. Deu à burguesia poderosa influência no Parlamento. Depois, a abolição das leis sobre os cereais assegurou para sempre a supremacia da burguesia sobre a aristocracia, principalmente de sua fração mais ativa, os fabricantes. Foi a maior vitória da burguesia e a última que alcançou em seu proveito único. De todos seus triunfos ulteriores, teve ela de dividir os benefícios com outra potência social, ao princípio, sua aliada, mas prontamente sua rival. A revolução industrial tinha dado lugar a uma classe de poderosos fabricantes capitalistas e também a uma classe de operários bem mais numerosa. Esta classe cresceu à medida que a revolução industrial se apossava, ramo a ramo, de toda manufatura; e seu poder era proporcional a seu crescimento. Esse poder se fez sentir desde 1824, obrigando um Parlamento recalcitrante a suspender as leis interditando as coalizões operárias. Durante a agitação para o *Reform Act*, os operários formaram a ala radical do partido reformista; tendo-os excluído o *Reform Act* de 1832 do sufrágio, formularam eles suas reivindicações na Carta do Povo e se organizaram em oposição aos grandes burgueses da abolição das leis sobre os cereais, em partido independente, o primeiro partido operário dos tempos modernos. Então, explodiram as revoluções continentais de fevereiro a março de 1848 nas quais o povo operário desempenhou papel tão preponderante e formulou, pelo menos em Paris, reivindicações que, certamente, seriam inadmissíveis, no ponto de vista capitalista. E então sobreveio a reação geral. De início, a derrota dos cartistas, a 10 de abril de 1848; a seguir, o esmagamento da insurreição dos operários parisienses, em junho; depois, as derrotas de 1849 na Itália, na Hungria, na Alemanha do Sul, e, por último, a vitória de Luís Bonaparte sobre Paris, a 2 de dezembro de 1851. Enfim, por certo tempo, o espantallo das reivindicações proletárias estava por baixo, mas a que preço!” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, págs. 40 e 41)

Só em 1867 foi que os operários ingleses conseguiram ser eleitores; só em 1872 foi que o Ministério Gladstone estabeleceu o es-

crutínio secreto; e só em 1885 é que o sufrágio era estendido aos campos e havia a divisão, para quanto possível as igualar, das circunscrições eleitorais.

Todas estas medidas, acrescentava Engels, aumentavam consideravelmente o poder eleitoral dos operários, ao ponto que, em 150 a 200 colégios eleitorais, eles constituíam a maioria dos votantes.

*Conclusão: Os braços então podiam deslocar-se de um ponto para outro, ao passo que hoje já estão mais ou menos sobrando por toda parte.*



.....

## Capítulo IX

*As revoluções de 1848 foram “revoluções burguesas retardadas”.*

*Nelas, o proletariado já intervinha separadamente.*

**C**OMO as revoluções de 1848 produziram aquele efeito de quebrar a onda que se avolumava, de descontentamento do proletariado contra a burguesia, detenhamo-nos em exame mais demorado dessas revoluções.

Os marxistas assim as descrevem:

Essas revoluções foram revoluções burguesas retardadas: terminaram a obra das grandes revoluções burguesas, sobretudo a da grande Revolução francesa. Tiveram um caráter pequeno-burguês, palavroso. Ao mesmo tempo, marcam uma evolução para o proletariado. Este último, aliado da pequena burguesia, intervém separadamente no campo de batalha. Ele se destaca da pequena burguesia, todavia dela conserva as ilusões. Sofre sangrenta derrota, a 28 de junho de 1848, em Paris, sofre outra no cartismo inglês e é traído pela burguesia alemã.

Na revolução alemã, o proletariado já defendia as seguintes reivindicações redigidas pelo comitê central da “Liga dos Comunistas”,

cujos fins eram “a destruição da burguesia, o reino do proletariado, a supressão da antiga sociedade burguesa, fundada sobre os antagonismos de classe e o estabelecimento de nova sociedade sem classes e sem propriedade privada”. (Vamos transcrevê-las quais se acham na *Contribuição à História da Liga dos Comunistas*, de Engels):

“1ª A Alemanha inteira é declarada em estado de república, una e indivisível.

3ª Os representantes do povo são pagos para que os operários possam ter assento no Parlamento da nação alemã.

4ª Armamento geral do povo.

7ª Os domínios principescos ou feudais, quaisquer que sejam, todas as minas, pedreiras, etc., tornam-se propriedade do Estado; sobre estes domínios, a agricultura é explorada em ponto grande, em proveito da comunidade, com o auxílio dos mais modernos processos científicos.

8ª As hipotecas gravando os bens dos camponeses tornam-se propriedade do Estado; os juros dessas hipotecas são pagos pelos camponeses ao Estado.

9ª Nas regiões em que o arrendamento de terras é desenvolvido, a renda territorial ou de arrendamento será paga ao Estado sob forma de imposto.

11ª Todos os meios de transporte: estradas de ferro, canais, vapores, outras estradas e correios ficam para o Estado. Tornam-se propriedade do Estado e são postos à disposição da classe desprovida de recursos.

14ª Restrição do direito de herança.

15ª Estabelecimento de impostos altamente progressivos e supressão dos impostos de consumo.

16ª Fundação de ateliês nacionais. O Estado assegura a existência a todos os trabalhadores e assume o compromisso de manter aqueles que ficarem incapazes para o trabalho.

17ª Instrução geral e gratuita do povo.

“É do interesse do proletariado alemão, da pequena burguesia e dos pequenos camponeses trabalharem com toda energia possível para fazer prevalecer estas medidas. Só sua realização pode permitir aos milhões de cidadãos que, até aqui, na Alemanha, se têm deixado oprimir

por pequeno número, obter o que lhes é devido, e conquistar o poder que lhes há de vir como criadores de toda riqueza.

“O Comitê: Karl Marx, Carlos Schapper, H. Bauer, F. Engels, J. Moll, G. Wolff.” (*A Alemanha em 1848*, págs. 277 e 278)

A revolução de 1848 na Alemanha, como nos demais países da Europa, foi, portanto, incontestavelmente proletária.

Daí por que lemos no *Contra a corrente*:

“Marx escrevia que, em 1789, a burguesia francesa se uniu à camponesa, enquanto que, em 1848, a democracia pequeno-burguesa traiu o proletariado. Em 1848, tratava-se da liquidação da burguesia pelo proletariado. Este não conseguiu colocar a pequena burguesia a seu lado, e a traição desta determinou a derrota da revolução.” (Lenine, tomo II, pág. 23)

Foi assim quer na França, quer na Inglaterra e quer na Alemanha. Depois se manifestava a febre do industrialismo por toda parte.

Engels, por exemplo, em suas “Revelações sobre os processos dos comunistas”, explicando por que não houve, na Alemanha, imediatamente depois de 1848, nova revolução, escrevia:

“A crise industrial de 1847, que havia preparado a revolução de 1848, tinha desaparecido. Novo período de prosperidade industrial até então desconhecida se apresentava. Quem tivesse olhos para ver e deles se servisse, percebia claramente que o furacão revolucionário de 1848 declinava pouco a pouco.

“Nestas épocas de prosperidade geral, em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem tanto quanto as condições dessa sociedade o permitem, não há lugar para verdadeira revolução. Semelhante revolução não é possível senão nos períodos em que estes dois fatores, as forças produtivas modernas e as forças de produção burguesas entram em conflito.” (Karl Marx, *Luta das classes na França*). “Era o que Marx e eu escrevíamos na *Revue* de maio a outubro de 1850, na *Neue Rheinische Zeitung* (fascículos V e VI, Hamburgo, 1850, pág. 153).” (*A Alemanha em 1848*, págs. 285 e 286)

*Conclusão: As revoluções não são resultado da livre vontade dos homens. São os fatos que as desencadeiam.*

.....

## Capítulo X

*Balanceando.*

**D**

E todo o exposto, resulta, portanto, o seguinte:

I. Não obstante toda repressão governamental, os “direitos do homem” se estendiam à Inglaterra, completando as revoluções de 1648 e 1688 nesse país.

II. A burguesia inglesa, com o “Reform Act” de 1832 e com a abolição dos direitos sobre os cereais em 1836, chamava a si o poder político antes nas mãos da aristocracia, sua rival. Sua hegemonia econômica a conduziria fatalmente como a conduziu, a essa hegemonia política.

III. O governo da burguesia quer na França, quer na Inglaterra, não era de todos, por todos e para todos, mas dela burguesia, por ela e para ela, contra o proletariado, econômica e politicamente. Este era a razão de ser de suas conquistas. E ela, uma vez vitoriosa, contra ele se voltava, para o oprimir mais que seus próprios antecessores.

IV. O movimento, as condições objetivas do proletariado não melhorando, mas piorando, despertavam-lhe a consciência, seu elemento subjetivo. Ele constatava que havia sido traído por aquela sua aliada de véspera. Constatava que tinha de se organizar como classe e como partido político à parte, independente dela e contra ela. Constatava que

“o ‘Ato da Reforma’ não fez senão transferir o poder de um partido dirigente a outro”, deixando “o povo tão privado de socorro quanto estava antes”. Constatava que, para suas reivindicações, “só poderia contar consigo mesmo, e não com as outras classes”, segundo as palavras de Harney, que, mais tarde, quase seriam repetidas por Karl Marx.

V. Os anos de 1838-1842 assinalam o apogeu do primeiro movimento operário nacional, o dos cartistas. Elevando-se do objetivo ao subjetivo, o proletariado inglês, dentro daquele pensamento, fundava o primeiro partido de sua classe nos tempos modernos, e nem só ele, como o continental, nos principais países, se levantavam revolucionariamente.

VI. Por circunstâncias diferentes, porém, o “economismo” acabava suplantando aquela sua “ação política” ou “revolucionária”.

# LIVRO IX

O capitalismo vulgarizava a economia clássica.

A APOLOGÉTICA NEGAVA ADAM SMITH, RICARDO  
E RICARDO JONES.

---

A “QUESTÃO NÃO MAIS FOI DE SABER SE TAL OU  
QUAL TEORIA ERA VERDADEIRA, MAS SE ERA ÚTIL OU  
INCONVENIENTE AO CAPITAL, CÔMODA OU INCÔ-  
MODA, SUBVERSIVA OU NÃO”. (KARL MARX).



.....

## Capítulo I

*Novas manifestações teóricas contra o capitalismo.*

*“A propriedade, diziam os são-simonianos, é um fato social, sujeito como todos os outros fatos sociais, à lei do progresso.”*

*A crítica de Marx a Proudhon.*

**E**SSES movimentos na França e na Inglaterra, e aquelas teorias nem só de Saint-Simon, Fourier e Owen, como de Ricardo e Sismondi, e das duas correntes que de Ricardo se haviam originado, determinavam novas manifestações teóricas que poderemos assim classificar, aproveitando ainda quanto a esse particular o material deixado por Karl Marx no *Manifesto Comunista*.

- a) o socialismo feudal;
- b) os discípulos de Saint-Simon e Fourier;
- c) o socialismo burguês de Proudhon;
- d) o “verdadeiro” socialismo alemão, e Weitling e Rodbertus;
- e) a economia científica contra a vulgar;



f) a economia otimista;

g) a economia da harmonia.

O SOCIALISMO FEUDAL. O socialismo feudal apresentou estas duas variantes: o socialismo feudal propriamente dito e o clerical.

As aristocracias, depois da Revolução francesa de 1830 e depois do *Reform Act* inglês, se convenceram, afinal, de que não mais poderiam reconquistar suas posições perdidas. Então, para criar simpatias, saíram em defesa do proletariado contra a burguesia, acusando-a de os explorar, de não lhes haver melhorado a sorte conforme tanto seguidamente prometera.

Foi assim que nasceu “o socialismo feudal, mistura de jeremiadas e pasquinadas, de ecos do passado e vagidos do futuro. Se, por vezes, sua crítica mordaz e espirituosa feriu a burguesia no coração, sua impotência absoluta a compreender a marcha da história moderna terminou sempre por torná-lo ridículo”. (*Manifesto Comunista*, pág. 31)

O socialismo cristão pregava a volta ao passado; pregava contra a propriedade privada e o estado, a caridade e os farrapos, a vida monástica e a Igreja.

Entre os novos dominadores e os antigos, tomava o partido destes. De modo que, dizia Marx, “o socialismo cristão não é mais do que a água benta com que o padre consagra o descontentamento da aristocracia”. (Idem, pág. 32)

O socialismo feudal e o cristão, davam-se, assim, as mãos.

Mas a classe operária quis acompanhá-los. E a revelar seu caráter reacionário, tomando parte ativa em todas as medidas da burguesia contra ela.

OS DISCÍPULOS DE SAINT-SIMON E FOURIER. Saint-Simon produzia os são-simonianos dentre os quais Amand Bazard, Enfantin e Constantín Pecqueur. Em carta que dirigiram, em 1830, ao presidente da Câmara dos Deputados da França, eles, são-simonianos, definiam suas ideias, que eram estas, em síntese:

A abolição de todos os privilégios de nascimento, *sem exceção*, e, por conseguinte, a destruição da *herança*, que, subsistindo, condena a classe mais numerosa à *depravação*, à *ignorância*, à *miséria*.

A reunião de todos os instrumentos de trabalho, as terras e os capitais, em um fundo social para ser explorado por *associação e hierarquicamente*, de modo que a tarefa de cada um seja a expressão da sua *capacidade* e sua riqueza a medida de suas obras.

Quanto à questão da propriedade, era esta sua opinião:

“Segundo o preconceito geral, parece que, quaisquer que sejam as revoluções que possam sobrevir nas sociedades, nenhuma pode operar-se na propriedade; que a propriedade, enfim, é um fato invariável. Nada, entretanto, é mais falso: a propriedade é um fato social, sujeito, como todos os outros fatos sociais, à lei do progresso; ela pode, portanto, em diversas épocas, ser entendida, definida, regulada de diversos modos.”

Justificam essa sua pretensão dizendo: No princípio, a propriedade abrange até os homens pela escravidão. Depois o direito do senhor sobre o escravo sofre restrições graduais. Acaba por desaparecer completamente. Reduzidas as cousas, a propriedade a princípio se transmite à vontade do proprietário. Mas o poder público intervém e impõe que o herdeiro do pai seja o filho mais velho. Finalmente, a Revolução francesa obriga a partilha geral entre os filhos, e multiplica assim os beneficiários dos instrumentos de produção. Atualmente o declínio da taxa dos juros reduz gradualmente a vantagem do proprietário do fundo de produção, assegurando assim ao trabalhador parte cada vez maior no produto. Resta um último passo a fazer: assegurar a todos os trabalhadores direito igual ao uso dos instrumentos de trabalho e tornar assim todos proprietários, fazendo do Estado herdeiro único.

Frisavam eles:

“A lei de progressão que observamos, tende a estabelecer uma ordem de cousas na qual o Estado, e não mais a família, herdará riquezas acumuladas, na parte que elas constituem o que os economistas denominam fundo de produção.”

Os principais discípulos de Fourier foram Victor Considérant, André Godin e Louis Blanc.

Victor Considérant tentou pôr em prática as ideias do mestre em colônias na América, que, entretanto, pouco duraram. Durante a revolução de 1848, reclamava o “direito ao trabalho” como justa e necessária compensação do “direito de propriedade”.

André Godin foi o instituidor do Familistério, em Guise, estabelecimento industrial pertencente aos operários, tendo anexos, dentro de grande parte, casas de habitação, palácios societários onde moravam os operários, escolas, creches, teatro e uma sociedade de consumo.

Louis Blanc, em seu livro *Organização do Trabalho*, publicado em 1841, definia seu ponto de vista, que era o seguinte:

O mal tanto para a burguesia, como para o proletariado, está na *concorrência*. O bem está na associação. Para a realização desse instituto, propunha a criação de oficinas sociais constituídas por grupos de operários de cada ofício, e que seriam sociedades cooperativas de produção. O capital necessário a esse empreendimento seria fornecido pelo governo e obtido por meio de empréstimo. O lucro aí não seria *pessoal*, mas *social*: seria atribuído aos próprios trabalhadores.

Muitas *oficinas* e estava fundada nova sociedade.

Louis Blanc era assim intervencionista. Cogitava de se apoiar no Estado, para sua reforma, ao contrário de Owen e Fourier que dispensavam essa intervenção. Pierre Leroux e Cabet partilhavam dessas ideias associonistas. Esse intervencionismo, quer dos são-simonianos, quer dos continuadores de Fourier, levava-os a se oporem encarniçadamente a toda ação política revolucionária da classe operária, pelo que Karl Marx os qualificava igualmente de reacionários ou conservadores.

E tanto ainda tinham de utópicos que eis o que deles diz a própria economia burguesa:

“Há neste apelo, por parte dos socialistas, alguma cousa de bastante ingênuo, porque uma de duas: ou o projeto para o qual reclamam o concurso governamental é realmente revolucionado, e então o governo representante da sociedade seria bem cego preparando com as próprias mãos o meio de a destruir; ou os projetos para os quais lhe pedem assistência são sem perigo para a ordem social, e então o próprio concurso que ele lhes presta demonstra seu modesto alcance”. (*História das Doutrinas Econômicas*, Ch. Riszt, pág. 153)

Ao lado dos são-simonianos e fourieristas havia os mais extremados ou babeuvistas. Filipe Buonarotti, autor da *Conspiração pela igualdade* e companheiro de luta de Babeuf, exerceu, entre 1830 e 1837, grande influência sobre a mocidade intelectual de Paris e igualmente sobre as organizações secretas de Blanqui. Procurou transportar para essa época as ideias sociais dos anos 1792 e 1793 e sobretudo a da ditadura ou “governo revolucionário” da classe operária.

Seja como for, a partir de 1830, a crítica social francesa sabia já que o desenvolvimento capitalista conduz à concentração das riquezas, à eliminação das classes médias e artesãos e à divisão da sociedade entre proletariado ou povo (que era, como então se dizia) e burguesia. Pecquer já sabia mesmo que a consequência de todo esse desenvolvimento devia ser a socialização dos meios de produção. (*Karl Marx, sua vida, sua obra*, Max Beer, pág. 54)

Foi ainda nessa época que Henri Heine escreveu seus ensaios sobre o comunismo francês e que Proudhon publicou sua obra *Que é a Propriedade?* e a *Filosofia da Miséria*.

Por isto é que, em 1843, Louis Reybaud já se queixava de que não passava um só dia em que a sociedade capitalista não fosse condenada por novelistas, romancistas, teólogos, sábios, artistas, etc.

O SOCIALISMO BURGUÊS DE PROUDHON. Proudhon é criticado por Marx na *Miséria da filosofia*, em 1847, no *Manifesto Comunista*, em 1848 e em artigos no *Sozial-Demokrat*, de janeiro de 1865. Nesses artigos, confirmava seus juízos anteriores sobre tal personalidade, os quais são os seguintes, no que têm de geral.

Em seu livro *Que é a Propriedade?* Proudhon está para Saint-Simon e Fourier mais ou menos como Feuerbach esteve para Hegel. Comparado a Hegel, Feuerbach é bem mais pobre. Entretanto, depois de Hegel, fez época porque acentuava pontos desagradáveis para a consciência cristã e importantes para os progressos da crítica filosófica.

O grande mérito de Proudhon nesse escrito foi seu estilo. Seus paradoxos, sua crítica corrosiva, sua amarga ironia, seu sentimento de revolta profundo e verdadeiro contra as infâmias da ordem de cousas estabelecida, seu espírito de revolucionário, eis o que eletrizou os leitores do *Que é a propriedade?* Mas na história rigorosamente científica da economia política, mereceria esse livro apenas ser mencionado. Nele

não fazia a análise crítica da economia política. Limitava-se a subordinar o conjunto das relações *econômicas* à noção *jurídica* da propriedade. Imitava o método antinômico de Kant. Por isto, não ia além de Brissot que, em 1789 já havia dito, nos mesmos termos que ele Proudhon, que “a propriedade é um roubo”.

Passando ao exame da *Filosofia da Miséria*, diz Marx:

“Durante minha estada em Paris, em 1844. entrei em relações pessoais com Proudhon. Refiro esta circunstância porque, até certo ponto, sou responsável pela, sua ‘sofisticação’, palavra que empregam os ingleses para designar a falsificação de uma mercadoria. Em longas discussões, muitas vezes prolongadas durante toda a noite, eu o injetava de hegelianismo, com grande prejuízo para ele, visto como não conhecendo o alemão, não podia estudar a coisa a fundo. Eu o fiz inicialmente, e o Sr. Carlos Grün, depois de minha expulsão da França, o continuou. E ainda este professor de filosofia alemã tinha sobre mim a vantagem de não entender nada do que ensinava.” (*Miséria da Filosofia*, ed. franc., pág. 225)

Neste volume, Proudhon desceu do terreno das invectivas, da fraseologia, para a análise da economia política moderna. Procurou estabelecer o sistema das categorias econômicas por meio da dialética. De Kant passava a Hegel. Mas, *ao invés de considerar as categorias econômicas como expressões teóricas de relações de produções históricas correspondentes a determinado grau do desenvolvimento da produção material, sua imaginação as transforma em ideias eternas*. Seu objetivo era demolir a economia burguesa, e acabou de perfeito acordo com ela. “Dizendo que as relações atuais – as relações da produção burguesa –, são naturais, os economistas com isto pretendem fazer crer que são relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas, de conformidade com as leis naturais independentemente da influência do tempo. São as leis eternas que devem sempre reger a sociedade. Assim existiu a história mas não mais existe.” (págs. 227 e 228)

Pretendeu encontrar uma fórmula de harmonia para a “solução da questão social. (Pág. 271) Pediu emprestado aos economistas suas “relações eternas” e aos socialistas sua ilusão de não ver na miséria, senão a miséria. Quis ser o homem de ciência acima dos pequeno bur-

gueses, e dos proletários. Não é senão o pequeno burguês variando constantemente entre o capital e o trabalho; entre a economia política e o comunismo. (Pág. 228)

Atacava de maneira inconveniente, brutal e injusta um homem como Cabet, sempre respeitável por causa de seu papel político no meio do proletariado, e era amável com um Dunoyer (conselheiro de Estado; é verdade) que não tinha importância senão por haver pregado, muito sério-cômico, em três grossos volumes insuportáveis, um rigorismo assim caracterizado por Helvetius: “Pretende-se que os infelizes sejam perfeitos.” (pág. 230)

Semanas antes da Revolução de 1848, Proudhon havia se esforçado por demonstrar que “a era das revoluções” tinha passado para sempre. Todavia sua atitude na Assembleia nacional não merece senão elogios, ainda que prove sua pouca percepção da situação. Foi porém, corajosa.

E Marx arremata:

“Os últimos fatos e gestos econômicos de Proudhon foram sua descoberta do ‘Crédito gratuito’ e do ‘Banco do Povo’ que devia realizá-lo. Em meu trabalho *Crítica da Economia Política*, encontra-se a prova de que estas ideias proudhonianas são fundadas sobre completa ignorância dos primeiros elementos da economia política burguesa: a relação entre a mercadoria e o dinheiro, enquanto que sua realização prática não era senão a reprodução de projetos bem anteriores e melhor elaborados (pág. 231). A natureza de Proudhon o levava à dialética. Mas não tendo nunca compreendido a dialética científica, chegava apenas ao sofisma. Isto decorria de seu ponto de vista pequeno-burguês. O pequeno burguês está sempre de um lado e do outro lado. Duas correntes opostas, contraditórias, dominam seus interesses materiais e por conseguinte suas concepções religiosas, científicas e artísticas, sua moral enfim todo seu século. Ele é a contradição viva. (Idem, pág. 233)

No *Manifesto Comunista* Marx observava que uma parte da burguesia, por instinto de conservação, procura remediar os males sociais; é este seu raciocínio para que nossa sociedade não soçobre, melhor será que dela eliminemos os elementos que a revolucionam e a dissolvem. Façamos concessões ao proletário.

Nesta categoria enfileiram-se os economistas, os filantropos os humanitários, os organizadores de beneficências, os formadores de gabinete, todos melhoradores da sorte da classe operária. Propõem-se melhorá-la e não melhoram.

O socialismo de Proudhon foi dessa marca: foi portanto, acima de tudo, burguês. Veio dar ao proletariado, e isto em benefício da burguesia, a ilusão de que poderia ter sua sorte ainda melhorada.

Segunda forma desse socialismo, continua Marx, menos sistemática, mais prática porém, tratou de fazer com que os operários se desgostassem de todo movimento revolucionário, demonstrando-lhes que não era tal ou qual mudança política, mas somente uma transformação das relações da vida material e das condições econômicas, que poderia aproveitar-lhes. Por transformação das relações materiais da sociedade, esse socialismo não se refere à abolição das relações burguesas de produção, mais unicamente às reformas administrativas, realizando-se sobre a própria base da produção burguesa, reformas que por conseguinte não tocam nas relações do capital e do salariado.

Com relação a essas duas espécies de socialismo burguês ou conservador, diz Marx no mesmo *Manifesto*:

“O socialismo burguês é simples figura de retórica.

“Livre câmbio! No interesse da classe operária: direitos protetores! No interesse da classe operária: eis sua última palavra. O socialismo burguês está inteirinho nesta frase: os burgueses são burgueses no interesse da classe operária...” (Idem, págs. 36 e 37)

O VERDADEIRO SOCIALISMO ALEMÃO. O chamado socialismo alemão ou o “verdadeiro” socialismo foi transportado sobretudo por Carlos Grün da França para a Alemanha. Mudando de país mudou de voz. Na França era expressão de luta de uma classe contra outra; era uma criação fundamentalmente econômica. Na Alemanha passou a ser uma criação fundamentalmente filosófica. Aí sobrepenha-se a estreiteza francesa. Defendia não os interesses do proletário mas os interesses do ser humano, do homem que não pertence a nenhuma classe nem a realidade alguma.

Onde o socialismo francês falava em funções econômicas do dinheiro, ele falava em “alienação do ser humano,” onde o socialismo

francês falava em eliminação do estado burguês, ele falava em eliminação da categoria da “universalidade abstrata” e assim por diante.

Explica-se esta diferença.

O socialismo francês pressupunha a sociedade burguesa moderna com as condições materiais de existência que lhe correspondem e uma constituição política de acordo, e, na Alemanha, o que havia era a classe dos pequeno-burgueses legada pelo século XVI, e desde então renascendo sem cessar sob formas diversas.

Como fez ver Marx, a supremacia industrial e política da Alemanha ameaçava esta classe de destruição certa de um lado pela concentração dos capitais, e de outro pelo desenvolvimento de um proletariado revolucionário.

Diante dessa perspectiva, o verdadeiro socialismo saía a proclamar “a nação alemã a nação normal, e o filisteu alemão, o homem normal”. (Idem, pág 35)

Era substancialmente conservador ou reacionário. Tomava o partido daquela classe dominante. Defendia *à outrance* sua *normalidade*. Durou pouco, porém. A tormenta revolucionária de 1848 o desmascarou. Ao lado desse socialismo alemão Engels colocaria, mais tarde, ainda o sistema comunista de Weitling e o socialismo de Rodbertus que acusou Marx de o ter plagiado.

Tratando dessa questão disse o mesmo Engels:

“Em 1879, Rodbertus entra em cena e escreve a J. Zeller a propósito de sua obra o que se segue: ‘Verifiquei que Marx explorou belamente toda esta sequência de ideias, sem me citar.’ E seu editor póstumo, Th. Kozak, não fez senão repetir esta afirmação. Enfim Rodbertus declara categoricamente: ‘Encontro-me hoje roubado por Shaffle e Marx sem que meu nome seja mencionado.’ Em outra passagem as pretensões de Rodbertus tomam forma ainda mais precisa: ‘Em minha terceira carta social, disse, quanto ao essencial, do mesmo modo que Marx, todavia mais livremente e com maior clareza do que ele, de onde resulta a mais-valia do capitalista.’

‘Marx nunca soube dessas acusações a ele de plágio.’ (prefácio do *O Capital*, tomo V, págs. 15 e 16)



E Engels mostra que a teoria de Rodbertus sobre a mais-valia é muito diversa da de Marx. Este a qualificava de “nova teoria da renda territorial”. (Idem, pág 19)

*Conclusão: Essas teorias revolucionárias eram simples empirismo: representavam, apenas, observações esparsas não convenientemente sistematizadas.*

.....

## Capítulo II

*“A luta entre a economia vulgar e a científica.”*

*“A pesquisa desinteressada foi substituída pela polémica estipendiada.”*

*“Marx começa onde Jones acaba.”*

**A**CENTUANDO-SE a luta entre o proletariado e a burguesia, a economia desta cuida não mais de fazer ciência mas de baralhar as cousas, de as confundir, para a defesa de seus interesses de classe e, dentro desse pensamento, cada vez mais se vulgariza.

Eis o que a esse propósito escrevia Marx:

“Em 1830 sobrevém a crise definitiva e decisiva. Na França e na Inglaterra a burguesia tinha conquistado o poder político. A partir desse momento a luta de classe pôs em prática como em teoria formas bem precisas e ameaçadoras. E a economia científica burguesa desaparecia. A questão não mais foi de saber se tal ou qual teoria era verdadeira mas se era útil ou inconveniente ao capital, cômoda ou incômoda, subversiva ou não. A pesquisa desinteressada foi substituída pela polémica estipen-

diada, e o trabalho científico imparcial pela má consciência e pela apolo-gética. Entretanto, os folhetos importunos que a liga contra os direitos sobre os trigos, dirigidos pelos industriais Cobden e Bright, espalhava pelo mundo inteiro, representavam ainda, na falta de interesse científico, certo interesse histórico pela polêmica contra a aristocracia territorial. Com a legislação do livre câmbio, porém, devida a Roberto Peel, a economia vulgar perdeu até mesmo esta sua última glória”. (Pref. do *O Capital*, tomo I, págs. LXXXVII e LXXXVIII).

No tomo VIII das *Doutrinas Econômicas*, Marx generaliza e, confrontando a economia vulgar com a clássica, estabelece a fundo os pontos em que se distinguem, e são os seguintes:

a) Na economia clássica, a renda territorial, o lucro e os juros não são senão formas diferentes da mais-valia; nela não há pluralidade, mas unidade de valor, decorrente de uma só e mesma fonte: a quantidade de trabalho; na economia vulgar, há aquela pluralidade. O valor compreende a renda, os juros e o salário. Todos três autônomos. Decorrem não de uma só, mas de fontes diferentes: a terra, o capital e o trabalho. A terra dá lugar à renda, o capital aos juros e o trabalho ao salário (para o operário e para os industriais).

b) A economia clássica, se, por um lado, vê no modo de produção burguês, não a forma histórica, transitória, mas a forma natural, permanente da produção social, por outro, ela própria fornece os materiais que derrogam essa concepção, formulando o conflito irreduzível entre o trabalho e o capital; a economia vulgar prescinde desses materiais, substituindo o conflito pela harmonia.

Diz Marx:

“O capital aparece aqui [na economia vulgar] como fonte especial de valor; é criador de valor, como a terra da renda e o trabalho do salário (parte verdadeiro salário, parte lucro industrial). É sempre o preço da mercadoria que deve pagar o salário, os juros, a renda; mas ele os paga porque a terra, o capital, o trabalho que neles entram, criam respectiva-

mente a renda, os juros, o salário, isto é, as partes de valor que devem tocar a seus proprietários ou a seus representantes, proprietários territoriais, capitalistas, operários (salariados ou industriais). Há nesta teoria este círculo vicioso: de uma parte, os preços das mercadorias determinam o salário, a renda e os juros e, de outra parte, são determinados por eles (pág. 182).

“No capital produtivo de juros, o capital aparece como fonte autônoma de valor ou de mais-valia. Ele é esta parte em si em sua forma material. Deve entrar no processo de produção para realizar esta propriedade; mas a terra e o trabalho devem igualmente..... (pág. 183)

“A economia clássica procura reconduzir pela análise as diversas formas da riqueza à sua unidade interior ..... (Pág. 184). Tem enfim o defeito de ver na forma fundamental do capital, na produção tendo em vista a apropriação do trabalho de outrem, não a forma histórica, mas a forma natural da produção social. Acrescentemos que, pela sua própria análise, ela prepara a ruína dessa concepção.....(pág. 185). O desenvolvimento da economia política e da contradição que dela resulta, vai de par com o desenvolvimento real das posições sociais e das lutas de classes contidas na produção capitalista... (pág.186). E, na mesma medida, a economia vulgar se faz deliberadamente mais apologética e se esforça denodadamente para fazer desaparecer as ideias em que esses contrastes são exprimidos”. (Idem)

Foi de balde que George Ramsay, Cherbuliez e Ricardo Jones procuraram retornar à ciência, à economia política científica. Ramsay afirmava que “a produção capitalista fundada sobre o salariato não era uma forma absoluta da produção social”. (*Doutrinas Econômicas*, Marx, tomo VII, pág. 263). Cherbuliez, diz Marx, “não fez aliás senão amalgamar em suas teorias os antagonismos de Sismondi e de Ricardo”. (Idem, tomo VIII, pág. 32)

Agora, os principais traços do trabalho de Ricardo Jones também expostos por Marx:

“A obra principal do reverendo Ricardo Jones é: *An Essay on the distribution of wealth and on the sources of taxations*, London, 1831.

Na primeira parte dessa obra, encontramos o que faltou em todos os economistas ingleses, desde James Stuart, isto é, o sentido da distinção histórica dos modos da produção. Este sentido existe em Ricardo

Jones, apesar dos seus erros arqueológicos, filosóficos e históricos...”  
(pág. 39)

#### Continua Marx:

“Jones não acredita absolutamente que o capital exista desde a origem do mundo (pág. 40). Jones estuda a renda em toda sua evolução, desde sua forma a mais grosseira, a corveia, até sua forma mais moderna, o arrendamento. Ele acha que, por toda parte, uma forma determinada do trabalho e de suas condições tem, por correspondente, uma forma determinada da renda, isto é, da propriedade privada (Idem). A renda aparece historicamente como a forma geral do sobretrabalho, do trabalho não pago. Aqui a apropriação deste sobretrabalho não se faz pela troca; é fundada sobre o domínio violento de uma parte da sociedade sobre a outra (pág. 41). Chegamos, enfim, ao ponto que nos interessa sobretudo aqui, as rendas dos agricultores (arrendatários), capitalistas. É aqui que se percebe de modo evidente a superioridade de Jones. O que Ricardo e outros consideram como a forma eterna da propriedade territorial, ele mostra que dela é unicamente a forma burguesa, que não intervém aliás senão quando a propriedade territorial cessou de dominar a produção e, a seguir, a sociedade, e a agricultura, ela própria, passou a ser submetida ao modo de produção capitalista. Este momento não se apresentou senão quando a grande indústria, ou pelo menos a manufatura se desenvolveu na indústria urbana (pág. 44). Jones tem o mérito de ter sido o primeiro a fazer ressaltar nitidamente que o aumento da renda, desde que esta existe, tem de ordinário sua origem no aumento do capital agrícola empregado (pág. 49). ‘A renda será dupla, tripla, quádrupla, etc., e o capital duplo, triplo, quádruplo, etc., enquanto o capital pode ser empregado com os antigos terrenos, sem que haja diminuição da fertilidade relativa, e, por conseguinte, do rendimento desses terrenos.’ Eis o que denota o progresso de Jones sobre Ricardo. Mas há ainda melhor. Jones nos diz: ‘Não é absolutamente necessário, para a alta da renda, que a relação entre a fertilidade dos terrenos se conserve sempre a mesma’” (pág. 50). (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo VIII)

Examinando estas outras obras de Jones: *An Introductory lecture on Political, delivered at King’s College*, London, 1833; *To which is added a Syllabus of a course of lectures on the Wages of Labour*, London, 1833, prossegue Marx:

“Assim pois, em Jones, toda estrutura econômica da sociedade tem por pivô a forma do trabalho, isto é, a forma sob a qual o operário se apropria das subsistências ou da parte de seu produto de que vive. Este fundo de trabalho tem diferentes formas, e o capital não é dele senão

uma forma especial retardada (pág. 650). Enquanto a escravidão existe, o sistema capitalista não pode ser nunca predominante, mas simplesmente esporádico e subordinado (pág. 73).

O que distingue Jones dos outros economistas, à parte Sismondi, é que ele vê na forma especial do capital o elemento principal que estabelece a diferença entre o modo de produção capitalista e os outros modos: *o trabalho se transforma diretamente em capital que, por sua vez, compra o trabalho, não por causa do valor de uso desse trabalho, mas para criar mais-valia, lucro, em uma palavra, valor de troca, maior* (pág. 81). Para Jones, o capital e a produção capitalista não são senão uma fase intermediária no desenvolvimento da produção social; mas esta fase marca progresso enorme sobre todas as formas anteriores, sem, contudo, constituir resultado definitivo (pág. 89). Depois de nos ter mostrado o capital, condição específica da produção, etc., Jones nos indica as modificações particulares que sobrevêm no desenvolvimento das forças produtivas. E ele nos expõe muito bem como a modificação das forças materiais da produção arrasta a das condições econômicas e, em seguida, a do estado social, moral e político das nações.

“Na medida em que uma coletividade modifica suas forças produtivas, modifica também seus usos e costumes. No curso de sua evolução, as diversas classes dessa coletividade verificam que outras relações se estabelecem entre elas, que ocupam posições novas e que são cercadas de novos perigos morais e sociais e que sua prosperidade social e política está ligada a condições novas.”

Mas antes de mostrar como Jones explica a influência da forma capitalista da produção sobre o desenvolvimento das forças produtivas, citemos ainda as passagens seguintes:

“Grandes modificações políticas, sociais, morais e intelectuais acompanham as mudanças que se operam na organização econômica da coletividade, assim como nas forças e nos recursos, fracos ou abundantes, com os quais se faz a produção. Estas modificações exercem necessariamente preponderante influência sobre os diversos elementos políticos e sociais da população na qual se produzem. E esta influência se es-

tende ao caráter intelectual, aos hábitos, aos usos, aos costumes e à felicidade das nações.” (págs. 91 e 92)

Tal a obra de Jones condensada por Marx, no tomo VIII de sua *História das Doutrinas Econômicas*.

Daí este comentário perfeitamente justo de Kautsky:

“Marx dá, no presente volume, todo desenvolvimento da teoria da mais-valia até ao ponto donde parte ele mesmo. Com Ricardo Jones, a economia burguesa chega ao seu fim, como teoria do processo econômico total do modo de produção capitalista, como tentativa leal de compreender este modo de produção, não como tentativa interessada de o justificar (página 16).

“Desde o aparecimento do cartismo, a situação lhe fez perder sua imparcialidade (Idem). No ponto de vista histórico e lógico, não pode ir além daquele nível (Idem). Só se podia ir além do que Jones estabeleceu sobre a teoria do processo total – não falamos aqui do estudo de certos fenômenos isolados –, colocando-se em um ponto de vista que, superior à sociedade burguesa, a exceda, o ponto de vista socialista. Marx começa onde Jones acaba.” (Idem) (Prefácio da *História das Doutrinas Econômicas*, tomo VI).

Havia esses esforços a favor da economia clássica, da economia científica, mas a apologética a ela se sobrepunha. Antes de caracterizar o pleno desenvolvimento desta, detenhamo-nos um pouco no exame do livre câmbio na Inglaterra e do protecionismo na Alemanha.

*Conclusão: a própria ciência é subordinada aos interesses da classe dominante.*

.....

### Capítulo III

*O livre câmbio e sua significação.*

*Foi um episódio da luta, na Inglaterra,  
entre a burguesia e a aristocracia.*

O

LIVRE câmbio foi um episódio da luta, na Inglaterra, entre a burguesia e a aristocracia.

Esta dizia: Nosso principal artigo de produção é o trigo. É necessário que o Estado o proteja com direitos alfandegários. Do contrário, seus preços não poderiam conservar-se em alta. A concorrência da mercadoria estrangeira viria reduzir esses preços, e arruinar-nos. É preciso evitar essa concorrência. Liberdade de comércio para tudo, menos para o trigo.

A burguesia pensava consigo mesma:

O monopólio dos cereais reservado à aristocracia tem de ser derogado. Com esse monopólio, seus preços se elevam, e, elevando-se seus preços, somos obrigados a pagar maiores salários aos nossos operários, cujo número cresce de dia para dia. Ou a lhes pagar maiores salários, ou, pelo menos, a conservar, e não reduzir, os que já percebem. Nestas condições continuamos trabalhando para a fortuna e tranquilidade dos senhores feudais contra nós. Continuamos sendo burros de carga



desses senhores. É tempo de sacudirmos a cangalha com que nos vêm oprimindo. Temos de cuidar dos nossos interesses de classe contra os de qualquer outra classe.

Para a defesa desses seus interesses, fundavam, em 1838, a Liga de Manchester, sob a ação de Cobden e Bright. Este era seu programa de uso interno. O de uso externo era bem diferente. Eles o revelavam, dirigindo-se sobretudo aos proletários, aos quais afirmavam:

– Vossos *leaders* cartistas nos combatem, mas injustamente. Querendo o comércio livre dos cereais, estamos defendendo, não o nosso, mas o vosso interesse. Com essa providência, pretendemos libertar-vos dos que enriquecem a vossa custa. Liberdade do comércio significa para vós vida barata. Somos vossos inimigos porque queremos prodigalizar-vos essa vida. Não deis ouvidos aos vossos *leaders* que estes, sim, são vossos verdadeiros inimigos.

Os cartistas os desmascaravam: Sim, vida barata para salários baixos. Ganharemos, por um lado, e perderemos por outro. Permanece o *statu quo*. Vós apenas ides lucrar: porque tereis o trigo mais barato e, com ele, igualmente a força de trabalho.

Vinha, porém, a má colheita de 1845; os preços do produto ainda mais se elevavam; e, em 1846, as circunstâncias davam ganho de causa a essa pretensão da burguesia que, com ela, firmava, decisivamente sua supremacia sobre aquela sua antagonista, a aristocracia.

Todavia não deixaram de se confirmar os vaticínios dos chefes cartistas.

“Foi assim”, diz Marx, “que, depois da abolição das leis sobre os cereais, e violando manifestamente compromissos solenes que haviam assumido, no curso da agitação contra essas leis, os fabricantes ingleses diminuíram em geral os salários de dez por cento. No começo, a resistência dos operários foi reprimida; mais tarde, porém, em consequência de circunstâncias sobre as quais não posso deter-me, os dez por cento perdidos foram conquistados” (*Salários, Preços e Lucros*, pág. 138).

*Conclusão: Os operários não mais são que “instrumentos de trabalho, cujo preço varia segundo a idade e o sexo”.*

.....

## Capítulo IV

*Protecionismo alemão.*

*Frederico Liszt já era expressão do estado  
de guerra entre as burguesias nacionais.*

**N**A INGLATERRA era instituído o livre câmbio por uma classe contra a outra. Na Alemanha, seria instituído, a esse mesmo tempo, o protecionismo, tendo por base o nacionalismo, ou o interesse nacional da Alemanha contra o das demais nações.

Em 1800, a Inglaterra e a Escócia se uniam à Irlanda, completando a unidade econômica das Ilhas Britânicas. A França, em 1791, havia suprimido todas suas alfândegas internas. Havia, assim, igualmente firmado sua unidade econômica. A Alemanha, em 1815, ainda se encontrava dividida em uma multidão de estados de importância desigual e separados uns dos outros por barreiras aduaneiras. Nessa época, havia nada menos de 38 linhas de alfândegas no interior da Confederação germânica, e só na Prússia 67 tarifas diferentes.

Os estados alemães, uns contra os outros, nesta guerra econômica, e todos, à falta de um poder central efetivo, com suas fronteiras

abertas às mercadorias estrangeiras. “Situação”, diz Charles Riszt, “particularmente cruel em seguida ao bloqueio continental. Efetivamente, apenas restabelecida a paz, a Inglaterra, separada dos seus mercados durante a guerra e assim forçada a acumular nas suas fábricas enormes estoques de mercadorias, inundava o continente dos seus produtos. Repelidas pela França, onde a Restauração acabava de restabelecer um regime severamente proibitivo, estas mercadorias, cedidas a preços irrisórios, encontravam todas as facilidades de entrada na Alemanha.” (*História das Doutrinas Econômicas*, pág. 325)

Diante dessa situação, a Prússia realizava sua unidade comercial, em 1818. Passava a ter alfândegas somente em suas fronteiras com os países estrangeiros.

Este exemplo animava os demais Estados alemães que, sob a inspiração de Frederico Liszt, fundavam, em 1819, a Associação Geral dos Industriais e Comerciantes Alemães, encarregada de dirigir o movimento pela extensão daquela unidade iniciada pela Prússia. Uma petição nesse sentido foi dirigida à Assembleia Federal, mas esta dela não tomou conhecimento. A seguir, Liszt era condenado por ter criticado vivamente a administração pública; cumpria a pena; partia para os Estados Unidos; e o movimento se desarticulava. Mas, em 1828, acordos particulares, tendo por centro a Prússia, atendiam à mesma unidade. Naquele ano, duas “uniões aduaneiras” se constituíam: uma entre a Baviera e o Wurtemberg e outra entre a Prússia e a Hesse-Darmstadt, em cada uma das quais as mercadorias tinham livre curso, havendo uma tarifa comum das alfândegas nas fronteiras. Essas uniões, desde logo, se aproximaram, e fundiam-se em um *Zollverein*, em março de 1833, devendo o novo regime vigorar, a partir de 1º de janeiro de 1834. Nesta data, a Saxônia e outros Estados já haviam aderido à nova União. Assim, em 1834, estava virtualmente realizada a unidade comercial da Alemanha moderna.

O *Zollverein* reunia os principais Estados alemães, menos a Áustria. Mas qual deveria ser o regime aduaneiro dessa nova entidade?

O de 1818 da Prússia que a experiência sancionava como bom?

Contra ele protestavam muitos industriais, especialmente os fabricantes de ferro bruto e os fiadores de linho e de algodão. Em 1841, renovava-se o *Zollverein* e travava-se acesa polêmica entre os partidários

das duas correntes. Nessa ocasião, ressurgia Frederico Liszt, publicando seu “Sistema Nacional”.

E era realmente nacionalista.

Nele, Liszt defendia estas ideias:

1ª) O protecionismo só se justifica em um único caso: quando tem por objeto a *educação industrial* de uma nação. Não é, portanto, aplicável a uma nação cuja educação já esteja feita, como a Inglaterra, nem a qualquer outra que não tenha aptidão e recursos naturais que lhe permitam esperar no futuro um destino industrial.

O protecionismo era bom para a Alemanha, e mau para a Inglaterra. O objetivo de Liszt era defender seu país de qualquer ato de hostilidade daquele.

2ª) A proteção não deve ser extensiva à agricultura. É que a Alemanha era exportadora de trigo, e se sentia tolhida pelos direitos ingleses sobre os cereais.

Conclui Charles Riszt:

“A agricultura alemã necessitava, não de proteção, mas de mercados; Liszt teria estimado persuadir a Inglaterra a suprimir suas *corn-laws*.” (Idem)

Liszt era, assim, expressão já do imperialismo que se manifestava ou do estado de guerra entre as *burguesias nacionais*.

*Conclusão: Os capitalismos dos diferentes países se negavam reciprocamente.*

.....

## Capítulo V

*A economia clássica tinha seu lado desagradável.*

*Bastiat e Roscher procuravam destruí-lo.*

**C**OM Ricardo Jones, repitamos Marx e Kautsky, a economia burguesa chegava à sua expressão mais elevada como *teoria do processo econômico total do modo de produção capitalista, como tentativa leal de compreender esse modo de produção*, e não como tentativa interessada de justificá-lo.

Sob esta feição, ela começou a se apresentar, depois de 1830, e perdeu de todo sua imparcialidade, em face do cartismo e do socialismo francês. Perdeu de todo essa imparcialidade com Bastiat, Dunoyer e a escola histórica alemã ou Roscher.

É o que diz Marx nestes termos:

“Mais a economia se aproxima da verdade e se desenvolve como um sistema de antagonismo, e mais seu elemento vulgar, enriquecido de matérias que assimilou a seu modo, surge ao lado dela e contra ela como um sistema especial e acaba por encontrar sua melhor expressão em uma compilação sem caráter (pág. 186). Eis por que Say nos apare-

ce ainda como um crítico imparcial comparativamente a Bastiat. Este tem por objetivo tudo harmonizar....(Idem). Bastiat não se preocupou senão em destruir, por seus raciocínios, o lado desagradável da economia clássica. Mas Bastiat não representa ainda o apogeu dessa corrente. Dá ainda mostras de ignorância. Não tem senão tinta bem superficial da ciência que ele adapta ao interesse das classes dirigentes. Nele a apologética é apaixonada (pág. 187). A última toxina dessa apologética é a professoral. Esta procede historicamente e, com sábia moderação, apanha aqui e ali o que encontra de melhor. Pouco importam as contradições. O necessário é ser completo. Todos os sistemas perdem o que constituía sua alma e sua força, e são confundidos no quadro do compilador. O calor da apologética é aqui temperado pelo saber que lança um olhar de comiseração sobre os exageros dos pensadores economistas e se contenta de os diluir em suas elucubrações... (Idem). Até mesmo as idéias verdadeiras de um Smith, de um Ricardo, etc., aparecem aqui vazias de sentido e se tornam ‘vulgares’. Um mestre neste gênero é o professor Roscher, que se anunciou modestamente como o Tucídides da economia política. Sua identidade com Tucídides provém pode ser de que ele imagina que o historiador grego confunde sempre causa e efeito...” (pág. 188).

“O que Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo são para os escolásticos, a terra/renda, o capital/juro, o trabalho/salário são para os economistas vulgares... (pág. 189). Para eles, a forma terra renda, capital juro, trabalho salário, as diversas formas da mais-valia e da produção capitalista não aparecem como derivadas, mas como estranhas e indiferentes, simplesmente indiferentes, mas sem oposição. As diversas rendas têm fontes muito diferentes, uma a terra, a outra o capital, a última enfim o trabalho. Assim independentes, não há entre elas relações de hostilidade. Sua colaboração na produção é uma colaboração harmoniosa, a expressão da harmonia. O camponês, os bois, a charrua e a terra, dizem eles, colaboram harmoniosamente, não obstante sua diversidade, na agricultura, o verdadeiro processo de trabalho. Se aí há oposição, resulta simplesmente da concorrência. Resulta em saber qual dos agentes se apropriará da maior parte do produto, do valor que criaram juntos. Mas todos ganham, o que revela que esta concorrência entre a terra, o capital e o trabalho é vantajosa. Tem a vantagem de aumentar

de tal modo o valor do produto que, com ela, a parte de cada qual é acrescida. Logo não faz senão exprimir e estimular sua harmonia” (pág. 190). (*História das Doutrinas Econômicas*, tomo VIII)

Agora, algumas notas a respeito de Bastiat, Dunoyer e Roscher, separadamente.

Bastiat, dentro de tais ideias, chegava a estas duas conclusões gerais:

a) O valor não é só determinado pelo trabalho. É uma relação entre o trabalho e o capital. “Valor”, dizia ele, “é a relação entre dois serviços permutados.”

b) Não é exato como ensina Ricardo que “os lucros variam necessariamente na razão inversa dos salários”. Pelo quadro junto (quadro por ele organizado), verifica-se o seguinte: que, “à medida que os capitais aumentam, a parte absoluta dos capitalistas nos produtos totais aumenta e sua parte relativa diminui” e que, “ao contrário, os trabalhadores veem sua parte aumentar nos dois sentidos”.

Mas são os próprios economistas burgueses que se incumbem de mostrar o nenhum fundamento dessas concepções.

Gide, por exemplo, comentando aquela fórmula de que “valor é a relação entre dois serviços permutados”, diz que não tem nenhuma significação, que é uma caixa vazia dentro da qual se pode colocar um montão de cousas. “Isto”, afirma ele, “equivale a dizer que o valor depende de qualquer circunstância capaz de tornar um objeto desejável; de modo que, depois desta explicação, não nos achamos mais adiantados do que antes.” (*História das Doutrinas Econômicas*, pág. 225)

Quanto àquele quadro, depois de o tachar de “puro sofisma”, acrescenta: “A questão da taxa de juros, que implica simplesmente certa relação entre o valor do capital e o valor da renda, não é absolutamente a mesma que a consistente em saber qual é no produto a parte que há de tocar aos capitalistas e aos trabalhadores.” (Idem)

Dunoyer era otimista pela sua fé cega na excelência da concorrência, mas não ocultava seu pessimismo, sustentando que não era possível *tornar perfeitos os infelizes*.

A escola histórica aparecia com Roscher, professor na Universidade de Gottingen, em 1843, e era continuada por Bruno Hildebrand, em 1848, e Carlos Knies, em 1853, e renovada, sob o nome de “jovem escola histórica” por Schmoller, em 1870, e, a partir de Schmoller, por Bretano, Held, Bücher, Sombart e outros.

Uma e outra procuravam harmonizar o trabalho e o capital, mas diferenciavam quanto ao modo de encarar as leis econômicas.

Dizia a velha escola histórica:

Essas leis têm valor todo relativo, enquanto as da física e da química, às quais a economia clássica as compara, se realizam necessariamente, sempre e em toda parte.

Retrucava-lhe a jovem:

Há relações de coexistência e de sucessão constantes entre os fenômenos econômicos às quais não se pode recusar o nome de “leis naturais”. Todavia essas leis asseguram a mobilidade e não a permanência, do estado social como pretende a escola clássica.

No seu conjunto, a escola histórica era, entretanto, contraditória.

Por um lado, punha termo ao conflito entre o capital e o trabalho, para assegurar a estabilidade daquele. Por outro lado, deixava entrever que tal estabilidade era efêmera, de vez que a sociedade não se mantinha estacionária, mas evoluía continuamente.

*Conclusão: Negar a luta de classes é negar a ciência.*



.....

## Capítulo VI

*A falência da economia burguesa.*

*Stuart Mill entre os dois mundos: o capitalista e o proletário.*

*Procura “conciliar inconciliáveis”.*

**J**

UÃO Stuart Mill como economista, viveu duas vidas. Na primeira, colocava-se bem abaixo de Ricardo, de Smith e dos próprios fisiocratas, com sua teoria de que “o capitalista pagava ao operário todo seu dia de trabalho” e, malgrado essa circunstância, “ainda tinha lucro”

Na segunda, sob a influência de Augusto Comte e do socialismo francês, mesmo mais do que do socialismo ricardiano inglês, dava um passo à frente: A economia vulgar pregava que havia a harmonia entre o capital e o trabalho, que os dois se completavam e se entendiam, ou podiam entender-se maravilhosamente. Vinha Stuart Mill e dela discordava:

Justamente porque não existe tal harmonia, dizia ele, é que é necessário promovê-la.

“A revolução continental de 1848-1849”, diz Karl Marx, “teve sua repercussão na Inglaterra. Homens que reivindicavam ainda importância científica e não desejavam ser reduzidos a simples sofistas ou sicofantas das classes dirigentes, se esforçam em pôr a economia política em harmonia com as reclamações, que ninguém mais podia continuar ignorando, do proletariado. Daí um sincretismo insípido do qual Stuart Mill é o representante típico em sua tentativa de conciliar inconciliáveis. É a declaração de falência da economia burguesa.” (Prefácio do *O Capital*, tomo I, pág. LXXXVIII).

Esta posição centrista de Stuart Mill é assim também definida por Carlos Gide:

“É com ele que a economia política clássica vai atingir de alguma forma a perfeição e é com ele que vai começar a se decompor. Ele marca, no meio do século XIX, o ponto culminante da curva. E o que lhe torna a personalidade tão atraente e quase dramática é que ele tem muito nítido o sentimento de estar como suspenso entre duas economias, dois mundos, um que o retém pela influência paterna, pela filosofia utilitarista com que foi alimentado, outro que o seduz pelos horizontes novos que lhe abriram Saint-Simon e Augusto Comte. Na primeira metade de sua vida, foi principalmente individualista; na segunda, de preferência, foi socialista, conservando, entretanto, a fé na liberdade. Resultam daí confusões muito frequentes nos seus escritos ou mesmo completas mudanças de opinião, como sua famosa conversão sobre a lei dos salários. No seu livro as doutrinas clássicas se cristalizam em fórmulas tão claras que parecem definitivas, ao mesmo tempo que se fundiam em cristais ao calor de nova inspiração”.

(Idem)

Stuart Mill, ele próprio, em sua autobiografia conta como nele se operou esta grande transformação de ideias. Nesse documento, deixou escrito:

“Eles [os são-simonianos] haviam apenas começado o ataque contra o princípio da hereditariedade da propriedade. Não estava disposto a acompanhá-los, principalmente a ir tão longe. Trazia-me ao corrente dos seus progressos um dos seus mais entusiásticos discípulos, o Sr. Gustave d'Eichtal, que nessa época passava muito tempo na Inglaterra.

Fui apresentado aos chefes Bazard e Enfantin em 1830, e, enquanto duraram o ensino e a propaganda deles, li quase tudo que escreveram. A crítica que faziam das doutrinas correntes do liberalismo, pareceu-me cheia de verdades preciosas, e, pelos seus escritos, eles contribuíram para abrir-me os olhos sobre o valor que, no seu tempo e para seu tempo, havia tido a antiga economia política que admite que a propriedade particular e o direito de herança são fatos indefectíveis, e que a liberdade de produção e de permuta é a última palavra do progresso social.” (Idem).

Como individualista-socialista, era este seu ponto de vista:

Há leis naturais, sem dúvida, mas só afetam o domínio da produção. No da repartição, não há senão leis feitas pelos homens e que também podem ser alteradas por eles.

“As primeiras”, disse ele, “participam do caráter de leis físicas. Nada há nelas de facultativo nem arbitrário. Não acontece o mesmo, porém, quanto à distribuição das riquezas. Isto depende da instituição humana somente.

“A sociedade pode subordinar a distribuição das riquezas às regras que julgar melhores.”

Com essa orientação, propôs-se “unir o máximo de liberdade individual na ação com a comunhão na posse das riquezas naturais do globo e igual participação de todos nos produtos do trabalho que as utiliza.”

Para essa união, traçou o seguinte programa:

1º) Abolição do salariado por meio da associação cooperativa de produção;

2º) Socialização da renda do solo por meio do imposto territorial;

3º) Limitação da desigualdade das riquezas mediante limitação do direito de adquirir por sucessão.

*Conclusão: É fácil organizar programas para o equilíbrio entre o capital e o trabalho. O difícil está em pô-los em execução.*

*Como os quatro principais sistemas sociológicos contemporâneos encaram o problema do capital: o marxismo, o positivismo, o individualismo e o catolicismo.*

---

*Pontos de contato e de divergência entre eles.*



# LIVRO X

## O Marxismo

CONSISTIU EM:

A) MATERIALIZAR AS CONTRADIÇÕES DE HEGEL;

B) TRANSPORTAR ESSAS CONTRADIÇÕES DA NATUREZA PARA A SOCIEDADE;

C) LIGAR FEUERBACH A RICARDO JONES, COMPLETANDO O DETERMINISMO ECONÔMICO DESTA.



.....

## Capítulo I

*A obra de Karl Marx em síntese.*

*Partiu de doutrinas internacionais para finalizar numa doutrina também internacional.*

**I**MEDIATAMENTE depois do início da escola histórica, surgiam o marxismo e o positivismo, por assim dizer, simultaneamente. Exponhamos, em seu conjunto e em síntese, estas duas doutrinas, no que se relacionam e no que se distinguem. Começemos pelo marxismo.

Marx fez obra internacional. Partiu de doutrinas internacionais para finalizar numa doutrina também internacional.

“As proposições teóricas dos comunistas”, é ele próprio quem o afirma, “de nenhum modo se baseiam em princípios inventados ou descobertos por tal ou qual reformador do mundo.” (*Manifesto Comunista*, pág. 23).

Seu principal, seu grande mérito consistiu tão-somente em saber coordenar e sistematizar fatos anteriormente observados.

Aquelas proposições resultaram, a um tempo, da *filosofia clássica alemã, da economia política clássica inglesa e do socialismo francês e inglês*.



É o que ensinam Engels e Lenine.

Engels, no prefácio da *Guerra dos Camponeses*, nestes termos:

“Sem a filosofia alemã que o precedeu, em particular sem a de Hegel, o socialismo científico alemão, o único socialismo científico que jamais existiu, não se teria constituído.” (Pág. 30)

E agora a parte que ele deveu igualmente à economia política inglesa e ao socialismo francês e ao inglês:

“Assim como o socialismo teórico não esquecer nunca que repousa sobre Saint-Simon, Fourier e Owen, três pensadores que, apesar do caráter fantasista e utópico de suas doutrinas, são dos maiores espíritos de todos os tempos e que pregaram inúmeras verdades de que agora demonstramos cientificamente o valor, também o movimento operário alemão não deve esquecer que se desenvolveu graças ao movimento inglês e francês, de que pode utilizar a custosa experiência e evitar os erros, fatais para a maioria.” (Idem, pág. 31)

Lenine o ensinou no *Que Fazer?* e, em 1913, no artigo *As três fontes e, as três partes integrantes do marxismo*.

Naquele, escreveu:

“A doutrina socialista surgiu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas por certos representantes das classes possuidoras, os intelectuais” (ed. franc., pág. 32).

E neste:

“A doutrina de Marx é todo-poderosa porque é justa. Ela é a herdeira legítima da filosofia alemã, da economia política inglesa e do socialismo francês, isto é, do que o século XIX criou de melhor.” (*O Leninismo*, Zinoviev, pág. 12)

Desde sua origem, o marxismo foi, portanto, não nacional, mas internacional. Compreendeu o pensamento filosófico que se desenvolveu sobretudo na Alemanha, o pensamento econômico que se desenvolveu sobretudo na Inglaterra, e o pensamento político, que se desenvolveu sobretudo na França.

A Inglaterra, conforme assinala Kautsky, em sua introdução ao *Capital*, lhe oferecia a maior abundância de fatos econômicos, a filosofia alemã o melhor método, para deduzir desses materiais o fim da

evolução social, e a revolução francesa lhe mostrava claramente que, para atingir esse fim, é preciso conquistar o poder, e o poder político.

Marx, da Alemanha, transportava-se a Paris, depois, a Bruxelas e, por último, a Londres.

Neste vasto cenário, viu tudo aquilo, e tudo aquilo combinou superiormente, chegando às seguintes conclusões:

a) baseado em Feuerbach, materializava a dialética, as contradições de Hegel;

b) baseado nos economistas ingleses, nos socialistas franceses e ingleses e nos fatos, transportava essas contradições do mundo da natureza para o social, como contradições ou lutas de classe;

c) baseado nos mesmos fatos, verificava que essas contradições na sociedade também se davam, por meio de *saltos* ou *violentemente*;

d) baseado em Ricardo Jones, e completando-o, reconhecia que o *determinismo individual* de Feuerbach igualmente se aplicava à sociedade, ou melhor, que, além daquele determinismo, havia o social.

Seu objetivo foi aproveitar o que havia de “bom” nesses vários sistemas e dar-lhes forma una, reuni-los sob um só e único pensamento. Essa sua tendência de não desprezar o que de bom encontrava nos outros, mesmo nos próprios adversários, ele já a revelava em 1843.

Em carta dirigida a Feuerbach nesse ano, instigando-o a tomar posição contra Schelling, dizia:

“Sois para isso o homem mais indicado do mundo, pois sois Schelling pelo avesso. A *ideia perfeitamente* justa que Schelling formulou em sua mocidade – *devemos reconhecer o que há de bom mesmo em nossos adversários* – ... esta justa ideia de sua mocidade, ideia que nele era visão juvenil, fantástica, transformou-se em vós em verdade, em realidade, em virilidade séria.” (*Ludwig Feuerbach em suas cartas e seus escritos*, K. Grün, tomo I, pág. 361)

*Conclusão: “As teorias”, diz Augusto Comte, “limitam-se a generalizar e coordenar os apanhamentos empíricos da razão universal.”*

.....

## Capítulo II

*Transportava as contradições do mundo da natureza para o social.*

*Há a negação de uma negação que se resolve em síntese mais ampla.*

*“A luta de classes conduz à ditadura do proletariado.”*

**J**Á tratamos devidamente da conclusão da letra *a*, no livro V, capítulo III.

Transportando as contradições naturais de Hegel para o mundo social, Marx era levado à sua teoria da luta de classes, que assim enunciava:

“Até aos nossos dias, a história de toda sociedade não mais tem sido que a história das lutas de classes.

“Homens livres e escravos, patrícios e plebeus, barões e servos, mestres artesãos e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminava sempre ou por uma

transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

“Nas primeiras épocas históricas, verificamos quase por toda parte uma divisão hierárquica da sociedade, uma escala graduada de posições sociais. Na Roma antiga, encontramos patrícios, cavalheiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores, vassallos, mestres, companheiros, servos; e, em cada uma destas classes, graduações especiais.

“A sociedade burguesa moderna, edificada sobre as ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Sua obra consistiu em substituir as antigas por novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta.

“Todavia, nossa época, a era da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos opostos em duas classes inimigas: a burguesia e o proletariado.

“Dos servos da Idade Média, nasceram os elementos das primeiras Comunas; desta população municipal, saíram os elementos que constituíram a burguesia...

“O servo, em pleno feudalismo, conseguia ser membro da Comuna; o burguês embrionário da Idade Média atingia a posição de burguês, sob o jugo do absolutismo feudal. O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce sempre mais baixo, abaixo do nível das condições de sua própria classe. O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza...” (*Manifesto Comunista*, págs. 12 e 13)

Mostrava a diferença entre as lutas de classes nos tempos modernos e na antiguidade, dizendo:

“Na antiga Roma, a luta de classes não se desenrolava senão no interior de uma minoria privilegiada, entre os livres cidadãos ricos e os livres cidadãos pobres, enquanto a grande massa produtiva da população, os escravos, não servia senão de pedestal passivo aos combatentes. Esquece-se a frase célebre de Sismondi: ‘O proletariado romano vivia às custas da sociedade, ao passo que a sociedade moderna vive às custas do proletariado.’ Em vista da diferença completa entre as condições materiais, econômicas, da luta das classes na antiguidade e nos tem-

pos modernos, as formas políticas que dela decorrem não podem ter mais semelhança entre si que o arcebispo de Canterbury com o papa Samuel.” (*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, pág. 22)

Partindo da economia clássica de Adam Smith, Anderson, Ricardo e Ricardo Jones, do socialismo utópico e do ricardiano, Marx desvendava o mistério da produção capitalista, por meio da mais-valia, a qual origina esta contradição inevitável, fatal: a negação da pequena propriedade pela grande, e a desta pelo proletariado. “Os expropriadores são expropriados, por sua vez... É a negação da negação. Restabelece, não a propriedade privada, mas a propriedade individual fundada sobre as conquistas da era capitalista, sobre a cooperação e a posse coletiva da terra e dos meios de produção produzidos pelo trabalho.” (*O Capital*, tomo IV, pág. 274)

“A multiplicação do capital é por conseguinte a multiplicação do proletariado, isto é, da classe operaria... (pág. 42) A parte do capital, o lucro, sobe na medida em que a parte do trabalho, o salário, desce, e inversamente. O lucro sobe na medida em que o salário desce; desce na medida em que o salário sobe... (pág. 47). Maior o capital produtor, maior a divisão do trabalho e o emprego do maquinismo, maior a concorrência entre os operários e mais restritos seus salários.” (pág. 56, *Trabalho Assalariado e Capital*)

Maior a produção, maior o número dos “sem-trabalho” e, portanto, menor seu consumo.

Quanto maior a riqueza, num extremo, maior a pobreza no outro.

Há “uma correlação fatal entre a acumulação do capital e a acumulação da miséria, de tal modo que a acumulação de riqueza em um pólo é igual à acumulação de pobreza, de sofrimento, de ignorância, de embrutecimento, de degradação moral, de escravidão no pólo oposto, do lado da classe que produz o próprio capital” (*O Capital*, tomo I, cap. 25).

O que houve no passado, terá de se repetir. “As relações da propriedade feudal deixaram de corresponder às novas forças produtivas [burguesas]; entravavam a produção em lugar de desenvolvê-la; transformaram-se noutras tantas cadeias; era preciso despedaçar estas cadeias; foram despedaçadas. Em seu lugar, estabeleceu-se a livre con-

corrência, com uma organização social e política correspondente, com a dominação econômica e política da classe burguesa.” (*Manifesto Comunista*, pág. 17)

“Sob nossos olhos, produz-se fenômeno semelhante. Ela [a burguesia] prepara crises mais gerais e mais formidáveis, e diminui os meios de as evitar. As armas de que a burguesia se serviu para abater o feudalismo, voltam-se hoje contra ela própria. Mas a burguesia não forjou somente as armas que lhe darão a morte; criou também os homens que manejarão essas armas, os operários modernos, os proletários. Todos os movimentos históricos têm sido, até aqui, movimentos de minorias em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. Acima de tudo, a burguesia produz seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.” (Págs. 17, 21 e 23)

Resumindo:

Depois do comunismo primitivo, a sociedade antiga, baseada no escravo (verdadeira coisa); depois, a sociedade feudal, baseada no servo (este já podia libertar-se pelo seu trabalho); mais tarde, a pequena burguesia contra o feudalismo, baseada no trabalho livre; e, afinal, a sociedade burguesa, a grande propriedade, absorvendo a pequena, e negada pelos ‘sem-trabalho’, que se organizam como classe e como partido, para suprimir a classe que os esmaga, para abolir a propriedade privada.

Estas sociedades são o produto de contradições consecutivas. São o *devenir*, o *fieri*, o *werden* constante: causa e efeito, efeito e causa entrelaçando-se.

Aquela contradição entre o capital e o trabalho não pode ser detida, como não se pode deter o tempo. Há a negação de uma negação que se resolve em síntese mais ampla, inexoravelmente.

De que forma? Pacífica ou violentamente?

Marx já respondia a essa pergunta na *Miséria da Filosofia*, dizendo:

“O antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta de classe a classe, luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução fatal. Depois, será possível estranhar que uma sociedade, fundada

sobre a oposição das coisas, chegue à contradição brutal, a um choque de corpo a corpo, como último desdobramento?”

Não digais que o movimento social exclui o movimento político. Não há movimento político que não seja ao mesmo tempo social. Só quando não mais houver classes e antagonismos de classes é que as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. Até lá, à espera da reconstrução geral da sociedade, a palavra da ciência social será sempre:

“O combate ou a morte: a luta sanguinária ou o nada. É assim que a questão é invencivelmente posta.” (George Sand) (págs. 219 e 220)

Marx via os fatos; via os acontecimentos, o desdobrar das lutas, umas após outras, na antiguidade e nos tempos mais modernos, entre o papado e a realeza, entre esta e a nobreza, entre a nobreza e a realeza, de um lado, e a burguesia de outro. Via que esta só pôde implantar seu domínio pela força, e que, só pela força, o conservava. Via as explosões, os descontentamentos que ela estava despertando, sobretudo na França e na Inglaterra. Via tudo isto, induzia, deduzia e arrematava:

A evolução social, como a da natureza, se faz também bruscamente, por meio de saltos, pela luta das classes, luta para a qual se organiza o proletariado em partido e em classe, teórica e praticamente nos sindicatos, subjetiva e objetivamente (daí seu grito: “proletários de todos os países, uni-vos!”), luta “que conduz à ditadura” do mesmo proletariado, para a “construção de uma sociedade sem classes”, onde a propriedade privada seja socializada. Há a derrocada pela violência da sociedade burguesa, e depois, para operar aquela transformação da propriedade e consolidá-la, é necessária ainda a violência.

Dizia ele:

“Quanto ao que me diz respeito, não tenho o mérito de haver descoberto a existência das classes na sociedade moderna e a luta entre elas. Muito tempo antes de mim, historiadores burgueses descreveram o desenvolvimento histórico dessa luta de classes. O que fiz de novo, foi mostrar: 1<sup>a</sup>) que a existência das classes está ligada a certas condições históricas determinadas do desenvolvimento da produção; 2<sup>a</sup>) que a luta de classes conduz à ditadura do proletariado, que esta ditadura não é outra coisa senão um período de transição para a supressão de todas as

classes e a construção de uma sociedade sem classes.” (Carta a seu amigo Weydemeyer, em Nova York, em 1852, *Neue Zeit*, tomo II, pág.164)

“Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, coloca-se o período de transformação revolucionária da primeira na segunda, período de transição política em que o Estado não poderia ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado”. (Crítica do programa de *Gotha*, pág. 53)

“A primeira etapa na revolução é a constituição do proletariado em classe dominante, a conquista do poder público pela democracia.

“O proletariado servir-se-á de sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, as massas das forças produtivas disponíveis.

“No princípio, isto naturalmente só poderá realizar-se por uma violação despótica dos direitos de propriedade e das relações de produção burguesa, isto é, pela aplicação de medidas que, sob o ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que no desenrolar do movimento ultrapassam a si mesmas e são indispensáveis como meio de revolucionar todo modo de produção vigente.” (*Manifesto Comunista*, pág. 29 e 30)

*Conclusão: O proletariado está para a burguesia como esta esteve para a feudalidade.*



.....

### Capítulo III

*O materialismo econômico.*

*A sociedade era “idealista”, e Marx a tornou “realista”.*

*“O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral.”*

**A**NTES de Marx, o idealismo já havia sido repellido das ciências da natureza (a matemática, a astronomia, a física e a química); já havia sido repellido da ciência da vida (a biologia) e da filosofia: mas não o havia sido ainda a sociologia, das produções sociais, da história. Antes dele, a sociologia ou era metafísica (materialista e idealista) ou dialéti-co-idealista. Ou admitia, como dizia ele, no *Manifesto Comunista*, “verdades eternas, como a liberdade, a justiça, etc., comuns a todas as condições sociais” (pág. 29), ou atribuía a modificação dessas verdades, sua evolução à própria modificação, à própria evolução do espírito humano.

“Os filósofos franceses do século XVIII”, dizia Engels, “os precursores da Revolução, tinham feito da Razão a regra suprema de

tudo. O Estado, a sociedade deviam ser baseados sobre a Razão. Tudo quanto era contrário à eterna Razão devia ser pisado aos pés sem piedade, mas esta eterna Razão nada mais era que a inteligência burguesa idealizada. A Revolução Francesa deu realidade a essa sociedade racional e a esse Estado racional, mas se as novas instituições eram razoáveis comparadas às do passado, estavam bem longe de ser absolutamente razoáveis. O estado racional tinha naufragado. O *Contrato* social de Rousseau tinha encontrado sua realidade no reino do Terror; para dele escapar, a burguesia, que tinha perdido confiança na sua própria capacidade política, se refugiou, a princípio, na corrupção do Diretório, depois, sob o sabre do despotismo bonapartista. A paz eterna prometida se havia transformado em uma guerra de conquista sem fim. A sociedade estabelecida sobre a Razão não tinha tido melhor sorte. O antagonismo dos ricos e dos pobres, ao invés de se resolver no bem geral, se havia tornado mais agudo, em consequência da abolição das corporações e outros privilégios que o atenuavam, e dos estabelecimentos de caridade da Igreja, que o suavizavam.” (*Filosofia, Economia Política, Socialismo*, págs. 331 e 332)

Eram as ideias que governavam o mundo, e não o mundo que governava as ideias; eram as condições políticas a causa determinante de tudo mais, inclusive da situação econômica, e não o contrário.

Como observava Plekhanov, a evolução da opinião explicava, em última análise, toda evolução histórica.

Expressões desse racionalismo foram, ainda no século XIX, Victor Cousin e a escola do direito natural, que culminou com Henri Ahrens.

O livro do primeiro, *O Belo, o Verdadeiro e o Bem*, pode ser assim resumido: “Que é o belo? É o verdadeiro e o bem. Que é o verdadeiro? É o belo e o bem. Que é o bem? É o belo e o verdadeiro.”

Henri Ahrens é autor do *Curso de direito natural*, que foi traduzido em várias línguas e, parece, ainda hoje em vigor em muitas de nossas escolas. Eis como define aquele direito:

“A filosofia do direito, ou direito natural, é a ciência que expõe os primeiros princípios do direito concebidos pela razão e fundados sobre a natureza do homem, considerado em si mesmo e em suas relações com a ordem universal das coisas. Esta ciência tem sua origem na

crença comum da humanidade, que existem princípios de justiça independentes das leis e das instituições positivas.” (Pág. 5)

Esclareçamos ainda mais o assunto: esta Teoria da “Razão eterna”, que veio substituir a teologia, afirmava:

Na sociedade, há, não o determinismo, mas o livre-arbítrio. Ela é o resultado, não da vontade de Deus, mas da vontade arbitrária dos indivíduos. Pode ser organizada segundo combinações de pessoas maiores de certa idade. Depende da “cabeça” dos homens; depende de sua “cultura espiritual”, de sua “consciência social”. Tal cultura, tal consciência é que determina tudo mais.

Há calamidades sociais de toda ordem: econômicas, jurídicas, políticas, religiosas e morais. Essas calamidades só podem ser atribuídas ou aos defeitos das constituições, das leis, isto é, das vontades que as elaboram, ou à inobservância dessas mesmas constituições, dessas mesmas leis.

A felicidade de um país está intimamente ligada ao grau de razão de seus homens.

A sociedade é composta de homens. Os homens sentem, pensam e agem; e agem inspirados pelas suas ideias, convicções, opiniões e sentimentos. Portanto, as opiniões governam o mundo; as mudanças de opiniões, as mudanças de ponto de vista dos homens constituem a causa primária de tudo que se passa na sociedade. E há essas mudanças de opiniões, de pontos de vista, em consequência da própria evolução do pensamento.

O idealismo dominava, assim, ainda no século XVIII, a sociologia, as produções sociais, a história.

Desse seu último reduto ou refúgio, haveria de repeli-lo o século XIX. Repeliam-no Marx, Augusto Comte e Spencer.

Examinemos, quanto a este particular, a elaboração de Marx.

Feuerbach havia estabelecido o materialismo, o determinismo individual.

Ricardo Jones estabelecia, por sua vez, o materialismo, o determinismo social.

Diz ele: “Grandes modificações políticas, sociais, morais e intelectuais acompanham as mudanças que se verificam na organização

econômica da coletividade. Estas modificações exercem necessariamente uma influência preponderante sobre os diversos elementos políticos e sociais da população em que se produzem. E esta influência se estende ao caráter intelectual, aos hábitos, aos costumes, às modas e à felicidade das nações.” (*Textbook of Lectures on the Political Economy of Nations*, pág. 45)

Marx reafirmava o determinismo individual de Feuerbach e generalizava o determinismo social de Ricardo Jones, melhor definindo-o.

Reafirmava o determinismo individual de Feuerbach, dizendo: “Não é a consciência do homem que determina sua existência, mas sua existência que determina sua consciência.” (*Contribuição à Crítica da Economia Política*, pág. 5)

Que significa o determinismo individual?

Que quer Marx dizer, afirmando que “*não é a consciência do homem que determina sua existência, mas sua existência social que determina sua consciência?*”

Quer dizer o seguinte: que não há princípios de justiça absolutos, *a priori*, inatos, etc., que nossa consciência varia continuamente conforme nossas condições de existência; que não fazemos o que queremos, mas o que as circunstâncias objetivas nos obrigam a que façamos, porque não há o livre-arbítrio, e, sim, o determinismo.

Daí esta definição do crime, segundo a escola antropológica de Lombroso e Ferri: “Não é um ato filho da vontade livre do indivíduo que o praticou, conforme pensam os clássicos; mas, como todas as ações humanas, o resultado da ação combinada de fatores biológicos, físicos e sociais.”

Generalizava igualmente o determinismo social de Ricardo Jones. Generalizando-o, ele o explicava de modo amplo no prefácio de sua *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

Nesse trabalho, depois de narrar que foi redator da *Reinische Zeitung*, de 1842 a 1843, e, que, retirando-se desse jornal aproveitou a ocasião que se lhe oferecia, e esperava com ansiedade, “de deixar a cena política e recolher-se a seu gabinete de estudos”, prossegue:

“O primeiro trabalho que empreendi, para resolver as dúvidas que me assaltavam, foi uma revisão da *Rechts-philosophie* de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos *Deutsch-französische Jahrbücher*, publicados em Paris em 1844. Minhas pesquisas deram este resultado: que as relações jurídicas, assim como as formas do Estado, não se podem explicar por si mesmas, nem pela chamada evolução do espírito humano, que elas têm suas raízes antes nas condições de existência materiais que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de ‘sociedade civil’; que a anatomia da sociedade está na economia política. Comecei o estudo desta matéria em Paris e o continuei em Bruxelas, onde me estabeleci, em consequência de um mandato de expulsão contra mim expedido pelo Sr. Guizot. O resultado geral a que cheguei, então, e uma vez obtido, me serviu de fio condutor em meus estudos, pode ser brevemente formulado assim: na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento dado de suas forças produtivas materiais. *O conjunto dessas relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência sociais determinadas. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina sua existência; é, ao contrário, a realidade social que determina sua consciência.*” (Págs. 4 e 5)

Vejamos como ele definiu esta mesma ideia em outras de suas obras.

#### Na *Miséria da Filosofia*:

“O Sr. Proudhon, o economista, bem compreendeu que os homens fazem o pano, o linho, as fazendas de seda, em relações determinadas de produção. Mas o que ele não compreendeu, é que essas relações sociais determinadas são tão produzidas pelos homens quanto o pano, o linho, etc. Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais conforme sua produtividade material, produzem também os princípios, as ideias, as categorias, conforme suas relações sociais.” (Págs. 124 e 125)

#### No *Manifesto Comunista*:

“As leis, a moral, a religião, são para o proletariado outros tantos preconceitos burgueses, atrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses. Vossas ideias decorrem das relações da produção e da propriedade burguesas, como o vosso direito não é mais que a vontade de

vossa classe erigida em lei, vontade cujo conteúdo é determinado pelas condições materiais de existência de vossa classe. Será preciso tanta perspicácia para compreender que as vistas, as noções e as concepções, em uma palavra, que a consciência do homem se modifica com toda mudança em suas relações sociais, em sua existência social? Que demonstra a história do pensamento a não ser que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época nunca foram mais que as ideias da classe dominante.” (Pág. 28)

### No *O Capital*:

“Quero agora refutar ligeiramente uma objeção que me fez uma revista germano-americana, por ocasião da publicação de minha obra *Crítica da Economia Política*, 1857. Essa objeção se refere à minha opinião que o modo determinado de produção e as relações de produção correspondentes, em uma palavra, que ‘a estrutura econômica da sociedade é a base real sobre a qual se eleva um edifício jurídico e político e à qual correspondem formas determinadas de consciência social’, que, em definitivo, ‘o modo de produção da vida material regula a evolução social, política e intelectual da vida’. A mesma crítica admite que tudo isto é justo para o mundo atual em que predominam os interesses materiais, mas não o é nem para a Idade Média, submetida ao catolicismo, nem para a Antiguidade, dominada pela política. Antes de tudo, é estranhável que um indivíduo esteja a supor que possa alguém ignorar estas expressões arquiconhecidas, relativas à Idade Média e à Antiguidade. É evidente que a Idade Média não podia viver do catolicismo, nem a Antiguidade da política. O modo por que os homens aí ganhavam sua vida nos explica, ao contrário, porque a política e o catolicismo aí representaram o papel principal. Basta de resto conhecer, pouco que seja, a história romana para saber que o segredo dessa história está todo na história da propriedade territorial. E D. Quixote já não expiou seu pecado, de ter acreditado que a cavalaria errante poderia acomodar-se a todas as formas econômicas da sociedade?” (1 vol., págs. 70 e 71)

“A grande indústria dissolve, ao mesmo tempo que o fundamento econômico da família antiga e do trabalho familiar correspondente todas as antigas relações familiares.” (Vol. 3<sup>o</sup>, pág. 177)

### Na *História das Doutrinas Econômicas*

“É a sociedade que faz as leis. Não são as leis que fazem a sociedade. A propriedade é anterior às leis. A sociedade, a vida em comum, eis o fundamento da propriedade das leis baseadas sobre a sociedade” (Tomo II, pág. 97).

“Quando se quer examinar a conexão entre a produção intelectual e a produção material, é preciso antes de qualquer outra coisa, não encarar esta última como uma categoria geral mas sob uma forma histórica, determinada. Por exemplo: ao modo de produção capitalista corresponde uma espécie de produção intelectual diferente da que corresponde ao modo de produção da Idade Média. Se não se encara a produção material sob sua forma específica, é impossível perceber o que há de preciso na produção intelectual correspondente e em sua ação recíproca.” (Tomo II, págs. 157 e 158)

O materialismo econômico de Jones era estreito. O de Marx foi amplo. Jones constatou-o apenas na sociedade burguesa. Marx constatou-o não só nessa sociedade, como na feudal e na da Antiguidade.

Marx, com seu determinismo econômico ou social afirmando que a produção intelectual se transforma com a produção material, que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual em geral”, mostrava que também, na sociedade, nada há de eterno; mostrava que também ela tem passado por diferentes fases ou formas: o comunismo primitivo, a sociedade greco-romana, baseada na escravidão, a sociedade feudal, baseada na servidão, a sociedade pequeno-burguesa, baseada no trabalho livre ou assalariado, e a sociedade burguesa, baseada nos sem-trabalho: mostrava que “cada período histórico tem suas leis. Por isso mesmo, logo que a vida ultrapassa o limite de uma evolução dada, logo que ela sai de determinado estágio, e passa para outro, começa a ser também governada por outras leis” (*O Capital*, vol. 1º, pág. XCIII); mostrava que o modo de produção varia, de uma época para outra, e variando, faz igualmente variar o processo de vida social, político e intelectual. A determinada estrutura econômica corresponde determinada superestrutura social. Estrutura econômica feudal dava lugar a um direito, a uma política, a uma moral, a uma religião também feudais. Estrutura econômica pequeno-burguesa – direito, política, moral, religião também pequeno-burgueses. Estrutura econômica burguesa, idem. Estrutura econômica proletária ou coletiva – direito, política, moral e religião também proletários, também coletivos.

Marx chegava a esta conclusão:

“Assim como, na natureza, é a matéria a mãe do espírito, e não o espírito o pai da matéria, do mesmo modo, na sociedade, não é a “cultura espiritual”, não é a “consciência”, que cria a matéria social, a produção material da sociedade, mas é, ao contrario, o desenvolvimento dessa pro-

dução material que forma a base da “cultura espiritual”. A vida espiritual da sociedade depende, e não pode deixar de depender do estado da produção material, das forças produtivas da sociedade humana. A vida espiritual da sociedade é função dessas forças. A matéria pode existir sem o espírito, enquanto o espírito não pode existir sem a matéria. O mesmo se dá na sociedade. Em todas elas, as funções econômicas aparecem primeiro que quaisquer outras. Estas outras são condicionadas por aquelas. A língua, a família, o regime político, a ciência, a arte, a religião, a filosofia, e toda uma série de fenômenos de menor importância tais como a moda, os costumes, etc., tudo isso são produtos da vida material da sociedade; são reflexos dessa vida. Do “econômico” é que resulta tudo mais: a formação da família, a estrutura estática e política da sociedade, as ciências, a religião, a filosofia, as artes. É a prática que faz nascer a teoria. A produção material é que gera os chamados “valores espirituais”. Com o desenvolvimento daquela produção, diferenciam-se as funções sociais e só com essa diferenciação é que são possíveis aqueles valores. Ou em linguagem mais clara: há por toda parte leis naturais; no número, na forma, no movimento, no peso, no calor, na luz, no som, na eletricidade, na composição e decomposição dos corpos e até na própria vida. Em todo esse conjunto não se conhecem vontades arbitrárias. As vontades quando aí intervêm, são subordinadas às leis. E nada mais fazem do que completá-las. A sociedade também está sujeita a leis naturais. A existência humana não pode ser mais arbitrária do que a existência do mundo material.

“A História nos tem apresentado cada uma dessas sociedades: a do comunismo primitivo, a greco-romana, a feudal, a pequeno-burguesa, a burguesa e a proletária, esta na Rússia. Cada uma delas com o seu modo de produção próprio. E, por isso, também com seu processo de vida social, político e intelectual próprio. Cada uma com sua linguagem, suas leis, sua ciência, sua filosofia, sua religião, sua arte, sua moral e seus costumes próprios variando essa linguagem, essas leis, essa ciência, essa filosofia, essa religião, essa arte, essa moral e esses costumes, de uma para outra. “As relações sociais são intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas (isto é, aperfeiçoando seus meios de trabalho) os homens mudam seu modo de produção e, mudando esse modo de produção, a maneira de ganhar sua vida, mudam todas suas relações sociais.” (*A Miséria da Filosofia*, Marx, págs. 124 e 125)

Nossa consciência decorre do determinismo econômico. Aquele modo de produção é que a forma. Por que ele varia é que ela igualmente varia.

As organizações sociais não exprimem a vontade de nenhum ente natural ou sobrenatural. Exprimem, sim, a ligação apresentada entre os fenômenos econômicos e os demais fenômenos. Seja qual for o



poder de que um povo ou um estadista pense em dispor, esse povo e esse estadista são fatalmente dominados por aquela realidade social, por aquele determinismo, por aquele materialismo econômico. Este foi o ponto de partida de Marx; este foi como ele próprio o classificou, “o fio condutor de seus estudos”.

O materialismo geral ou filosófico que havia antes dele, ele o transportou para a sociedade. De modo que seu materialismo econômico não é mais do que um aspecto ou continuação daquele materialismo. É esse mesmo materialismo aplicado a outro domínio. A sociedade era idealista; Marx a tornou realista. Ele nem admitia “verdades eternas, como a liberdade, a justiça, etc., comuns a todas as condições sociais” (*Manifesto Comunista*), nem atribuía a modificação dessas verdades, sua evolução à própria modificação, à própria evolução do espírito humano. Subordinou, na vida social, como havia sido feito antes na natureza esse espírito à matéria.

*Conclusão: As ideias saem da matéria e sobre ela reagem.*

.....

## Capítulo IV

*São os meios de trabalho que acarretam  
as transformações na estrutura da sociedade.*

**A**GORA, se têm havido diferentes sociedades ou diferentes fases sociais, resta considerar quando começa uma e acaba outra.

Informa-o Karl Marx:

“Em certo estágio de seu desenvolvimento as forças produtivas da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é dela, senão expressão jurídica, com as relações de propriedade, dentro das quais elas se expandiam até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, tais relações de propriedade se tornam entraves a essas forças. Abre-se, então, uma era de revolução social. A mudança que se produziu na base econômica destrói mais ou menos lentamente ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Uma sociedade não desaparece nunca antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela pode conter e nunca novas e superiores relações de produção a substituem antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido chocadas no seio daquela velha sociedade. Para a humanidade, não há senão os problemas que

ela pode resolver, ou melhor, esses problemas não se apresentam senão quando as condições materiais para os resolver existem ou pelo menos estão em vias de existir.” (Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, págs. 5 a 7)

Na *Miséria da Filosofia*, ele havia dito:

“O moinho a mão vos dará a sociedade com o soberano ou o senhor feudal; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial” (pág. 125).

No *Manifesto Comunista*:

“O tear, cercado de privilégios feudais, foi substituído pela manufatura. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres artesãos; a divisão do trabalho entre as corporações diferentes desapareceu diante da divisão do trabalho na própria oficina. Mas os mercados ampliavam-se cada vez mais; a procura de mercadorias aumentava sempre. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então a máquina e o vapor revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a pequena burguesia manufatureira cedeu o lugar aos industriais milionários – chefes de exércitos de trabalhadores – aos burgueses modernos.” (Págs. 13 e 14)

No *O Capital*:

“O que distingue uma época econômica de outra é menos o que se fabrica, que a maneira de fabricar, os meios de trabalho pelos quais se fabrica. Os meios de trabalho são os gradímetros do desenvolvimento do trabalhador e os expoentes das relações sociais, nas quais ele trabalha.” (Tomo I, pág. 77)

O *tear* foi a sociedade feudal: a *manufatura*, a pequena-burguesia industrial; a *máquina* e o *vapor*, os burgueses modernos e os “sem-trabalho”.

De modo que são os meios de trabalho que acarretam as transformações na base, na estrutura da sociedade; eles que fazem com que uma sociedade nasça e desapareça; eles que diferenciam uma época econômica de outra.

*Conclusão: As sociedades também sob alta pressão arrebentam.*

.....

## Capítulo V

*O falseamento do materialismo econômico.*

*O homem é dirigido pela inteligência e pelo sentimento, não pelo estômago.*

**O**S sociólogos burgueses em sua maioria reconhecem o valor, a veracidade do materialismo econômico de Marx.

Diz Renan: “Se a população das cidades tivesse ficado pobre e entregue a um trabalho sem descanso, como os camponeses, a ciência seria ainda monopólio da classe sacerdotal.” (*A Reforma intelectual e moral*, pág. 35)

Diz J. Bourdeau:

“A Renascença, a Reforma teriam sido impossíveis sem a formação do capital. Lutero, sem o imaginar, trabalhava para o advento da burguesia. Todas as revoluções modernas, segundo Schmoller, todos os esforços para um direito cada vez mais igualitário são consequências da revolução econômica, que, a partir do século XIII, e principalmente no XVI, graças aos progressos da navegação, à descoberta da América e do caminho das Índias, a invenção da pólvora para o canhão, a expansão do

comércio, quebrou o poder da nobreza em favor da realeza. O emprego das máquinas destruiu o regime feudal; anulou a pequena indústria patriarcal; assegurou a vitória do Terceiro Estado [a burguesia]. Mas o vapor, a grande indústria, divide os produtores em duas classes, separadas de patrões e de operários livres, assalariados, as opõe uma à outra, como outrora a burguesia à nobreza. É sempre a classe mais apta, a mais necessária ao novo gênero de produção, que acaba por se apoderar do Estado e fazer dele a couraça de seus interesses” (págs. 122 e 123).

“Se o moinho d’água nos deu a sociedade feudal, o moinho a vapor a sociedade capitalista, é impossível de prever que forma de sociedade nos dará o moinho a eletricidade, e o moinho que sucederá a esse moinho.” (Pág. 126, *Socialistas e Sociólogos*.)

Diz Kelés-Krauz:

“O desenvolvimento das forças produtivas modernas destruiu o direito corporativo e geralmente feudal; a instauração de um novo direito visa literalmente proteger essas forças produtivas.” (*Que é o materialismo econômico?*, pág. 67)

Diz Novicow:

“Sabemos que a invenção da pólvora francamente contribuiu para destruir a organização feudal. O materialismo econômico prestou, pois, grande serviço à sociologia, pondo em destaque os meios de produção e obrigando os historiadores a considerarem sua ação sobre a marcha dos acontecimentos.” (*Discurso sobre o materialismo histórico*, págs. 94 e 95)

Diz Achille Loria:

“Um poeta, um verdadeiro poeta, não faz versos para ganhar dinheiro, mas porque a poesia é sua maneira de existir, é a explicação espontânea de sua atividade mental.

“Seja como for, a literatura de cada idade corresponde às condições imanentes do meio econômico e social e não poderia florescer fora dele. O poeta mais livre não saberia celebrar hoje em um poema épico os cavaleiros errantes, ou as cortes de amor, do mesmo modo que os poetas da Idade Média não sabiam sair dos moldes das rimas ascéticas e cavalheirescas. O que quer dizer que a arte aparentemente tão acima da matéria que a cerca está efetivamente enraizada à terra em que

nasce, ao meio no qual se desenvolve. A evolução da arte segue docilmente a das relações econômicas.

“Provemo-lo com alguns fatos.

“No século XIII, em seguida às relações comerciais entre a Europa e o Oriente e a emancipação das comunas, vê-se empalidecer a glória das catedrais góticas. Por outro lado, os desenhos delicados da Idade Média são substituídos pelos quadros de tintas berrantes. No século XIV, o vermelho e o amarelo vão por toda parte substituindo o violeta; o sentido da harmonia se oblitera progressivamente e a pintura se reveste de caráter cada dia mais material e realista. Mais tarde, desde que a Renascença engendrou uma centralização crescente das riquezas, a arquitetura perde dia a dia sua graça e a ornamentação pesada e barroca substitui a pureza anterior das linhas. Ao mesmo tempo, na pintura, se introduz um gênero até então desconhecido – o retrato, sintoma e produto (segundo a observação muito justa do Sr. Brooks Adams), da riqueza exuberante, que gosta de parecer importante ao público.” (*Os fundamentos racionais do materialismo histórico*, págs. 114 e 115)

Diz Raul de la Grasserie:

“Em que consiste a doutrina do materialismo histórico? Sua ideia principal é a seguinte: o estado econômico serve de base a toda civilização que dele não é por assim dizer senão a eflorescência suprema; os fenômenos políticos, religiosos, literários, artísticos não são senão transformações dos fenômenos econômicos; sem estes últimos, não haveria os primeiros; a base modificando-se todo o edifício superior toma outra estrutura... Essa doutrina é verdadeira... Essas observações parecem, pois, dar razão completa às doutrinas de Marx.” (*Palavras sobre o materialismo histórico*, págs. 125 e 126)

Diz Guilherme de Greef: “O socialismo, com efeito melhor que qualquer outra doutrina, compreendeu que o fundo da vida social é antes de tudo econômico.” (*O materialismo histórico*, pág. 178)

Diz René Worms: “A substituição das máquinas movidas a mão na primeira metade do século XIX, exerceu ação considerável sobre o conjunto da economia social dos grandes países.” (*O materialismo histórico*, pág. 267)

Entretanto há os que falsearam, completamente, a doutrina de Marx. Estes são os que ensinam:

1) – Quando Marx diz que “não é a consciência do homem que determina sua existência, mas sua existência social que determina sua consciência”, o que ele quer dizer é que o homem não é dirigido pela inteligência, e pelo sentimento, mas pelas suas necessidades, isto é, pelo estômago.

2) – Quando ele diz que o modo de produção é tudo, o que ele quer dizer é que todas as ações sociais se originam de fatos econômicos, são determinadas por esses fatos, e não visam senão satisfações e objetivos econômicos. Nesse número figuram entre outros, Novicow, Fouillé, Tarde, Charles Limousin, Puglia, Adolfo Costa e Roberty.

Novicow, malgrado sustentar que “o materialismo econômico prestou grande serviço à sociologia, pondo em destaque os meios de produção”, diz: “Certamente sob a máscara dos princípios os homens têm lutado frequentemente por interesses materiais. Mas partir daí para afirmar que a aquisição dos bens materiais é o único impulso que faz agir os homens é sustentar o mais extremo paradoxo” (pág. 162). “O materialismo econômico não é uma teoria na verdadeira acepção dessa palavra. É uma simples observação já enunciada pela biologia quando diz que as funções de nutrição são a base dos fenômenos vitais (pág. 165). (*A teoria orgânica das sociedades*)

Fouillé, depois de atribuir ao marxismo a afirmação de que “tudo se reduz na história à conquista das utilidades materiais”, diz: “Ora, é manifesto que as necessidades materiais não são as únicas a influir sobre nossos sentimentos. O *homo oeconomicus* não é o homem todo, integral. As ideias também são forças, e os sentimentos generosos que as ligam às ideias gerais ou universais são as principais dessas forças. As ideias científicas, filosóficas, religiosas, representam na história papel frequentemente maior que as necessidades materiais.” (*O materialismo histórico e a força das ideias*, págs. 280 e 281)

Diz Tarde: “Cada vez mais, na humanidade como no homem, o ventre será dominado pelo cérebro, e não vice-versa.” (*Algumas palavras sobre o materialismo histórico*, pág. 289)

Diz Limousin: “O monismo econômico repousa no princípio, segundo o qual a questão do estômago deve prevalecer sobre todas as

outras. Não é novo: *primum vivere deinde philosophare* ... As sociedades são o produto das paixões humanas e não de uma só: a paixão de comer.” (*Materialismo histórico, monismo econômico*, págs. 189 e 196)

Diz Puglia: “O materialismo econômico, depois de ter afirmado que o regime econômico é a única causa das lutas internas, concluiu que se se transformasse a forma econômica atual em certo sentido, a luta cessaria.” (*O materialismo histórico*, pág. 241)

Diz Adolfo Costa: “Não se pode desconhecer o número de guerras que têm sido estranhas às preocupações econômicas, que têm sido determinadas por objetivos de glória ou de honra.” (*Palavras sobre o materialismo histórico*, pág. 131)

Diz Roberty: “O fenômeno econômico não é a única causa, nem a causa direta que determina o resto dos atos sociais.” (*Discurso sobre o materialismo histórico*, pág. 262)

Esse falseamento da doutrina de Marx, manifestado nas teses e discussões do Instituto Internacional de Sociologia, em Paris, no ano de 1901, tem de ser levado muito à conta de Enrico Ferri, que em outubro de 1897, em uma conferência da Universidade Nova de Bruxelas, sobre “a ciência e a vida no século XIX”, assim se expressava quanto ao marxismo: “Enquanto Comte via na inteligência a força motora e diretora da evolução social e Spencer, aproximando-se mais da realidade, a via nos sentimentos (o verdadeiro é justamente o inverso), Marx a fixava nas *necessidades* que levam o homem a transformar força e matéria pelo seu trabalho, com o fim de prover às suas condições de existência, variáveis de época em época, de lugar em lugar.” E acrescentava: “O estômago é a necessidade primordial da vida como o reconhece também a oração católica que pede, antes de tudo, o pão cotidiano.” (*Studi sulla criminalità*, pág. 472)

Esse erro ou equívoco de Ferri que, então, se firmava como marxista, há de ter concorrido para aquele falseamento, para aquele desvirtuamento.

Ninguém mais do que Marx fazia a apologia da teoria, da inteligência, como, mais adiante, será convenientemente exposto.

Por enquanto, basta assinalar que, se para Marx fosse o estômago que dirigisse os homens, ele haveria de considerar sobretudo “re-



volucionários” os mais necessitados, mais malnutridos, menos sem conforto. No entanto, eis como a respeito desses se manifesta:

“O *Lumpenproletariat* [a canalha] das grandes cidades, essa putrefação passiva, essa escória [das camadas mais baixas da sociedade], é aqui e ali arrastada no movimento por uma revolução proletária; entretanto, suas condições de vida a predisporão a vender-se mais depressa à reação.” (*Manifesto Comunista*, pág. 21)

Para ele, o que torna um elemento revolucionário não é a situação em que se encontra esse elemento, mas sua consciência revolucionária, seus estudos, sua visão social. Tanto assim que admite se tornem revolucionários, ao lado do proletariado, os *intelectuais* burgueses.

Diz ele: “Enfim, no momento em que a luta das classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe reinante, da sociedade inteira, toma um caráter tão violento e tão áspero, que uma fração da classe reinante se desliga desta e se alia à classe revolucionária, à classe que representa o futuro.

“Do mesmo modo que, outrora, uma parte da nobreza se colocou ao lado da burguesia, em nossos dias, uma parte da burguesia faz causa comum com o proletariado, *especialmente essa parte dos ideólogos burgueses*, que chegaram à compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto.” (Idem, pág. 20)

*Conclusão: As doutrinas frequentemente são falseadas mais por ignorância do que por maldade.*

.....

## Capítulo VI

*A própria escola católica reconhece a influência do material sobre o espiritual.*

*“O cristianismo econômico passou, durante toda a Idade Média, por uma evolução que poderemos chamar de realista.”*

**A** ESCOLA católica nega que a produção intelectual se transforme com a produção econômica. Subordina o material ao espiritual. Para ela, este é eterno, absoluto, invariável, enquanto aquele é transitório, variável.

“Ao contrário do materialismo histórico, e de seus adeptos”, diz o Sr. Tristão de Ataíde, “que consideram os fenômenos espirituais como simples epifenômenos, considera-os como fundamentais à doutrina da verdade a que me filio.” (*Introdução à Economia Moderna*, pág. 32)

Nestas condições, acrescenta:

“Ela [a Igreja] é sempre exterior e superior aos séculos. Está na sociedade mas não é um produto da sociedade. De modo que existe

para a sociedade, para o homem, para as civilizações, mas não é obra deles.”

Mas o próprio Sr. Tristão de Ataíde é o primeiro a evidenciar que, sempre e por toda parte, o influxo do econômico tem prevalecido sobre o espiritual.

Assim é que afirma:

“Nessa Grécia nós vemos o senso religioso decair à medida que se desenvolvia o senso econômico (pág. 49). A religião decaía, à medida que progrediam a mineração, a finança, a indústria e o comércio (pág. 55). A civilização helenística foi uma civilização nitidamente econômica (pág. 65). Na era helenística, o economismo vencera realmente a sacralidade (pág. 67). É o mesmo que se dá com a civilização moderna, que possui tantas analogias com a civilização helenística (Idem). A pequena propriedade rural prosseguia no seu desaparecimento progressivo, enfraquecendo com isso toda a estrutura do Estado (pág. 86). Repetia-se a história de Cartago, da Fenícia, da Babilônia, das monarquias helenísticas, de todos os povos dominados pela obsessão do poder material, e que todos morreram pela mesma hipertrofia do economismo (pág. 87). Cada época histórica representa, sob muitos aspectos, uma alteração completa nas condições econômicas e sociais (pág. 10). A importância do espiritual descendo à medida que sobe a importância do econômico (pág. 123). Se as grandes descobertas geográficas do século XVI prepararam o mercantilismo, isto é, o capitalismo empírico, as grandes descobertas técnicas do século XVIII prepararam o capitalismo instintivo já muito mais avançado do século XIX (pág. 240). As grandes invenções da técnica moderna agiam sobre o capitalismo, como as grandes descobertas do século XVI tinham agido sobre o mercantilismo (pág. 245). Operou-se completamente, a partir dos fins da Idade Média, o mesmo processo, que se operava no mundo antigo, apenas em grau infinitamente mais extenso e em traços muito mais vivos: a decadência da sacralidade e a *hipertrofia do economismo*.” (pág. 247) (Idem)

Mas dir-se-á: se o economismo variava e, com ele, as instituições sociais, não variava a religião, “exterior e superior aos séculos”, existente “para a sociedade, para o homem, para a civilização, mas não obra deles”.

Pois bem, também a religião variava com as variações do economismo.

Eis o que a esse respeito diz o Sr. Tristão de Ataíde:

“O primeiro movimento do cristianismo social foi de insurreição contra a hipertrofia do economismo... (pág. 165). Houve, durante a Idade Média, uma evolução lenta da doutrina econômica cristã, no sentido do equilíbrio e da harmonia. Os padres da Igreja, como vimos, visaram primordialmente combater a asfixia da sacralidade pelo economismo, de que morria o mundo pagão. E chegaram, em sua reação, ao extremo de condenar todo o comércio.

“À medida, porém, que o mal contra o qual combatiam ia diminuindo, e que a sociedade se reorganizava sobre bases mais estáveis, podia ser formulada a doutrina em seu pleno *equilíbrio* (pág. 172). Cessado o motivo do antieconomismo porventura excessivo dos primeiros tempos, assentou a *doutrina econômica cristã* em bases mais *equilibradas e sólidas*, fixando as linhas gerais de sua estrutura especialmente na obra de S. Tomás de Aquino. A doutrina social e econômica de S. Tomás de Aquino, da mesma forma que a sua doutrina filosófica, representa a fusão do racionalismo antigo, com a revelação, o pensamento e a *experiência* cristã. Ela vinha ser, como diz um seu comentador moderno: ‘A COROAÇÃO DE TODA UMA EVOLUÇÃO ORGÂNICA’” (pág. 173).

Como vimos, o *Cristianismo* econômico passou, durante toda a Idade Média, por uma evolução que poderemos chamar de realista (pág. 177). Sendo a usura, a princípio, condenada radicalmente, acabou sendo tolerada sob determinadas condições (pág. 186). Queremos fazer justiça à Idade Média, sem lhe fazer a apologia indistinta e sistemática. Procuramos, não os seus valores efêmeros e pitorescos, e sim os seus valores eternos, ACRESCIDOS DA EXPERIÊNCIA DOS SÉCULOS QUE SE LHE SEGUIRAM (pág. 188). Compare-se a doutrina econômica de um João Crisóstomo e de um Antonino de Florença ou mesmo de um Tomás de Aquino, e veremos como o economismo subiu desde os primórdios cristãos até à plenitude medieval do século XIII ou ao renascimento florentino de que Santo Antônio foi contemporâneo (pág. 217). Vimos como, ao longo da Idade Média, o conceito de comércio foi sofrendo uma evolução, a partir da repulsa categórica dos primeiros séculos da sacralidade cristã, até chegar ao conceito de equilíbrio e moderação

que encontramos em plena Idade Média, com S. Tomás, ou no seu declínio, com Antonino de Florença e Bernardino de Siena (pág. 234). A economia medieval passou, mas ficaram as ideias cristãs que hoje possuem a sua NOVA síntese econômica. EM FACE DAS CONDIÇÕES DO MUNDO MODERNO” (pág. 294).

Desse modo, variando a estrutura, variava toda superestrutura, variando o economismo, variava igualmente a doutrina econômica cristã, que era assentada “em bases mais equilibradas e sólidas”, que era acrescida da “experiência dos séculos”, que evoluía para “nova síntese”: o espiritual não dirigia mas era dirigido pelo material, não era causa, mas efeito.

*Conclusão: Os fatos, na materialidade de sua expressão, não podem ser contestados.*

.....

## Capítulo VII

*Por que o socialismo de Marx é científico?  
Porque, dizem seus discípulos, é verdadeira  
síntese que abraça o presente, compreende o pas-  
sado e antevê o futuro.*

**S**INTETIZANDO:

Marx foi isto: a filosofia alemã, a economia política inglesa, o socialismo francês e o inglês, o movimento revolucionário de toda aquela época e do passado.

Seu principal mérito consistiu em ampla coordenação e sistematização e em tirar dessa coordenação e sistematização estas duas ilações gerais que constituem sua principal originalidade:

- a) a concepção materialista da história;
- b) a revelação do mistério da produção capitalista, por meio da *mais-valia*.

“Estas duas grandes descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do mistério da produção capitalista por meio da *mais-valia*”, diz Engels, “devemo-las a Karl Marx. Fizeram do socialismo

uma ciência, que se cuida agora de elaborar em todos seus pormenores e todas suas relações.” (*Socialismo utópico e Socialismo científico*, pág. 71 )

E acrescenta:

“O pensamento dominador e essencial do Manifesto, isto é, que a produção econômica e a estrutura social que necessariamente dela decorre constituem em cada época histórica a base da história política e intelectual desta época: que, por conseguinte, desde a dissolução da propriedade comum primitiva do solo, toda a história tem sido uma história de lutas de classes, de lutas entre as classes exploradas e as classes exploradoras, entre as classes dominantes e as classes dominadas, nos diferentes estágios do desenvolvimento histórico; mas que, atualmente, esta luta atingiu um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não mais pode libertar-se da classe que a explora e oprime sem libertar, ao mesmo tempo e para sempre, da exploração e das lutas de classes toda a sociedade – este pensamento fundamental pertence única e somente a Marx.

“Escrevi na edição inglesa que, na minha opinião, essa ideia marcou, para a ciência histórica, o mesmo progresso que a teoria de Darwin para as ciências naturais. Dela nós dois nos aproximamos, vários anos antes de 1845. Meu livro sobre a *Lage der arbeitenden klasse in England* revela até onde eu próprio fui nesta direção. Mas quando reencontrei Marx, em Bruxelas, no mês de fevereiro de 1845, ele a tinha elaborado completamente, e me expôs mais ou menos tão claramente como acima o fiz.” (*Manifesto Comunista*, pág. 5)

Apreciando o conjunto dessa realização, dizem os marxistas: Antes de Marx, havia o espontâneo, não havia ainda o consciente; havia o empírico, não havia ainda o científico, não havia ainda uma teoria, uma doutrina dirigindo o mesmo espontâneo, completando o empírico.

Havia a luta de classes, mas como se desenrolava essa luta?

Que etapas, que fases teria ela de atravessar? Qual seria sua finalidade?

Foi o que não puderam precisar seus precursores; e foi o que ele precisou. Antes dele, o socialismo era, apenas, a contemplação, apenas o fato. Depois dele, passou a ser a contemplação e a meditação, o

fato e a ideia, o objetivo e o subjetivo, em uma palavra, a concepção, a ciência.

Antes dele, conforme observava Engels, o socialismo apenas criticava a produção capitalista e suas consequências. Mas não a explicava como um acontecimento natural da evolução humana, originado das contradições que são a causa dessa evolução, acontecimento histórico determinado e, em consequência das mesmas contradições, destinado não a se eternizar, mas a ser suprimido, a perecer, como pereceu a sociedade feudal.

Antes dele, não havia a previsão sociológica. Depois dele, há essa previsão. Antes dele não se sabia como seria a sociedade futura. Depois dele, é possível sabê-lo.

Do concreto ele se elevou ao abstrato, encontrando a *solução intelectual* para a questão social.

Nestas condições, nada mais natural que aquela sua solução fosse e seja qualificada de *socialismo científico*. Tal socialismo tem realmente esse caráter, porque é verdadeira síntese que abraça o presente, compreende o passado e antevê o futuro. Está assim para a sociedade como a astronomia para o navegante.

“A alma de minha doutrina”, dizia Marx, “não é a teoria da luta de classes, mas a demonstração do fato que a evolução social conduz inexoravelmente à ditadura do proletariado.”

A alma de sua teoria era esta antevisão de horizontes até então completamente nublados.

Antes dele, havia a prática, a arte e nada mais do que isto. Depois dele, há a teoria, a ciência dirigindo a mesma prática.

Antes dele, havia o movimento e não havia a consciência deste movimento. Depois dele, há o mesmo movimento consciente.

Formulando sua teoria, estabelecendo-a, ele como que dizia ao proletariado:

Você até aqui andou às cegas, às apalpadelas, não tinha roteiro certo. Agora não, tem esse roteiro ao qual deve subordinar seu movimento. Você era um navio sem bússola. Agora é o mesmo navio com bússola. Você errava, você se perdia em meio ao oceano social. Agora, em meio dele, não mais pode errar, não mais pode perder-se.



Ele o dizia em vários documentos, em todas suas obras. Mostremo-lo:

Na *Contribuição à crítica da Filosofia do Direito*, de Hegel: “Assim como a filosofia [a teoria] encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia suas armas intelectuais. E, desde que a luz do pensamento penetre no fundo deste ingênuo terreno popular, os alemães se emanciparão e se tornarão homens... A filosofia [a teoria] é a cabeça dessa emancipação: e o proletariado é dela o coração” (pág. 107).

No *Manifesto Comunista*: “Na prática os comunistas constituem a fração que anima todas as outras; na teoria, têm sobre o resto do proletariado a vantagem de nítida compreensão das condições da marcha e dos fins gerais do movimento proletário” (pág. 23).

No *Herr Vogt*: “Em Bruxelas, para onde fui desterrado por Guizot, fundei com Engels e W. Woff e alguns outros, a associação operária alemã de instrução que existe ainda. Publicávamos, ao mesmo tempo, uma série de panfletos impressos ou litografados. Neles submetíamos a implacável crítica à mistura de socialismo ou comunismo anglo-francês e filosofia alemã que formava então a doutrina secreta da Liga [dos Comunistas]. Neles estabelecíamos que só o estudo científico da estrutura econômica da sociedade burguesa podia fornecer sólida base teórica; e expúnhamos, enfim, sob forma popular que não se tratava de pôr em vigor um sistema utópico, mas de intervir, com conhecimento de causa, no processo de agitação histórica que se operava na sociedade” (pág. 105).

No *Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*: “Os proletários têm um elemento de sucesso: a massa, o número. A massa, porém, o número não pesa verdadeiramente na balança senão se unido pela associação e guiado pelo saber para um fim determinado” (pág. 35).

A teoria resultava da prática, e a ela se sobrepunha. Era, a um tempo, efeito e causa. Daí esta palavra de ordem marxista:

“Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário.”

*Conclusão: “A idealidade deve melhorar a realidade... Cumpre, porém, que a primeira se subordine sempre à segunda”.* (Catecismo Positivista, *Augusto Comte*)

# LIVRO XI

## O comtismo ou positivismo

“POSTO QUE CADA FUNÇÃO HUMANA SE EXERÇA NECESSARIAMENTE POR UM ORGÃO INDIVIDUAL, SUA VERDADEIRA NATUREZA É SEMPRE SOCIAL” (AUGUSTO COMTE).



“A MARCHA HISTÓRICA DEMONSTRA QUE A PROPRIEDADE TENDE PARA COMPLETA SOCIALIZAÇÃO DA RIQUEZA, MEDIANTE SUA INSTITUIÇÃO SOCIOCRÁTICA”. (TEIXEIRA MENDES).



.....

## Capítulo I

*Pontos de contato entre Augusto Comte e  
Carlos Marx.*

**C**OM “a concepção materialista da história” e com a revelação do mistério da produção capitalista por meio da mais-valia”, Marx, por um lado, substituía a teologia e a razão pela ciência, fundava a sociologia, e, por outro, armava a equação do problema social, que “conduz à ditadura do proletariado”.

Pois bem, a esse mesmo tempo, Augusto Comte também se propunha resolver esses dois problemas, a renovação da ciência ou a renovação espiritual e a questão social.

“Suscitando”, dizia ele, “a revolução ocidental, o conjunto da idade Média legou-lhe dois problemas inseparáveis: incorporar à sociedade moderna o proletariado espontaneamente surgido; substituir a fé demonstrável ao teologismo irrevogavelmente exausto. A solução social, de que dependia a organização da atividade pacífica, exigia a solução intelectual, única capaz de instituir a religião e o sacerdócio adequados a regular as relações entre os empresários (ou patrões) e os trabalhadores.” (*Apelo aos Conservadores*, pág. 126).

Havia essas duas questões a resolver, e, dizia ele, a solução social depende da intelectual.

Ajuda ainda de perfeito acordo com Marx que não compreendia nenhum movimento do proletariado ou revolucionário sem correspondente teoria. Depois, a crítica de Marx era nem só contra o individualismo ou capitalismo como ainda contra o socialismo igualitarista ou empírico então em voga, sob várias modalidades; e a de Comte seria igualmente contra um e outro desses elementos.

Dizia ele:

“A revolução ocidental fez espontaneamente surgir uma distinção cada vez mais marcada em todo seu curso, entre as duas escolas que concorreram para o movimento moderno, uma pela liberdade, a outra pela igualdade... O nivelamento exige a compressão permanente das superioridades quaisquer ao passo que o livre surto desenvolve a desigualdade” (“, p. 146).

Tachava o individualismo e o comunismo de “duas aberrações contrárias” (“, pág. 148) e concluía:

“Elas só cessarão de co-existir assim quando o positivismo conquistar seu predomínio necessário, pois este deve simultaneamente extinguir as duas aberrações, conciliando de moda radical a independência e o concurso.” (“, pág. 149).

Nestas condições, o marxismo e o positivismo teriam de apresentar, como apresentam, inúmeros pontos de contacto, malgrado a divergência fundamental que os separa.

Assinalemos, primeiramente, aqueles pontos de contacto e, por último, essa divergência.

Aqueles são os seguintes:

#### OS MESMOS PRECURSORES

I. Tiveram os mesmos precursores: a filosofia alemã (sobretudo Kant e Hegel), a economia política clássica inglesa (Petty, Hume, Adam Smith e Ricardo) e o socialismo francês e inglês, no qual culminou Saint-Simon; antes destes, Francisco Bacon, Descartes e Leibnitz; na Idade Média, St<sup>o</sup> Tomás de Aquino, Rogério Bacon e Dante; e, na antiguidade, a dialética grega sobretudo com Aristóteles.

Eis o que a respeito diz Augusto Comte:

“Ao passo que Hume constitui meu principal precursor filósofo, Kant se acha a ele acessoriamente ligado. Do mesmo modo, sob o aspecto político, foi necessário que eu completasse Condorcet por De Maistre, de quem assimilei, logo no começo de minha carreira, todos os princípios essenciais... Tais são, com Bichat e Gall, como precursores científicos, os seis predecessores imediatos que hão de me religar sempre aos três pais sistemáticos da verdadeira filosofia moderna, Bacon, Descartes e Leibnitz. Em virtude desta nobre filiação, a Idade Média, intelectualmente resumida por St<sup>o</sup> Tomás de Aquino, Rogério Bacon e Dante, subordina-me diretamente ao príncipe eterno dos verdadeiros pensadores, o incomparável Aristóteles”. (*Catecismo Positivista*, págs. 5 e 6).

De Saint-Simon foi amigo e tornou-se, depois, inimigo. Apesar dessa circunstância, não deixou de reconhecer a influência que o mesmo exerceu sobre sua formação mental, dizendo:

“A veneração pode persistir no meio dos maiores extravios revolucionários, contra os quais ela ministra espontaneamente o melhor corretivo. Disso tive eu mesmo a prova outrora, durante a fase profundamente negativa que devia preceder meu desenvolvimento sistemático. Nessa época, só fui preservado de uma desmoralização sofisticada pelo entusiasmo, conquanto este me expusesse especialmente às seduções passageiras de um charlatão superficial e depravado.” (“, ps. 23 e 24).

No capítulo sobre o marxismo, parece, já dissemos o bastante quanto às fontes, quanto às origens desse sistema.

Agora, apenas algumas notas à margem.

“No prefácio da tradução inglesa do folheto *Socialismo utópico e Socialismo científico*, Engels mostra, a exemplo de Marx, que o materialismo é filho da Inglaterra, que Bacon foi realmente o avô do materialismo inglês, que, com Hobbes e Locke, ele é o pai da escola materialista francesa, e que o atual “agnosticismo” inglês não é senão um materialismo medroso”. (*As questões fundamentais do marxismo*, nota de D. Riazanov, pág. 110).

Marx aceitava aqueles em seus fundamentos e recusava este.

Dante, ele o chamava “o grande florentino”. (Prefácio do *O Capital*, pág. LXXXI).

Também reconhecia os méritos de St<sup>o</sup> Tomás de Aquino.

Quanto a esse ponto, escreveu Plekhanov, nas *Questões fundamentais do marxismo*:

“Até agora, não se procurou ‘completar Marx’, partindo de St<sup>o</sup> Tomás de Aquino. Entretanto, não é nada impossível que, apesar da recente encíclica do papa contra os modernistas, o mundo católico produza um pensador capaz dessa proeza teórica.” (pág. 12)

Comentário de Riazanov:

“Plekhanov se engana afirmando que, até agora, não se procurou ‘completar Marx’ partindo de St<sup>o</sup> Tomás de Aquino. Em uma série de apanhados muito interessantes consagrados às teorias de Marx, que ele considera como o maior economista de todos os tempos, Wilhelm Hohof, escritor católico alemão bem conhecido, procura provar que, em sua teoria do valor, Marx está de acordo em muitos pontos com o grande teólogo da Idade Média. Na França, entre os socialistas católicos, há também admiradores de Marx e de Tomás de Aquino”. (págs. 109 e 110).

E Marx também não ocultava sua admiração por Aristóteles que qualificava de “maior pensador da Antiguidade”. (*O Capital*, tomo III. Pág. 61).

#### ELABORAÇÕES SIMULTÂNEAS

II. Foram contemporâneos. Elaboraram suas doutrinas na mesma época, na mesma década: de 1840 a 1850.

São as seguintes as obras principais de um e outro:

As de Comte: *Curso de Filosofia Positiva*, 1842; *Discurso sobre o espírito positivo*, 1844; *Calendário Positivista*, 1849; *Catecismo Positivista*, 1852; *Sistema de política positiva*, 1854; *Apelo aos conservadores*, 1855; *Síntese subjetiva*, 1856.

As de Marx: em 1843, a *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*; em 1844 a *Santa Família*; em 1847, a *Miséria da Filosofia*; em 1848, o *Manifesto do Partido Comunista*; em 1850, a *Luta das classes na França*; em 1851-1852, *Revolução e Contra-revolução na Alemanha* (artigos reunidos em volume em 1896); em 1852, o *18 Brumário de Luís Bonaparte*; em 1859, a *Crítica da Economia Política*; em 1864, o *Manifesto Inaugural da Associação Internacional*

*dos Trabalhadores*; em 1867, o 1º volume do *O Capital*; em 1871, *A Guerra Civil na França (A Communa de Paris)*; em 1875, a *Crítica do Programa de Gotha*.

### O MATERIALISMO INDIVIDUAL

III. Completaram o materialismo natural ou das ciências da natureza com o *materialismo individual ou humano*. Um e outro submeteram a vontade humana, o livre-arbítrio, o subjetivo, a consciência ao determinismo, ao objetivo, a existência ao mundo exterior.

Diz Marx:

“Não é a consciência do homem que determina sua existência, mas sua existência social que determina sua consciência.” (Prefácio à *Crítica da Economia Política*, pág. 5).

Diz Comte:

A ordem universal foi durante muito tempo desconhecida, enquanto prevaleceram às vontades arbitrárias a que se teve a princípio de atribuir os principais fenômenos de toda espécie. Mas uma experiência há muito reiterada e nunca desmentida, fez enfim reconhecer essa ordem, apesar das opiniões contrárias, em relação aos acontecimentos mais simples, donde a mesma apreciação se estendeu gradualmente até os mais complexos. Foi só em nossos dias que esta extensão penetrou em seu último domínio, representando também os fenômenos mais eminentes da inteligência da sociabilidade como sujeitos sempre a leis invariáveis que ainda negam muitos espíritos cultivados.” (*Catecismo Positivista*, pág. 55).

Nestas condições, está sujeito a “leis gerais de cada evento particular, desde logo susceptível de sistemática previsão, único fim característico da verdadeira ciência”. (“;”)

Comte subordina o subjetivo ao objetivo. Diz ele:

A lei estática de nosso entendimento... consiste...; na subordinação contínua de nossas construções subjetivas aos nossos materiais objetivos. O gênio da Aristóteles esboçou a noção geral de tal lei neste admirável apanhado: nada há no entendimento que não proviesse primeiro da sensação. (*Nibil est in intellects quod num prius fuerit in sensu*). (“, págs. 174 e 175).

Daí esta sua definição: “A ciência constitui sempre simples prolongamento da sabedoria comum. Nunca cria ela realmente doutrina



essencial alguma. As teorias limitam-se a generalizar e coordenar os apunhamentos empíricos da razão universal, a fim de lhes dar uma consistência e um desenvolvimento que, por outro modo, não poderiam obter”. (“, pág. 263).

#### O MATERIALISMO ECONÔMICO OU SOCIAL

IV. Transplantaram o materialismo também para a sociologia ou ciência da sociedade. Estabeleceram também o materialismo social ou econômico.

Marx diz: “O modo de produção da vida material determina, em geral, o processo social, político e intelectual da vida”. (“,”)

Diz Augusto Comte : “Os fenômenos mais nobres estão por toda parte subordinados aos mais grosseiros. É a única regra verdadeiramente universal que o estudo objetivo do mundo e do homem possa desvendar-nos.” (“, pág. 209)

#### A LUTA DE CLASSES OU MATERIALISMO DIALÉTICO

V. Hegel havia dito, repetindo os dialetos gregos, que a evolução se faz por contradições. Verificou que, nas ciências naturais, as transformações resultavam dessas contradições. Marx e Comte constataram que a evolução social também se faz por contradições ou lutas de classes.

Diz Marx: “Até aos nossos dias, a história de toda a sociedade não tem sido mais que a história das lutas de classes..

“A nossa época, a era da burguesia, caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes. A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos opostos, em duas classes inimigas: a burguesia e o proletariado”. (*Manifesto Comunista*, págs. 12 e 13).

Diz ele que, com essa luta, havendo essa contradição, o proletariado acabará vencendo a burguesia, como esta venceu o feudalismo, e instituirá sua ditadura para a supressão de todas as classes e a construção de uma sociedade sem classes, onde a propriedade privada será transformada em propriedade coletiva.

Augusto Comte, estudando os acontecimentos decorrentes da Idade Média, descobre também: 1º – as lutas entre os papas e os reis; 2º – entre os reis os nobres; 3º – entre os nobres e a burguesia. E reconhece que será também fatal o encontro entre esta e o proletariado.

Diz ele:

“A revolução feminina deve agora completar a revolução proletária, como esta consolidou a revolução burguesa, dimanada a princípio da revolução filosófica” (“, pág.28).

Referindo-se ao proletariado, diz ele: “Assim introduzido na grande luta política, o proletariado ocidental ergueu irresistíveis pretensões à sua justa incorporação na sociedade moderna” (“,“).

Haverá “a reação geral do proletariado sobre todos os poderes humanos” (“, pág. 166).

Diz Marx:

“A burguesia produz seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (“,“).

Diz Comte:

“Um instinto confuso indica à burguesia que a regeneração ocidental exige que ela se extinga”(*Apelo aos Conservadores*, pág. 158).

“O que principalmente agrava nossas desordens atuais é a invejosa ambição da burguesia e seu obcecado desdém pelas existências populares”(*Cat. Positivista*, pág. 362).

Marx quer uma “sociedade sem classes” e Comte quer que a burguesia se extinga.

## A VIOLÊNCIA

VI. Marx diz que a luta entre a burguesia e o proletariado se dará violentamente como todas as anteriores, e Comte também compreende esse perigoso remédio. Diz ele: “A política positiva representa tal direito [da insurreição] como recurso extremo, indispensável a toda sociedade, a fim de não sucumbir à tirania que resultaria de uma submissão absoluta, demasiadamente pregada pelo catolicismo moderno. No ponto de vista científico, deve-se ver nisso uma crise reparadora, mais necessária ainda à vida coletiva do que à vida individual segundo esta lei

biológica evidente, que o estado patológico se torna mais frequente e mais grave à medida que o organismo é mais complicado e mais eminente. Ninguém pode, pois, temer seriamente que o próximo ascendente do positivismo disponha nunca à obediência passiva, por extinguir o espírito revolucionário propriamente dito, que equivale doravante a tomar a moléstia por tipo definitivo da saúde. O caráter profundamente relativo da nova doutrina social a torna, pelo contrário, exclusivamente apta para conciliar radicalmente a subordinação habitual com a revolta excepcional, conforme o exigem ao mesmo tempo o bom senso e a dignidade humana. Reservando esse perigoso remédio para os casos verdadeiramente extremos, ela não hesitará jamais aprová-lo, nem mesmo recomendá-lo, quando se tiver tornado realmente indispensável” (*Política Positiva*, tomo I, págs. 134 e 135).

#### A DITADURA DO PROLETARIADO

VII. Marx diz que os governos nada mais têm sido que representantes das classes dominantes. Houve a democracia feudal; houve e há a democracia burguesa. “O governo moderno”, afirma ele, “não é mais que um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa”. (*Manifesto Comunista*, pág. 14). Governo dessa classe contra o proletariado. E ele acrescenta: Haverá a ditadura do proletariado.

“A primeira etapa na revolução operaria é a constituição do proletariado em classe dominante, a conquista do poder público pela democracia” (“29). Essa ditadura será, ao contrário, o governo do proletariado contra aquela burguesia, para liquidá-la. Comete também é pela ditadura. Caracteriza a soberania do povo como “*sedição dos vivos contra os mortos; a igualdade como mentira imoral; e o sufrágio universal, como moléstia social*”. (Carta a De Toulouse; *Correspondência inédita* 3ª serie, pág. 99).

É pela ditadura que não admitirá “as subtilezas metafísicas que distinguem as leis das ordenanças ou decretos” (*Apelo aos Conservadores*, pág. 172), que permitirá que “o poder prático afaste os entraves onerosos e degradantes, que ele ainda encontra nos destroços do regime parlamentar”. (“, pág. 171). É por essa ditadura que é também proletária.

Diz ele:

“Os chefes positivistas exigidos pela ditadura sistemática serão o mais das vezes proletários, que são os únicos aptos a preencher todas as condições de tal ascendente.” (“, pág. 166)

“Então”, explicava ele (referindo-se ao que poderia acontecer na Inglaterra), “os nobres serão preteridos pela elite do proletariado britânico, dentre a qual estudos espontâneos, em breve sistematizados pelo positivismo, dispõem a fazer irresistivelmente surgir os dignos sucessores de Cromwell.” (*Política Positiva*, tomo I, pág. 136).

Na ditadura do proletariado de Marx, há a concentração do mando ou poder e da riqueza. Esta passa igualmente para as mãos do Estado. Para Augusto Comte, o estado final será também o da “concentração do mando e da riqueza.” (*Apelo aos Conservadores*, págs. 98 e 99)

#### A TRANSFORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA EM COLETIVA

VIII. Diz Marx: “A propriedade tem passado por modificações constantes e contínuas transformações históricas. A Revolução francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal em favor da propriedade burguesa... Censuram-nos, a nós comunistas, de querer abolir a propriedade pessoal, penosamente adquirida pelo trabalho... Não temos que a abolir porque o progresso da indústria já o fez ou está em vésperas de fazê-lo... O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais; apenas impede o poder da escravização do trabalho de outrem, por meio dessa apropriação. O capital não é uma força pessoal; é uma força social. Por isso, quando o capital é transformado em propriedade comum, pertencendo a todos os membros da sociedade, não é nesse caso uma propriedade pessoal, transformada em propriedade social.” (*Manifesto Comunista*, pág. 24)

É uma propriedade social que estava nas mãos de alguns, e volta a ser social. Será nas mãos do Estado de todos para todos. Entre nós, o Estado já retirou, sem nenhuma indenização, dos fazendeiros seus escravos, seu capital, sua propriedade, avaliados, segundos cálculos recentes do Sr. Cicinato Braga, em 2.400.000 contos, ao câmbio daquela época. Deixou-os sem essa propriedade. Amanhã, também poderá reti-

rar das mãos do capitalismo em geral todas suas propriedades, para as fazer funcionar, não em favor de alguns, mas de todos.

Como Marx, Comte considera a propriedade burguesa ou capital, social em sua origem, e ainda como Marx, é de opinião que esse capital social em sua origem, não pode ter senão destino social.

Diz ele:

“Posto que cada função humana se exerça necessariamente por um órgão individual, sua verdadeira natureza é sempre social... Tudo em nós pertence, portanto, à Humanidade, porque tudo nos vem dela: vida, fortuna, talento, instrução, ternura, energia, etc. Um poeta que nunca foi suspeito de tendência subversiva, fez proclamar por Tito esta sentença decisiva, digna na verdade de semelhante órgão: *ao che tutto é di tutti; e che ne pure di nascer mérito chi d’esser nato credi solo per sé*”. (Metastásio, *Clemência de Tito*, drama) – (Sei que tudo é de todos; e nem sequer foi digno de nascer quem acredita que nasceu só para si). Presentimentos análogos poderiam ser encontrados nas mais antigas composições.” (*Cat. Positivista*, pág. 325)

Teixeira Mendes diz:

“A marcha histórica demonstra que a propriedade tende para completa moralização da riqueza, mediante sua instituição sociocrática” (*Esboço biográfico de Benjamin Constant*, pág. 154). Ou, em outras palavras: tendo socializar-me.

## ANTEVISÃO DA REVOLUÇÃO RUSSA

IX. Marx e Engels, de um lado, e Augusto Comte, de outro, entendiam que a propriedade feudal russa poderia transformar-se em social, antes de se aburguesar.

Diziam aqueles: “Na Rússia ... parte do solo é propriedade comum dos camponeses.

Trata-se então de saber se a comunidade campesina russa; essa forma já muito decomposta da propriedade de comando do solo primitivo, passará diretamente a uma forma comunista superior da propriedade rural, ou se deve seguir primeiro o mesmo processo de dissolução por que tem passado no desenvolvimento histórico do Ocidente.

Atualmente a única resposta possível a essa questão é a seguinte. Se a revolução russa é o índice de uma revolução operária no Ocidente, completando-se ambas, a atual propriedade comum na Rússia

poderá servir de ponto de partida para uma revolução comunista”. (Prefácio da 2.<sup>a</sup> edição do *Manifesto Comunista*, em 1884. pág. 7)

Pois, já em 1882, Comte havia chegado a esta mesma conclusão. Dizia ele:

“A decomposição das grandes fortunas foi necessária na França. Na Rússia, ao contrário, importa hoje manter a concentração das riquezas exigida pelo estado final, e que nós teremos aqui muito trabalho para reconstruir”. (*Catecismo positivista*, pág. 382)

#### APOIO E RESTRIÇÕES AO COMUNISMO UTÓPICO

X. Marx e Engels combatiam o socialismo utópico pela sua insuficiência, mas o estimavam. O mesmo acontecia com Augusto Comte. Dizia ele:

“Para fazer justiça ao comunismo [referia-se ao comunismo de Saint-Simon, Fourier, Owen, etc.], deve-se sobretudo apreciar os nobres sentimentos que o caracterizavam, e não as vãs teorias, que lhe servem de órgãos provisórios ... O comunismo não tem valor fundamental, senão em virtude do sentimento que o inspira ... Mas essa nobre fonte moral bastará por si só para conservar-lhe uma influência crescente.” (*Política Positiva*, págs. 152 e 159). “A sã política pode obter mais assistência dos comunistas do que dos individualistas” (*Apelo aos Conservadores*, pág. 149).

#### A SUBORDINAÇÃO DA PRÁTICA À TEORIA

XI. Marx e Comte subordinam o subjetivo ao objetivo, dizem que a ciência ou teoria é síntese dos dois e que, afinal, é a ciência ou teoria, que não inventamos, que não provém de nossa consciência, mas de nossa existência, que nos dirige. Dizem que ela prevalece sobre a prática ou movimento, ou que o partido é que coordena a ação ou classe.

O pensamento do primeiro a esse respeito era consubstanciado nesta fórmula, já por nós citada: “Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”.

Também dizia Comte:

“A prática permanece necessariamente especial; a verdadeira teoria é sempre geral.” (*Catecismo Positivista*, pag. 185)

“Uma teoria verdadeiramente capaz de esclarecer a prática... é o único meio de terminar a revolução ocidental.” (*Apelo aos Conservadores*, pág. 4)

“Nenhuma sociedade se pode desenvolver e conservar sem um sacerdócio qualquer”. (*Catecismo Positivista*, pág. 296)

Marx dizia: O socialismo é científico porque prevê, porque estabelece a marcha e os fins gerais do movimento proletário.

Comte ponderava:

“Ciência, donde providência; providência, donde ação.” (*Filosofia*, pág. 62).

Marx dizia: O presente é a negação do passado, e o futuro será a negação do presente. O passado determinou o presente e este determinará o futuro.

Escrevia Comte:

“Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados necessariamente pelos mortos: tal é a lei fundamental da ordem humana. Os resultados materiais da cooperação humana dependem mais do concurso das gerações sucessivas que do concurso das famílias co-existentes.” (*Catecismo Positivista*, pag. 74)

## A INTERNACIONAL E A RELIGIÃO DA HUMANIDADE

XII. Marx visava a união dos proletários de todos os países, sob a Internacional, associação que fundou em 1864.

Comte pretendia essa mesma união sob a religião da Humanidade.

Dizia ele:

“Mesmo sob o egoísmo cristão que ditava ao duro S. Pedro a máxima característica: consideremo-nos sobre a Terra como estrangeiros ou exilados, vemos já o admirável S. Paulo antecipar, pelo sentimento, a concepção da Humanidade, nesta imagem tocante:

“Nós somos todos membros uns dos outros.” (pág. 76)

Era também internacionalista: desejou que os árabes houvessem expulsado os franceses da Argélia e os espanhóis os exércitos de Napoleão.

E dizia ainda: “Todas as fortalezas, como Gibraltar e Sebastopol, destinadas a fechar os mares circunscritos, devem certamente desaparecer”. (*Apelo aos Conservadores*, pág. XIX)

#### A INFLEXIBILIDADE DOS PRINCÍPIOS

XIII. A Internacional foi fundada com o objetivo de reunir sob sua bandeira não só os marxistas como as demais tendências socialistas e semi-socialistas então existentes. Daí a linguagem de seus estatutos e de seu manifesto inaugural, menos vibrante que a anterior do *Manifesto comunista*.

Explicando esse passo, escrevia Marx a Engels:

“Era difícil exprimir nossas concepções sob uma forma aceitável para o estado atual do movimento operário. Temos de esperar até que o despertar do movimento nos permita a antiga vibração de nossa linguagem. O que é preciso é ser *fortiter in re, suaviter in modo* (firme no fundo, mas suave na forma).”

E uma das fórmulas preferidas de Augusto Comte era a seguinte: “conciliante de fato, inflexível em princípio” (*Catecismo Positivista*, pág. XIII).

#### A DIVISA DE UM E DE OUTRO

XIV. Divisa de um e de outro: *Homo sum: humani nihil a me alienum puto*. (Sou homem, e nada do que é humano me é estranho.)

Comte, no *Apelo aos Conservadores* (pág. 37), qualifica essa divisa de “admirável sentença” e Riazanov, um dos biógrafos de Marx, escreve:

“Quando se representa assim Marx [como herói], esquece-se de sua resposta àqueles que lhe perguntavam qual era sua divisa preferida: *Homo sum humani nihil a me alienum puto*”. (*Marx e Engels*, pág. 216)

Resumindo: De modo que Augusto Comte e Karl Marx tiveram os mesmos precursores, elaboraram suas doutrinas quase ao mesmo tempo, e chegaram, em linhas gerais, às mesmas conclusões:

Materialismo individual;



Materialismo econômico ou social;

Materialismo dialético ou luta de classes;

Ditadura do proletariado;

Transformação da propriedade privada em propriedade coletiva ou social;

Apoio e restrições ao comunismo utópico;

A subordinação da prática à teoria, da classe ao partido, do temporal ao espiritual, da ação à orientação;

A União, e não a divisão dos homens, não a exploração de uns pelos outros.

*Conclusão: Quanto ao diagnóstico da moléstia social, era perfeito o acordo entre Marx e Comte.*

.....

## Capítulo II

*A divergência fundamental entre Augusto Comte e Marx.*

**A**QUELES os pontos de contato entre um e outro. Mas, afinal, haveria de se manifestar profunda divergência entre eles.

Vamos explicá-lo.

Há a considerar na vida de Augusto Comte duas fases distintas: a primeira, de 1822 a 1842, quando terminou o último volume de sua obra fundamental, a *Filosofia Positiva*; a segunda, de 16 de maio de 1845 ao seu falecimento em 5 de setembro de 1857.

PRIMEIRA FASE: Fora infelicíssimo no seu lar. Esposara uma mulher decaída e esta, em sua companhia, ao invés de se reabilitar, continuou levando a mesma vida que antes levava, a ponto de, por vezes, o abandonar. Ela o abandonava e ele de novo a recebia. A última vez que ela o fez, foi a 5 de agosto de 1842, quando ele resolveu não mais recebê-la. E, treze dias depois, concluía seu *Sistema de Filosofia Positiva*.

Foi, pois, em meio dos maiores tormentos morais, com o coração verdadeiramente oprimido, que ele pôde elaborar sua fundação filosófica.

SEGUNDA FASE: Depois, porém, seu coração se desoprimia. Começou a viver outra vida. Em outubro de 1844, conhecera Clotilde de Vaux, e, em fevereiro do ano seguinte, cedia à paixão que ela lhe despertara, não só pelo seu gênio, sua ternura e pureza, como talvez sobretudo pela sua mocidade e beleza.

Sim, talvez, sobretudo pela sua mocidade e beleza.

Antes havia conhecido Sophia Germain que era, igualmente, tipo raro de gênio, ternura e pureza, mas faltavam-lhe mocidade e beleza, e sem tais requisitos ele não a quis fazer padroeira de sua definitiva construção.

Era o que ele próprio informava a Clotilde nesta íntima expansão: Felicitai-vos, pois, minha nobre e terna Clotilde, de que vosso belo porvir se apoie solidamente sobre perfeição moral tanto mais segura quanto temeis espontaneamente sua alteração involutária... Essa aliança, única decisiva, da pureza moral com a superioridade mental não se realizou, em nossos dias, senão na ilustre mulher de quem vos convidei a ler eminente opúsculo (Sophia Germain), mas deplorável imperfeição física devia então neutralizar muito o ascendente natural de tal conjunto, cujo inteiro valor, segundo espero, vos está reservado, fazer enfim sentir dignamente”. (*Correspondência*. Carta 161<sup>a</sup>)

Prezava muito a perfeição, a beleza e a mocidade. Ele dizia que o símbolo representativo da humanidade devia ser “uma mulher de trinta anos tendo seu filho nos braços”, (*Catecismo*, pág. 145) e não permitia “sem graves motivos, o casamento além de trinta e cinco anos no homem e de vinte e oito na mulher”. (*Política Positiva*, tomo IV, pág. 127).

Nesta segunda fase, edificava o que chamou sua construção religiosa.

Mudando de mulher ou de afeição, mudou radicalmente de opinião quanto ao modo por que se há de operar a reorganização social.

Sua fundação filosófica difere fundamentalmente da sua construção religiosa.

Elaborações diferentes haveriam de oferecer como de fato ofereceram, tratamentos diferentes àquela reorganização. E sua obra passava a ser contraditória. Ora era essencialmente intelectual, positiva, materialista; aí, partia da inteligência, da ciência; ora essencialmente afe-

tiva, moral, idealista; aí, partia do sentimento, da religião. Se, por um lado, dizia que “os fenômenos mais nobres estão por toda parte subordinados aos mais grosseiros, sempre mais simples e mais regulares” (*Catecismo Positivista*, pág. 209), que, com a reforma destes últimos, é que há a reforma de nossas idéias e sentimentos, por outro, pretendia o inverso. Pretendia, primeiro, a reforma de nossos sentimentos, depois, a de nossas idéias e, afinal, aquelas dos fenômenos mais grosseiros. Ora, partia de baixo para cima, do objetivo para o subjetivo; ora, de cima para baixo. Ora, era materialista; ora, idealista.

VARIANDO. Para alcançar aquela finalidade, variava quanto ao processo, quanto ao método que recomendava.

Ouçamo-lo: “A moléstia ocidental exige um tratamento mais afetivo do que intelectual. Posto que os positivistas tivessem primeiro de subir da fé ao amor, devem eles daqui por diante, preferir a marcha, “mais rápida e mais eficaz, que desce do amor à fé. O sentimento, estando menos perturbado que a inteligência, é dele sobretudo que dependerá o restabelecimento da ordem ocidental. Só o coração é capaz de completar e consolidar as convicções do espírito. Uma carreira voltada, desde seu início, à reorganização espiritual, foi, em tempo oportuno, completada pela íntima regeneração proveniente da influência feminina, por intermédio de um tipo angélico, que a morte consolida e desenvolve.” (Circular de 15 de janeiro de 1855, págs. XXIX e XXX).

Explicando por que sua primeira elaboração, terminada em 1842, não podia “tornar-se verdadeiramente satisfatória”, dizia ele que seu “defeito provinha da insuficiência de uma síntese que abraçava então a inteligência e a atividade, sem compreender o sentimento, única fonte da verdadeira unidade”. (*Apelo aos Conservadores*, pág. 13).

E acrescentava: “Já expliquei suficientemente, no prefácio geral de minha *Política Positiva*, o fatal concurso de influências excepcionais que privou meu coração de digno cultivo até a idade de minha plena natureza. Mas, em 1845, enquanto preparava minha segunda elaboração, tive, enfim, a ventura de sofrer convenientemente o único impulso que podia colocar-me ao nível de minha principal missão. Uma santa união, que se tornou fatalmente subjetiva após um ano apenas, produziu uma regeneração moral cuja reação mental ficou plenamente caracterizada

pela dedicatória excepcional que escrevi em outubro de 1846, à colega angélica que eu perdera objetivamente seis meses antes” (pág. 16).

FUNDAÇÃO FILOSÓFICA: Na sua fundação filosófica, o fundamental, o principal era a ciência.

Dizia ele: “Em resumo, ciência, donde, providência; providência donde ação: tal é a formula simplíssima que exprime de maneira exata a relação geral da ciência e da arte tomando essas duas expressões na sua acepção total” (*Filosofia*, pág. 62)

Então firmava ele estas sentenças: “Tudo é relativo eis o único princípio absoluto. Saber para prever a fim de prover.”

Então fazia ele a felicidade humana a reorganização da sociedade depender da ciência do desenvolvimento da inteligência. Sua doutrina podia ser assim exposta: Sabendo podemos prever e prevenido saberemos prover; conhecendo as leis naturais que regem a sociedade não mais a subverteremos mas ao contrário a respeitaremos escrupulosamente o que determinará nossa regeneração; tal era sua síntese final, síntese que abraçava assim “a inteligência e a atividade sem compreender o sentimento”.

Então ele ainda não acreditava propriamente no amor. E nele não acreditando dirigia-se nestes termos a Valat: “Tu percebes que não falo senão das ligações (*atchements*) de homem a homem as únicas verdadeiramente duráveis as únicas nas quais a simpatia pode ser inteira e que desgraçadamente são de ordinário as mãos raras.” (Carta de 16 de novembro de 1825, nova meses depois do seu casamento).

E a Stuart Mill: “Penso que a plenitude das simpatias humanas não pode existir senão entre dois homens eminentes cuja moralidade é assaz poderosa para conter qualquer grave impulso de rivalidade; esse gênero de acordo me parece bem superior àquilo que jamais se pode obter de um sexo a outro”. (*Cartas a Stuart Mill*, 1843, págs. 175 e 176).

Então ele assim se pronunciava a respeito da mulher: “A biologia positiva tende finalmente a representar o sexo feminino principalmente na nossa espécie como necessariamente constituído comparativamente ao outro em uma situação de estado de infância contínua, que o afasta mais sob os mais importantes aspectos do tipo ideal de raça. É incontestável com efeito... que as mulheres são em geral tão superiores

aos homens por maior surto espontâneo da simpatia e da sociabilidade quanto lhes são inferiores pela inteligência e a razão” (*Filosofia*. Tomo IV, págs. 570 a 574).

CONSTRUÇÃO RELIGIOSA. Na sua construção religiosa erigia em “dogma fundamental a um tempo filosófico e político a preponderância contínua do coração sobre o espírito” (*Política Positiva* tomo IV, pág 12).

A 16 de maio 1845, com surpresa da família de Clotilde ele inopinadamente exclamava: “Não se pode pensar sempre mas se pode amar sempre”, julgamento que completado se tornou a divisa especial daquela sua construção.

Em 1846 já ele não mais sustentava, como em 1825, que “as ligações de homem pra homem” são “as únicas completas, as únicas verdadeiramente duráveis, as únicas nas quais a simpatia pode ser inteira”. Agora quão diverso é seu modo de encarar essa questão! Agora não mais compreende a perfeita amizade senão na união conjugal. Assim é que comunica a Clotilde:

“...Com efeito é somente entre os dois sexos e em virtude de sua diversidade característica primeiro natural, depois civil, que pode existir habitualmente inteira ligação. No mesmo sexo, a amizade fica quase sempre exposta a inevitáveis rivalidades que lhe alteram a segurança antes de lhe corromper a pureza. A concorrência não pode totalmente desaparecer senão de um sexo para o outro, para dar lugar, por sua união ao mais doce concurso resultante de espontânea tendência de seus meios respectivos a seu fim comum. Que é na verdade o sentimento conjugal senão a verdadeira amizade consolidada e embelezada por incomparável posse mútua?” (*Vida de Augusto Comte*, Robinet, pág. 223).

Agora ele reconhece a suprema dignidade da mulher sobre o homem. Agora renegava sua fundação filosófica.

Escrevia ao dr. J. Audiffrent, seu discípulo:

“Sua glorificação moral [de Clotilde] está irrevogavelmente ligada à convicção intelectual da incontestável superioridade da minha política sobre a minha filosofia. A fim de melhor medir sua preeminência decisiva reli especialmente nestes dias a melhor parte da *Filosofia Positivista* isto é os três capítulos extremos das conclusões gerais, que não vira há mais de quinze anos.

“Além de sua segidão moral que me faz imediatamente ler um canto de Ariosto para me reerguer, senti profundamente sua inferioridade mental em relação ao verdadeiro ponto de vista filosófica em que o coração me estabeleceu plenamente.

“Nenhum pensador digno poderá agora reconhecer tal contraste, nem, conseqüentemente, esquecer a angélica influência que o produziu, em virtude de uma filiação cujas fases essenciais são todas nitidamente apreciáveis.

Não poderia nunca achar melhor ocasião de vos comunicar o juízo final que minhas biografias consagrarão, mas que já circula, há seis meses, entre os meus discípulos parisienses. Consiste ele em que, conquanto devesse processar e mesmo escrever o curso de Filosofia Positiva, não devia publicá-lo, salvo no fim de minha carreira, a título de puro documento histórico, com o meu volume pessoal, em 1864. A preparação que ela realizou me era realmente indispensável, mas podia e devia evitá-lo ao público, no qual a marcha do positivismo teria certamente sido mais firme e mais rápida, se não me tivesse diretamente manifestado senão pela minha *Política Positiva*, depois de minha regeneração moral, de maneira plenamente conforme ao principal espírito de meus opúsculos fundamentais, diretamente dirigidos para a minha destinação social, sem suscitar uma estação intelectual que faz agora surgir, sobretudo na Inglaterra, graves obstáculos à nossa instalação religiosa.”

Agora, demasiado no amor, na sociabilidade, no altruísmo, sua adoração por Clotilde o levava a estes pensamentos: “não se pode pensar sempre, mas se pode amar sempre. Cansamos de pensar; e até de agir cansamos; somente amar não cansa e repetir que amamos.

“Agir por afeição, e pensar para agir. O Amor por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim. O Amor procura a Ordem e impele para o Progresso; o Progresso desenvolve a Ordem e reconduz para o Amor.”

Agora, propõe, para a reorganização social, a seguinte solução:

“o conjunto das indicações precedentes conduz a definir exatamente a principal diferença prática entre a política dos positivistas e a dos comunistas ou socialistas. Todas as escolas renovadoras concordam, hoje, em se ocupar sobretudo do povo, para incorporá-lo dignamente à sociedade moderna, que, desde o fim da Idade Média (fim do XIII século), prepara a sua constituição normal, de outro lado, o trabalho regular, igualmente digno de sistematização. Eis tudo o que o positivismo oferece de verdadeiramente comum com as nossas diversas doutrinas progressistas. Mas ele destingue-se profundamente de todas pela sua maneira de conceber

e de realizar essa dupla organização (da educação e de trabalho). Ele considera a segunda sistematização (a do trabalho), como necessariamente fundada na primeira (na educação), ao passo que até aqui se as supõem simultâneas, ou melhor se procura regular o trabalho antes de se constituir a educação.” (*Política Positivista*, págs. 169 e 170).

Logo, o problema do trabalho depende da educação.

A EDUCAÇÃO. Que entende ele por Educação? Em fazer prevalecer o sentimento sobre a inteligência e a atividade, em nos dispormos todos a viver para outrem. Quando todos voluntariamente se dispuserem a viver uns para os outros, haverá *educação*, e, com ela, cessarão as lutas de classe, entre a burguesia e o proletariado, e, cessado essas lutas haverá organização do trabalho, sob moldes não mais da individualização, e sim da socialização da propriedade. Esta última das últimas concepções de Augusto Comte.

Explicamo-la de modo mais amplo: Ele divide a história da civilização em três épocas distintas: primeira, a teocracia inicial ou oriental; segunda, a transição grega, romana e católica feudal; terceira, a época contemporânea.

E prossegue: A teocracia cultivou simultaneamente a inteligência, a atividade e o sentimento. Depois, se desenvolveu cada uma dessas três fases de nossa existência à custa das outras duas. Primeiro, foi à inteligência na Grécia: depois, a atividade em Roma: e, por fim, o sentimento na Idade Média. No século XI começou o declínio que terminou no século XIII, do catolicismo, do sentimento. Vieram os tempos modernos, e, de novo, se desenvolveram a inteligência e a atividade. Tal qual como nos períodos gregos e romanos. E uma e outra, como nesses períodos, estão não abaixo, mas acima do sentimento, o que não é um bem, mas é um mal ...

Não basta a inteligência e a atividade. São insuficientes. É necessário como que nova Idade Média. E esta tem não como sacrificar como aquela mas de conciliar radicalmente a cultura do sentimento com a da inteligência e da atividade. Nos tempos modernos se tem de dar o mesmo que no passado. Como, neste, depois da preeminência da inteligência e da atividade, terá de haver a do sentimento. Enquanto não houver uma doutrina como foi o catolicismo no Ocidente, do quinto aos fins do XIII século, aceita por todos, prescrevendo os deveres de todos,



enquanto não houver nosso aperfeiçoamento moral, enquanto não houver nosso sentimento, enquanto, o altruísmo não prevalecer sobre o egoísmo, enquanto, não nos dispusermos a viver para outrem, não haverá ordem moral, isto é, não desaparecerá a anarquia presente, não haverá a revolução proletária, não cessarão os conflitos entre patrões e operários, a miséria humana persistirá. Só à proporção que se for implantando aquela ordem, é que o operário se irá incorporando à sociedade.

NOVA RELIGIÃO. Augusto Comte faz o elogio da Idade Média, dizendo que o duplo programa desta consistia de um lado, em separar os dois poderes sociais (o espiritual e o temporal), separação que, conduziu populações, temporalmente independentes, a formarem verdadeira comunidade mediante laços puramente espirituais, e, de outro lado, em proclamar a preeminência do sentimento sobre a atividade como sobre a inteligência, o que veio concorrer para aquela mesma comunidade. Para ele, os problemas de nosso tempo ainda são aqueles, em sua essência, aquela separação e esta preeminência.

Por isso, diz ele:

“Essa admirável transição [a Idade Média].. esboçou sob cada grande aspecto, a verdadeira ordem humana, tanto temporal como espiritual, conforme o permitiam então a doutrina e a situação. Nestas condições, ao positivismo só resta agora retomar o conjunto do programa da Idade Média, para realizá-lo dignamente, mediante melhor fé, combinada com uma atividade mais favorável”. (*Catecismo Positivista*, pág. 427).

Joseph de Maistre havia dito:

“Ou vai formar-se nova religião ou o cristianismo será rejuvenescido por algum meio extraordinário...

“Não mais há religião na Terra: o gênero humano não pode continuar neste estado... Tudo anuncia não sei que grande unidade para a qual caminhamos a grandes passos.”

Ponderava Augusto Comte: Não mais há religião na Terra... O gênero humano não pode continuar neste estado... Tem de surgir um S. Paulo mais adiantado. Tem de ser fundada nova religião.

E ele se encarregou dessa tarefa. Foi o novo S. Paulo. Partindo do catolicismo, fundou a religião positiva, a religião da Humanidade.

Em que consiste essa religião

Ele o esclarece, dizendo:

“Trata-se, sobretudo, no fundo, de incorporar ao positivismo, com melhoramentos radicais, tudo que o sistema católico da Idade Média pôde realizar, ou mesmo esboçar, de grande ou de terno” (Carta a Clotilde, 5 de agosto de 1845).

“Entre as almas verdadeiramente regeneradas a religião positiva é diretamente destinada a regular a vida humana tanto privada como pública, fazendo convenientemente prevalecer o sentimento sobre a inteligência e a atividade. Nós não diferemos dos católicos senão em que nossa unidade se refere à Humanidade, ao passo que a deles se refere a Deus” (Carta a seu pai, 26 de janeiro de 1857).

E ele conjecturava. Com a religião da humanidade o egoísmo será dominado pelo altruísmo ou amor, e este dominará ainda a inteligência e atividade. Havendo esse domínio, está encontrada a solução social. Havendo amor, o mais será fácil. Só carecemos de amor, mais amor, para conseguir o termo de nossas infelicidades.

Por enquanto, “muitos homens estimáveis não gozam ainda da propriedade de seus móveis mais usuais, e alguns nem sequer têm a do seu vestuário”. (*Catecismo Positivista*, pág. 369), e “quanto ao domicílio, a maioria dos proletários está antes acampada do que alojada, em nossas cidades anárquicas” (“,”). Por enquanto, “dos três pensadores simpáticos que caracterizam nossa verdadeira constituição cerebral (o apego, a veneração e a bondade), os dois extremos estão muito enfraquecidos, e o médio quais extinto na maior parte dos homens, que tomam parte ativa na agitação ocidental”. (“,” pág. 23). Por enquanto “por toda parte prevalecem as naturezas mais (“,” pág. 24). Mas não desanimem os que sofrem. Antes, suportem com resignação todos seus sofrimentos.

A religião da humanidade haverá de conquistar a adesão dos corações devotados, há de chegar o reino do amor. O essencial não é viver e fazer viver, e, sim, viver para outrem e contribuir para esse resultado. O essencial é estabelecer esta norma de ação. Ela está estabelecida pela nossa religião. Seus sacerdotes terão grande influência sobre os capitalistas. Acabarão restando o egoísmo destes; e entraremos decisivamente no regime do apego, da veneração e da bondade, ou melhor, do altruísmo, do amor.

Até aqui, os operários têm vivido para os capitalistas e os capitalistas não vivem para os operários. Então, não mais se dará isso: os

capitalistas viverão igualmente para os operários. Todos viverão, portanto, para outrem. Esse regime ainda não veio. O proletariado continua fora da sociedade. Sua situação é tão ou mais precária que anteriormente. Mais virá.

Dizia Joseph de Maistre:

“Essa conjectura não será repelida desdenhosamente senão por esses homens de vistas curtas que só creem possível o que estão vendo: Que homem da Antiguidade teria podido prever o cristianismo? E que homem estranho a essa religião teria podido, no começo dela, prever seu sucesso? Plínio, como está provado pela sua famosa carta a Trajano, não tinha a mínima ideia desse gigante de que não viu senão a infância.

E Augusto Comte argumentava:

O cristianismo levou cinco séculos para penetrar no coração dos homens. Por outro lado, Aristóteles foi tão superior ao seu tempo, que só pôde ser apreciado na Idade Média.

Esses antecedentes nos autorizam a confiar no triunfo, afinal, da religião da humanidade. Até lá, temos não de nos vingar dos maus, mas de ter piedade deles. “Os maus carecem, muitas vezes, mais de piedade, do que os bons” (Máxima de Clotilde de Vaux). Até lá, temos de nos convencer que “amar ainda é melhor do que ser amado”. Temos de trazer o coração “cheio mesmo de dor, sim, mesmo de dor, da mais amarga dor”, e não nos revoltar. É preciso dar tempo ao tempo para que haja a subordinação do egoísmo ao altruísmo, para que preveleça espontaneamente o sentimento sobre a inteligência.

Haverá aquela subordinação logo que todos tenham os mesmos sentimentos, as mesmas ideias e opiniões. Depois que todos tiverem os mesmos sentimentos, as mesmas ideias e opiniões, uniformidade que será estabelecida pela religião da humanidade, então, sim, será possível dar nova organização, será consequência daquela geral remodelação espiritual. A sistematização do trabalho está necessariamente fundada na sistematização da educação. Pretender “regular o trabalho antes de constituir a educação” ainda redundante, no fundo, em tentar a reorganização temporal independentemente da espiritual”. (*Política Positiva*, tomo I, pag. 170).

Precisamos, pois, dizia ele, de uma espécie de nova Idade Média melhorada. Precisamos de uma síntese como foi aquela, no Ociden-

te, do quinto ao décimo terceiro século, aceita por todos, prescrevendo os deveres de todos e mais aperfeiçoada do que aquela.

Havendo essa síntese, haverá mais do que houve então, não só a separação daqueles dois poderes, como o domínio do sentimento sobre a inteligência e atividade e a questão social poderá assim resolver-se pacificamente como então se resolveu a abolição da escravidão.

E concluía: se houve esse exemplo no passado, não é demais que ele se reproduza, em moldes mais amplos no presente, dada a subordinação cada vez mais acentuada da solidariedade à continuidade, isto é, do mesmo presente ao mesmo passado, “porquanto os resultados materiais da cooperação humana depedem mais do concurso das gerações sucessivas que do concurso das famílias coexistentes”. (*Catecismo Positivista*, pág. 249).

Esta, em síntese, a construção religiosa de Augusto Comte.

*Conclusão: Quanto à terapêutica da moléstia social, Marx e Comte discordavam.*

.....

## Capítulo III

*A crítica marxista.*

**A** ESSA construção, os marxistas opõem argumentos que podem ser assim condensados:

A verdade é que, nem mesmo na Idade Média, se verificou aquela solução: primeiro, a sistematização da educação; e, depois, a sistematização do trabalho. O que ali se verificou foi justamente o contrário disto. Foi, primeiro, a sistematização do trabalho e, depois a sistematização da educação. Foi, primeiro, a transformação material, e, depois, a intelectual, o monoteísmo em substituição ao politeísmo. E o monoteísmo, pregando como pregava o amor fazia-o não para modificar a ordem que se estabelecia, mas para consolidar essa ordem. Era pela sua natureza conservador. Só não era, só era reformador, em relação à sociedade extinta. Estava não contra, mas ao serviço do regime feudal. Não fora ele que criara esse regime, mas esse regime que o criara. E um e outro não foram criados pelo amor, mas pelo desenvolvimento da matéria, das condições de produção.

“A produção intelectual, se transforma com a produção material. Quando o mundo antigo declinava, as velhas religiões foram vencidas pela religião cristã; quando, no século XVIII, as ideias cristãs cederam lugar às ideias filosóficas, a sociedade feudal travava sua última batalha

contra a burguesia, então revolucionária. As ideias de liberdade religiosa e de liberdade de consciência não mais fizeram que proclamar o reino da livre concorrência no domínio do conhecimento. (*Manifesto Comunista*, págs. 28 e 29).

Mas não somos nós, os marxistas, os únicos a afirmar que, na Idade Média, foi a transformação do modo de produção que originou a transformação da produção intelectual e sentimental. Também o afirmam os próprios positivistas. Também o afirma o próprio Augusto Comte, neste caso em contradição consigo mesmo. Em contradição consigo mesmo, porque, se, por um lado, diz que “a síntese da Idade Média afastou a contemplação como ação - (a inteligência como atividade), para se limitar à afeição’ (“, pág. 417); se diz ter então havido o domínio da mesma afeição sobre aqueles dois outros elementos da constituição humana; por outro lado, diz igualmente que aquela síntese compreendeu o catolicismo e a feudalidade. Repitamo-lo: o catolicismo e a feudalidade.

Di-lo nestes termos:

“Não esqueçamos nunca que os progressos quaisquer da Idade Média foram sempre devidos ao concurso necessário entre os dois elementos que cumpre sem cessar combinar aí, o catolicismo e a feudalidade” (*Catecismo Positivista*, pág. 427).

E, o que é principal, diz que aquele domínio foi mais consequência desta feudalidade do que daquele catolicismo ou poder espiritual.

Diz que aquela prestou à mesma civilização estes serviços:

1º – suprimiu a guerra universal, transformando-a de conquistadora que era, em guerra defensiva, sob a ação da cavalaria;

2º – estabeleceu um governo verdadeiramente local em lugar do império centralizado;

3º – aboliu a escravidão, substituindo-a pela servidão, e acabou também abolindo esta, firmando a liberdade do trabalho.

– A feudalidade, o modo de produção feudal, fez tudo isso e o catolicismo nada mais fez do que homologar essa tríplice tendência econômica e política.

Augusto Comte di-lo categoricamente em passagens como as seguintes:

“O estado feudal, atribuído indevidamente às invasões germânicas, foi também consequência necessária do regime romano, que no fim atendeu para ali espontaneamente. (Era o aspecto material que produzia o social e intelectual.) De fato, a extensão do Império transformou dentro de pouco a conquista em defesa. Ora, os outros dois caracteres políticos da Idade Media resultam necessariamente dessa transformação principal. (Era ainda o aspecto material que produzia o social e o intelectual.) De um lado, ela mudou gradualmente a escravidão em servidão, depois de ter naturalmente restringido o tráfico ao interior do mundo romano. Ao mesmo tempo, ela decompôs cada vez mais o domínio central em autoridades locais, encarregadas cada uma de parcial defesa, e cuja subordinação hierárquica constituiu a feudalidade propriamente dita. O catolicismo não fez senão sancionar espontaneamente esta tríplice tendência política (temporal), recomendando a paz, a emancipação e a submissão. (A reconstrução temporal precedia a espiritual. Esta não fazia senão sancionar aquela.) Mas foi ele (o catolicismo) então o digno órgão dos sentimentos inspirados pela situação ocidental, os quais não devem ser atribuídos à sua doutrina, que amiúde serviu depois para conseguir disposições inteiramente opostas em virtude de seu caráter vago e mesmo anti-social. Ele contribuiu muito menos que o feudalismo (o espiritual contribuiu muito menos que o temporal), quer para a abolição primeiro urbana, depois rural, da escravidão ocidental, quer para a emancipação feminina.... Em toda a igreja ele ainda consagra a reclusão das mulheres, a servidão dos trabalhadores, que só os czares vão modificando... A influência feudal, que não tem hoje defensores especiais, é injustamente sacrificada nestas apreciações históricas à participação católica, única estudada pela escola retrógrada.” (*Catecismo Positivista*, 418 e 419).

SINTETIZANDO: O estado feudal consequência necessária do regime romano. Sua tendência à paz, à emancipação e à submissão. O catolicismo não fez senão sancionar esta tríplice tendência. Porque nesta tríplice tendência se baseava a feudalidade, foi que nela igualmente se baseou o catolicismo. Havia a reconstrução temporal e, porque havia essa reconstrução, é que igualmente havia a espiritual .

É exato que, então, São Paulo assim se pronunciava:

“Se eu falar as línguas dos homens e dos anjos, e não tiver amor, sou como o metal que soa ou como o sino que tine. E, se eu tiver o dom da profecia, e conhecer todos os sistemas e quanto se pode saber, e se estiver toda a fé, até o ponto de transportar montanhas, e não tiver amor, nada sou. E, se eu distribuir todos os meus bens no sustento dos pobres, e se entregar meu corpo para ser queimado, se todavia não tiver amor, nada disto me aproveita. O amor nunca há de acabar: ou deixem de ter lugar as profe-

cias, ou cessem as línguas, ou seja abolida a ciência. Agora, pois, permanecem estas três virtudes: a fé, a esperança e o amor: porém, a maior delas, é o amor”. (Primeira epístola aos coríntios, cap. XIII).

“Submetei-vos uns aos outros pelo amor” (Epístola aos coríntios). “Sendo livre para com todos, me fiz servo de todos.” (Epístola aos coríntios). “Fiz-me tudo para todos.” (“).

Mas se havia a paz, a emancipação e a submissão, se havia a abolição da servidão, isto se dava não porque a doutrina do Amor fundada por São Paulo estava então unanimemente aceita, mas porque aquilo e não coisa diferente, era precisamente que convinha ao próprio interesse da política então dominante.

Era a solução material que influía sobre a espiritual, e não o inverso. E à proporção que aquela se modificava ou evoluía, esta igualmente se modificava ou evoluía. Dali porque a Igreja haveria de ser primeiramente democrática, depois autocrática e finalmente monárquica. E também se houve a comunidade de populações, temporalmente independentes, essa comunidade, por sua vez, não se verificou porque todos tivessem os mesmos sentimentos, as mesmas ideias e opiniões, não se verificou pela educação, mas pela força, não se verificou pacificamente, ou pelo amor, mas pelas armas.

Foi assim que Carlos Magno fundou a chamada República ocidental cristã; foi assim que ele incorporou a Alemanha à civilização ocidental. Foi assim que Alfredo o grande, formou e civilizou a Inglaterra. Foi assim que Oton, o grande, cristianizou a Dinamarca, a Polónia e a Boêmia. Foi ainda assim que o monoteísmo católico procurou absorver o monoteísmo islâmico. Todos partindo de baixo para cima e não de cima para baixo.

Os mais fortes subjugavam os mais fracos, e lhes impunham seu modo de produção e sua organização social, política e intelectual. Por esse processo é que pôde haver até certo ponto aquela comunidade; não fora ele, e tal comunidade não teria existido. Ela, antes de ser espiritual, fora temporal.

De modo que o passado, a Idade Média, não autoriza o sistema proposto por Augusto Comte, da sistematização da educação para a sistematização do trabalho. Ao contrário, desautoriza esse sistema ou método, e quem o proclama é o próprio fundador da Religião da Humanidade.



IDEALISMO. Comte diz: “Minha síntese resulta de minha Política, como esta de minha Filosofia” (*Síntese*, pág. 2).

Respondem-lhe os marxistas: Não. Sua filosofia é positiva, é determinista, e sua Política e sua Síntese, metafísicas, idealistas. Na Filosofia, você submete o abstrato ao concreto, a dedução à indução, a meditação à contemplação, o subjetivo ao objetivo, a inteligência ao fato, o homem ao mundo, as vontades, o livre-arbítrio, às leis naturais. Na Política e na Síntese você sobrepõe aquelas vontades a essas leis, o desejo à realidade. Numa, você diz que “os fenômenos mais nobres estão por toda parte subordinados aos mais grosseiros, sempre mais simples e mais regulares”. E, nas outras, se propõe a subordinar estes fenômenos mais grosseiros àqueles mais nobres. Numa, você é a ciência, e, nas outras, a religião. Numa, você diz à maneira de Marx que “a produção intelectual se transforma com a produção material”, e, nas outras, afirma que são os sentimentos que determinam o modo de produção da vida material e o processo social e político da vida.

Numa, você é o fato: parte de fora para dentro; e, nas outras: o racional, parte de dentro para fora. Numa, você é a filosofia do século XIX; mas outras, a filosofia do século XVIII. Você ora admite o direito de insurreição, ora o renega. Ora, avança, ora retrograda. Sua Síntese e sua Política estão em contradição com sua filosofia. Nesta você diz que o que os homens sentem e pensam e o resultado do aparelhamento material: a imprensa, os telégrafos, os telefones, as locomotivas, etc. E, naquelas, você condiciona esse aparelhamento ao que eles possam sentir e pensar. Você, ora segue de baixo para cima, ora de cima para baixo, ora dos alicerces para a cúpula, ora da cúpula para os alicerces. Você não é monísta, mas dualista. O dualismo é conservador. O monismo destruidor e construtor.

E argumentam: As ciências inferiores (a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia) podem a todos beneficiar, sem ser por todos conhecidas. Basta que o sejam por alguns. Também a questão social pode ser resolvida, sem que todos saibam resolvê-la. Basta tão-somente que alguns o saibam. Então, haverá a combinação destes três elementos: a teoria, a política e a economia, que levam à intensificação da luta de classes, e dessa intensificação, à ditadura do proletariado. Só de-

pois dessa ditadura, isto é, só depois de nova organização temporal, é que poderá haver nova organização mental para todos ou geral.

O caminho a seguir é este e somente este: reorganização espiritual para alguns (teoria), revolução ou ditadura do proletariado (prática), reorganização espiritual geral (efeito). Antes da reorganização temporal só pode haver a reorganização espiritual parcial. A reorganização espiritual geral terá de ser consequência daquela reorganização temporal. A produção intelectual em geral só se transforma com a transformação da produção material. As ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante dessa época. Enquanto não for destruída pela força a burguesia serão suas ideias, e não outras, que dominarão. Portanto, para o domínio dessas outras ideias, é imprescindível a destruição pela força da mesma burguesia. Só quando houver uma sociedade sem classes e sem antagonismos de classes, é que poderá haver igualmente uma só doutrina aceita por todos, uma só educação. E só então é que os fenômenos mais grosseiros deixarão de prevalecer sobre os mais nobres, cessando, por assim dizer, de haver tal distinção de fenômenos.

CONFRONTANDO. Marx e Comte saíram do materialismo ou realismo. Um se conservou sempre realista e o outro, malgrado seu realismo, é sobretudo idealista.

Até certa altura, os dois como que caminharam de mãos dadas. Dessa altura em diante, haveria três caminhos a seguir o da direita, o da esquerda e o da linha reta. Comte seguiria o da direita, e Marx o da linha reta. O da esquerda só mais tarde haveria de ser seguido por Bakunine.

Resultado: Comte foi levado à utopia, ao sonho; Marx ao comunismo; e Bakunine à anarquia.

*Conclusão: Marx e Comte sé se separaram nisto, mas que é tudo: quanto ao “método”, ao modo por que se há de transformar a propriedade privada em coletiva.*

*Comte é, por assim dizer, “reformista”, e Marx, “revolucionário”.*



# LIVRO XII

## O spencerismo ou individualismo

“EU QUE, EM MEU PAÍS E NO ESTRANGEIRO, SEMPRE FUI CONSIDERADO COMO PORTA-ESTANDARTE DO INDIVIDUALISMO, NÃO POSSO DEIXAR DE ADMIRAR-ME DA AUDÁCIA DE QUEM QUER QUE TRATE DE SE SERVIR DE MEU NOME PARA SUSTENTAR O SOCIALISMO.” (H. SPENCER).



“UMA COISA É A OPINIÃO PESSOAL DE SPENCER; OUTRA, A CONSEQUÊNCIA LÓGICA DAS TEORIAS POSITIVAS SOBRE A EVOLUÇÃO UNIVERSAL QUE ELE DESENVOLVEU MAIS E MELHOR QUE QUALQUER OUTRO, MAS DE QUE NÃO TEM O MONOPÓLIO OFICIAL CONTRA A LIVRE EXPANSÃO QUE LHE PODE TRAZER O TRABALHO DE OUTROS PENSADORES.” (E. FERRI).



.....

## Capítulo I

*Spencer é contraditório.*

*A própria Inglaterra tem evoluído para uma “política de proteção e de assistência”.*

**C**ONTRA MARX E AUGUSTO COMTE, Spencer procuraria justificar o individualismo ou capitalismo pela ciência.

Todavia, há vários pontos de contacto entre os três. Assinalemo-los.

Spencer foi qualificado por Laugel, em artigo da *Revista dos Dois Mundos*, de discípulo de Augusto Comte. A esse artigo, ele respondeu em sua *Classificação das Ciências*, no capítulo intitulado: “Por que me separo de Augusto Comte”.

Nesse capítulo, diz ele que está de acordo com Augusto Comte no que este está de acordo com os pensadores que o precederam, mas dele diverge em pontos fundamentais. “Estou”, afirma ele, “inteiramente de acordo com Comte quanto às doutrinas fundamentais que são nossa herança comum, mas estou inteiramente em desacordo com ele, quanto aos princípios de sua filosofia própria e que a caracterizam”. (*Classificação das ciências*, trad. de F. Réthoré, Paris, pág. 110).

Spencer reduz a quatro os princípios gerais dessa herança comum que adaptou como Augusto Comte. São os seguintes:

Primeiro – *determinismo individual*.

Diz Spencer: “Todo conhecimento vem da experiência” (“pág. 103).

Diz Comte: Há “a subordinação contínua ao nossas construções subjetivas aos nossos materiais obtidos. O gênio de Aristoteles esboçou a noção geral de tal lei neste admirável apanhado: Nada lia no entendimento que não proviesse primeiro da sensação”.

Diz Marx: “não é a consciência dos homens que determina a realidade; é ao contrário, a realidade social que determina sua consciência”.

Segundo – *todo conhecimento é relativo*.

Diz Comte: “Não há nada de absoluto, tudo é relativo”.

Diz Spencer: “Todo conhecimento é relativo e só atinge os fenômenos”. (pág 104).

Diz Marx: “o comunismo anula as verdades eternas”. (Manifesto comunista pág 39).

Terceiro – *nada de entidades metafísicas*.

Diz Comte: “a metafísica não reconhece outra autoridade teórica senão a razão individual”; “pede a leis as soluções reservadas aos costumes”. (*Apelo aos Conservadores*, pág. XXVIII).

Diz Spencer: “Na explicação das diferentes classes de fenômenos não se deve recorrer a entidades metafísicas”. (“, pág. 105).

Diz Marx: “Quanto às acusações feitas aos comunistas em nome da religião, da filosofia e da ideologia em geral, não merecem exame aprofundado... A consciência do homem se modifica com toda mudança sobrevida em suas relações sociais, em sua existência social”. (“,pág. 28).

Quarto – *leis naturais*.

Diz Comte: “Também os fenômenos mais eminentes da inteligência a da sociabilidade” estão “sujeitos sempre as leis invariáveis, que ainda negam muitos espíritos cultivados”.

Diz Spencer: “Há entre os fenômenos do universo leis naturais, relações constantes e uniformes”. (“, página 106).

Diz Marx: “Na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”.

Tais os pontos de contato que, no referido capítulo, Spencer descobre entre sua doutrina e de Augusto Comte e que também, acrescentamos, o aproximam do marxismo.

Mas ainda estão de acordo, quanto ao materialismo econômico.

Diz Marx: “A produção intelectual se transforma com a produção material”.

Diz Comte: “Os fenômenos mais nobres estão por toda parte subordinados aos mais grosseiros”.

Diz Spencer: “O caráter nacional e o estado social determinam as ideias que devem ter curso; não são as ideias que têm curso que determinam o estado social e o caráter nacional”. (“, págs. 116 e 117).

Deles Spencer diverge nisto:

1º - quanto ao conceito de luta;

2º - quanto ao modo de encarar a evolução das sociedades;

*A luta* – Para ele, a luta se trava não entre classes, mas entre indivíduos, pertençam a esta ou àquela classe.

Esta luta dá lugar à sobrevivência dos mais aptos: ao *survival of the fittest*.

Diz que, sem essa luta pela existência, o homem não teria a organização biológica que tem, e, sob o ponto de vista social, ainda viveria em cavernas. Conclui, entretanto, que ela foi um bem, e hoje, é um mal.

*Evolução* – Marx e Comte dizem que evoluímos para a *concentração do poder e para a concentração da riqueza*.

Ele diz que não, que evoluímos para a *dispersão* de um e outra.

Sua lei de evolução que deu lugar à chamada *teoria orgânica da sociedade*, segundo a qual esta é como que um prolongamento do organismo biológico, ensina que tudo passa do estado *homogêneo* para o *heterogêneo*. Se evoluíssemos, diz ele, para a concentração do poder e da propriedade, evoluiríamos do *heterogêneo* para o *homogêneo*. O contrário é que é verdadeiro. Evoluímos do homogêneo para o heterogêneo. Uma sociedade é tanto mais perfeita quanto mais perfeita for a diferenciação de suas funções. Há no Estado várias espécies de funções: econômicas, morais, religiosas, científicas, etc. ele não deve exercer nenhuma dessas funções. Deve limitar-se a *garantir a vida e a propriedade das pessoas*. Havendo a concentração da propriedade, ele terá de exercer funções econômicas.



Esta distinção fundamental entre Marx e Augusto Comte, de um lado, e Spencer de outro.

Para Marx e Comte, caminhamos da *dispersão* para a *concentração*, do *individualismo* para o *socialismo*. Eles subordinam cada vez mais o indivíduo ao Estado.

Para Spencer, o verdadeiro é justamente o oposto. Ele opõe o indivíduo ao Estado. Quer aquele tanto quanto possível independente, livre da ação deste. Chama o socialismo o regime da *opressão*, e individualismo o regime da *liberdade*.

Diz ele:

“Segundo Comte a sociedade mais perfeita é aquela em que o governo atinge seu maior desenvolvimento; em que as funções distintas, muito mais que agora, são submetidas a uma regulamentação pública... em que a vida individual será subordinada em grande parte à vida social. Para mim, ao contrário, o ideal para o qual marcamos, é uma sociedade em que o governo será reduzido tanto quanto possível, e a liberdade aumentada quanto possível”. (“, pág. 121).

Para os marxistas, sua luta contra a burguesia é há um tempo, econômica e política. Eles visam reivindicações imediatas e econômicas e políticas, afinal estabelecendo a ditadura do proletariado e transformar a propriedade privada em coletiva. Estão convencidos, e os fatos o confirmam, que é à proporção que as sociedades vão progredindo, as fortunas se vão deslocando das mãos de muitos para apenas as de alguns, e que o número dos pobres, dos “sem-trabalho” vai cada vez mais aumentando.

Os spencerianos procuram tranquilizá-lo com palavras como estas :

“Com a doutrina socialista, haverá mais riqueza para maior número; mas menos riqueza para esse maior número... Se há poucos ricos, o problema é este: que haja muitos e que não haja menos e todo mundo seja pobre...”.

“Não têm razão os adeptos de Carlos Marx quando dizem que os ricos se tornam cada vez mais ricos, e os pobres mais pobres... Quanto mais prospera a indústria capitalista, melhor é a condição do operário...”

“Os socialistas supõem que para resolver a questão social é preciso suprimir a produção capitalista. É isto possível, visto como o capital é o

aspecto econômico de uma lei universal da natureza “. (*O Problema da miséria e os fenômenos econômicos naturais*, Novicow, págs. 206 a 215)...”.

O capital individual é o aspecto econômico de uma lei universal da natureza. Logo, não pode ser suprimido, e, quanto crescer, melhor será para o proletariado.

Tal a conclusão suprema de Spencer e seus continuadores.

Havendo conflitos entre operários e patrões, o Estado intervirá para garantir os bens e as pessoas destes porque esta é sua função precípua.

Spencer não acredita possa haver a harmonia, o conagraçamento humano.

Diz ele :

“Qualquer que seja a estrutura social, a natureza defeituosa dos cidadãos se manifestará... Não há alquimia política por meio da qual se possam transformar instintos de chumbo em conduta de ouro.”(*O indivíduo contra o Estado*, trad. de J. Gerschel, Paris, pág. 64).

Eis como os marxistas criticam o spencerismo ou individualismo:

a) – Se a luta pela vida foi um bem, deve-o ser ainda hoje. Seja como for, com o seu *survival of the fittest*, Spencer faz a apologia da luta, da dissociação e, depois, com sua lei de evolução, faz a apologia da associação. A princípio é por aquela luta, e, depois, manifesta-se a favor desta associação. Logo é contraditório.

b) – Spencer diz que a propriedade, como em tudo mais, se tem continuamente transformado, mas que, daqui por diante, não mais se transformará: ficará imutável. Se tudo se transforma, não é lógico que se opere essa imutabilidade da propriedade.

c) – O que se verifica é que, por toda parte, está havendo não só a concentração do poder, como a concentração de propriedade. Por toda parte, as ditaduras estão sucedendo as democracias e os Estados estão exercendo funções econômicas, mesmo aqueles que menos intervencionistas têm sido como a Inglaterra. E era o que o próprio Spencer, no *O indivíduo contra o Estado*, já verificou e contra o qual protestava. Fazia-o nestes termos:

“Quando digo, por exemplo, que em nossos dias, os conservadores e os liberais multiplicam as ingerências uns dos outros, indico nitidamente

minha opinião que, se os liberais se puseram a fazer leis coercitivas, os conservadores não deixaram de fazer outro tanto. O certo é que leis feitas pelos liberais aumentam as opressões e as restrições impostas aos cidadãos de modo excessivo que se produziu entre os conservadores, que sofrem dessas agressões, uma tendência a resistir às mesmas. A prova está em que a Liga pela Defesa da Liberdade e da Propriedade, composta em grande parte de conservadores, adaptou esta divisa: Individualismo versus Socialismo. De maneira que se a marcha atual das coisas continua pode realmente acontecer que se os *torjs* se tornem defensores das liberdades que os liberais calcam aos pés, procurando fazer o que eles creem ser a felicidade do povo“. (“pág. 25).

E mais adiante:

“Os jornalistas que se abstêm sempre de dizer o que poderia desagradar a seus leitores, segue em certo número aquela corrente e aumenta-lhe a força. As ingerências legislativas que eles outrora teriam condenado, agora as deixam em silêncio, quando delas não tomam defesa, e falam do *laissez faire* como de uma doutrina abolida... (pág. 48). As numerosas transformações operadas por atos do parlamento, juntas a muitas outras em via de se operar, produzirão breve o socialismo do Estado”. (pág. 50)

Era o próprio Spencer que reconhecia estarmos marchando não só do socialismo para o individualismo, mas do individualismo para o socialismo.

E ainda agora o sr. Vítor Viana, em estudo especial sobre a evolução doutrinária do “liberalismo inglês” e em particular das ideias do professor Hobhouse, chega à conclusão de que esse liberalismo “tem evoluído para uma política de proteção e de assistência”. (*Jornal do Comércio*, 14 de fevereiro de 1932).

Surgiu na Inglaterra em larga escala o problema dos sem-trabalho, e o orçamento do Estado está contribuindo para a manutenção de milhões de operários...

Mais se concentra a propriedade capitalista, maior é o número de pessoas pobres, maior é a miséria.

Nestas condições, estamos marchando não do socialismo para o individualismo, mas deste para aquele.

d) – A teoria orgânica é falha porque se baseia na associação e não na contradição. Nas sociedades o que há é contradição e não asso-

ciação. A teoria orgânica é a teoria da burguesia; é a teoria de Menenius Agripa desmentida pela luta de classes em todos os tempos.

“Certamente a sociedade tem qualquer coisa de comum com o organismo, mas tem também qualquer coisa de comum com o mecanismo... Não tendo nenhum desejo de perder nosso tempo com brincadeiras de crianças, nem procurar o que corresponde em uma sociedade, ao fígado, ao apêndice, ou que fenômeno social é expressão de certas doenças, somos obrigados a rejeitar *a priori* toda tentativa semelhante. Tanto mais quanto os partidários da teoria organicista estão prestes a cair em verdadeiro misticismo e representar a sociedade sob as formas de um animal imenso, mais ou menos no gênero da famosa baleia da fábula russa do *Pequeno cavalo corcunda*”. (*Materialismo Histórico*, Bukharine, trad. franc., pág. 87).

E de modo mais incisivo :

O fim utilitário da teoria “organística” se revela na fábula de Menenius Agripa, patricio romano, procurando acalmar os plebeus em revolta. Seus argumentos eram de ordem puramente “orgânica”.

Era preciso que as mãos não agissem contra a cabeça pois o corpo pereceria. O sentido social da teoria organicista é precisamente este: a classe dominante é a cabeça, os escravos e os operários são os braços e as pernas, e, diz ela, como ninguém viu na natureza as pernas e os braços substituírem a cabeça, devem os oprimidos ficar tranquilos (conformar-se com essa lei natural).

Graças a esse caráter de teoria orgânica, teve ela sempre e tem ainda grande sucesso no meio da burguesia . (“, “).

Agora, o pronunciamento de Lenine:

“Estas alegações (tomadas de Spencer ou Mikhailovisk, sobre as conjecturas da vida social, a diferenciação das funções, etc.) parecem ‘científicas’ e tem o maravilhoso efeito de fazer dormir o bom público, obscurecendo o principal, o essencial: a divisão da sociedade em classes inimigas irreconciliáveis.” (*O Estado e a Revolução*, trad. fran. pág. 21)

*Conclusão: Spencer é o individualismo; é o filósofo que justifica mais teses da economia vulgar que mesmo da economia clássica. Marx e Comte são o socialismo; aquele, como se vê, a 1ª e a 3ª. Internacional; este a 2ª Internacional; na prática, aquele, revolucionário, este transformista.*

.....

## Capítulo II

*Os neo-spencerianos organicistas e os marxistas.*

A TEORIA de Spencer consta, conforme ficou convenientemente exposto, de duas partes:

Primeira - “O *survival of the fittest*,” “concorrência de indivíduos da mesma espécie”, a “sobrevivência dos mais aptos”, esse “meio indispensável de evolução”, esse “conflito universal”, esse “fator progresso”.

Segunda - A teoria orgânica das sociedades.

Ele é, repitamo-lo, contraditórios. Naquela é pela dissociação e nesta pela associação. Numa nega noutra afirma.

Seu “*survival of the fittest*”, seu “darwinismo social” haveria de vir reforçar os conceitos marxistas, embora sua teoria orgânica tenha por objetivo justamente o oposto.

Resultado: deu lugar aos neo-spencerianos, uns marxistas, outros organicistas. Estes adaptam apenas sua teoria orgânica; e aqueles, apenas seu “*survival of the fittest*”.

O chefe dos neo-spencerianos organicistas é Novicow. Foi um dos maiores divulgadores daquela teoria.

Aceita a diferenciação das funções e todas as chamadas liberdades burguesas, na sua maior amplitude, aceita tal teoria, aceita tal diferenciação, mas não dá seu integral apoio ao “*struggle for life*” de Darwin e ao “*survival of the fittest*”. Apoia-os apenas em parte.

Diz ele:

“As associações biológicas se formam tanto pela cooperação quanto pela luta contra as espécies naturalmente inimigas. A associação é a vida; a dissociação, a morte. Certamente a morte é um fenômeno universal, mas a vida também. O dizer que o progresso vem unicamente da morte e nunca da, vida, como o fazem os darwinistas, é insustentável. O darwinismo social é a negação mesma da sociologia, pois que ele nega que a associação seja o fenômeno fundamental desta ciência.” (*A crítica do darwinismo social*, pág. 96).

Para ele, o fenômeno natural é a associação que se manifesta logo no domínio da química; é a base da biologia e, acrescenta, o estado normal de nossa espécie. Diz que a verdadeira luta não se passa entre os homens, mas, sim, entre estes e o meio físico. Esta é também a opinião de Le Dantec, que assim a justifica:

“A vida dos animais e vegetais resulta de dois fatores: o ser e o meio ambiente... A verdadeira luta, a luta direta, é a do homem contra o meio. Esta luta é a vida. O fenômeno imediato da luta ocorre muito mais frequentemente entre o indivíduo e o mundo exterior que o cerca, do que entre os próprios indivíduos. De sorte que se pode definir a vida como a resistência do ser vivo às ações destruidoras do meio ou como a invasão do meio pelo ser vivo.” (*A luta universal*, págs. 73 e 283).

Para vencermos nesse embate, nessa luta, que é preciso?

Diz Novicow: ainda aquela associação. Como obtê-la? Com a socialização da propriedade burguesa? Não. Diz ele que o capital é uma lei natural. De que forma então?

Responde: Com a mudança de nossas ideias (*A justiça e a expansão da vida*, pág. 395). Mas se essa mudança depende da mudança do modo de produção e se este não mais se muda?...

Os neo-spencerianos marxistas foram: Virchow, Leopoldo Jacoby e Ferri.

Disse Virchow no Congresso de Munique de 1877:

“O darwinismo conduz diretamente ao socialismo.” (*Socialismo e Ciência Positiva*, Ferri, pág. 13).

Jacoby:

“No mesmo ano em que aparecia o livro de Darwin (1859) e partindo de uma direção completamente diferente, um impulso idêntico era dado a um desenvolvimento muito importante da adenda social por uma obra que, durante muito tempo, passou despercebida, e que tem por título “*Crítica da Economia Política*” por Carlos Marx.

Essa obra era um preâmbulo de *Capital*.

O que é o livro de Darwin sobre *A origem das espécies* para a gênese e a evolução da natureza inconsciente até ao homem, a obra de Marx é para a gênese e evolução da comunidade dos seres humanos, dos Estados e das formas sociais da humanidade.” (*A ideia da evolução*, tom. IX, 2ª parte, pág. 69).

Ferri:

“Darwinista, e spenceriano convencido, eu me proponho demonstrar que o socialismo marxista – o único que tem um método e um valor científico positivos, e, portanto, o único, daqui por diante, que inspira e grupa os democratas socialistas de todo o mundo civilizado, não é senão o complemento prático e fecundo, na vida social, dessa revolução científica moderna que, inaugurada há vários séculos, pelo renovamento do método experimental em todos os ramos do saber humano, triunfou em nossos dias graças às obras de Carlos Darwin e de Herbert Spencer.

É verdade que Darwin e, sobretudo, Spencer pararam em meio caminho das últimas conclusões de ordem religiosa, política ou social que decorrem necessariamente de suas premissas indiscutíveis”. (*Socialismo e Ciência positiva*, pág. 9).

O próprio Novicow reconhecia que “o darwinismo favoreceu a ideia de que é possível resolver a questão social pela espoliação, isto é, pela luta entre homens”. (*A crítica do darwinismo social*, pág. 390).

Spencer, informado daquela tese defendida por Ferri, contra ela protestava, nesta carta que dirigiu a Fiorentini, autor do livro *Socialismo e Anarquia*:

“Fiquei muito irritado, e poderia mesmo dizer indignado pela opinião que, ao que me dizeis, se espalhou sobre minha conta, de que minhas ideias sejam favoráveis ao socialismo. Seria impossível avançar juízo mais absolutamente contrário à verdade. Eu que, em meu país e no estrangeiro, sempre fui considerado como porta-estandarte do individualismo, não posso deixar de admirar-me da audácia de quem quer que trate de se ser-

vir de meu nome para sustentar o socialismo: nem posso ficar menos surpreendido pelo fato de se empregar para o mesmo fim o nome de Darwin. Desde que comecei a escrever, nunca fiz nenhum mistério de minha hostilidade para com o socialismo. A doutrina da seleção, tal como eu a expus para as aplicações sociais em 1850 e, em seguida, em 1852, e tal como Darwin tão largamente a apresentou em sua *Origem das espécies*, é diametralmente oposta á doutrina dos socialistas, e quem quer que pretenda servir-se de minhas idéias em proveito do socialismo, ou ignora completamente o que elas são, ou se delas tem conhecimento, é culpado da maior das alterações.

“Muitas vezes declarei outrora minha persuasão de que a vitória do socialismo seria o maior desastre que o mundo jamais experimentaria e que seu fim seria o despotismo militar.” (*Superstição Socialista*, Garofalo, pág. 289).

Mas Ferri lhe retrucava, deste modo peremptório:

“Nenhum socialista jamais pensou em fazer H. Spencer, que é certamente o maior dos filósofos atuais, como partidário do socialismo. E é bem estranho que alguém lhe tenha podido fazer crer que há, na Itália, bastante ignorância nos escritores, como nos leitores, para de modo tão grotesco se abusar do nome de Spencer de que todo mundo conhece o individualismo *à outrance*. Mas uma cousa é a opinião pessoal de Spencer; outra, a consequência lógica das teorias positivas sobre a evolução universal que ele desenvolveu mais e melhor que qualquer outro, mas de que não tem o monopólio oficial contra a livre expansão, que lhe pode trazer o trabalho de outros pensadores.” (“, pág. 161).

O desejo de Spencer era que seu *survival of the fittest* não justificasse o socialismo, o comunismo. Ele, porém, o justificava plenamente.

*Conclusão: Temos nossos desejos, nossas aspirações, mas mais do que eles valem os fatos, a realidade.*





# LIVRO XIII

## A escola católica

“NINGUÉM PODE SERVIR A DOIS SENHORES... NÃO PODES SERVIR AO MESMO TEMPO A DEUS E A MANMOM.” (JESUS).

---

“SOMOS TODOS MEMBROS UNS DOS OUTROS.” (S. PAULO).

---

“OS PROGRESSOS INCESSANTES DA INDÚSTRIA... A INFLUÊNCIA DA RIQUEZA NAS MÃOS DE PEQUENO NÚMERO AO LADO DA INDIGÊNCIA DA MULTIDÃO... TUDO ISTO... DEU EM RESULTADO FINAL TERRÍVEL CONFLITO.” (LEÃO XIII).

---

“NA VERDADE, COM TODA RAZÃO, PODE-SE SUSTENTAR HAVER CATEGORIAS DE BENS QUE DEVEM SER RESERVADOS EXCLUSIVAMENTE PARA OS PODERES PÚBLICOS.” (PIO XI).

---

“DAS DEVASSAS DE TORQUEMADA RESULTOU SEREM QUEIMADAS EM DEZOITO ANOS 10.220 PESSOAS E AINDA 97.321 FORAM ENCARCERADAS, BANIDAS OU PERDERAM SEUS HAVERES E FAZENDAS.” (JOÃO RIBEIRO).



.....

## Capítulo I

*Confronto entre a escola católica, o marxismo, o positivismo e o spencerismo.*

**E**STUDEMOS agora a escola católica em confronto com o marxismo, o positivismo e o spencerismo.

Partamos do conceito dessas escolas a respeito da religião. Marx considerava duas espécies de religião: as “velhas religiões” (correspondendo à Antiguidade) e a “religião cristã” (correspondendo à Idade Média), que começou a ser abalada pelo modo de produção burguês, pela filosofia moderna, pela liberdade de consciência.

Dizia ele:

“Quando o mundo antigo declinava, as velhas religiões foram vencidas pela religião cristã; quando no século XIII, as ideias cristãs cederam o lugar às ideias filosóficas, a sociedade feudal travava sua última batalha contra a burguesia, então revolucionária. As ideias de liberdade religiosa e de liberdade de consciência não mais fizeram que proclamar o reino da livre concorrência no domínio do conhecimento.” (*Manifesto Comunista*, págs. 28 e 29).

As religiões antigas, segundo Augusto Comte, foram as seguintes:

1º) o fetichismo primitivo, que compreendeu duas fases: primeira, o fetichismo individual; segunda, o fetichismo astrolátrico (Confúcio);

2º) a teologia que compreendeu três fases: primeira, o politeísmo conservador ou sacerdotal; segunda, o monoteísmo judeu (Moisés); terceira, o politeísmo progressivo ou guerreiro (Grécia e Roma; Buda é sua figura representativa).

Dessas religiões, surgiram o monoteísmo cristão ou ocidental (São Paulo) e o monoteísmo muçulmano ou oriental ou islamismo (Maomé).

“Se bem que o islamismo tenha consagrado a confusão dos dois poderes, ele se aproxima mais do catolicismo do que o protestantismo, que se esforça por destruir a divisão que encontrou estabelecida” (Augusto Comte, *Apelo aos Conservadores*, pág. 115).

A religião antiga foi sobretudo doméstica. Cada família tinha a sua particular, com seus deuses, seus ritos, suas festas, suas orações e hinos próprios que se transmitiam hereditariamente, de geração em geração.

O budismo, o catolicismo e o islamismo representam as três grandes tentativas de religião universal.

O MONOTEÍSMO CATÓLICO. Que vem a ser a religião cristã ou monoteísmo católico? Quanto a esse ponto, é perfeito o acordo entre Marx, Comte e Spencer. Todos três afirmam: primeiro, que as religiões são obras dos próprios homens; segundo, que têm variado, que se têm modificado continuamente.

Diz Marx:

“Quanto às acusações feitas aos comunistas em nome da religião, da filosofia e da ideologia em geral, não merecem exame aprofundado.

“Será preciso tanta perspicácia para compreender que as vistas, as noções e as concepções, numa palavra, que a consciência do homem se modifica com toda mudança sobrevinda em suas relações sociais, em sua existência social?” (“, pág. 28).

Diz Augusto Comte:

“Nossas construções subjetivas” estão “subordinadas aos nossos materiais objetivos.” “Não diferimos dos católicos senão em que nossa unidade se refere à Humanidade, ao passo que a deles se refere a Deus.”

Por outro lado, conforme já expusemos anteriormente, reconhecia que o catolicismo não havia feito senão sancionar as medidas da feudalidade propriamente dita, ou da estrutura econômica da sociedade feudal, e dizia que “S. Paulo é o verdadeiro fundador do catolicismo”. (*Catecismo Positivista*, pág. 450).

“Judeu de origem, familiarizado com a civilização grega, quanto ao surto filosófico, que ele assimilou, filiando-se a Aristóteles, conforme o mostrou Augusto Comte, identificado com a sociabilidade romana, conforme também o evidenciou Augusto Comte, ele concebeu o seu monoteísmo, combinando as tradições do Mosaísmo com as concepções aristotélicas, sob a inspiração social romana. É o que patenteiam as suas incomparáveis Epístolas, onde todas as concepções fundamentais do culto, do dogma e do regime católico se acham precisamente definidas.

“Os que creem no sobrenatural podem admitir que todas essas concepções foram recebidas por S. Paulo, diretamente de Jesus Cristo, pela revelação, conforme o declara S. Paulo mesmo, pois que S. Paulo proclama não as ter recebido de homem algum. Porém, quem estuda a história da Humanidade com a mesma disposição mental com que aprecia os fenômenos matemáticos, astronômicos, físicos, químicos e biológicos: esse — que abstrai de qualquer explicação sobrenatural — terá de concluir, com Augusto Comte, que o fundador do catolicismo é S. Paulo.” (*As agitações políticas e a regeneração humana*, Teixeira Mendes, pág. 16).

Diz Spencer:

“Concebo que o objeto do sentimento religioso continuará a ser o que tem sido: a fonte desconhecida das cousas... Começando pela concepção de agentes imperfeitamente desconhecidos, passando em seguida à concepção de agentes menos e menos conhecidos e menos e menos susceptíveis de ser conhecidos, e chegando enfim à concepção de uma causa universal reconhecida como absolutamente incognoscível, o sentimento religioso alcançou o objeto de que não deve jamais cessar de se ocupar.” (*Por que me separo de Augusto Comte*, pág. 122).

A ciência é o cognoscível; a religião, o incognoscível. Mas o que é incognoscível, hoje, diz Spencer, pode ser cognoscível, amanhã.

De modo que há íntima ligação entre a ciência e a religião. Aquela é esta mesma, no que vai sendo desvendada.

Esta sistematização de Spencer é assim exposta por Emile Boutroux:

“A última palavra da filosofia de Herbert Spencer é que há para nós, invencivelmente, como ponto de partida de todas as cousas, um desconhecido: há um princípio que nos é impossível afastar e atingir. Esta doutrina liga a religião e a ciência. Parece que a religião e a ciência sejam opostas uma à outra. Uma e outra são, entretanto, realidades naturais. Seria erro crer que a religião é uma causa artificial, fabricada pelo espírito, pelos caprichos de sua imaginação. É sugerida ao homem pelas próprias causas.” (*Ciência e Religião*, pág. 82).

Ao contrário de Marx, de Comte e de Spencer, para os quais o catolicismo é, assim, devido, não a nenhuma força sobrenatural, mas ao homem mesmo, a escola católica o considera revelado por Deus. Para essa escola, Deus é a causa, o motor e o fim de tudo. Causa porque foi ele o criador do universo; motor, porque nada se faz contra sua vontade; e fim, porque tudo deve tender para ele que deve ser amado sobre todas as coisas. Aqueles são o relativo, a natureza; e esta escola o absoluto, o livre-arbítrio. Nisto é que reside a diferença fundamental entre ela e eles. Diz o sr. Tristão de Ataíde:

“Só a Igreja é eterna porque não nasceu dos homens, e apenas existe para os homens” (*Problema da Burguesia*, pág. 237). “Ela é sempre exterior e superior aos séculos. Está na sociedade mas não é um produto da sociedade. De modo que existe para a sociedade, para o homem, para as civilizações, mas não é obra deles.” (*Introdução à Economia Moderna*, pág. 105).

A Igreja é “sempre exterior e superior aos séculos”. Todavia, conforme já vimos anteriormente, acrescenta o Sr. Tristão de Ataíde:

“A economia medieval passou, mas ficaram as ideias cristãs, que hoje possuem a sua nova síntese econômica, em face das condições do mundo moderno.” (“pág. 294).

*Conclusão: Se a religião é revelada por Deus, se é absoluta, eterna, invariável, não se compreende possa “ter nova síntese econômica, em face das condições do mundo moderno”.*

PONTOS DE CONTACTO. Seja como for, aquela diferença fundamental não impede que a escola católica na prática se manifeste de acordo com princípios e aspirações do marxismo e do positivismo, muito mais que com os do individualismo ou spencerismo.

Dali por que escreve Yves Guyot:

“Os católicos tendo tido sempre horror do individualismo, não é de estranhar que lancem contra ele os mesmos anátemas que os socialistas. O sr. de Mun, em sua publicação *Algumas palavras de explicação*, dizia da liberdade do trabalho: ‘Esta liberdade é a liberdade da força. Entregou sem defesa os mais fracos aos mais fortes, criando o individualismo que deixa uns e outros isolados e em presença, e abrindo a porta à livre concorrência.’”

Eis outra passagem que se poderia julgar retirada do *Manifesto Comunista* que Marx e Engels elaboraram em 1847:

“A luta está aberta entre duas classes que o século da burguesia formou e manteve: a dos assalariados e a que possui os instrumentos de trabalho. Esta luta é toda a história de nosso tempo. Que é quarto Estado? Nada. Que deve ser? Tudo”... O Sr. Brunetière gritava bem alto que o perigo social não é o coletivismo, mas o individualismo, de que não podia falar sem ligá-lo a qualquer epíteto odioso ou desprezível. ‘O individualismo destruidor é a grande moléstia do tempo presente.’ Os direitos da sociedade são anteriores aos do indivíduo e o remédio é o socialismo. Ele estabelecia uma quase identidade entre as aspirações do catolicismo e o programa de Saint-Mandé, formulado também por Millerand: a intervenção do Estado para fazer passar do domínio capitalista para o domínio nacional as diversas categorias dos meios de produção e de troca.” (*A democracia individualista*, pág. 187 e 188)”.

*Conclusão: Os verdadeiros católicos não podem apoiar o egoísmo frio da escola individualista.*

O COMUNISMO DO CRISTIANISMO PRIMITIVO: Mostremos alguns de tais pontos de contato.

Jesus, conforme é apresentado nos próprios textos católicos, foi revolucionário em alto grau. O profeta Daniel havia anunciado a vinda do Messias. Num sábado, um homem entra na sinagoga de Nazaré. E narra S. Lucas:

“Levanta-se para fazer a leitura, e deram-lhe os livros do Profeta Isaías. Tendo-o folheado, encontrou a passagem onde estava escri-



to: ‘O espírito de Deus está em mim. Ungiu-me e me enviou, para anunciar boa nova aos pobres, aliviar os corações transidos, consolar os prisioneiros, devolver a visão aos cegos, libertar os oprimidos e pregar a redenção de Javé.’ Leu e sentou-se. Despertou a atenção de quantos se achavam na sinagoga. E disse:

“Hoje, esta palavra da Escritura está cumprida.”

Este, o prólogo da vida de Jesus. (*A Igreja e o Império romano*, de Francis Delaisi, págs. 8 e 9).

Seu programa era a justiça social, a redenção dos pobres e oprimidos, a condenação e o desprezo das riquezas, a supressão de toda violência, o amor à humanidade.

Dizia ele:

“O reino de Deus não significa o domínio dos judeus sobre o mundo, nem a observação dos ritos externos do culto, nem o respeito às leis, nem a defesa dos interesses patrióticos. Porque são transitórias todas estas coisas. O reino de Deus significa renovação de toda a vida sobre a base do amor à humanidade, piedade para os débeis e os pecadores, supressão de todas as diferenças de fortuna, trabalho em comum de todos para todos. Só isto durará e libertará os homens dos males que sobre eles pesam.” (*História geral do socialismo e das lutas sociais*, Max Beer, pág. 95”).

E acrescentava:

“Ninguém pode servir a dois senhores. Ou odiará a um para amar o outro, ou se chegará a um para desprezar o outro. Não podeis servir ao mesmo tempo a Deus e a Manmon.” (Mat. 06: 24).

Esta sua linguagem. E como os que o ouviam comenta Max Beer, “queriam servir a Deus, alheavam-se de Manmon. Viviam, pois, as comunidades cristãs um gênero de vida comunista, ou, pelo menos, esforçavam-se por alcançar este ideal. “Quantos tinham recebido a fé, viviam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam quanto lhes pertencia, e o que arrecadavam dividiam entre si irmamente, segundo suas necessidades” (Atos dos Apóstolos). ‘A massa de crentes não formava senão um só coração e uma só alma. Ninguém dizia de seus bens que eram sua propriedade. Tudo estava em comum.’ Considerava-se a riqueza um opróbrio, e a pobreza tinha caráter quase sagrado”. (“, pág. 97”).

O cristianismo primitivo condenava assim a propriedade privada, as restrições do Estado, o patriotismo ou nacionalismo.

E Jesus disse a seus discípulos:

“Ide, pois, e ensinaí todas as nações.”

E o apóstolo Paulo formulou a doutrina da igualdade cristã, dizendo:

“Não mais há nem primeiros nem últimos. Não mais há nem gregos, nem judeus, nem circuncisos, nem incircuncisos, nem escravos, nem livres. Mas o Cristo é tudo em todos.”

Não mais repetia a máxima característica de S. Pedro: *Consideremo-nos sobre a Terra como estrangeiros ou exilados* “*Charissimi, obsecro vos tanquam advenas et peregrinos: caríssimos, eu vos rogo como a estrangeiros e peregrinos*” (Epístola I<sup>a</sup>, II, II). Usava desta imagem tocante: *Somos todos membros uns dos outros. Ita multi unum corpus sumu sin Christo, singuli autem alter alterius—membra*: assim, ainda que muitos, somos um só corpo em Cristo, e cada um de nós membros uns dos outros (1<sup>a</sup> Epístola aos Romanos XIII, 5).

Para internacionalizar a religião, Paulo passou a vida percorrendo as cidades gregas da Ásia, da Grécia e da Macedônia, chamando à nova religião, não somente os judeus, mas também e sobretudo os gentios.

Assim lhes falava:

“Éreis, outrora, sem o Cristo, estranhos às alianças e as promessas. Mas fostes delas aproximada pelo sangue de Cristo, pois foi ele que, dos dois povos, fez um só.”

Agora, não mais é necessário ser judeu para ser cristão. A lei de Moisés era o separatismo; a de Cristo, a união, o conagraçamento. “Esta fusão”, diz Seignobos, “é a obra de São Paulo. Por isso, também chamado o *apostólo dos gentios*.” (*História da Civilização*, I vol, pág. 335)”.

*Conclusão: Há os que, hoje, servem mais a Manmon, do que a Deus, e cuidam de que só a este servem. Efeito da “coroação de toda” uma evolução orgânica...”.*

A DOUTRINA DOS SANTOS PADRES. E estas eram as ideias pregadas pelos padres da Igreja.

Dizia Santiago:

“Que adianta ter fé, se não se praticam boas obras ao mesmo tempo? Pode salvar-nos apenas a fé? Pode ter fé quem não pratica aquelas obras?... Vossas riquezas entraram em putrefação... Háveis acumulado tesouro, guardando em vosso proveito o salário dos operários que cultivaram vossos campos.” (*História geral do Socialismo e das Lutas Sociais*, Max Beer, página 98).

Dizia Barnabás de Chipre, em suas Epístolas:

“Terás tudo em comum com teu próximo. Não deverás possuir nada como propriedade tua. Se possuis em comum o que é eterno, com muito maior razão deves possuir em comum o que o não é.” (“, pág. 99).

Dizia Justino, o Mártir:

“Nós outros, que em outro tempo, nos esforçamos por adquirir a maior parte possível de riquezas, trazemos agora à comunidade quanto possuímos, e o repartimos com quem dele tem necessidade.” (“;”).

Dizia Clemente de Alexandria:

“Todas as coisas são comuns. Não existem para ser adquiridas unicamente pelos ricos... Deus nos deixou a liberdade de desfrutar os bens da Terra, porém, só na medida necessária, e nos ordenou que tal desfrute seja comum.” (“;”).

Dizia Tertuliano:

“Nós outros, os cristãos, somos irmãos no que diz respeito à propriedade, que, entre vós outros, origina tantos conflitos. Unidos de coração e alma, estimamos todas as coisas como pertencente a todos. Temos tudo em comum, com exceção de nossas mulheres. Entre vós outros, ao contrário, são elas o único bem que tendes em comum.” (“;”).

Dizia S. Jerônimo:

“Aquele que possuir mais do que é necessário para viver, deve dar o excedente a outro.” (“, pág. 100)

Dizia S. João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla:

“Impossível enriquecer-se honestamente. Mas se o herdou de seus pais? objetarão alguns. Pois bem: terá herdado o adquirido desonestamente.” (“;”).

E acrescentava:

“Dizem que o comunismo é impossível. Como se explica, então, tenham podido implantá-lo as primeiras comunidades cristãs? Não o é para nós outros também os que foram possíveis para nossos antepassados?” (“, “)

Dizia, Stº Ambrósio:

“Foi a natureza que criou o direito comunista, e a violência foi que engendrou o direito de propriedade privada.” (“, “)

Dizia Cirilo de Alexandria:

“Nem a natureza nem Deus conhecem nenhuma das diferenças sociais que introduziu a cobiça humana.. (“, “)

Dizia Stº Agostinho:

“Não por virtude do direito divino, só em consequência do direito de guerra, pode alguém dizer: Esta é minha casa, esta é minha vida, este é meu servo.” (“, “)

Continuando:

“A propriedade privada provoca dissensões, guerras, insurreições matanças, pecados graves ou veniais. Por isso, se não nos é possível renunciar a propriedade em geral, renunciemos ao menos à propriedade privada.... Possuímos demasiadas coisas supérfluas. Contentemo-nos com o que Deus nos deu, e tomemos só aquilo de que necessitemos para viver. Por que o necessário é obra de Deus, e o supérfluo, obra da cobiça humana. O supérfluo dos ricos é o necessário dos pobres. Quem possui um bem supérfluo, possui um bem que não lhe pertence.” (“, pág. 114)

Este o caráter que revestiu o cristianismo da Igreja primitiva.

“O cristianismo da Igreja primitiva foi um ensaio leal de coletivismo, digno sobretudo porque foi voluntário”. (*A marcha da Humanidade*, E. Bombard, pág. 74).

Daí por que ensina Leão XIII:

“Assim, entre os primeiros cristãos era tal a virtude de sua caridade mútua, que não raro se viam os mais ricos despojarem-se de seu patrimônio em favor dos pobres. Por isso a indigência não era conhecida entre eles: *neque... quisquam egens erat inter illos*. Act., 14, 34.” (*Encíclica Rerum Novarum*, ed. do *O Despertar*, pág. 24).

É o que também reconhece o sr. Tristão de Ataíde, assinalando que “o primeiro movimento do cristianismo social, portanto, foi de

insurreição contra a hipertrofia do economismo”. (*Introdução à Economia Moderna*, pág. 165).

Cita a respeito aquelas palavras de Cristo acima transcritas. Cita S. Paulo, dizendo que “a raiz de todos os pecados é a avidez da posse (*cupiditas*), ed. Thimot. I., c. 6” (“) Cita “os grandes padres da Igreja” que “também se levantam contra essa mesma *immodica possidendi libido* que viam corromper a civilização pagã”. (“, pág.166). E conclui que “todo esse movimento dos padres da Igreja contra a hipertrofia do economismo que corrompia o Império romano, veio a exprimir-se no rigor de um texto do *Corpus Juris Canonici, do Decretum Gratiani: Nullus christianus debet esser mercator*. (“, pág.167)

Desses ensinamentos foi que decorreu este lindo sermão do padre Antônio Vieira:

“No princípio do mundo, como gravemente pondera Sêneca, por que não havia guerras? Porque usavam os homens da terra, como do céu. O sol, a lua, as estrelas, e o uso da sua luz é comum a todos, e assim era a Terra no princípio. Porém, depois que a Terra se dividiu em diferentes senhores, logo houve guerras e batalhas, e se acabou a paz, porque houve meu e teu. Que direi dos meios e dos remédios, das indústrias, das artes e instrumentos, que os homens têm inventado, para que cada um pudesse possuir e lograr o seu seguro e quietamente, mas sem proveito? Para guardar a casa, inventaram as portas e as fechaduras; mas, pela mesma abertura por onde entra a chave, deixa também aberta a entrada para a gazua. Para sinalar os limites de cada um, inventaram os marcos, e para guardar a vinha e o pomar, inventaram os valados, as silvas, as sebes e as paredes de pedra ligada ou solta; mas tudo isto se rompe e se escala. Para guardar as cidades inventaram os muros, os fossos, as torres, os baluartes, as fortalezas, os presídios, a artilharia, a pólvora; mas não há cidade tão forte, que, por bateria ou por assalto, ou minada por baixo da terra ou pelo ar, se não expugne e renda. Para guardar os reinos e os impérios, inventaram as armadas por mar e os exércitos por terra, tantos mil soldados a pé, tantos mil a cavalo, com tanta ordem e disciplina, com tanta variedade d’armas, com tantos artifícios e máquinas bélicas; mas nenhum destes aparatos tão estrondosos e formidáveis tem bastado, nem para que os assírios guardassem o seu império dos persas, nem os persas o seu dos gregos, nem os gregos o seu dos romanos, nem os romanos finalmente o seu daqueles a quem o tinham tomado, tornando a ser vencidos dos mesmos que tinham vencido e dominado. Mais inventaram e fizeram os homens a este mesmo fim de conservar cada um o seu: inventaram e firmaram leis, levantaram tribunais, constituíram

magistrados, deram varas às chamadas justiças, com tanta multidão de ministros maiores e menores, e foi com efeito tão contrário, que em vez de desterrarem os ladrões, os meteram de portas a dentro, e, invés de os extinguirem, os multiplicaram, e os que furtavam com medo e com reboço furtam debaixo de provisões e com imunidade. O solicitador, com a diligência, o escrivão, com a pena, a testemunha com o juramento, o advogado com a alegação, o julgador com a sentença, e até o beleguim com a chuça. Todos foram ordenados para conservarem a cada um no seu, e todos por diferentes modos vivem do alheio.” (*Sermões*).

Ainda inspirado nos mesmos ensinamentos é que Bossuet, no “sermão sobre as disposições relativas às necessidades da vida”, também dizia: “As lamentações dos pobres são justificadas. Por que essa desigualdade de condições? Todos formados da mesma lama, nada pode justificá-la.” E ainda este pronunciamento de Giraud-Teulon: “O direito de propriedade individual é pela Igreja antes tolerado que apresentado como base necessária da sociedade civil. Ele é mesmo amaldiçoado em seu princípio pelos padres da Igreja.” (*A Igreja e o socialismo*, pág. 17).

*Conclusão: entre os primeiros cristãos, a virtude estava em os mais ricos se despojarem de seu patrimônio em favor dos pobres. Hoje, a virtude, para certos católicos, está em os mais ricos se tornarem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.*

DE EVOLUÇÃO EM EVOLUÇÃO. Só muito tempo depois, foi que a Igreja evoluiu desse conceito comunista da propriedade para o da propriedade privada ou individualista.

“Cessado o motivo do anti-economismo por ventura excessivo dos primeiros tempos, explica o sr. Tristão de Ataíde, assentou a doutrina econômica cristã em bases mais *equilibradas* e *sólidas*.” (“, pág. 173), a doutrina cristã que “é sempre exterior e superior aos séculos”, que “está na sociedade, mas não é um produto da sociedade”, começou a evoluir, e foi de evolução em evolução. “Ela vinha ser, como diz um seu comentador moderno – a coroação de toda uma evolução orgânica.” (“,”) “Passou, durante toda a Idade Média, por uma evolução que poderemos chamar de realista”. (“, pág. 177). “De modo que... as ideias cristãs... hoje possuem a sua nova síntese econômica, em face das condições do mundo moderno.” (“, pág. 294)

Saiu daquele comunismo tão elevado para esta “nova síntese”.

Essa mobilidade da propriedade que foi subordinando a si a doutrina católica “sempre exterior e superior aos séculos”, é assim descrita por Pio XI:

“Leão XIII esplendidamente sentenciara: ‘ter Deus deixado à indústria dos homens e às instituições dos povos a delimitação das propriedades particulares’. E, de fato, como se prova da história, a par dos outros elementos da vida social, a propriedade não é imóvel. Nós mesmos já o declaramos com as seguintes palavras: muitas e diversas formas concretas teve a propriedade desde a primitiva forma dos povos selvagens, da qual ainda em nossos dias se pode ter algum exemplo, até chegar à propriedade nos tempos, e nas formas patriarcais, e, depois, seguidamente, nas diversas formas tirânicas (falamos no significado clássico da palavra), depois, através das formas feudais, depois daquelas monárquicas e em todas as formas subsequentes da idade moderna.” (Carta Encíclica sobre a restauração da ordem social – “O Despertar”, nºs 6, e 7, pág. 76).

Donde estas

*Conclusões: 1ª – A Igreja já fulminou a propriedade privada; já foi comunista. 2ª – A Igreja sustenta, como os marxistas e contistas, que a propriedade não tem sido imóvel.*

A NOVA SÍNTESE DA DOCTRINA CRISTÃ. Stº Agostinho e São Tomás são considerados como as duas grandes colunas, os dois grandes arquitetos da Igreja. O primeiro, o estadista; o segundo, o teólogo; o homem da ação e o do pensamento. Aquele viveu no século V; e este no século XIII. Não há, porém, inconveniente, em que nos refiramos, aqui, primeiramente à obra filosófica do teólogo.

São Tomás de Aquino (1227-1274) foi discípulo de Alberto, o grande, e, entre seus condiscípulos, cognominado o “boi mudo da Sicília”. Excedeu o mestre. Foi o Doutor Angélico, o Anjo da Escola, o maior teólogo, o maior filósofo da Idade Média. Antes dele, a escola teológica recorria principalmente a Platão. Ele se inclinou para Aristóteles. Comentou-o magistralmente, e comentou também Pedro Lombardo. Suas obras mais conhecidas são: a *Summa contra os gentios* e a *Summa teológica*. Foi um realista moderado. Fazia derivar os conhecimentos da experiência como Aristóteles: *nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu*. Com ele, a filosofia já se desprendia da teologia. Já era sua amiga e aliada. Inocêncio IV, mostrando-lhe um tesouro da Igreja, observou-lhe:

“Vede que não mais estamos no tempo em que S. Pedro dizia: não tenho nem ouro, nem prata.” Ao que lhe retrucou São Tomás: “Sim, mas não estamos também mais no tempo em que S. Pedro dizia ao paralítico: levanta-te e caminha!”

A ciência passava a dominar a religião. Esta sofria o influxo daquela. “A produção intelectual se transformava com a produção material.”

*Conclusão: São Tomás, descendo do subjetivo para o objetivo, do abstrato para o concreto, lançava as bases do materialismo de que Carlos Marx e Augusto Comte haveriam de ser, no século XIX, as mais altas expressões.*

*A TRANSIÇÃO.* É conhecida a vida de Stº Agostinho. Certo dia, entregue às violentas agitações que perturbaram sua mocidade e às quais ele se refere em suas confissões, abandonou a companhia de alguns amigos para ir procurar sob um bosque a solitude. Ouviu, então, uma voz que lhe dizia: *Tolle et lege.* (Toma e lê.) Surpreso, perguntando a si mesmo que voz seria essa e sobretudo que leitura lhe era indicada, corre ao encontro de Alípio, seu amigo, em cuja casa depara logo com um livro. Eram as *Epístolas de S. Paulo*. Agostinho abriu-as a acaso, e caía-lhe sob os olhos esta passagem do apóstolo: “Não passeis vossa vida nos festins e nos prazeres da mesa... mas revesti-vos de vosso senhor Jesus Cristo e preservai-vos de satisfazer os desejos desordenados da carne.” Foi o bastante para que ele abandonasse a vida de dissipação que levava, para se entregar aos estudos dos problemas da religião; e ele haveria de ser, como foi, o elaborador, o fundador do catolicismo romano. Ele mostrou como se poderia aplicar o catolicismo de S. Paulo e dos apóstolos ao governo dos povos. O modo era o seguinte: criando uma Igreja ou autoridade religiosa hierarquicamente organizada, baseada na concepção segundo a qual os bens – para serem comuns – passavam a ser dela Igreja.

“Funda o direito de propriedade sobre o direito de soberania. Opera assim a conciliação entre a antiga doutrina cristã dos quatro primeiros séculos, relativa à comunhão de todos os bens, e a nova doutrina católica que quer reconhecer a legitimidade da propriedade privada e impor o princípio de autoridade na Igreja católica, apostólica e romana.” (*A marcha da Humanidade*, Bombard, pág. 97).



Sua teoria era a seguinte: Deus é o soberano senhor do mundo. Deus e, por conseguinte, o Papa de Roma, que – é seu representante, é o único proprietário de toda Terra. Ele a dá somente em usufruto aos imperadores, reis, príncipes, etc., que não são senão seus delegados na direção dos povos e em cujas divergências intervirá, como árbitro supremo. Organizava, assim, a Igreja e a fortalecia. Quando no ano 476, o Império romano foi definitivamente esmagado pelos chamados bárbaros, o papado, armado dessa nova doutrina, dela sabia servir-se não somente para se defender, mas para triunfar durante toda Idade Média. Três vezes, diz Ihering, Roma ditou leis ao mundo, três vezes serviu de traço de união entre os povos: primeiro, pela unidade do Estado, quando o povo romano estava ainda na plenitude de seu poder; depois, pela unidade da Igreja, após a queda do Império romano, e a terceira vez, enfim, pela unidade do direito, após a recepção do direito romano na Idade Média. Com Sto. Agostinho cresceu tanto o poder da Igreja, tão grande se tornou, que seu supremo chefe hierárquico se constituiu o supremo árbitro dos destinos dos povos. A filosofia antiga, entrincheirada na escola de Alexandria, era absorvida pela teologia. Em 529, um decreto pelo imperador Justiniano fechava os últimos redutos daquela escola da filosofia grega.

*Conclusão: Do período da doutrina da comunhão da propriedade, passava-se ao da de sua concentração pela Igreja.*

O DOMÍNIO DA RIQUEZA. Depois, houve aquela “evolução realista” e o “conceito de comércio”, ou melhor, de propriedade, “foi sofrendo uma evolução... até chegar ao conceito de equilíbrio e moderação que encontramos em plena Idade Média, com S. Tomás, ou no seu declínio, com Antonino de Florença e Bernardino de Siena”. (*Introdução à Economia Moderna*, Tristão de Ataíde, pág. 234).

Ainda no século XIII, certa “voz interior” recordava a S. Francisco de Assis esta passagem do Evangelho de S. Mateus: “Ide e pregai, que o reino de Deus está próximo. Cuida dos enfermos, lavai os leprosos, despertai os mortos, afugentai o Diabo. Dai gratuitamente o que gratuitamente haveis recebido. Não deveis possuir nem ouro, nem prata, e, sim, contentar-vos com uma só camisa para cobrir-vos.” E S. Francisco obedecia a essa voz interior. E congregava em torno de si inúmeros discípulos.

Mas São Tomás de Aquino, baseado em Aristóteles contra Platão, vinha e declarava:

“A propriedade particular é plenamente conforme à natureza. É de direito natural para o homem. O exercício deste direito é causa não só permitida sobretudo a quem vive em sociedade, mas ainda absolutamente necessária.” (*Licetum est quod homo propria possidet. Ed est et ain necessarium ad humanam vitam*). (S. Thom., II, II, Quest, LXVI, a 2).

O cenário em que viveu São Tomás de Aquino é assim apresentado por Max Beer:

“Ao finalizar o período das cruzadas (1096-1270), a Itália se havia tornado a primeira potência comercial da Europa. As cidades industriais da Lombardia haviam chegado a ser os primeiros centros do comércio e das finanças europeus. Em todos os empórios culturais da Europa ocidental e central aumentou a atividade material e intelectual. Alcançou em tal momento seu apogeu a escolástica, vasta tentativa para provar a verdade do cristianismo, com auxílio da lógica e da ciência. Paris, Colônia e Oxford fundaram universidades célebres. Triunfou nas cidades a economia monetária, e com ela a propriedade privada.” (*História geral do Socialismo*, pág. 144).

Havia a luta pela hegemonia mundial entre o poder temporal ou realza e o papado.

Prossigue Max Beer:

“As massas viam como o poder temporal nomeava e depunha pontífices, e como, à margem de todas essas lutas, ia o clero alijando-se cada vez mais do ideal cristão, da pobreza, da doçura e da humildade... Quantos tinham permanecido fiéis às tradições comunistas do cristianismo primitivo se distanciavam de uma Igreja cujos dirigentes se comprometiam cada vez mais por culpa de seu contato com as potências temporais e rebaixavam a religião até fazer dela mero instrumento de sua política.” (“)

Juízo este, que é confirmado por Augusto Comte nestes termos:

“Perdendo sua independência, o sacerdócio perde também sua moralidade, primeiro pública, e depois mesmo privada. Para conservar sua existência material, ele põe suas doutrinas ao serviço de todos os fortes.” (*Catecismo Positivista*, pág. 431).

Em face daquela estrutura econômica, São Tomás, “apoiando-se na *Política* de Aristóteles, arrebatou ao direito natural seu elemento

democrático e comunista e justificou teoricamente a ordem econômica burguesa que se tinha instituído na Europa durante as cruzadas. Pode-se afirmar sem receio de desmentido, que, desde o século X o desenvolvimento das cidades e o incremento da economia urbana exerceram crescente influência sobre o pensamento e a política, assim como sobre todos os conflitos sociais, religiosos e morais da época. Significa isto, em outros termos, que as ideias gerais da época adquiriram caráter cada vez mais burguês”. (*História Geral do Socialismo*, pág. 145)

É que a produção intelectual se transformava com a produção material.

“Tomás de Aquino contribuiu enormemente para introduzir a política e a ética de Aristóteles na teologia da Idade Média. De fato, é o inspirador dos papas modernos que redigem encíclicas contra o socialismo... Fez traduzir do grego para o latim todas as obras aristotélicas e as fez adotar nas escolas. Até então apenas se conheciam de Aristóteles a lógica, a física e a metafísica. Tomás de Aquino deu a conhecer e conheceu ele também a política e a ética, dirigidas essencialmente contra as ideias de Platão, contra o comunismo e a teoria do direito natural. Segundo já indicamos, Aristóteles em suas obras se esforça por demonstrar como está a propriedade privada mais de acordo com a natureza humana que o comunismo; como não é antinatural a escravidão, visto como certos homens estão destinados pela Natureza a ser escravos efetivamente; e que, portanto, se acham em contradição com a natureza humana o comunismo, a liberdade e a igualdade.” (“, págs. 154 e 155)

São Tomás de Aquino, porém, não se afastava totalmente das ideias de seus antecessores. Fazia a distinção entre “a posse das riquezas e seu uso”. Aquela podia ser particular; este devia ser comum.

Quanto ao uso dos bens, dizia ele:

“A esse respeito o homem não deve ter as coisas exteriores por particulares, mas sim por comuns, de tal sorte que facilmente dá parte delas aos outros nas suas necessidades. Foi por isso que o Apóstolo disse: Ordena aos ricos do século... dar facilmente, comunicar suas riquezas: *quantum ad hoc, non debet homo habere res exteriores ut proprias, sed ut communes, et ut communes, et scilicet de facili aliquis eas comunicet in necessitate aliorum. Apostolus dicit: divitibus huius saeculi... Facile tribuere, communicare.* (S. Tom, II, II, *Queste LXV*,<sup>a</sup> 2)

Ficava assim entre dois mundos diferentes.

*Conclusão: sob o ponto de vista filosófico, São Tomás de Aquino seria um dos precursores do moderno socialismo e, sob o ponto de vista econômico, a negação até certo ponto do socialismo então existente.*

O CONCEITO ATUAL DA IGREJA SOBRE A PROPRIEDADE. Leão XIII citava estas palavras São Tomás: “o homem não deve ter as coisas exteriores por particulares, mas sim por comuns”; todavia mais se colocava ao lado da propriedade particular que da comum.

Dizia ele:

“A propriedade particular é plenamente conforme à natureza... Fiquem, pois, bem assente que o primeiro fundamento a obedecer por todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade particular.... A dor e o sofrimento são o apanágio da humanidade, e os homens poderão ensaiar tudo, tudo tentar para os banir, mas não o conseguirão nunca, por mais recursos que empreguem e por maiores esforços que para isso desenvolvam. Por seu lado, as leis civis que tiram seu valor quando justas da lei natural, confirmam esse mesmo direito e protegem-no pela força.” (pág. 9. *Rerum Novarum*)

Ao que retrucam os marxistas: a força é justa quando de cima para baixo e injusta no caso contrário.

Prossigue Leão XIII:

“Finalmente a autoridade das leis divinas vem pôr-lhe o seu selo, proibindo, sob pena gravíssima, até mesmo o desejo do que pertence aos outros. ‘Não desejarás a mulher do teu próximo, nem sua casa, nem seu campo, nem seu boi, nem sua serva, nem seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença’...” (pág.10)

“Nem a justiça, nem o bem público consentem que danifique alguém na sua fazenda, nem que se invadam os direitos alheios sob pretexto de não sei que igualdade.... (pág. 31). E não se apele para a Providência do Estado, porque o Estado é posterior ao homem, e antes que ele pudesse formar-se, já o homem tinha recebido da natureza, o direito de viver e proteger sua existência.” (pág. 8)

Mas vai além:

Sustenta que a transformação da propriedade privada em coletiva prejudicaria o operário se fosse posta em prática.

Diz ele:

“Como é fácil compreender, a razão intrínseca do trabalho é empreendido por quem exerce uma arte lucrativa, o fim imediato visado pelo trabalhador é conquistar um bem que possuirá como próprio e como pertencendo-lhe; porque se põe à disposição de outrem suas forças e sua indústria não é evidentemente por outro motivo senão para conseguir com que possa prover a sua sustentação e as necessidades da vida, e espera do seu trabalho não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso a usar dele como entender. Portanto, se, reduzindo suas despesas, chegou a fazer algumas economias, e, se, para assegurar sua conservação, as emprega, por exemplo, num campo, torna-se evidente que esse campo não é outra coisa senão o salário transformado; o terreno assim adquirido será propriedade do artista com o mesmo título que a remuneração do seu trabalho. Mas quem não vê que é precisamente nisso que consiste o direito de propriedade mobiliária e imobiliária? Assim, esta conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais precária, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes, por isso mesmo, toda a esperança e toda possibilidade de engrandecerem seu patrimônio e melhorarem sua situação.” (pág. 6)

Aí, Leão XIII se afasta do marxismo e do comtismo para se aproximar do individualismo ou spencerismo, com o qual aliás apenas neste ponto está de acordo.

Eis como Marx responde àquela objeção.

“O que queremos é suprimir o triste modo de apropriação que faz com que o operário só viva para crescer o capital e só viva justamente tanto quanto o exigem os interesses da classe reinante... (pág. 25). O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais, apenas tira o poder de escravizar o trabalho de outrem por meio desta apropriação.

“Alegam ainda que com a abolição da propriedade privada, toda a atividade cessaria, uma preguiça geral apoderar-se-ia do mundo. Se isso fosse verdade, há muito que a sociedade burguesa teria sucumbido à ociosidade, pois que os que nesses regime trabalham não lucram e os que lucram não trabalham.” (pág. 26, *Manifesto Comunista*).

*Conclusão: A propriedade privada teria a vantagem de permitir aos operários “engrandecerem seu patrimônio e melhorarem sua situação”. E com ela é cada vez menor seu patrimônio e cada vez pior sua situação.*

TRANSIGINDO. Mas se por um lado Leão XIII diz que “a propriedade particular é plenamente conforme à natureza”, se contra ela não se deve apelar para “a providência do Estado”, se se manifesta assim individualista, por outro acaba aconselhando francamente essa providência do apelo ao Estado para que haja justo equilíbrio, conveniente conciliação entre o trabalho e o capital.

Diz ele: “Não é das leis humanas, mas da natureza, que emana o direito da propriedade individual; a autoridade pública não o pode abolir; o que ela pode é regular-lhe o uso e conciliá-lo com o bem comum.” (pág. 38)

Aí de novo se separa dos individualistas, para se chegar aos marxistas e contistas. Dentro daquela orientação prossegue: “Estimule-se a industriosa atividade do povo com a perspectiva da sua participação na propriedade do solo, e ver-se-á nivelar pouco a pouco o abismo que separa a opulência da miséria, e operar-se a aproximação das duas classes.” (“, pág. 37). Já já fala em participação dos lucros, em nivelar em aproximar as classes. E argumenta: “A terra produzirá tudo em maior abundância, pois o homem é assim feito; o pensamento de que trabalha em um terreno que é seu redobra seu ardor e sua aplicação. Chega a pôr todo seu amor numa terra que ele mesmo cultivou, que lhe promete a si e aos seus não só o estritamente necessário, mas ainda certa abastança.” (“, “)

Pretende o equilíbrio perfeito das classes:

Diz ele:

“Assim como no corpo humano, os membros, apesar de sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo a formarem um todo exatamente proporcionado e que se poderá chamar simétrico, assim também, na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem mutuamente num perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital”. (“, pág. 15).

E conclui Leão XIII:

“A esse respeito Santo Tomás diz muito sabiamente: ‘Assim como a parte e o todo são em certo modo uma mesma coisa, assim o que pertence ao todo, pertence de alguma sorte a cada parte.’” (pág. 27)

Era o que já ensinava S. Paulo.

Dizia ele:

“Na verdade são muitos membros, mas um só corpo. O olho não pode dizer à mão: eu não preciso de ti; nem ainda a cabeça aos pés: eu não preciso de vós; antes, pelo contrário, os membros do corpo que parecem ser mais fracos, são necessários. E se um membro sofre, todos os membros sofrem com ele.” (Coríntios. 1, 12, 20, 21, 22, 26)

Mas dir-se-á, irreverentemente: isto não é senão a teoria orgânica de Spencer. Não. Não é a mesma coisa. Esta teoria faz a apologia da diferenciação das funções ou da não intervenção do Estado, limitando-se este apenas a garantir os bens e a vida das pessoas, ao passo que a da Igreja é por essa intervenção. De qualquer forma, Leão XIII é pelo equilíbrio, é pela harmonia das classes, mas não chega a ser, como os marxistas e comunistas, pela sua extinção.

Diz ele: “É indispensável... que a propriedade particular não seja esgotada por um excesso de encargos e de impostos.” (“pág. 38)

*Conclusão: Leão XIII é pela intervenção do Estado para que haja perfeita harmonia das classes. Quer a regularização do uso da propriedade para sua conciliação com o bem comum.*

PIO XI MAIS ADIANTADO QUE LEÃO XIII. Quanto a este particular, Pio XI é mais adiantado que Leão XIII. Também ele é pela conciliação, pela harmonia das classes e, portanto, pelo seu não desaparecimento.

Diz ele: “Deve ser este o primeiro fim, este o esforço, quer do Estado, quer dos melhores cidadãos: pôr termo às competições das duas classes opostas, despertar e promover cordial cooperação das varias profissões dos cidadãos.” (*Carta Encíclica sobre a restauração da Ordem Social (O Despertar, nºs 6 e 7, pág. 80)*)

Mas vai além de Leão XIII. Já admite a concentração da propriedade nas mãos do Estado. Já admite a socialização de parte da sociedade privada.

Já reconhece que é legítimo o combate a “certa hegemonia social que a propriedade, contra todo o direito, a si atribuiu e usurpou”. (“, pág. 83). Diz que, “de fato tal supremacia não deve pertencer aos simples patrões, mas ao poder público”. (“, “). Diz que “na verdade,

com toda razão, se pôde sustentar haver categorias de bens que devem ser reservados exclusivamente para os poderes públicos, quando trazem consigo tal preponderância econômica a qual não pôde ser entregue às mãos de cidadãos particulares, sem perigo do bem comum” (“, “).

E’ a doutrina do marxismo. Diz Marx:

“Ficais horrorizados porque queremos abolir a propriedade privada. Mas na vossa sociedade a propriedade privada está abolida para nove décimos de seus membros. Ela existe para vós precisamente porque não existe para esses nove décimos. Portanto, censurai-nos de querer abolir uma forma da propriedade que só pode constituir-se com a condição de privar de toda propriedade a imensa maioria da sociedade.” (*Manifesto comunista*, pág. 25)

Para Marx, essa propriedade será abolida, para ser entregue ao Estado, para ser gerida por este, em favor do bem comum. O que Marx entendia, e seus discípulos defendem, é, portanto, quanto a esse ponto, o mesmo que agora também defende Pio XI.

Resta a outra espécie de propriedade: a ganha por cada qual com seu próprio esforço.

Esta Pio XI quer mantê-la. Mas a mantinha igualmente Marx. Dizia ele:

“O comunismo não retira a ninguém o poder de apropriar-se de sua parte dos produtos sociais, apenas tira o poder de escravizar o trabalho de outrem por meio dessa apropriação.” (“, pág. 26). E frisa bem: “Não queremos de nenhum modo abolir essa apropriação pessoal dos produtos do trabalho, indispensável à manutenção e à reprodução da vida humana, essa apropriação não deixando nenhum lucro líquido que conceda poder sobre o trabalho de outrem. O que queremos é suprimir esse triste modo de apropriação que faz com que o operário só viva para crescer o capital e só viva justamente tanto quanto o exigem os interesses da classe reinante. Na sociedade burguesa, o trabalho vivo não é mais que um meio de multiplicar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio de alargar, realizar a existência, torná-la cada vez mais rica”. (“, pág. 25).

*Conclusão: Pio XI já admite a transformação em parte da propriedade privada em coletiva.*



LUTA DE CLASSES. Mas o catolicismo reconhece também a luta de classes proclamada por Carlos Marx e Augusto Comte.

Diz Marx:

“A sociedade divide-se cada vez mais em dois grandes campos opostos, em duas classes inimigas: a burguesia e o proletariado.” (*Manifesto comunista*, pág. 13)

E acrescenta que a pequena propriedade, a pequena burguesia, a livre concorrência negou a propriedade feudal, suprimiu essa propriedade, mas está por sua vez sendo negada pela grande burguesia, pela grande propriedade ou capitalismo que, aos poucos, vai absorvendo-a e lançando-a, atirando-a no meio do proletariado, empobrecendo-a, aviltando-a. Havia a pequena propriedade. Esta é abolida, suprimida pela grande que se concentra cada vez mais, e esta concentração produz, aumenta o pauperismo. Diz o mesmo Marx:

“A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade nas mãos de alguns indivíduos. A consequência fatal dessas mudanças foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas entre si por laços feudais, mas tendo interesses, leis, governos, tarifas alfandegárias diferentes, foram reunidas numa só nação, sob um só governo, uma única lei, uma tarifa alfandegária única e um só interesse nacional de classe” (*Manifesto comunista*, pág. 16).

Concentração econômica e concentração política. Mesma conclusão de Augusto Comte.

E continua:

“Frações inteiras da classe dominante são precipitadas no proletariado, o trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza.” (“, pág. 22)

A Igreja usa da mesma, da mesmíssima linguagem, e dos mesmos, dos mesmíssimos conceitos.

Diz Leão XIII:

“Os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a afluência da riqueza nas mãos de pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião, enfim, mais avantajada que os operários formam de si mesmos, e sua união mais compacta, tudo isto, sem falar

da corrupção dos costumes, deu em resultado final terrível conflito” (“, pág. 4).

Explicando a concentração da burguesia, do capital, da propriedade, da riqueza, diz Lenine que as últimas décadas viram surgir em lugar das empresas individuais, das sociedades por ações, sociedades de sociedades capitalistas, sindicatos (ou cartéis) e trustes, compreendendo vários ramos da indústria. Diz Bukharine que, “no começo do século XX, a metade dos capitães do mundo inteiro se achava já entre as mãos dos sindicatos e dos trustes”. (*A. B. C. do Comunismo*, pág. 102). É esta a situação geral do modo de produção atual. Os bancos absorvem capitais cada vez maiores e os colocam em quantidade cada vez mais considerável na indústria. O capital bancário se transforma assim em capital industrial. De modo que as indústrias caem sob a dependência dos bancos que as sustentam. Esta forma de capital é o capital financeiro. Logo o capital financeiro é o capital bancário enxertado pelo capital industrial. Em resumo: “Toda indústria de um país está reunida em sindicatos, trustes e empresas combinadas, por intermédio dos bancos; na direção da vida econômica, um punhado de grandes banqueiros dirige toda indústria. E o Estado executa todas as vontades desses potentados dos bancos e dos sindicatos.” (“, pág. 105)

Ora muito bem. Era o que, antes do comunismo russo, já constatava Leão XIII. Dizia ele: “A tudo isto deve acrescentar-se o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito, que se tornam o quinhão de um pequeno número de ricos e de opulentos, que impõem assim jugo quase servil à imensa multidão dos proletários.” (“, pág. 5)

A pequena propriedade negada pela grande, pelos cartéis, pelos trustes, pelo capital financeiro.

Leão XIII também se referia nos termos mais claros à concentração da riqueza e do poder. Dizia ele: “A violência das revoluções políticas dividiu o corpo social em duas classes, e cavou entre elas imenso abismo. De um lado, a onipotência na opulência: uma facção que, senhora absoluta da indústria e do comércio, torce o curso das riquezas e faz correr para o seu lado todos os mananciais, facção que, aliás, tem na sua mão mais de um motor da administração pública. Do outro, a fraqueza na indigência: uma multidão com a atina ulcerada, sempre pronta para a desordem.” (“, pág. 37)

E’ o que também consigna a encíclica de Pio XI sobre “A restauração da ordem social”. Diz ele:

“Ao aproximar-se o fim do século XIX, o novo sistema econômico de há pouco introduzido e os novos incrementos da indústria haviam chegado a conseguir que a sociedade em quase todas as nações se mostrasse sempre mais francamente dividida em duas classes: a primeira, exígua de número, que gozava de quase todas as comodidades produzidas abundantemente pelas invenções modernas; a outra, composta por imensa multidão de operários, que, oprimidos por funesta penúria, inutilmente se afdigava para sair de suas aperturas.” (“, pág. 71)

*Conclusão: A respeito da luta de classes, Leão XIII e Pio XI repetem precisamente o que disse Marx.*

#### A CONCENTRAÇÃO DA RIQUEZA NUM POLO E, EM POLO OPOSTO, A MISÉRIA.

Diz Marx:

“A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceram à burguesia nascente novo campo de ação.... (“, pág. 13). À medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, a burguesia desenvolvia-se concomitantemente, decuplicando seus capitais (“, pág. 14). A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos: argumentou prodigiosamente a população das cidades em prejuízo da dos campos e, por isso, preservou grande parte da população do atraso da vida dos campos. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, às nações bárbaras ou semicivilizadas, subordinou os países agrícola aos industriais, o oriente ao Ocidente”. (“, pág. 18).

Crescia diminutamente num pólo e empurrava para pólo oposto a grande massa sobre cuja miséria firmava sua opulência.

Diz Pio XI:

“Depois de terem as artes mecânicas, e as indústria do homem penetrado tão rápida e difusamente em regiões sem conta, tanto pelas terras que se dizem novas, como pelos reinos do longínquo Oriente, já famosa por antiquíssima civilização, cresceu decididamente a multidão dos proletários necessários, e seus gemidos bradam da terra a Deus. Acrescente-se o grandíssimo exército de trabalhadores da roça, reduzidos a ínfima condição de vida e privados de toda a esperança de obter um dia ‘alguma porção de terra’ e portanto submetidos para sempre à condição de proletários, se não se usarem remédios convenientes e eficazes.... pág. 78). As ri-

quezas tão copiosamente crescidas neste nosso século chamado de industrialismo não estão retamente distribuídas e aplicadas às diferentes classes de homens.” (“, “)

E batendo sempre na mesma tecla:

“Em primeiro lugar, o que impressiona a vista é que, nos nossos dias, não há só a concentração da riqueza, mas também o acúmulo de um poder enorme, de uma posse despótica da economia na mão de poucos e estes frequentemente nem são proprietários, mas simplesmente depositários e administradores de capital do qual, porém, dispõem a seu gosto e prazer. (“, pág. 82).”

*Conclusão: Também para a Igreja a acumulação da riqueza produz a acumulação da miséria.*

A CONCENTRAÇÃO DO PODER. Marx e Comte dizem que, com a concentração da riqueza e do poder, o que há vem a ser riqueza e poder de uma classe contra outra classe.

Diz Marx:

“A burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, apoderou-se enfim do poder político com exclusão das outras classes... O governo moderno não é mais que um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa.” (“, pág. 14)

“Tal concentração de forças e de poder, que é quase a note específica da economia contemporânea, é o fruto natural daquela desenfreada liberdade de concorrência, que deixa sobreviver somente os mais fortes, isto é, os que mais frequentemente usam da violência na luta e os que têm menos escrúpulos de consciência.” (“, pág. 82)

Dizem Marx e Comte: a pequena propriedade, a livre concorrência negou os monopólios, os privilégios e a grande propriedade feudal, e agora está sendo negada pela grande propriedade burguesa.

Diz Pio XI:

“A livre concorrência destruiu-se por si mesma; à liberdade do mercado subentrou a hegemonia econômica; à cobiça do lucro seguiu o desmedido desejo do predomínio; e toda a economia tornou-se assim horripelantemente áspera, inexorável, cruel.” (“, “)

E o Estado não é o soberano e árbitro das coisas, mas instrumento de uma classe contra outra classe.

Diz ele, Pio XI:

“O Estado (está humilhado), a se tornar escravo e dócil instrumento das paixões e ambições humanas enquanto se deveria assentar como soberano e árbitro das coisas, isento de paixões, de partido e ocupado em procurar somente o bem comum e a justiça.” (“, “)

*Conclusão: Também para a Igreja, o Estado não está acima das classes; mas ao serviço de uma delas.*

O IMPERIALISMO. Marx diz que há a luta nacional entre o proletariado e a burguesia; esta luta é, ao mesmo tempo, econômica e política; e há a luta internacional entre as burguesias dos países estrangeiros, também chamada a luta entre os imperialismos.

Diz ele:

“A organização do proletariado em classe (luta econômica) e, com o andar do tempo, em partido político (luta política), é, sem cessar, destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas, renasce sempre, e sempre mais forte, mais firme, mais formidável... (“, pág. 20). A burguesia vive num estado de guerra perpétua (“, “). Finalmente, contra a burguesia dos países estrangeiros.” (“, “)

Diz Pio XI:

“A mesma concentração de riquezas e de poder gera três espécies de lutas para o predomínio: primeiramente se combate para a prevalência econômica (luta econômica); depois se altera encarniçadamente para o predomínio sobre o poder político (luta política), a fim de se valer de suas forças e de sua influência nas competições econômicas; enfim, há luta entre os mesmos Estados.” (“, pág. 82) (burguesia contra burguesia ou imperialismo contra imperialismo).

Ele diz esta mesma coisa nestas outras palavras que certamente Lenine subscreveria: “*De um lado, o nacionalismo ou mesmo o imperialismo econômico; de outro lado, não menos funesto e detestável, o internacionalismo bancário ou imperialismo internacional do dinheiro*”. (“, “)

*Conclusão: Também para a Igreja o capitalismo é o regime das contradições.*

CONTRA O INDIVIDUALISMO. Marx diz que “o desenvolvimento mesmo da grande indústria destrói, em seus fundamentos, o regi-

me de produção e de apropriação dos produtos, sobre o qual se apoiava a burguesia”. (“, pág. 23).

Confirma-o Pio XI nestas sínteses:

“Enfrentava ela [a doutrina de Leão XIII] corajosamente os ídolos do liberalismo e os abatia; não levava em conta preconceitos inveterados; prevenia os tempos, além de toda expectativa”... (“, pág. 72).

“Durante longo tempo o capital demasiado adjudicou a si próprio. Tudo que era produzido e os frutos que dele provinham, tudo o capital tomava para si, apenas deixando ao operário o acréscimo para restaurar as forças e reproduzi-las. Pois que iam afirmando que, por uma lei econômica de todo inevitável, toda a soma do capital pertencia aos ricos, e, por efeito da mesma lei, os operários deviam ficar perpetuamente na condição de proletários, isto é, constrangidos a um teor de vida precário e mesquinho... Ora que estas opiniões falsas, estes preconceitos falazes tenham sido fortemente combatidos... não causará admiração a ninguém...” (“, pág. 77). Como a unidade da sociedade humana não pode ser fundada na oposição de classe, assim a reta ordem da economia não pode ser entregue à livre concorrência das forças. Dali, como de fonte envenenada, derivam todos os erros da ciência econômica individualista, que, esquecendo ou ignorando que a economia tem um caráter social não menos que moral, julgou que a autoridade pública fosse obrigada a estimá-la e a deixá-la absolutamente livre em si mesma.” (“, pág. 80)

“Os lucros fáceis que a anarquia do mercado abre a todos, aliciam muitos homens para a permuta e a venda, e estes, cobiçando unicamente arranjar lucros prontos e com o menor trabalho, com a desenfreada especulação, fazem é subir e baixar os preços, a seu bel talento e avidez com tanta frequência que fazem falir todas as sábias previsões dos produtores.” (“, pág. 85).

Marx e Comte dizem que os operários, voltando-se contra a burguesia, obedecem a natural impulso de defesa determinado pelo seu próprio instinto de conservação.

O mesmo afirma Pio XI: Diz ele: “Desviando-se do reto caminho os diretores da economia; foi natural que também a massa dos operários se necessitasse no mesmo abismo, e isto ocorria ainda mais quando muitos dos superintendentes das oficinas desfrutavam seus operários como simples máquinas, sem se importar de suas almas, nem cogitar de outros interesses.” (pag. 85)

*Conclusão: Também a Igreja considera como “natural” o movimento do proletariado contra o capitalismo “liberal” que o asfixia.*

O TRABALHO É TUDO. Para Marx, o trabalho é tudo. É o único gerador do capital. Diz ele: “O trabalho assalariado cria propriedade para o proletário? De nenhum modo. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado... O capital não é, pois, uma força pessoal, é uma força social.” (“, pág. 24)

Para Leão XIII, igualmente, o trabalho é tudo. Diz ele: “O trabalho tem tal fecundidade e tal eficácia que se pode afirmar, sem receio de engano, que ele é a fonte única de onde procede a riqueza das nações.” (“, pág. 29)

Pio XI acrescenta: “Leão XIII disse coisa muito verdadeira, isto é, que ‘a riqueza pública não vem produzida de outra fonte que não seja o trabalho dos operários.’” Não vemos, de fato, com os nossos próprios olhos, como a ingente soma de bens, de que se compõe a riqueza dos homens, é produzida pelas mãos dos operários, que ou trabalham de per si ou admiravelmente multiplicam sua eficiência, valendo-se de instrumentos, isto é, de máquinas?” (pág. 77)

O trabalho é tudo. No entanto, a situação do trabalhador é das mais precárias, senão desesperadoras.

Diz A. Comte:

“Um proletário qualquer deve possuir todos os materiais de uso exclusivo e contínuo, quer seu, quer de sua família. Esta regra, evidentemente realizável, é o único meio de assegurar a ordem pública. Longe estamos, porém, de seu digno preenchimento. Muitos homens estimáveis não gozam ainda da propriedade de seus móveis mais usuais, e alguns nem sequer têm a de seu vestuário. Quanto ao domicílio, vós sabeis que a maioria dos proletários está antes acampada do que alojada em nossas cidades anárquicas. Entretanto, bastaria decompor em apartamentos a venda ordinária das casas, como se vê em algumas cidades, para que cada família popular, após leve acréscimo de aluguel durante alguns anos, viesse a possuir irrevogavelmente sua habitação.” (*Catecismo Positivista*, pág. 389)

Diz Carlos Marx:

“O operário moderno longe de elevar-se com o progresso da indústria, desce sempre mais baixo, abaixo do nível das condições de sua própria classe. O trabalhador cai no pauperismo, e este cresce ainda mais rapidamente que a população e a riqueza.” (pág. 22)

Diz Leão XIII que há “a afluência da riqueza nas mãos de pequeno número ao lado da indigência da multidão” (pág. 3), que há “pe-

queno número de ricos e de opulentos, que impõem jugo quase servil à imensa multidão dos proletários”. (pág. 5)

E acrescenta:

“A promiscuidade dos sexos e outras excitações ao vício constituem, nas oficinas, um perigo para a moralidade. Os patrões esmagam os trabalhadores sob o peso de ônus iníquos. Desonram neles a pessoa humana por condições indignas e degradantes atentam contra a sua saúde por um trabalho excessivo e desproporcional com sua saúde e sexo.” (pág. 30).

Diz Pio XI:

“De fato, Veneráveis Irmãos e Filhos diletos, fitamos os olhares sobre a organização econômica hodierna e a achamos profundamente desconcertada (pág. 84). Na verdade, causa horror a consideração dos grandes perigos gravíssimos a que são expostos nas oficinas modernas os costumes dos operários (dos moços principalmente) e o pudor das donzelas e das mulheres; dos obstáculos que frequentemente a presente organização econômica e sobretudo as condições de todo irracionais da habitação, trazem à união e à vida da família...

“E assim o trabalho corporal, que a Divina Providência, mesmo após o pecado original, estabelecera como exercido para bem do corpo e da alma, vai se convertendo em instrumento de perversão; isto é, a matéria inerte sai da fábrica enobrecida, e as pessoas, ao contrário, nela se corrompem e se aviltam.” (“, página 85)

*Conclusão: Também para a Igreja a organização econômica da burguesia arruína a massa do proletariado.*

A FAMÍLIA. Quanto à família, que pretende o positivismo? A dignificação da mulher, do lar. Diz Augusto Comte: “O homem deve sustentar a mulher (*Catecismo Positivista*, pág. 346). Voluntariamente encerrada no santuário doméstico, a mulher ali promove livremente o aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos” (“, pág. 345).

Diz Leão XIII:

“Crescei e multiplicai-vos.” Eis, pois, a sociedade doméstica, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda sociedade civil (“, pág. 10).

Se os indivíduos e as famílias, entrando na sociedade, nela achassem, em vez de apoio, obstáculo, em vez de proteção, diminuição de seus direitos, dentro em pouco a sociedade seria mais para evitar do que para procurar.” (“, pág. 11)



Diz que “importa à salvação comum e particular que a ordem e a paz reinem por toda parte, que toda economia da vida doméstica seja regulada segundo os mandamentos de Deus e os princípios da lei natural” (“, pág. 30). Mas sabe que o não é, porque há “a afluência da riqueza nas mãos de pequeno número, ao lado da indigência da multidão” (“, pág. 3).

Pio XI fala igualmente “dos obstáculos que frequentemente à presente organização econômica e sobretudo as condições de todo irracionais da habitação trazem à união e à vida de família”. (“, pág. 85)

Diz Marx:

“As declarações burguesas sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, tornam-se cada vez mais repugnantes à medida que a grande indústria destrói todo o laço de família para o proletário e transforma as crianças em simples objeto de comércio, em simples instrumentos de trabalho.

“Mas eleva-se um clamor do seio da burguesia: Vós, comunistas, quereis introduzir a comunidade das mulheres! Para o burguês, sua mulher nada mais é que um instrumento de produção. Ouvindo dizer que os instrumentos de produção devem ser postos em comum, ele conclui naturalmente que haverá comunidade de mulheres. O burguês não desconfia que se trata precisamente de dar à mulher outro papel que o de simples instrumento de produção. Nada mala grotesco, aliás, que o horror ultramoral que, a nossos burgueses, inspira a pretensa comunidade oficial das mulheres entre os comunistas. Os comunistas não precisam introduzir a comunidade das mulheres. Esta quase sempre existiu. Nossos burgueses não contentes em ter à sua disposição as mulheres e as filhas dos proletários, sem falar da prostituição oficial, encontram prazer singular em seduzir as mulheres uns dos outros,... (Também Augusto Comte dizia: “A poligamia é, hoje.... mais real amiúdo em Paris do que em Constantinopla”), (pág. 383).

Em último caso, poderiam acusar os comunistas de querer substituir uma comunidade de mulheres hipócrita e dissimulada, por outra que seria franca e oficial. De resto, é evidente que, com a abolição das relações de produção atuais, a comunidade das mulheres que deriva disto, isto é, a prostituição oficial e não oficial desaparecerá”. (“, págs. 27 e 28)

Tal opinião é assim sintetizada por outros marxistas: Na sociedade burguesa, a família é objeto de luxo. Os proletários não podem tê-la e os burgueses que a têm não a dignificam, mas a dissolvem, com seus vícios. Em certos países, a natalidade diminui porque esse é um problema

de ordem econômica. Não podem procriar; seria desumano que o fizessem, os que nem sequer têm para si, os que nem sequer têm o com que sustentar-se. Na sociedade proletária, todos indistintamente poderão ter sua família. É outra a situação da mulher. Ela não precisará de se vender para viver. As uniões não se farão como até aqui, quase sempre por conveniência, por dinheiro. Serão o resultado de inclinações naturais, e estas são as únicas verdadeiramente duradouras. Se desregramentos os houver, e eles são próprios da natureza humana (o coração tem razões que a razão desconhece), a culpa daquelas, é de nossa própria fraqueza, é do nosso próprio instinto, e não do nosso estado de coisas.

A esse respeito, vale a pena transcrever aqui este depoimento de Riazanov sobre a vida de Marx e Lenine:

“Marx, com o organismo abatido, não pôde resistir a dois golpes que o feriram sucessivamente: a morte de sua mulher e a de sua filha. Com um semblante de poucos amigos, Marx, por mais extraordinário que isso pareça, amava muito sua família, era muito meigo em sua vida privada. Sob esse aspecto, assemelhava-se bastante a Tcherychevsky. Lendo-se suas cartas a sua filha mais velha, fica-se admirado da sensibilidade e da ternura extraordinária desse homem de exterior tão rude.” (*Marx e Engels*, pág. 215)

Eis sua opinião sobre Lenine:

“Lenine adorava sua família.” (“;“)

Dos dois se pôde dizer que foram homens de uma só ideia e de uma só mulher.

Também Herriot, no *A nova Rússia*, põe em destaque o grau de afetuosidade do povo russo em geral e de seus dirigentes. O atual chefe do governo francês escreveu esse livro, como ele próprio o declarou, com o objetivo de “imparcialidade”. (Prefácio)

“Pode observar na calma e livremente”. (“). E “redigir suas notas, sem a preocupação de agradar ou desagradar”. (“)

Nesse trabalho, não se limita a afirmar que “o novo regime russo é rico de homens e de homens jovens” (pág. 177), “com plena força de criação, laboriosos e honestos” (pág. 294), capazes de “modelarem poderoso Estado moderno”. (“;“) Analisa a democracia proletária em todo seu conjunto, dizendo quanto àquela afetuosidade o seguinte:

“Visito centros de instituição popular as crianças almoçam às nove horas. Têm aulas de dez às doze. Jantam às duas horas. Descansam até às quatro. Tomam chá. Estudam das cinco às oito. As meninas, bastante graciosas, infinitamente educadas e ternas, elas próprias fazem a arrumação. No dormitório, não têm quase nenhum luxo: apenas a fotografia de seus pais e pequena rosa artificial, atada ao travesseiro, conforme tocante costume russo”. (pág. 249 e 250)

“Em seu modesto gabinete de trabalho do Kremlin, mais simples que uma célula de monje, o Sr. Lunatscharski, diretor-geral da universidade soviética, procura explicar-me, com uma precisão bastante francesa, o estado atual do ensino e da cultura na nova Rússia. Enquanto conversamos, como amigos felizes de se reencontrarem, seu filho – ‘verdadeiro Parigot’, disse-me ele – atira-se em seus braços com tocante efusão.” (“, pág. 240).

Mostrando que o que o comunismo pretende é não degradar, mas dignificar a mulher, há entre inúmeros outros documentos, “o relatório oficial da delegação britânica das *trades-unions*”, onde se lê:

“Pela primeira vez, no curso de toda existência da Rússia, a prostituição foi tornada ilegal. As medidas tomadas para fazê-la desaparecer são, em geral, contra o homem: todo pagamento feito para esse fim a uma mulher por um homem que não viva regularmente com ela, é considerado como uma ofensa passível de pena.

As antigas casas oficialmente reconhecidas pelo governo, e onde era possível alugar mulheres por determinado preço, estão fechadas. Sob o tzarismo, estas casas formavam uma instituição do governo: era um oficial de polícia que presidia a cerimônia de sua inauguração, e padres ortodoxos que as benziam.” (Págs. 111 e 112)

Segundo outras informações, uma das legendas mais espalhadas por toda Rússia, visando quanto possível, coibir a imoralidade sexual, vem a ser à seguinte:

“Uma mulher que tem dois homens, é como um homem que tem duas palavras.”

Em resumo:

O marxismo, o comtismo e o catolicismo sobrepõem a família ao indivíduo. O individualismo procede de modo inverso.

Diz Spencer: “As sociedades que tinham a família por unidade de composição, se transformam em sociedades em que o indivíduo é a unidade elementar”. (*O indivíduo contra o Estado*, pág. 48)

*Conclusão: Na sociedade capitalista, os pobres não podem ter família. Só a têm os ricos que, entretanto, em regra, a corrompem. O regime da família é incompatível com o da propriedade privada.*

A RELIGIÃO A FAVOR DOS RICOS – Augusto Comte diz que o papado, “para conservar sua existência material, põe suas doutrinas ao serviço de todos os fortes”; e os marxistas lhe fazem igual acusação, dizendo que ele é pelos ricos contra os pobres.

Pio XI responde a essa acusação à Igreja nestes termos:

“Veneráveis Irmãos, vos é dado entender com quanta dor vemos em alguns países, especialmente não poucos dos nossos filhos, os quais não chegamos a nos convencer que hajam de todo abandonado a verdadeira fé e a boa vontade, terem desertado do campo da Igreja a fim de passar para as fileiras do socialismo ... (“, página 84). Com paternal ansiedade vamos nós pensando e investigando como tenha podido acontecer tão grande aberração e parece-nos ouvir que muitos deles nos respondem para sua desculpa: a Igreja e aqueles que se proclamam seus mais dedicados amigos favorecem os ricos, descumram os operários e para estes não têm cuidado algum; por este motivo, foram eles obrigados, a fim de prover a si mesmos, a se agregarem às fileiras dos socialistas.” (“, ”)

E reconhece que os que se servem dessa desculpa, até certo ponto, têm razão. Reconhece-o, dizendo:

“É, sem dúvida, coisa bem lastimável, que hajam existido e ainda existam, os que, declarando-se católicos, quase hajam esquecido a lei sublime da justiça e da caridade, que não somente prescreve dar a cada um o que lhe é devido, mas, ainda, socorrer os nossos irmãos indigentes como a Cristo mesmo; e, coisa ainda mais grave, por cobiça de lucro, não receiam de oprimir os trabalhadores. E há também quem abuse da mesma religião, fazendo de seu nome um paravento para suas próprias vexações, a fim de se poder subtrair às reivindicações plenamente justificadas dos operários. Nós não deixaremos nunca de reprovar semelhante conduta; visto que são estas as causas por que a Igreja, embora não o merecendo, pode ter a aparência e portanto ser acoimada

de tomar a defesa dos ricos e de não ter sentimento algum de piedade para os sofrimentos daqueles que se acham como que deserdados de seu quinhão de bem-estar nesta vida.” (“, “)

E ainda:

“Quanto esta aparência, esta acusação seja injusta e imerecida, toda a história da Igreja o atesta; e a Encíclica mesma de que celebramos o aniversário (a de Leão XIII) é a mais esplendida prova da suma injustiça de contumélias e calúnias semelhantes levantadas contra a Igreja e seus ensinamentos”. (“, “)

*Conclusão: A Igreja não deve ser pelos ricos contra os pobres. Mas há os que se acobertam sob seu nome, para se subtrair às “reivindicações plenamente justificadas dos operários”.*

PELOS SINDICATOS. O capitalismo vai se concentrando em cartéis ou sindicatos e trustes. O trabalho livre, por sua vez, tem procurado unir-se também em seus sindicatos. São sindicatos contra sindicatos. Daí por que diz Marx:

“A indústria desenvolvendo-se, não somente engrossa o número dos proletários, mas concentra-os em massas mais consideráveis; os proletários aumentam em força e tomam consciência de sua força” (“ pág. 19).

Começam por unir-se contra os burgueses para manter seus salários. Vão até formar associações permanentes (sindicatos) prevenindo essas lutas de ocasião. Aqui e ali, a resistência transforma-se em revolta”. (“, pág. 20)

Há a luta econômica e a luta política. Há a classe, o movimento, e o partido, a teoria.

A classe só é a luta econômica. A classe sob o partido é, ao mesmo tempo, a luta econômica e a luta política. A primeira e a terceira internacional são essas duas lutas juntas; a segunda só foi a luta econômica.

A escola católica também é pelos sindicatos. Diz Leão XIII:

“É nas sagradas letras que se lê esta máxima: ‘Mais valem dois juntos que um só, pois tiram vantagem da sua associação. Se um cai, o outro sustenta-o. Desgraçado do homem que só, pois quando cair não terá ninguém que o levante.’ E esta outra:

“O irmão que é ajudado por seu irmão é como uma Cidade forte”. (“, pág. 39).

A sociedade particular é aquela que se forma com um fim particular, como quando dois ou três indivíduos se associam para exercer em comum o comércio. Ora, pelo fato de as sociedades particulares não terem existência senão no selo da sociedade civil, da qual são como outras tantas partes, não se segue, falando em geral e considerando apenas sua natureza, que o Estado possa negar-lhes a existência.” (“, pág. 40)

E Pio XI:

“O homem tem liberdade não só de formar estas associações que são de ordem e de direito privado, mas de nelas introduzir a organização e estatutos mais convenientes ao seu fim.” (“, pág. 80)

*Conclusão: Também a Igreja é pelo direito da livre organização sindical do proletariado.*

A EDUCAÇÃO E A RELIGIÃO. O marxismo e o positivismo estão de perfeito acordo quanto à socialização da propriedade. Pio XI já concorda em parte com essa socialização. Diz ele: “Na verdade, com toda razão, pode-se sustentar haver categorias de bens que devem ser reservados exclusivamente para os públicos poderes, quando trazem consigo tal preponderância econômica, a qual não pode ser entregue às mãos de cidadãos particulares, sem perigo do bem comum.” (“, pág. 83)

Agora, por que meio, por que processo se pode alcançar essa socialização integral ou parcial? Em relação a esse problema, se a escola católica diverge do marxismo, está de acordo com o positivismo. A solução do marxismo é esta: a transformação do modo de produção pela força: luta econômica e luta política.

Diz Marx:

“A primeira etapa na revolução operária é a constituição do proletariado em classe dominante, a conquista do Poder Público pela democracia. O proletariado servir-se-á de sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, as massas das forças produtivas disponíveis”. (“, pág. 29)

Para Marx não é a produção intelectual que transforma a produção econômica, mas esta que transforma aquela.

Para Comte, embora em sua fundação filosófica houvesse sustentado em linhas gerais, esta mesma tese de Marx acabou, em sua

construção religiosa, renegando-a para sustentar, ao contrário, que a produção intelectual e sentimental é que condiciona a produção material, que a sistematização do trabalho depende necessariamente da sistematização da educação.

A escola católica é deste mesmo parecer. Diz Leão XIII:

“É evidente que se deve visar antes de tudo o objeto principal, que é o aperfeiçoamento moral e religioso ... (“, pág. 44). E visto que só a religião é capaz de arrancar o mal pela raiz ... lembrem-se todos de que a primeira coisa a fazer é a restauração dos costumes cristãos; sem ela, os meios sugeridos pela prudência humana como mais eficazes, são pouco aptos para produzir salutareos resultados.” (“, pág. 48)

Diz Pio XI:

“Pesquisemos mais a fundo a raiz de tantos males e apontemos o primeiro e mais necessário remédio, isto é, a reforma dos costumes.” (“, pág. 81)

Resposta dos comunistas: Só a religião católica é capaz de arrancar o mal pela raiz... E, se ainda não o arrancou, forçoso é reconhecer ou que o remédio para o mal é outro, o que faliu tal religião.

*Conclusão: “As ideias dominantes de uma época nunca foram mais que as ideias da classe dominante”. (Manifesto Comunista, pág. 28). Pretender modificar essas ideias, sem primeiro abolir essa classe dominante, será malbar em ferro frio.*

A VIOLÊNCIA. Também a escola católica é contrária à violência. Ainda aí, se por um lado diverge do marxismo, por outro, está de mãos dadas com o positivismo que só excepcionalmente compreende aquele recurso extremo.

Diz Leão XIII:

“Suas reivindicações [do proletariado] devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições.” (“, pág. 16)

Todavia, observa ele:

“Nunca uma classe possa oprimir impunemente a outra.” (“, pág. 30)

Diz Pio XI:

“O comunismo ensina e persegue dois pontos, não já por vias ocultas ou por meio de rodeios, mas abertamente, e com todos os meios, mesmo os mais violentos: uma luta de classe a mais encarnçada e a abolição

absoluta da propriedade particular. E perseguindo os dois intentos, não há coisa que ele não tente e nada que lhe mereça respeito; e, onde chegou a se apoderar do governo, mostra-se tão cruel e selvagem que parece coisa, inacreditável e monstruosa. Disto dão prova as carnificinas espantosas e as ruínas que têm acumulado sobre vastíssimos países da Europa oriental e da Ásia”. (“, “)

A esse ataque os comunistas assim respondem: as *contradições* são do domínio da natureza e do domínio social. As evoluções só se fazem por meio delas. Elas, sim, é que são *lei natural*. Toda história da humanidade tem sido de choques e contrachocos. A Igreja clama agora contra as “carnificinas e as ruínas”. Mas foi por esse processo que ela venceu e pôde por muitos anos manter seu prestígio. Jesus já dizia:

“Quanto, porém, a esses meus inimigos, que não quiseram que eu os governasse, trazei-os aqui e matai-os diante de mim”. (S. Lucas, 11, 19, 27).

“Coube a São Tomás de Aquino a honra de haver formulado para a Igreja a doutrina oficial sobre a heresia.

“A heresia”, disse ele, “é um pecado pelo qual merece aquele que o comete, não só ser excluído da Igreja, como também do mundo. Persiste o herege em seu erro? Pois a Igreja deve renunciar a salvá-lo e velar pela salvação de seus fiéis, excluindo-o de seu seio.

“E, mais, deve remetê-lo aos juízes seculares, encarregados da missão de o enxotar deste mundo, infligindo-lhe a pena de morte. Assim não fazia o Doutor Angélico, segundo era chamado, senão cobrir com sua autoridade a política que vinha sendo aplicada pela Inquisição.” (*História geral do socialismo*, Max Beer, pág. 167)

Nesta altura, os comunistas fazem pausa, e ponderam: Aliás, os próprios católicos são os primeiros a proclamar a série de violências praticadas pela Igreja, em todo seu largo período de domínio, a um tempo, espiritual e temporal.

Assim é que escreve o Sr. Tristão de Ataíde:

“Não pretendemos nenhuma volta à Idade Média, nem julgamos que a Idade Média fosse algum momento ideal da história, nem mesmo para a Igreja Católica.” (*Introdução à Economia Moderna*, pág. 187)

E para comprovar esta sua asserção, transcreve o Sr. Tristão de Ataíde esta página de Max Pribilla:

“A Idade Média vive na memória como a era católica, e muitos católicos ainda se inclinam hoje a ver nela assim como que um Ideal... Se pesquisarmos, porém, as linhas de evolução de bem perto, veremos apare-



cerem também numerosos sinais de imperfeição... Sombras profundas no quadro da Idade Média são: a rudeza indomada e dificilmente domável dos povos recentemente conquistados ao cristianismo, que deixam ainda irromper a sua barbaria muito tempo depois de ingressos na Igreja, a confusão do temporal e do eclesiástico que provocou a imiscuição da Igreja em todas as lutas políticas e fez dos bispos, freqüentemente, antes senhores mundanos que pastores de almas; as lutas impiedosas entre o Papado e o Império; a temporalização do Papado, que sofreu no século X a sua decadência mais profunda e que nos séculos XIV e XV se tornou o objeto de queixas e recriminações na cristandade; a perda de extensas terras cristãs, para o islamismo; a demorada separação das igrejas levantinas de Roma por meados do século XI; os abusos das Cruzadas e especialmente as suas crueldades na conquista de Constantinopla (1204), que até hoje alimentam o ódio dos orientais contra os latinos; a degeneração da cavalaria em jogos de amor levianos ou bandos de salteadores de estradas; a opressão da ordem dos templários; as injustiças e crueldades dos processos judiciais, especialmente nos processos de feitiçaria e de inquisição, a superstição, as ordálias e as fabricações da história para fins piedosos; e finalmente a saída da Idade Média: o sucesso tremendo do grande cisma, (1378/1417), a decadência da ciência teológica, da vida popular religiosa e da disciplina eclesiástica no clero regular e secular.”

O Tribunal da Inquisição funcionara ao tempo das Cruzadas e volta a funcionar contra a Reforma. Os inquisidores tudo pesquisavam. Milhares de inocentes ou suspeitos pagaram com horríveis suplícios e torturas, com a vida e com os bens que possuíam e eram confiscados, a culpa de supostos crimes. As vítimas desse tenebroso tribunal por obras, palavras ou pensamentos, eram arrastadas às masmorras e às fogueiras, onde em solenes autos-de-fé eram queimadas vivas. A Inquisição acusava e julgava até defuntos. E, se os reconhecia culpados, exumava-lhes os corpos para queimá-los. Os Torquemadas e Ximenes não se detiveram nem mesmo diante de Jeanne d’Arc, a virgem que, conforme a linguagem dos positivistas, encarnou em si tudo quanto havia de sublime na religião católica, tudo quanto havia de heroico na raça francesa, tudo quanto havia de devotamento na mulher. Não pouparam nem mesmo essa virgem, hoje, entretanto, canonizada...

“Das devassas de Torquemada resultou serem queimadas em dezoito anos 10.220 pessoas e ainda 97.321 foram encarceradas, banidas ou perderam seus haveres e fazendas.” (*História Universal*, João Ribeiro, pág. 318).

Argumentam ainda os comunistas:

Por outro lado, os povos que não tiveram a Inquisição, não sofreram menos nos tumultos e nas sanguinolentas guerras religiosas, na França, na Alemanha e na Inglaterra. E a Okrana, que era a Sibéria, o deserto, a morte lenta?!

De modo que a Tcheka não é senão pálida ideia da Inquisição e da Okrana. Estas eram elementos de retrocesso. Queriam deter a marcha do progresso. Nós somos elementos de progresso. Queremos não ficar onde estamos, mas ir para a frente.

Também a burguesia se queixa de nós. Também ela se esquece de seus horrores, do que nos tem feito sofrer e do modo por que se vingou de seus opressores feudais. A família imperial russa foi liquidada pela revolução russa. Mas a Revolução francesa não liquidou igualmente a família de Luís XVI?

Depois, não foi Marat, um dos heróis do Terror, que então, avaliava em 270.000 as cabeças que deviam ser cortadas?!

E não é também exato que a burguesia francesa reprimiu o movimento proletário da Comuna de Paris, em 1871, com a maior brutalidade, sacrificando cerca de 100.000 dos habitantes daquela cidade?!

Em resumo: a Antiguidade, o feudalismo católico e a burguesia não foram senão a violência. Falais em “carnificinas espantosas”. As nossas nada são perto das que praticastes.

Herriot já nos faz justiça. Já compreende que fomos mais vítimas do que autores dessas carnificinas.

Diz ele:

“Os comunistas russos, com os quais discuto esses fatos, invocam nossa própria Revolução. A resposta a esse argumento será difícil... A verdade é que foram cometidas violências de todos os lados; que o governo dos Sovietes teve de sustentar as mais trágicas lutas e em condições as mais perigosas; que os exércitos de Wrangel, ou de Koltchak, ou de Yudenitch cometeram igualmente muitos horrores. Somente a história quando a calma for restabelecida, quando for permitido estudar a Revolução com sangue frio, poderá precisar as responsabilidades.” (*A Nova Rússia*, págs. 143 e 144).

Prosseguem os mesmos comunistas:

Fomos atacados: defendemo-nos. E, quando foi preciso atacar, atacamos. A violência está intimamente ligada aos destinos huma-

nos. Também por ela é que se há de estabelecer por toda parte a ditadura do proletariado. Nós vos venceremos pelo mesmo processo por que, antes de nós, vencestes vossos inimigos. Fostes vós que nos ensinastes a dele usar. E dele usaremos como for conveniente. É esta uma questão de lei natural, e não de sentimento. Este nada tem a ver com isto.

*Conclusão: A violência está inteiramente ligada a toda evolução humana. É o que a história demonstra.*

# LIVRO XIV

## A ação do marxismo contra o capitalismo

“A INTERNACIONAL FOI FUNDADA PARA SUBSTITUIR AS SEITAS SOCIALISTAS OU SEMI-SOCIALISTAS POR UMA ORGANIZAÇÃO COMBATIVA VERDADEIRA DA CLASSE OPERARIA.”

---

“O NÚMERO SÓ PESA NA BALANÇA QUANDO UNIDO PELA ASSOCIAÇÃO E GUIADO PELO SABER.”

---

“O PROLETARIADO NÃO PODERÁ AGIR COMO CLASSE SENÃO SE ORGANIZA SEU PRÓPRIO PARTIDO POLÍTICO, OPOSTO A TODOS OS ANTIGOS PARTIDOS CRIADOS POR AQUELAS CLASSES.”



.....

## Capítulo I

*O proletariado estava dividido.*

---

*Era preciso uni-lo.*

---

*Tal o objetivo do Manifesto Comunista.*

**E**XAMINEMOS, agora, a ação desenvolvida pelo marxismo contra a burguesia ou capitalismo.

Distinguem-se três períodos na história do movimento operário internacional: o primeiro até à Comuna de Paris; o 2º da Comuna à Revolução russa; o terceiro, a parte dessa Revolução.

“O primeiro período”, diz Lenine, “é o da origem das ideias socialistas e dos germens da luta de classe do proletariado. É o da luta longa e inflamada das doutrinas e tendências socialistas extremamente numerosas. O socialismo procura seus rumos. Procura a si mesmo. A luta de classe do proletariado que ainda não se destacou da massa do “povo” pequeno-burguês, apresenta o caráter de explosões esporádicas, como a insurreição dos tecelões de Lyon. A classe operária se conduz às apalpadelas.

“Este período é o período do preparo e da formação do marxismo, única doutrina capaz de sofrer a prova da história. Este período compreende mais ou menos os 70 primeiros anos do século passado e termina pela vitória completa do marxismo pela falência (principalmente depois da revolução de 1848) de todas as formas pré-marxistas do socialismo e pela separação da classe operária da democracia pequeno-burguesa. A classe operária segue, então, sua própria via histórica.” (*A Terceira Internacional é a Herdeira da Primeira*, pág. 7)

Marx já era Marx, já havia redigido a *Stª Família* e a *Miséria da Filosofia*, quando, em 1847, com a presença de representantes do proletariado de vários países, era fundada em Londres a Liga ou Aliança dos Comunistas, que havia resultado da Liga dos Justos, de Paris, como esta resultará da Federação ou Sociedade dos Banidos, renunciada em 1834, também em Paris, por alguns refugiados alemães.

Entre aqueles representantes, figuravam Engels pelos comunistas franceses e W. Wolf pelos belgas. Marx não pudera assistir aos respectivos trabalhos.

O artigo primeiro dos estatutos da nova associação rezava o seguinte:

“O fim da Liga é a destruição da burguesia, o domínio do proletariado, a supressão da antiga sociedade burguesa, baseada sobre o antagonismo das classes, e o estabelecimento de nova sociedade sem classe, nem propriedade privada.”

E substituía a divisa da Liga dos Justos: “Todos os homens são irmãos”, por esta outra:

“Proletários de todos os países, uni-vos!”

Em segundo congresso da Liga dos Comunistas, realizado em novembro ainda de 1847, e ao qual, juntamente com Engels, também compareceu Marx, este aceitaria o encargo de redigir, de acordo com aquela, um Manifesto do Partido Comunista, que a Liga se incumbiria de divulgar e fazer adotar pelos seus vários comitês regionais.

A 24 de janeiro do ano seguinte, Marx ainda não se tinha desempenhado dessa tarefa, pelo que o comitê central da Liga resolvia adotar esta resolução:

“O comitê central, pela presente, encarrega o comitê regional de Bruxelas de comunicar ao cidadão Marx que, se o manifesto do partido comunista que ele ficou de compor, no último congresso, não chegar a Londres até 1 de fevereiro deste ano, serão adotadas providências contra ele. No caso em que o cidadão Marx não execute seu trabalho, o comitê central pede a devolução imediata dos documentos postos à sua disposição.

“Em nome e pelo comitê central: Schapper, Bauer, Moll“. (*Matiz e Engels*, Riazanov, pág. 77)

Nos primeiros dias de fevereiro, Marx concluía esse trabalho. Foi, assim, que surgiu, em 1848, o Manifesto Comunista. Aparecia em Londres, algumas semanas antes da Revolução de fevereiro e, em Paris, pouco antes da insurreição de junho do mesmo ano.

O objetivo do Manifesto era acabar com “os partidários dos deferentes sistemas utópicos, especialmente os governistas na Inglaterra e os fourieristas na França, ambos já reduzidos a simples seitas agonizantes.” (*Prefácio do Manifesto Comunista de 1890*, Engels, pág. 10); era desmoralizar “os numerosos medicastros que queriam, com suas panaceias variadas e com toda espécie de cataplasmas, suprimir as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro” (“;”), como Proudhon; era completar o comunismo unicamente instintivo, por vezes um tanto grosseiro (“) de Cabet na França e de Weitling na Alemanha; era a união dos proletários então divididos; era sua organização em um só partido de classe, para a conquista do poder político contra a burguesia.

Mas essa união não se verificava. Diz Engels:

“O 13 de junho de 1849 em Paris, a derrota das insurreições de maio em Berlim, a da revolução húngara vencida pelos russos, terminavam o grande período da Revolução de 1848. Mas o êxito da reação não era ainda definitivo. Era necessário organizar novas forças revolucionárias dispersas: a reorganização da Liga era indispensável.” (*Revelações sobre o processo dos comunistas de Colônia, na Alemanha em 1848*, trad. de Léon Remy, págs. 282 e 283).

A Liga foi reorganizada. Mas mudava o ambiente, e ela não poderia operar.

Prosegue Engels:

“Mas os serviços que esta organização poderia prestar dependiam essencialmente de uma circunstância: era preciso que a nova explosão revolucionária que se previa não viesse enganar nossa esperança. Mas, no



curso do ano de 1850, esta esperança se torna cada vez mais irrealizável e mesmo impossível. A crise industrial de 1847, que havia preparado a revolução de 1848, desaparecera. Novo período de uma prosperidade revolucionária até então desconhecida se abria. Todo aquele que tivesse olhos para ver e deles se servisse, percebia claramente que a tempestade revolucionária de 1848 se extinguiu pouco a pouco.

“Nestas épocas de prosperidade geral, em que as forças produtivas da sociedade burguesa se desenvolvem tanto quanto as condições dessa sociedade o permitem, não pôde haver absolutamente questão de verdadeira revolução. Semelhante situação só é possível nos períodos em que estes dois fatores, as forças produtivas modernas e as forças de produção burguesas entram em conflito...” Era o que Marx e eu escrevíamos na *Revue* de maio a outubro de 1850, na *Neue Rheinische Zeitung* (séries V e VI, Hamburgo, 1850, pág. 153)

“Esta fria apreciação da situação parecia a muitos uma heresia.” (“, págs. 285 e 286)

Diante delas, recomendavam discreta abstenção. Esperassem melhor oportunidade, outro período em que aqueles dois fatores de novo se apresentassem era seu conselho, que não foi bem recebido por muitos. E a Liga dos Comunistas se dividia em duas facções: a de Marx e Engels e a de Willich e Schapper. Em 1852, aqueles pronunciavam a dissolução oficial da mesma Liga, e, diz Engels, “o movimento separatista de Willich-Schapper entrava, por sua vez, no repouso eterno.” (pág. 288)

Esta divisão do proletariado, aquela prosperidade geral do revolucionarismo e suas providências de reação se não esfacelavam propriamente o movimento proletário, o detinham, o paralisavam em sua marcha.

*Conclusão: Os marxistas trabalhavam “pela união e a cordialidade dos partidos proletários de todos os países”. (Manifesto comunista)*

.....

## Capítulo II

*Lassalle, o primeiro revisor de Marx.*

---

*A Internacional seria natural complemento do Manifesto.*

---

*“Tinba esta como finalidade englobar num grande exército toda a classe operária da Europa e da América.”*

**M**AS não tardou que aquela oportunidade de novo se apresentasse, com a crise econômica de 1857, muito mais grave que a anterior de 1847: de proporções inauditas quer quanto à sua intensidade, como quanto à sua extensão. E a previsão de Marx de que, depois das derrotas de 1848-49, a primeira crise econômica daria lugar a outra vaga revolucionária, começava a se realizar. A Europa toda se convulsionava. E com ela também a América. Em 1859, sob a pressão das massas populares, os governos da França e da Alemanha tinham de anistiar os condenados políticos. A Itália lutava pela sua emancipação e unificação. Na Rússia, era abolida a servidão.

E, nos Estados Unidos, irrompia a guerra da secessão que durou quatro anos.

Mas o proletariado se mantinha desunido. Por outro lado, formava-se, na Alemanha, um partido proletário, não dentro dos moldes traçados no Manifesto Comunista, mas de revisão desses moldes: o chamado partido lassalliano.

Naquele Manifesto, Marx havia dito:

“É sobretudo para a Alemanha que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se encontra nas vésperas de uma revolução burguesa, e porque realizará essa revolução em condições mais avançadas da civilização europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que a Inglaterra e a França o possuíam nos séculos XVII e XVIII, e que, por conseguinte, a revolução burguesa alemã só poderia ser o curto prelúdio de uma revolução proletária.” (pág. 40)

Pois Lassalle procurava desviar esse proletariado do rumo revolucionário para o do eleitoralismo e de colaboração de classe.

Em maio de 1863, organizava a Associação Geral dos Operários alemães, da qual foi eleito presidente por cinco anos e com poderes quase ditatoriais. O programa dessa associação era o seguinte:

“Os abaixo assinados fundam, nos Estados confederados alemães, uma associação que, partindo da convicção de que só o sufrágio universal igual e direto pode assegurar representação conveniente dos interesses sociais da classe trabalhadora alemã, assim como a eliminação dos antagonismos de classe, tem o objetivo de agir, por via pacífica e legal e particularmente chamando a si a opinião pública, pelo estabelecimento do sufrágio universal igual e direto.” (Crítica do Programa de Gotha, Carlos Marx, pág. 63)

Lassalle dava mais amplos esclarecimentos a respeito de sua reforma na Carta aberta que dirigiu ao comitê de Leipzig.

Seu ponto de partida era mesmo o sufrágio universal, o fim que visava: a multiplicação de sociedades de produção, com créditos fornecidos pelo Estado, as quais só elas poderiam arrancar o proletariado do jugo do salariado. Era necessária, porém, para essa finalidade aquela preliminar do sufrágio.

Daí estas considerações de Riazanov:

“Para Lassalle, o sufrágio universal era um meio miraculoso que, sem outra modificação no regime político e econômico, bastava para dar imediatamente o poder à classe operária. Em suas publicações, Lassalle afirmava ingenuamente que, imediatamente depois da conquista do sufrágio universal, os operários obteriam no Parlamento quase 90% das cadeiras.”

Era a revisão do marxismo. Ele se dizia discípulo de Marx e, assim, o “adulterava”, quando não o repetia palavra por palavra, sem indicar a fonte.

Por outro lado o programa era separar o proletariado da burguesia e Lassalle com suas manobras procurava aproximá-lo de Bismarck.

De modo que era para a Alemanha que se voltava a atenção dos comunistas e havia ali este perigo: seu proletariado poder ser desviado para rumo diametralmente oposto do que lhe estava reservado. Perigo tanto maior porque conforme se refere Amédee Dunois, Lassalle era “ilustre agitador que se devotava de corpo e alma a sua obra pregando por toda parte aos trabalhadores a organização e a ação”, e ilustre agitador que pelas “suas questões com a Justiça prussiana e sua eloquência de fogo se tinha tornado popular” (Prefácio da *Crítica do Programa de Gottha*, pág. 5)

Diante dessa perspectiva, dessa possibilidade mais e mais se robustecia em Marx a ideia daquela união do proletariado sob a mesma bandeira, a mesma orientação, a mesma doutrina, o mesmo programa.

Lassalle morria em duelo em 1864, e sua Associação ficava sob direção de B. Becker e depois de Schweitzer que a conservou até 1871. Mas Marx persistia naquela resolução.

Assim argumentava:

A luta de tendências é um mal. Significa isto: várias teorias, várias orientações, várias cabeças, várias sentenças. Com a mesma teorias, todos caminham para o mesmo ponto. São forças convergentes que se intensificam. Com teorias deferentes, cada qual caminha para seu lado. São forças divergentes que se anulam, que se destroem.

O objetivo do proletariado tem de ser sua “organização em classe, e, com o andar do tempo, em partido político” (*Manifesto Comunista*, pág. 20), pois “toda luta de classe é uma luta política.” Mas em um só, e não em muitos partidos políticos. Tem de ser um só e um “único

bloco em cada país e entre todos em seu conjunto. E aquele partido geral deve ser o comunista. Por que o comunista? Porque “o fim imediato dos comunistas é o mesmo que o de todas as facções do proletariado: organização dos proletários em partido de classe, destruição da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (pág. 23); porque “não tem interesses que os separem do proletariado em geral” (“); porque, “nas diferentes lutas nacionais dos proletários, eles destacam, e colocam em primeiro lugar os interesses comuns do proletariado” (“); porque, “nas diferentes fases evolutivas da luta entre proletários e burgueses, representam sempre e por toda parte os interesses do movimento geral” (“); porque, “na prática, constituem a fração mais resoluta, mais avançada de cada país, a facção que anima todas as outras” (“); e porque, “na teoria, tem sobre o resto do proletariado a vantagem de nítida compreensão das condições da marcha e dos fins gerais do movimento proletário”. (“)

E para que cessasse integralmente aquela luta de tendências, ele imaginou congraçá-las numa associação comum. Este o espírito norteador da Internacional.

O Manifesto era a inflexibilidade, a dureza. A Internacional seria a tolerância, a suavidade.

“O Manifesto”, dizia Engels, “tem como que vida própria. Saudado, ao nascer, pelo entusiasmo da vanguarda pouco numerosa do socialismo científico [como o provam as traduções mencionadas no primeiro prefácio], foi logo empurrado para um plano inferior pela reação que seguiu a derrota dos operários parisienses de 1848 e enfim proscritos ‘pela lei’ com a condenação dos comunistas de Colônia em novembro de 1852. Com o desaparecimento, do cenário público, do movimento operário que data da Revolução de fevereiro, o Manifesto passa também a meio esquecimento.

“Quando a classe operária readquiriu forças para novo assalto contra o poder das classes dominantes, nasceu a Associação Internacional dos Trabalhadores. Tinha esta como finalidade englobar num grande exército toda classe operária da Europa e da América. Portanto, não podia partir dos princípios estabelecidos no Manifesto. Devia ter um programa que não fechasse as portas às Trades-Unions Inglesas, aos proudonianos franceses, belgas, espanhóis e italianos, e aos lassellianos alemães. Este programa – os considerandos dos estatutos da Internacional – foi redigido por Marx com tal maestria que foi reconhecida mesmo por Bakunine e os anarquistas.” (*Manifesto Comunista*, prefácio de 1º de maio de 1890, pág. 9)

Que a Internacional tinha aquela finalidade, dizia-o o próprio Marx, no seu *Manifesto Inaugural*.

Nesse documento, preliminarmente consignava que a miséria das massas trabalhadoras não havia diminuído de 1848 a 1864 malgrado todo desenvolvimento da indústria e do comércio nesse período.

“Em 1850”, dizia ele, “um órgão moderado da burguesia inglesa, muito bem informado de ordinário, predizia que, se a exportação e a importação da Inglaterra se elevassem de 50%, o pauperismo cairia a zero. Pois bem, a 7 de abril de 1864 o chanceler do Echiquier encantava seu auditório parlamentar anunciando-lhe que o comércio inglês de importação e de exportação tinha subido em 1863 ‘a 443.955.000 libras esterlinas (11.098.875.000 francos), soma surpreendente que excede quase de dois terços o comércio da época relativamente recente de 1843’. Mas ao mesmo tempo falava eloquentemente da ‘miséria’. ‘Pensai, exclamava ele, naqueles que vivem à margem desta horrível região.’ Com eloquência não menor, falava dos salários que não aumentavam, da vida humana “que, em nove casos sobre dez, não é senão uma luta pela existência.” (págs. 19 e 20)

Documentava largamente este asserto, e finalizava, nos termos do Manifesto, que o proletariado não podia levantar-se, sem fazer saltar todas as camadas superpostas que constituíam a sociedade oficial, que se tinha de erigir, portanto, em classe dominante, que tinha, portanto, de se apossar do poder público, sem o qual não poderia haver a socialização da propriedade.

“A conquista do poder político”, dizia ele, “se tornou, portanto, o primeiro dever da classe operária. Ela parece tê-lo compreendido, pois na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, na França, viram-se estas aspirações comuns, e também esforços foram feitos para reorganizar politicamente o partido dos trabalhadores.

“Há um elemento de sucesso que este partido possui: ele tem o número; mas o número não pesa na balança senão se é unido pela associação e guiado pelo saber. A experiência do passado nos ensinou como o esquecimento desses laços fraternais que devem existir entre os trabalhadores dos diferentes países e concitá-los a se sustentarem reciprocamente em todas suas lutas pela sua emancipação, será punido pela derrota comum de seus empreendimentos divididos. Foi levado por este pensamento que os trabalhadores de diferentes países, reunidos em um *meeting* público, em Saint-Martin’s Hall, a 28 de setembro de 1864, resolveram fundar a Associação Internacional.” (págs. 35 e 36)

O problema a resolver, portanto, era este: o conagraçamento, a *associação* do proletariado, sob o mesmo saber, a mesma doutrina, o mesmo partido.

Nestas condições, a Internacional visava, acima de tudo, a *criação de um partido centralizado*, a substituição de todas aquelas seitas por esse partido, por uma só e única organização diretora do proletariado.

É o que vem também amplamente exposto no folheto de agitação e propaganda da Internacional Comunista, “A 3ª Internacional é a herdeira da 1ª” onde se lê o seguinte:

*“A luta contra as seitas exigia a criação de um partido combativo. A Internacional foi fundada para substituir as seitas socialistas ou semi-socialistas por uma organização combativa verdadeira da classe operária. É o que mostram seus estatutos como seu Manifesto inaugural... E a luta da Internacional foi uma luta permanente do Conselho geral contra as seitas e as tentativas de amadores que procuravam conservar-se no seio da Internacional, mesmo contra o movimento verdadeiro da classe operária... A Internacional dirigia ela própria, pelo menos em princípio, o movimento sindical, os movimentos de greve, etc.... Marx considerava os sindicatos como um fator importante do movimento operário, como uma ‘escola do socialismo’, mas subordinado ao partido: ‘Os trabalhadores não devem exagerar o resultado final de suas lutas quotidianas. Não devem esquecer que combatem unicamente os efeitos e não as causas profundas... que empregam paliativos que aliviam, mas não curam a moléstia... Devem inscrever sobre suas bandeiras a palavra de ordem revolucionária: supressão do salário.’ Eis por que o movimento sindical deve chegar até à luta política: a luta de defesa puramente econômica deve ir até a luta de classe... Criação de um partido centralizado, apto à luta, tal é o fim dos estatutos da Internacional. A base era a seção, a cabeça, o Conselho geral. E este Conselho geral... governava como ‘ditador’. Sua ditadura consistia na aplicação rigorosa da centralização. Contrariamente aos anarquistas, que pretendiam realizar uma federação sem coesão interna profunda, a 1ª Internacional queria ser um partido centralizado da luta de classe. Os bakuninistas se opunham à sua transformação em verdadeiro partido. Combateram, com particular ardor, a seguinte passagem dos estatutos da Internacional:*

*‘Em sua luta contra o poder coletivo das classes possuidoras, o proletariado não poderá agir como classe, se não se organiza seu próprio partido político, oposto a todos os antigos partidos criados por aquelas classes. Tal organização do proletariado em partido político é indispensável para assegurar a vitória da revolução social e seu propósito final: a supressão das classes. A união das forças operárias, à qual se chegou na luta econômica, deve igualmente servir ao proletariado de alavanca em*

sua luta contra o poder político de seus exploradores. Como os proprietários da terra e do capital fazem uso de seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos e para reduzir o trabalho à escravidão, a conquista do poder político se torna a grande tarefa do proletariado.’

“Esta herança da 1ª Internacional: o Partido e a Internacional ‘centralizados’, constitui uma das mais importantes questões da luta revolucionária. Uma luta sem organização é impossível. Uma organização sem organismo central para elaborar os planos de conjunto e superintender a execução desses planos, é uma organização efêmera.” (págs. 14 a 16)

*Conclusão: “A organização do proletariado... é sem cessar destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e sempre mais forte, mais firme, mais formidável.”* (Manifesto Comunista)



.....

### Capítulo III

*“Fortiter in re, suaviter, in modo.”*

---

*Era a divisa de Marx para o conagraçamento do proletariado.*

**O** ESSENCIAL seria aquele conagraçamento, aquela união contra a divisão de tendências existentes; e Marx procurava do melhor modo alcançá-lo, sem nenhum sacrifício dos pontos básicos de sua doutrina. Havia as sessões preparatórias para a fundação da Internacional. “Eram nomeados comitês e subcomitês para redigir uma declaração de princípios. Um partidário de Mazzini e um francês redigiram projetos que foram remetidos a Marx para que preparasse o texto definitivo... A declaração de princípios é toda obra de Marx. Só a passagem da conclusão, tão frequentemente citada sobre os princípios elementares da moral e do direito que devem regular tanto as relações dos homens entre si, como as relações entre as nações” é tirada do projeto dos partidários de Mazzini (Marx-Engels, *Correspondência*, tomo 3, pág. 191)... Marx considerava os apelos ao direito e à justiça, à fraternidade, à liberdade, etc., comuns na França e na Inglaterra, como uma

invocação aos deuses da mitologia moderna (Marx-Engels, *Correspondência*, tomo 4, pág. 405). O Manifesto Inaugural não é um documento diplomático redigido para agradar unicamente os operários ingleses e franceses: contém o principal das concepções marxistas; somente a forma de expressão é adaptada à compreensão dos operários ingleses dessa época. “Era difícil”, escrevia Marx a Engels (*Correspondência*, tomo III, pág. 191), “exprimir nossas concepções sob forma aceitável para o estado atual do movimento operário... É preciso ainda algum tempo até que o despertar do movimento nos permita a vivacidade de nossa linguagem. Que é preciso é ser *fortiter in re, suaviter in modo* (Firme no fundo, mas suave na forma).” (Carlos Marx, por Max Beer, págs. 93 e 94).

Esta situação é ainda melhor caracterizada por D. Riazanov. Diz ele:

“Havia [nas referidas sessões preparatórias] ingleses que começavam dividindo-se em vários grupos: trade-unionistas, antigos cartistas, antigos owenistas. Havia franceses, muito pouco versados nas questões econômicas, mas considerados como especialistas da arte revolucionária. Havia italianos, bastante influentes então porque dirigidos por um homem muito popular entre os ingleses, o velho revolucionário Mazzini, republicano ardente e, ao mesmo tempo, homem religioso. Havia emigrados polacos, para os quais a questão polaca estava no primeiro plano. Havia, enfim, alguns alemães, todos antigos membros da Liga dos Comunistas: Eccarius, Lessner, Lochner, Pfender e, finalmente, Marx.

“Vários projetos foram apresentados. Os italianos expuseram um calcado mais ou menos no modelo do francês. Perante a subcomissão, da qual fazia parte, Marx defendeu suas teses e foi por ela encarregado de apresentar seu projeto ao *bureau* do comitê.

“Na quinta sessão, a 1º de novembro de 1864, o projeto de Marx, com algumas modificações de forma insignificantes, foi adaptado por esmagadora maioria.

“Como isto aconteceu?... Devo dizer que isto não se fez sem compromissos, sem conciliação. Como ele próprio o disse em carta a Engels, teve de introduzir nos estatutos e no programa algumas palavras como ‘direito’ ‘moralidade’ e ‘justiça’, mas as inseriu ‘de modo que não pudessem ser nocivas’.

“Mas não foi este o segredo do sucesso de Marx: não foi por isto que logrou obter em uma assembleia não heterogênea a aprovação quase unânime de suas teses. O segredo do seu estudo consistiu no talento ex-

traordinário (o que reconheceu mesmo seu inimigo Bakunine), que imprimiu a composição do manifesto integral da Internacional.

“Como frisava Marx na mesma carta a Engels, era extremamente difícil expor os pontos de vista comunistas sob uma forma que os tornasse aceitáveis para o movimento operário de então. Era impossível empregar a linguagem viva e revolucionária do *Manifesto Comunista*. Era preciso procurar ser violento, no fundo e moderado na forma. E Marx se desempenhou brilhantemente dessa tarefa.” (*Marx e Engels*, págs. 148 a 149).

*Conclusão: Não se apanham moscas com vinagre.*

.....

## Capítulo IV

*Bakunine seria o segundo revisor de Marx.*

---

*A diferença fundamental entre os sistemas de um e outro.*

---

*A anarquia como “fim” e não como “princípio.”*

**A**SSIM deveria desaparecer a luta de tendências. Todavia ela se conservava latente. Tanto assim que a história da 1ª Internacional é dividida em três fases sucessivas: a primeira, de 1865 a 1867, em que esteve sob a influência dos proudonianos; a segunda, de 1868 a 1870, em que o marxismo a empolgava; e a terceira, a partir de 1871, em que os bakuninistas concorriam para sua destruição.

Os proudonistas, como os bakuninistas, eram opostos a toda ação política, a toda e qualquer ditadura. Nisto é que se assemelhavam. Mas as bakuninistas eram comunistas, enquanto os proudonianos adversários do comunismo.

Em 1864, Bakunine, em Londres, prometia a Marx que compareceria aos trabalhos da Internacional. Mas não o fez. Depois, quando essa associação se firmava, ele, na Itália, cuidava de organizar, independentemente dela, outra associação. A seguir, na Suíça, aderiu à Liga burguesa da paz e da liberdade e foi eleito membro do seu conselho central. Dela saiu em 1868 e, ao invés de ingressar na Internacional, fundou nova sociedade: a Aliança Internacional da Social-Democracia, com o seguinte programa:

a) Guerra implacável a Deus e ao Estado;

b) A igualdade econômica e social de todas as classes, não a luta de classe, do proletariado contra a burguesia, mas a revolução do povo em geral para aquela igualdade.

Era nova revisão do marxismo, da Internacional. No entanto, solicitava a adesão da mesma aliança a esta, sob a condição, porém, de poder continuar ela mantendo seu estatuto, seu programa próprio.

O objetivo de Bakunine era penetrar na Internacional e dominá-la.

Nesta hora, dirigia ele a Marx esta carta:

“22 de dezembro de 1868. Genebra – Serno me comunicou a parte de tua carta que me diz respeito. Tu te perguntas se sou teu amigo como antes. Mais do que nunca, meu caro Marx, pois melhor que nunca, compreendo agora quanto tens razão de seguir o caminho da revolução econômica, e de nos convidar a fazer o mesmo, e de desprezar aqueles dentre nós que se entregam a empresas, meio nacionalistas, meio exclusivamente políticas. Atualmente, faço o que fazes há mais de vinte anos. Desde o adeus público e solene que apresentei aos burgueses do congresso de Berna, não conheço mais outra sociedade, outro meio que o mundo dos operários. Minha pátria e, a partir de hoje, a Internacional, da qual és um dos mais ilustres fundadores. Vês, caro amigo, que sou teu aluno, e tenho orgulho de o ser. Isto basta para te explicar minha posição e minhas convicções pessoais...”

(*Neue Zeit*, ano 19, tomo I, pág.6)

Em consequência daquela condição, o conselho geral da Internacional não podia aceitar a adesão da Aliança e a recusava. Marx combatia o ponto de vista de Bakunine e seus partidários, no folheto *Pretendidas Cisões na Internacional*, dizendo:

“A anarquia, eis o grande cavalo de batalha de seu mestre Bakunine, que, dos sistemas socialistas, não conhece senão as etiquetas. Todos os socialistas entendem por anarquia isto: o fim do movimento proletário, a

abolição das classes; uma vez atingido o poder do Estado que serve para manter a grande maioria produtora sob o jugo de uma minoria exploradora pouco numerosa desaparece, e as funções governamentais se transformam em simples funções administrativas.

“A aliança pretende o inverso. Proclama a anarquia nos meios proletários como o processo mais infalível de quebrar a poderosa concentração das forças sociais e políticas entre as mãos dos exploradores. Sob esse pretexto, pede à Internacional... substituir sua organização pela anarquia.” (*O Estado e a Revolução*, Lenine, pág. 82)

Para Marx, a anarquia seria, portanto, o fim e, para Bakunine, o começo. Tal o abismo que os separava.

Bakunine, informado daquela decisão do mesmo conselho, a ele voltava, para comunicar-lhe que a aliança havia resolvido dissolver sua organização e transformar suas seções em seções da Internacional, mas conservando seu programa teórico. O conselho ainda com isso não concordava. A Internacional era uma associação, não de várias cabeças, mas de uma só.

Foi a resposta a Bakunine, que, parecia haver com ela se conformado. “Mas Marx desconfiava, e não sem razão, que Bakunine tinha simplesmente enganado o conselho geral. Dissolvia oficialmente sua sociedade, mas dela conservava efetivamente sua organização central para, em qualquer tempo, procurar absorver a Internacional” (Riazanov, obra citada, pág. 183).

*Conclusão: Marx não compreendia a revolução social senão pela etapa da ditadura do proletariado, e Bakunine julgava desnecessária esta etapa.*

.....

## Capítulo V

*Força contra força.*

---

*O capitalismo fazia concessões ao proletariado para o manter afastado da Internacional.*

**N**ÃO se extinguia aquela luta de tendências socialistas, e, por outro lado, na prática, circunstâncias diferentes concorriam para dificultar a organização do proletariado, como classe à parte inteiramente separada da burguesia e da pequena burguesia. O Manifesto inaugural da Internacional havia dito: “A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos trabalhadores eles mesmos.”

Estes, entretanto, ou ainda se ligavam à burguesia, ou ainda eram levados a confiar em suas “boas intenções.”

Na Inglaterra, a ela se ligavam, para a obtenção do sufrágio universal.

“Os chefes operários, em parte por motivos financeiros, entraram em acordo com o grupo mais radical da democracia burguesa, que também reivindicava o sufrágio universal. Um comitê comum foi organizado para dirigir a luta.” (Riazanov, obra citada, pág. 168).

Os conservadores preopuseram aos operários o compromisso seguinte, que foi imediatamente aceito pelos membros burgueses do comitê da reforma eleitoral: o direito de voto era concedido a todos os operários que tivessem moradia (ainda que fosse apenas um quarto), pagando aluguel mínimo determinado. Por esse critério, todos os operários rurais ficavam privados desse direito, e todos “sem-trabalho” ou com salário mínimo, uns e outros já em grande número.

Foi o líder dos conservadores, Disraeli, o autor dessa manobra, que os reformistas burgueses apoiaram e levaram os operários a aceitar, insinuando-lhes que, depois da eleição do novo Parlamento, dispondo de maior força, poderiam reclamar a extensão dos direitos eleitorais, de modo a tocar a todos os operários, os urbanos e os rurais, indistintamente. Mas os operários rurais só o alcançaram vinte anos depois, em 1885, e os sem moradia só depois da revolução russa de 1905 e sob a influência dessa revolução.

Em 1865-1866, havia a guerra austro-prussiana. Era estabelecida a união da Alemanha do norte, sob a hegemonia da Prússia, e a Áustria deslocada da Confederação germânica. Em face desses acontecimentos, Bismarck, para ganhar as simpatias dos operários e dos pequeno-burgueses, estabelecia o sufrágio universal.

Na França, Napoleão também fazia concessões aos operários, abolindo alguns artigos do Código Penal contra suas coalisões.

O capitalismo se defendia do ataque marxista. Sua palavra de ordem contra este era: não nos desiludamos, mas despertemos a confiança das massas, senão as iludamos para as manter afastadas da Internacional.

*Conclusão: A emancipação dos trabalhadores é problema da maior complexidade.*



.....

## Capítulo VI

*O partido social-democrata alemão foi o primeiro partido marxista.*

—————  
*Elevava-se da prática à teoria.*

—————  
*Sua atitude em face da guerra de 1870.*

**E**SSAS concessões da burguesia atenuavam o espírito revolucionário do proletariado; dificultavam a formação de sua consciência de classe; entravavam, até certo ponto, o surto da Internacional. Mas esta ia positivamente ganhando terreno.

Na França, os blanquistas ou revolucionários desmoralizavam os reformistas ou oportunistas. Mantinham “violenta polêmica contra este, que censuravam de renunciar a toda luta revolucionária e bajular o governo bonapartista.” (“, Riazanov, pág.170).

Na Alemanha, Guilherme Liebknecht, que pertencera à organização de Lassalle, se voltava contra ela e sobretudo contra seu chefe Schweitzer.

A luta entre os dois foi de rara violência. Liebknecht acusava seus antigos companheiros de “agentes da polícia e de Bismarck!”

Expulso da Prússia, lassallianosse refugiava na Saxônia, e procurava atrair ao comunismo de Marx, ao seu programa, as sociedades operárias dessa cidade.

Nesse trabalho, encontrava jovem operário torneiro: Augusto Bebel. Os dois se fazem irmãos de armas; entravam em ação resolutamente; e viam realizado aquele seu desejo.

Em setembro de 1868, no Congresso de Nuremberg, as referidas sociedades adotavam aquele programa, e, no ano seguinte, aparecia, em Eisenach, um partido, em suas linhas gerais, francamente comunista: o partido operário social-democrata, tendo por órgão o *Volksstaat*. A Liebknecht e Bebel se juntavam alguns dissidentes lassallianos, entre os quais Bracke e Geib.

Era notável esta iniciativa. Na Alemanha, surgia, assim, o primeiro partido marxista. Seu proletariado era o primeiro a se organizar em partido político comunista. Era o primeiro que se propunha a lutar metodicamente contra a burguesia. Nem só economicamente, como as *trade-unions* inglesas, nem só politicamente, como os operários franceses, nem só eleitoralmente, como os lassallianos, mas nestas três direções conexas: teórica, política e econômico-prática.

O partido operário social-democrático, ao contrário daqueles, que não se elevaram além da prática, partiria de cima para baixo: da teoria para a prática.

A esse respeito, é de toda atualidade esta página de Engels, de 1874, no prefácio da *Guerra dos Camponeses*:

“Os operários alemães têm sobre os do resto da Europa, duas vantagens essenciais. A primeira é que pertencem ao povo mais teórico deste continente e que conservaram este sentido da teoria, quase completamente desaparecido das chamadas classes “cultivadas” da Alemanha. Sem filosofia alemã que o precedeu, notadamente a de Hegel, o socialista científico alemão o único socialismo científico que jamais existiu não se teria absolutamente constituído. Sem este sentido teórico que lhes é inerente, os operários não poderiam assimilar como assimilaram, este socialismo científico.

“Quando é grande esta vantagem é o que mostram, de uma parte, a indiferença por toda teoria, que é uma das principais razões por que o movimento operário inglês progride tão lentamente, não obstante a magnífica organização de seus sindicatos, e, de outra parte, a perturbação e os erros que provocou o proudonismo sob sua forma primitiva entre os franceses e belgas, e, sob a forma caricatural que lhe deu Bakunine, entre os espanhóis e os italianos.

“A segunda vantagem está em que os alemães foram quase os últimos a entrar no movimento operário. Assim como o socialismo teórico alemão não esquecerá nunca que repousa sobre Saint-Simon, Fourier e Owen, três pensadores que, apesar do caráter fantasista e utópico de suas doutrinas, são dos maiores cérebros de todos os tempos e que pregaram inúmeras verdades de que agora demonstramos cientificamente o valor, também o movimento operário alemão não deve esquecer que se desenvolveu graças ao movimento inglês e francês, de que pode utilizar a custosa experiência e evitar, agora, seus erros fatais, então, para a maioria. Onde estaríamos neste momento sem o exemplo das “trades-unions” e das lutas políticas dos operários franceses, sem este impulso formidável dado particularmente pela comuna Paris?

“É preciso fazer justiça aos operários alemães: souberam tirar vantagens de sua situação com rara inteligência. Pela primeira vez, desde que o movimento operário existe, a luta é conduzida com todo método e coesão em suas três direções: teórica, política e econômico-prática (resistência aos capitalistas).

É neste ataque concêntrico, por assim dizer, que está a força invencível do movimento alemão.

“Por um lado, em razão de sua posição vantajosa, e por outro, em consequência das particularidades insulares do movimento inglês e da violenta repressão do movimento francês, os operários alemães estão, no momento, colocados à vanguarda da luta proletária.

“Quanto tempo ainda os acontecimentos lhes permitiram ocupar esse posto de honra não se sabe. Mas enquanto o ocuparem, cumprirão seus deveres, como convém. Devemos esperá-lo... Para isso, deverão redobrar de energia em todos os domínios da luta e da agitação. Com relação aos chefes em particular, será seu dever instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas, libertar-se cada vez mais da influência das frases tradicionais da antiga filosofia e não esquecer nunca que o socialismo, desde que se tornou ciência, exige ser tratado, como ciência, isto é, estudado.

“O que convém, em seguida, é divulgar com redobrado zelo entre as massas operárias as concepções sempre mais claras assim adquiridas, e consolidar cada vez mais fortemente a organização do partido e a dos sindicatos.

“Se os operários alemães continuarem a progredir deste modo, é certo não que marcharão à frente do movimento (cujo interesse é ter à sua frente operários desta ou daquela nação), mas que ocuparam um posto de honra entre os combatentes, e que estarão armados e prontos a dar mostras de decisão e de força se duras provas ou grandes acontecimentos a isso os obrigarem.” (Ed. Sociais Internacionais, págs. 30 a 32)

Assim, o partido social-democrático alemão ia conduzir-se com método e coesão nestas três direções conexas: teoria, política, econômico-prática.

Ia combinar a prática com a teoria. Ia fazer obra realmente marxista, e não simplesmente *econômica* ou *política*.

Dentro dessa orientação, no ano seguinte, a guerra franco-alemã, e é conhecida a conduta corajosa que, então adotou. Pelos seus representantes na dieta da Alemanha setentrional, Liebknecht e Bebel, se abstinha de dar à burguesia alemã os elementos necessários para aquela guerra se abstinha de votar os respectivos créditos ao passo que os lassalianos os votaram.

*Conclusão: O partido marxista entendia que o proletariado só devia morrer pela sua causa, e não também pela de sua burguesia.*

.....

## Capítulo VII

*“A guerra é, hoje, uma guerra civil.”*

---

*“O trabalho não tem prática.”*

**N**A Alemanha, os fatos assim se desenrolaram. Por sua vez, a Internacional e seu conselho geral desenvolviam grande atividade revolucionária, sempre com o objetivo de separar o proletariado da burguesia.

Fatos que o atestam.

Em 1866, o conselho geral (dirigido por Marx) aprovava, no início da guerra austro-prussiana, uma resolução contra esta guerra, caracterizando-a como uma questão entre dois déspotas e recomendando ao proletariado aproveitasse a situação para sua própria emancipação.

Em 1867, a Internacional adotava, no congresso de Lausanne, a primeira resolução sobre as guerras em geral a posição do proletário em relação a essas guerras. Sublinhava que não bastava abolir os exércicios para suprimi-los, que, para tanto, era necessário ainda mudar a ordem social, abolir todos antagonismos de classes.

Em 1868, a Internacional (Congresso de Bruxelas) recomendava notadamente aos trabalhadores “cessassem o trabalho no caso em que uma guerra explodisse em seu país... Pois a guerra”, acrescentava, “é hoje uma guerra civil.” (*A Terceira Internacional*, etc., obra citada, pág. 12)

Com isto queria dizer que os operários deviam combater as burguesias que os esmagavam, os oprimiam e os trucidavam, e não seus irmãos também operários de outros países.

Em julho de 1868, o conselho geral escrevia às *trades-unions*:

“A base da ordem social deve ser a fraternidade dos trabalhadores emancipados do nacionalismo estreito... O trabalho não tem pátria.” (“, pág. 13)

E o Manifesto do Conselho geral sobre a guerra franco-alemã dizia:

“Enquanto a França e a Alemanha oficiais se precipitam em uma guerra fratricida, os trabalhadores de um e outro país trocam mensagens de paz e de amizade. Este fato, sem precedente, abre perspectiva de melhor futuro. Prova que, em face da velha sociedade, com sua miséria econômica e suas perturbações políticas, nasce nova sociedade, baseada sobre a paz no direito internacional e sobre o trabalho no domínio nacional. “ (“, “)

*Conclusão: nestas recomendações da Internacional, continha-se em germen a fórmula, mais tarde, de Lenine: “transformação da guerra imperialista em guerra civil.”*

.....

## Capítulo VIII

*O primeiro governo do proletariado: a Comuna de Paris.*

---

*“Foi um acontecimento como jamais se viu na história.”*

---

*“Cerca de 30.000 parisienses foram executados por uma soldadesca furiosa.”*

**H**OUVE, porém, os que não se satisfizeram com essas demonstrações de cordialidade internacional de classe. Houve os que pretenderam pôr em prática aquela palavra da Internacional de que “a guerra é hoje uma guerra civil.” Mas o pretenderam já um pouco tarde, já fora de ocasião não mais no curso dos acontecimentos, mas quando esses acontecimentos haviam chegado a tal situação, que não mais seria possível desviá-los de seu natural desfecho: foram os revolucionários franceses.

Eis como as coisas se passaram:

A 1ª de setembro de 1870, o exército francês era batido em Sedan e obrigado a render-se, juntamente com seu imperador Luís Na-

poleão Bonaparte, que era feito prisioneiro. A 4ª do mesmo mês, o império caía e era proclamada a República na França.

Dois dias depois, Marx escrevia a Engels:

“A seção francesa da Internacional se transportou de Londres a Paris para se fazer aí besteiras em nome da Internacional. Querem derrubar o governo provisório e instaurar a Comuna de Paris.” (*Correspondência*, tomo IV, Pág. 330).

A 9 ainda do mesmo mês o conselho geral da Internacional se pronunciava neste mesmo sentido, na seguinte declaração redigida por Marx:

“A classe operária francesa se encontra atualmente em situação extraordinariamente difícil. Toda tentativa para subverter o novo governo quando o inimigo já está às portas de Paris, constituiria demasiada loucura. Os operários franceses devem fazer seu dever de cidadãos, mas não devem deixar-se dominar pelas lembranças nacionais de 1792. Não têm que recomençar o passado, mas construir o futuro. Que utilizem tranquilamente e energicamente os meios que lhes oferecem as liberdades republicanas para realizar a organização de sua própria classe. Isto lhes assegurará forças novas e gigantescas para o renascimento da França e para a realização de nossa tarefa comum: a emancipação do proletariado.” (*A guerra civil na França*, 2º Manifesto).

Mas as recomendações e os conselhos de Marx não foram ouvidos. A 18 de março de 1871, aquela seção e o proletariado de Paris faziam a Revolução, proclamando a Comuna, este primeiro movimento do operariado como classe isolada, este primeiro governo do operariado contra a burguesia.

Ao cabo de sete semanas, esta revolução era esmagada e de que forma?

Eis como Lenine a descreveu:

“Foi um acontecimento como jamais se viu na história. Até então o poder era detido pelos proprietários e os capitalistas. Depois da revolução de 18 de março, quando o governo do Sr. Thiers fugiu de Paris com suas tropas, sua política e seus funcionários, o povo ficou só, senhor da situação e o poder passou para as mãos do proletariado... (pág. 3).

“A Comuna soube adaptar certo número de medidas que bem caracterizam sua verdadeira significação e seus desígnios... (pág. 5). Quando, enfim, as forças organizadas do governo venceram as forças desorganizadas da revolução, bravos generais de Napoleão III realizaram um massacre



como Paris jamais viu. Cerca de 30.000 parisienses foram executados por uma soldadesca furiosa; cerca de 45.000 foram presos (entre esses, muitos foram, depois, mortos); milhares foram deportados ou exilados. No total Paris perdeu cerca de 100.000 de seus filhos, entre os quais a elite dos operários de todas as profissões.” (pág. 6). (*A Comuna de Paris*, ed. franc. dois artigos e um discurso).

*Conclusão: A violência é legítima quando parte de cima para baixo: tal a moral burguesa.*

.....

## Capítulo IX

*Marx concluía que a Comuna era o protótipo do Estado proletário.*

---

*Bakunine, ao contrário, entendia que era ela a negação desse Estado.*

**M**ARX foi daquele modo contrário à Comuna. Depois, porém, de sua derrota e diante daquela reação, ele sobreestimava as lições dela decorrentes, em sua *A Guerra Civil na França*, lições, que, em resumo, eram as seguintes:

“a) Não basta que a classe operária se apodere da máquina do Estado para fazê-la servir a seus próprios fins.” (“, trad. de Ch. Longuet, pág. 39). É necessário ainda quebrar toda máquina burocrática e policial e substituí-la pelo poder do proletariado.

“Os trabalhadores não esperavam milagres da Comuna. Não têm utopias para fazer vingar imediatamente. Sabem bem que, para realizar sua própria emancipação, terão de suportar longas lutas e toda uma série de progressos históricos, que transformarão as circunstâncias e os homens.” (“, pág. 52).

“A ideia de Marx é que a classe operária deve quebrar, desfrutar a “máquina do Estado” e não se limitar a se tornar dele senhora.

A 12 de abril de 1871, isto é, em plena Comuna, Marx escrevia a Kugelmann:

“Relê o último capítulo de meu *XVIII Brumário*. Aí afirmo que a Revolução na França deve, antes de tudo não fazer passar a máquina burocrática e militar a outras mãos – foi o que sempre aconteceu até agora – mas quebrai-a [*zerbrechen*: a palavra é sublinhada por Marx no original]. É a condição primeira de toda revolução popular no continente. Foi também o que tentaram nossos heroicos camaradas de Paris.” (*O Estado e a Revolução*, Lenine, pág. 53).

“b) O proletariado de Paris nesta conjuntura fracassou sobretudo por não ter podido firmar-se no apoio de seus aliados naturais: os camponeses. ‘A falta principal da Comuna, de Paris foi seu isolamento. Vimos que a 1ª Internacional considerava como tarefa fundamental da revolução a expropriação da grande propriedade territorial. A Comuna de Paris procurava instintivamente as formas pelas quais pudesse assegurar-se do apoio aos camponeses. Não as encontrou. Ficou isolada.’” (*A 3ª Internacional é a herdeira da Primeira*, pág. 18).

Seja como for, dizia Marx, a Comuna é nova grande etapa do movimento proletário; é o protótipo do Estado proletário que assegurará a implantação do comunismo. “O Paris dos operários de 1871, o Paris da Comuna será eternamente celebrado como o precursor de uma sociedade nova. A memória de seus mártires viverá, como em um santuário, no grande coração da classe operária.” (“, pág. 87)

Bakunine e seus adeptos “tiravam ao contrário da experiência da Comuna conclusões diferentes. Continuavam a combater ainda mais violentamente toda política e todo o Estado. Eram pela organização, em ocasião propícia, das “comunas”(o governo de todos, sem nenhuma direção especial), nas cidades isoladas, as quais pelo seu exemplo dariam lugar a outras” (Riazanov, obra citada, pág. 190).

A conferência da Internacional de Londres, em setembro de 1871, resolvia, porém, contra Bakunine:

1º) que, no plano de combate da classe operária, seu movimento econômico e sua atividade política estão indissolivelmente ligados;

2º) que não podia fazer parte da Internacional nenhuma sociedade, com programa especial, que pudesse, de qualquer forma, colidir com o seu.

Depois dessa conferência, os bakuninistas saíram a atacar decididamente o conselho geral. Colocavam a questão neste terreno: O

conselho geral pretende a organização do proletariado em um partido especial para a conquista do poder político. Este seu ponto de vista, que ele quer impor a toda Internacional, que, entretanto, não o aceita. Logo reclamamos a convocação de um congresso que afinal se pronuncie em definitivo sobre o assunto. Daí o Congresso de setembro de 1872. Marx a ele compareceu pessoalmente. Bakunine, não. Este congresso confirmou inteiramente a resolução daquela conferência, assim justificando-a:

“Como os possuidores do solo e do capital se servem sempre de seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos e escravizar o trabalho, a conquista do poder político é o grande dever do proletariado.”

Depois, porque chegava à convicção de que a Aliança de Bakunine continuava a existir como sociedade secreta dentro da Internacional, por esse motivo, e por um “fato pessoal” (é que Bakunine havia feito supor que a Internacional estava ligada ao caso de Netchaev, que havia assassinado em S. Petersburgo um estudante), o congresso o excluía da mesma Internacional.

*Conclusão: a luta de tendência recomeçava francamente.*

.....

## Capítulo X

*À união sucedia outra vez a desunião.*

---

*Rompia-se “a colaboração instintiva de todas as frações.”*

---

*Extinguia-se a Internacional.*

**O**MARXISMO parecia, assim, fortalecer-se. Mas o esmagamento da Comuna tinha lhe dado sérios embaraços. O movimento operário alemão foi fortemente abalado. Bebel e Liebknecht, que haviam protestado contra a anexação da Alsácia-Lorena e se tinham solidarizado com a Comuna de Paris, foram condenados a dois anos de prisão e encarcerados em uma fortaleza. Schweitzer indispunha-se com seu partido e o abandonava. O governo alemão perseguia indistintamente marxistas e lassallianos. E, também em Eisenach, surgiu, em 1872, em um congresso composto de professores, economistas, juriconsultos, etc. o chamado socialismo do Estado ou da cátedra, assim chamado, em primeiro lugar, para se distinguir do proletário (marxista e lassalliano), e, depois, porque provinha sobretudo de professores.

Que propunha esse socialismo? A intervenção do Estado. Em que sentido? Para a transformação da propriedade privada em coletiva? Não. Apenas para adaptar medidas de harmonia entre o trabalho e o capital. Não importa que um de seus fundadores, Wagner, houvesse dito que a intervenção do Estado se recomendava, “tendo em vista também razões de política social, a fim de fazer passar cada vez mais a economia nacional” da organização individual para a organização comunista.” O que o socialismo do Estado visava era realmente aquela harmonia, para com ela uma vez que fosse possível alcançá-la, deter o marxismo que ali triunfava.

Depois, a guerra entre a França e a Alemanha foi particularmente aproveitável ou vantajosa para a Inglaterra, como o foi para os Estados Unidos a conflagração de 1914. E a burguesia inglesa se sentia muito à vontade para intensificar sua política de colonização, que lhe proporcionava excepcional situação. Com seus grandes lucros, podia melhorar os salários dos “operários qualificados da indústria” que, desse modo, passaram a defender também “seu” capitalismo, “sua” pátria. A classe operária inglesa, onde a influência do capitalismo era ainda muito fraca, cuidava cada vez menos dos interesses gerais e internacionais do proletariado e tornava-a cúmplice de seu próprio capitalismo na exploração das colônias, na escravidão dos irlandeses. etc. Com o auxílio de possantes sindicatos (*trades-unions*), imbuídos de espírito estreitamente corporativo, assegurou à sua elite parte da presa. “Mas os operários não qualificados e os trabalhadores agrícolas ingleses foram entregues, sem defesa, à exploração dos capitalistas.” (A 3ª Internacional, etc., pág. 22).

Nestas condições, as *trades-unions* obtiveram toda liberdade de ação, sendo suprimidas algumas das leis que as embaraçavam. Estas reformas desarmavam o espírito de alguns dos membros ingleses do conselho geral. À medida que a Internacional avançava, eles recuavam. Mais aquela era radical, mais eles se tornavam moderados.

A Comuna e os ataques furiosos que ela provocava, os assustavam. Eles negavam sua solidariedade a esse movimento, e ao manifesto de Marx, em sua defesa. A seção inglesa da Internacional cindia-se.

Diante de todo esse espetáculo, era aprovada, no referido congresso de Haia, a proposta de Engels da transferência da residência

do conselho geral para Nova York: Essa transferência seria provisória. Mas a Internacional se extinguiu.

Em 1876, o Conselho geral publicava naquela cidade um aviso, anunciando que ela deixava de funcionar. Estava extinta. Extinguindo-se a Internacional, reapareciam aquelas tendências divergentes que ela procurara sufocar.

“O primeiro grande sucesso”, informava Engels, “devia romper a colaboração instintiva de todas as frações. Este sucesso foi a Comuna. Quando, pela Comuna, a Internacional se tornou na Europa um poder moral, as disputas começaram. Cada tendência queria chamar a si o sucesso. A falência inevitável chegou...” (*A 3ª Internacional*, etc. pág. 19)

A situação objetiva não comportava o subjetivismo dessa associação, e dominava-o. “Não é a consciência dos homens que determina a realidade; é, ao contrário, a realidade social que determina sua consciência.” A realidade era contrária à Internacional, que teria de o compreender e com isso se conformar, até que novas condições objetivas justificassem seu reaparecimento, pelo que acrescentava Engels:

“Penso que a próxima Internacional – tendo os escritos de Marx produzido seu efeito para vários anos – será diretamente comunista e proclamará diretamente nossos princípios.” (“;”).

*Conclusão: o subjetivo só atua sobre o objetivo quando a este corresponde.*

.....

## Capítulo XI

O revisionismo do partido.

---

Marx criticava acerbamente o programa de Gotha.

---

“Nada vale”, dizia ele.

**A**NTES da 1ª Internacional, havia a classe sem o partido: as *trades-unions*, o economismo inglês. Havia o partido sem a classe: o proudhonismo e o bakuninismo. Havia o partido e a classe: os lassallianos. Mas não havia ainda o partido, a classe e a teoria, estes três elementos juntos. Não havia ainda o socialismo a um tempo, teórico, político e econômico-prático. Esse partido só haveria de surgir depois dela. Surgiu, conforme já vimos, com Liebknecht e Bebel, no Congresso de Eisenach, em 1869.

Depois da Comuna, criava-se aquela situação; a 1ª Internacional, no Congresso de Haia, entrava em colapso; e, antes mesmo dela se extinguir, extinguia-se aquele partido que dela resultara. Voltava-se ao que tinha havido: à classe sem o partido na Inglaterra, ao partido sem a classe na França, na Itália, na Espanha, etc.; e ao partido e à classe na Alemanha.



Depois, em segunda fase, partido e classe também se uniam na França, na Itália, na Espanha, etc.; e classe e partido se uniam na Inglaterra.

O tipo do socialismo alemão servia de padrão para os todos os demais países. Não havia o marxismo integral com seus três elementos, mas o havia, pelo menos, com dois. Havia, portanto, em última análise mais do que no período que precedeu imediatamente à Internacional. Por isto é que Engels escrevia no “Prefácio de 1890 do *Manifesto Comunista*”:

“A classe operária de 1874, após a dissolução da Internacional, era muito outra que a de 1864, no momento de sua fundação. O proudhonismo dos países latinos e o lassallianismo propriamente dito na Alemanha agonizavam, e mesmo as *trades-unions* inglesas, então ultraconservadoras, aproximavam-se pouco a pouco do momento em que, em 1887, o presidente do seu congresso, em Swansea, podia dizer em nome delas: “O socialismo continental deixou de ser um espantoso para nós.” (pág. 9)

Vejamos como se verificou essa transmutação:

Na Alemanha, depois de condenados Bebel e Liebknecht, os marxistas fundiam-se, em 1875, no Congresso de Gotha, com os lassallianos. E fundiam-se com um programa não marxista, não revolucionário, não teórico, político e econômico-prático simultaneamente, mas lassalliano, democrático, político e econômico-prático, apenas.

Conhecido esse programa, Marx imediatamente o criticou em suas “Glosas marginais”, que enviava a Bracke, Geib, Auer, Bebel e Liebknecht, acompanhadas de uma carta em que dizia:

“Se vocês se encontravam na impossibilidade de ir além do programa de Eisenach – e as circunstâncias não o permitiam – deviam limitar-se a concluir um acordo para a ação contra o inimigo comum. Fabricaram, ao contrário, um programa de princípios... Os chefes lassallianos teriam de vir a nós, trazidos pelas circunstâncias. Se vocês lhes tivessem declarado, desde o começo, que não entrariam em nenhum negócio de princípios, eles se teriam contentado com um programa ou um plano de organização para uma ação comum. Ao invés disto, vocês lhes permitiram vir a nós armados de mandatos que vocês reconhecem ter força obrigatória, e assim vocês se renderam à discricção de gente que tem necessidade de vocês... Finalmente, o programa nada vale...” (*Crítica do Programa de Gotha*, Carlos Marx, ed. franc., págs. 19 e 20).

Engels se pronunciava no mesmo sentido.

“É preciso”, dizia ele, “acolhê-los (os lassallianos) friamente, testemunhar-lhes a maior desconfiança, e fazer depender a fusão de disposições que os levarão a abandonar suas palavras de ordens sectárias, assim como seu estatismo, e aceitar, em seus pontos essenciais, o programa de Eisenach de 1869 ou nova edição deste melhorada e conforme ao ponto de vista atual.” (“, Carta a Bebel, pág. 76).

Mas o acordo estava concluído, e essas advertências de Marx e Engels ficaram sem efeito. Os marxistas resolviam mesmo ocultá-las porque, do contrário, enfraqueceriam aquele seu passo.

“O comitê central do partido, cuja política consistia em só comunicar às massas o que considerava justo (o que lhe convinha), não divulgou esta carta, um dos mais importantes escritos de Marx.” (*Os partidos social-democratas*, Eugenio Varga, pág. 21).

Unificados, lassallianos e marxistas se fortaleciam eleitoralmente. Em 1874, haviam obtido 352.000 votos e 10 cadeiras no Reichstag. Em 1877, já obtinham quase meio milhão de votos e 13 cadeiras. Mas, com seus sucessos, aumentava também a perseguição a seus membros. Em 1878, depois de dois atentados contra o imperador Guilherme I, por uma lei de exceção, era ele declarado fora da lei. Era declarado fora da lei, mas não esmagado. Em 1890, lograva alcançar um milhão e meio de votos. Com essa sua vitória havia a queda de Bismarck e aquela lei de exceção era abolida. De novo dentro da lei, sentiu necessidade de rever seu programa, que a lei de exceção e elementos sociais pacifistas que a ele haviam aderido, tinham tornado ainda mais lassalliano, ainda mais oportunista, ainda mais democrata que anteriormente. Ficou, então, decidido, em seu Congresso de Halle, em 1890, que aquela revisão figuraria na ordem do dia do Congresso do ano seguinte, em Erfürt.

Nessa ocasião, Engels julgava oportuno exumar dos papéis de Marx aquela crítica de 1875 ao programa de Gotha e a publicava, em fins de janeiro de 1891, na *Neue Zeit*. Talvez pudesse ela influir decisivamente sobre aquele projetado trabalho de revisão. Era a esperança de Engels. Vinha, porém, o Congresso de Erfürt, em 1891, e a esperança de Engels não era satisfeita senão em parte. Aquele Congresso dotava o partido com um programa escrito por Kautsky, marxista, é verdade, em seus princípios, mas ainda mais “democrata e oportunista em sua parte

prática”. Nele não havia disposições revolucionárias. Com relação a esse particular, não foram atendidas as observações de Marx contra o programa de Gotha. Nele não figuravam nem a ideia do movimento armado, da violência, da força para a tomada do poder pelo proletariado, nem a ditadura do mesmo proletariado entre o capitalismo e o comunismo. Fazia, assim, de fato, reformismo, e não marxismo. O partido era “marxista em palavras e reformista nos atos.” (“, pág. 22), pelo que Engels igualmente criticava seu programa.

Daí esta observação de Lenine:

“A crítica do projeto do programa de Erfürt, dirigida por Engels a Kautsky, a 29 de junho de 1891, e publicada somente dez anos depois (em 1901) na *Neue Zeit*, não pode ser esquecida em uma análise da doutrina marxista sobre o Estado, porque é consagrada precisamente à crítica das concepções oportunistas da social-democracia, no que se refere ao Estado.” (*O Estado e a Revolução*, pág. 91)

Foi em vão que o grupo dos “jovens” (1890–1891) se bateu contra aquela duplicidade do mesmo partido, que, por essa sua atitude, dele os excluía (Mehring, Rosa Luxemburgo, Zetkin e outros).

Os sociais-democratas alemães insurgiam-se resolutamente contra os que ousavam deles discordar, e as circunstâncias pareciam justificar o acerto de sua tática reformista.

Os próprios socialistas de *catbedra* os apoiavam. De modo que a intervenção do Estado não mais era, apenas, em favor da produção agrícola e revolucionária : estendia-se igualmente ao proletariado. E, com esse intervencionismo, havia o imposto progressivo sobre a renda, as leis de seguro, o dia de oito horas, o repouso hebdomadário, a higiene nas fábricas, etc., etc.

Os sindicatos se satisfaziam com essas medidas; e os êxitos eleitorais do partido se acentuavam ininterruptamente.

De modo que os marxistas eram completamente anulados pelos lassallianos. Até mesmo Bebel abandonava o internacionalismo para sustentar o nacionalismo; enveredava por esse caminho e nele permanecia até sua morte, em 1913.

Assim, não se realizou a profecia de Engels. O partido social-democrata alemão ia ter uma conduta, ao mesmo tempo, teórica, política e econômico-prática. E ele não a teve teórica. Teve-a somente política

e econômico-prática; e política nem sequer no sentido do antigo socialismo francês, mas, apenas, eleitoral, apenas oportunista, apenas reformista.

Foi, portanto, um partido marxista *manqué*, e não integral.

O certo é que, mesmo como partido marxista *manqué*, dava a impressão de que estava realmente ao serviço da luta de classes, e, nestas condições, concorria para que, também fora da Alemanha, se fossem dissolvendo as tendências proudhonistas, blanquistas e bakuninistas e aqui e ali fossem surgindo partidos socialistas nele vazados. Tais partidos surgiam na Itália, na Bélgica, na Áustria, na Suíça, na Espanha, na Holanda, na Península Balcânica e na França. E até a própria Inglaterra passou a ver com melhores olhos o que ela chamava “o socialismo continental”, tanto assim que o congresso das *trades-unions* de setembro de 1899, resolvia criar uma representação particular dos operários no Parlamento, resolução que levava à fundação do *Labour Party*, em fevereiro de 1900. “O partido é, pois, de fonte sindical. Até 1906, foi conhecido sob o nome de *Labour Representation Comity* (Comitê de Representação Parlamentar)... Além de certo número de sindicatos, as organizações socialistas seguintes estiveram também representadas na Conferência de sua fundação: a Federação Social-Democrata, datando de 1882, a Fabian Society, de 1884, e o *Independent Labour Party*, organizado em 1893; estas três organizações socialistas tornaram-se partes integrantes do *Labour Party*.” (Eugenio Varga, obra citada, pág. 129)

E, em todos esses países, as ideias do intervencionismo do Estado em favor do proletariado eram igualmente adotadas, inclusive na própria Inglaterra, cuja legislação era rigorosamente individualista.

Diante desse resultado, diziam os marxistas ortodoxos:

Ainda deixa muito a desejar. Mas, não há dúvida, é um passo à frente: é a organização da classe em partido.

Como esse passo à frente foi dado sob o influxo do socialismo alemão, os alemães haveriam de ter, como tiveram, a hegemonia em todos os congressos internacionais do proletariado, desde o de Paris, de 1889 ao de Amsterdã em 1904.

*Conclusão: Diante desse espetáculo, Engels dizia que o laço de solidariedade dos proletários de todos os países, criado pela Internacional, existia ainda e era mais poderoso do que nunca.*

.....

## Capítulo XII

*O revisionismo sindical.*

---

*O marxismo era criticado, anulado, totalmente adulterado.*

---

*A luta de classes era substituída pela harmonia entre elas.*

**C**OM a Internacional, havia a teoria, o partido e a classe. Depois dela, havia apenas o partido e a classe, Seja como for, aquele dirigindo esta, a ela se sobrepondo. Por último, num terceiro período, dava-se o inverso: a classe é que se sobrepunha ao partido.

O revisionismo do marxismo ainda mais se acentuava. Agora, revestiria a forma sindical.

Foi isto a partir de 1898.

Organizavam-se os partidos políticos proletários por toda parte. Depois, em 1889, no Congresso Internacional de Paris, surgia a 2ª Internacional. Esta poderia ser a continuadora da primeira. Poderia novamente ligar à política e à economia-prática a teoria. E, como ela, haver

nova ou novas Comunas. Era para aí que se caminhava; e havia que sustar a marcha desses acontecimentos. Disto se incumbiriam Bernstein e Sorel.

O reformismo da social-democracia alemã ou o reformismo do partido gerava o reformismo dos sindicatos ou sindical: o de Bernstein ou socialista e o de Sorel ou a anarquista, a ala direita e a ala esquerda do “antigo” marxismo “dogmático.” Este era criticado, revisto, totalmente adulterado.

Bernstein e Sorel divergiam quanto à forma, mas não quanto ao fundo. Um e outro partiam do mesmo princípio geral: que o marxismo teria de ser substituído pelo sindicalismo; que o movimento socialista não devia ser uma luta de partidos, mas uma luta de classes; que o fato era tudo, e a ideia nada; que a teoria não podia ser sobreposta à ação. O reformismo de Bernstein pode ser assim resumido:

Na Inglaterra, o socialismo começa do fato das organizações proletárias, para chegar à ideia da abolição da sociedade capitalista; do movimento é que se destina ao fim. O continente, inversamente, o socialismo vem da ideia para o fato. Vem da ideia pregada pelos partidos das organizações operários para o fato dessas organizações: é o fim que provoca o movimento.

Na Inglaterra, é o sindicalismo operário que produz o partido como seu órgão necessário; no continente, é o partido que produz o sindicalismo.

Dessas duas orientações, qual a mais real? A inglesa.

Que se observa do lado de cá?

Ligas, cooperativas, sindicatos, associações, organizações e centros operários de toda ordem, que podem fazer por si mesmos sua própria política, sem necessidade de ser sempre guiados, ou melhor, tutelados por um partido composto de fiéis de Marx. O socialismo é a democracia; o marxismo é a oligarquia, a ditadura. O partido socialista não deve dirigir os sindicatos, mas ser por eles dirigido. Tanto mais que os fatos, que a prática tem demonstrado que a teoria, que a doutrina de Marx não é verdadeira. A classe operária, no seu movimento ascensional, tem visto crescer seus salários, diminuir as horas do seu trabalho, aumentar a possibilidade de melhor instruir-se, elevar-se seu poder polí-

tico em conseqüência do sufrágio universal e da consolidação dos costumes democráticos. Há que considerar esse enorme progresso material e moral que a tem beneficiado. O socialismo científico nada tem de científico. É errônea a profecia da miséria, da proletarização crescente. A propriedade capitalista não nega a propriedade privada, e não será por sua vez negada pela revolução proletária. Esse “fim final” é pura fantasia. Logo, também o é a luta das classes e ainda a ditadura do proletariado. Assim, o socialismo não mais pode ter o escopo precípua de preparar forças revolucionárias para catástrofes libertadoras. De partido revolucionário que era, tem de se transformar “em partido democrático de reformas sociais” reformas que tornarão aquele progresso cada vez mais amplo.

O socialismo tem de ser o movimento para a ordem social da organização. Por que não revolução, mas reforma? Porque, pacificamente, o proletariado pode alcançar tudo quanto deseja. Em suas reivindicações, é sempre amparado por parte da própria burguesia. O que se tem verificado é que o proletariado tem melhorado, e não piorado suas condições de existência. Pois bem, esse melhoramento, a expansão do princípio associativo e cooperativo, a legislação cerceadora da exploração capitalista, a racionalização de certas indústrias, a progressiva democratização do Estado – toda essa obra vária, complexa, multiforme, tem sido propagada não só pelo proletariado, como por indivíduos, grupos e partidos burgueses. A burguesia não é, portanto, aquela massa compacta e reacionária que afirmava o partido marxista, mas se acha cindida em seus elementos, os quais, com uma tática apropriada, podem fazer o jogo do socialismo, podem ampará-lo em seus projetos. As organizações proletárias compreendem, desse modo, que o que lhe é conveniente não é guerrear todos os partidos burgueses indistintamente, e, sim, intrometer-se entre eles, porque, com essa intromissão, só terão a lucrar. As classes não devem ser consideradas como círculos concêntricos. Há, entre eles, íntimas correlações. As soluções socialistas estão dentro da própria sociedade burguesa. Fortaleça-se o operariado nas cooperativas, nas ligas, nos sindicatos, que aquelas soluções não lhe serão recusadas. Aquelle fato determinará essa ideia, essa consciência. Deve precedê-la, e não segui-la. Consciências preestabelecidas, consciências anteriores a fatos constatados, podem ser consciências falhas.

O reformismo de Sorel tinha muitos pontos de contato com o de Bernstein. Também ele dispensava as fórmulas “subjetivas” do partido; também não aceitava as profecias marxistas da miséria crescente, das crises econômicas, da ditadura do proletariado; e também fazia depender o fim do socialismo não da teoria, não da ideia, mas do fato da organização dos sindicatos. Todavia dele igualmente divergia. Divergia, negando a utilidade dos institutos democráticos, das reformas sociais.

Em linhas gerais, era este seu pensamento:

O sindicalismo anárquico (ele dizia: “o socialismo que é uma volta a Marx”) não só nega o partido, mas nega também a utilidade dos institutos democráticos, aos quais substitui, sempre e em todos os casos, pelo sindicato operário. A burguesia formou seu instrumento típico, o parlamento. A classe operária, por sua vez, formou sua arma específica, o sindicato. E este liquidará aquela. A ação direta contra a ação parlamentar. O proletariado não mais deve pedir à burguesia concessões e reformas mas deve, com a pressão de seus sindicatos, obrigá-la a ceder-lhe novas posições de batalha.

A forma normal dessa pressão proletária não é como pretendia o antigo bakuninismo, a violência insurrecional, mas uma força econômica; a greve, e a greve geral. Este “mito” instaurará não a ditadura do proletariado, mas o verdadeiro comunismo.

Desses dois sindicalismos, haveria de prevalecer o reformista, o de Bernstein. E, conforme Lenine assinala no *Que fazer?*, começou a prevalecer na França. Nela, Millerand logo o adotava. Adotava-o entrando para o Ministério Waldeck-Rousseau, colaborando com esse ministério burguês, *sponte sua*, independente de qualquer consulta a seu partido e até mesmo ao grupo socialista da Câmara. E o Congresso de Paris, que se reunia para o condenar pela sua atitude, decidia: primeiro, que “a luta de classe proíbe a entrada dos socialistas nos governos burgueses”, proíbe a cooperação dos socialistas com toda fração da classe capitalista; segundo, que “pode haver, entretanto, condições excepcionais tornando inevitável aquela cooperação.história .

E foi prevalecendo em todos os países.

Na Alemanha, havia o Congresso socialista de Iena, em 1905, e aí o partido resolvia lançar a palavra de ordem da greve geral contra qualquer atentado ao sufrágio universal. Pois bem; os sindicatos que te-



riam de pôr em execução essa palavra de ordem, em seu Congresso de Colônia, a reprovavam. Reprovavam-na porque, frisavam eles, eram contrários à guerra política, à política na medida em que significava a revolução. Não compreendiam senão as greves pacíficas, e estas teriam de surgir naturalmente das circunstâncias, e só deviam ser declaradas por aqueles que melhor pudessem julgar de sua oportunidade ou não, isto é, só deviam ser declaradas pelos sindicatos, pelas associações operárias, e não pelos partidos.

Era classe contra o partido. Era uma rebeldia daquela contra este. E este não tinha a necessária autoridade para se opor a essa rebeldia. Pelo seu oportunismo a havia perdido. E, tendo-a perdido, nada mais lhe restava senão conformar-se com a mesma rebeldia. E com ela se confirmava no Congresso de Mannheim (outubro de 1906), pelo voto de Bebel contra Kautsky. Com ela se conformava, revogando aquela sua palavra de ordem, dando o dito por não dito.

Era a consagração do sindicalismo inglês. E ele se alastrava.

Na França, já era Renaudel, Albert Thomas, Jules Guesdes, Jouhaux, Dumoulin, Lapiere, Laurent, Georges Renard, Longuet, etc.; nos Estados Unidos, Compers e Hillquit; na Áustria, Renner, Seitz, Victor Adler; na Hungria, Garami, Buchinger, etc.; na Rússia, o *economismo* (Prokopovitch e Kushkovo, a *Rabotchaia Muisl*, Martinov, Teplov, Akimov-Makhnovietz, Takhtarieve e o *Rabotché Dielo*), os “bundistas”, o oportunismo de Martov, Axelrod e Potressov no caso da organização dos estatutos do partido e de sua atitude em face dos liberais; o *menchevismo*, o *liquidacionismo*, o *otzovismo*, o *ultimatismo*, o *deísmo*, etc.

Por toda parte, os operários não mais se separavam mas se aproximavam da burguesia. Os partidos eram eliminados pelos sindicatos, a teoria pelo empirismo. A luta de classes era substituída pela harmonia entre elas. Burgueses e proletários davam-se as mãos. E o proletariado que não tinha pátria, se nacionalizava, e, nacionalizando-se, se interessava pelo “desenvolvimento” de seu capitalismo, de sua “pátria.” Desenvolvendo-se aquele e esta, ele acreditava que também poderia desenvolver-se.

*Conclusão: Diziam os marxistas: a hipertrofia do movimento está atrofiando a consciência proletária.*

.....

## Capítulo XIII

*A classe sobrepunha-se ao partido.*

---

*“Sem teoria revolucionária não havia movimento revolucionário.”*

---

*“Não iremos à guerra contra nossos irmãos; não atiraremos sobre eles.”*

---

*As palavras de ordem da 2ª Internacional não eram obedecidas.*

**S**intetizando:

O reformismo, o revisionismo sindical produziu esta dupla consequência:

*a)* os sindicatos tornaram-se de todo independentes dos partidos. Desligaram-se de sua direção e passaram a dirigi-los;

*b)* os partidos, a seu turno, tornaram-se independentes da 2ª Internacional; tornaram-se independentes uns dos outros.

Desse modo, o revisionismo sindical enfraquecia os partidos socialistas, e, enfraquecendo-os, enfraquecia consequentemente a 2ª Internacional.

A teoria desta foi, não há dúvida, o “marxismo revolucionário.” Mas não teve ela a necessária força para pô-lo em prática. Os diferentes campos nacionais não a podiam receber em seu internacionalismo. Os partidos é que a formavam, e, naqueles campos, não mais dominavam esses partidos, mas os sindicatos. Cabeça e corpo não se ajustavam.

A prova de que a 2ª Internacional foi, como a primeira, também a teoria do marxismo revolucionário, está no artigo de Lenine, sob o título *A Internacional e a defesa nacional*, de 12 de dezembro de 1914, onde se lê o seguinte:

“Não é exato que a Internacional tenha consagrado pouca atenção ao problema da guerra. Quase todos os congressos socialistas internacionais dela se ocuparam. Uma resenha dos fatos o demonstrará. A antiga Internacional consagrou a esse problema duas resoluções em dois congressos. A 2ª Internacional dele se ocupou em oito congressos e oito resoluções. Além disto, ela tratou em cinco resoluções da questão colonial. É inexato que a 2ª Internacional haja ensinado aos operários que eles não tinham senão que procurar saber se uma guerra era defensiva, que, sendo defensiva, nada mais lhes restava que apanhar do fuzil e procurar exterminar o ‘inimigo’. Quem quer que se disponha a ter o incômodo de percorrer as resoluções autênticas da 1ª e da 2ª Internacional se convencerá que nada de análogo foi jamais resolvido por elas.

“Examinemos essas resoluções.

“Em 1867, no Congresso de Lausanne, a 1ª Internacional elabora uma moção pormenorizada sobre a guerra. O ponto essencial dessa moção está na indicação que ‘não basta suprimir os exércitos permanentes para acabar com as guerras, mas que uma transformação de toda ordem social é para esse fim igualmente necessária’. Uma só *démarche* prática foi decidida: a de adesão à Liga da Paz burguesa democrática, – (com a qual digamo-lo entre parênteses, não se demorava a romper).

“Em 1867, no congresso de Bruxelas, a Internacional ‘recomenda muito particularmente aos operários cessarem o trabalho em seus países em caso de guerra’. O Conselho Geral da 1ª Internacional adota, em 1866, no começo da guerra austro-russiana, uma resolução na qual recomenda aos proletários considerarem esse conflito como o de dois déspotas e tirem partido da situação para sua própria emancipação.

“Em um manifesto às *trades unions*, em julho de 1868, o mesmo conselho geral no qual não se ignora que Carlos Marx exercia preponderante influência, escrevia: ‘As bases da sociedade devem estar na fraternidade dos trabalhadores, livres das mesquinhas rivalidades nacionais. O trabalho

não têm pátria.” (Paráfrase do famoso postulado do *Manifesto Comunista*: “Os operários não têm pátria.”)

Tais são as resoluções da Iª Internacional.....

No primeiro congresso da IIª Internacional (Paris 1899), uma resolução antimilitarista precisa é tomada. Reivindicação principal: a substituição das milícias populares aos exércitos permanentes.

Em 1891, o Congresso de Bruxelas, “considerando que a situação da Europa se torna de ano para ano mais ameaçadora.....; considerando as campanhas nacionalistas das classes dirigentes, convida todos os trabalhadores a protestarem, por incessante agitação, contra todas as tentativas de guerra e..... declara que a responsabilidade das guerras recai em todos os casos..... sobre as classes dirigentes.”

Em 1893, o Congresso de Zurique declara:

“A social-democracia revolucionária deve insurgir-se com a maior energia contra as aspirações nacionalistas das classes dirigentes. Os representantes dos partidos operários devem recusar todos os créditos militares e protestar contra a manutenção dos exércitos permanentes.”

Em 1896, o Congresso de Londres declara:

“A classe operária de todos os países deve opor-se à violência provocada pela guerra, do mesmo modo que se opõe a todas as violências das classes dirigentes a seu respeito.....”

Em 1900, no Congresso de Paris, a Internacional decide categoricamente que:

“Os deputados socialistas de todos os países estão todos incondicionalmente na obrigação de votar contra todas as despesas militares, navais, e contra as expedições coloniais.”

Em 1907 em Stuttgart, depois de ter examinado a questão sob todos seus aspectos, a Internacional adota circunstanciada resolução, cuja passagem mais importante é esta:

“Se a guerra, entretanto, é declarada, os socialistas têm por dever intervir para apressar-lhe o fim e tirar de todo modo partido da crise econômica e política, para sublevar o povo e precipitar desse modo a queda do domínio capitalista.”

Em 1910, em Copenhague, a resolução de Stuttgart é confiada e a Internacional declara ainda uma vez que é “dever invariável” dos deputados socialistas recusarem todos os créditos de guerra.

Em novembro de 1912, no congresso de Bale, reunido durante a guerra dos Bálcãs, a Internacional formula clara ameaça de revolução se os governos criminosos chegassem à guerra mundial. “Que os governos não esqueçam, declara o Congresso de Bale, que a guerra franco-alemã provocou a irrupção revolucionária da Comuna, que a guerra russo-japonesa pôs em movimento as forças revolucionárias dos povos da Rússia. Os proletários consideram um crime atirarem-se uns sobre os outros para os lucros capitalistas, as rivalidades dinásticas e os tratados diplomáticos secretos.”

E, comentando a resolução de Bale, Jaurès não foi o único a declarar: “Não iremos à guerra contra nossos irmãos; não atiraremos sobre eles. Se as coisas forem até uma conflagração, será a guerra sobre outra frente: será a revolução.”

Victor Adler dizia categoricamente: “Aproxima-se a hora em que o proletariado se servirá das armas postas em suas mãos; o proletariado intervirá, então, como acusador; aproxima-se a hora em que o proletariado terá em mãos a arma por meio da qual executará seu veredicto.”

Tal era, até este momento, a linguagem da Internacional. Procurar-se-ia em vão nessas moções qualquer aprovação embora à guerra defensiva.

A Internacional dizia como combater a guerra, como agir quando ela irrompesse. Ela dizia: “Votai contra os créditos; chamai as massas ao combate; preparai a guerra civil (a exemplo da Comuna); lembrai-vos que as guerras não são senão violências das classes dirigentes contra os operários, que elas são filhas da ordem capitalista. Ela incitava a luta contra a guerra moderna. Em suas moções sobre a política colonial, a Internacional, não obstante os revisionistas desejosos de fazer uma política colonial “socialista”, repetia muitas vezes que as guerras do período capitalista não visam senão novos mercados e bilhões. Mas hoje!... Como os sociais-nacionalistas de todos os países a desonraram, a Internacional! A Internacional nunca disse que os socialistas deviam participar da “defesa nacional” em toda guerra defensiva..... A diferença entre uma guerra ofensiva e a guerra defensiva é, na maioria dos casos,

muito duvidosa, escrevia Kautsky, ele mesmo, em 1905..... Não, o critério da guerra defensiva, isto é, da ‘defesa nacional’, nada vale para os socialistas. Não somos contra *toda* guerra. Em 1848, Marx e Engels preconizavam a guerra *revolucionária* ofensiva da Alemanha contra a Rússia. A *Nova Gazeta Renana* escrevia: “Só a guerra contra a Rússia seria uma guerra da Alemanha revolucionária, uma guerra na qual poderia resgatar seus pecados, fortalecer-se, vencer seus próprios autocratas.”

Como estamos longe disso! Hoje são os Sudekum e os Haase que auxiliam seus “próprios autocratas” a melhor estrangularem o proletariado alemão!

A Internacional nunca justificou nem preconizou o que fazem os sociais-nacionalistas na Alemanha, na Áustria, na França e na Bélgica. O simples conjunto das resoluções da Internacional constituiria o melhor requisito contra os oportunistas que rasgaram, conduzindo assim a mesma Internacional à falência. Os oportunistas eram muito fortes na Internacional, mas não o bastante para afirmar, sob sua égide, patriotismo hoje trovejado por Haase e Vaillant, Hervé e Sudekum. No momento em que o oportunismo e o racionalismo temporariamente triunfaram nos maiores partidos europeus, a 2ª Internacional cessou de viver.” (*Contra a Corrente*, págs. 38 a 42).

*Conclusão: A classe proletária que se havia separado da burguesia, com o revisionismo sindical era de novo a ela ligada.*

.....

## Capítulo XIV

*Havia a associação proletária, mas não havia o saber proletário.*

—————  
*O marxismo era sepultado no Ocidente.*  
—————

*Tal a importância na luta das classes da teoria e dos partidos políticos.*

**S**ÍNTESE da síntese anterior:

a) O marxismo era uma teoria revolucionária, segundo a qual pretendia revolucionar a prática. O revisionismo apenas a prática. Negava aquela teoria. Doutrinava o marxismo: sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário. Replicava-lhe o revisionismo: prescindimos de umas e outras coisas.

b) Doutrinava o marxismo: A sociedade contemporânea se compõe de classes cujo antagonismo se acentua fatalmente. Replicava-lhe o revisionismo: estes antagonismos têm, ao contrário, a tendência de se atenuar.

c) Doutrinava o marxismo: A uma sociedade de classes corresponde um Estado de classes. O Estado é um instrumento de opressão de uma classe contra outra classe. Replicava-lhe o revisionismo: o Estado é um orga-

nismo neutro sobreposto às classes de toda sociedade, um instrumento de organização geral e não um instrumento de organização parcial.

d) Doutrinava o marxismo: A luta de classes conduz à ditadura do proletariado. É necessária essa ditadura. É necessário que o proletariado se apodere revolucionariamente, violentamente, do Poder Público. Replicava-lhe o revisionismo: Nada de ditadura, nada de revolução, nada de violência. A máquina governamental capitalista pode ser substituída pacificamente, democraticamente, pela máquina governamental proletária. Para esse fim, basta que o proletariado seja a maioria nos parlamentos; e ele poderá ser incontestavelmente essa maioria, porque a grande massa eleitoral se compõe de seus elementos. Não há evolução revolucionária, mas evolução pacífica.

e) Doutrinava o marxismo: O proletariado tem de se organizar em partido político. Sem direção não há revolução. Replicava-lhe o revisionismo: o partido não é uma organização democrática, mas de elite. Não compreendemos senão as organizações democráticas: os sindicatos.

A luta é sobretudo econômica, e porque é econômica é que se transforma em luta eleitoral. Deve ser, pois, dirigida não por um órgão político, mas por um órgão econômico.

Neste conflito, vingava o revisionismo. Ele sepultava o marxismo, a teoria revolucionária do proletariado. Depois, vinha à guerra de 1914. O resto é assim explicado pelos marxistas: Sem aquela teoria, sem partidos marxistas à sua frente, o proletariado haveria de acabar como acabou: nacionalista, social-nacionalista, social-imperialista, e, depois, não revolucionário, mas pacifista. Haveria de preferir morrer pela sua burguesia a guerreá-la, a matá-la, a exterminá-la... Não transformava a guerra imperialista em guerra civil: fazia aquela guerra, a guerra de sua burguesia.

Na Alemanha, cento e dez deputados sociais-democratas votavam logo o crédito de 4 bilhões de marcos para aquela guerra contra a França e a Bélgica. Somente Liebknecht votava contra esse crédito e os que seguiram .

E Zinoviev exclamava:

“Houve um tempo em que a social-democracia alemã tinha, também ela, a coragem de cumprir seu dever apesar da lei militar. Em setembro de 1870, todos os militantes do comitê central da social-democracia alemã de Brunswick eram presos por haver protestado contra a anexação da Alsácia-Lorena e exprimido seus sentimentos fraternais aos operários franceses. Houve um tempo em



que os deputados sociais-democratas alemães – Liebknecht e Bebel – eram arrastados aos tribunais por ter corajosamente falado contra as guerras dinásticas e manifestado sua solidariedade aos inesquecíveis heróis da Comunidade de Paris. Foi isso em 1872 quando, em Leipzig, Bebel e Liebknecht eram condenados a dois anos de prisão. Mas esse tempo passou. A social-democracia alemã percorreu longa, muito longa etapa que vai do “soldado da revolução”, Guilherme Liebknecht, ao ‘socialista de negócios’ Sudekum. (*A guerra e a fração parlamentar do Partido operário-democrata russo*, 5 de dezembro de 1914 – capítulo do *Contra a Corrente*, pág. 22)

Prosseguem os marxistas:

Os sociais-democratas dos demais países procediam do mesmo modo.

Não obedeciam àquelas recomendações da 2ª Internacional, e, sim, às de sua burguesia.

Tinha havido a hipertrofia do sindicalismo, da classe e a atrofia da teoria do partido. O resultado, portanto, tinha de ser aquele mesmo.

Marx dizia:

“Os proletários têm um elemento de sucesso: a massa, o número. Mas a massa, o número não pesa verdadeiramente na balança, senão se ele é usado pela associação e guiado pelo saber para um fim determinado.”

Havia a associação proletária, mas não havia o saber. E, sem este, aquela não visava um fim seu determinado, mas o mesmo fim de sua burguesia.

E a revolução social, no Ocidente, era adiada.

Tal a importância na luta de classes da teoria e dos partidos políticos para a sua aplicação.

*Conclusão: Dizija Lenine que, com a 2ª Internacional, o movimento proletário havia crescido em extensão e que, tendo crescido em extensão, havia perdido em vigor revolucionário.*

.....

## Capítulo XV

*Diferenças fundamentais entre o marxismo,  
anarquismo e o revisionismo.*

**R**ECAPITULANDO:

Dizia Marx: Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, tem de haver obrigatoriamente o período da transformação revolucionária da primeira na segunda, período de transição política em que o Estado não será outra coisa senão a ditadura do proletariado. Depois dessa ditadura virá a anarquia que é o fim do movimento proletário. Desaparecidas as classes, as funções governamentais se transformarão em simples funções administrativas. É necessário que esse movimento revolucionário seja dirigido por correspondente teoria revolucionária.

Dizia Bakunine: É necessário aquele período de transição. O mal é do Estado. Da sociedade atual pode-se passar imediatamente para a da anarquia ou da igualdade de todos sem nenhum órgão de opressão. A revolução deve ser feita não apenas pelo proletariado, mas pelo povo em geral.

Dizia o reformismo: A transformação da propriedade privada coletiva deve ser feita pacificamente por meios de sucessivas reformas.

O movimento é tudo. Os partidos devem ser rebocados pela classe, e não ela por eles. Não precisamos de teorias: precisamos de fatos. Mais vale a pena ter do que saber.

Tais as diferenças fundamentais entre estes três sistemas, entre o marxismo e suas alas: à direita ou reformista e a esquerda ou anarquista.

.....

## Capítulo XVI

*Confundiam-se o socialista reformista e vários sistemas da economia burguesa.*

---

*Os hedonistas e os intervencionistas, em suas modalidades, também não visavam senão justificar a harmonia entre o capital e o trabalho.*

**D**EPOIS, ao lado do socialismo reformista, pregando igualmente a harmonia entre o capital e o trabalho, cuidando de demonstrar a naturalidade dessa harmonia, havia ainda vários sistemas da economia burguesa, divergindo quanto a seus fundamentos; mas uns e outros, em grau maior ou menor, continuadores, do vulgarismo de Bastiat e da escola histórica. Havia a escola dos hedonistas que vinha ressuscitar a “lei do menor esforço” do classicismo, segundo a qual cada individuo procura, em todos seus atos, obter o máximo de gozo, mediante o mínimo de sacrifício.

Dizia ela:

Está aí um princípio de liberdade humana, que não pode ser cerceado. Logo o intervencionismo do Estado só se justifica quando não contraria esse princípio.

Esta escola dividia-se em matemática (com H. G. Gossen, L. Walras, Launhardt, Stanley-Jevons, R. Autispitz, V. Pareto, Pantaleoni e outros) – e escola psicológica ou austríaca (com Carlos Menger, De Bohm-Bawerk, Wieser e Sax).

As duas se entrelaçavam. Os matemáticos eram psicólogos, e vice-versa.

Os primeiros referiam todos os fenômenos econômicos à permuta, e, como toda permuta é uma equação, reduziam a sinais matemáticos esses fenômenos.

Diziam: o capital e o trabalho são função um do outro. O valor depende da lei da oferta e da procura que é uma equação, e não apenas do trabalho, que não seria mais do que simples adição.

A questão econômica é saber qual a parte que cabe ao capital e ao trabalho em cada unidade produzida. Outra é indagar se os capitalistas e operários são justa ou injustamente tratados. Esta é moral. Nada tem a ver com aquela. Se o trabalho sofre, não raras vezes, também sofre o capital. Estes sofrimentos são próprios da vida humana.

Dizia a escola psicológica: o valor determinado pela *utilidade final* e não pelo trabalho, o que Bohm-Bawerk explicava com este exemplo:

Um colono, vivendo isolado, possuía cinco sacos de trigo; um rigorosamente necessário para sua alimentação até a próxima colheita; o segundo, complemento dessa alimentação, já não é tão indispensável quanto aquele; o terceiro, ele o destinará, digamo-lo, ao sustento das aves; o quarto à fabricação de aguardente; o quinto finalmente a alguns papagaios que possui como objeto de distração. Para o colono, cada um desses sacos tem um grau de valor mais elevado quanto mais corresponde à sua necessidade, pelo que o grau do primeiro será 16, o do segundo 8, o do terceiro 6, o do quarto 4, o do quinto 1. Se, para acudir a outras necessidades, for obrigado a vender um saco de trigo, ele o venderá por preço relativamente aproximado do valor corrente, na relatividade do grau 1. Mas se tiver de vender mais outro saco, já o grau 4 lhe inspirará a necessidade de resistir à pressão dos compradores exigir preço mais alto. Assim sucessivamente, quanto mais a venda afetasse o grau de utilidade final do objeto, mais ele resistiria a cedê-lo, levantando o preço.

Donde se verifica que a *utilidade final* é a expressão da lei da oferta e da procura; é esta mesma lei exposta sob seu aspecto psicológico.

Mas eram os próprios economistas burgueses que combatiam essa matemática e essa psicologia econômicas. Era Leroy-Beaulieu que tachava aquela de “pura quimera.” de “verdadeira burla”, sem “fundamento científico, nem aplicação prática.” E Gide, depois de frisar que os hedonistas nada descobriram que não fosse já conhecido, censurava-os pelo seu egoísmo, pela sua “harmonia” entre o interesse individual e o interesse geral, pela sua justificação da renda, dos juros e dos mais miseráveis salários, em nome de uma entidade misteriosa chamada *utilidade final*, pela sua demonstração em suma de que o atual regimento é o melhor possível.

A economia clássica fora a economia de conflito. Esta era a do equilíbrio, como a de Bastiat e da escola histórica. Ao revisionismo do marxismo correspondia este novo revisionismo do classicismo de Adam Smith, David Ricardo e Ricardo Jones. Havia ainda as escolas intervencionistas também burguesas: as doutrinas inspiradas pelo cristianismo (a de Le Play, a católica e a protestante), a cooperativista, a solidária, a do georgismo, etc, etc.

Esta a doutrina de Le Play:

A sociedade precisa de ser reformada. As leis que se dizem naturais são apenas instintos a sopitar. “Cada geração que surge, equivale a uma geração de pequenos bárbaros. Se os pais tardam a domá-los pela educação, torna-se a decadência iminente.”

A reforma deve começar pela família. O principal reformador é o chefe desta, porque sua ação não resulta de contratos, nem de decretos: impõe-se pelo amor, e não pela coerção. A intervenção do Estado para esse mesmo fim não pode ser principal, mas apenas complementar.

Era a defesa do capitalismo: aquele que se julgasse infeliz; que se queixasse de seu próprio pai, de sua própria família, e não desta ou daquela lei imanente ao capitalismo. Em vez do conflito entre patrões e operários, queria “a harmonia entre pessoas que cooperam nos mesmos trabalhos.” Só divergia do socialismo sindicalista nisto: em que, para ele a salvação da classe operária teria de vir de cima, daquela educação, ao passo que, para aquele socialismo, viria ela mesma.

Quanto à escola católica, parece, já dissemos o bastante.

O protestantismo social tem revestido formas diferentes. Eram seus fundadores na Inglaterra, segundo Carlos Gide, dois pastores, depois professores de teologia em Cambridge, Charles Kingsley e Maurice. Aquele dizia em prédica pública:

“Todo sistema social que favorece a acumulação do capital em pequeno número de mãos, que despoja o povo do solo que seus antepassados cultivaram e o conduz à condição de jornaleiros e servos vivendo de salários e esmolas, é contrário ao reinado de Deus proclamado por Jesus.”

A intervenção do Estado deveria impedir aquela acumulação.

Nos Estados Unidos, já propendia para o anarquismo. Aí, ainda segundo Gide, o pastor Herron considerava o comunismo “por demais conservador e reacionário.”

Dizia que Carlos Marx era inveterado conservador comparado com Cristo. Portanto, acrescentava, aceitar por qualquer forma a propriedade particular “é repelir Cristo.”

O mesmo sucedia na Suíça. Na Alemanha e na França, porém, depois de 1890, ele se moderava, batendo na mesma tecla do equilíbrio entre o capital e o trabalho.

A escola cooperativista que se inspiraria no socialismo utópico, e teve por principal chefe Carlos Gide, propunha o desenvolvimento indefinido das associações cooperativistas de produção. Por esse meio, dizia Gide, os instrumentos de produção passariam pacificamente dos seus detentores atuais para a massa dos trabalhadores, e estaria definitiva e satisfatoriamente resolvido o conflito entre esses e aqueles.

Dizem os marxistas: O sistema cooperativista oferece uma vantagem: mostra exuberantemente a prescindibilidade do capitalismo na produção. Mais não o detém, não o arrasa em sua acumulação, em seus monopólios de tão funestas consequências para o proletariado. Desmoraliza-o, mas não o substitui.

Era o que já havia dito o próprio Marx nestas palavras:

“Estava reservado à economia política do trabalho obter triunfo ainda mais completo sobre a economia política do capital. Queremos nos referir ao movimento cooperativo e sobretudo às manufaturas cooperativas criadas pela iniciativa isolada de alguns ‘braços’ em-

preendedores. O valor dessas grandes experiências sociais deve ser devidamente assinalado: Mostraram por fatos, não por simples argumentos, que a produção em grande escala e ao nível das exigências da ciência moderna podia deixar de ser feita por uma classe de patrões empregando uma classe de braços; mostraram que não era necessário a prostituição da riqueza que o instrumento de trabalho fosse monopolizado e servisse assim de instrumento de domínio e de extorsão contra o trabalhador; mostraram que como o trabalho escravo, como o trabalho servo, o trabalho assalariado era senão forma transitória e inferior destinada a desaparecer diante do trabalho associado, repousando sobre o braço firme, o espírito disposto, o coração alegre. Na Inglaterra, foi Roberto Owen que lançou os germens do sistema cooperativo. As empresas dos operários, tentadas no continente, não foram de fato senão a realização prática das teorias não descobertas, mas altamente proclamadas em 1848.

“Ao mesmo tempo, a experiência desse período (1848-1864) provou até à evidência que, por melhor que fosse em princípio, por mais útil que se mostrasse na aplicação, o trabalho cooperativo, limitado estritamente aos esforços acidentais e particulares dos operários, não poderá jamais parar o desenvolvimento, em proporção geométrica, do monopólio, nem emancipar as massas, nem mesmo aliviar um pouco que seja o fardo de suas misérias. Este precisamente o motivo que decidiu grandes especialistas, filantropos burgueses e até economistas exigentes a cobrir de elogios este sistema cooperativo, que tinham em vão procurado esmagar, logo que apareceu, este sistema cooperativo que eles representavam então, zombando, como utopia, ou condenavam como sacrilégio socialista” (*Manifesto Inaugural da A. I. T.*, pág. 34).

O solidarismo também dizia: é possível atenuar as desigualdades sociais. Como?

Respondia ele: Ligando os fracos aos fortes por meio de associações voluntárias. Admitia, porém, igualmente a intervenção do Estado ou para prevenir a degradação das massas, ou para inocular em todos o espírito de solidariedade (leis sobre trabalho, saúde pública, previdência obrigatória, seguros, moralidade, repressão do jogo, etc.).

A solidariedade de Leon Bourgeois era, à primeira vista, extremada.



Dizia ele: Na sociedade, há favorecidos e prejudicados. Estes devem ser indenizados por aqueles. Esta indenização lhes é devida por uma questão de solidariedade. O Estado deve intervir para que seja levada a efeito.

Mas se não houver essa intervenção do Estado?

Concluía ele: então, é esperar que ele a tanto se disponha...

Henry George seria um Stuart Mill parcial. O mal, para ele, estava na propriedade territorial, em sua sobrevalorização, em benefício apenas de alguns. Haveria que socializá-la. De que modo? Por meio de impostos. Mas Henry George se esquecia de que estes impostos teriam de ser votados pelo Estado e que este, órgão também do capitalismo agrário, não iria combatê-lo, votando-os.

Nestas condições, se hostilidades havia entre os economistas burgueses entre si e entre estes e os reformistas proletários, estas hostilidades não eram mais do que simples jogo de palavras: no fundo, havia perfeito acordo entre eles.

*Conclusão: A teoria revolucionária, diziam os marxistas, havia sido substituída pela de colaboração de classe e o proletariado, em cada país, batia-se, em 1914, não em favor de sua própria causa, mas pela de sua burguesia.*

# LIVRO XV

## O leninismo

NA RÚSSIA, TRAVA-SE DECISIVA BATALHA ENTRE  
O CAPITALISMO E O PROLETARIADO.

---

“A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO É A PRIMEIRA  
ETAPA DA REVOLUÇÃO MUNDIAL E A BASE PODEROSA  
DE SEU DESENVOLVIMENTO FUTURO” (STALIN).

---

A ATUAL SITUAÇÃO DO MUNDO.



.....

## Capítulo I

*Na Rússia, combinavam-se o objetivo e o subjetivo revolucionários.*

---

*O leninismo é o restabelecimento e a continuação do marxismo.*

**D**EPOIS DO EXPOSTO, é fácil precisar em que consistiu a obra de Lenine.

Houve Marx e Engels; houve a 1º Internacional; e, logo a seguir, o partido social-democrata ali e não de Liebknecht e Bebel e a Comuna.

Pois bem, Lenine foi tudo isto: foi Marx e Engels; foi a 1ª Internacional; foi Liebknecht e Bebel; e foi a Comuna na época, do imperialismo.

Não foi nem o oportunismo do Congresso de Gotha e do Congresso de Erfurt, nem o sindicalismo reformista ou o revisionismo de Bernstein e nem o sindicalismo anárquico de Sorel. Ao contrário, combateu inexoravelmente todas essas manifestações que qualificava de

anticomunistas. Não foi senão marxista, desde o começo até o fim de sua formidável ação.

Já exigimos o que ocorreu com a ciência. Na Idade Média, era negada no Ocidente, e recolhida pelo Oriente, pelos árabes, que a melhoraram e, mais tarde, a restituíram àquele.

Fenômeno análogo haveria de ocorrer com o marxismo. Também seria negado no Ocidente e também o Oriente haveria de o recolher. Recolheu-o a Rússia; recolheu-o Lenine. E Lenine o recolhia também para ampliá-lo e também com o objetivo de o restituir, depois, ao Ocidente.

Enquanto este primeiro o abrandava e afinal, o revia, Lenine o defendia e o propagava. E o propagava em toda sua integridade, dele não se afastando um milímetro sequer.

“Que se considerem as três mais importantes do leninismo: 1º) às vésperas da 1ª revolução; 2º) depois de 1905; 3º) depois das duas revoluções de 1917; 4º) imediatamente depois da vitória da revolução proletária; 5º) depois de quatro anos de revolução e o estabelecimento da *Neþ* em 1921-22; e 6º) às vésperas da morte de Lenine em 1923, e se verá que a continuidade ideológica aí é completa.... *Dois táticas* de 1905 se unem organicamente à *Revolução proletária e o renegado Kautsky de 1918...* (pág. 66). A linha teórica do leninismo é sempre a mesma, desde os *Amigos do povo* até *Menos, porém melhor*. É a mesma linha reta, firme e não interrompida.” (pág. 111). (*O Leninismo*, Zinoviev).

Por que se colocara ele decisivamente, na Rússia, contra os economistas, os bundistas, os oportunistas, os menchevistas os liquidacionistas, os otzovistas, os ultimatas, os deístas e outros?

Porque eram como os sociais-democratas do Ocidente revisionistas do marxismo, porque igualmente sobrepunham a prática à teoria, a classe ao partido, a colaboração à luta de classes, o reformismo à revolução, ao passo que Lenine, não. Ele era Marx e, como Marx, sustentava o oposto daquilo. Dizia ele: “Sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário.” (*As questões do leninismo*, I. Stalin, pág. 82). E acrescentava: “Só um partido dirigido por uma teoria avançada pode desempenhar-se do papel de lutador da vanguarda” (“, pág. 83), isto é, pode tornar vitorioso aquele movimento.

Durante vinte anos, adverte Zinoviev, “desde sua luta primeiro contra os *economistas*, depois contra os menchevistas e os liquidadores, e afinal contra os desvios já no seio do bolchevismo, Lenine não cessou de combater o erro que consistia em confundir a concepção de *classe* e a de *partido*... (pág. 294). Ele via com efeito neste erro a fonte de graves perigos. Tal confusão podia ocasionar e ocasionou muitas vezes uma diminuição do papel do partido, isto é, da vanguarda do proletariado, e retardou assim a emancipação da classe operária.” (pág. 298). (“

Eis como ele se pronunciava contra cada uma daquelas correntes.

Em 1900 contra os *economistas*, no primeiro número da *Iskra*.

“Organizai-vos não somente em sociedade de socorro mútuo, em caixas de greve e em círculos operários, mas também em partido político; organizai-vos para a luta final contra o governo autocrático e toda sociedade capitalista. Sem tal organização, o proletariado não pode elevar-se a uma luta de classe consciente e o movimento operário está condenado à impotência; se não tem senão caixas, círculos e sociedades de socorro mútuo, a classe operária não conseguirá jamais desobrigar-se da tarefa que lhe incumbe” (“, pág. 295). Contra os *menchevistas*, em 1903 em. *Um passo avante e dois à retaguarda*:

“O partido, vanguarda da classe, deve ser qualquer coisa, tão organizada quanto possível. Não deve aceitar em suas fileiras senão elementos que *admitam pelo menos um mínimo de organização*. Meu contraditor [Axelrod], ao contrário, *mistura* no partido os elementos organizados e não organizados, os que se submetem à direção e os que a ela não se submetem... *Ora, esta mistura comporta verdadeiro perigo*.”

“Não se pode confundir o partido, destacamento avançado da classe operária, com toda essa classe.” (“;”). Contra os *liquidadores* (1908-1914), em seu artigo *Como Vera Zassulitch demole os liquidadores*:

“O partido é a fração consciente da classe, sua vanguarda. Esta vanguarda é dez, cem vezes mais forte que seu número.

“É isso possível? A força de uma centena de homens pode exceder a de um milhão? Pode e a excede quando esta centena de homens é organizada.

“A organização decuplica as forças...

“Organizando-se [o destacamento avançado], adquire uma vontade única, e esta *vontade única* de um milhar, de uma centena de milhares, de um milhão de homens avançados *se torna* a vontade da classe.” (“, pág. 296)

No 10º congresso do PCR contra o desvio sindicalista e anarquista nesse partido:

“A concepção errônea do papel do PCC em suas relações com as massas operárias sem partido, assim como a concepção falsa do papel da classe operária em suas relações com a massa dos trabalhadores são um desvio teórico do comunismo para o sindicalismo e o anarquismo, desvio que se manifesta em todos os pontos de vista da *oposição operária*.” (“, pág. 297)

No 2º Congresso Mundial da IC:

“O partido político não pode unir senão uma minoria da classe, do mesmo modo que os operários realmente conscientes não formam senão uma minoria entre os operários em toda sociedade capitalista. Eis por que devemos reconhecer que só esta minoria consciente pode dirigir as massas operárias e rebocá-las.” (“, pág. 298)

Por que ele não confundiu nunca a concepção de “classe” com a de “partido”, por que organizou na Rússia um partido verdadeiramente marxista, é que ele pôde, de conformidade com aquelas resoluções da 2ª Internacional, resoluções que ele recordava na Conferência de Zimmerwald, transformar ali a guerra imperialista em guerra civil, e em consequência dessa guerra, também ali estabelecer e consolidar a ditadura do proletariado.

Dizia Marx:

“O número [a massa] só pesa na balança se é unido pela associação e guiado pelo saber...

“Os senhores da terra e os senhores do capital se servirão sempre de seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus privilégios econômicos... A conquista do poder político se tornou, pois, o primeiro dever da classe operária.” (*Manifesto Inaugural da AIT*, pág. 35) “Todas as classes precedentes que conquistaram poder, trataram de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade a seu próprio modo de apropriação. Os proletários só podem apoderar-se das forças produtivas sociais abolindo seu próprio modo de apropriação e, por conseguinte, o modo de apropri-

ação em vigor até nossos dias. Os proletários nada têm a segurar, pelo contrário, têm de destruir toda garantia privada, toda segurança privada existente.” (*Manifesto Comunista*, pág. 21)

Dizia ainda que eles deviam, em sua revolução, apoiar-se nos camponeses e que a Comuna havia demonstrado não *bastar a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para fazê-la servir a seus próprios fins; que era preciso ainda quebrá-la, destruí-la.*

Lenine seguia à risca todas essas recomendações de Marx e chegava àquele resultado.

Desse modo, foi ele, antes de tudo, Marx. Mas foi Marx e ainda ele próprio Lenine.

“Ele enriqueceu a teoria geral do marxismo, aprofundando as seguintes questões:

“1º A teoria do imperialismo.

“2º As condições e o mecanismo da realização da ditadura do proletariado; a tática do proletariado na época das guerras imperialistas e da revolução mundial.

“3º As relações entre o proletariado e os camponeses antes, durante e depois da revolução proletária.

“4º A importância, para a revolução mundial, da questão nacional em geral, e em particular dos movimentos nacionais nos países coloniais e semicoloniais.

“5º O papel do partido.

“6º O papel do Estado proletário no período transitório.

“7º O regime soviético como tipo concreto do Estado proletário durante esse período.” (*Zinoviev, obra citada*, págs. 13 e 14).

Daí, esta definição de Stalin:

“O leninismo é o marxismo da época do imperialismo e da revolução proletária, ou, mais exatamente, é a teoria e a tática da revolução proletária em geral, a teoria e a tática do proletariado em particular.” (*Obra citada*, pág.11).

Não é o simples “restabelecimento e sua aplicação às condições russas” do marxismo, mas sua “continuação.”

A 1ª Internacional foi Marx; a 3ª, o mesmo Marx acrescido de Lenine.

*Conclusão: O imperialismo era “o prelúdio da revolução socialista.”*  
(*Lenine*).



.....

## Capítulo II

*A URSS, atacada por todos os lados, recuava do comunismo para a “Nep.”*

---

*“Batemos em retirada para realizar nossa nova política econômica.”*

**D**IZIA Stalin: “A revolução de outubro tem importância mundial não somente porque representa a primeira iniciativa de um país para romper o sistema imperialista e a primeira ilha do socialismo no oceano dos países imperialistas, como porque é a primeira etapa da revolução mundial e a base poderosa de seu desenvolvimento futuro.” (*Obra citada*, pág.185).

Tinha assim duplo objetivo: o interno e o externo.

O interno consistiria, segundo a rota traçada por Marx, na “supressão de todas as classes e na construção de uma sociedade sem classes.”

Em que consistiria o segundo?

Explicava-o ainda Stalin, baseado em Lenine:

“Primeiramente, o proletariado do país vitorioso deve fazer nesse país ‘o máximo do que for possível para desenvolver, sustentar e despertar a revolução noutros países.’ (A revolução proletária e o renegado Kautsky).

‘Segundo, o ‘proletariado vitorioso’ de um país, ‘depois de ter expropriado os capitalistas e organizado nele a produção socialista, levanta-se... contra o resto do mundo capitalista, chamando a si as classes oprimidas dos outros países, incitando-as à insurreição contra os capitalistas, empregando mesmo, conforme a necessidade, a força armada contra as classes exploradoras’...” (“;”).

Diante desse programa, disseram os países imperialistas: Antes que ela nos esmague, esmaguemo-la.

E a Rússia que havia lutado ao lado dos Aliados, teria agora de lutar contra eles e ainda internamente contra os elementos feudais e burgueses que havia apeado do poder.

Nestas circunstâncias, ela que havia marchado diretamente para o comunismo, resolvia dele recuar, para melhor se fortalecer contra aqueles ataques e melhor se aparelhar para, a seguir, reiniciar a marcha que interrompia.

Daí estes seus grandes “recuos” ou “retiradas estratégicas”, como os qualificam os leninistas:

I – A paz de Brest. Ela cedia terreno para tomar fôlego. Preferia perder a “morrer gloriosamente.” Dos males, o menor.

II – A guerra contra a Polônia. Diante da derrota de Varsóvia, não saía a reunir novas forças contra o inimigo. Se o fizesse, iria desagradar os camponeses, e ela compreendia que não devia, que não podia desagradá-los. Conformava-se com aquela derrota.

III – A nova política econômica (Nep). É o movimento de recuo mais largamente concebido pelo leninismo. É a manobra estratégica mais vasta, mais perigosa, mais importante do partido proletário. (Zinoviev, *obra cit.* pág.192).

Por sua vez, dizia Stalin:

“O camarada Kamenev declara que, depois das decisões da XIV Conferência do Partido, relativas à política econômica e ao desenvolvimento da atividade dos Sovietes, à liquidação das sobrevivências do comunismo de guerra, à fixação da legislação sobre o arrendamento do solo e o salariado agrícola, tínhamos feito concessões, não ao conjunto da clas-

se camponesa, mas aos *kulaks* [os proprietários agrícolas] e aos elementos capitalistas. Digo que isto é falso e que somente um liberal pode exprimir-se assim... A Nep implica a liberdade do comércio, do capitalismo privado, do salariado... Como esta política pode adaptar-se ao ponto de vista comunista? Como se justifica que o poder dos Soviéticos facilite a expansão do comércio livre?... No começo, tivemos uma situação em que o conjunto dos camponeses se precipitou, contra o poder dos proprietários territoriais. Contra estes últimos, marcharam não só os camponeses pobres como os *kulaks*, ainda que com intenções diferentes. Os *kulaks* com o fim de ficar com a terra dos proprietários territoriais e, por meio delas, estabelecer sua própria economia. Apareceu, então, o antagonismo entre os interesses e os esforços dos kulaks e dos camponeses pobres... Vemos agora que os camponeses pobres se organizam em vista de impedir os kulaks de utilizar em seu interesse a terra de que se apossaram dos grandes proprietários territoriais. O poder dos Soviéticos sustentou os comitês dos camponeses pobres.... Lenine não sabia que a Nep seria utilizada pelos especuladores, os capitalistas e os *kulaks*? Naturalmente que sim, mas isto não significa que a Nep seja uma concessão aos *kulaks* e aos capitalistas, pois a Nep, em geral, e o comércio, em particular, não são somente utilizados pelos capitalistas e pelos *kulaks*, mas igualmente pelos órgãos do Estado e das cooperativas, pois não são somente os *kulaks* e os capitalistas que praticam o comércio, mas igualmente os órgãos do Estado e das cooperativas, e estes últimos, aperfeiçoando-se, dominarão pouco a pouco o mercado e ligarão nossa indústria à nossa agricultura.” (*A Rússia em direção ao socialismo*, págs. 310 a 313)

Ou em outras palavras:

Se não fizessemos esta concessão ao pequeno camponês, ficaríamos isolados. Teríamos todos os camponeses contra nós: não só o pequeno, como os *kulaks* e os pobres. Fazendo-lhes aquela concessão, dividimo-los. Desde logo, atiramos os pequenos contra os grandes ou *kulaks*. Estes serão esmagados por aqueles em maior número. Enquanto isto, iremos criando nossa própria agricultura, e esta depois irá absorvendo a dos pequenos camponeses, e teremos evoluído da pequena propriedade para sua socialização. O pequeno camponês será amanhã nosso maior inimigo, mas, por esse processo, o esmagaremos. Estamos num período de transição. Em países de organização capitalista incipiente como o nosso, só se pode passar da ditadura do proletariado para a sociedade comunista, por meio de etapas. Do contrário, nós nos destruiremos pelas nossas próprias mãos.

Era o que Lenine claramente expunha, dizendo:

“Com a conclusão da paz de Brest Litovsk, o perigo nos parecia afastado. Enganamo-nos. Em 1918, tivemos que afrontar, além da guerra, o levantamento dos tchecoslovenos e o princípio da guerra civil que durou até 1920. Em parte, sob a influência deste acontecimento, e também de outros que não tenho tempo de tratar aqui, cometemos uma falta: decidimos passar imediatamente à produção e à repartição comunistas.” (pág. 206). A Rússia saiu da guerra como um homem meio morto a pau. Foi combatida durante sete anos, e é verdadeiramente estranho que possa ainda suste-se em pé... Este o estado em que nos encontramos. Pretender que saíamos dele sem muletas, é não compreender nada do que está sucedendo. Enquanto a revolução não estalar nos demais países, nós nos veremos obrigados a empregar dezenas de anos em resolver nossos assuntos, e sendo assim, não há por que lamentar algumas centenas ou milhares de milhões ou algumas concessões sobre uma parte de nossas imensas riquezas, para procurarmos o auxílio do grande capitalismo progressivo... (págs. 124 e 125). Procuramos resolver o problema de conjunto por um ataque de frente, por assim dizer, e sofremos uma derrota. Tendo fracassado o movimento de frente, fazemos um movimento giratório. Sitiemos o inimigo, envolvendo-o num trabalho de sapa” (pág. 224). (*O Capitalismo do Estado e o Imposto em espécie*, trad. espanhola)

“Batemos, agora, em retirada, mas para tomar novo impulso e melhor saltar em seguida, dizia Lenine, para caracterizar nossa estratégia da Nep. Sob esta condição somente é que batemos em retirada: para realizar nossa nova política econômica.” (Lenine) (Zinoviev, *obra citada*, pág. 193).

E a Rússia pacificava.

*Conclusão. O leninismo não dava murros em ponta de faca.*

.....

### Capítulo III

*Teoria contra teoria.*

---

*O capitalismo científico contra o socialismo científico.*

---

*A racionalização era uma arma de dois gumes; produzia duplo aumento: O da produção e o dos “sem trabalho”.*

**N**ÃO TENDO o capitalismo podido vencer a Revolução russa em suas tentativas pelas armas – “fracassaram [estas tentativas], dizia Lenine, porque a consciência da injustiça de sua causa e da justiça da nossa empolgou os soldados ingleses que haviam chegado a Arkangel e os marinheiros franceses que obrigaram sua frota a abandonar Odessa”. (*Obra cit.*, pág. 220) cuidava de vencê-la opondo teoria à teoria. *O capitalismo científico ao socialismo científico.*

Aquele capitalismo científico era, em princípio, o sistema do engenheiro norte-americano Winslow Taylor (1865-1915); era o taylorismo que pode ser assim resumido:

Os economistas clássicos afirmavam que o regime da livre concorrência, o regime capitalista era o melhor, mas não demonstravam por quê. Este trabalho estaria reservado aos hedonistas (matemáticos e psicólogos). Demonstraram, que tal regime é o melhor porque realiza o máximo de satisfação e o mínimo de sacrifício para cada um dos permutantes. Pararam aí.

Nosso objetivo é torná-lo cada vez melhor. Como? Ainda por intermédio da matemática. Aqueles dela usaram para a explicação da natureza do capitalismo. Nós dela temos de usar para sua ampliação. Temos de aplicá-la à organização e à execução do trabalho. O trabalho que existe é falho. Temos de o aperfeiçoar. Aperfeiçoando-o, teremos consequentemente aperfeiçoado a sociedade capitalista que nele repousa.

O trabalho é ainda rotineiro. Temos de o tornar científico. “Podemos”, dizia Taylor, “ver o desaparecimento de nossas florestas, o desperdício de nossas águas, o nosso solo carregado para o mar pelas enchentes; e o fim do nosso carvão e do nosso ferro está aí à vista. Mas os desperdícios maiores do esforço humano... são menos visíveis, menos tangíveis e são apenas vagamente levados em consideração.” (*The Principles of Scientific Management*, 1911, pág. 5). Há desperdícios de tempo, de energia, e de capitais, e há que por termo a esses desperdícios, o que redundará em benefício do industrial, do operário e do consumidor. Sim, porque haverá aumento da produção e dos lucros, diminuição do preço de custo, alta dos salários, redução do esforço e da fadiga humana.

“O objetivo principal da organização”, acrescentava Taylor, “deveria ser a obtenção do máximo de prosperidade para todo empregado.” (pág. 9).

Na economia da livre concorrência, o *indivíduo* era tudo; na do capitalismo científico, o *sistema* é que é tudo.

“No passado, o homem foi o primeiro; no futuro, o sistema é que será o primeiro” (“”, pág. 7).

Este sistema é caracterizado por estas fórmulas:

“Ciência, não empirismo.

Harmonia, não distorcida.

Cooperação, não individualismo.

Máximo de produção, em vez de produção limitada.

O desenvolvimento de cada homem até sua máxima eficiência e prosperidade.” (“, pág.140).

Não mais haveria desordens sociais, conflitos entre patrões e operários...

Dizia Taylor: Cada trabalho depende sempre de grande número de fatores independentes, de variáveis, empregando a linguagem matemática. Em presença de tão complexos fatores, não pode o operário, por intuição ou por meio de ensaios empíricos, por mais repetido que seja, descobrir as condições mais favoráveis para executá-lo. O operário só é o braço, é a matéria. É necessário ainda o espírito, a ciência, a teoria para bem acioná-lo.

É imprescindível unir esse elemento subjetivo àquele objetivo. Logo nenhum trabalho deve ser realizado sem estudos preparatórios que determinem cientificamente as melhores condições de sua execução. Estudos correspondentes a estas cinco fases sucessivas: definição do objetivo, escolha dos processos e os instrumentos a adotar; preparo desses instrumentos, controle dos resultados, dedução de consequências, sanções.

Dessa forma cada empresa deveria ter seu “Departamento de Estudos da Fabricação”.

“Taylor, antes de fazer a exposição doutrinária do seu método (só realizada em 1911), aplicou-o a importantes empresas industriais norte-americanas (Bethlem Steel Corporation, Midvale Steel Corporation, Tabor Manufacturing Co., Linkbeet Co., etc.).

Os resultados não deixaram dúvida quanto à eficiência do sistema. A operária que verificava 1.000 bilhas de bicicleta por dia, passou a examinar 3.500, com dois terços de erros a menos; o pedreiro que colocava 120 tijolos, por dia, passou a colocar 350”; o carregador que transportava por dia 12,5 toneladas de barras de ferro de um depósito para um vagão começou a transportar 47.

Desse modo estabelecia as unidades-padrão (*standard*) de força, tempo e trabalho; calculava com rigor os preços de custo, reduzindo-os ao mínimo; selecionava e remunerava melhor os operários (com base na média do rendimento individual), afinal, aumentava a produção e os lucros industriais.

E concluía:

A despesa com o pessoal técnico (analistas e estatísticos) encarregado da aplicação do método científico é mínima em confronto com o aumento das rendas ou lucros dele decorrentes.

Diante desses resultados, o taylorismo era amplamente difundido nos Estados Unidos, onde era aplicado à agricultura, ao comércio, à indústria, aos bancos, à administração em geral. E era introduzido na Europa, mesmo antes da guerra mundial, graças aos esforços do professor Sederholm na Finlândia, do industrial Bollinx na Bélgica e de Bertand Thompson (professor da Universidade de Harvard), Henry de le Chatelier e Charles de Fréminville na França. Era largamente difundido nos Estados Unidos, introduzido na Europa, e melhorado, completado: pela fisiologia do trabalho (estudo da fadiga, do automatismo, da monotonia, das melhores condições de higiene); pela psicotécnica (estudo das aptidões e seleção das capacidades por meio de tests; pelo fayolismo (a técnica sobretudo da administração); pelo fordismo (trabalho dividido, repetido, em cadeia, contínuo); pelo hooverismo (transformação em política nacional do taylorismo aperfeiçoado) e pela racionalização alemã em 1925.

Esta, a última expressão do taylorismo.

Com essa racionalização, com esse trabalho científico em alto grau seria alcançada tríplice finalidade: econômica, maior fortalecimento do capital, maior renda; técnica, melhor aperfeiçoamento dos processos de produção dos produtos; social, melhor remuneração, maior dignificação do trabalho... Assim, o capitalismo científico se oporia vantajosamente ao socialismo científico.

A Alemanha racionalizava suas indústrias (metalúrgica e químicas, cutelaria, potassa, minas de Ruhr, construções navais, transportes marítimos, aço, têxteis, etc.) Reerguia-se; reconquistava a posição que havia perdido nos mercados internacionais; e obrigava a Suíça, a Bélgica, a Itália, a Áustria e a França a também se racionalizarem. Essa racionalização era uma espécie de novo maná. Empolgava o capitalismo que dela usava e abusava. Era consagrada pela Conferência Econômica Internacional de Genebra (1927). E até elementos da escola católica, partidários do “distributismo”, da “propriedade social”, contra a propriedade privada, este “grande desvio inicial da economia moderna”, saíram a bater-lhe palmas, quase a aceitá-lo integralmente.



Um desses foi o Sr. Tristão de Ataíde, que, para fazê-lo, tinha, entretanto, de se desdizer.

Havia afirmado que a crítica de Marx ao capitalismo era genial; que esse capitalismo criava em torno de si, não a prosperidade crescente, e cada vez mais dividida, mas a subordinação de massas cada vez maiores a núcleos de possuidores do capital cada vez mais acumulados ou centralizados; que esse capitalismo determinava essa subordinação ou disseminação da miséria.

Era o que afirmava, em 1930, na *Introdução a Economia Moderna*, (pág. 295).

A seguir, porém, no mesmo livro, declarava:

Marx viu apenas o problema social de seu tempo. Sua crítica ao capital foi deficiente. É falha. Abrangeu só o passado, e não igualmente o presente. Há duas espécies de capitalismo: o individual e o científico. Aquele criava em torno de si a miséria. Este, não: consegue evitá-la. Foi o que Marx não logrou compreender.

Agora recusava tudo a Marx, e, de modo, até certo ponto, original. Dizia, por exemplo:

O materialismo econômico é, não há dúvida, obra de Carlos Marx. Mas depois dele, o hooverismo, o taylorismo, o fordismo o seguiram. Ora, se eles o seguiram, forçoso será reconhecer que o materialismo econômico não é só dele Marx, mas também destes últimos...

Todas estas coisas, ele as disse nestas passagens:

“A concepção do proletariado, como sendo uma massa inerte e passiva nas mãos de uma classe para produzir o ‘Mehrwert’, segundo a observação do que Marx via no seu tempo, é totalmente insuficiente para explicar o problema do capitalismo dos nossos dias. Ao contrário, nós vamos encontrar a expressão do oposto a isso, naqueles que representam mais vivamente esse neocapitalismo contemporâneo, que Marx não conheceu nem previu... (págs. 333 e 334). O verdadeiro dever da sociedade organizada, escrevia então Hoover, é melhorar a vida de cada indivíduo e elevar o tom de vida de todos os homens.... (pág. 334).

“Vemos (com a racionalização) a atribuição ao econômico de todo progresso social e portanto a confirmação de que o materialismo histórico não é privilégio do marxismo, mas que também não o é do hooverismo, do taylorismo, do fordismo, se bem que em termos mais velados e menos rigorosos. E vemos ainda a negação do que Marx considerava como inevitável

ao capitalismo: a proletarianização. ‘A acumulação do capital representa o aumento do proletariado’, escrevia Marx. A experiência do capitalismo científico nos tem mostrado que essa frase só vale para o capitalismo tradicional e não para o capitalismo avançado (pág. 335). Lucien Romier, estudando a organização norte-americana, observou, ao contrário, a ‘desproletarianização’ das classes trabalhadoras. A separação de classes,... essa separação econômica das classes pareceu aos profetas do socialismo científico como sendo um fenômeno universal, quando era um fenômeno europeu e tradicional na civilização aristocrática europeia... Foi isso o que os doutores do socialismo científico encontraram no capitalismo do seu tempo e que eles estenderam arbitrariamente ao capitalismo de todos os tempos. Ora, estamos vendo que o capitalismo do século XX é, nesse ponto, a negação do capitalismo do século XIX... (págs. 336 e 337). Ao capitalismo tradicional, em que dominava a ideia de lucro máximo e imediato, da concorrência livre e sem escrúpulos,... sucedia agora um conjunto de princípios inteiramente novos.”(pág.347) (*Introdução à Economia Moderna*)

Marx, assim, para o Sr. Tristão de Ataíde, passava de “genial” a simples “profeta.” Mas os fatos são tudo. Logo depois desse incumbiam de demonstrar que a “separação econômica das classes” era realmente “um fenômeno universal”, e não restrito à civilização europeia e o Sr. Tristão de Ataíde, no *Problema da Burguesia*, de 1932, já dava o dito por não dito, e voltava a sustentar os princípios da crítica do marxismo. Voltava a proclamar a “proletarianização”, em vez da “desproletarianização.” Voltava a dar razão, portanto, aos “doutores do socialismo científico”, em seu “arbítrio”, conforme mais adiante teremos ocasião de comprovar.

E que, havendo por toda parte, quantidade maior de capital, acontecia justamente o que Marx já havia assinalado exhaustivamente: maior capital, maior emprego do maquinismo, maiores forças produtoras; maior produção; maior falta de trabalho; menor número de consumidores.

Donde: produção cada vez maior e consumo cada vez menor; a cisão da sociedade em pequena classe imensamente rica e em grande classe de assalariados na miséria; o conflito entre estas duas classes intensificando-se.

A racionalização se aumentava a produção, e, de fato, aumentava extraordinariamente, também aumentava extraordinariamente, em proporção assustadora, o número dos “sem trabalho.” O próprio

Taylor compreendeu bem que este seria inevitavelmente um dos efeitos de seu sistema. Mas descalçava a bota facilmente, dizendo que os operários que fossem sobrando nas indústrias racionalizada seriam aproveitados em novas indústrias que fatalmente, teriam de ser criadas, e, depois, também racionalizadas, e, assim, indefinidamente.....

E ele próprio, ao reformar os serviços da alimentação dos fornos da Bethlehem Steel Corporation, apresentava este quadro de comparação entre o trabalho empírico e o científico para mostrar a excelência deste último:

	Sistema Empírico	Sistema Científico
Número de operários . . . . .	400 a 600	140
Tonel. diária por operário . . . . .	16	59
Salário diário por operário . . . . .	5,75	9,40
Preço do custo . . . . .	0,360	0,165

O número dos operários de 600 caía para 140.

Em todas as demais indústrias, verificava-se outro tanto.

Resultado: os Estados Unidos encontram-se atualmente com uma população superior a doze milhões de sem trabalho.

O taylorismo e seus adendos, longe de defender, vinham atacar decisivamente o capitalismo, ainda mais agravando sua situação. Vinham não destruir, mas confirmar os fundamentos, as previsões do socialismo científico.

*Conclusão: O capitalismo, é o que ainda ensina Marx, cada vez mais procura salvar-se e cada vez mais menos se salva, cada vez mais se aperfeiçoa e cada vez mais se aperfeiçoando, mais concorre para seu próprio aniquilamento, para sua própria destruição.*

.....

## Capítulo IV

*A estabilização passageira do capitalismo.*

---

*Como Stalin a encarava.*

---

*Os “orçamentos de guerra” cresciam e não diminuían.*

**O** CAPITALISMO se racionalizava, e a ditadura proletária lhe dizia: a ciência, a matemática é sua inimiga, e nossa inseparável aliada. Você, não se iluda, com ela não nos destruirá, mas está cavando sua própria ruína. Cresce, hoje, para cair fatalmente amanhã.

Dizia-o nestes termos:

“O capitalismo sai ou já saiu da anarquia da produção, do comércio e das finanças em que estava mergulhado desde o fim da guerra. Nosso partido designou este fato como uma estabilização parcial provisória do capitalismo. Isto significa que a produção e o comércio dos países capitalistas, em seguida é espantosa decadência durante o período do após a guerra, começaram a se reerguer e que o poder político da burguesia mais ou menos se afirmou (pág. 49). Em todos países adiantados da Europa, a produção indica, em relação a 1919, tendência ascendente e chega a 80-90% do nível do período do antes da guerra, ou ao mesmo nível....(“).

O centro de exploração financeiro do mundo inteiro se transferiu da Europa para a América. Antes, o centro de exploração financeira do mundo se encontrava na França, na Alemanha e na Inglaterra. Hoje, está nos Estados Unidos. Este Estado se desenvolve sob todos os pontos de vista, tanto sob o ponto de vista de sua produção como de seu comércio e de sua acumulação de capital (pág. 51). Dos 9 bilhões formando a reserva total de ouro do mundo, 5 bilhões se encontram na América. O valor do dólar é o mais estável do mundo. Quanto ao que se relaciona com a exportação de capital, a América é atualmente o único país que pôde exportar capitais constantemente e em proporção crescente... (pág. 52). Esta estabilização passageira do capitalismo europeu foi obtida principalmente com o auxílio do capital americano e ao preço da sujeição financeira da Europa à América. Para prová-lo, basta citar as dívidas dos Estados europeus àquela: não são menores de 26 bilhões de rublos. E não falo das dívidas privadas, isto é, dos depósitos americanos nas empresas europeias que se elevam também a alguns bilhões... (“). A Europa, para poder pagar os juros e o capital de sua dívida, é obrigada a aumentar os encargos fiscais da população e agravar ainda a situação da classe operária. Já, hoje, em que o reembolso das dívidas e o pagamento dos juros ainda não começaram – já hoje, na Inglaterra, os encargos fiscais atingem, em comparação com o conjunto das rendas nacionais, 23% (1924) em lugar de 11% (em 1913). Na França, os mesmos encargos se elevaram de 13% a 21%. É supérfluo dizer que os encargos fiscais aumentarão ainda no futuro, o que terá como resultado, mais agravar a situação dos trabalhadores da Europa e provocar a revolta da classe operária. Já há sintomas deste novo processo, tanto na Inglaterra quanto em outros países da Europa. São fatos fundamentais que demonstram a fragilidade da estabilização momentânea do capitalismo europeu. É muito possível que a produção e o comércio da Europa atinjam mesmo ao nível do tempo de paz, mas isto não significa que o capitalismo terá, assim, atingido sua estabilidade de antes da guerra. Tal estabilidade não mais pôde ser realizada (pág. 53) Cometemos muitas faltas Não somos presunçosos. Cometemos muitas faltas, mas alcançamos também triunfo. De qualquer maneira.... graças ao nosso trabalho de construção econômica, graças àqueles triunfos, mostramos ao mundo inteiro que os trabalhadores que se apoderaram do poder, sabem não e somente abater o capitalismo, não somente destruí-lo, mas igualmente construir a sociedade nova, o socialismo” (pág. 120). (*A Rússia em direção ao socialismo*, Stalin)

Dizia-o ainda:

“A produção das potências capitalistas durante estes dois últimos anos, excedeu o nível de antes da guerra... O index da produção mundial... que atingia, em 1925, 97,6% da produção de antes da guerra, pas-

sou a 100,5% em 1926. Não temos ainda os algarismos completos para 1927, mas os relativos ao primeiro semestre indicam aumento ulterior da produção... O comércio mundial se desenvolve menos rapidamente que a produção, mas também já se aproxima do norma de antes da guerra (pág. 4).

“Enfim, notamos a terceira categoria dos fatos que mostram os progressos técnicos: a racionalização da indústria, o reforço da trustificação e a cartelização da indústria em escala internacional. Acredito que estes fatos sejam conhecidos de todos. Não insistirei sobre eles. Direi somente que o capital registrou progressos, não somente quanto à produção, mas também quanto ao comércio, quanto ao aperfeiçoamento da técnica da produção, quanto à racionalização da produção e acrescentarei que tudo isto contribuiu para aumentar a força dos trustes e criar novos cartéis monopolizadores poderosos. Isto significa que a estabilização do capitalismo se torna sólida? Certamente que não. O relatório feito no XIV Congresso previa que o capitalismo pôde atingir a situação de antes da guerra, ultrapassá-la e racionalizar sua produção, sem que isto signifique, e esteja mesmo longe de significar; que a estabilização do capitalismo se consolidou.... Este fato precisamente é a causa da mais profunda e da mais grave crise do capitalismo mundial (pág. 5). A estabilização parcial causa o acréscimo da crise do capitalismo e essa crise maior desagrega a estabilização. Tal é a dialética do desenvolvimento do capitalismo na frase histórica atual.” (pág. 6) (Relatório de Stalin ao XV Congresso de Partido Comunista dali. URSS)

Havendo maior produção, ressurgia a necessidade de cada qual procurar novos mercados, e essa procura passou a ser “o problema fundamental do capitalismo” (“, pág.7):

“As tentativas de resolver pacificamente o problema dos mercados não deram e não puderam dar resultados. A famosa declaração dos banqueiros, feita em 1926, sobre a liberdade do comércio, resultou, como se sabe, em fracasso. A conferência econômica da Sociedade das Nações terminada em 1927, que devia ‘unificar os interesses econômicos’ dos países capitalistas, fracassou igualmente. O capitalismo pôde resolver pacificamente o problema dos mercados. Diante dela, não lhe resta senão ‘uma só saída’: de novo repartir as colônias e as esferas onde pode influir, por meio da força, por meio de conflitos sangrentos, e novas guerras imperialistas.” (“;“)

Daí por que se arma continuamente.

“Consideremos ainda o sistema dos “tratados” de amizade concluídos entre a França e a Iugoslávia; o concluído entre a Itália e

a Albânia; o “Tratado de Amizade” preparado por Pilsudsky, a ser assinado entre a Polônia e a Lituânia; “o sistema de Locarno”; “o espírito de Locarno”, etc... Não está aí um sistema de preparo de novas guerras e de repartição das forças para novos conflitos sangrentos? Atentemos por exemplo nos fatores seguintes: os efetivos dos exército da França, da Inglaterra, da Itália, dos Estados Unidos da América e do Japão que, em 1913, eram de 1.888.000, passam a 2.262.000 em 1927.

Para o mesmo período, os orçamentos de guerra que eram para os mesmos países de 2.345.000.000 de rublos ouro passaram a 3.948.000.000: o número de aviões em serviço dessas cinco potências era de 2.655 em 1923, e é de 4.340 em 1927 a tonelagem dos cruzadores que era de 724.000 em 1922, subiu a 864.000 em 1926. Quanto à guerra química, o general Friess, chefe do serviço de química de guerra dos Estados Unidos, declara:

“Uma só bomba de 450 quilos carregada de levisite pode tornar inabitáveis dez quarteirões de New York, e 100 toneladas lançadas de 50 aviões podem tornar toda cidade de New York inabitável por uma semana pelo menos.”

“Que esclarecem estes fatos senão que se preparam muito ativamente novas guerras” (“, pág. 11).

De modo que afirmava:

“É do capitalismo que sai e cresce novo movimento revolucionário”.

E, enquanto o capitalismo no Ocidente estava sendo levado a se desarticular, a Rússia proletária se articulava:

“Se em 1924-25, a produção total da agricultura era, segundo os cálculos recentes do Gosplan de 87,3% da de antes da guerra e a produção da indústria de 63,7% também da de antes da guerra, em 1926-27, a produção da agricultura foi de 108,3% e a da indústria 109%, em confronto com aquelas de antes da guerra. Segundo os algarismos de controle para 1927-1928, prevê-se o aumento da produção, elevando-se a agricultura a 118,5% e a indústria a 114,4%.” (“, pág. 22)

E afirmava ainda:

“Que concluir daí? Há uma só conclusão: estamos no bom caminho, a política de nosso partido é justa... Logo, prosseguindo nesse cami-

nho, alcançaremos certamente a vitória do socialismo em nosso país e a vitória do socialismo em todos os países.”(“, pág. 83)

*Conclusão: a burguesia melhorava por um lado, mas piorava por outro.*



.....

## Capítulo V

*Crise crescente econômica: revolucionária e agrária.*

---

*O capitalismo entra em novo período de anarquia, enquanto a produção russa toma notável incremento.*

---

*Diz Stalin que “o movimento revolucionário vai aumentar extraordinariamente.”*

**A** RACIONALIZAÇÃO seria salvação do capitalismo e, no entanto, era sua ruína. O marxismo-leninista o previra. Stalin o anunciara. E os acontecimentos o confirmavam.

O capitalismo entrava em novo período de anarquia, de crise, e a economia russa tomava notável incremento, de modo que, em maio de 1930, no XVI Congresso do Partido Comunista Russo, Stalin podia dizer que o mundo se achava diante de um período de “transição.”

E acrescentava:

“Período da transição, não somente para nós, para a URSS, mas também para os países capitalistas do mundo interior. Mas uma diferença

fundamental subsiste entre esses dois períodos de transição. O atravessado pela URSS marcou para esta o começo de uma expansão econômica nova e importante. Para os países capitalistas marcou um passo a mais para seu declínio.

“Na URSS, a edificação socialista da indústria e da agricultura tomou seu impulso.

“Nas sociedades capitalistas, há crise crescente econômica: revolucionária e agrária.

“Tal é, em poucas palavras, o quadro da situação atual.

“Lembrai-vos da situação dos países capitalistas, há dois anos e meio! A indústria e o comércio floresciam em quase todos os estados capitalistas. A indústria das matérias-primas parecia próspera. Os países agrários gozavam da mesma prosperidade. Uma auréola de glória cercava os Estados Unidos, país do capitalismo por excelência.

“Por toda parte, teciam-se hinos à prosperidade! Por toda parte, estava-se humildemente diante do dólar. Celebrava-se a nova técnica, a racionalização capitalista. Anunciava-se uma era de ‘saneamento’ do capitalismo e afirmava-se a solidez inabalável do capitalismo enfim estabilizado.

“Por toda parte, também se proclamava, com grande estardalhaço, a inevitável queda dos Sovietes, ‘a inevitável falência’ da URSS.

Assim se apresentavam as coisas ainda ontem.

E hoje que vemos?

“Uma crise econômica estalou em quase todos os países do capitalismo revolucionária. A crise atingiu também todos os países agrícolas. O pauperismo das massas e o *chômage* crescente substituindo a ‘prosperidade.’ A ruína de milhões de camponeses substitui seu desenvolvimento agrícola. As ilusões sobre o poder ilimitado do capitalismo, em geral, e sobre o dos Estados Unidos do Norte, em particular, evaporaram-se. Os cantos de glória em honra do dólar e da racionalização se tornam cada vez mais fracos. Inversamente, as lamentações sobre os erros do capitalismo se multiplicam. E o clamor ‘geral’ feito em torno da queda inevitável dos Sovietes se muda em uma gritaria ‘geral’ que tende a demonstrar a necessidade de punir ‘este país’ que ousa melhorar sua economia, enquanto a crise reina por toda parte.

“Eis o quadro atual!

“Produziu-se exatamente o que os bolcheviques previram há dois ou três anos. Os bolcheviques predisseram que o desenvolvimento da técnica nos países capitalistas, que o desenvolvimento das forças industriais e a racionalização capitalista, dado o nível de vida baixo de milhões de operários e camponeses, deviam inevitavelmente determinar cruel crise econômica.

“A imprensa burguesa pôs-se a zombar das profecias originais dos bolcheviques.

“Os direitistas (fração da Internacional Comunista) opuseram às previsões bolchevistas decorrentes da análise marxista uma verbiagem liberal sobre o capitalismo organizado.

“Mas que aconteceu efetivamente?

“Aconteceu o que os bolchevistas predisseram.

“Tais são os fatos” (Discurso sobre o plano quinquenal, pref. de Georges Valois, págs. 25 a 28).

Caracterizando esta crise mundial econômica, diz:

“A crise econômica atual é uma crise de superprodução... É a primeira crise mundial econômica depois da guerra. É uma crise mundial, não somente porque afeta todos ou quase todos os países industriais do mundo... como também porque a crise na indústria coincide com a crise na agricultura.” (“, págs. 28 e 29)

Cita este quadro publicado pelo Instituto alemão de Estudos das Conjunturas Econômicas sobre o desenvolvimento da indústria mineira e dos ramos fundamentais da grande indústria da América do Norte, da Inglaterra, da Alemanha, da França, da Polônia e da URSS desde 1927, designando-se por 100 o nível revolucionária de 1928:

	U.R	U.S.A	Inglat.	Aleman.	França	Polônia
	S.S.					
1927	82,4	95,5	105,5	100,1	86,6	88,5
1928	100.	100.	100.	100.	100.	100.
1929	123,5	106,3	107,9	101,8	109,4	98,8
1930						
1º tr.	155,5	95,5	107,4	93,4	113,1	84,6

Que nos mostra este quadro?

Ele o diz:

“Mostra desde logo que os Estados Unidos, a Alemanha e a Polônia sofrem uma crise revolucionária assinalada. Durante o primeiro trimestre de 1930, o nível da produção dos Estados Unidos, compara-

do ao de 1929, baixou de 10,8%, voltando assim ao de 1927... Mostra enfim que, só entre todos os países, a URSS tem um desenvolvimento econômico ascendente. No fim do primeiro trimestre de 1930, o nível de produção de sua indústria excedia o nível de 1927 de mais do dobro. Este aumento regular do desenvolvimento revolucionária é de 17,6% em 1928, de 23,5% em 1929 e de 32% no primeiro trimestre de 1930. Assim, a produção soviética segue, de ano em ano, uma curva ascendente.” (“, págs. 31 a 33).

No segundo semestre do mesmo ano de 1930, a crise ainda mais se agravava.

Dizia ele:

“A nova baixa dos valores verificada na Bolsa de Nova York, e a nova onda de falências que se desencadeia na América do Norte, as últimas medidas de restrição na produção, a baixa dos salários e o aumento do *chômage* nos Estados da América do Norte, na Alemanha, na Itália, no Japão, na América do Sul, na Polônia, na Tcheco-Eslováquia, a paralisação na França de uma série de ramos industriais, indicam o começo da crise.

“A América do Norte tem para mais de 6 milhões de *chomeurs*, a Alemanha mais de 5 milhões, a Inglaterra mais de 2 milhões, a Itália, a América do Sul, Japão, 1 milhão cada qual, a Polônia a Tcheco-Eslováquia, a Áustria, 500.000 também cada qual.

“Não falo da crise agrária aguda, que arruína milhões de pequenos lavradores e colonos.

“A crise de superpopulação na agricultura chegou a tal ponto, que, a fim de salvar os preços elevados e os lucros da burguesia, houve o seguinte: no Brasil, dois milhões de sacas de café foram lançadas ao mar; na América, o milho foi utilizado como combustível; na Alemanha, milhões de toneladas de centeio servem de alimentação para os porcos, enquanto medidas foram adotadas para reduzir as escalas de plantação do trigo e do algodão de 10 a 15%.” (“, págs. 33 e 34)

Faz, a seguir, estas considerações:

“A oposição burguesa censura os governos burgueses por não terem tomado todas as medidas para a crise... Estes senhores se esquecem que todas as crises econômicas não são senão resultados inevitáveis do capitalismo... A causa das crises econômicas, sua causa inicial, reside no próprio sistema do capitalismo.

“As origens profundas da crise se acham na contradição que existe entre o caráter social da produção e a forma capitalista da apropriação dos lucros dessa produção... A crise feriu particularmente o país principal do

capitalismo, sua cidadela, a União dos Estados da América do Norte que concentra em suas mãos a metade da produção e do consumo mundiais... É preciso reconhecer que a crise econômica atual é a mais grave e a mais profunda de todas as crises econômicas irrompidas até aqui.” (“, págs. 35 a 42)

Adverte que afirmou que a crise abrangia todos os ramos da produção capitalista, mas que há um entretanto, que ainda não foi por ela alcançado: a indústria da guerra, a qual, não obstante a mesmas crises se vai desenvolvendo acentuadamente (“, pág. 44).

De modo que a estabilização capitalista chega a seu fim... O movimento revolucionário vai aumentar extraordinariamente..... A crise econômica mundial se transformará, em muitos países, em crise política (“, pág. 53).

*Conclusão: As sociedades, como os indivíduos, se desenvolvem e perecem.*

.....

## Capítulo VI

*A economia da U.R.S.S, progride e socializa-se.*

---

*Nela, atualmente, “à parte das classes exploradas não representa mais do que 2% da renda nacional”.*

**S**TALIN diz que, com o “sistema capitalista”, ocorre isto, enquanto o “sistema socialista” se aperfeiçoa e se consolida da melhor forma.

“Contrariamente ao que se passa nos países capitalistas, onde reina atualmente a crise econômica e onde cresce o *chômage* define progressivamente”.

A grande indústria se acresceu e acelerou os ritmos de seu desenvolvimento.

A indústria pesada se fortificou. A socialização da produção avançou consideravelmente. Uma força nova surgiu na agricultura: os Sovkhoses e os Kolkoses (pág. 65).

“Sovkhoz e Kolkloz” são abreviaturas respectivamente de “economia soviética” e “economia coletiva”. Os “sovkhoses” são grandes estabelecimentos agrícolas ou fazendas soviéticas administradas pelo Estado. Os “kolkhozes, associações cooperativas para o trabalho e a administração coletiva, com a ajuda do Estado, dos camponeses pobres”.

Uns e outros são órgãos do Estado para transformar a propriedade privada em coletiva, para a supressão dos *Kulaks* e dos peque-

nos camponeses, aparelhos para a passagem do regime da ditadura do proletariado para a sociedade comunista. Essa transformação se vai operando rapidamente.

Diz Stalin:

“As massas camponesas voltaram-se definitivamente para os kolkhoses”.

A resistência dos kulaks está quebrada. A situação interna da U.R.S.S “. (pág.66)”.

Stalin faz, portanto, estas duas afirmações gerais:

- a) a economia da U.R.S.S, progride;
- b) socializa-se.

Vejamos alguns dados e algarismos que apresenta, para comprovar.

Os relativos à economia em seu conjunto podem ser sistematizados no quadro abaixo:

	1913	920/27	927/28	926/29	929/30
Produção Agrícola . . . . .	100%	106,6%	107,2%	109,1%	114%
Produção global da industria (grande e pequena) . . . . .	100%	102,5%	122%	142,5%	180%
Mercadorias transportadas pelas vias férreas . . . . .	100%	127%	134%	162,4%	193%
Rede ferroviária (em quilômetros) . . . . .	58,5000	75,700		77,100	88,000
Movimento geral comercial do país . . . . .		100%	124,6%	180,4%	202%
Balço de todos os estabelecimento de créd. . . . .		100%	141%	201%	
Orçamento total do Estado (algarismo de 1928/27: 6371 milhões de rublos) . . . . .		100%	125,5%	148,7%	204,4%
Comércio exterior (exportação e importação) . . . . .	100%	47,9%	56,8%	67,9%	80%
Renda nacional em milhões de rubros . . . . .		23,127	25,396	28,596	34,000

Logo afirma :

a) “Nossa economia rural está pois em progressão contínua ainda que lentamente lenta. (“, pág.67”);

b) “Nossa produção industrial cresce, segundo um ritmo ainda não atingido em parte alguma”. (“, ”);

c) “A média do argumento anual (da renda nacional) durante três anos a que se refere nosso relatório é, por conseguinte, de mais de 15%”.

Considerando que a média do aumento anual da renda nacional nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, não excede de 3 a 8%, há de reconhecer que o ritmo do crescimento da renda nacional na U.R.S.S bate realmente todos os recordes.” (“, págs. 69 e 70)

Mostra com os algarismos abaixo que a U.R.S.S vai passando de país agrícola que era a país industrial:

“Nossa economia nacional se processa sob o signo da industrialização. Mas não industrializamos pelo prazer de industrializar....Esta industrialização, assegura a vitória do setor industrial socializado sobre o setor privado.(“, págs.73 e 74).

	1913	926/27	927/28	926/29	929/30
Porcentagem da indústria na produção global da economia nacional .....	42,1%		45,2%	48,7%	53%
Idem da Agricultura .....	57,9%		54,8%	51,3%	47%

Diz que “a indústria socialista, controlada pelo Conselho Superior da Economia nacional, duplicou sua produção no espaço de três anos” (“. Pág.77).

Confronto que estabelece a respeito:

	1913	926/27	927/28	926/29	929/30
Produção industrial de milhões de rublos, setor socializado .....		11,999	15,389	18,903	24,740
Setor Capitalista .....		4,043	3,704	3,389	3,310



Quanto à socialização da agricultura , diz:

“O plano quinquenal, adotado pelo Congresso dos Sovietes, prevê que os Sovkhoses, realizado pelo plano, deverão dispor de 5 milhões de hectares semeados. Ora, este ano, terceiro do plano quinquenal, terá já oito milhões de hectares semeados.

“Isto significa que realizamos e ultrapassamos em três anos o plano quinquenal concernente aos sovkhoses... (“, págs.100 e 101)”. Nossos Kolkhoses possuem atualmente superfície semeada tão grande quanto a França e a Itália reunidas... (“ Pág. 107)”.

As superfícies semeadas dos Kolkhoses deviam ser elevadas a 30 milhões de hectares. Já é hoje de 36 milhões! (“,”). Isto significa que fomos além do plano quinquenal, quanto aos kolkhoses, e isto em dois anos “ (“pág.108)

Em consequência dessa socialização, acontece o seguinte, segundo Stalin:

“a) há o crescimento numérico da classe operária e a diminuição dia a dia do *chômage*;

“b) a parte da renda nacional que cabe aos trabalhadores das cidades e dos campos que não exploram o trabalho alheio é na Alemanha , de 55%, nos Estados Unidos de 54% e na Inglaterra de 45%; a dos capitalistas nos mesmos países é : 45% na Alemanha , de 46% nos Estados Unidos e de 55% na Inglaterra. Na U.R.S.S a parte dos operários e trabalhadores agrícolas na renda nacional não exploram o trabalho alheio, era, em 1927-28, de 75,2%, em 1928-29 de 76,5%, em 1929-1930 de 77,1%. A outra parte cabe ao Estado que a tem aumentado de ano em ano, aos artesãos e aos kulaks. A porção destes foi, em 1927-28, de 8,1%, em 1928-29 de 6,5% em 1929-30 de 1,8%;

“Ressalta desta estatística que se nos países capitalistas à parte das classes exploradoras representa 59% ou mais da renda nacional, entre nós, na U.R.S.S, a parte das classes exploradoras não representa mais do que 2% da renda nacional”. (“,116);

“c) À luz desses fatos, compreendeu-se melhor o movimento de aumento sistemático de salário real dos operários , o aumento do orçamento dos seguros sociais, o aumento dos fundos de socorro das organizações de camponeses pobres e médios, o aumento dos créditos concedidos para a construção de habitações operárias, a melhoria da

sorte dos operários e da infância, nossa obra de proteção da maternidade, que produziu na URSS o crescimento da natalidade e a repressão da mortalidade, principalmente da infantil”. (“, pág. 117).

d) Em 1930-31 havia na URSS 152.475 escolas primárias e secundárias com 17.700.200 alunos. Vinte e cinco milhões de adultos tinham aprendido a ler nos ‘postos de liquidação dos analfabetos’. O número de analfabetos que era de 75% da população do Império russo, caiu para 25%. A frequência escolar chega a 98,2% na Ucrânia e 97% na Rússia Branca.”

E Stalin arremata este confronto entre os dois sistemas, o capitalista e o soviético, dizendo:

“A causa dos desastres do capitalismo tem de ser encontrada no sistema da economia capitalista. A causa da prosperidade soviética está na superioridade do sistema da economia soviética sobre o sistema capitalista.” (“, pág. 152)

*Conclusão: As dificuldades que há na Rússia são de “crescimento”, e as dos países capitalistas são de “decadência”.*

.....

## Capítulo VII

*É um fato o declínio econômico dos países capitalistas.*

---

*“Se tivermos mais um inverno de durezas e de misérias, grande parte da Europa será bolchevizada” (Mussolini).*

---

*Mais de trinta milhões de “sem trabalho” e decréscimo formidável no comércio internacional de 48 nações.*

**R**ESTA considerar, agora, se os estados capitalistas estão mesmo em crise, em declínio econômico, e se a URSS está, ao contrário, em ascensão, em prosperidade, não só econômica, como geral.

Aquela crise, aquele declínio é um fato. E de 1930 para cá, não melhorou, mas se agravou de modo acentuado.

Já, o ano passado, dizia o Sr. Mussolini:

“Até o momento em que o presidente Hoover propôs a suspensão dos pagamentos das dívidas de guerra e das reparações, tínhamos tido um pressentimento de um inverno miserável e infeliz, e mais um inverno de miséria precipitaria o desastre sobre todos nós.... O que vinha acontecen-

do ultimamente exigia um remédio como esse, porque nos encontrávamos, decerto, face a face, com a possibilidade de uma catástrofe em que muita coisa se perderia. Teríamos de passar outro inverno de durezas e incertezas e o bolchevismo poderia atravessar o Vístula, não se podendo prever qual seria o fim de tudo isto... Somente nos países industriais mais de 20.000.000 de homens se encontram à beira do desastre, desastre que pode, de um momento para outro, arrancar do seu eixo toda a organização do Estado e espalhar o pânico político e social, através do mundo inteiro... A estagnação econômica só vem dominando há dois anos... Isto equivale dizer que até ao momento em que os Estados Unidos resolverem saltar a barreira, os acontecimentos se tornavam cada vez mais graves e um desastre seria inevitável. Índice sintomático e altamente indicativo dessa confusão internacional foi o fracasso da grande instituição financeira austríaca, o Crédito Anstalt... Não se tratava de simples fechamento de um banco, mas da ruína da força econômica e financeira de toda nação. Era através dessa instituição que 70% da indústria e do comércio da Áustria faziam suas transações... E todo esse desastre ocorreu justamente depois das conversações de Genebra inteiramente inúteis – justamente depois de terem os delegados de todas as nações da Europa se reunido para discutir soluções para os males econômicos do continente. Todos seus projetos terminaram por se neutralizar entre si e, afinal, de tudo isso, surgiu um grande vazio... Agora, chegamos à situação da Alemanha. Esta é infinitamente pior do que a da Áustria... Se tivermos mais um inverno de durezas e de misérias, grande parte da Europa será bolchevizada. Sinais seguros e definitivos estão escritos na parede...

“Outras civilizações fracassaram e foram destruídas: a princípio, a passos pouco perceptíveis, e, depois, com grande estrondo. Hoje existem sintomas de falta de resistência. As classes médias podem abraçar o bolchevismo sem resistência. Além disso, há a inquietação e a miséria entre as massas; há também a busca de alguma coisa que as alivie dos males que as oprimem... a Rússia surgiu com seu plano quinquenal no sentido de solver o problema da sua reabilitação econômica, e, da mesma forma, o mundo espera, depois de uma década de miséria de após-guerra, um plano que lhe garanta um período de dez anos de paz bem assegurada....

“Encontramo-nos diante de terrível dilema: ou o restabelecimento ou o caos desta civilização” (*Jornal do Brasil*, 2 de agosto de 1931).

A seguir, vinha o abandono do padrão ouro pela Grã-Bretanha e o *crack* americano.

A atual situação do mundo assim resumida por um dos nossos jornais mais conservadores, o *Jornal do Brasil*, baseado em estudo do Boletim da Sociedade das Nações:

“Nada menos de trinta milhões de trabalhadores se encontraram sem ter o que fazer, dando em consequência perto de cem milhões de indivíduos sem meios de subsistência e isto apesar de terem baixado sensivelmente os preços dos gêneros de primeira necessidade, como de todas as utilidades.

“Nos Estados Unidos, por exemplo, os preços em grosso, durante os primeiros nove meses de 1930, foram representados pelo índice 139. No último trimestre de 1930 o algarismo do índice desceu a 135 e, nos últimos dias do referido ano, já havia caído a 112.

“A queda tornou-se mais pronunciada em junho de 1931, quando o índice não passou de 100. O ano passado foi fechado com um índice de 95, isto é, um algarismo abaixo do índice de antes da grande guerra.

“Na França, o movimento dos índices é impressionante: março de 1929, 640; dezembro, 576; dezembro de 1930, 488; dezembro de 1931, 404. Os preços baixaram, portanto, em França, vinte por cento em comparação com os preços de 1913 e começos de 1914.

“Estudado o comércio internacional de quarenta e oito ações que possuem estatísticas que possam servir de base a um estudo dessa natureza, apurou-se um decréscimo apavorante. Em 1929 tal movimento foi de bilhões 149,6 (francos suíços). Em 1930, baixou a 119,4 bilhões e, no ano findo, não passou de 85,9 bilhões.

“O comércio internacional ficou, portanto, em 1931, reduzido a pouco mais de metade em relação ao ano de 1929, quando, aliás, já se faziam sentir os prelúdios da crise.

“Essa apavorante diminuição não se deu somente em virtude da baixa dos preços; a queda em volume foi também sensibilíssima, conforme se poderá ver pela queda apavorante da produção.

“A produção de carvão baixou em 1930, em comparação com 1929, de cem milhões de toneladas. A diminuição de 1930, comparada também com a de 1929, foi de trezentos milhões de toneladas.

“A produção de ferro e aço ficou reduzida a pouco mais de metade, pois que baixou de cento e vinte milhões de toneladas em 1929, a setenta milhões apenas em 1931.

“De cobre não se produziu mais do que 1.340.000 toneladas quando, em 1929, a produção atingiu a perto de dois milhões de toneladas. A produção de chumbo baixou de 1.725.000 a 1.325.000. O petróleo de 1.484.000.000 de barris a 1.360.000.000.

“As rendas públicas, como é natural, baixaram sensivelmente em todos os países. Os Estados Unidos, por exemplo, arrecadaram em 1929, oitenta e nove bilhões e quatrocentos milhões de dólares. Em 1930, a receita não passou de setenta bilhões e cem milhões e, no ano passado, chegou somente a sessenta e meio bilhões.

“Houve, desta forma, em 1931, comparado com 1929, uma diminuição de quase trinta e três por cento.

“Na Alemanha a diminuição das rendas públicas teve a mesma percentagem de baixa.

“Os algarismos relativos aos lucros industriais são também impressionantes. Esses lucros baixaram de 71,8% nos Estados Unidos; de 75% no Canadá; 70,7% na Suécia; 54,5% na França; 67% na Alemanha; 69,7% na Holanda; 52,8% na Itália; 52% na Suíça; 44,9% na Hungria; 42% na Tchecoslováquia; 39,3% na Áustria; 44,6% na Finlândia; 39,1% na Inglaterra.

“Tudo isto indica que todos os indivíduos de qualquer país sofreram uma grande diminuição do seu poder aquisitivo; e os algarismos que acima alinhamos dão a quem os percorra a impressão nítida da grande crise que se apoderou do mundo inteiro.” (8 de junho de 1932).

Também ainda agora, o “Boletim diário dos Serviços Comerciais” do nosso Ministério do Exterior, depois de passar em revista as várias providências que os diferentes países têm adotado para remover as dificuldades que os assoberbam, diz:

“Até agora, não parece, porém, que esses esforços, empregados no sentido de melhorar a situação, tenham dado resultados muito positivos e o comércio mundial, longe de se firmar, enfraquece, pelo contrário, cada vez mais. Entre o mês de janeiro de 1932 e o mesmo período de 1930, a percentagem de diminuição nos vários países foi a seguinte:

Países	Imp.	Exp.
Alemanha.....	66%	49%
Áustria.....	37%	64%
Argentina.....	54%	31%
Belgica.....	50%	40%
Canadá.....	60%	49%
França.....	51%	51%
Estados Unidos.....	58%	63%
Grã-Bretanha.....	39%	47%
Itália.....	52%	46%
Japão.....	37%	53%
Tchecoslováquia	48%	61%
Espanha	62%	70%
Hungria	59%	70%

“Foram, pois, atingidos, particularmente, nas suas exportações, a Espanha e a Hungria que tiveram valor de suas vendas diminuído de 70% entre janeiro de 1930 e janeiro de 1932. Essa diminuição percentual, ainda para as exportações foi, como se vê do quadro acima, de 65% para a Iugoslávia e de 63% para os Estados Unidos da América.”

Em setembro de 1931, o Sr. William Green, presidente da Federação Americana do Trabalho, declarava:

“Já existe neste país uma intranquilidade muito séria e os cidadãos responsáveis pelo bem-estar da pátria deveriam compreender que o capitalismo passa agora pela sua experiência definitiva...”

“Seis milhões de homens, a quem incumbe o sustento de vinte e cinco milhões de pessoas, acham-se sem emprego nos Estados Unidos. Nada mais expressivo do que esses números, cuja eloquência despassa em força aos tropos mais felizes. A ameaça que representa para o sossego público o desespero de tantas famílias deve convidar à meditação os *leaders* das indústrias e do governo”... - (*O Jornal*, 3 de setembro de 1931).

Ainda nos Estados Unidos, faliram, de 1930 a 1931, 364 bancos, com um depósito global de dois milhões e meio de dólares; e a tendência é para esta situação bancária do país não se normalizar.

O instituto The Reconstruction Finance Corporation, sob a presidência do general Charles Dawes, e com o capital de 500 milhões de dólares, subscritos pelo Tesouro Nacional, sendo-lhe facultado levantar, mediante emissão de títulos garantidos pelo Governo Federal, até um bilhão e meio de dólares, para auxílio aos bancos em geral, ao comércio, às indústrias e à lavoura, não bastou. Era insuficiente. Vinha a lei de fevereiro deste ano, “Glas Steagall Act”, admitindo os bancos da Reserva Federal obterem emissão de notas, não somente sob depósito de ouro e certos efeitos comerciais, como mediante caução de títulos do Governo Federal. Admitindo esse emissio-nismo, admite igualmente o redesconto com a garantia de simples efeitos comerciais. Isto quer dizer o seguinte: os Estados Unidos, breve, terão também sua crise cambial ou monetária. Estão caminhando a passos largos para o inflacionismo ou o regime da moeda má que expele a boa. Telegrama publicado pelo *Jornal do Comércio*, a 19 de julho último, já informa que ali “as saídas de ouro continuaram no mês passado, durante o qual as expedições atingiram o total de 226 milhões de dólares ao passo que as importações se elevaram ape-

nas a 18 milhões”. Há esse êxodo de ouro, e, no entanto, outro telegrama de Washington informava:

“Falando a respeito da resolução da Comissão de Finanças do Senado, relativa ao projeto do Senador Glass, sobre o aumento da circulação fiduciária mediante o emprego dos fundos públicos como abertura das respectivas emissões, o Senador Borah declarou que empregaria todos os esforços para a adoção do plano Glass ou do projeto do Senador Goads-Borough. O Sr. Borah insistiu sobre a necessidade de ser imediatamente adotado o regime inflacionista, o qual representaria, a seu ver, a única arma eficiente para o combate à crise comercial que tanto se tem agravado nos Estados Unidos.

“O mesmo parlamentar afirmou que as reservas em ouro existentes no país e que são entesouradas e escondidas pelos que se recusam a ajudar a nação a vencer a crise representavam mais de um terço do total das reservas mundiais e poderiam servir de lastro a uma emissão de muitos bilhões de dólares.

“Concluindo as suas declarações, o Sr. Borah acentuou que o país não poderia hesitar no caminho a seguir, porquanto a falta de trabalho é cada vez maior e as dificuldades econômicas aumentam de dia para dia” (*Jornal do Comércio*, 21 de julho de 1932).

Apoiado em manifestações como essa, o presidente Hoover acaba de assinar o projeto de lei do empréstimo interno em notas de banco, que determinará o aumento de 1 bilhão e 800 milhões de dólares na circulação fiduciária do país.

Por isso é que o Senador Mac Ree prevê que os Estados Unidos terão abandonado dentro de um ano o estalão ouro.

Há esses fatos e há palavras denunciando-os, bastante expressivas.

O ex-chanceler Bruening, “depois de lembrar que há presentemente na Alemanha seis milhões de desocupados, o que, contando com as famílias, significava cerca de um quinto da população total do país, e insistindo quanto aos terríveis efeitos materiais e morais produzidos por essas condições, pôs em relevo as graves dificuldades defrontadas pelo governo na tarefa de arranjar ocupação para esse formidável exército de desempregados”, tendo acrescentado que “a Alemanha não poderia resolver por si só o problema da desocupação, que afeta em graus variáveis os países do mundo inteiro”. (Telegrama publicado pelos jornais desta capital, em 29 de maio de 1932)



Nestas horas, a Alemanha toda se agita e o novo chanceler Von Papen declara que “os países estrangeiros se não haviam apercebido de que a tensão criada entre os partidos extremistas da direita e da esquerda poderia fazer pairar sobre a Alemanha o espectro da guerra civil”. (“, 30 de julho de 1932)

“Estes dois movimentos”, afirma ele, “nada têm de comum entre si. O ‘nazismo’ aspira ao renascimento nacional ao passo que o comunismo é dirigido contra as próprias bases da nossa vida nacional e social. Os comunistas lograram reunir na Prússia fortes elementos de combate. Com raras exceções todos os distúrbios verificados no país podem ser atribuídos à sua atividade ilegal.” (“, ”)

Este mesmo chanceler, havia declarado antes:

“O povo se encontra diante de uma crise psicológica e material sem precedentes. O problema dos sem-trabalho agrava-se dia a dia e os governos de após guerra, querendo todos vir em auxílio dos patrões e dos operários conseguiram fazer do Estado verdadeira instituição beneficente, enfraquecendo conseqüentemente as forças morais da nação.” (“, 8 de junho de 1932)

Por sua vez, afirma o Sr. Herriot em sua declaração ministerial:

“Estamos diante de séria situação financeira. Os métodos de contemporização quanto aos sucessivos desequilíbrios tanto orçamentários como da tesouraria acarretariam inegavelmente conseqüências graves para todo o país...

“A regulamentação do trabalho no interior e a legislação sobre os seguros sociais já foram aplicados no decurso dos dois últimos anos. Os efeitos benéficos destas medidas foram registrados. Trata-se de medidas fundamentais às quais não consentiremos que se toque. Procuraremos, evidentemente, a introduzir as modificações e os aperfeiçoamentos recomendados pela sua prática. Por motivos mais de razão moral do que de razão política, iremos ao socorro do operário privado do salário vital. Já decidimos suprimir o limite de 180 dias além do qual os trabalhadores não faziam mais jus ao auxílio do Estado. Julgamo-nos obrigados a assegurar aos artífices, aos sem-trabalho que de fato não encontram emprego e aos desocupados parciais, isto é, aos que não trabalham mais de três vezes por semana o benefício indispensável do subsídio do Estado” (“, 8 de junho de 1932).

As subvenções do Estado arruinaram a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos. A França envereda por este mesmo caminho,

esquecida de que “a causa das crises econômicas, sua causa inicial, reside no próprio sistema do capitalismo”, esquecida de que “as origens profundas da crise se encontram na contradição que existe entre o caráter social da produção e a forma capitalista de apropriação dos lucros dessa produção”, esquecida de que aquele paliativo só terá a vantagem de aumentar suas dificuldades futuras.

Sua sorte será igual à daqueles outros.

Há lamentações por toda parte, e o capitalismo se mostra impotente para resolvê-las. A racionalização seria a salvação, e foi este o resultado que produziu.

Em face desse resultado, diz o Congresso Internacional de Organização Científica do Trabalho (Genebra, julho de 1931): é preciso “racionalizar a racionalização”.

Se a simples racionalização produziu aquele efeito, a racionalização da racionalização deve produzir efeito duplamente mais desastroso.

Por isto é que dizia Marx:

“Como a burguesia domina essas crises? De um lado, pela destruição forçada de uma massa de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais perfeita dos antigos. Quer dizer que ela prepara crises mais gerais e mais formidáveis, e diminui os meios de evitá-las.”

Pensamento, que pode ser assim traduzido:

Procura salvar-se e cada dia mais diminui os meios de sua salvação. Cada dia procura reunir maiores elementos para a vida, a cada dia, mais invariavelmente caminha para a morte. Em adendo à sua Encíclica de 2 de outubro do ano passado, Pio XI expediu outra, este ano, e referindo-se às “terríveis consequências de crise econômica em que se debate o gênero humano”, diz que “o mal foi crescendo”, que o número dos sem-trabalho aumenta em quase todos os países”, que não há precedente de crise assim pela qual “são responsáveis, em última análise, o egoísmo desenfreado e a insaciável cupidez de onde se originam as desordens, e o injusto desequilíbrio por onde se veem as riquezas das nações se escoarem para as mãos de alguns poucos indivíduos que regulam a seu talante o mercado mundial em prejuízo das massas, dos po-

bres, dos necessitados”, reivindicando “mais justa repartição dos bens da Terra”.

(Resumo publicado pelos jornais desta capital do dia 19 de maio de 1932).

*Conclusão: Dizem os marxistas: este quadro sombrio da situação do capitalismo é a confirmação peremptória de todos nossos prognósticos.*

.....

## Capítulo VIII

*Ao passo que as classes proletárias crescem de número, as classes burguesas se aniquilam biologicamente.*

Q

UANTO à ascensão, à prosperidade não só econômica, como geral da URSS, há inúmeros documentos e informações atestando-a. Entre nós, também a atesta e evidencia a escola católica, representada pelo sr. Tristão de Ataíde.

Diz, por exemplo, este escritor:

“Nós nos encontramos... numa atrofia crescente da natalidade como todas as estatísticas o demonstram e numa crise de superprodução generalizada, em que se destrói o café no Brasil, o algodão nos Estados Unidos, a borracha no Oriente, por falta de compradores para os produtos, em que as fábricas de todo mundo trabalham 3 ou 4 dias por semana, despedem operários em massa e possuem estoques assombrosos e uma capacidade de produção que excede de muito o consumo, ao passo que a Rússia faz da superprodução uma arma de ruína econômica contra todas as nações burguesas... Estamos em face de uma crise por excesso de produção e deficiência de consumo. E vemos a classe burguesa suicidar-se biologicamente, e diminuir de modo alarmante a sua natalidade e portanto a capacidade de consumo... (págs. 157 e 158). Todas as nações europeias com 370 milhões de habitantes possuem um aumento anual de 2 e meio

milhões de homens, ao passo que a União Soviética com 150 milhões de habitantes, tem um acréscimo anual de 3 a 3 e meio milhões de habitantes (pág. 160). Ao passo que as classes proletárias crescem de número, as classes burguesas se aniquilam biologicamente. (pág. 161). (*Problema da Burguesia*)

Nestas condições, o sr. Tristão de Ataíde não mais vê, como na *Introdução à Economia Moderna*, a negação à proletarização, mas sua afirmação, por toda parte, por “todo o mundo”, tanto na Europa, como nos Estados Unidos. Por outro lado, Fourier havia chegado a esta fórmula dialética que o marxismo adotou: “A pobreza nasce da própria superabundância.”

O sr. Tristão de Ataíde, naquela *Introdução*, a contestaria. Diria como disse que o “neocapitalismo contemporâneo, que Marx não conheceu nem previu, não produziria tal resultado. Diria que “ao capitalismo tradicional” sucedia “um conjunto de princípios inteiramente novos”, sem semelhante antagonismo. Diria que o capitalismo norte-americano voluntariamente se socializava, evoluía de individual a coletivo.

No *Problema da Burguesia*, porém, já repete quase textualmente a mesma fórmula de Fourier.

Diz:

“De modo que o resultado espantoso a que se chegou é o de uma humanidade que morre de miséria no meio de uma hipertrofia de riquezas.” (“, pág. 215)

O mesmo pensamento, quase as mesmas palavras.

E diz ainda:

“A salvação da burguesia está, antes de tudo, na mão dos santos (“, pág. 242), o que, em linguagem profana, talvez possa ser, assim traduzido: ou há um milagre, que beneficie a burguesia, que a salve, ou estará ela irremediavelmente perdida.

Desse modo, o Sr. Tristão de Ataíde, que havia aceito Marx, qualificando-o de “genial”, e, depois, o negara, por “insuficiente”, afinal, o reafirma, sem nenhuma restrição. Afinal reconhece que o capitalismo do século XX não é senão complemento natural do século XIX, com aquela sua contradição imanente: a acumulação do capital, da riqueza, gerando o aumento do proletariado, da miséria. Se vivo fosse, Marx, a

esta hora, estaria certamente sorrindo de haver reconquistado, senão direta, ao menos indiretamente, esta alma que se perdia através do capitalismo científico de miragens tão empolgantes.

*Conclusão: Não está na “mão dos santos” poder salvar o que, pela sua natureza, tem de perecer.*

.....

## Capítulo IX

*O capitalismo não mais encontra remédio para suas aflições.*

---

*Por que então não se generaliza a revolução do proletariado?*

---

*Porque para tanto estão faltando ainda as necessárias condições subjetivas.*

# H

Á TODAS essas condições objetivas; o capitalismo não mais encontra remédio para suas aflições: desarvora-se; inquieta-se; torna-se macambúzio, apreensivo. Mas se há tudo isto, por que, então, não se verifica a revolução proletária? Por que, então, o proletariado não se volta contra a burguesia, como esta se voltou contra a feudalidade? Porque, responde o marxismo, para tal acontecimento, não bastam condições objetivas: são necessárias estas condições e ainda as subjetivas. Não há movimento revolucionário, sem teoria revolucionária. A revolução francesa só se verificou quando objetivo e subjetivo se fundiram, se combinaram.

Marx havia dito:

“Uma sociedade não desaparece nunca antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela pode conter, e nunca novas e superiores relações de produção a substituem antes que as condições de existência materiais dessas relações tenham sido chocadas no próprio seio da velha sociedade.” (Prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, págs. 6 e 7)

Esta lição de Marx, Lenine, no século XX, a reduziria a estes termos, na *Moléstia infantil do comunismo*:

“A lei fundamental, confirmada por todas as revoluções, e em particular pelas revoluções russas do século XX, é a seguinte: para a revolução, não basta que as massas exploradas e oprimidas concebam a impossibilidade de viver como outrora e reclamem modificações; é preciso que os exploradores não possam viver e governar como outrora. Só quando as ‘baixas classes’ não mais querem e as ‘classes superiores’ não mais podem continuar vivendo à maneira antiga é que a revolução pode triunfar. Ou de outra forma: a revolução é impossível sem uma crise nacional (afetando os explorados e os exploradores). Assim, pois, para a revolução, é preciso em primeiro lugar que a maioria dos operários conscientes, politicamente ativos, compreenda a necessidade da revolução, e esteja disposta a morrer por ela; em segundo lugar, que as classes dirigentes atravessem uma crise governamental que atire na política as massas, mesmo as mais retardatárias, enfraqueça o governo e torne possível sua derrubada rápida pelos revolucionários...” (*As questões do leninismo*, Stalin, pág. 94)

Há tais condições objetivas; e essas condições estão criando as outras. O subjetivo resulta necessária e terminantemente do objetivo. Dele resulta e, depois, o dirige, depois sobre ele atua. Tem sido assim sempre invariavelmente. E assim ainda há de se daqui por diante (*Cet oracle est plus sur que celui de Calchas* (*Iphigénie* de Racine)).

As condições objetivas e subjetivas da revolução proletária se vão processando vertiginosamente.

É o que não mais pode ser contestado. *Res est magna tacere* (Calhar é grande coisa). Bem compreendemos o alcance, a sabedoria, a conveniência na vida prática deste quarteto:



Tout ce qu'on dit, faut le penser,  
Il n'est rien qui nous en dispense;  
Mais on peut bien se dispenser  
De dire tout ce que l'on pense.

Mas a vida prática vale menos que a ciência, que a verdade.  
Esta domina inexoravelmente; proclamem-na ou não os homens.

“A era capitalista começa a sua agonia”.

“Estamos em face de uma transição dramática da história.”

*Conclusão: Os povos vão caminhando, dia a dia, cada vez mais para a esquerda.*

.....

## *Conclusões gerais*

**I** — Há verdadeiro *consensus* entre todos os fenômenos cosmológicos. As sociedades, no seu desenrolar, são bem expressão desse *consensus*. A greco-romana, baseada na escravidão, a feudal, baseada na servidão, a pequeno-burguesa, baseada no trabalho livre, a burguesa ou dos “sem-trabalho” e a proletária russa são elos de uma só e mesma cadeia.

II — Hegel assim explicava suas “contradições”. Há, em primeiro lugar, o estado de equilíbrio relativo; em segundo, a ruptura desse equilíbrio; em terceiro, o restabelecimento do mesmo equilíbrio sob nova base. A seguir, a história recomeça: o novo equilíbrio torna-se o começo de nova ruptura desse equilíbrio, e assim por diante. Há o equilíbrio primitivo, ou afirmação ou tese; há a ruptura desse equilíbrio, ou negação ou antítese; e seu restabelecimento, ou negação da negação, ou síntese. A tese é negada pela antítese, e esta é, por sua vez, negada pela síntese. Marx transportaria essas contradições do mundo da natureza para o mundo social, e lhes daria o nome de luta de classes. Todas as escolas econômicas e sociológicas, sem exceção, reconhecem que a evolução dos povos se tem operado por meio dessa luta. Reconhecem-no o individualismo, o marxismo, o positivismo, o catolicismo, e cada uma das variantes dessas doutrinas. Apenas o individualismo spenceriano

não fala em luta de classes, mas em luta de indivíduos, pertençam a esta ou àquela classe. Cada sociedade de classe contém em si o gérmen de sua própria destruição. É caracterizada por duas forças em sentido contrário: a afirmativa, ou conservadora, ou da classe dominante e a negativa, ou revolucionária, ou da classe oprimida; e esta acaba sempre sobrepujando aquela.

III – Assim como o subjetivo resulta do objetivo, a superestrutura social resulta de sua estrutura econômica. Esta é a base, o alicerce; aquela, a cúpula. Primeiro, há a transformação econômica. Depois esta, ao mesmo tempo que é entravada pela superestrutura existente, ao mesmo tempo que com ela entra em conflito, vai modificando a produção intelectual, vai gerando novas ideias, novas concepções a ela adequadas. Essas novas ideias, essas novas concepções são dela efeito. Mas depois sobre ela reagem, dirigindo-a contra aquela mesma estrutura, esfacelando. “A mudança que se produziu na base econômica destrói mais ou menos lentamente ou rapidamente toda colossal superestrutura (Marx). E é implantada nova superestrutura correspondente a tal base ou estrutura. Então, estrutura e superestrutura se ajustam.

IV – Houve o comunismo primitivo. A seguir, a escravidão. Com esta vinham os latifúndios, a grande propriedade, que absorvia a pequena, dava lugar ao aniquilamento quer da Grécia, quer de Roma. A escravidão era substituída pela feudalidade, pela servidão. Ressurgia a pequena propriedade. O camponês possuía o campo que cultivava, e o artesão o instrumento com que trabalhava. Então, só havia o capital usurário e o comercial. Depois só havia a expropriação da grande massa popular, que era espoliada de suas terras, de seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho, por uma série de métodos violentos e desumanos, entre os quais os seguintes, o roubo dos bens eclesiásticos, a alienação fraudulenta dos domínios públicos e outras extorsões, a intervenção do Estado contra os trabalhadores, o sistema colonial, o crédito, o protecionismo, a mais-valia. Com esta expropriação, os pequenos proprietários foram transformados em proletários, e havia os dois elementos fundamentais do capital contemporâneo: “de uma parte, os possuidores de dinheiro, de meios de produção e de subsistência, que se dispõem a pôr em valor a soma que lhes pertence, comparado a força de trabalho que não lhes pertence; e, de outra parte, operários livres que

vendem sua própria força de trabalho, por conseguinte o – trabalho” (Carlos Marx). O capital usurário e o comercial se convertiam em capital industrial, e a propriedade de novo se concentrava nos campos e nas cidades. Formavam-se a grande propriedade territorial e as corporações. Ao lado delas e contra elas, porém, surgia a pequena propriedade capitalista, industrial e agrícola, que as arrasaria, por meio de “três grandes e decisivas batalhas”: a primeira, as insurreições na Alemanha de 1523 e 1525; a segunda, as duas revoluções inglesas: a de 1648 e a de 1688; a terceira, a Revolução francesa. As duas primeiras, consequências sobretudo da Reforma; e a última, da filosofia, da política e da economia do século XVIII. Essa economia era a dos fisiocratas – completada por Adam Smith contra o monetarismo e o mercantilismo. O indivíduo dominava o Estado; a livre concorrência, a opressão. A produção de concentrada passava outra vez a desconcentrada. Mas logo após, também outra vez começava a concentrar-se. A grande indústria vai suplantando a manufatura. Os grandes proprietários urbanos e rurais estão absorvendo os pequenos, que, em sua grande maioria são proletariados. “Seus pequenos capitais não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbem eles em sua concorrência com os grandes capitalistas...” (pág. 19) “Frações inteiras da classe dominante são precipitadas no proletariado, ou são ameaçadas, pelo menos em suas condições de existência” (pág. 20) (*Manifesto Comunista*). O emprego do maquinismo é cada vez maior. Esse emprego cada vez maior do maquinismo produz esta contradição tremenda: de um lado, maior, cada vez maior produção; e de outro, maior, cada vez maior número de sem-trabalho ou de sem-salários, e, portanto, menor cada vez menor consumo. “De um lado riquezas incomensuráveis e um excedente de produtos que os capitalistas não podem absorver. De outro, a grande massa da sociedade proletariada, transformada em sem-trabalho ou sem-salários, e colocada, em consequência desse próprio fato, na incapacidade de se apropriar deste excedente de produtos. A cisão da sociedade em pequena classe imensamente rica e em grande classe de assalariados na miséria faz com que esta sociedade se espatife sob seu próprio supérfluo.” (Engels.)

Nestas condições, a burguesia que foi efeito de uma revolução, está sendo causa, hoje, de outra de muito maior vulto. Ela é, nesta

hora, a afirmação e o proletariado a crescer sempre e cada vez mais insatisfeito sua negação.

V – Este antagonismo entre o trabalho e o capital, que tivemos de estudar porque não é possível examinar “a formação do capital e seu desenvolvimento”, sem o considerar, vem de longa data. Já se manifestava no período feudal, com o movimento de Thomas Munzer na guerra dos camponeses e com o dos niveladores na grande Revolução inglesa. Manifestava-se, nesse período, com esses movimentos e com as teorias de Thomas Morus, Campanella, Morelly Mably, por exemplo. No período propriamente burguês, tem compreendido as seguintes fases principais:

a) imediatamente depois da Revolução francesa, com a conspiração de Babeuf, a revolta dos ludistas, a batalha de Peterlow. Teorias respectivas: a literatura do mesmo Babeuf, o socialismo e comunismo crítico-utópico de Saint-Simon, Fourier e Owen; as obras de Malthus, Ricardo e Sismondi. De Ricardo, originavam-se duas correntes: uma francamente a favor do capital, e da outra francamente a favor do proletariado;

b) a inconciliabilidade entre os dois se definia de modo preciso. A burguesia, ao mesmo tempo que firmava seu domínio, privava, na França, o proletariado do direito de voto e, na Inglaterra, privava-o nem só desse direito como do de assistência que lhe era assegurado desde o tempo da Rainha Elisabeth. Naquela, havia a insurreição de Lyon e a revolta de Blanqui em Paris; nesta, organizava-se o primeiro partido proletário dos tempos modernos – o cartista, o qual procurou esmagar a burguesia pela força;

c) esses movimentos na França e na Inglaterra e aquelas teorias de Saint-Simon, Fourier, Owen, Ricardo, Sismondi e os continuadores de Ricardo determinavam novas manifestações teóricas, com relação ao capital e ao trabalho, que poderemos assim classificar:

- 1) O socialismo feudal.
- 2) Os discípulos de Saint-Simon e Fourier.
- 3) O socialismo burguês de Proudhon;
- 4) O “verdadeiro” socialismo alemão, de Weitling e Rodbertus.

5) A economia científica com George Ramsay, Cherbuliez e Ricardo Jones contra a vulgar.

6) A economia otimista de Bastiat, Dunoyer e Roscher.

7) A economia da harmonia de João Stuart Mill.

d) O livre câmbio de Cobden e Bright era um episódio da luta entre a burguesia e a aristocracia na Inglaterra e o protecionismo na Alemanha de Frederico Liszt, expressão já do imperialismo econômico, um e outro, porém também intimamente ligados às relações entre o capital e o trabalho.

e) Esses movimentos e essas teorias produziam as revoluções de 48-49 sobretudo na França, na Inglaterra e na Alemanha, e ainda na Itália, e na Hungria, revoluções em que o proletariado firmava seu afastamento da burguesia, defendendo reivindicações próprias.

f) Essas revoluções eram esmagadas por circunstâncias diferentes, entre as quais a divisão do mesmo proletariado. O pensamento de Marx, sistematizador da filosofia de Hegel, da economia clássica inglesa e do socialismo francês e inglês, foi uni-lo como classe e como partido, nacional e internacionalmente, para a conquista do poder político contra a burguesia. Tal o objetivo do *Manifesto Comunista*, do qual o partido social-democrata alemão e a Internacional, seriam naturais prolongamentos. Dessa união, resultava o primeiro governo proletário; a Comuna de Paris, em 1871. O capitalismo era assim abalado em seus fundamentos.

g) Mas se Marx tinha aquele objetivo, outras tendências se apresentavam dificultando sua concretização. Seu primeiro revisor foi Lassalle; o segundo, Bakunine ou o anarquismo. Depois da Comuna, extinguia-se a Internacional, e o proletariado de novo se dividia. E o marxismo sofria novas revisões, com o Congresso de Gotha e o de Erfürt. Para o marxismo, o proletariado deveria ser uma força, ao mesmo tempo, econômica, política e revolucionária. Com os programas daqueles congressos, que os respectivos partidos europeus, em suas linhas gerais, adaptariam, passava a ser, apenas, econômica e política. Mais tarde, com o sindicalismo de Bernstein e Sorel, seria acima de tudo econômica, Bernstein sobrepujava Sorel. Com o marxismo, havia o movimento e a teoria revolucionários. Com os programas de Gotha e Erfürt, o movimento e a teoria reformistas. Com o sindicalismo de Bernstein, apenas o

movimento reformista. O proletariado crescia em extensão e perdia em convicção, conforme a teoria do *balanceamento dos órgãos*: quando um cresce o outro se atrofia. Burguesia e proletariado davam-se as mãos no Ocidente. O marxismo era ali criticado, adulterado, anulado e sepultado. O revisionismo ou o reformismo sindical se confundia com os vários sistemas da economia burguesa: o socialismo da cátedra alemã, os hedonistas e os intervencionistas, tanto vale dizer, as duas classes se confundiam. Nestas condições, na conflagração de 1914, o proletariado bater-se-ia não pela sua guerra contra a das burguesias imperialistas mas por esta: morreria por esta. As palavras de ordem revolucionárias internacional foram abafadas por esse consórcio.

b) O marxismo era transportado para o Oriente, para a Rússia, e ali revigorado. O leninismo é seu restabelecimento e sua continuação. A Revolução russa e a Comuna aperfeiçoada. A 3ª Internacional é a herdeira direta da 1ª. A U.R.S.S foi combatida pelas armas e pelo chamado capitalismo científico, pela *racionalização*. Esta seria a salvação do capitalismo e está sendo sua perdição: O número dos “sem trabalho” do capitalismo rotineiro, aumentava paulatinamente. O deste está argumentando vertiginosamente. Já se eleva a mais de trinta milhões. Veio não deter, mas apressar a marcha da era capitalista, que se acha em fase de crise jamais por ela experimentada: triforme, agrária, industrial e financeira. Enquanto isso , a U.R.S.S progride e socializa-se. Estes fatos, sem nenhum sectarismo. Sectarismo será deixar de proclamar.

VI – O embate está travado entre estes dois mundos: o da propriedade privada e da propriedade coletiva. Aquele, na iminência de sua contradição, extinguindo-se. Este sem tal contradição, consolidando-se e elevando-se, de modo surpreendente. Caminhamos para a socialização geral da propriedade. As escolas econômicas e sociológicas, em sua grande maioria , dizem que sim.

Diz Pio XI: “Na verdade, com toda razão, se pode sustentar haver categorias de bens que devem ser reservados exclusivamente para os poderes públicos, quando trazem consigo tal preponderância econômica, a qual não pode ser entregue nas mãos de cidadãos particulares, sem perigo dos bens comuns.” “O distributismo o que quer é restaurar a propriedade, não como direito individual, no sentido jurídico romano, mas como função social, no sentido jurídico cristão.” (Tristão de Ataíde).

Diz Marx: “A última hora da propriedade capitalista soou: Os expropriadores serão, por sua vez, expropriados.”

Diz Augusto Comte: “Posto que cada função se exerça necessariamente por um órgão individual, sua verdadeira natureza é sempre social. Tudo em nós pertence, portanto, a Humanidade, porque tudo de nós vem dela...”

“A revolução feminina deve agora completar a revolução proletária, como esta consolidou a revolução burguesa, dimanada a princípio da revolução filosófica.”

O reformismo e o anarquismo sustentam esta mesma tese. Há diferença entre estas várias escolas apenas quanto ao método, ao processo por que se há de alcançar a mesma socialização. De semelhante tese discordam somente as diferentes modalidades individualistas que, não obstante seu evolucionismo, pretende que a propriedade que até aqui continuamente se tem transformado, daqui por diante se conservará imutável, sob a forma capitalista de que se reveste. Os fatos estão demonstrando que aquela síntese, aquela socialização é inevitável e será alcançada, a exemplo do que tem sucedido anteriormente, não pacífica, mas violenta ou revolucionariamente. Os dois extremos caminham para se chocar, e não para se diluir. De modo que o capitalismo que nasceu do trabalho assalariado, que cresceu e se desenvolveu à custa desse trabalho, agora, à falta dele, terá de sucumbir, de perecer. “Produziu seus próprios covéis.” Há desejos para que assim não seja. Mas não somos governados pelos nossos desejos, pelas nossas vontades, e, sim pelo determinismo histórico que se processa inexoravelmente, arrastando-nos da direita para a esquerda, dos “movimentos de minorias em proveito de minorias”, para “o movimento espontâneo da imensa maioria do proveito da imensa maioria”.

VII – Tratamos assim, de modo geral e de modo especial, e metódico, didática e documentadamente, da “formação do capital e seu desenvolvimento”, apreciando este assunto, como se impunha, em todo seu conjunto e complexidade, em face do desdobrar dos acontecimentos e das múltiplas teorias que deles se tem originado.

VIII – Dizia Royer-Collard: *Je ne lis plus, je relis*. A época ainda é de reler. O século XIX ainda nos domina integralmente. Montesquieu se serviu, para assinalar que seu *Espírito das leis* não teve modelo, deste



verso de Ovídio: *prolem sine matre creatam*. Este nosso modesto trabalho teve por modelo o pensamento daquele século que procuramos, aqui, pôr ao alcance da mocidade acadêmica, objeto de toda a nossa atenção, e nosso carinho.

Talvez não consigamos totalmente. É que foi muito escasso o tempo que tivemos para o redigir. Infelizmente, não nos foi dado poder seguir à risca este velho e precioso conselho de Boileau:

“Vingt fois sur le mértier remettez votre ouvrage.  
Polissez-le sans cesse et le repolissez.”

.....

## *Índice onomástico*

### A

ADDINGTON – 126  
ADLER, Victor – 582  
AENESIDEMO (filósofo) – 210  
AGOSTINHO (Santo) – 505, 508  
AGRIPA, Menenius – 489  
AHRENS, Henri – 423  
AIKIN (Dr.) – 159  
AKIMOV-MAKHNOVIETZ – 582  
ALBERTO – 508  
ALEXANDRIA, Clemente de – 504  
ALFREDO (rei) – 477  
ANAXÁGORAS (filósofo) – 210  
ANAXIMANDRO (filósofo) – 210  
ANAXIMENES (filósofo) – 210  
ANDERSON, A. – 89, 90, 91, 92, 94,  
95, 158, 317, 319, 320, 322, 328,  
418  
ANGÉLICO (doutor) – 508, 533  
ANGOULÊME (duque de) – 308  
ANTÓNIO (Santo) – 228, 441  
AQUINO, Tomás de – ver SANTO  
TOMÁS DE AQUINO  
ARIOSTO – 232  
ARISTÓTELES (filósofo) – 42, 151,  
210, 211, 212, 213, 222, 224, 450,  
451, 452, 472, 499, 508, 511  
ARKWRIGHT – 273  
ARQUIMEDES – 204  
ASHLEY – ver SHAFTESBURY (lord)  
ASHTON – 356  
ATAÍDE, Tristão de – 27, 37, 39, 40,  
41, 45, 58, 104, 110, 111, 117, 331,

439, 440, 441, 500, 505, 507, 510,  
533, 614, 615, 641, 642, 652

ATTWOOD – 359  
AUDIFFRENT, J. (Dr.) – 292, 467  
AUER – 574  
AUTISPITZ, R. – 594  
AXELROD – 582, 603

### B

BABEUF – 295, 296, 297, 302, 303,  
305, 650  
BACON, Francisco (filósofo) – 121,  
209, 212, 213, 214, 239, 450, 451  
BACON, Rogério – 450, 451  
BAILEY, S. – 336, 337  
BAKUNINE – 479, 546, 552, 553, 554,  
555, 560, 567, 568, 569, 591, 651  
BARBON – 242  
BASTIAT – 402, 403, 404, 593, 651  
BAUER, H. – 376, 541  
BAZARD, Amand – 382, 408  
BEBEL, Augusto – 559, 561, 570, 573,  
574, 575, 576, 582, 590, 601  
BECKER, B. – 545  
BEER, Max – 385, 504, 511, 533, 551  
BERKELEY (filósofo) – 213  
BERNSTEIN – 579, 581, 601, 651  
BICHAT – 207, 451  
BISMARCK – 545, 557, 559, 575  
BLANC, Louis – 383, 384  
BLANQUI, Augusto – 347, 349, 385,  
650  
BLUCHER – 291

- BOCÁCIO – 232  
 BODIN – 241  
 BOISGUILEBERT – 193, 242  
 BOLLINX – 613  
 BOMBARD, E. – 203, 206, 288, 505, 509  
 BONAPARTE – ver NAPOLEÃO  
 BONAPARTE, Luís – 371  
 BORAH – 637  
 BORDEAU, J. – 433  
 BOSSUET – 169, 170, 171, 172, 196  
 BOTERO – 169  
 BOURBONS (os) – 347  
 BOURGEOIS, Leon – 597  
 BOUTROX, Emile – 500  
 BRACKE – 559, 574  
 BRAGA, Cicinato – 457  
 BRANDT, Sebastião – 233  
 BRAY – 340, 342  
 BRETANO – 405  
 BRIENNE, Loménie de – 175  
 BRIGHT, John – 34, 392, 398, 651  
 BRISSOT – 386  
 BROMM (lorde de) – 351  
 BROOKS ADAMS – 435  
 BROUGHAM, H. – 159  
 BRUENING (chanceler) – 637  
 BRUGES, João de – 233  
 BRUNETIÈRE – 501  
 BÜCHER – 405  
 BUCHINGER – 582  
 BUFFON – 237  
 BUKHARINE – 283, 489, 519  
 BUONAROTTI, Filipe – 385  
 BUTLER, Samuel – 272
- C**
- CABERT – 307  
 CABET – 384, 541
- CALDERÓN – 233  
 CALONNE (ministro das finanças) – 174  
 CALVINO – 262, 263  
 CAMÕES – 203  
 CAMPANELLA – 303, 650  
 CANTILON – 242  
 CAREY – 328  
 CARLOS I – 122, 131, 151, 197, 263, 264, 265, 266, 267  
 CARLOS II – 265, 267  
 CARLOS V – 255  
 CARLOS X – 348  
 CARLOS MAGNO – 477  
 CARREIRO, Carlos Porto (professor) – 27, 36, 202  
 CARTWRIGHT – 273, 358  
 CATÃO – 151  
 CAZELLES, E. – 60  
 CERVANTES – 233  
 CHAMFORT – 175  
 CHERBULIEZ – 393, 651  
 CHIPRE, Barnabás – 504  
 CLOTILDE – ver VAUX, Clotilde de  
 COBBETT, W. – 124  
 COBDEN – 363, 392, 398, 651  
 COLBERT – 156, 175, 178, 187, 247  
 COLLINS – 362, 363  
 COMPERS – 582  
 COMTE, Augusto (filósofo) – 31, 35, 42, 57, 58, 61, 62, 167, 168, 202, 204, 207, 208, 212, 223, 224, 236, 240, 292, 406, 407, 415, 424, 437, 446, 447, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 467, 469, 470, 472, 473, 475, 477, 478, 479, 483, 484, 485, 486, 489, 497, 498, 499, 500, 509,

511, 518, 521, 523, 524, 525, 526,  
529, 531, 653  
CONDILAC – 237  
CONDORCET – 304, 305, 325, 451  
CONSIDÉRANT, Victor – 383, 384  
COPÉRNICO – 205, 206  
COSTA, Adolfo – 436, 437  
COSTES, Alfred – 117  
COUSIN, Victor (filósofo) – 213, 423  
CRATILE (filósofo) – 211  
CRISÓTOMO, João – ver S. JOÃO  
CRISÓSTOMO  
CRISTO – ver JESUS  
CRISTÓVÃO COLOMBO – 243  
CROMWELL – 122, 230, 265, 266,  
268, 272, 457  
CROZALS, J. de – 225  
CUVIER (filósofo) – 213, 218, 219

## D

DA VINCI, Leonardo – 232  
d'ALEMBERT – 237  
d'ANNEBAUD, Jean – 178  
d'ARC, Jeanne – 534  
d'ARGENSON – 247  
DANIEL (profeta) – 501  
DANTE – 26, 34, 232, 450, 451  
DANTON – 287, 296, 304  
DARTHÉ – 296  
DARWIN, Charles – 207, 211, 219,  
322, 492, 493  
DAVID RICARDO – 89, 90, 91, 92,  
93, 94, 95, 379, 394, 403, 595  
DAWES, Charles (general) – 636  
DE BOHM-BAWERK – 594  
DE MAISTRE, Joseph – 451, 470, 472  
DE TOULOUSE – 456

DELAISI, Francis – 502  
DELAMARE – 171  
DEMÓCRITO (filósofo) – 210, 211  
DESCARTES (filósofo) – 209, 212,  
213, 239, 450, 451  
DIDEROT (filósofo) – 213, 237  
DISRAELI – 557  
DUCLOS – 237  
DÜHRING – 85  
DUMOULIN – 582  
DUNOIS, Amédec – 545  
DUNOYER – 387, 402, 404, 651  
DUPONT (general) – 289

## E

ECCARIUS – 551  
EDEN, F. M. (sir) – 322  
EDMONDS, T. R. – 340, 343  
EDUARDO (Santo) – 150  
EDUARDO III – 134  
EDUARDO VI – 130  
ELIZABETH (rainha) – 130, 131, 134,  
135, 357, 650  
EMPÉDOCLES (filósofo) – 210, 211  
ENFANTIN – 382, 408  
ENGELS, Friedrich (filósofo) – 36, 37,  
39, 41, 44, 45, 54, 57, 58, 65, 67, 68,  
70, 74, 79, 85, 86, 87, 93, 95, 96, 98,  
104, 111, 119, 165, 199, 205, 207,  
212, 213, 214, 216, 217, 219, 220,  
226, 237, 242, 246, 252, 253, 260,  
262, 263, 265, 268, 273, 274, 276,  
277, 283, 285, 287, 299, 302, 303,  
305, 306, 308, 309, 310, 311, 312,  
314, 315, 329, 330, 340, 341, 342,  
347, 366, 372, 373, 375, 376, 389,  
390, 414, 422, 443, 445, 446, 451,  
458, 459, 461, 501, 527, 540, 541,

542, 546, 550, 551, 552, 559, 565,  
571, 572, 574, 575, 576, 577, 587,  
601

ERASMO – 233

EUCLIDES – 204

## F

FARIAS BRITO – 32

FÉNELON – 174, 195

FERRI, E. – 425, 437, 481, 491, 492,  
493

FEUERBACH – 221, 222, 385, 411,  
415, 424

FICHTE (filósofo) – 213

FIELDEN, J. – 157, 354, 356

FILIFE IV – 141, 169

FILMER – 169

FIorentINI – 492

FISCHART – 233

FLORENÇA, Antonino de – 441, 442,  
510

FOE – 322

FOLKE, W. – 218

FORTESCUE (chanceler) – 117, 119,  
121

FOUILLÉ – 436

FOURIER, Carlos – 88, 306, 307, 310,  
311, 316, 334, 381, 382, 383, 384,  
385, 414, 459, 642, 650

FRANCISCO I – 141, 169

FRANCISCO DE ASSIS (São) – 510

FRANKLIN – 242, 322

FRÉMINVILLE, Charles de – 613

FROST – 362

## G

GALILEU – 206

GALL – 451

GAMMAGE – 364, 369

GARAMI – 582

GASSENDI – 206

GEIB – 559, 574

GEOFFROY – ver SAINT-HILAIRE,  
Geoffroy

GEORGE II – 135

GEORGE III – 135

GERMAIN, Sophia – 464

GERSCHEL, J. – 487

GIDE, Carlos – 323, 330, 404, 407, 596

GIRAUD-TEULON – 507

GLADSTONE – 136, 372

GLASS – 637

GODIN, André – 383, 384

GOETHE – 207, 216, 217, 219

GOLDUNOF, Boris – 125

GÓRGIAS (filósofo) – 210

GOSEN, H. G. – 594

GOURNAY – 242, 247

GRASSERIE, Raul de la – 435

GREEF, Guilherme de – 241, 435

GREEN, William – 636

GRIMM – 237

GRISELL – 297

GRÜN, Carlos – 386, 388, 415

GUESDES, Jules – 582

GUILHERME III – 125

GUIZOT – 426, 446

GULICH – 149

GUYOT, Yves – 183, 184, 185, 193,  
203, 501

## H

HAASE – 587

HAECKEL, Ernesto – 29, 36, 207, 217,  
218, 219

- HAMEY – 345  
HAMPDEN, João – 197, 264, 300  
HARDY, Thomas – 286  
HARNEY – 360, 362, 378  
HARRISON – 121, 367  
HEGEL (filósofo) – 205, 207, 211, 216, 220, 221, 222, 238, 311, 385, 386, 411, 414, 415, 416, 426, 446, 450, 452, 454, 559, 647, 651  
HEINE, Henri – 385  
HELD – 405  
HELVETIUS (filósofo) – 213, 237, 238, 239, 387  
HENRIQUE III – 150, 151, 243  
HENRIQUE IV – 175  
HENRIQUE – ver HENRIQUE V  
HENRIQUE VII – 121, 122, 129, 131  
HENRIQUE VIII – 121, 129, 131, 229, 268, 269  
HENRY GEORGE – 598  
HERÁCLITO (filósofo) – 210, 211  
HERRIOT – 527, 535, 638  
HERRON (pastor) – 596  
HERVÉ – 587  
HILDEBRAND, Bruno – 405  
HILLQUIT – 582  
HIPARCO – 204  
HIRST – 271  
HOBBS (filósofo) – 213, 234, 242, 451  
HOBHOUSE (professor) – 488  
HOCHE, Lazare – 287, 304  
HODDER – 367  
HODGSKIN, Th. – 103, 145, 340, 342, 343, 344, 353  
HOHOF, Wilhem – 452  
HOLBACH (filósofo) – 213, 237, 238, 239  
HOLCRUF – 286  
HOLINGSHED – 131  
HOOVER – 614  
HOWITT, W. – 147  
HUME (filósofo) – 213, 242, 353, 450  
HUNT – 300, 353  
HUTCHEN – 367  
HUTTEN, Ulrich de – 233, 256
- I**
- IHERING – 510  
INOCÊNCIO IV (papa) – 508
- J**
- JACOBY, Leopoldo – 491, 492  
JACQUES I – 122, 131, 135, 196, 197  
JACQUES II – 267, 269  
JANET, Paulo – 211  
JAURÈS – 586  
JERÔNIMO (São) – 504  
JESUS – 495, 499, 501, 502, 503, 506, 509, 596  
JEZE, Gaston – 174, 244  
JOÃO CRISÓSTOMO (São) – 441, 504  
JONES, Ernesto – 368, 369  
JONES, Ricardo – 41, 89, 90, 91, 94, 95, 379, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 402, 411, 415, 418, 424, 425, 428, 595, 651  
JOUHAUX – 582  
JOURDAN – 287  
JUSTINIANO (imperador) – 510  
JUSTINO – 504
- K**
- KAMENEV – 607

KANT, Immanuel (filósofo) – 205, 211, 216, 217, 220, 235, 386, 450, 451  
 KAREIEW – 190  
 KAUTSKY, Karl – 41, 44, 179, 180, 185, 189, 192, 396, 402, 414, 575, 576, 582, 602  
 KELÉS-KRAUZ – 434  
 KEPLER – 205  
 KINGSLEY, Charles (professor) – 596  
 KIRCHOFF, Gustavo – 205  
 KNIES, Carlos – 405  
 KOLTCHAK – 535  
 KOZAK, Th. – 389  
 KUGELMANN (Dr.) – 43, 568  
 KUSHKOVO – 582

L

LA BOÉTIE – 233  
 LA METTRIE (filósofo) – 213  
 LA RIVIÈRE, Mercier de – 242, 247  
 LAFARGUE, Laura – 164  
 LAFARGUE, Paul – 43, 83  
 LAGARRIGUE, Jorge – 31  
 LAMARCK – 207, 218, 219  
 LANNES – 289  
 LAPIERRE – 582  
 LAPLACE – 205  
 LASSALLE – 543, 544, 545, 558, 651  
 LAUNHARDT – 594  
 LAURENT – 582  
 LAVERGNE, Léonce – 173  
 LAVOISIER – 95, 96, 206  
 LAW – 176, 242  
 LE CAZRE (jesuíta) – 206  
 LE CHATELIER, Henry de – 613  
 LE DANTEC – 491  
 LE PLAY – 595

LEÃO XIII (papa) – 495, 505, 513, 514, 515, 516, 518, 519, 520, 524, 525, 530, 532  
 LEGENDRE – 247  
 LEIBNITZ (filósofo) – 213, 450, 451  
 LEMOS, Miguel – 31, 53  
 LENINE – 79, 414, 489, 519, 522, 527, 539, 563, 565, 576, 581, 584, 590, 601, 602, 603, 605, 606, 608, 609, 610, 645  
 LEROUX, Pierre – 384  
 LEROY-BEAULIEU – 34, 595  
 LESSING (filósofo) – 213, 222  
 LESSNER – 551  
 LEUCIPO (filósofo) – 210  
 LEVASSEUR – 186  
 LIEBKNECHT, Guilherme – 558, 559, 561, 570, 573, 574, 589, 590, 601  
 LIMOUSIN, Charles – 436  
 LINEU – 217  
 LINGUET – 133  
 LISZT, Frederico – 399, 400, 401, 651  
 LOCHNER – 551  
 LOCKE (filósofo) – 213, 214, 242, 451  
 LOLME – 270  
 LOMBARDO, Pedro – 508  
 LOMBROSO – 425  
 LONGUET, Ch. – 567, 582  
 LORIA, Achille – 434  
 LOWETT – 353, 357, 358, 360, 362, 363  
 LOWRIE – 362  
 LUCAS (São) – 501  
 LUDDA (general) – 300  
 LUÍS XI – 169  
 LUÍS XIV – 141, 169, 170, 171, 174, 175, 178, 185, 194, 231  
 LUÍS XV – 171, 174, 185, 192

- LUÍS XVI – 131, 170, 171, 186, 195, 286, 535
- LUÍS XVIII – 347, 348
- LUÍS FILIPE – 268, 348
- LUÍS NAPOLEÃO BONAPARTE –  
ver NAPOLEÃO III
- LUNATSCHARSKI – 528
- LUTERO – 149, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 433
- M**
- MABLY, Morelly – 237, 303, 650
- MAC CULLOCH – 336, 337, 341
- MAC REE (senador) – 637
- MACAULAY – 118
- MAC-KAY (historiador) – 355
- MAINTENON (madame de) – 194
- MALTHUS – 87, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 342, 650
- MANDEVILE – 242
- MANGABEIRA, João (ex-deputado) –  
27, 35, 36, 41, 43
- MAQUIAVEL – 169, 232
- MARAT – 296, 535
- MARCATI – 287
- MARIA – 267
- MARIA ANTONIETA (rainha) – 174, 286
- MARION – 176
- MARMONTEL – 237
- MAROT – 233
- MARTINOV – 582
- MARTOV – 582
- MARX, Karl (filósofo) – 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 53, 56, 57, 58, 61, 62, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 97, 98, 102, 104, 107, 108, 110, 111, 115, 117, 127, 128, 133, 136, 138, 140, 142, 143, 144, 149, 152, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 201, 207, 208, 212, 216, 222, 223, 239, 241, 242, 243, 245, 246, 249, 252, 268, 275, 280, 282, 299, 305, 306, 318, 319, 321, 322, 325, 326, 327, 328, 329, 331, 332, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 367, 371, 374, 376, 378, 379, 381, 382, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 396, 398, 402, 407, 413, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 422, 424, 425, 428, 429, 430, 431, 433, 435, 436, 437, 443, 444, 445, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 473, 478, 479, 483, 484, 485, 486, 489, 492, 497, 498, 500, 501, 509, 514, 517, 518, 520, 521, 522, 523, 524, 526, 527, 530, 531, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 547, 548, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 559, 562, 565, 567, 568, 569, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 579, 581, 584, 587, 590, 591, 596, 601, 602, 604, 605, 606, 614, 615, 616, 639, 642, 645, 647, 648, 649, 651, 653
- MATEUS (São) – 510
- MAURICE – 596
- MAZZINI – 550, 551
- MEHRING – 576
- MELISSUS DE SAMOS (filósofo) –  
211
- MENDELSSON – 222
- MENGER, Carlos – 594
- METASTÁSIO – 458
- MIGUEL ÂNGELO – 232
- MIKHAILOVSK – 489
- MILL, James – 336, 337, 342



MILL, John Stuart – 336, 338, 406, 407,  
466, 598, 651

MILLERAND – 501, 581

MIRABEAU – 156

MOISÉS – 151, 503

MOLINARI – 61

MOLITOR, J. – 42

MOLL, J. – 376, 541

MONK (general) – 266

MONTAIGNE – 233

MONTEIL – 140

MONTESQUIEU – 150, 153, 175, 237,  
241, 270, 653

MORE, Thomas – 242

MORELET – 237

MORELLY – 242, 296, 303

MORLEY – 368

MORUS, Thomas (chanceler) – 120,  
121, 122, 130, 233, 303, 650

MUNZER, Thomas – 257, 258, 259,  
302, 303

MURILO – 233

MUSSOLINI – 632

## N

NAPOLEÃO – 288, 289, 291, 347,  
460, 557

NAPOLEÃO III – 564, 565

NECKER – 174, 175, 176, 237

NEMOURS, Dumont de – 246

NESSUS – 83

NETCHAEV – 569

NEWMANN, F. W. – 126

NEWTON – 205

NORTH, Dudley – 239, 242

NOVICOW, J. – 50, 105, 201, 434, 436,  
490, 491, 492

## O

O BELO (alcunha.) – Ver FILIPE IV

O'BRIEN – 360, 361, 362, 363, 367,  
369

O'CONNEL – 353

O'CONNOR – 360, 362, 363, 365, 367,  
368, 369

OKEN – 207, 216, 217, 218

OLIVEIRA, Mariano de – 31

ORANGE, Guilherme de – 267

ORKNEY – 125

OTON (rei) – 477

OVÍDIO – 654

OWEN, Roberto – 306, 311, 313, 314,  
315, 316, 334, 353, 354, 366, 381,  
384, 414, 459, 597, 650

## P

PANTALEONI – 594

PARETO, V. – 594

PARIGOT – 528

PARMÊNIDES (filósofo) – 211

PAULO (São) – 169, 460, 470, 472,  
476, 477, 495, 499, 503, 506, 509,  
515

PAULO V (papa) – 205

PECQUEUR, Constantin – 109, 382

PEDRO (São) – 503, 509

PEEL, Roberto – 392

PETRARCA – 232

PETTY, William – 242, 244, 324, 450

PFENDER – 551

PIMENTA, Eduardo – 217

PIO VII (papa) – 279, 289

PIO XI (papa) – 495, 508, 517, 520,  
521, 522, 523, 525, 526, 529, 531,  
532, 639, 652

PITÁGORAS – 204  
PITT – 136  
PLACE, Francis – 286, 351  
PLATÃO (filósofo) – 210, 211, 212,  
221, 224, 296, 508  
PLEKHANOV – 221, 238, 452  
PLÍNIO – 54  
POLIGNAC (conde de) – 175  
POMPADOUR – 174  
POTRESSOV – 582  
POTTIER – 168  
PRIBILLA. Max – 533  
PRIESTLEY – 95, 96, 206  
PROKOPOVITCH – 582  
PROTÁGORAS (filósofo) – 210, 211  
PROUDHON – 315, 340, 381, 385,  
386, 387, 388, 541, 650  
PUGLIA – 436, 437  
PYM, John – 264  
KING PYM (pseud.) – Ver PYM, John

## Q

QUESNAY – 190, 242, 245, 247, 336  
QUINCEY, Thomas de – 336, 337

## R

RABELAIS – 233  
RACINE – 645  
RADISTCHEV – 286  
RAFAEL – 232  
RAMALHO ORTIGÃO – 201, 203  
RAMSAY, George – 393, 651  
RAYNAL – 237  
REDLICH – 271  
REMBRANDT – 233  
REMY, Léon – 541

RENAN – 433  
RENARD, Georges – 582  
RENAUDEL – 582  
RENNER – 582  
RÉTHORÉ, F. – 483  
REYBAUD, Louis – 385  
RIAZANOV, D. – 299, 451, 452, 461,  
527, 541, 544, 551, 555, 556, 558,  
568  
RIBEIRO, João – 495, 534  
RIBERA – 233  
RICARDO – 85, 92, 93, 242, 266, 317,  
318, 321, 322, 327, 328, 329, 330,  
331, 332, 334, 335, 336, 337, 338,  
339, 341, 342, 343, 379, 381, 393,  
394, 403, 404, 406, 418, 450, 650  
RICARDO III – 151  
RICHELIEU – 194, 197  
RISZT, Charles – 384, 400, 401  
ROBERTY – 436, 437  
ROBESPIERRE – 296, 298  
ROBINET – 467  
RODBERTUS – 330, 381, 389, 390,  
650  
ROMERO, Sílvio – 51  
ROMIER, Lucien – 615  
RONSARD – 233  
ROSA LUXEMBURGO – 576  
ROSCHER (professor) – 402, 403, 404,  
405, 651  
ROTHSTEIN, Th. A. – 300, 352, 357,  
367, 368, 369  
ROUSSEAU, J. J. – 213, 241, 296, 423,  
581  
ROYER-COLLARD – 653  
RUSSELL, John (lord) – 340, 342, 343,  
356, 359  
RUBENS – 233

## S

- SABATIER, Alfredo – 292  
 SACHS, Hans – 233  
 SAINT-HILAIRE, Geoffroy – 207, 218, 219  
 SAINT-JUST – 298  
 SAINT-LAMBERT – 237  
 SAINT-MANDÉ – 501  
 SAINT-SIMON (duque de) – 175, 220, 306, 308, 311, 316, 334, 381, 382, 385, 407, 414, 450, 451, 459, 650  
 SAMUEL (papa) – 418  
 SAND, George – 420  
 SANTIAGO – 503  
 SAX – 594  
 SAY, João Batista – 246, 327, 337, 402  
 SCARPI, Paulo – 169  
 SCHAPPER, Carlos – 376, 541, 542  
 SCHEELE – 95, 96, 206  
 SCHELING (filósofo) – 213, 415  
 SCHMOLLER – 405, 433  
 SCHWEITZER – 545, 558, 570  
 SEBASTIÃO (São) – 227  
 SEDERHOLM (professor) – 613  
 SEIGNOBOS, Ch. – 127, 202, 227, 230, 269, 272, 277, 285, 503  
 SEITZ – 582  
 SEXTO EMPÍRICO (filósofo) – 210  
 SHAFFLE – 389  
 SHAFTESBURY (lord) – 367  
 SHAKESPEARE – 233, 243  
 SICKINGEN, Franz de – 253, 256  
 SIENA, Bernadino de – 442, 510  
 SISMONDI – 242, 317, 321, 322, 331, 334, 381, 393, 417, 650  
 SMITH, Adam – 73, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 134, 240, 242, 244, 245, 246, 248, 321, 322, 330, 337, 341, 379, 403, 406, 418, 450, 595  
 SÓCRATES (filósofo) – 32, 210  
 SOMBART – 405  
 SOREL – 579, 581, 601, 651  
 SOUSA FRANCO – 35  
 SPENCER, Herbert (filósofo) – 60, 204, 207, 208, 219, 233, 424, 437, 481, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 492, 493, 498, 499, 500, 516, 529  
 SPINOZA (filósofo) – 213, 222  
 STAFFORF, William – 140  
 STALIN – 599, 605, 606, 607, 617, 618, 622, 627, 628, 645  
 STANFORD, T. – 147  
 STANLEY-JEVONS – 594  
 STENLEY (ministro) – 352, 359  
 STEPHENS – 360  
 STEVENS (pastor) – 354  
 STIRLING – 336, 338  
 STRAFORD (lord) – 197, 264  
 STRYPE – 131  
 STUARTS (os) – 125, 267  
 STUART, James – 90, 318, 322, 393  
 SUDEKUM – 587, 590  
 SULLY – 242

## T

- TAINÉ – 34, 189  
 TAKHTARIEVE – 582  
 TALES DE MILETO (filósofo) – 210  
 TALON, Omer – 170  
 TARDE – 436  
 TASSO – 232  
 TAYLOR, Winslow – 362, 610, 611, 612

TCHERNYCHEVSKY – 527  
TEIXEIRA MENDES – 33, 105, 477,  
499  
TEMPLE – 242  
TEPLOV – 582  
TERTULIANO – 32, 204, 504  
THIERS – 565  
THOMAS, Albert – 582  
THOMPSON, Bertand (professor) –  
613  
THOMPSON, William – 340, 342, 343  
THORNTON – 121  
TIRADENTES – 33  
TITO – 458  
TOMÁS DE AQUINO (São) – 212,  
441, 442, 450, 451, 452, 508, 509,  
510, 511, 533  
TORQUEMADAS (os) – 534  
TORRENS, R. – 336, 342  
TOWSEND – 321, 322  
TRÉMAUX – 207  
TREVIRANUS, Gottfried-Reinhold –  
207, 216, 217, 218  
TRISTÃO – ver ATAÍDE, Tristão de  
TROTSKY – 227, 363  
TUCÍDIDES – 403  
TUDORS – 196  
TURGOT – 171, 175, 185, 186, 187,  
237, 242, 247

**U**

ULPIANO – 169

**V**

VAILLANT – 587  
VALAS – 351  
VALAT – 466

VALOIS, Georges – 624  
VANDERLINT – 242  
VANE, Henry – 266  
VARGA, Eugenio – 575, 577  
VAUBAN – 195, 242  
VAUX, Clotilde de – 464, 467, 468,  
471, 472  
VEGA, Lope de – 233  
VELÁSQUEZ – 233  
VIANA, Vítor – 488  
VIEIRA, Antônio (padre) – 506  
VINCENT – 362, 363  
VIRCHOW – 491  
VOLTAIRE – 237  
VON PAPEN (chanceler) – 638  
VRIES, Hugo de – 221

**W**

WACHSMUTH – 189  
WAGNER – 571  
WAKEFIELD – 336, 337  
WALDECK – 581  
WALLACE – 320, 322  
WALPOLE (primeiro-ministro) – 272  
WALRAS, L. – 594  
WARD – 34  
WATT – 273  
WEBER (filósofo) – 211  
WEITLING – 381, 389, 541, 650  
WELLINGTON – 291, 350, 351, 369  
WEST – 321  
WEYDEMEYER – 329, 421  
WHITEBREAD – 136  
WIESER – 594  
WILLICH – 542  
WITT – 242

WOFF, W. – 446, 540

WOLFF, G. – 376

WORMS, René – 435

WRANGEL – 535

WRIGHT, Th. – 126

**X**

XENOFANES (filósofo) – 211

XIMENES (os) – 534

**Y**

YOUNG, Arthur – 190

YUDENITCH – 535

**Z**

ZELLER, J. – 389

ZENON DE ELEIA (filósofo) – 211

ZETKIN – 576

ZINOVIEV – 414, 589, 602, 603, 605,  
607, 609

*A formação do capital e seu desenvolvimento*, de Leônidas de Resende, foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85g/m<sup>2</sup>, nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em julho de 2011, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.



*A formação do capital e seu desenvolvimento* serve a todos aqueles que se interessam pela história das ideias no Brasil. O trabalho de Leônidas de Resende (Juiz de Fora, 1889-Rio, 1950) tem um objetivo didático, fruto que foi da sua dissertação para obter a livre docência na cadeira de Economia Política e Ciência das Finanças, em 1932, para a Faculdade de Direito, na antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta tese auxilia todos os professores que lidam com a matéria e sua ampla repercussão em outras áreas acadêmicas. É ainda útil àqueles que desejam conhecer o marxismo, lido e visto sem paixão, mas com olhos de pesquisador, historiador da filosofia política e interessado numa visão mais ampla da economia.

A tese de Leônidas de Resende tem uma singularidade na história do pensamento brasileiro. Ele une a teoria marxista e o comtismo, vistos como produtos de uma mesma época e resultado de pensamentos dialéticos que se assemelham ao estudar a sociedade, a economia, a organização social, os aparelhos de estado, o controle dos meios de produção e outros aspectos instigantes que desfazem alguns mitos.

As similitudes entre uma e outra filosofia consistem em catorze convergências. Desde os mesmos precursores, “ambos se submetem ao livre-arbítrio, o sujeito e a consciência ao determinismo, a luta de classes”, entre outros pontos de contato. Leônidas de Resende registra apenas uma divergência entre os dois pensadores e diz respeito “à terapêutica requerida pela transformação da propriedade privada em coletiva.”

O positivismo na Europa teve um cunho conservador, enquanto nosso positivismo foi reformador – e para tanto basta que se veja a participação dos nossos positivistas na proclamação da República. Unir Marx e Comte já justificaria a leitura deste volume extraordinário que logra condensar todo o pensamento marxista e positivista e estudá-los com profundidade e de forma acessível tanto a professores quanto a alunos e intelectuais de qualquer tendência.

ISBN 978-85-7018-375-0



9 788570 183750